

XII COLÓQUIO Internacional Paulo Freire

Educação Libertadora

Esperanças para a reconstrução do Brasil

V.1 2024

MARIA ERIVALDA DOS SANTOS TORRES

DANIELLE JAIANE SILVA

RICARDO SANTOS DE ALMEIDA

(Orgs.)



editora
CENTRO
PAULO FREIRE
ESTUDOS E PESQUISAS

**XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE,
RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO LIBERTADORA -
ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL**
Vol. 1

**XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE,
RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO LIBERTADORA -
ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL**
Vol. 1

Organizadores:
Maria Erivalda dos Santos Torres
Danielle Jaiane Silva
Ricardo Santos de Almeida

Editora do Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Recife/PE
2024

Produzido por:

Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas

Av. Acadêmico Hélio Ramos, s/n, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Centro de Educação (CE), Recife, Pernambuco, Brasil. CEP: 50740-530

<https://www.centropaulofreire.com.br/>

©Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas

Diagramação: Ricardo Santos de Almeida

Capa: Canva.com utilizado por Danielle Jaiane Silva e ajustado por Ricardo Santos de Almeida

Imagens: As imagens são de arquivos pessoais dos autores e de bancos virtuais gratuitos.

©Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Colóquio Internacional Paulo Freire (12. : 2024 :
Recife, PE)

XII Colóquio Internacional Paulo Freire,
Recife-PE 2024 [livro eletrônico] : educação
libertadora : esperar para a reconstrução do
Brasil : vol. 2 / organizadores Maria Erivalda dos
Santos Torres, Danielle Jaiane Silva, Ricardo Santos
de Almeida. -- Recife, PE : Centro Paulo Freire
Estudos e Pesquisas, 2025.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-87824-35-2

1. Educação - Pesquisa 2. Freire, Paulo, 1921-1997
3. Pedagogia - Metodologia I. Torres, Maria Erivalda
dos Santos. II. Silva, Danielle Jaiane. III. Almeida,
Ricardo Santos de. IV. Título.

25-260128

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 370

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Copyright © 2024. O livro pode ser baixado gratuitamente em formato digital de qualquer
lugar do mundo entrando na página <https://centropaulofreire.com.br/e-books>
2024. Escrito e produzido no Brasil.

PRESIDÊNCIA, DIRETORIAS E CONSELHOS
CENTRO PAULO FREIRE – ESTUDOS E PESQUISAS

Maria Erivalda dos Santos Torres
Presidenta

Séphora Marinho de Freitas
Diretora Administrativa

Maria Aparecida Vieira de Melo
Diretora Pedagógica

Danielle Jaiane Silva
Diretora Financeira

Cícera Maria do Nascimento
Diretora de Comunicação

Nelino José Azevedo de Mendonça
Conselho Fiscal

Ricardo Santos de Almeida
Conselho Fiscal

Cinthya Lúcia Martins Torres Saraiva de
Melo
Conselho Fiscal

Agostinho da Silva Rosas
Conselho Consultivo

Anair Silva Lins e Melo
Conselho Consultivo

Viviane de Bona
Conselho Consultivo

CONSELHO EDITORIAL
CENTRO PAULO FREIRE – ESTUDOS E PESQUISAS

Agostinho da Silva Rosas	UPE e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Ana Paula de Abreu Costa de Moura	UFRJ e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Ana Maria Saul	PUC/SP e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Eliete Correia dos Santos	UEPB – Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Inés María Fernández Mouján	Cátedra Paulo Freire, Universidad Nacional de Mar del Plata, Centro de Investigaciones y Estudios en Teoría Poscolonial, Universidad Nacional de Rosario, Argentina e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Joaquim Luís Medeiros Alcoforado	Universidade de Coimbra/Portugal e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Luiza Cortesão	Professora Emérita da Universidade do Porto, Presidente do Instituto Paulo Freire de Portugal e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Maria Aparecida Vieira de Melo	UFRN e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Maria Fernanda dos Santos Alencar	UFPE e Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas
Maria Erivalda dos Santos Torres	Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas e Universidade Federal de Pernambuco
Mírian Patrícia Burgos	Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas e Instituto Paulo Freire de Portugal
Ricardo Santos de Almeida	Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas

COMISSÕES DO XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE

COORDENAÇÃO GERAL

Maria Erivalda dos Santos Torres

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO

Anair Silva Lins de Melo
Anderson Fernandes de Alencar
André Gustavo Ferreira da Silva
Andressa Rodrigues dos Santos
Cícera Maria do Nascimento
Cristiane Barroso Dias
Cristiane Barroso Dias
Danielle Jaiane da Silva
Dayane Lopes de Medeiros
Eduardo Jorge Lopes da Silva
Ester Monteiro de Souza
Fernanda da Costa Guimarães Carvalho
Karla Tereza Amélia Fornari de Souza
Maria Aparecida Vieira de Melo
Maria Erivalda dos Santos Torres
Maria Joselma do Nascimento Franco
Marilia Cibelli Vicente de Oliveira Santos Moes
Mário dos Santos de Assis
Monica Lopes Folena Araújo
Rayany Magali da Rocha Santana
Ricardo Santos de Almeida
Rigoberto Fúlvio de Melo Arantes
Selma de Oliveira Silva
Séphora Marinho de Freitas
Targélia Ferreira Bezerra de Souza Albuquerque
Tereza Luiza de França
Thaylanne Maria de Lira
Viviane de Bona

COORDENAÇÃO COMISSÃO CIENTÍFICA

Anderson Fernandes de Alencar

Viviane de Bona

COORDENAÇÃO COMISSÃO DE CULTURA

Andressa Rodrigues dos Santos

Karla Tereza Amélia Fornari de Souza

Rigoberto Fúlvio de Melo Arantes

Selma de Oliveira Silva

COORDENAÇÃO COMISSÃO INFRAESTRUTURA

Gustavo Jorge Brandão Mendonça

Rayany Magali da Rocha Santana

Viviane de Bona

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Cícera Maria do Nascimento

Dayane Lopes de Medeiros

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Maria Erivalda dos Santos Torres

Séphora Marinho de Freitas

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE INTÉRPRETES

Cristiane Barroso Dias

Laerte Leonaldo Pereira

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE NORMAS

Anderson Fernandes de Alencar

Maria Erivalda dos Santos Torres

Targélia Ferreira Bezerra de Souza Albuquerque

Viviane de Bona

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORES

Eliene Amorim de Almeida

José Paulino Peixoto Filho

Mário dos Santos de Assis

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE MATERIAL GRÁFICO E PEDAGÓGICO

Maria Aparecida Vieira de Melo

Maria Erivalda dos Santos Torres

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

Danielle Jaiane da Silva

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE CRIAÇÃO E ARTE

Danielle Jaiane da Silva

COMISSÃO CIENTÍFICA

Aline Rodrigues Malta

Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo

Ana Flávia Araujo Pinho

Anair Silva Lins e Mello

Anderson Fernandes de Alencar

André Gustavo Ferreira da Silva

Aurenea Maria de Oliveira

Auxiliadora Maria Martins da Silva

Cícera Maria do Nascimento

Cinthya Lúcia Martins Torres Saraiva de Melo

Claudia Mendes de Abreu

Dayse Cabral de Moura

Dilian da Rocha Cordeiro

Eliene Amorim de Almeida

Fernanda da Costa Guimarães Carvalho

Grégori de Souza

Irene Giambiagi

Janssen Felipe da Silva

Josilaine Antunes Pereira

Júlia Figueredo Benzaquen
Karla Eveline Barata de Carvalho
Keyla Costa Reis
Márcia Regina Barbosa
Maria Aparecida Vieira de Melo
Maria Eliete Santiago
Maria Erivalda dos Santos Torres
Maria Fernanda dos Santos Alencar
Maria Joselma do Nascimento Franco
Marília Gabriela de Menezes Guedes
Maurício Fagundes
Monica Lopes Folena Araújo
Nathali Gomes da Silva
Patrícia Guimarães Interaminense
Rejane Dias da Silva
Rodrigo Silva Rosal de Araújo
Sara Ingrid Borba
Silvana do Rosário Menino da Costa
Targélia Ferreira Bezerra de Souza Albuquerque
Tathiane Gleice da Silva Lira
Tatianne Amanda Bezerra da Silva
Tayanne Adrian Santana Moraes da Silva
Tereza Luiza de França
Virginia Renata Vilar da Silva
Viviane de Bona

MONITORES E MONITORAS

Adeilza de Souza
Adriana Borges carreira
Adriely Acioli Moreira
Alanis Medeiros Teixeira
Alexsandra Wanderley de Santana
Alexsandro Barboza de Oliveira
Aline Lopes da Silva
Ana Lucia Silva do Nascimento
Anne Grazielle Gomes

MONITORES E MONITORAS

Beatriz Ferreira Sampaio de Vasconcelos
Bernardo José Bione dos Santos
Camylli Vitória
Carla Cunha de França
Cássia Evelyn Silva Coêlho
Daniella Ferreira Cordeiro
Danúbya Alexandre Freitas Dias
Dara Flávia Borba Costa
Dayany Stéphanie Conceição Henrique
Ednalva pereira de Brito
Elvys Fycher Marinho de Almeida
Emanuela de Moraes calado
Emily Torreato da Silva Soares
Evelin Carolaine dos Santos Teixeira
Evellin Joyce Silva Araújo
Fabriele Valeska dos santos bento
Giovanna Maria dos Santos Souza
Guilherme de Almeida falcão Félix Santa Rosa
Herzil Pires Ferreira Junior
Inayara De Holanda Caldas
Itaynã da Silva Batista
Izabely Kariny Seabra da Silva
João Guilherme da Silva Santos
João Vitor Agostinho da Silva Brito
José Ezequiel Barbosa dos Santos
Juanita Marilia Alves dos Santos
Júlia Nicoletti
Juliene da Silva correia
Kecia Maria de Oliveira Amavel
Larissa Lima de Freitas
Larissa Taciana Araújo da Silva
Laura Beatriz Ferreira Torres Lins
Layza Letícia Ribeiro fragoso
Leticia Araujo da Fonseca
Lucas Vinícius dos Santos Silva

MONITORES E MONITORAS

Luz da Silva Cavalcanti

Marcelo Vinícius de França Gama Silva

Maria Auxiliadora Alves calado

Maria Auxiliadora Alves da Silva

Maria Eduarda Assis Rocha de Amorim

Maria Eduarda Torres

Maria Eloísa Melo Silva

Maria Ester Spíndola Souza

Maria Luiza Silva Melo

Maria Rayssa Silva Vieira

Mariana Batista Gomes Trindade

Marina Camila Silva de Lima

Mathuanny Soares dos Santos

Mércia Alves Cardoso

Mônica Maria Gregório da Silva

Natalia Tamyres Gomes Bezerra Da Silva

Paulo Sérgio Rennê Gomes Silva

Rafael Brito Teixeira

Roberta da Silva Rodrigues

Samara Gabriella Gomes De Oliveira

Sandra Cristhianne França Correia

Thabata Alves Luiz

Thalles Vinícius de Araújo arruda da Silva

Thamires Elifelete soares da Silva

Thiago Feitosa Ramos

Thiago Gabriel Arcanjo dos Santos

Virna Queiroz Oliveira

Vitória Luiza de Castro Guimarães Nascimento

Wemilly Marielly Fernandes De Sena

Wilson Amaro Félix Silva

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	22
Maria Erivalda dos Santos Torres	
EIXO TEMÁTICO 1. EDUCAÇÃO POPULAR, MOVIMENTOS SOCIAIS E SAÚDE	25
ACERVO DA LAJE: O DESABROCHAR DE UM CASO DE EDUCAÇÃO LIBERTADORA DO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR-BA	26
Andreane Pereira Moreira Luciano Costa Santos	
A PRÁTICA FORMATIVA DO GEPEPF ATRAVÉS DA INTERDISCIPLINARIDADE NO TERRITÓRIO EDUCATIVO	44
Vivian Liégiade Araújo Santos Anaiza Queiroz de Oliveira Maria Aparecida Vieira de Melo	
EDUCAÇÃO POPULAR: CONTRIBUIÇÕES DA DANÇA SÊNIOR PARA A EMANCIPAÇÃO DA MULHER DA TERCEIRA IDADE	59
Jacqueline Silvana Bezerra Irlândia de Andrade Santos Silva Laiane Carla da Silva Maria Fernanda dos Santos Alencar	

SUMÁRIO

MOVIMENTOS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR EM MANAUS/AM: PROCESSOS DE EMANCIPAÇÃO OU MATRIZES COMPENSATÓRIAS?	81
Ronney da Silva Feitoza Maria da Conceição Monteiro Ferreira Thales José da Silva Feitoza	
PEDAGOGIA DO OPRIMIDO: QUESTÕES DE ORGANIZAÇÃO E ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA	100
Yan Caramel Zehuri	
PROCESSO DE DESPERTAMENTO EMANCIPATÓRIO: EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR EM CONTEXTO PERIFÉRICO	122
Andreane Pereira Moreira Yeimi Alexandra Alzate López	
EIXO TEMÁTICO 2. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	137
A ELABORAÇÃO DE CADERNOS DE ATIVIDADES NA EJA: UMA EXPERIÊNCIA EM CONTÍNUA CONSTRUÇÃO	138
Jaquicilene Ferreira da Silva Alves Johatan dos Santos Andrade Maria Betânia do Egito Costa	

SUMÁRIO

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM TURMA DE TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DA UFRN: DESAFIOS E CONQUISTAS NO PROJETO REAJAI	153
Luciene Ferreira de Souza Perikles Knox Figueira Rita Diana de Freitas	
AS CONTRIBUIÇÕES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DA CIDADANIA HUMANIZADORA	168
Janaina Rosália da Nóbrega Celeste Aurora da Nóbrega Calixto Maria Erivalda dos Santos Torres	
AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: DIÁLOGO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	190
Verônica Pessoa da Silva	
NARRATIVAS DE UMA PEDAGOGIA TEATRAL FREIREANA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	211
Clécio Ernande da Silva	
PERSISTÊNCIA DO ANALFABETISMO NO BRASIL: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS A PARTIR DOS APONTAMENTOS DE PAULO FREIRE	229
Juliane Nunes Leão	

SUMÁRIO

UM OLHAR ESPERANÇOSO SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS NORMATIVOS	247

Joana Karoline da Silva Elias
Virgínia de Freitas Santiago Brito
Eduardo Jorge Lopes da Silva

EIXO TEMÁTICO 3: SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	268

A IMPORTÂNCIA DOS MUSEUS ITINERANTES PARA A SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO ESCOLAR SOB A ÓTICA DE UMA CIDADE DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE	269

Joaquim Bruno Cruz Neto

COMO PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DESENVOLVEM OS TRÊS MOMENTOS PEDAGÓGICOS EM TRABALHOS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL?	289

Debora Bezerra de Santana
Joseane Maria do Nascimento
Monica Lopes Folea Araújo

CONTRIBUIÇÕES FREIREANAS À PRÁXIS EDUCATIVA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	312

Nilmara Helena Spressola
Sandra Maria Xavier Beiju

SUMÁRIO

O ALGORÍTMO DA JUVENTUDE AMAZÔNIDAS : AS MÍDIAS SOCIAIS PODEM SER UM DIFUSOR DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EMANCIPADORA?	331

Rafaela da Cunha Pinto

Giulia Simões Ferrari

O CUIDADO COM O OUTRO NA LAUDATO SI' À LUZ DA CONSCIENTIZAÇÃO DE PAULO FREIRE: UMA ANÁLISE CRÍTICA E INTERPRETATIVA	357

Patricia Helena de Ribeiro Munhoz Costa

Gabriel Fernandes da Silva

Juliana Battistus Mateus Ferreira

EIXO TEMÁTICO 4: DIREITOS HUMANOS E CULTURA DA PAZ	373

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS PAUTADA NAS OBRAS DE PAULO FREIRE	374

Celeste Aurora da Nóbrega Calixto

Dayane Lopes de Medeiros

Maria Aparecida Vieira de Melo

JUSTIÇA RESTAURATIVA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR: UMA PERSPECTIVA FREIRIANA PARA A CONSTRUÇÃO DE COMUNIDADES EDUCATIVAS VOLTADAS PARA PAZ.	395

Virna Queiroz Oliveira

Maria Aparecida Vieira de Melo

SUMÁRIO

OFICINA PEDAGÓGICA EM AÇÃO: REFLETINDO SOBRE OS PARADIGMAS DA CIDADE	414
Midian Lena Pereira Pressato	
Vanessa Freitas Moreira	
Isabela Ebel Lopes	
Isabela Pereira Braz	
Anna Rosa Magalhães de Oliveira da Cruz	
UMA PESQUISA ACERCA DA PEDAGOGIA PARA A CRIAÇÃO DE VALORES HUMANOS	434
Dayane Lopes de Medeiros	
Maria Aparecida Vieira de Melo	
EIXO 5. ÉTICA, POLÍTICA E DEMOCRACIA PARA RESISTÊNCIAS	452
EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA – ENTRE AUTORIDADE E LIBERDADE NA RENÚNCIA À EXPECTAÇÃO E NA EXIGÊNCIA DA INGERÊNCIA	453
Juliana Battistus Mateus Ferreira	
Patricia Helena de Ribeiro Munhoz Costa	
PAULO FREIRE E ENRIQUE DUSSEL: A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO E A FILOSOFIA LATINO-AMERICANA COMO FORMA DE LIBERTAÇÃO	469
Ivandilson Miranda Silva	
Andreane Pereira Moreira	
Luciano Costa Santos	
EIXO TEMÁTICO 6. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DIVERSIDADE E JUSTIÇA SOCIAL	490

SUMÁRIO

AS QUESTÕES ÉTNICO- RACIAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PRISIONAL: A INVISIBILIDADE NA BUSCA POR INCLUSÃO 491

Jacqueline Brito Vieira

Mayllena Joanne Fernandes de Carvalho

Gidevalda dos Santos Cardoso

CONVERGÊNCIAS ENTRE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA CRÍTICA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS SOB A LENTE TRANSFORMADORA DE PAULO FREIRE 508

Jamilly da Silva Santos Cavalcante

OS CAMINHOS PARA SE ALFABETIZAR PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS 525

Christiane Soares Oliveira dos Santos

REDE DE AFROEMPREENDEDORES/AS DE PERNAMBUCO - RAEPE: CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO DE EDUCAÇÃO COLETIVA PARA A PRODUÇÃO E CONSUMO AFRODESCENDENTE 542

Auxiliadora Maria Martins da Silva

Flávio Valdez Martins da Silva

REFLEXÕES SOBRE A CONVIVÊNCIA: ENTRE A NATUREZA E O BEM VIVER 557

Marília Almeida Oliveira

EIXO TEMÁTICO 7. FORMAÇÃO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA EDUCAÇÃO: ENGAJAMENTO SOCIAL, POLÍTICO E PEDAGÓGICO 573

SUMÁRIO

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE PERNAMBUCO (PEA/PE) E DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE PERNAMBUCO (PEAPE)	574
Andressa Rodrigues dos Santos Monica Lopes Folena Araujo	
A RODA DE CONVERSA E AS EMOÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRINCÍPIOS FREIREANOS COMO FUNDAMENTO	596
Dirciane Maria Gonçalves Coelho Muniz Viviane de Bona	
COMPROMISSO DEMOCRÁTICO DA METODOLOGIA FREIREANA	616
Ricardo de Aguiar Pacheco	
FORMAÇÃO VIOLÊNCIAS EM PAUTA: “INÉDITOS VIÁVEIS” OU QUANDO O ENCONTRO SUSTENTA A PRÁTICA	629
Sofia Robin Ávila da Silva Sarai Patricia Schmid	
LEITURA LITERÁRIA: MUITO ALÉM DA DECODIFICAÇÃO NA PERSPECTIVA FREIRIANA	647
Seli Santos de Jesus	
O COMBATE À FOME NA ESCOLA: ATOS INTEGRADOS DE AMAR E ESPERANÇAR	664
Vanessa dos Santos Gomes Maria Neuma Mascarenhas Paes	

SUMÁRIO

PAULO FREIRE E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE DIRETORES ESCOLARES: APROXIMAÇÕES A PARTIR DA PRODUÇÃO DO PPGEDU DA UFPE	681
Paulo Bruno José Ferreira de Brito	
PAULO FREIRE E AS PRÁTICAS DOCENTES NA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DOS PRIVADOS DE LIBERDADE	700
Cintia Gonçalves dos Santos Marcia Regina Barbosa Joaquim Luís Medeiros Alcoforado	
EIXO 8. CURRÍCULOS, DIDÁTICA/ENSINO-APRENDIZAGEM E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA PERSPECTIVA DA INTERCULTURALIDADE	721
CURRÍCULO ESCOLAR: ESPAÇO DE JUSTIÇA COMO SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES E RESPEITO ÀS DIVERSIDADES NUMA ÓTICA FREIREANA	722
Josinaldo Dantas da Silva Eduardo Jorge Lopes da Silva	
SOBRE OS ORGANIZADORES	740



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

APRESENTAÇÃO

O Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas é uma sociedade civil sem fins lucrativos, e que tem como finalidade educativa e cultural manter em circulação e vivas as ideias de Paulo Freire, educador pernambucano, referência no Brasil e no mundo. Sua contribuição para a Educação foi oficialmente reconhecida pela Lei nº 12.612/2012 como Patrono da Educação no Brasil. É um espaço de estudo, discussões e construção do conhecimento que realiza inúmeras ações.

Dentre as diversas ações realizadas pelo CPFreire, vem ocupando espaço relevante o Colóquio Internacional Paulo Freire, que em 2024 realizou sua XII versão. O encontro traz como tema **Educação libertadora: Esperançar para a reconstrução do Brasil** e tem como objetivo reunir, educar(as), pesquisadores, estudantes e profissionais dos diversos níveis dos conhecimentos, estudiosos(as) da pedagogia freireana, como também comemorar um novo esperançar para todos os brasileiros e brasileiras.

Entre as ações realizadas no **XII Colóquio Internacional Paulo Freire** estão os **CÍRCULOS DE CULTURA E APRESENTAÇÃO ORAL DE TRABALHOS: TECENDO SABERES NAS RODAS DE CONVERSA**. Essa ação mobiliza pesquisadores da educação básica e do ensino superior a escreverem textos inéditos em diversos eixos temáticos que possibilita um excelente acervo para pesquisa que fica à disposição do público no site do CPFreire que passamos a apresentar.

Esta obra está composta trinta e seis capítulos distribuída em sete eixos temáticos. O **EIXO 1. EDUCAÇÃO POPULAR, MOVIMENTOS SOCIAIS E SAÚDE**, articula a prática social à reflexão crítica da realidade, substantivando o conceito de **práxis social transformadora**. Objetiva problematizar a história da Educação Popular em suas diversas dimensões de resistência, luta e mudança social



buscando compreender a epistemologia dos saberes que movem as ações para construir trilhas emancipadoras com a força do coletivo.

As discussões continuam no eixo 2 intitulado **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**, que problematiza a historicidade da Educação de Jovens e Adultos, as práticas pedagógicas na EJA e os Fóruns, como espaços educativos de reflexão e construção de práticas emancipatórias na/da EJA refletindo criticamente sobre as políticas educacionais da modalidade.

A fluidez nas construções textuais continuam no eixo 3 que pauta a **SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL** para recolocar o sujeito no centro do debate sobre a qualidade de vida e uma educação para a qualidade social, indissociável da construção da sustentabilidade do planeta e de um projeto de sociedade digna, fraterna e justa; substantivamente democrática.

O eixo 4 **DIREITOS HUMANOS E CULTURA DA PAZ** se articula aos demais eixos, quando coloca a produção da existência humana em uma sociedade digna, fraterna e justa como uma de suas prioridades. Concebe a Cultura de Paz como indispensável à realização da vocação ontológica do ser humano de SER – MAIS de acordo com os fundamentos freireanos. Chama a atenção para a necessidade de imersão na prática social, sua análise crítica, para identificação das grades visíveis e invisíveis que direta e/ou indiretamente aprisionam o sujeito humano.

A escrita de cada texto é retratada por uma realidade social representada nos diversos eixos do que se fizeram presentes no encontro. Nesta perspectiva, o eixo 5 intitulado **ÉTICA, POLÍTICA E DEMOCRACIA PARA RESISTÊNCIAS** vem se constituir como núcleo na construção de um projeto de sociedade e de vida fundados no pensamento de Paulo Freire em diálogo com autores que dialogam com ele.

Uma das discussões que não poderia ficar de fora no encontro estava no eixo, as **RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DIVERSIDADE**



E JUSTIÇA SOCIAL que trouxe como proposta refletir e debater sobre as relações étnico-raciais, as políticas de cotas raciais e sociais, a diversidade de gênero, as políticas sociais de inclusão para pessoas com deficiência e de combate ao preconceito e a LGBTQIA+fobia, bem como o combate às desigualdades sociais e as práticas pedagógicas à luz dos estudos freireanos.

Por fim, para fechar esta coletânea trazemos o **EIXO 7. FORMAÇÃO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA EDUCAÇÃO: ENGAJAMENTO SOCIAL, POLÍTICO E PEDAGÓGICO** que pauta como proposta a reflexão sobre a formação de professores(as) e dos(as) educadores(as) populares, sobre Pedagogia de projetos e práticas docentes e/ou pedagógicas diferenciadas, as tendências pedagógicas, as metodologias de ensino, a política educacional e financiamento da educação, a gestão escolar e as práticas libertadoras, emancipatórias e direcionadas para a transformação social.

Esta obra traz a possibilidade de pesquisa e estudo com diversos temas em várias áreas do conhecimento. Nessa direção, quero desejar a quem ler esta obra o máximo da alegria que o mestre Paulo Freire nos deu, a continuidade do esperar por um mundo mais justo, a amorosidade com a qual respeitou homens e mulheres, as boas lembranças que deixou por todos os caminhos que percorreu, com a proposta de uma educação e sociedade mais humanizada. Portanto, este que se encontra em suas mãos, prezado leitor, é um contributo inigualável para os estudos freirianos. Boa leitura!

Maria Erivalda dos Santos Torres



EIXO TEMÁTICO 1: EDUCAÇÃO POPULAR, MOVIMENTOS SOCIAIS E SAÚDE

O eixo temático “Educação Popular, Movimentos Sociais e Saúde” articula a prática social à reflexão crítica da realidade, substantivando o conceito de **práxis social transformadora**. Objetiva problematizar a história da Educação Popular em suas diversas dimensões de resistência, luta e mudança social; busca compreender a epistemologia dos saberes que movem as ações para construir trilhas emancipadoras com a força do coletivo. Discute processos pedagógicos da educação popular nos espaços formais e não formais, a pesquisa-ação, os círculos de cultura e tece reflexões sobre as bandeiras dos movimentos sociais em sua diversidade de causas, a exemplo dos movimentos: Sem-Terra, Sem-Teto; e dos movimentos: indígena, negro, feminista, saúde entre outros de resistência e luta. Reflete sobre um marco legal da Educação popular, a cultura popular, a agroecologia, a agricultura familiar, as Juventudes, ancoradas nas questões de formação política interligadas às experiências formativas em diversos espaços da Educação do campo, Educação escolar indígena, Educação Quilombola e a Educação Prisional. Procura também analisar práticas integrativas na saúde, a formação de médicos por meio da Educação popular, práticas pedagógicas preventivas, a formação de agentes da saúde popular e de Doulas, sobre o SUS, LOAS e SUAS, saúde dos idosos e parto humanizado.



ACERVO DA LAJE: O DESABROCHAR DE UM CASO DE EDUCAÇÃO LIBERTADORA DO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR-BA

Andreane Pereira Moreira
andreanemoreira@gmail.com
Luciano Costa Santos
lucostasantos1@gmail.com

RESUMO: A pesquisa sob o título: "Acervo da Laje: O Desabrochar de um Caso de Educação Libertadora do Subúrbio Ferroviário de Salvador-BA", trata-se de um recorte a partir da dissertação de mestrado defendida em 2020, cujo objetivo central foi: investigar a efetividade educacional das ações culturais promovidas pelo Acervo da Laje, que se propunham a visibilizar e compartilhar conhecimentos e experiências junto aos moradores suburbanos, tendo como principal referência existencial a vida dentro do território, sem distinção de formação ideológica, acadêmica ou de qualquer ordem. Tendo examinado também, a implementação de práticas educacionais libertadoras nessa comunidade do subúrbio ferroviário de Salvador, na Bahia. O estudo apresenta como a educação, enraizada nos princípios da pedagogia libertadora, pode transformar a realidade social e cultural dos territórios. Através da análise de um projeto educacional específico, o texto detalha as estratégias utilizadas para promover a autonomia, a consciência crítica e o empoderamento dos participantes. Destaca-se seu enfoque na valorização da cultura local e na inclusão de saberes populares, criando um espaço onde a educação não apenas ensina, mas também inspira mudanças significativas na comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Acervo da Laje. Subúrbio Ferroviário de Salvador. Libertação.



INTRODUÇÃO

O Subúrbio Ferroviário de Salvador, região comumente identificada, na grande mídia, como locus de pobreza, violência e ausências de significados sócio-político e culturais, mostram-se como território com um carácter imensurável de pujante beleza e criação. A experiência do professor José Eduardo Ferreira Santos, como morador e intelectual oriundo deste local, em muito tem contribuído para demonstrar que a mudança de realidades é possível, bastando para isso investimentos em educação que, de fato, dialogue com as experiências de um povo e de um lugar.

Dessa forma, o Acervo da Laje foi desenvolvido a partir de uma pesquisa etnográfica sobre a arte e seus produtores não reconhecidos e, portanto, invisibilizados do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Surge então, essa descoberta do professor José Eduardo Ferreira Santos, em parceria com o fotógrafo Marco Iluminati, quando, durante o desenvolvimento da pesquisa e como seu resultado, eles descobrem a beleza e criação manifestas nas variadas obras de arte, escondidas e invisíveis aos olhos, inclusive, da população do entorno. O Acervo da Laje se apresenta como um espaço onde se vive de maneira plena e sistemática a educação a partir das próprias experiências de vida de cada sujeito que circula por seus espaços e atividades.

A presente pesquisa atua neste sentido de reconstituir histórias de vida do povo de um lugar, com suas dores, sabores, conquistas e amores. A pesquisa de base etnográfica nos possibilita trazer concretude, liberando a linguagem de uma pretensa neutralidade valorativa, pois essa linguagem perpassa relações de poder ou, ao contrário, de cuidado.

Isto posto partiremos para a análise do Acervo da Laje enquanto espaço de construção de significados sócio-políticos a partir da região do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Procuremos



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

investigar a presença (ou ausência) de sentimentos de pertença e identificação da comunidade do entorno com as ações desenvolvidas no Acervo, investigando, também, se verifica-se (ou não) um sentido de libertação nos atos e relatos dos frequentadores do Acervo, a partir da valorização da beleza produzida e compartilhada naquele espaço.

EDUCAÇÃO E CULTURA SUBURBANA

A proposta que mantém a partir das atividades desenvolvidas na casa-escola-museu, tem contribuído no sentido de mostrar que o diálogo necessário entre cultura, arte e educação, não possui como detentor apenas a classe mais abastada da sociedade, e que este pode, sim, favorecer o aprofundamento da nossa humanidade. Nas palavras de Santos (2014, p. 14):

[...] Nossa proposta tem a função de mostrar o refinamento cultural e a arte dos moradores das periferias de Salvador, que produzem e dialogam com o que de melhor foi feito no mundo, em relação às artes, no entanto sem a devida valorização e exposição, o que pode ser uma novidade pelo fato de no espaço fixo de uma laje as pessoas puderem ver e contemplar essa síntese a partir e através das centenas de obras expostas e que estão abertas à visitação pública, querendo comunicar, fazer o encontro acontecer entre os moradores das comunidades e os visitantes, provocando as mais diversas reações e quebrando os paradigmas de que a pobreza não pode dialogar com todos os âmbitos da sociedade.

Além do caráter formativo e artístico exposto do Acervo da Laje, aparecem outras nuances que revelam a profundidade de um espaço que possui uma face comunitária, totalmente disponíveis ao público, ao mesmo tempo em que se caracteriza como lugar de acolhimento, aconchego e afirmação de vida. O Acervo da Laje se mostra, também, como lugar de memória, de forma a recuperar a



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

herança ancestral do subúrbio, dando assim visibilidade ao local que fez parte do processo “civilizatório brasileiro”, e a cujo extraordinário significado não há, na grande maioria das vezes, sequer menção nos livros didáticos de história, o que ratifica a sua negação até por parte dos próprios habitantes. Entretanto, essa tentativa de apagamento não constitui um acontecimento isolado e sem pretensões. Há uma história de resistências que foram travadas neste território, e ao poder hegemônico interessa apenas seu esquecimento.

Outra característica essencial reside no fato desse dispositivo educacional propiciar o encontro das pessoas com a arte produzida no Subúrbio Ferroviário de Salvador, de maneira a desfazer os estereótipos impostos hegemonicamente. Esse encontro com a arte é estimulado, na medida em que os visitantes têm acesso às obras de arte e delas podem fruir, além de reconhecer-se nas tantas intervenções realizadas a partir das atividades que ali são desenvolvidas.

A arte tem uma função semiótica importante na vida dos seres humanos. Ela se constitui como um patrimônio construído pela humanidade e que pode continuamente se comunicar independente do tempo e espaço. Ela muitas vezes pode ser percebida como algo dispensável, principalmente quando os humanos têm a sua humanidade diminuída ou mesmo colocada em situação de vulnerabilidade, mas mesmo assim a arte surge como uma necessidade humana tanto de criação quanto de fruição. (Santos, 2014, p. 22).

As atividades realizadas de coleta e garimpagem de artefatos, que contam a história do território suburbano, a mensagem implícita é que, onde seja possível a realização de aprendizagens, esse é lugar de beleza e humanidades. As aquisições das obras produzidas pelos artistas locais, que emolduram o Acervo da Laje e se encontram alocadas em duas casas, denominadas: Casas 1 e 2 (a primeira foi



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

erguida sobre a laje da família e a segunda uma aquisição necessária devido a ampliação de atividade e artefatos que foram agregados ao local), oportunizam a ressignificação da história do Subúrbio Ferroviário de Salvador, quebrando o paradigma de local de pessoas não capazes de elaboração estética, ao mesmo tempo em que viabilizam a abertura e divulgação de obras importantes produzidas internamente e que, por questões de ordem mercadológica, social e cultural, não encontram respaldo para a comercialização e divulgação.

O Acervo da Laje contribui para o questionamento, a partir da cidade de Salvador e, e mais especificamente, do Subúrbio Ferroviário de Salvador, da tradicional característica de centralidade de determinados espaços públicos, que não possibilita a presença e aproximação de comunidades ditas periféricas, sendo essa uma das principais rupturas provocadas pelas experiências obtidas através do Acervo da Laje.

SAÍDAS DA INVISIBILIDADE

A memória seletiva em artes visuais que, de alguma forma, tem a ver com circuitos hegemônicos, é o que na atual conjuntura vai determinar quem sobrevive ao mundo das artes. O periférico, naturalmente, não teria a priori referenciais em obras de artes, mas os idealizadores do Acervo da Laje conseguiram encontrar referências de arte no subúrbio. Não sem razão, hoje, em seu acervo, se encontram obras originais de artistas, por exemplo, da região do recôncavo. O campo hegemônico opera em prol da invisibilidade da arte periférica, praticando corriqueiramente a injustiça social de não permitir que segmentos excluídos da sociedade, possam se tornar capazes de conhecer o mundo e contribuir para sua transformação. No entanto, as variadas formas de expressão através da arte se fazem necessário e contribuem sobremaneira para o desenvolvimento do ser humano.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

A arte limitada a redutos seletos da classe mais abastada e com endereços restritos ao centro da cidade estabelece de maneira expressiva a não apropriação dos artistas periféricos em locais por onde circula arte, como também impossibilita a exposição de suas obras. A contradição existente se expressa pela tentativa de invisibilização imposta e praticada hegemonicamente, a qual se manifesta impetrada contra um espaço como o Acervo da Laje. Reconhecido tanto no entorno do Subúrbio, no centro da cidade, fora do país, (na medida em que reúne estudantes de vários países que aportam periodicamente, para o estabelecimento de pesquisas e visitas guiadas a partir de instituições como o Goethe Institut), instituição portanto, constituída e reconhecida como um Museu, inclusive tendo esse reconhecimento pelo próprio veículo de comunicação denominado G1¹ o qual já realizou matérias, atestando a idoneidade e existência pujante daquele espaço.

Destarte, foi realizada em Salvador-Ba, com ampla cobertura midiática, a 17ª Semana Nacional de Museus, o qual foi comemorado em todo o Brasil, de 13 a 19 de maio de 2019, contando inclusive com uma ampla programação especial nos museus e casas de cultura de toda a Bahia. Esse detalhe de toda a Bahia, se refere aos espaços localizados em áreas nobres da cidade, pois mesmo com a divulgação de matérias sobre a existência e importância do Acervo da Laje, o espaço foi mais uma vez recolhido, invisibilizado, não houve o ingresso ou mesmo o reconhecimento por parte dos organizadores da Semana Nacional dos Museus. Esse fator se caracteriza de forma contundente explicitando a veracidade da rejeição delegada aos equipamentos e cultura produzida nos arredores da cidade, em especial no Subúrbio Ferroviário de Salvador.

¹Matéria publicada por este veículo de comunicação no dia 11 de maio de 2019: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/05/11/criado-por-casal-unico-museu-do-suburbio-de-salvador-reunepecas-da-capital-e-de-outras-cidades-do-pais-aprender-novas-narrativas.ghtml>.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Além dessas conquistas que levam o nome e a exuberância do Subúrbio Ferroviário de Salvador e do Acervo da Laje a pontos inimagináveis, foi publicado, em 2019, um artigo do professor José Eduardo intitulado: Education for Beauty in Acervo da Laje (The Laje Collection) and the Emergence of Creative Work at the Outskirts of Salvador, Brazil, abordando acerca das peculiaridades que cercam o SFS e o Acervo. O livro¹² em questão, editoriado e organizado pelas escritoras Pernille Hviiid e Mariann Märtsin, tratando acerca da Psicologia Cultural da Educação numa série de artigos, relata experiências educacionais transformadoras e exitosas, provenientes de várias partes do globo. Além disso, mostra a importância da educação aliada à experiência cultural, através da mediação simbólica da ação, da acumulação e compartilhamento de representações no espaço da vida. Essa produção está localizada na parte 2 do livro, intitulada: “Construindo uma Educação Culturalmente Responsiva”.

Outra produção que também apresenta o SFS e o Acervo da Laje fora do país, é o artigo “Boundaries Between Art and Education: The Case of The Laje Collection”, produzido pelo professor José Eduardo Ferreira Santos, no qual apresenta o SFS e o Acervo da Laje como lugar de educação e cultura. O artigo encontra-se no livro intitulado: “Contextos e Fronteiras Educacionais através de uma Lente Cultural”. Este livro também faz parte da série de livros de Psicologia Cultural da Educação, onde as editoras/organizadoras: Giuseppina Marsico, Virgínia Dazzani, Marilena Ristum e Ana Cecília de Souza Bastos, na qual, apresentam perspectivas acadêmicas de diversas partes do mundo. As autoras concebem a “fronteira” como um tipo de membrana que delimita um “dentro” e um “fora” no ambiente educacional, reunindo diferentes atores, grupos e culturas. O livro apresenta as perspectivas de acadêmicos e especialistas em educação de várias partes do mundo, incluindo Brasil, Argentina, Itália, Japão e Reino Unido. Elas esclarecem o que acontece na



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

fronteira em diferentes contextos culturais, e qual a relação entre o cenário educacional e os outros contextos ou microculturas da vida

Embora haja evidências incontestáveis da pulsação de vida que existe neste território e espaço de cultura, ainda persiste a tentativa de invisibilização e estigma com relação ao museu-casa-escola. Ignora-se neste caso, a suma importância existente no Acervo da Laje, no que se refere à catalogação de documentos variados que contam e ratificam a história do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Isto se observa através do ajuntamento de fotografias, recortes de jornais, livros raros, placas de ruas, entre outras documentações existentes no Acervo da Laje, que atestam e narram de maneira sublime a memória daquele território.

Santos (2014) entende que há uma clara intenção de destruição da história da memória suburbana, como se essa história, que, em algum grau, foi soterrada, não pudesse se prolongar: “O silêncio e o esquecimento são resultados de séculos e de décadas de abandono e falta de registros de histórias que poderiam ser melhor contadas”. (Santos, 2014, p.21).

A possibilidade de interconexão que suscita o Acervo da Laje, envolvendo distintos setores, na medida em que promove a troca de saberes com a sociedade civil (representada por moradores do entorno e adjacências); a academia (com seus alunos de diferentes graus de instrução e formação, como também seus mestres); e os agentes culturais que por ali circulam.

A práxis de educação popular observada no Acervo da Laje, acolhe, articula e valoriza justamente essas experiências e saberes não formais do povo. A característica de um espaço aberto ao público, onde vemos a circulação material de tantos e variados saberes, é a mostra da potência popular, nas palavras de Dussel (2010), expressa nas variadas criações artísticas e belezas que emergem naqueles lócus. As agruras e violências sofridas pelo povo suburbano, são a mostra de sua força e o desafio a continuar contando – e não deixar



que morra – sua história, invisibilizada secularmente pelo poder hegemônico.

CASA-ESCOLA-MUSEU²

Esse modo de vida e socialização educativa, que tem alcançado o mundo, constitui simultaneamente uma experiência de Museu – como espaço de memória e fruição de arte –; Casa – como espaço de acolhimento e encontro –; e Escola – como espaço educativo.

Esses são pontos chave para se pensar a extensão do projeto desenvolvido pelo Acervo da Laje. Constata-se a grandeza de um local que, através da educação popular, arte e beleza, questiona e coloca à vista a destituição da população pobre do acesso à experiência estética de forma geral, denunciando, dessa forma, a privação do belo, que coloca pessoas em condições sub-humanas.

A Casa 2 aparece como a materialização de um sonho, embalado a partir do trabalho de Vilma Santos e José Eduardo Ferreira Santos. Em 2015, começam a construção desta casa que estava já projetada para ser um lugar de acontecimentos, onde se costuma agregar pessoas das mais variadas classes sociais, formações ou não formações, cor, credo, culturas etc. Segundo Santos (2018), “É uma casa onde tudo foi pensado: as plantas, os azulejos, o tamanho das salas, pois é uma casa para morar e também uma casa de cultura, para receber as pessoas, uma casa para gerar cultura, memória e história para a cidade e o mundo.”

²Definição de Museu-Casa-Escola na definição de Santos (2019): Museu como espaço de memórias periféricas elaboradas; Casa como lugar de vivências e encontros; e Escola no sentido de uma Universidade popular, onde se ensina no diálogo, na relação com as pessoas e com as obras, deixando que cada um chegue às suas sínteses.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

José Eduardo Ferreira Santos rememora com alegria a construção da Casa 2, como um período de criação, memórias e afetos. Era, basicamente, o início de uma obra que viria a se destacar como lugar aprazível de encontros, emoções e acolhimentos. A Casa 2 nasce a partir de histórias que se encontram para realizar sonhos: José Eduardo Ferreira Santos e sua esposa Vilma Santos, Federico Calabrese e Ana Carolina Bierrenbach (arquitetos). A partir desse encontro, eles têm a grata surpresa de ver descortinar-se diante de si a mudança no modo de olhar a arte, a história e a arquitetura, e percebem ali a potência da arte aliando-se, fundindo-se e produzindo vida para as pessoas.

É profundo entender como a potência dos encontros ressignifica, revira, entrelaça, trazendo à tona as riquezas e belezas produzidas em uma área periférica de Salvador. Trata-se, portanto, de uma memória que é afetiva e libertária. Santos (2018) entende essa memória como uma arqueologia afetiva, histórica e contemporânea, pois compreende a dimensão de uma casa que guarda memórias que são do mundo, e que ao mesmo tempo se propõe a acolher e realizar encontros artísticos, estéticos e ancestrais que aparecem como potência que se traduz em épocas, “[...] histórias, riquezas, belezas e tudo isso em uma cidade em permanente estado de mutação, como é Salvador, onde a sanha da mudança faz o antigo e o novo estarem sempre em constante tensão”. (Santos, 2018, p. 5).

A estética está presente nas periferias do mundo, e, por conseguinte, na periferia de uma cidade como Salvador, e precisa ser vista, pois muitas vezes tem-se um discurso como se o belo fosse patrimônio de poucos [...] o subúrbio tem uma riqueza cultural ainda não devidamente analisada, pois geralmente, não temos a visão global de um fenômeno e tende-se a vê-lo sob um ponto de vista restrito (Santos, 2014, p. 221).

A história do Acervo da Laje se caracteriza como um caso de educação libertadora, tendo em vista que, na história de vida de seus



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

idealizadores e participantes, ao longo do tempo e de sua atuação enquanto espaço de fruição de beleza e educação, proporciona a prevenção e até mesmo a saída de situações-limite de vulnerabilidade e exclusão, a que estão sujeitos cidadãos periféricos. Dessa maneira, o Acervo da Laje é também lugar de potência, à luz do que diz Arendt (1988, p. 222):

O poder é sempre um poder potencial e não uma entidade intercambiável, mensurável e confiável como a força (física). Enquanto esta é a qualidade natural de um indivíduo visto em isolamento, o poder surge entre os seres humanos quando atuam juntos e desaparece no momento em que se dispersam.

Dussel (2010), de modo semelhante, atribui ao povo (plebs) esse poder que flui a partir da ação política e surge no movimento de lutas reivindicatórias. Nessa perspectiva, o Acervo promove atividades com marcante significado sócio-histórico-político, na medida em que propicia dinâmicas (a exemplo das rodas de conversas desenvolvidas) com temas contemporâneos, de cunho emancipatório, libertador, envolvendo públicos diversos e costumeiramente marginalizados a exemplo d@s segmentos formados por LGBTQIAP+ e suas identidades, o espaço da mulher nos campos da arte e da cultura etc.

O espaço do Acervo da Laje opera no sentido de agregar, trocar e compartilhar saberes, a partir da necessidade urgente de uma outra compreensão de educação que, de fato, se apresente como libertária na contemporaneidade, com a ampliação da participação comunitária, que envolva um tecido relacional, baseado em valores de ética e afetividade, valorizando os pertencimentos comuns, objetivando a guarda de valores que são tesouros, assim como a memória de um povo e um lugar. O Acervo age em interação, pelo respeito aos ideais, crenças, modos de ser e estar no mundo, assumindo dessa forma uma dimensão ampla e significativa de povo.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Para Morin (2000), construir conhecimento é tentar excluir a simplificação própria de um conceito mutilador, pois a complexidade não luta contra a incompletude, o que ela propõe é a eliminação da mutilação. O pensar complexo tenta a articulação, a identidade e a diferença dos aspectos físicos, biológicos, culturais, sociais, psíquicos e espirituais na composição do humano.

Como se pode verificar ao longo dessa investigação, tais aspectos são passíveis de ser facilmente percebidos no Acervo da Laje. Este possibilita repensar quem somos, nosso itinerário existencial, compreendendo e valorizando aspectos que são e estão indissociáveis dos sujeitos, até desembocar em uma educação que abra cada vez mais possibilidades de humanização nesse tempo: “Embora diferentes entre si, quem forma, se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser reformado” (Freire, 2000, p. 25).

Esse povo habitante da região do Subúrbio Ferroviário de Salvador, composto por uma comunidade tida e havida como preterida, massa excluída, reduzida pelo poder hegemônico à marginalidade, e não suportada pela ordem coercitiva estabelecida, nas palavras de Dussel, (2010) é “hiperpotência”, e – o mais importante – enraizada em lugar fecundo. Analisando o Subúrbio Ferroviário de Salvador e a cultura produzida internamente, como sentido de território e identificação, faz-se oportuno o entendimento de Simone Weil, acerca da categoria enraizamento:

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. Um ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, ou seja, ocasionada automaticamente pelo lugar, nascimento, profissão, meio. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber a quase totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios dos quais faz parte naturalmente. (Weil, 2001, p.43).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Desse modo, a proposta de educação popular desenvolvida pelo Acervo da Laje, apresenta esse viés do enraizamento descrito por Simone Weil, na medida em que, agindo de forma coletiva, agrega esforços junto à comunidade e agentes culturais que transitam naquele espaço, oportunizando a explosão da potência existente e latente na população do Subúrbio Ferroviário de Salvador, transformando, assim, o flagelo da dificuldade, e potencializando o nascimento da esperança convertida em coragem. Tal educação, de fato, prepara para a vida, ao fomentar o reconhecimento das próprias raízes e ao valorizar o sustentáculo da vida, que é a comunidade. Promove, ainda, uma diversidade de experiências alternativas que podem e devem ser amplamente utilizadas, como espaço de fruição de saberes e descobertas, que faz do ato de ensino-aprendizagem um meio de crescimento e de prática educacional transformadora, libertadora. Esta exige uma postura crítica, sistemática, a qual não se adquire a não ser praticando-a.

A vontade de viver do povo, historicamente negada pelo poder hegemônico em sua vontade de poder, conflui para uma enorme fonte de coragem e eclosão de potência, oriundas dessa população marcada pela exclusão. Esse povo, que aparece nas experiências desenvolvidas no Acervo da Laje como coletivo, exerce, dessa forma, a práxis libertária, indo corajosamente de encontro ao poder hegemônico com suas práticas de resistência, e se colocando como ideal de cunho transformador para uma nova realidade de força e vida (Dussel, 2010).

Interessante perceber que esse trabalho não estaciona com a abertura das portas do Acervo ao público. Até hoje, juntamente com seus fundadores, nas visitas e oficinas próprias para conhecimento daquele território, somos convocados a garimpar os artefatos e, nesse encontro, o mundo cultural do povo do Subúrbio Ferroviário de Salvador se manifesta em toda a sua pujança, com suas memórias, sofrimentos, insurgências, aspirações etc., nos levando a reler o



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

mundo tal como este se apresenta a partir de sua versão genuinamente vivida, compartilhada neste território, diferentemente da versão dominante transmitida pelos meios hegemônicos de formação e comunicação.

O termo “cultura” assume uma dimensão que é própria do povo. Em sua grande maioria, as obras de arte e atividades culturais populares não necessitam de um saber acadêmico, o que ocorre é que esse saber popular não é valorizado enquanto tal. As atividades desenvolvidas no espaço do Acervo da Laje, vão desde seminários, oficinas, até as visitas guiadas e exposições permanentes nas duas casas, denominadas Casa 1 e Casa 2.

Enquanto a Casa 1 permanece como espaço expositivo que provoca o impacto pela noção do ornamental, do excesso, do todo, início da pesquisa, a Casa 2 é sua continuidade, com a particularidade de ser o espaço dos diálogos, encontros, de modo mais confortável e com a beleza para que possibilite encontros com as pessoas e o território, seus artistas e obras de arte, gerando novas narrativas. (Santos, 2018, p. 10).

Se adquire a partir dessa experiência uma visão ampla acerca do significado de arte, fruição de vida, beleza, compartilhamento e acolhimento, de modo que não há como passar despercebido ou se manter alheio à atmosfera de vida pulsante naquele espaço.

O espaço do Acervo da Laje alcança uma dimensão de singular humanidade. Os variados encontros que ocorrem adquirem sempre uma significância que ultrapassa qualquer tipo de formalismo que habitualmente se encontra em instituições ou outros espaços destinados a questões de cunho educacional. Aliás, a casa-museu-escola se constitui como espaço único de beleza e fruição, no sentido de valorização da história de vida de cada pessoa que ali adentra (e se deixa tocar pela atmosfera do espaço), bem como das experiências,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

trocas e aprendizagens significativas que adquirem vida e podem ser compartilhadas a partir da elaboração de cada um/uma.

Nesse sentido encontramos o cerne da força desse espaço traduzido por suas raízes, ao que analisamos conforme Weil:

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. Um ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, ou seja, ocasionada automaticamente pelo lugar, nascimento, profissão, meio. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber a quase totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios dos quais faz parte naturalmente. (Weil, 2001, p.43).

Desse modo, a proposta de educação popular desenvolvida pelo Acervo da Laje, apresenta esse viés do enraizamento descrito por Simone Weil, na medida em que, agindo de forma coletiva, agrega esforços junto à comunidade e agentes culturais que transitam naquele espaço, oportunizando a explosão da potência existente e latente na população do Subúrbio Ferroviário de Salvador, transformando, assim, o flagelo da dificuldade, e potencializando o nascimento da esperança convertida em coragem. Tal educação, de fato, prepara para a vida, ao fomentar o reconhecimento das próprias raízes e ao valorizar o sustentáculo da vida, que é a comunidade. Promove, ainda, uma diversidade de experiências alternativas que podem e devem ser amplamente utilizadas, como espaço de fruição de saberes e descobertas, que faz do ato de ensino-aprendizagem um meio de crescimento e de prática educacional transformadora, libertadora. Esta exige uma postura crítica, sistemática, a qual não se adquire a não ser praticando-a.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

A análise do Acervo da Laje revela um profundo exemplo de como a educação libertadora pode ser um veículo de transformação social e cultural em contextos historicamente marginalizados. Situado no Subúrbio Ferroviário de Salvador, esse espaço transcende a mera função de um museu, funcionando simultaneamente como casa, escola e centro cultural. Ao promover uma imersão na rica tapeçaria de experiências, arte e saberes da comunidade local, o Acervo da Laje não só desafia os estereótipos negativos associados às áreas periféricas, mas também reescreve a narrativa de invisibilidade que frequentemente recai sobre elas.

O projeto demonstra que a valorização da cultura local e a inclusão de saberes populares são fundamentais para fomentar a autonomia, a consciência crítica e o empoderamento dos indivíduos. A abordagem educacional do Acervo da Laje, alicerçada na pedagogia libertadora, proporciona um ambiente onde a arte e a educação se entrelaçam de forma a catalisar mudanças significativas na vida dos participantes. Este espaço exemplifica a capacidade de a educação engajar-se ativamente com a realidade vivida dos indivíduos, promovendo não apenas a preservação de memórias e identidades culturais, mas também a criação de novas possibilidades para o futuro.

Além disso, a persistente invisibilização enfrentada pelo Acervo da Laje, mesmo com seus reconhecimentos e sucessos, ilustra as barreiras sistêmicas que continuam a limitar o acesso e a valorização da arte e da educação nas periferias. No entanto, o Acervo da Laje não se intimida e segue desafiando o status quo ao criar um espaço onde a beleza e a criatividade emergem como formas de resistência e afirmação. O espaço se torna um testemunho vibrante da capacidade humana de transformar adversidade em força criativa e coletiva.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Portanto, o Acervo da Laje não é apenas um local de exposição artística, mas um microcosmo da possibilidade de transformação social e educacional. Ele oferece uma poderosa lição sobre a importância de enraizar a educação e a cultura na vida real das pessoas, promovendo uma sociedade mais inclusiva e consciente de sua própria riqueza cultural e potencial. A experiência do Acervo da Laje é um convite para repensar as estruturas de poder e a valorização da arte e da educação, destacando a importância de reconhecer e apoiar as expressões culturais emergentes das comunidades marginalizadas.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. São Paulo: Forense/Edusp, 1988.

DUSSEL, Enrique. **Transmodernidade e Interculturalidade** (interpretação desde a filosofia da libertação). In: BETANCOURT, Raúl Fornet. Interculturalidade: críticas, diálogo e perspectivas. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004. p. 159-208.

DUSSEL, E. **Para uma Ética da Libertação Latino Americana**. Tradução de Luiz João Gaio, São Paulo: Ed Loyola; Piracicaba-SP: Editora: UNIMEPE, 1977. (Coleção Reflexão Latino-americana, v 2, tomo III, Erótica e Pedagógica).

DUSSEL, Henrique. **Sete Hipóteses para uma estética da libertação**. Práxis. Revista de Filosofia. ISSN: 1409 – 309X. 2018.

DUSSEL, HENRIQUE. **20 Tesis de Política**. México: Siglo XXI, 2006.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. 18 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade**. E outros escritos, São Paulo. Ed Paz e Terra, (Coleção O Mundo hoje, v 10) 2010.

MORIN, Edgar. **Reinventar a educação**: abrir caminhos para a metamorfose da humanidade. Tradução de Irene Reis dos Santos. São Paulo: Athena, 2016.

SANTOS, José Eduardo Ferreira. **Acervo da Laje**: memória estética e artística do Subúrbio Ferroviário de Salvador, Bahia. São Paulo: Scortecchi, 2014.

SANTOS, José Eduardo Ferreira. **Education for Beauty in Acervo da Laje** (The Laje Colletion) and the Emergency of Creative Work at the Outskirts of Salvador, Brazil. In: Pernille Hviid; Mariann Märtsin. Culture in Education and Education e Culture. Tensioned Dialogues and Creative Construcions. Ed Springer. 2015.

SANTOS, José Eduardo Ferreira. **Arqueologia do Subúrbio Ferroviário**: O mundo em uma casa. Conferência realizada no dia 14 de junho de 2018 no Auditório Mastaba da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, com participação de Federico Calabrese, Ana Carolina Bierrenbach e Glória Cecília Figueiredo. 2018.

WEIL, Simone. **O Enraizamento**. Bauru/SP: EDUSC, 2001.



A PRÁTICA FORMATIVA DO GEPEPF ATRAVÉS DA INTERDISCIPLINARIDADE NO TERRITÓRIO EDUCATIVO

Vivian Liégiade Araújo Santos³

Anaiza Queiroz de Oliveira⁴

Maria Aparecida Vieira de Melo⁵

RESUMO: A interdisciplinaridade é um movimento epistemológico que, em âmbito pedagógico, vem marcando o rompimento com a visão cartesiana e mecanicista de mundo, assumindo a concepção de conhecimento educativo, integral e mais humanizador. Deste modo, objetivamos analisar a prática formativa através da interdisciplinaridade no território educativo do Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GEPEPF). Mais especificamente: identificar o funcionamento da interdisciplinaridade em suas linhas de pesquisa; descrever a indissociabilidade entre teoria e prática na formação por meio das ações; explicitar o nexo educativo no processo formativo oriundo do território do grupo científico. Parte-se do pressuposto investigativo: qual é o nexo educativo no território do GEPEPF? A pesquisa é de natureza qualitativa, sendo a autobiografia com base em Foucault (2009), buscando a identificação

³ Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/CERES), Integrante ao Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GEPEPF/UFRN/CNPQ), Caicó, RN, Brasil, vivian.araujo.106@ufrn.edu.br.

⁴ Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/CERES), Integrante ao Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GEPEPF/UFRN/CNPQ), Caicó, RN, Brasil, anaizapedagoga@gmail.com.

⁵ Professora Doutora na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/CERES), Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GEPEPF/UFRN/CNPQ). Diretora pedagógica do centro Paulo Freire estudos e pesquisas. Coordenadora do comitê da educação integral-Polo Caicó. Caicó, RN, Brasil, m_aparecida_v_melo@hotmail.com.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

de desempenho individual e coletivo dos integrantes mediante às ações de âmbito interdisciplinar no movimento desenvolvido em suas 5 linhas de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos e Pesquisas. Interdisciplinaridade. Prática Formativa.

INTRODUÇÃO

Considerando o saber em construção nos ambientes formativos em espaços escolares e não escolares, busca-se responder às questões emergentes do mundo contemporâneo em via do movimento triádico (ensino, pesquisa e extensão) da UFRN/CERES/Caicó. A interdisciplinaridade surge como importante contributo para a integração de aprendizagens visando a sistematização no campo científico.

O Grupo de Estudos e Pesquisa da Educação em Paulo Freire (GEPEPF) aproxima as temáticas em diálogo com os pesquisadores numa ação coletiva e colaborativa através do rompimento com alguns paradigmas na prática interdisciplinar. Sendo uma maneira de o ser humano construir experiências sobre relações pessoais e de trabalho em coletivo, é impelido a tecer redes mais complexas com diferentes matrizes teóricas, tendo nos grupos de pesquisa um ambiente aberto às possibilidades interdisciplinares.

A interdisciplinaridade é um movimento epistemológico que em âmbito pedagógico vem marcando o rompimento com a visão cartesiana e mecanicista de mundo, assumindo a concepção de conhecimento educativo integral e mais humanizador. Deste modo, objetivamos analisar a prática formativa através da interdisciplinaridade no território educativo do GEPEPF. Mais especificamente: identificar o funcionamento da interdisciplinaridade nas linhas de pesquisa desenvolvidas no coletivo; descrever a indissociabilidade entre teoria e prática na formação por meio das



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

ações do grupo de pesquisa; explicitar o nexu educativo no processo formativo oriundo do território do time científico.

Parte-se do pressuposto investigativo: qual é o nexu educativo no território do GEPEPF? A pesquisa é de natureza qualitativa, sendo a autobiografia com base em Foucault (2009), buscando a identificação de desempenho individual e coletivo dos integrantes mediante às ações de âmbito interdisciplinar no movimento desenvolvido em suas 5 linhas de pesquisa.

Atina-se à realização de oficinas, palestras, diálogos, dinâmicas complementam o processo formativo de todos os sujeitos envolvidos de modo a articular bases construtoras de um projeto de educação e de sociedade mais humana, que permeia todos os elementos do ambiente familiar, do bairro, das redes sociais e das políticas públicas locais. Numa ação fomentadora de transformação social através da educação propositiva, popular e com viés valorativo nos diferentes tipos de culturas.

O QUE É “GEPEPF”? UMA ANÁLISE DE IDENTIDADE

O Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GEPEPF/UFRN/CNPQ, 2021) integra ao Laboratório de Educação, Novas Tecnologias e Estudos Étnico-Raciais (LENTE/UFRN/CNPQ, 2013) e tem como perspectiva a formação docente inicial e continuada em busca de ações constantes para a compreensão dos saberes e práticas que circundam o cotidiano social em sua complexidade, visando a organização do trabalho pedagógico escolar e a transformação social e humana através da educação.

Se constitui como um grupo de pesquisadores, tanto graduandos quanto pós-graduados (mestres, doutores e pós-doutores), interessados nas veredas do conhecimento desenvolvido pelo educador e filósofo brasileiro Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997), o Patrono da Educação Brasileira. Sua criação partiu da



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Professora Doutora Maria Aparecida Vieira de Melo, em 2022, sendo suas ações desenvolvidas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN no Campus Caicó/CERES (Centro de Ensino Superior do Seridó/Caicó-RN) em parceria com inúmeras outras instituições de ensino superior de outros estados, como a Universidade Federal de Pernambuco.

Nesse soslaio, os estudos e pesquisas realizados se encaminham para reflexões interculturais, transculturais e interdisciplinares em lócus inicialmente urbano, porém também passamos a nos implicar na zona rural, possibilitando a construção do conhecimento do/no território, pelo território e para o território, ou seja, a produção do saber em coletivo com foco na educação, partindo de estudos e atuações no ambiente escolar, almejando os direitos humanos no local de vivência.

Além de orientar os graduandos, pós-graduandos e outros pesquisadores do movimento social, o coletivo se empenha na promoção de eventos internos e externos com instituições colaboradoras, promove cursos, palestras, seminários e encontros diversos (presenciais e online)¹, contando com a participação de integrantes, convidados e simpatizantes de vários estados do Brasil e eventualmente, de âmbito internacional.

Nesse sentido, há que se destacar o Seminário "Pré Colóquio Internacional Paulo Freire" realizado em novembro de 2023 na cidade de Caicó-RN, com deslocamento para Angicos em visita ao Museu Paulo Freire e com o intercâmbio de participantes de todo o país, assim como palestrantes internacionais. Como também, o III Seminário de Educação Integral transcorrido no Auditório do Centro Educativo do Seridó UFRN/CERES, no mês de julho, o evento foi de grande porte e importância para a educação e criação do Plano Seridoense de Educação Integral, envolvendo em torno de 350 inscritos.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

O GEPEPF vem proporcionando bons resultados na prática educativa em Caicó-RN, através do movimento triádico, envolvendo os projetos de ensino, pesquisa e extensão, coordenados pela líder do grupo, a Prof.^a Dr. Maria Aparecida Vieira de Melo. A ida às escolas oferece uma visão horizontal da realidade da educação nos ambientes de ensino infantil, fundamental e médio e nas escolas da EJA.

Agregando aos estudos presenciais semanais e virtuais (via Google Meet) quinzenais, ocorre a produção de atas para o acervo de arquivos do grupo, de resumos apresentados em eventos e publicados em ANAIS, e de artigos publicados em revistas, assim como, a organização de trabalhos de conclusão de curso (graduação e especialização) e teses de mestrado e doutorado por parte de seus mais de 50 integrantes, espalhados por todo o território nacional.

Deste modo, o GEPEPF proporciona o estudo, a pesquisa e socialização de conhecimentos através das produções em artigos, e-books, resumos expandidos e outros trabalhos, como também o envolvimento em eventos, fazemos dos estudos realizados nossas próprias obras alicerçadas na experiência dialógica das leituras e reflexões.

A ligação entre a educação e a interdisciplinaridade no contexto dos movimentos realizados no GEPEPF, acontece inicialmente por meio dos projetos que compõem a tríade: Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesses projetos, estudantes, bolsistas e voluntários executam ações para além da área em que estão vinculados. Assim, nos encontros realizados semanalmente, os estudos contemplam uma quantidade de textos diversificados, com autores variados, que linkam a outras temáticas para além dos já postos nas áreas dos projetos, este movimento gera uma intensidade de conhecimento, reflexões e desenvolvimento do senso crítico para os presentes nos encontros.

Além dos estudos voltados para os projetos, o grupo busca centralizar as reflexões a respeito da interdisciplinaridade, colocando



**XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL**

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

ao centro dos estudos o patrono da educação, Paulo Freire. Para tanto, Freire (2001) nos ensina que “a interdisciplinaridade é um processo metodológico de construção do conhecimento pelo sujeito com base em sua relação com o contexto, e com a realidade, com sua cultura”.

O GEPEPF está sempre disponível para receber estudantes novatos, tanto para as reuniões semanais como para a escrita de trabalhos acadêmicos para publicação em ANAIS e eventos, seja por meio dos estudos presenciais, seja por meio dos estudos online (acontecem quinzenalmente). Atualmente encontra-se em andamento, o lançamento da revista do GEPEPF, que contempla trabalhos desenvolvidos por professores de diversas áreas, seja a nível Federal, estaduais ou municipais, o grupo é bastante amplo e está sempre em movimento, buscando agregar conhecimento e a essência da interdisciplinaridade, por intermédio do seu vasto coletivo distribuído em outros estados brasileiros.

QUAIS SÃO AS LINHAS DE PESQUISA E SUA IMPORTÂNCIA?

O Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GEPEPF) contém atualmente cerca de cinco linhas de pesquisa, desenvolvendo-se em um movimento triádico, baseado no ensino, na pesquisa e na extensão. As linhas de pesquisa são: Didática: educações e diversidades; Educação de Jovens, Adultos e Idosos; Educação em Direitos Humanos; Educação Integral e Processos de Ensino-Aprendizagem; Pedagogia Colonial.

1. Didática: educações e diversidades

As questões e pesquisas em didática se ocupam pelo planejamento didático-pedagógico do processo de ensino-aprendizagem, visando métodos e técnicas para a prática pedagógica ser desenvolvida seja no âmbito da pesquisa, do ensino ou da



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

extensão que dar-se-á tanto nos âmbitos institucionais da educação formal quanto nos espaços não escolares; portanto, o desenvolvimento dessa linha de pesquisa nos faz refletir sobre as práticas pedagógicas e educacionais utilizadas no contexto brasileiro, se elas atendem ou não a população, além de se atenderem a diversidade (regional, social, a questão de gênero, etc.)

2. Educação de Jovens, Adultos e Idosos

Pretendemos com essa linha de pesquisa refletir acerca dos processos formais de ensino e não escolares, possibilitando uma educação decolonizadora dos espaços de socialização dos saberes, além de dialogar sobre os processos de inclusão social a partir do olhar da pedagogia social. Além disso, cabe destacar as ações pedagógicas que são realizadas nos vários contextos educacionais no qual a aprendizagem é mediada; por fim, busca-se ponderar a respeito da contribuição de Paulo Freire para uma educação transformadora da realidade social em que o sujeito de direito está inserido.

3. Educação em Direitos Humanos

A linha busca realizar pesquisas interdisciplinares sobre a educação em direitos humanos nos espaços formais de ensino e não formais, cuja finalidade é dar ênfase às categorias: diversidade, diferenças e igualdades, inclusão, desigualdades sociais, práticas pedagógicas decoloniais, bem como fazer jus a transversalidade e transdisciplinaridade inerentes aos direitos humanos. Além disso, realizamos buscas na grade curricular dos cursos de formação de professores, em especial no curso de pedagogia, buscando engrandecer o discurso na educação básica, gerando assim, cidadãos cultos acerca de seus direitos e deveres sociais.

4. Educação integral

Sendo uma das mais presentes no contexto do Seridó, as pesquisas pretendem dialogar sobre as práticas pedagógicas em torno da educação integral, por meio de um currículo socialmente justo, condizente com a realidade e necessidades dos estudantes, promoção



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

de cidadãos críticos diante da sociedade, além de contribuir com suas relações sociais, estudantis, desenvolvimentista, cultural, etc.

5. Processos de ensino-aprendizagem: Pedagogia decolonial

Desenvolvem-se estudos acerca dos processos de ensino-aprendizagem no tocante às identidades e culturas em transição com ênfase no currículo intertranscultural, interculturalidade e Pedagogia Social. Visa-se, portanto, o estudo da diversidade étnica-racial dos povos indígenas, quilombolas, camponeses, ciganos e também dos sujeitos coletivos nos processos formativos em espaços não escolares que acontecem pela prática de ensino da Pedagogia Social e processos pedagógicos inclusivos.

DESENVOLVENDO AÇÕES COM BASE NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Sem dúvidas, todas as linhas de pesquisa contribuem fortemente no processo formativo e desenvolvimento dos profissionais e os futuros profissionais, promovendo assim a emancipação social, com sujeitos críticos e participação ativa. Ao todo, contamos com o seguinte quantitativo de participantes:

Linhas/ Participantes	Douto- res	Mes- tres	Especia- listas	Gra- duados	Estudantes	Total
Didática: educação e diversidades	3	5	2	3	4 (graduação)	17 participantes
Educação de Jovens, Adultos e Idosos	2	3	1	1	2 (graduação); 1 (especialização);	10 participantes
Educação em Direitos Humanos	3	1	—	1	2 (Ensino Médio); 4 (Graduação); 1 (Especialização).	12 participantes
Educação	3	1	4	1	2 (Ensino Médio);	16



**XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL**

Vol. 1

**Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)**

Integral					3 (Graduação); 2 (Especialização).	participantes
Processos de ensino-aprendizagem: Pedagogia decolonial	6	5	1	1	3 (Graduação)	16 participantes

O GEPEF NA PERSPECTIVA DA INTERDISCIPLINARIDADE

Como já citado anteriormente, contamos com cinco linhas de pesquisas, que possuem interligações entre si. A partir da realização de eventos, palestras, cursos de extensão, publicações e estudos, a interdisciplinaridade é posta, tendo como exemplo a realização do III Seminário Seridoense de Educação Integral, em que abordou-se a Educação Integral como Direito Humano.

Além desse, contamos com os Pré-Colóquios em diferentes cidades, como o de Caicó-RN, Garanhuns-PE, Teresina-PI, Curitiba-PR, Rio de Janeiro-RJ, etc., no qual reúnem-se inúmeros pesquisadores e eixos de trabalhos que estão, coincidentemente, relacionadas aos grupos de pesquisa.

Pensar o GEPEPF e suas linhas de pesquisas é pensar coletivamente, já que a Educação se depara com contextos adversos e cheio de interligações, em que cada temática constitui-se de características semelhantes e necessita de elementos presentes nas demais, ou seja, uma relação de interdependência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O GEPEPF é um coletivo atuante desde 2021, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/CERES). Seu movimento vem sendo realizado pelos sujeitos integrantes do grupo, numa atuação triádica envolvendo ensino, pesquisa e extensão, e



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

promovendo a construção de conhecimentos e saberes diversos através do diálogo interdisciplinar existente entre as diferentes áreas de conhecimentos que permeiam as temáticas centrais de suas linhas de pesquisas.

As discussões estão centradas na educação contemporânea e na educação escolar sistemática, envolvendo direta ou indiretamente a sala de aula e seus processos de ensino e aprendizagem. Os encontros de estudos visam possibilitar diferentes compreensões dos fenômenos que influenciam os processos de ensino-aprendizagem dos sujeitos sociais e a complexidade no fazer educativo transformador; também investiga-se estratégias metodológicas utilizadas no campo educativo em viés potencializador do desenvolvimento da aprendizagem de uma turma e/ou de um estudante em específico, assim como os reflexos da cultura local e o retorno do trabalho realizado nas escolas.

Mediante um movimento constante de ações realizadas nos projetos de ensino, pesquisa e extensão vinculados ao GEPEPF desde 2021, com a realização de oficinas, diálogos, palestras e ações interventivas nos espaços escolares e não escolares, sobre a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio e a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, fundamentados em Paulo Freire (pedagogia progressista e libertária). São eles:

Projetos de Ensino	Projetos de Pesquisa	Projetos de Extensão
-Estudos Sociológicos e Antropológicos da Educação e a Didática: Enlaçadas pelo Ensino-Aprendizagem (2021); -Práticas Pedagógicas Interdisciplinares: A Formação Docente em Caicó-RN (2022);	-Tecnologias Digitais da Comunicação e Informação: A Arte do Audiovisual Enquanto Artefato Pedagógico no Processo de Ensino-Aprendizagem Interdisciplinar (2023); -Educação Integral no Território Seridoense: O	-Articulação de Ações Integradas em Educação Integral com Interface na Decolonialidade (2022); -Meu nome é Jonhy: Agroecologia e Saúde no Desenvolvimento de Tecnologias Sociais no Bairro João XXIII (2023);



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

-A Monitoria no Curso de Pedagogia do CERES/UFRN: Que Saberes Acionar? (2023); -Tutoria no CERES: A Formação de Professores em Plenitude (2023); -Projeto de Monitoria entre Pares: Apoio, Acompanhamento e Orientação à Vida Acadêmica de Estudantes do Departamento de Educação CERES/UFRN com ou sem Deficiências (2023); -Processos de Ensino-Aprendizagem: Núcleo de Educação em Direitos Humanos no CERES/RN – PAMQEG (2024).	- Ensino Médio em Evidência (2023); -Observatório Educação em Direitos Humanos: A Formação de Professores no Território Caicoense (2024); -Processos de Ensino-Aprendizagem: Descolonizando as Práticas Pedagógicas (2021-2024).	-Educação Integral no Seridó sob a ótica da decolonialidade (2023). Educação Integral Decolonial no Território Seridó (Renovação, 2024); -Contando e Ouvindo Histórias: a identidade cultural do bairro João XXIII (2024).

Deste modo, o território educativo favorece o pensamento crítico e reflexivo de todos os envolvidos, estando o estudante no modo participativo e colaborativo, compromissado com a construção do saber e o *modus operandi* de sua aprendizagem, engajado diretamente na elaboração criativa de situações de ensino, aprendizagens e vivências facilitadoras de uma aproximação crítica do estudante com a realidade a sua volta.

Desperta-se a curiosidade mediante os problemas que surgem ao longo da vida e seus desafios mais íngremes, “desenvolvendo a autonomia, a iniciativa, a disponibilidade e a utilização de recursos analíticos, com base em hipóteses previamente selecionadas e a busca tênue por soluções para as problemáticas em destaque” (Sobral; Campos, 2012, p. 209).

Desenvolvemos encontros presenciais que acontecem semanalmente, com duração de duas horas de estudos e uma metodologia dinâmica, envolvendo a ludicidade e ações pedagógicas.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Os estudos promovem o protagonismo dos pesquisadores envolvidos (GEPEPFianos), sua formação inicial e continuada, estimulando a produção escrita que culmina no aprender em posição de ação ativa e ativa em continuidade.

Freire (1996) ressalta: “[...] enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. [...] uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade” (Freire, 1996, p. 121). O movimento itinerante leva à transformação do ensino, e dos sujeitos em âmbito social. É a construção de saberes proporcionadores de conhecimento de seus territórios, movimentando caminhos e soluções para uma vida com dignidade.

O Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GEPEPF/CNPQ/UFRN) vem interagindo em suas redes sociais e organizando presencial e virtualmente as ações coletivas em vias de uma educação pública popular baseada nas ideias de Paulo Freire. Tendo como lócus de pesquisas principalmente a cidade de Caicó, RN, o grupo atinge resultados práticos educativos que partem dos estudos e visitas às instituições escolares públicas da cidade, com intuito de criar outras metodologias de ensino e aprendizagem voltadas para as necessidades dos sujeitos locais unindo a população, a sociedade, a comunidade escolar e a universidade neste movimento de construção transformadora.

A líder deste coletivo, atuando como Professora do Departamento de Educação da UFRN/CERES, Caicó/RN; é Diretora Pedagógica do Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas (CPFreire, UFPE) e Integrante ao Observatório de Educação em Direitos Humanos e Justiça Restaurativa nas Escolas da PUCPR, assim como associada a outros movimentos educativos. Por acreditar no poder da escrita, incentiva os integrantes do coletivo a registrarem suas ações de estudos e pesquisas na ação de análise e



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

reflexão da prática social, para garantia dos Direitos Humanos no contexto individual e coletivo, com especificações territoriais.

CONCLUSÕES

O movimento aqui apresentado, desenvolvido coletivamente por integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire, almeja a ação para a transformação social partindo do indivíduo, sujeito pesquisador, tendo como base para mudanças coletivas a educação, sonhando-se com a articulação de projetos de educação/educações para projetos de sociedade/sociedades. Paulo Freire nos leva a refletir sobre a construção de uma escola mais democrática e uma nova abordagem entre educador e educando, com trocas em aprendizagem horizontal de saberes e experiências; a leitura de sua obra nos permite amadurecer em uma perspectiva crítica e autônoma para a formação de sujeitos capazes de transformar política e socialmente suas realidades, possibilitando criar diferentes possibilidades.

Aborda-se a importância da educação em Direitos Humanos e a aplicação de práticas pedagógicas, destacando-se o papel das práticas educacionais em promover o respeito à diversidade e combater as desigualdades. Educar em/com e para os Direitos Humanos tem como objetivo ajudar as futuras gerações a compreenderem e respeitarem as diversidades; em concretude, realiza-se uma ação educativa para a liberdade, em vez do medo/prisão, com intuito de estabelecer novos valores e práticas sociais não punitivas.

Compreende-se que na escola, a realização de oficinas, palestras, diálogos e dinâmicas, complementando-se ao processo formativo de todos os participantes, além da articulação de bases construtoras são as veredas para uma proposta de educação mais humanizadora, com ênfase na família, no local de vivência e na ação



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

política; além disso, numa ação que fomenta a prática educativa e social, as transformações em sociedade através da educação propositiva, popular e com viés valorativo nos diferentes tipos de culturas, atende ao processos emancipatórios defendidos por Freire, além de indivíduos críticos e que participam ativamente socialmente.

As atividades realizadas desde 2021, com base no desenvolvimento de projetos, têm como foco a centralidade do território, o problema no centro do processo, a coprodução de saberes/conhecimentos diversos, o direito de escuta, o direito de fala e a tomada de decisão. Com isso, o grupo juntamente com a sociedade (parceiros que atuam junto nos movimentos e aqueles envolvidos indiretamente nos processos) vêm realizando diálogos participativos e deliberativos na gestão não violenta de conflitos internos e externos e a formação de sujeitos protagonistas atores de suas próprias ações solucionadoras.

A produção de informações científicas disponibiliza a elaboração de políticas públicas facilitadoras de um viver digno que prioriza os oprimidos, no intuito de superar a precariedade imposta pelo sistema capitalista, contribuindo com a reforma educacional brasileira; a indiferença não é uma opção diante das situações de violência que mata diariamente milhares de sujeito, sendo o ceifador o sistema econômico social. Rebatendo tais pesares, o GEPEPF/CNPQ/UFRN tenta promover ações itinerantes, concomitantemente em busca do inédito viável, estimulando a esperança.

Referências

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3ed. São Paulo: **Cortez & Moraes**, 1980.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, 31. ed. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 2001. 184 p.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

SOBRAL, Fernanda Ribeiro; CAMPOS, Claudinei José Gomes.
Utilização de metodologia ativa no ensino e assistência de enfermagem na produção nacional: revisão integrativa. Revista da Escola de Enfermagem USP, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 208-218, 2012.



EDUCAÇÃO POPULAR: CONTRIBUIÇÕES DA DANÇA SÊNIOR PARA A EMANCIPAÇÃO DA MULHER DA TERCEIRA IDADE

Jacqueline Silvana Bezerra⁶

Irlândia de Andrade Santos Silva⁷

Laiane Carla da Silva⁸

Maria Fernanda dos Santos Alencar⁹

RESUMO: Este trabalho objetiva refletir sobre as contribuições da dança sênior para a emancipação das mulheres de terceira idade do Projeto “Movimenta Caruaru”, desenvolvido no município de Caruaru/PE. Resulta de uma atividade de pesquisa desenvolvida na disciplina Fundamentos e Processos da Educação Popular (UFPE) e traz, no diálogo com outros autores para a discussão sobre o envelhecimento, o pensamento de Freire (1968; 1978; 2012)

⁶Graduanda do do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Núcleo de Formação Docente do Centro Acadêmico do Agreste (NFD/CAA/UFPE). Integrante do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação do Campo e Quilombola (GEPECQ/UFPE/CNPQ). Email: Jacqueline.bezerra@ufpe.br

⁷Graduanda do do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Núcleo de Formação Docente do Centro Acadêmico do Agreste (NFD/CAA/UFPE). Integrante do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação do Campo e Quilombola (GEPECQ/UFPE/CNPQ). Email: irlandia.andrade@ufpe.br

⁸Graduanda do do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Núcleo de Formação Docente do Centro Acadêmico do Agreste (NFD/CAA/UFPE). Integrante do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação do Campo e Quilombola (GEPECQ/UFPE/CNPQ). Email: laianecarla024@gmail.com

⁹Prof^a Dr^a. (Orientadora). Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Núcleo de Formação Docente do Centro Acadêmico do Agreste (NFD/CAA/UFPE). Prof^a do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (CCSA/UFPE). Líder do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação do Campo e Quilombola (GEPECQ/UFPE/CNPQ). Email: fernanda.alencar@ufpe.br



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

aprofundando as concepções e compreensões sobre uma prática educativa problematizadora e crítica que desenvolva a possibilidade da emancipação. Pesquisa qualitativa, exploratória, fez uso da observação e da entrevista com 6 mulheres idosas e o professor responsável pela dança sênior. Os resultados evidenciaram que a prática da dança sênior, além de contribuir para uma melhora da saúde e do bem-estar, é sobretudo para as mulheres idosas um local de acolhimento, pertencimento e de libertação.

PALAVRAS-CHAVE:. Emancipação. Práticas educativas. Velhice. Paulo Freire

INTRODUÇÃO

O fenômeno da velhice, parte inevitável e natural do ciclo da vida, traz consigo além do óbvio envelhecimento, limitações físicas e também mentais, “dificultando ou impedindo o desempenho de suas atividades cotidianas de forma independente. Ainda que não sejam fatais, essas condições geralmente tendem a comprometer de forma significativa a qualidade de vida dos idosos (Brasil, 2006, p. 7). Além disso, discutir sobre a velhice na sociedade implica discutir seus impactos nas vidas dos sujeitos que envelhecem e o lugar das pessoas idosas nas sociedades. Para as mulheres que chegam à velhice, várias questões acerca da experiência do envelhecimento são elencadas, como a transformação do corpo e uma adaptação à nova identidade, que geram dificuldades como a falta de acolhimento e de pertencimento social e familiar, muitas das vezes prejudicando as relações interpessoais.

O documento Cadernos de Atenção Básica - n.º 19, intitulado “Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa”, elaborado pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2006), apresenta em sua Introdução dados (Figura 1) que apontam aumento da população idosa até 2050 na sociedade brasileira; estimando que até o ano indicado “existam cerca de dois



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

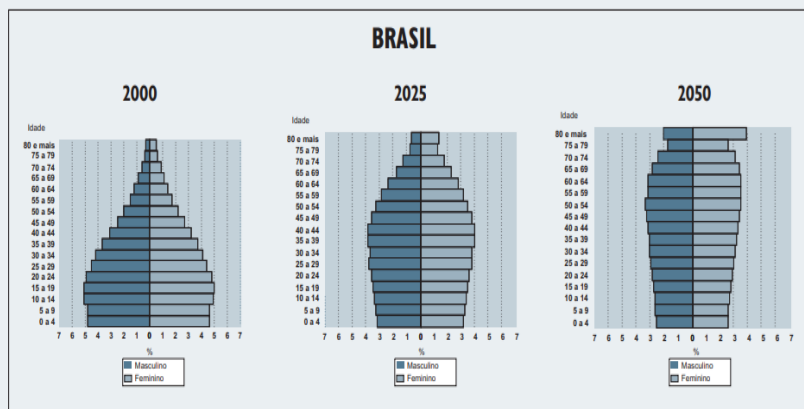
Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;

Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

bilhões de pessoas com sessenta anos e mais no mundo, a maioria delas vivendo em países em desenvolvimento” (Brasil, 2006, p. 7); explicando que essa realidade decorre da “queda da fecundidade e da mortalidade e o aumento da esperança de vida” (Brasil, 2006, p. 8).

FIGURA I: ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA, POR SEXO, NOS ANOS 2000, 2025 E 2050.



Fonte: IBGE

Na figura acima, observamos que o número de mulheres idosas é e será maior do que a dos homens; e conforme o ‘Cadernos de Atenção Básica’, o envelhecer não é homogêneo para todos, porque a realidade de ser idoso/idosa traz “processos de discriminação e exclusão associados ao gênero, à etnia, ao racismo, às condições sociais e econômicas, à região geográfica de origem e à localização de moradia” (Brasil, 2006).

Neste contexto, salienta preocupação em termos ações e políticas públicas que possibilitem incentivar, promover e assimilar estilos de vida mais ativa. É nesse aspecto e com essa finalidade que



estudamos o Projeto “Movimenta Caruaru”, cujas ações direcionadas às mulheres idosas, destacam a prática da dança sênior como um movimento que não apenas proporciona bem-estar, mas um lugar de aceitação, de identificação, de compartilhamento e ressignificação de identidades. Neste lugar e espaço-tempo, as mulheres idosas podem socializar experiências de vida e ressignificar as existências, sentindo-se pertencentes a um lugar social e cultural e consequentemente a uma vida mais ativa.

Nessa perspectiva de estudo, partimos da seguinte questão “Quais as contribuições da prática da dança Sênior para a emancipação de mulheres da terceira idade?”, tendo como objetivo geral refletir sobre as contribuições da dança sênior para a emancipação das mulheres da terceira idade. Nessa direção, os objetivos específicos são: 1) Caracterizar o estilo de vida das mulheres de terceira idade, elencando os desafios e a superação a partir da prática da dança; 2) Identificar as contribuições da dança para a emancipação das mulheres de terceira idade. Este trabalho resulta de atividade de pesquisa desenvolvida no componente curricular Fundamentos e Processos da Educação Popular, no 4º período do curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal de Pernambuco- Centro Acadêmico do Agreste, no qual trilhamos os caminhos teórico e metodológico para aprofundamento desta temática.

O GÊNERO E A VELHICE

Boris; Cesídio (2007) e Morgante e Nader (2014) nos fazem refletir que o controle do corpo da mulher e as relações desiguais de gênero, que sentimos até hoje na contemporaneidade, devem-se às sequelas do patriarcado estrutural. Estrutural porque o sentido do conceito da palavra não explica as relações complexas do gênero e da sexualidade da sociedade neoliberal e capitalista selvagem.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Morgante e Nader (2014), considerando estudos da visão Weberiana, expõem que o patriarcado se encontra na relação de poder e supremacia do homem, aquele que tudo controla e decide, cuja imagem fiel da dominância e do sexo forte é passada como tradição. Segundo ainda Morgante e Nader (2014) há uma diversidade de aplicações do termo no feminismo, observadas no decorrer dos processos e lutas desse movimento. Há, no entanto, um cuidado ao evidenciar os processos sociais das relações de poder presente nas diferentes esferas e grupos, onde não há uma estabilidade.

No contexto dessa análise, nos situamos na questão da mulher idosa na sociedade contemporânea que nos faz adentrar a uma diversidade de desafios e questões que diferem de mulheres jovens e dos homens idosos. A cobrança contínua pela produtividade e pela juventude, bem como a exaltação de corpos padronizados e perfeitos divulgados pela mídia são alguns dos exemplos que buscamos nessa breve discussão.

O envelhecimento, embora seja um processo natural e biológico, é moldado também a partir da visão do outro, o outro que limita os sujeitos evidenciando a velhice enquanto uma fase em que se concentram os aspectos negativos como a limitação do corpo, da mente, perda da juventude e produtividade. Envelhecer, nesse sentido, significa chegar ao fim de uma etapa, o fim da vida de um indivíduo.

Salgado (2002) nos diz também que a velhice traz para as mulheres a perda da autoestima e da autoimagem, a não identificação com a nova identidade e o abandono da sexualidade. Fatores como a viuvez, a separação dos filhos e o aumento das responsabilidades da família geram uma sobrecarga emocional, sobretudo, quando esta é chefe de família acarreta um estado de fragilidade e vulnerabilidade. Casos como ansiedade e depressão são muito mais comuns na velhice e se devem ao sentimento de inutilidade e limitação.



Os estereótipos da velhice são constantemente reforçados pelas mídias, na TV e nas redes sociais. Nesses meios de comunicação e socialização de ideias, é vendida a ideia do padrão de beleza inalcançável sendo o oposto da aparência de um jovem adulto, no que valoriza características presentes nas crianças como peles perfeitas e sem textura e corpos tonificados, nessas as estrias e celulites nunca estiveram presentes. A negatividade das transformações do corpo é reforçada pelo mercado que propaga produtos e serviços que prometem adiar a chegada do envelhecimento.

A PRÁTICA DA DANÇA ENQUANTO POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES IDOSAS

A sociedade neoliberal é moldada estruturalmente por processos políticos, ideológicos e econômicos que tem enraizado a exclusão e a desigualdade de determinados grupos sociais, dentre eles os idosos e, sobretudo, as mulheres idosas. Compreendemos que os mecanismos excludentes imbuídos nos mais diversos espaços sociais corroboram com os estigmas acerca do envelhecimento e da velhice, assim sendo, os sujeitos da terceira idade ficam a margem e lhes é dada a condição de “inutilidade”, sequer são considerados cidadãos.

Freire (1979) discute, em seus escritos, as relações entre dominação e opressão, consciência, transformação e libertação. Ele explica que o oprimido vivencia uma relação subalterna com o opressor, caracterizando o primeiro estágio da dominação, ou seja, a perda e a desvalorização da identidade e de sua cultura para a homogeneização da cultura dominante opressora. De acordo com Freire (1979)

O desprezo por si mesmo é outra característica do oprimido, que provém da interiorização da opinião dos opressores sobre ele. Ouvem dizer tão freqüentemente que não servem para nada, que não podem aprender nada, que são débeis, preguiçosos e improdutivos que



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

acabam por convencer-se de sua própria incapacidade (Freire, 1979, p. 31).

A luta pela constituição e fortalecimento da identidade das classes populares mobiliza a busca contínua por direitos negados, dignidade, resgate, vida e valorização das identidades. Para Freire, esse processo de afirmação e empoderamento do EU não ocorre sem conhecimento, compreensão, reflexão e consciência de realidades opressoras, e só é possível por meio e contexto da práxis.

Empoderamento é assim para Freire um processo que emerge das interações sociais em que nós, seres humanos, somos construídos e, à medida que, criticamente, problematizamos a realidade, vamos nos “conscientizando”, descobrindo brechas e ideologias; tal conscientização nos dá “poder” para transformar as relações sociais de dominação, poder esse que leva à liberdade e à libertação. (Guareschi, 2015, p. 147, grifos do autor).

Neste sentido, compreende-se que a transformação de realidades opressoras é um processo de conscientização dessas realidades, compreendemo-la primeiro para poder intervir e transformar, ou seja, não é algo dado, mas refletido, compreendido e para isso precisamos ir além do que apenas contemplar a realidade, mas, principalmente, estar na realidade, tomando posse dela: observando, refletindo, compreendendo, analisando e no processo de conscientização, conforme Freire nos diz:

A conscientização é isto: tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desmitologização. É evidente e impressionante, mas os opressores jamais poderão provocar a conscientização para a libertação: como desmitologizar, se eu oprimo? Ao contrário, porque sou opressor, tenho a tendência a mistificar a realidade que se dá à captação dos oprimidos, para os quais a captação é feita de maneira mística e não crítica. O trabalho humanizante não poderá ser outro senão o trabalho da desmistificação. Por isso mesmo



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a “desvela” para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante. (Freire, 1979, p. 15)

A situação e o lugar de inserção das pessoas idosas na sociedade brasileira fez refletir problemas sociais, culturais e econômicos pelos quais passam, provocando formação e articulação de grupos para que sejam vistos como cidadãos de direitos. Conforme explica Machado (2007, p. 222), a pessoa idosa foi invisibilizada, porque “Para a sociedade moderna, a velhice aparece como algo sobre o qual não se deve falar, como se o fato de ignorar os velhos fizesse com que a velhice não existisse. A esse descaso da sociedade Beauvoir chama de “conspiração do silêncio”.

Nesse contexto, surgem, segundo Machado (2007), novos sujeitos sociais, como grupo da sociedade civil organizada, integrando-se aos movimentos sociais de luta em favor dos direitos dos idosos, corroborando na inclusão da temática e de pautas nas políticas públicas de saúde, lazer, trabalho, criação de espaços para as pessoas idosas visando à socialização, bem-estar físico, biológico, emocional e pessoal, ou seja, melhoria na qualidade de vida porque necessitam experimentar novos processos e processos outros que ainda não foram vivenciados. Pensar a vida e suas necessidades e as formas como são vistas pela sociedade, traz a reflexão que Paulo Freire em seu livro “À sombra desta mangueira”, publicado em 1995, quando o autor tinha 73 anos de idade, escreve “Sei que sei como sei que não sei o que me faz saber, primeiro, que posso saber melhor o que já sei, segundo, que posso saber o que ainda não sei, terceiro, que posso produzir o conhecimento ainda não existente” (FREIRE, 2012, p. 29).

O envelhecer fortalece experiências e saberes vivenciados que formam consciência de realidades que outros não conseguem ter, porque são tempos distintos de percepção de mundo, mas também faz



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

ter vontade de aprender o que não pode. Assim, Freire (2012), em seus estudos, faz pensar realidades que oprimem, silenciam e desconsideram as pessoas por sua idade, cor, classe social, cultura; e também possibilita encontrar caminhos de esperança. Um desses caminhos que fortalece a dignidade das pessoas idosas e os faz seres mais, são as atividades físicas consideradas, segundo Silva e Berbel (2015), importantes, pois possibilitam a melhora na saúde, no fortalecimento dos músculos e na movimentação. Nesse contexto, Silva e Berbel (2015), insere a dança sênior que se diferencia por ser uma prática prazerosa, que envolve a dança e a interação dos indivíduos com seus pares, possibilitando relações humanizadas, de respeito e integrando as pessoas idosas nas relações interpessoais e familiares.

Silva e Berbel (2015) explica que a dança sênior é caracterizada por possuir uma combinação de movimentos simples e articulados de maneira que os sujeitos da terceira idade possam executar, mas que também estejam num nível que possa possibilitar o fortalecimento da massa muscular porque a coordenação de movimentos repetidos e sequenciais tanto trabalha a memória, os aspectos cognitivos como também a coordenação motora.

Essas autoras ainda sinalizam que não é objetivo da dança sênior retardar o processo de envelhecimento, mas proporcionar para as pessoas de terceira idade autonomia, a liberdade de viver de maneira prazerosa e saudável melhorando as condições de locomoção. Muito além desse aspecto, a prática desta atividade possui benefícios que auxiliam no tratamento da ansiedade e da depressão. Leal e Haas (2006, p. 66) diz que “[...] a dança pode ter seis funções: auto-expressão, comunicação, diversão e prazer, espiritualidade, identificação cultural, ruptura e revitalização da sociedade”.

Desta forma, a dança proporciona além do movimento do corpo, a conexão do sujeito com sua essência, a expressão e o conhecimento dos limites do corpo, porque possibilita se conhecer e



se reinventar, proporcionando a melhora da autoimagem, o aumento da autoconfiança daqueles que praticam e o aumento da autoestima. (Silva, Martins e Mendes, 2012)

O estudo realizado por Leal e Haas (2006), evidenciou que a prática contínua da dança sênior auxiliou não só na melhora da saúde e do bem estar, mas a possibilidade de ter um ambiente de socialização, onde os indivíduos criam laços de amizade e dançam junto dos seus pares como um elemento muito importante.

A prática da dança sênior, nesse sentido, proporciona aos indivíduos, a partir da vivência coletiva e da união fraterna, refletir sobre a realidade e, assim, libertam-se dos estigmas da velhice, identificam-se e acolhem-se em comunhão, ressaltando e possibilitando o que Freire (1968, p.52) ensina “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”, o que completa Trombetta, (2015, p. 34) de que “Não é possível pensar um projeto de sociedade democrático, justo, fraterno se não sou capaz de reconhecer o outro como outro e aceitar o outro em sua experiência de vida, em sua diferença em relação a mim”.

EDUCAÇÃO POPULAR E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS EMANCIPATÓRIAS

Com o aumento do número de idosos no país e a necessidade de pensar o bem estar e um envelhecimento saudável como um direito e não como privilégio, as políticas direcionadas aos indivíduos da terceira idade surgem, fruto da luta pela reivindicação do direito de viver com qualidade e da afirmação da identidade e da dignidade. Há, então, movimentos de inclusão dos idosos a partir de ações, atividades direcionadas para o idoso que considere suas vivências, direcionando a uma práxis na qual os sujeitos participantes se tornam reflexivos de suas situações na realidade e indo contra os estigmas de limitação e inutilidade.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Nesse sentido, Silva e Alencar (2018) apontam a ligação entre os movimentos sociais e as práticas educativas da educação popular que evidenciam a pessoa de terceira idade como protagonista e autônoma, já que a educação popular problematiza e focaliza as questões de classes e grupos minoritários que compõem o movimento popular à medida que proporciona novas perspectivas para o devir a partir dos processos educativos.

Assim, esses autores consideram os espaços de convivência dos indivíduos como locais onde podem ser desenvolvidas práticas pedagógicas na intenção da constituição de sujeitos críticos e autônomos.

O convívio em grupos de idosos apresenta-se como um espaço importante para desencadear, tanto na pessoa idosa quanto na comunidade, uma mudança comportamental diante da situação de preconceito que existe nas relações intergeracionais. Os grupos de convivência visam, portanto, fortalecer o papel social do idoso, construindo por meio de diversas atividades (cursos de artesanato, projetos, confraternizações, atividades físicas e culturais, etc.) um processo construtivo para um envelhecimento ativo, saudável e autônomo. (Silva e Alencar, 2018, p. 153)

Nessa compreensão, consideramos espaços e práticas educativas na concepção de educação popular como importantes para as mulheres de todas as idades; mas, principalmente, as idosas, que não tiveram o poder de falar suas próprias palavras (Brandão, 1986, p. 02). Esta perspectiva articula-se a luta pelo direito das mulheres e das pessoas idosas à palavra e ao direito ao discurso que são usados no domínio do outro, um outro que é tido como vulnerável, unindo-se aos estigmas relacionados à idade e à invalidação.

Entende-se que a educação popular, pensada a partir de Freire (1968), é o caminho de construção para o conhecimento das classes minoritárias desprezadas e esquecidas que buscam por valorização de direitos, problematizando realidades opressoras



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

(Freire, 1968). Neste sentido, pode abrir espaços da esperança de reconhecimento, valorizando saberes essenciais para a libertação.

METODOLOGIA

Este estudo é de abordagem qualitativa (André, 2013, p. 14), do tipo exploratório que, segundo Minayo (2015), compreende “[...]a escolha do tópico de investigação, a delimitação do problema, a construção do marco teórico conceitual; escolha dos instrumentos de coleta de dados; a exploração do campo” (Minayo, 2015, p. 32).

O campo de pesquisa foi o do Centro Integrado de Direitos Humanos (CIDH), localizado no município de Caruaru/PE, analisando o projeto “Movimenta Caruaru”, que oferece aulas de dança sênior a mulheres idosas com o objetivo de proporcionar saúde e bem-estar físico, mental, emocional; além de promover discussões temáticas sobre as realidades vivenciadas que possibilitem interagir e integrar-se a vida social, cultural. No CIDH, podemos contar com a participação de 6 mulheres idosas, alunas da dança Sênior de terceira idade, as quais demos o nome de Margarida¹⁰, identificadas pela numeração 1,2, 3, 4,, 5 e 6 e o professor de dança. Nesse espaço, ficamos de 23 de agosto de 2023 a 04 de setembro de 2023, ou seja, um período de 15 dias que nos possibilitaram conhecer o ambiente, as alunas da dança sênior e o professor e entrevistá-los.

A técnica utilizada para coleta de dados abrange a entrevista semiestruturada e a observação participante. A entrevista nos forneceu informações subjetivas que marcaram opiniões em torno de suas crenças, desejos e desafios. A observação foi complemento da entrevista, permitindo-nos analisar o contexto, o cotidiano em

¹⁰Em consideração as Marchas das Margaridas, mulheres de todas as idades que vão as ruas como Margarida, a mulher sindicalista do campo, Margarida Alves, uma das primeiras mulheres a exercer um cargo de direção sindical no Brasil, assassinada em 12 e agosto de 1983.



movimento das participantes da pesquisa (Minayo, 2015). As análises das informações das entrevistas e de nossas observações estão no próximo tópico.

O FLORESCER DAS MARGARIDAS: DANÇA SÊNIOR E EMANCIPAÇÃO FEMININA

O cotidiano das mulheres de terceira idade, partícipes de nossa pesquisa, é representado por vivências de sofrimento, perdas, ansiedade, depressão, limitações físicas que influenciaram a forma de estar no mundo e como se viam. Para elas, a dança sênior foi um espaço de se olhar, encontrar libertação e promover encontros, conforme verificamos nas falas abaixo referentes as respostas de como o praticar da dança sênior impactou suas vidas.

[...] quando a gente tem uma idade mais, a gente era mais esquecida, entendeu eu achava isso (Margarida 1, entrevista: 04/09/2023)

[...] mas eu tava assim indo pro um estado de ansiedade aí ele pediu que eu fizesse atividade física que eu não fazia nada (Margarida 2, Entrevista: 28/08/2023)

[...] porque tinha roupa que não cabia em mim e agora estou vestindo e tinha vergonha de sair por causa do peso (Margarida 3, Entrevista: 23/08/2023)

Depois que meu filho faleceu, meu esposo adoeceu e foi no meio da dança que eu encontrei um meio de tirar da mente essa depressão. (Margarida 4, Entrevista: 23/08/2023)

Estou aqui porque estou sem trabalho e estava botando muita coisa na minha cabeça e tava querendo entrar em depressão e ela me puxou e estou aqui e amando aqui. (Margarida 5, Entrevista: 23/08/2023)



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Porque a gente toma conta de mamãe que tem alzheimer e a gente só vive ocupada 24 horas e é muito ruim a ponto de perder o juízo e eu achei como um escape e adorei assim e com o passar do tempo eu vi que realmente não tinha força nas pernas, eu me abaixava para fazer os serviços assim limpar os móveis qualquer coisa, já pra subir eu não tinha força, e hoje em dia eu me levanto, me abaixo (Margarida 6, Entrevista: 04/09/2023)

Como observado, as Margaridas elencam que suas vidas são permeadas de desafios e limitações, não só as limitações físicas, mas também lidam com a baixa saúde mental, a ansiedade e a depressão. Também é evidente a insegurança com as mudanças do corpo que atinge diretamente a autoestima das mulheres e a perda de um ente querido. Salgado (2002) explica que além de fatos que mexem com a estrutura emocional e econômica das mulheres, essas ainda enfrentam “[...] sentimentos de inutilidade, provocados por todos os mitos e estereótipos existentes socialmente”, prejudicando a autoestima e o bem-estar físico e mental (Salgado, 2002, p. 10). Nesse sentido, os estereótipos sobre a velhice e as limitações que a mulher enfrenta são distintos e mais severos do que os enfrentados pelos homens, considerado muitas das vezes que estão na sua “melhor fase” (Salgado, 2002).

As margaridas buscaram superar, a partir da prática da dança, as questões negativas e buscar sua autonomia e saúde. Nesse processo, elas constroem uma nova forma de expressar-se e recuperam a sua identidade, libertando-se dos estigmas negativos acerca da mulher idosa ditados pela sociedade. Perguntadas sobre como sentem o processo de envelhecimento, suas perspectivas de vida e suas concepções acerca da velhice em suas vidas, obtivemos as seguintes respostas:

Eu tenho certeza porque quando a gente tem uma idade mais, a gente era mais esquecida, entendeu eu achava isso e depois que voltou isso aqui a gente ficou mais sem vergonha, não tem mais vergonha (Margarida, Entrevista: 04/09/2023)



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Olhe, são vários né porque assim eu vivia isolada, aí já é um ciclo de amizade que a gente formou pois ontem a gente saiu tudinho um grupo que a gente formou que ficou muito conhecido e a gente se dá muito bem a gente ficou festando fora, entendesse (Margarida, Entrevista: 04/09/2023)

É muito bom porque eu me formei em 80, desde de 80 pra cá, casei faz 36 anos que sou casada e a gente não tem contato né assim é como eu disse a gente vive isolada com casa, com os filhos, pra marido que quer controlar e eu detesto esse controle entendesse eu era vida livre meu pai nunca prendeu a gente e depois que eu casei eu pensei que ia ter uma vida melhor que eu ia ser dona do meu nariz e foi pior aí agora me rebelando que eu ia ser dona do meu nariz e foi pior aí agora me rebelando que eu ia ser dona do meu nariz e foi pior aí agora me rebelando porque pela vontade dele eu num vinha não. (Margarida 6, Entrevista: 04/09/2023).

O depoimento da margarida 6 nos fala de uma questão de poder, como nos diz Brandão (1986), o poder da palavra é usado como um símbolo de hierarquização. Nesse caso, o poder do homem sobre a mulher a partir do controle do corpo, da palavra, não lhe dando autonomia para fazer suas próprias escolhas, levando-a a inventar histórias e desculpas para ocultar que está na prática da dança.

Ainda assim, essa atitude é a forma com que essa Margarida encontra para dar os primeiros passos para a consciência e autonomia. Freire (1968) nos fala da importância da práxis quando ela permite que o indivíduo perceba que se está em um lugar de oprimido e passa a buscar meios de sair dele, chamando de pedagogia humanista e libertadora. Ao observar os aspectos positivos evidenciados na prática da dança sênior, percebemos o exercício da práxis, pois esse estar livre com o corpo num movimento da dança e na relação com as companheiras de mesma idade e com histórias de vida próximas, contribui para que as mesmas tenham consciência de que podem estar naquele espaço e ter direito a ser mais.

Desse modo, o movimento da dança sênior significa para as Margaridas um espaço de socialização, um espaço de pertencimento,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

onde a partir das amizades e das rodas de diálogo promovidas durante esses momentos, compartilham suas histórias, escapando da solidão e do silêncio da inexistência. Para elas, o CIDH é um lugar onde podem ser ouvidas e validadas. Também é um espaço de empoderamento e exercício da crítica acerca da realidade, onde reconhecem e criticam o controle sobre sua vida e seu corpo, como evidenciado na fala seguinte de uma das margaridas, onde descreve o seu cotidiano e os desafios para conseguir frequentar as aulas de dança, elencando os preconceitos e o machismo, e privação pelos seus familiares.

[...] ele (marido) pensa que estou fazendo fisioterapia e minha menina já trabalhou aqui como fisioterapeuta quer dizer ela traz os alunos dela da faculdade para estagiar aqui. Aí eu disse que ela arrumou uma vaga pra mim e estou fazendo fisioterapia e se ele soubesse que é dança, que na realidade é uma dança, mas não é, é exercício, só que na cabeça dele que não vê, não sabe de nada e nem se interessa e nem escuta e acha que a gente vai dançar com alguém agarrado aquela coisa toda e então eu nem digo, eu disse que é fisioterapia. (margarida 6).

De acordo com Freire (1979) os oprimidos se libertam a partir da tomada de consciência da realidade, exercício de afastamento e olhar crítico, que traduz no que conhecemos como práxis, a práxis libertadora. As margaridas, na prática da dança percebem e criticam as opressões sociais sofridas e buscam burlar de alguma forma os mecanismos de controle, buscando a sua liberdade.

A experiência da velhice para a mulher, como nos diz Salgado (2002), é ressaltada pela desigualdade de gênero. As mulheres vivem sob controle desde seu nascimento, controle que a acompanha até a velhice. O depoimento acima nos mostra que a dança foi um meio de buscar sua autonomia e identidade, busca essa que impulsiona a Margarida 6 a não se render ao sistema opressor que vive, mas fazer



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

com que através da dança e do convívio com as outras margaridas ela possa encontrar refúgio, ser acolhida e ouvida, dividir suas histórias e saber que não está só e que tem o direito sim de ter o domínio do seu próprio corpo. As margaridas também nos revelaram a natureza libertadora presente na prática da dança, enquanto espaço tempo do vir a ser mais.

Sim, porque eu não sou a única a dizer que é libertador, as outras vão dizer que a gente é presa e se livra e que elas também passa pelo mesmo problema que eu, umas por doença outras porque o marido é desse jeito que não deixa a gente sair... Isso aqui é ótimo! Em todos os aspectos (Margarida 6, Entrevista: 04/09/2023).

De acordo com Silva, Martins e Mendes (2012), ao dançar os sujeitos favorecem a mente e suas emoções, já que os movimentos articulados a música tornam a prática muito mais agradável e prazerosa. O aspecto social do local, a intimidade e amizade ressaltam o acolhimento das mulheres que reconstroem juntas sua identidade e autoestima, resgatando sua autoconfiança e sensualidade, o prazer em viver possibilitar ressignificar e resgatar sua feminilidade.

Silva e Alencar (2018) destacam o caráter educativo das experiências dos sujeitos nos círculos sociais de convivência, onde estes a partir da experiência com seus pares compreendem a sua realidade, ressignificam e criam suas identidades baseadas nas suas experiências. Nesse sentido, a educação popular está inserida no bojo desses espaços expressos nas práticas educativas presentes nas rodas de diálogo e na prática da dança. Em resposta a pergunta de como percebe a prática da dança enquanto um processo educativo para as suas alunas, o professor de dança relatou de suas emoções.

Que muitas dizem assim: eu estou igual a você, minha autoestima está lá em cima, tem filhos e netos que mandam mensagem pra mim, filhos que me encontram no pátio do forró e diz que minha mãe faz



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

aula com você, minha vó e tira foto...então assim, o relato ela vem pra mim na boa, os presentes que ganho, as coisas que eu ganho, as vezes eu choro na minha aula emocionado, então assim eu tenho uma resposta muito grande. (Professor de dança, Entrevista: 06/09/2023)

Assim sendo, o projeto “Movimenta Caruaru” de dança para mulheres idosas constitui-se como um meio de socialização e acolhimento. Por meio desse Projeto, as mulheres idosas voltam a se olhar, a olhar sem preconceitos para outras e a valorizar o espaço do movimento do corpo; e nesse processo vão se libertando, explorando seus limites e se conhecendo. O compartilhamento das experiências faz com que reconstruam suas concepções e perspectivas de suas vidas e revejam seu papel na família, na comunidade e na sociedade, criando e ressignificando sua identidade; tornando-se autônomas e críticas quanto aos estereótipos difundidos estruturalmente na sociedade.

A autonomia das margaridas é consequência das práticas cotidianas de reflexão. A comunhão entre as participantes e o vínculo estabelecido entre elas e o professor de dança evidenciam as práticas educativas em busca da emancipação, da libertação dos estigmas das pessoas de terceira idade e de opressões sofridas pelas mulheres idosas.

CONCLUSÃO

Retornaremos ao objetivo geral da pesquisa, “refletir sobre as contribuições da dança Sênior para a emancipação das mulheres da terceira idade”; e nesse retorno, percebemos que o cotidiano das mulheres da terceira idade perpassa questões referentes a doenças e limitações, físicas e psicológicas oriundas de muitas perdas que dizem respeito a ser quem são e ao que a vida proporcionou como a perda de um ente querido, do sentimento de inutilidade em meio a pressão pela constante produtividade e enaltecimento constante da juventude.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Decorrentes desses fatores e também da privação e do controle que as mulheres sofrem na juventude e na velhice, encontramos falas que salientam a ansiedade, a depressão, o sentimento de solidão e não pertencimento, a baixa autoestima e autoconfiança, o medo da sexualidade e da sensualidade. Essas questões estão presentes numa cultura que diz o como a mulher tem que ser, a quem deve obedecer e impulsionadas pela pressão social, analisam a desigualdade estrutural que alimentam situações de opressão que provocam a negação do ser mais e causam inseguranças, principalmente, quando relacionadas as mudanças do corpo.

É nítida, por meio das falas das Margaridas, a importância do Projeto “Movimenta Caruaru” de dança Sênior para mulheres idosas. O desenvolvimento das atividades refletem os ensinamentos de Freire (1986) de tirar da condição de ser oprimido, e por meio do espaço-ambiente educativo libertador e a prática da atividade física, libertadora, as mulheres da terceira idade recuperam não só a saúde e o bem estar, mas também ressignificam e (re)constroem a sua identidade, coletivamente e individualmente, conhecendo e superando os limites do corpo. Portanto, é um espaço em que elas podem expressar-se e socializar.

O Projeto “Movimenta Caruaru” de dança Sênior para mulheres idosas traz a tona para essas mulheres que elas são pessoas e que precisam e merecem ser cuidadas. E a partir das experiências da prática da dança também se resgata nelas a sensualidade, a feminilidade, o autocuidado, o desejo sexual, ressignificando-se como seres mais.

Quanto ao nosso segundo objetivo específico, “Identificar as contribuições da dança para a emancipação das mulheres de terceira idade” concluímos que a prática da dança enquanto movimento social proporciona um espaço de pertencimento onde as mulheres idosas são acolhidas, socializam e se libertam das amarras dos estereótipos determinados pelo outro na velhice.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

A emancipação para Freire (1986) é retomada de consciência do sujeito oprimido pelo opressor. E neste processo há o afasta-se da realidade para perceber criticamente os mecanismos de dominação. Entendemos que estarem juntas como mulheres e idosas em uma atividade que reeduca o corpo num processo de movimento, as fez um coletivo que reconhece ser seres de direitos e esse reconhecimento se destaca como marca da busca por libertação.

Sendo assim, as práticas educativas evidenciadas na dança sênior se configuram na perspectiva da educação popular pautada em Paulo Freire, porque ajudam as mulheres a ter esperança na terceira idade através do empoderamento feminino e a partir das rodas de diálogo compartilham experiências e se apoiam, buscando a autonomia e emancipação na perspectiva da educação popular e procurando se libertar dos estigmas impostos pela sociedade e aproveitar o que a vida ainda de bom pode oferecer a elas.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. **Etnografia da prática escolar**. Papirus editora, 2013.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESÍDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Revista Mal-estar e Subjetividade** – Fortaleza – Vol. VII – Nº 2 – p. 451-478 – set/2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v7n2/12.pdf>

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular**. Editora Brasiliense: são Paulo, 1986

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da**



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

pessoa idosa. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em:
https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/evelhecimento_saude_pessoa_idosa.pdf.

FREIRE, Paulo. **Conscientização:** teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Ed. Paz e Terra, . Rio de Janeiro, 1968.

FREIRE, P. **À sombra desta mangueira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

Guareschi, Pedrinho. Empoderamento *in* STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Ed.). **Dicionário Paulo Freire.** Autêntica, 2015.

LEAL, I. J.; HAAS, A. N. **O Significado da Dança na terceira idade.** 2006.

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista pesquisa qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

MACHADO, Maria Alice Nelli . O movimento dos idosos: um novo movimento social?. **revista Kairós**, São Paulo, 10(1), jun. 2007, pp. 221-233. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/2585>.



MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. Anais do. **XVI Encontro Regional de História da ANPUH**, 2014.

SALGADO, Carmen Delia Sánchez. Mulher idosa: a feminização da velhice. **Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento**, v. 4, 2002.

SILVA, A. F. G. da. Berbel, A. M. **O benefício da dança sênior em relação ao equilíbrio e às atividades de vida diárias no idoso**. ABCS Health Sciences, 40(1), 2015.
<https://doi.org/10.7322/abcshs.v40i1.698>

SILVA, Santos Silva; ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos. Práticas Educativas na Perspectiva da Educação Popular: fortalecimento, valorização e promoção do envelhecimento ativo em espaços não escolares. **PESQUISA EM FOCO**, [S. l.], v. 23, n. 1, 2018. DOI: 10.18817/pef.v23i1.1657. Disponível em: https://www.ppg.revistas.uema.br/index.php/PESQUISA_EM_FOCO/article/view/1657 . Acesso em: 13 ago. 2024.

SILVA, Fabio Junior; MARTINS, Lenisse; MENDES, Catia. Benefícios da dança na terceira idade. **IV Seminário de Pesquisas e TCC da FUG**, p. 24-42, 2012.

TROMBETTA, Sérgio. Alteridade *in* STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Ed.). **Dicionário Paulo Freire**. Autêntica, 2015.



MOVIMENTOS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR EM MANAUS/AM: PROCESSOS DE EMANCIPAÇÃO OU MATRIZES COMPENSATÓRIAS?

Ronney da Silva Feitoza
Maria da Conceição Monteiro Ferreira
Thales José da Silva Feitoza

RESUMO: O artigo investiga os movimentos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na perspectiva da Educação Popular (EP) em Manaus/AM, discutindo as contribuições históricas e possibilidades emancipatórias dessas iniciativas para a formulação de um projeto educacional emancipatório de base freireana, e avaliando se funcionam como matrizes compensatórias ou se promovem processos de emancipação. O objetivo é compreender as possibilidades de emancipação através da EJA, analisando suas conexões com a EP e diante dos desafios enfrentados no contexto amazônico. Utilizando uma metodologia crítico-dialética, a pesquisa combina análise histórica e revisão bibliográfica. Os resultados apontam que, embora os movimentos de EJA tenham alcançado alguns avanços, ainda enfrentam desafios significativos na promoção de uma educação verdadeiramente emancipatória. Conclui-se que é necessário repensar e fortalecer as práticas educativas de EJA para que contribuam efetivamente para a transformação social, alinhando-se aos princípios humanizadores e emancipatórios da Educação Popular. Sugere-se a criação de políticas públicas que integrem esses princípios e ampliem os espaços educacionais voltados à emancipação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Educação Popular. Emancipação. Paulo Freire. Amazonas.



INTRODUÇÃO

A pesquisa toma por base os estudos realizados por Feitoza (2008) acerca dos movimentos de EP e EJA no Amazonas, buscando resgatar historicamente as contribuições das iniciativas, discutindo os avanços, limites e contradições destas práticas e sua intervenção na formulação de um projeto de educação emancipatória de base freireana, considerando as especificidades, diversidades e desafios da condição amazônica.

Tem como eixo de análise as categorias “Movimento”, “Educação de Jovens e Adultos”, “Educação Popular” e “Emancipação”, constitutivos da EP em Paulo Freire, ressaltando que, no cenário amazonense, os movimentos educacionais e populares não são definidos por si próprios e devem ser estudados considerando o contexto político, histórico, econômico e social.

Os estudos em torno da educação de jovens e adultos no Brasil e no Amazonas configuram-se como exigente e complexa tarefa, ao pensarmos os horizontes dessa trajetória, perpassando as questões seculares da exclusão escolar e do analfabetismo, caminhando em torno de seus limites como suplência, suas relações com educação básica, no eixo das políticas públicas e da conquista de direitos para todos e as perspectivas de consolidar espaços de continuidade.

Na pesquisa, buscamos identificar as possibilidades emancipatórias construídas pelas articulações da EP com a EJA, campo relevante de investigação científica crítica e freireana.

Assim, pretendemos condensar a recuperação crítica da literatura especializada sobre o tema, discutir alguns dos eixos estruturais em disputa epistemológica, histórica e política e apontar tendências e desafios sobre o campo temático em questão. O contexto do século XXI e suas diretrizes nos desafiam a pensar questões postas



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, com destaque para o debate sobre a universalização de uma Educação de qualidade para todos os brasileiros, em todos seus níveis e modalidades.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Para Feitoza (2008) o estudo das intensidades emancipatórias da EJA no Brasil e no Amazonas, exige um apanhado histórico através de rigorosa pesquisa sobre as matrizes políticas e ordenamentos conceituais e institucionais sobre as práticas, movimentos e iniciativas acerca da EP, da EJA e das conceituações conjunturais expressas ao redor do mesmo fenômeno social: a luta pelo acesso à escolaridade e alfabetização de populações historicamente marginalizadas. Sobre a EJA local, acentua que:

[...] No contexto amazonense, identificamos movimentos radicados na dinâmica do Estado, outros consorciados com Igrejas, associações civis, políticas públicas de educação e práticas sociais, alternando-se na história política de nossa organização social e cultural. Estes revelam práticas e projetos de assistência, integração, escolarização, mediações de consenso, tutela e organização política, com existência de mais de um século em nossa frágil tradição republicana (Feitoza, 2008, p. 178).

Sobre o entrelaçamento conceitual da EP e as contribuições de Paulo Freire, prosseguiremos este relatório. Há uma ou diversas concepções de EP no Brasil? Tal questão nos remete à uma breve retrospectiva acerca do “estado da arte”, o que nos leva ao diálogo com estudiosos do problema – Calado (1999); Paiva (2013); Rosas e Melo Neto (2008); Costa e Ferreira (2020); Oliveira (2010); Brandão e Assumpção (2009); Freire e Nogueira (1992); Feitoza (2008); Fávero (2006); Streck (2014); Freire (2016, 2017, 2018); Arroyo (2017).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

A EP tem sua maior construção, através dos movimentos de educação e cultura popular dos anos 1958-1964. Para Brandão e Assumpção (2009, p. 33), a EP se funda em uma concepção política de libertação dos oprimidos por meio de práticas formativas de educação, a dimensão política, pedagógica e cultural não hegemônica, comprometida com o processo de libertação dos oprimidos.

Para a abordagem dos movimentos de EP e EJA no Amazonas e identificação dos pressupostos a embasar tais iniciativas, produziremos interlocuções com autores básicos, estudiosos do problema, tomando por base as categorias chave da pesquisa (Movimento, EJA, EP, Emancipação e Constitutivos de Paulo Freire). No processo de apreciação das experiências, na continuidade da pesquisa e de suas possíveis contribuições, tomaremos como fundamento os princípios norteadores, através dos trabalhos que se constituem na construção de valores de resistência ao capitalismo, fortalecendo na EJA o núcleo da EP e suas possibilidades emancipatórias.

A apropriação da categoria “*movimento*” em sua dimensão filosófica é nossa intenção na caracterização do que intitulamos de “*movimentos de EJA no Amazonas*”- suas aproximações com as teses da dialética e do materialismo histórico, marcadamente as proposições de transformação social. Os estudos de Calado (1999) nos balizam nesta conceituação, nestes termos:

[...] organizações coletivas empenhadas na luta em defesa de seus interesses econômicos e sócio-culturais, buscando construir sua identidade, tendo como referência oposta a ser enfrentada a conduta dos que eles situam como adversários ou inimigos (Calado, 1999, p. 22).

Nesta direção, Feitoza (2008) assevera que os movimentos de EJA em Manaus não eles próprios movimentos sociais, embora suas constituições históricas derivem de esforços de alguns desses



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

movimentos (movimentos católicos, movimentos docente e discente, movimentos sociais populares), ao enfatizar que:

[...] Os movimentos de EJA estudados, em seu nascedouro, partem desse ideário transformador que delineia os movimentos sociais, e em suas matrizes históricas alguns destes se aproximam das pautas dos movimentos sociais populares, definidos pelo caráter de classe explicitado nos eixos organizativos e na perspectiva da transformação radical da sociedade (Feitoza, 2008, p. 202).

Para compreender estas dimensões, tomamos como norte o estudo da categoria “*emancipação*”, explicitando a concepção adotada, nas relações com o processo de contribuições para a EJA numa dimensão freireana.

Compreendemos a educação em dois aspectos: no seu sentido lato, como processo de *hominização* e de produção social do ser humano, é um caminho para a emancipação humana e um dos espaços mais importantes de atuação dos movimentos sociais organizados. Em seu sentido mais restrito, da escolarização ou da educação escolar formal como meta a ser consolidada, configura-se como espaço institucional produzido pelos sujeitos para a transmissão de sua cultura e legado.

Deste modo, a dimensão da Educação Popular para a EJA e os constituintes da pedagogia freireana se configuram em concepções estruturantes deste estudo, como elementos avaliativos das predominâncias emancipatórias e humanizadoras das experiências investigadas.

O conceito de EP formulado a partir de uma listagem de constitutivos, como síntese dos principais valores, princípios e fundamentos da teoria freireana nos baliza a análise, considerando que:



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

[...] A educação popular manifesta-se como um fenômeno de apropriação e produção de **bens culturais** por meio do **trabalho** que expressa um sistema aberto de ensino e aprendizagem com teorias intercomunicantes. Esse fenômeno comporta uma teoria do conhecimento referenciada na **realidade**, tendo o mundo concreto como anterioridade, com **metodologias** (pedagogia) incentivadoras à **participação** e ao **empoderamento** das pessoas. Passa a exigir conteúdos e técnicas de avaliação processuais, permeado por uma **base política** estimuladora de **transformações sociais**. Fenômeno **humano** que se orienta por anseios de **liberdade, justiça, igualdade** e sobretudo, **felicidade**. (Rosas e Melo Neto, 2008, p. 8. Grifo nosso).

Uma prática diferenciada de valorização dos saberes e de respeito ao sujeito, uma educação humanizadora, nascida no cerne dos movimentos populares, com a classe trabalhadora, inserida em um contexto de luta. Nessa perspectiva Freire e Nogueira (1992, p. 41) discorrem:

[...] Entendo a Educação popular como um esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. Entendo que esse esforço não se esquece, que é preciso poder, ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito. [...] Há estreita relação entre escola e vida política (Freire e Nogueira, 1992, p. 41).

Os autores definem a Educação Popular como prática que engloba também os processos de formação crítica, criativa, cidadã e emancipatória dos grupos populares, à medida que a valorização do saber popular é crucial, o conhecimento percebido como forma de possibilitar a organização, a consciência sobre o mundo, o engajamento e as perspectivas de transformação, que incorporam a tomada de poder (FEITOZA, 2008). Nesta direção, Freire e Nogueira (1992, p. 02) traduzem a EP como “... facilitadora da compreensão



científica que grupos/movimentos podem ter acertada de suas experiências”.

Emerge o desafio da Educação Popular, construída a partir de Paulo Freire, no contexto descrito e alinhado ao conceito manifesto: estimular e possibilitar, nas conjunturas mais diversas, a capacidade de intervenção e transformação do mundo no sentido da libertação humana em sentido amplo e emancipatório.

Metodologia

Tratar do método de investigação exige o reconhecimento de que há um enfoque epistemológico que o funda. A abordagem crítico-dialética intenciona partir do concreto, perpassando o abstrato e produzindo uma síntese no processo de conhecimento.

A definição do ponto de partida desta pesquisa - o viés histórico, as concepções de EP e EJA predominantes e a presença dos constitutivos freireanos - revela outro traço das abordagens crítico-dialéticas: a centralidade no reconhecimento do contexto, da temporalidade e da historicidade, como formas de aproximação e compreensão do fenômeno da EP, da EJA e das contribuições de Paulo Freire no cenário amazônico.

A pesquisa objetiva o mapeamento e a atualização de informações acerca de instituições, entidades, sujeitos e grupos responsáveis por iniciativas em EP e EJA no Amazonas, tendo como intenção produzir um quadro conceitual preliminar, com as concepções identificadas, os responsáveis pelas iniciativas e as relações com o legado de Paulo Freire.

No processo de levantamento e catalogação de dados, em Manaus, partimos de fontes históricas e documentais, marcadamente em Feitoza (2008), da sistematização das teses e dissertações produzidas pelos sujeitos do NEPE, os materiais registrados pelas



Rodas de Conversa¹¹ de EP e EJA em Manaus, atividade curricular da disciplina EJA I e das teses e dissertações do PPGE/FACED-UFAM, no eixo temático da pesquisa.

Para esta análise, torna-se crucial enfatizar que nossa busca é por uma EP para a emancipação, reconhecendo que cabe à educação libertadora potencializar espaços, práticas, experiências para o exercício de práticas revolucionárias, que podem contribuir para a organização dos grupos em sua práxis revolucionária.

A coleta de dados sobre os movimentos de EJA no Amazonas teve como fontes, ainda, os registros realizados durante as Rodas de Conversa, atividade curricular da disciplina EJA, no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação/UFAM, espaço teórico-metodológico freireano, que vêm ocorrendo na FACED desde os anos 1990, em articulação com o NEPE.

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICOS E DIRETRIZES SOCIOPOLÍTICAS

A investigação em andamento objetiva refletir sobre as matrizes históricas e marcos conceituais da EP para a EJA no Amazonas, através da sistematização e posterior análise das iniciativas, de base institucional e dos movimentos sociais populares, discutindo as diferentes intensidades emancipatórias das experiências.

Tratar dos movimentos de EJA na perspectiva da Educação Popular em Manaus, nos leva a identificar a relevância e contribuição social destas ações, no quadro da exclusão do acesso à educação, traduzido nas demandas dos grupos populares à EJA.

Trata-se de uma investigação sobre as potenciais constituições éticas, estéticas e políticas que legitimam o

¹¹Atividades pedagógicas realizadas na disciplina de “Educação de Jovens e Adultos”, no curso de Pedagogia, da FACED/UFAM desde os anos 1990, com a colaboração do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas Educacionais - NEPE.



reconhecimento de uma concepção de educação e de sociedade que projeta perspectivas humanizadoras e emancipatórias, em diferentes predominâncias, para a EJA com base na EP e nos eixos teóricos de Paulo Freire.

Há problemas de ordem histórico-conceitual; lacunas de registros; limites na formação dos educadores envolvidos; descontinuidade nas ações oficiais; a necessária crítica à escola formal; as novas demandas da inclusão digital; o reconhecimento do trabalho como princípio educativo; a retomada de “campanhas”; aspectos que nos fortalecem na perspectiva de buscar identificar quais as instituições, grupos, entidades e pessoas que vêm contribuindo para consolidar as matrizes histórico-conceituais, que delineiam as intenções da EJA na perspectiva da EP em nosso estado, objetivando uma articulação destes grupos, o registro destas experiências e a reflexão sistemática diante dos horizontes destas práticas.

Quando buscamos tratar da EJA numa perspectiva de EP, eixo da investigação, partimos da identificação de bases conceituais e valorativas que respaldam a matriz social que define a identidade da práxis destes movimentos em Manaus e no Amazonas, argumento que nos conduz a tratar das predominâncias emancipatórias presentes nas nestas iniciativas.

MOVIMENTOS DE EP E EJA EM MANAUS NA CONTEMPORANEIDADE

Prosseguindo, apresentaremos uma sistematização preliminar, de base documental, acerca das experiências em EP e EJA fundadas nos constitutivos de Paulo Freire, ressaltando a importância historiográfica da catalogação das iniciativas, do reconhecimento das instituições, entidades, grupos e sujeitos comprometidos com a educação libertadora, crítica, humanizadora e emancipatória em nosso estado.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Os materiais objetivam compor um quadro sobre as experiências e contribuir para a continuidade das pesquisas, tomando por base as fontes explicitadas anteriormente e traduzidas na construção da EP e da EJA. Na sequência da investigação, aprofundaremos a análise filosófica e política das tendências matriciais destas iniciativas.

Objetivamos promover a discussão dos desdobramentos teóricos e políticos, institucionais e históricos, dos dados basilares da pesquisa, buscando identificar a dialética entre as tendências reais e materiais das movimentações históricas e políticas no campo da EJA no Amazonas e o delineamento de possíveis perspectivas de uma EJA fundada em uma EP de base freireana.

Ressaltando a importância historiográfica dos movimentos identificados, apresentamos a sistematização inicial das fontes documentais relativas a essas entidades e instituições, sujeitos e grupos, com base nos registros das “Rodas de Conversa”, através da exposição que segue:

ENTIDADES E INSTITUIÇÕES, SUJEITOS E GRUPOS DE EP/EJA EM MANAUS/AM
Secretaria Estadual de Educação/SEDUC (atual Gerência de EJA, congregando três Centros de Ensino Supletivo): Centro de EJA Profª. Jacira Caboclo.
Secretaria Municipal de Educação (SEMED (Gerência de EJA, congregando o Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos, Prof. Samuel Benchimol- CEMEJA).
SESC/AM: Setor de EJA.
Movimento de Educação de Base (Amazonas).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Associação de Educação Católica do Amazonas/AEC (Setor de Educação Popular).
Pastoral da Criança (Setor de EJA).
Instituto de Educadores Populares do Amazonas - IEPAM
Central de Movimentos Populares - CMP
Projeto SARES/NEPE.
Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas Educacionais (NEPE, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (início: 1989- vigente).
Programa de Pós-Graduação em Educação da FAGED/UFAM:
Programa “Reescrevendo o Futuro” (Universidade do Estado do Amazonas).
IFAM - Formação em EJA/EPPT
Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos do Amazonas (articulação de entidades e instituições de EJA no estado do Amazonas).
Coletivo Café com Paulo Freire.
Fórum de leituras com Paulo Freire da Região Norte.
Coletivo da Educação do Campo (vinculado ao PRONERA).
PRONERA/INCRA.



Na sequência, trataremos de três iniciativas de EJA/EP no estado, como amostra da pesquisa, através dos seguintes grupos: NEPE (Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas Educacionais da Universidade Federal do Amazonas); iniciativas institucionais, SEMED (através do Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos/ CEMEJA) e Fórum Estadual de EJA, como sujeito coletivo.

MARCOS HISTÓRICOS E DIRETRIZES POLÍTICAS DOS PROJETOS DE EJA EM MANAUS (NEPE; FÓRUM DE EJA E SEMED/CEMEJA)

No processo de definição dos movimentos orgânicos de EJA selecionamos três iniciativas a serem estudadas mais especificamente, no decorrer da pesquisa, considerando como critérios fundamentais: que os três movimentos têm em suas origens os objetivos dos movimentos sociais, percorrem eixos das pautas dos movimentos sociais populares, destacadamente na dimensão da educação e têm seus fundamentos no sentido filosófico da categoria “movimento”.

Apresentaremos uma síntese acerca dos movimentos de EP e EJA escolhidos para a análise, no momento atual da investigação, ressaltando que os dados expostos serão aprofundados, retomados e discutidos na interlocução com os autores e documentos registrados, como explicitados nos objetivos do estudo.

1. Fórum de EJA do Amazonas (articulação de entidades e instituições de EJA no estado do Amazonas): 2003- vigente.

Os Fóruns de EJA no Brasil têm em seu nascedouro o caráter de movimento social, nos marcos dos finais dos anos 1990, na convocação da UNESCO para as reuniões locais e nacionais com vistas à realização da V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (Hamburgo, 1997). O processo de articulação dos sujeitos,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

entidades e instituições e a posterior constituição de um Fórum ocorreu pela necessidade de unir os grupos, considerando a descontinuidade das ações em EJA, da desarticulação quanto às políticas públicas e educacionais, configurando-se também, como espaço de lutas sociais e educacionais.

A experiência teve início no Fórum do Rio de Janeiro, inspirando outros estados e realizando um primeiro encontro formativo - Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos – ENEJA, hoje realizado em períodos de dois anos, em diversos fóruns estaduais. Os fóruns vêm se estabelecendo, portanto, como espaços legítimos de interlocução com o MEC, na discussão das políticas públicas para a EJA como direito à educação e da EP como horizonte político, formativo e transformador da realidade social.

No Amazonas, o Fórum se constitui em articulação de educadores, educadoras e entidades do poder público, universidades, organizações não-governamentais, movimentos sociais e de empresas privadas, no campo da formação de uma rede de práticas na EJA, constituído no dia 23 de junho de 2003. Tem se constituído em importante sujeito coletivo na defesa, proposição e lutas pela implementação de uma política educacional, que ofereça maiores expectativas aos educadores da EJA, na perspectiva do direito à EJA como direito à educação, bem como nos processos de formação nos ENEJA's (Encontro Nacional de EJA).

**CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS- PROFESSOR SAMUEL BENCHIMOL/CEMEJA:
2003 - VIGENTE.**

O CEMEJA faz parte da estrutura da SEMED/Manaus, tendo sido criado em 2003, objetivando proporcionar a continuidade dos estudos - do sexto ao nono ano- à jovens e adultos que tiveram



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

interrompidas as suas trajetórias de escolarização, propiciando espaço público para a retomada da escolaridade.

Localiza-se no bairro de São José Operário, na zona leste da cidade de Manaus, atendendo a comunidade do entorno, considerando que, em nível municipal, só existe o CEMEJA com a configuração de centro.

Surgiu das discussões de equipe de pedagogos em 2002, em debates com a comunidade e equipe de profissionais da educação da escola, traçando como linhas de atuação, a concepção sócio-construtivista de ensino e aprendizagem e pedagogia dialógica, na formação da consciência crítica. Seus documentos apontam como princípios norteadores, a valorização dos saberes prévios, buscando conforme situa Santos (2005), buscando:

(...) aprendizagem significativa, que implica a atribuição de sentidos e construção de novos significados, que o estudo tenha sentido para o educando. A equipe de educadores planeja o trabalho educativo e a tomada de decisões coletivamente, numa perspectiva de cooperação e socialização (Santos, 2005, p. 4).

Os registros de Santos (2005) destacam como procedimento estruturante do processo pedagógico do CEMEJA, a caracterização econômica da área (ocupações principais da população, condições de relação de trabalho formal e informal e condições de consumo). Na comunidade da zona leste destacam-se como iniciativas as ocupações comerciais (lojas); o trabalho doméstico, as diaristas, cabeleireiros, pedreiros, churrasqueiros, vigias, funcionários públicos, e em números reduzidos, operário de fábrica e outros.

São também destacadas as características políticas e culturais da comunidade, informações que situam o trabalho pedagógico realizado pelo CEMEJA. Santos (2005) afirma que o CEMEJA é lócus da educação formal e sistematizada, com objetivos de formar



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

cidadãos, atendendo uma demanda de pessoas jovens e adultas de 15 anos ou mais, que buscam a retomada dos estudos do segundo segmento da educação fundamental, por motivações como a exigência pela escolaridade.

A experiência institucional surge como resultado de ações públicas municipais e pela crescente demanda de EJA na zona leste de Manaus, em espaço construído para este fim. Os estudos sobre o CEMEJA prosseguem na continuidade da pesquisa.

**NÚCLEO DE ESTUDOS, EXPERIÊNCIAS E PESQUISAS
EDUCACIONAIS - NEPE/FACED-UFAM: CRIADO EM 1989 -
EM VIGÊNCIA.**

O Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas Educacionais (NEPE), foi criado na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, na prática, em 1989, com uma discussão mais intensa sobre suas feições, durante a greve das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) daquele ano. Constituiu-se em razão da necessidade expressa por professores e estudantes de estabelecer uma articulação entre a formação acadêmica e as experiências educativas que ocorrem em outros cursos de formação do educador, dentro da Universidade, nas várias licenciaturas e com os movimentos sociais populares. Em 1992, tornou-se temático em Educação Popular, desenvolvendo estudos, pesquisas e processos formativos em EJA, EP e o pensamento de Paulo Freire.

Na trajetória do NEPE, desde sua constituição (julho de 1989) preponderam as teses da educação humanizadora, crítica e emancipatória de Paulo Freire, presentes em suas obras, o que denota o alcance das reflexões filosóficas do autor, marcos da EP e da teoria freireana, cerne dos estudos empreendidos nesta investigação.

As atribuições do NEPE corroboraram com o eixo de ações em EJA, assumidas pelo Núcleo desde sua criação e marcadamente, após sua



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

institucionalização na FAGED (1992): formação de educadores alfabetizadores, assessorias, acompanhamento de atividades e apoio teórico-metodológico, em articulação com as entidades educativas municipais e a Secretaria Estadual de Educação, tendo em conta a certificação no processo formativo.

O NEPE se estrutura como articulador múltiplo entre a Universidade, instituições da sociedade civil, entidades dos movimentos sociais e experiências nacionais e internacionais voltadas para a problemática da Educação Popular. Tem como princípios a construção da contra-hegemonia, de valores de resistência ao capitalismo, fortalecendo o núcleo da Educação Popular através da Educação de Jovens e Adultos.

Entendemos o NEPE como espaço/casamata das demandas por EP no espaço universitário, desde os finais dos anos 1990, considerando as articulações estabelecidas com os movimentos sociais populares, fomentando o debate sobre o compromisso social dos profissionais da educação, sua formação junto às licenciaturas, a rede pública de ensino e os desafios de uma educação e universidade pública, gratuita e amazônica.

Os registros acerca dos movimentos de EP e EJA apresentados, demonstram a trajetória dos movimentos de EJA no Amazonas, em suas relações com os movimentos sociais populares. Os elementos que constituem o conceito de movimentos sociais são mais amplos que os movimentos sociais populares, considerando ainda a incipiente produção de estudos sobre a categoria, datando de meados do século XIX, ganhando espaços acadêmicos significativos no século XX, em articulação com as necessidades histórico-sociais do contexto.

O movimento social popular tem um papel fundamental no trabalho com estas demandas, se conseguir prosseguir autônomo, contribuindo para a manutenção dos valores resistentes da cultura



brasileira. Estes são alguns dos elementos que iremos apreciar, na pesquisa que prossegue.

CONCLUSÕES

As iniciativas em EP e EJA apresentadas, podem ser definidas como movimentos pela sua aproximação com os eixos valorativos e políticos dos movimentos sociais populares, identificados no caráter de classe (defendem os excluídos da escolarização formal, os pobres, jovens- homens e mulheres trabalhadores), nos eixos organizativos (ideia de que a cultura e a educação auxiliam no processo organizativo e emancipador) e manifestam intenções de transformação social (mais ou menos radical, de acordo com as origens históricas de cada iniciativa).

No contexto amazonense, identificamos movimentos radicados na dinâmica do Estado, outros consorciados com Igrejas, associações civis, políticas públicas de educação e práticas sociais, alternando-se na história política de nossa organização social e cultural. Estes revelam práticas e projetos de assistência, integração, escolarização, mediações de consenso, tutela e organização política, com existência de mais de um século em nossa frágil tradição republicana.

Deste modo, entendemos que no contexto das lutas educacionais e populares em Manaus, não se pode reconhecer uma direção de hegemonia da tendência emancipatória, que deixasse de conviver com as experiências não emancipatórias. As iniciativas de base humanizadora e emancipatória carregam os fundamentos freireanos em suas constituições e origens sociais, como ato revolucionário, esperança e projeto para transformação do país.



REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. **Passageiros da Noite**: Do Trabalho para a EJA. Itinerários pelo Direito à uma Vida Justa. Petrópolis, Vozes: 2017.

BRANDÃO, C. R; ASSUMPÇÃO, R. **Cultura Rebelde**: escritos sobre a educação popular ontem e agora. – São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Memória Histórica e Movimentos Sociais**: ecos libertários de heresias medievais na contemporaneidade – João Pessoa: Ideia, 1999.

COSTA, Lucinete. G.; FERREIRA, Maria da Conceição Monteiro. Tecendo reflexões sobre a dimensão política da educação numa abordagem freiriana. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 1, p. 294, 2020.

FÁVERO, Osmar. Uma pedagogia da participação popular. **Análise da prática educativa do MEB - Movimento de Educação de Base (1961-1966)**. – Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea).

FEITOZA, Ronney da S. **Movimentos de Educação de pessoas jovens e adultas na perspectiva da educação popular no Amazonas**: Marcos históricos, matrizes conceituais e impactos políticos. Universidade Federal da Paraíba, julho de 2008. (Tese de Doutorado).

FREIRE, Paulo. Alfabetização de Adultos e Conscientização. In: FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 39. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Cortez, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 64. ed. Rio de Janeiro;
São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer**: teoria e prática
em educação popular. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos**. SP:
Edições Loyola, 1987.

ROSAS, Agostinho da Silva. MELO NETO, José Francisco (org.).
Educação Popular: Enunciados Teóricos. Vol. 2. - João Pessoa:
Editora Universitária da UFPB, 2008. 226 p.

SANTOS, R.P. **Trajetórias de Escolarização de Jovens de Classes
Populares**: elementos para uma análise da relação sociedade,
educação e trabalho. Manaus, junho de 2005. Dissertação (Mestrado
em Educação) - Universidade Federal do Amazonas.

STRECK, Danilo (2014). Educação com o Povo: Notas Históricas. In:
PIMENTA, Selma Garrido. (org.). **Educação Popular e Docência**.
São Paulo: Cortez, 2014.



PEDAGOGIA DO OPRIMIDO: QUESTÕES DE ORGANIZAÇÃO E ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA

Yan Caramel Zehuri

RESUMO: O livro *Pedagogia do Oprimido* permite diferentes abordagens e os debates em torno de seu significado e de suas contribuições não cessaram desde sua primeira publicação. Proponho neste artigo uma reflexão sobre os diferentes usos do termo “alfabetização”, a relação dialética entre “trabalhos educativos” e “educação sistemática” e a dissolução da figura do “educador”. Procuro demonstrar que Freire sistematiza uma pedagogia do oprimido, que não lhe pertence, como ele mesmo reconheceu diversas vezes, produto de um processo histórico em que um sujeito-classe revolucionário toma forma e consciência de si nos anos 1959-1974. As preocupações pedagógicas do autor transcendem a dimensão educativa e assumem um caráter político, especificamente organizativo e estratégico, na direção de uma “teoria da ação revolucionária” e de questões metodológicas para o Estado de transição.

PALAVRAS-CHAVE: pós-alfabetização. Sujeito. Classe. organização política.

INTRODUÇÃO

O pensamento de Freire é uma das expressões teóricas e políticas latinoamericana de maior valor histórico no pensamento social brasileiro. Essa importância é reconhecida formalmente pelas homenagens e títulos recebidos por ele, mas os desdobramentos de suas ideias ainda estão em pleno desenvolvimento, motivo pelo qual é considerado e deve ser encarado, de fato, como um clássico. Este artigo propõe uma discussão em torno de questões que trato como



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

um aspecto organizativo e estratégico de *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 2018) e *Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos* (Freire, 1981).

Considerando que a dimensão política das questões pedagógicas foram produzidas na práxis do sujeito histórico e no drama das lutas sociais em que Freire atuou como formador. O objetivo é identificar a formulação teórica desses textos como uma elaboração coletiva¹². Da mesma forma que a questão da revolução socialista e a perspectiva marxista foram apropriadas por Freire, analisaremos como a abolição da figura do educador é tomada como uma dimensão da abolição do Estado, diferentemente das obras anteriores. Neste sentido, o método pedagógico freireano também expressa, a nosso ver, uma teoria da organização e da transição revolucionária, coerente com o método materialista histórico e dialético e uma expressão original do pensamento marxista latinoamericano¹³.

A polissemia que o termo “Educação Popular” adquiriu nas últimas décadas (Schlindwein e Catini, 2021), bem como pela existência de leituras antagônicas acerca da obra de Paulo Freire, que é o principal expoente desse movimento justifica essa discussão. Procurei demonstrar algumas diferenças importantes entre duas de suas principais obras, *Educação como Prática da Liberdade* (Freire, 1967) e *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 2018), para evitar algumas simplificações recorrentes, bem como o que o autor chamou de Teoria da Ação Revolucionária (Freire, 2018).

¹² Vasconcelos (2020) afirma que *Pedagogia do Oprimido* é um documento da reforma agrária chilena.

¹³ Tanto a questão da presença de uma teoria pedagógica da transição revolucionária, quanto a influência do pensamento latino-americano, por exemplo, da teoria da dependência, são apontadas por Torres (1996).



CONSIDERAÇÕES SOBRE *EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE, PEDAGOGIA DO OPRIMIDO* E SUAS INTERPRETAÇÕES

Estamos em algum lugar entre as “longas ressacas” das revoluções burguesas e a sobriedade da “constante autocrítica” das revoluções proletárias, diante da “enormidade ainda difusa de seus próprios objetivos” (Marx, 2011, p. 29-30). Devemos encarar esse desafio, lendo Freire, de apreender a “dimensão opaca” ou do “significado profundo” do texto (Freire, 1981), um enigma que a própria história faz ao teórico e ao educador revolucionário.

A ascensão do bolsonarismo representa o fechamento do ciclo político que se iniciou na fundação do Partido dos Trabalhadores e exige um inventário crítico (Gramsci 1999) que cabe às gerações presentes. Este artigo é uma pequena parte desse processo, que envolve toda uma geração de intelectuais e militantes. O ecletismo que é atribuído a Freire por alguns críticos (Gibson *apud* Stanczyk, 2021), de fato, pode ser identificado em algumas leituras freireanas, que desconsideram diferenças teóricas importantes em sua obra, como reconhece Torres (1996), o que impede a sua apreensão crítica e acaba por banalizar o seu conteúdo crítico e inovador. Há pontos de ruptura com relação aos objetivos políticos e às concepções de Estado e sujeito.

Considero que leituras marxistas como a de Saviani (2021), não identificam o conteúdo radical e original de *Pedagogia do Oprimido*, perpetuando uma banalização sintomática da obra de Freire. Penso que devemos tomar o cuidado de não cair na moralização dessas interpretações limitadas, pois o problema se origina um período histórico de fragmentação e declínio das lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, do pensamento crítico. A avaliação de que Freire se baseava na dialética do senhor e do escravo hegeliana, contrariamente ao materialismo histórico (Saviani, 2021, p.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

11), desconsidera que a materialidade da análise - e, portanto, também o seu materialismo¹⁴.

Também o empobrecimento das leituras freireanas acompanhou as seguidas derrotas das organizações dos trabalhadores nas últimas décadas. Evidentemente, há muitas leituras freireanas. Dentre elas, considero que há duas abordagens mais claramente problemáticas da obra de Freire: aquelas que o limitam ao horizonte nacional-desenvolvimentista e/ou, social-democrata e liberal, sobretudo, tentando apoiar-se em *Pedagogia do Oprimido*; e as que limitam o seu método e concepção política à questão estritamente metodológica, pedagógica e/ou técnica, que o aproxima da Escola Nova. A aproximação de Freire ao pensamento nacional-desenvolvimentista do ISEB e à Escola Nova é possível a partir de *Educação e Atualidade Brasileira* e *Educação como Prática da Liberdade*. Contudo, a abordagem “prática” ou pragmática de Freire é algo que oculta o seu caráter revolucionário em *Pedagogia do Oprimido* e *Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos*¹⁵.

A verdadeira imagem do passado perpassa veloz como um relâmpago em momentos de perigo (Benjamin, 1987). É o drama da

¹⁴ Não pode haver um materialismo histórico, de fato, senão através da materialização de uma leitura política no movimento real das lutas. Essa condição não é um dado da vontade ou da qualidade técnica, mas característica da relação entre o teórico e a luta de classes e, muitas vezes, depende mais do período em que o observador se encontra do que de seu compromisso com a classe trabalhadora. A profundidade dessa discussão depende de uma meditação em torno do conceito de práxis (Vásquez, 1980).

¹⁵ Além disso, penso ser necessário questionar a contraposição entre a Teologia da Libertação ao marxismo, como Freire defendia (Suoranta, 2023). Esse problema exige um outro trabalho, de interpretar o sentido histórico da Teologia da Libertação, cuja expressão é orgânica ao processo latinoamericano dos anos 60 e não deve, a nosso ver, ser considerado como uma questão de “atraso”, de ausência de racionalidade e tradição científica, como uma visão iluminista tende a colocar. Segundo Stanczyk (2021), minimizar a influência do materialismo dialético no pensamento de Freire é domesticá-lo.



ascensão da extrema-direita e da impotência das esquerdas para interromper os retrocessos que vivemos em diferentes âmbitos da vida que nos obriga a essa reflexão. Os conservadores estão corretos em afirmar que Freire é perigoso aos seus interesses (Suoranta, 2023), e nós precisamos redescobrir o porquê, uma vez que esse perigo se apresenta à direita apesar do caráter inofensivo que demos às nossas organizações.

A PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA E A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO

Fernando de Oliveira (2022) trabalha com a imagem do filme *Terra em Transe* (1967), de Glauber Rocha, para refletir sobre a crise que Freire abordou em *Educação Como Prática da Liberdade* (Freire, 1967) como período de *trânsito*. Em uma cena clássica desse filme, a mobilização popular representa a aliança de classes na fictícia ilha caribenha Eldorado: o batuque africano embala um comício, que compõe uma mistura de procissão e carnaval. O senador (Modesto de Souza) convoca o sindicalista Jerônimo (José Marinho) numa tentativa de demonstrar o apoio popular ao seu partido: “Não tenha medo, meu filho, você é o povo, fale!”.

Jerônimo fala em tom de submissão e é interrompido por Paulo (Jardel Filho), intelectual e poeta pequeno-burguês, que lhe tapa a boca e dispara seu desprezo pelo povo em direção à câmera: “Estão vendo o que é o povo? Um imbecil, um analfabeto, um despolitizado! Já imaginaram Jerônimo no poder?”. Na sequência, um personagem sem nome (Flávio Migliaccio), a imagem do oprimido, se arrasta para se levantar ao nível da cena, vindo do chão e apertado na multidão. Sem autorização para falar, ele revela a miséria do povo (que é sua), é chamado de “extremista” e morto imediatamente, sem a solidariedade de ninguém. Paulo, que já havia demonstrado desprezo pelo povo, olha de lado esse personagem e assiste a sua morte



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

indiferente, sem qualquer comentário, ainda embotado pela aversão ao sindicalista analfabeto.

Em seguida, o senador de “Eldorado” afirma que “o extremismo é um vírus que contamina as flores, contamina o ar, contamina o sangue, contamina a água e a moral”. A cena sugere a aliança de classes, em que o analfabetismo é associado à ignorância pelos conservadores, que torna o oprimido suscetível ao “vírus do extremismo”, mas também pela esquerda reformista. A participação submissa do representante sindical, “analfabeto”, mal vestido com um terno branco encardido, mas engravatado, é tolerada. O mesmo não ocorre com a participação direta do povo e a exposição da pobreza nua e crua aos farrapos. A questão da representatividade nos anos 1960 estava em pauta nos movimentos de educação popular e também na arte.

A cena final do filme sugere a resistência armada ao golpe ao som de tiros de metralhadora, com Paulo agonizando com a arma em punho. Glauber Rocha parece criticar o romantismo da pequena-burguesia, que está disposta ao auto sacrifício em nome de ideais nobres, mas que não tem capacidade de se conectar significativamente com o povo ou com a classe trabalhadora concretamente existente. Sara (Glaube Rocha), que acompanha o protagonista sempre de forma a acolher as suas reflexões e agonias, abandona Paulo na estrada e segue firme em direção à câmera. Seria uma superação do romantismo e moralismo de Paulo e das práticas da pequena-burguesia? Como Oliveira (2022) discute em seu artigo, a emergência de novos temas na obra de Freire acompanha essas mudanças históricas, que também são constatadas na produção artística, tanto no método quanto no conteúdo.

As campanhas de alfabetização, bem como os movimentos de educação popular que surgiram nos anos 1960, como o Movimento Educação de Base (MEB), o Movimento de Cultura Popular (MCP), os Centros de Cultura Popular (CPC's) da UNE e a Campanha de



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Educação Popular (CEPLAR), tinham como objetivo uma formação política para a inclusão da maioria da população na cidadania (Paiva, 2003). A polarização entre os setores envolvidos nessas campanhas e os interesses conservadores ligados ao latifúndio e à indústria¹⁶ favoreceu a politização dos movimentos e o desenvolvimento de uma perspectiva classista.

Essa posição se radicalizou na medida em que os conflitos sociais se aprofundaram, abrindo caminho para a defesa de reformas estruturais da sociedade, como a reforma agrária, intimamente ligada aos interesses da população analfabeta no campo. Os limites da democracia burguesa se tornaram mais claros na medida em que as classes dominantes não foram capazes de aceitar a democratização da sociedade. Algumas dessas campanhas de alfabetização tinham certa proximidade com as Ligas Camponesas (ligadas ao PCB), como no caso da CEPLAR, na Paraíba, onde esse movimento teve uma atuação importante. Apesar disso, os EUA buscaram influenciar iniciativas de educação através da intervenção da *Aliança Para o Progresso*, criada em 1961, para impedir o avanço das ideias comunistas na região. Isso ocorreu com a campanha do Rio Grande do Norte *De pé no chão também se aprende a ler* (Paiva, 2003).

A ideologia desenvolvimentista, representada sobretudo pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), hegemonizou a política indiscutivelmente. Também as ideias da Escola Nova, a exemplo da notória figura de Anísio Teixeira, foram dominantes no pensamento educacional entre 1947 e 1961 (Saviani, 2013). Paulo

¹⁶ O Programa Democrático-Nacional do PCB considerava que a burguesia poderia cumprir um papel revolucionário no Brasil. Essa leitura refletia a avaliação da Internacional Comunista de que a periferia capitalista estava sob uma dominação semi-feudal e precisava concluir uma etapa burguesa para depois realizar a revolução socialista. Como mencionado na nota 4 deste texto, a estratégia petista partiu da crítica dessa leitura, na defesa de uma revolução popular de caráter socialista e contra a participação da burguesia, para a inclusão, primeiramente, da pequeno-burguesia e, posteriormente, de “empresários produtivos de qualquer porte” (Iasi, 2012, p. 510).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)

Freire expressa uma combinação dessas duas correntes teóricas em *Educação Como Prática da Liberdade* (Freire, 1967), do existencialismo e do liberalismo, respectivamente¹⁷. E assim como o ISEB se aproximou do marxismo a partir de 1962, como demonstra Lovatto (2021), a metodologia dialógica alinhada ao escolanovismo se aproximou das lutas populares e produziu uma síntese pedagógica na figura de Paulo Freire. A preocupação com a autenticidade das elites, influência da fenomenologia, aparece em *Educação Como Prática da Liberdade* na defesa de uma “verdadeira elite”, assim como a utilização do conceito de “redução sociológica” de Guerreiro Ramos (*apud* Freire, 1967).

Até 1967, Freire defende a possibilidade de “representantes autênticos” do povo serem capazes de “evitar deformações” e o “gregarismo” e a neutralidade do Estado diante dos interesses diversos da sociedade civil. Neste momento de sua obra o termo “elite” aparece 19 vezes em (Freire, 1967), frente a uma única menção em *Extensão ou Comunicação?* (Freire, 1983) em referência às “elites oligárquicas”. Em *Educação como Prática da Liberdade* (Freire, 1967), o conceito de oligarquia não aparece explicitamente, aproximando-se apenas do que ele chamou de “elites detentoras de privilégios”, usado uma vez no texto. Enquanto o conceito de elite foi ambíguo até 1967, entre a verdadeira elite e a elite entre aspas, em *Extensão ou Comunicação?* (Freire, 1983) essa ambiguidade desaparece. Elite passa

¹⁷ Paiva (1979) demonstra a proximidade entre as ideias freireanas com a ideologia do ISEB a partir da referência aos seus principais formuladores, como Corbusier e Álvaro Vieira Pinto. A filiação existencialista permaneceu ao longo da trajetória de Paulo Freire, contudo, afastando-se do anti-marxismo de Karl Jaspers e aproximando-se do materialismo dialético ao modo de Jean-Paul Sartre. Também a relação com os escolanovistas, vista por alguns intérpretes de Freire como uma constante, não foi contínua. A nuance do “escolanovismo popular” apontada por Saviani (*apud* Viana, 2020) é interessante para pensar os anos 1961-1964, ainda que o autor não tenha identificado a ruptura de Freire com o liberalismo a partir de *Pedagogia do Oprimido*.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

a ser utilizado por Freire apenas em um sentido, oposto aos interesses do povo, mediado pelas “lideranças populistas” (Freire, 1983). O termo “populista” está ausente em *Educação como Prática para a Liberdade* (Freire, 1967)¹⁸.

Em oposição à “classe dominante”, que aparece uma vez em *Educação como prática da Liberdade* (Freire, 1967), não há menção a uma classe dominada mas ao “homem moderno [...] dominado pela força dos mitos” (Freire, 1967; p. 43), “vencido e dominado, sem sabê-lo, ainda que se possa crer livre” (Freire, 1967; p. 62). A referência a esse sujeito dominado é feita também como “o homem simples do povo”, o “homem pobre” ou às “classes muito pobres”¹⁹. Não é difícil supor que o autor ainda apresenta uma visão elitista sobre o povo, pelo adjetivo “simples” que se opõe a “elite”, “pobre” que se opõe a “rico”.

Essa visão dos trabalhadores expressa a concretude da consciência desse sujeito social no período, ainda sem consciência de si, que muda substancialmente ao longo da década de 1960, no Brasil, e especialmente nos anos seguintes, no caso chileno. A experiência política após o golpe militar no Brasil e durante a reforma agrária no Chile, bem como a convivência com outros intelectuais e militantes exilados, é decisiva. A consciência de Freire passava pela fase

¹⁸ A partir de 1968, em *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 2018) e *Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos* (Freire, 1981), “elite” aparece 68 vezes, sendo 58 no primeiro livro e 10 no segundo. Em Freire (2018), 47 dessas menções são acompanhadas de: “dominadora”, “dominante”, “opressora”, “reacionária” e “oligárquica”. Em Freire (1981), aparece como “elite do poder”, “elite burguesa” e “[...] elites nacionais, no fundo, quase sempre, puras metástases das (elites) externas” (Freire, 1981; p. 96). Em *Ação Cultural para a Liberdade* (Freire, 1981), nota-se uma aproximação à Teoria Marxista da Dependência, cujos formuladores estiveram exilados no Chile, no mesmo período que Freire.

¹⁹ São feitas 6 menções ao homem simples (Freire, 1967; p. 35, 37, 43, 44, 121, 138). É feita uma menção ao “homem pobre” na décima situação de aprendizagem (Freire, 1967; p. 147) e às “classes muito pobres” (Freire, 1967; p. 87).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

transitiva ingênua para a transitiva crítica, nos seus próprios termos (Freire, 1967).

A perspectiva de que a fonte de autenticidade da elite estava justamente no povo (Freire, 1967) ainda não significa uma atribuição de sujeito aos trabalhadores de forma inequívoca, uma vez que o povo pode ser considerado um corpo sem cabeça. Nesse texto não há qualquer referência ao povo como classe trabalhadora, tampouco. Ainda assim, Freire já havia passado por diversas experiências que o aproximavam pouco a pouco do marxismo, como ele próprio afirmou diversas vezes.

Talvez o que eu pudesse dizer, repetir o que tenho dito em certas entrevistas, que expressa bem a minha experiência, é o seguinte: indiscutivelmente, eu fui na minha juventude, ao camponês e ao operário da minha cidade, movido pela minha opção cristã. Que eu não renego. Chegando lá, a dramaticidade existencial dos homens e mulheres com quem eu comecei a dialogar me remeteu a Marx. É como se os camponeses e os operários me tivessem dito: “Olha, Paulo, vem cá, você conhece Marx?”. Eu fui a Marx por isso. E, indo a Marx, eu comecei a me surpreender com alegria por ter encontrado Marx entre os camponeses e entre os operários... Comecei a ver uma certa radicalidade original do pensamento marxista lá na área camponesa, de analfabetos. Então comecei a pensar: puxa, esse cara é sério! Não quero dizer que eu sou hoje um “expert” em Marx, ou que eu sou um marxista. Por uma questão até de humildade. Eu acho que é muito sério dizer que alguém é marxista. É a mesma coisa em relação à minha opção cristã. Eu sou um homem em procura de tornar-se um cristão. Em última análise, devo dizer que tanto a minha posição cristã quanto a minha aproximação a Marx, ambas jamais se deram ao nível intelectualista, mas sempre referidas ao concreto. Não fui às classes oprimidas por causa de Marx. Fui a Marx por causa delas. O meu encontro com elas é que me fez encontrar Marx e não o contrário (Freire, 1979. Revista Educação & Sociedade, nº 3, maio de 1979, p. 73-75).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)

A experiência de Freire como diretor da Divisão de Educação e Cultura do SESI, em Recife, tem um caso que simboliza bem o contato do educador com os trabalhadores ainda em um momento precoce em relação ao seu despertar crítico²⁰. O contato com as contradições sociais, com a realidade dos pais trabalhadores e camponeses, favoreceu o desenvolvimento de sua consciência crítica, diante de uma realidade social que conhecia de perto. A elaboração desses aprendizados e o reconhecimento metodológico de que ele próprio havia sido ensinado por um sujeito que julgava ensinar foi tematizado em *Educação como Prática da Liberdade* (Freire, 1967). Contudo, nesse livro a concepção de direção ainda não está claramente atribuída ao *oprimido*, concretamente, em sua libertação, mas ao povo-nação, abstrato.

A síntese dos métodos escolanovistas e de redução sociológica com o materialismo histórico e dialético se expressa de forma clara na aderência à filosofia marxista da história. E essa síntese o leva à elaboração de uma “teoria da ação revolucionária” (Freire, 1968, p. 80), à “teoria da ação transformadora - a teoria revolucionária” (Freire, 1981, p. 48) e à “Teoria da Ação” em referência direta à *Que Fazer?*, de Lênin, e aos clássicos do marxismo (Freire, 1996, p. 41)²¹.

A questão das elites sobrepostas à sociedade e o imperativo de conectar-se aos “novos temas”, à sociedade aberta e aos “verdadeiros anseios do povo” (Freire, 1967, p. 53) se concretizou em *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 1987, p. 28), numa análise classista:

²⁰ Certa vez o pai de um estudante falou em um Círculo de Pais sobre a dificuldade na criação dos filhos, descrevendo a sua casa e rotina, comparando-a com a casa e a rotina da classe média, constrangeu Freire. A precisão com que o operário descrevia a casa e a rotina com os filhos, fez Freire pensar mais sobre si do que sobre o outro, repensando a sua relação com esse outro, a quem levava suas receitas (Haddad, 2019).

²¹ Carta a Clodomir Santos de Moraes, desde o exílio, em 1973.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

“somente os oprimidos, libertando-se, podem libertar os opressores”. Continua a seguir: “Estes (opressores), enquanto classe que oprime, nem libertam nem se libertam” (Freire, 1987, p. 28). A crítica marxista que afirma não haver uma perspectiva de classe em *Pedagogia do Oprimido* ignora essa posição (Saviani, 2021)²². O humanismo cristão da primeira fase, dá lugar a um humanismo revolucionário profundamente conectado ao materialismo dialético, por estar atrelado a dilemas históricos concretos.

O papel atribuído aos intelectuais e educadores se transforma radicalmente, demonstrando o deslocamento do sujeito histórico na sua análise na medida em que esse sujeito emerge concretamente nas lutas sociais. Isso demonstra, a meu ver, o seu rompimento teórico e político com o idealismo (Freire, 2018; Freire, 1981), a partir do momento em que o educador não apenas dialoga com o povo, mas se torna o aprendiz dos oprimidos, sem qualquer eufemismo, como uma questão metodológica que resulta do processo histórico.

Em situações tais, estes educadores percebem como, em pouco tempo, foram superados por aqueles de quem pretendiam ser os educadores. Percebem que, não obstante saberem ler e escrever, eram “politicamente analfabetos”. Alguns deles, amedrontados, renunciam ao trabalho iniciado; outros, aceitando o desafio que aquela releitura lhes coloca, refazem igualmente sua leitura e, abandonando o espontaneísmo humanitarista, se tornam realmente militantes. “Alfabetizam-se” politicamente, com os analfabetos a quem pretendiam salvar (Freire, 1981; p. 59-60).

²² Saviani cita uma entrevista de Paulo Freire em que o educador afirma que não se diz marxista por uma questão de humildade, assim como o faz em relação ao cristianismo. Saviani (2021) reconhece que Freire cita autores marxistas “em profusão” em *Pedagogia do Oprimido*, contudo, afirma que essas citações não são coerentes com o método materialista histórico. Este artigo tem como objetivo contestar essa leitura e apontar para a profundidade original de Freire (2018) e suas conexões com a elaboração da práxis revolucionária dos processos em que esteve inserido como educador.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)

A questão da alfabetização *stricto sensu* dá lugar à alfabetização *lato sensu*, à questão de organização. Enquanto “alfabetizar” e “alfabetização” aparecem 30 vezes em *Educação como Prática da Liberdade* (Freire, 1967), são feitas apenas 3 menções em *Extensão ou Comunicação?* (Freire, 1983), mesma quantidade que em *Pedagogia do Oprimido*²³ (Freire, 1987). A ideia de “pós alfabetização” é inaugural em *Extensão ou Comunicação?* (Freire, 1983), com apenas uma ocorrência, sendo apresentada 4 vezes em *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 1987) e 7 vezes²⁴ em *Ação Cultural para a Liberdade* (Freire, 1981).

É na contradição com o opressor que os oprimidos tomam consciência de si e, lutando para libertar-se, para si: “Não basta saberem-se numa relação dialética com o opressor - seu contrário antagônico (...) É preciso, enfatizemos, que se entreguem à práxis libertadora.” (Freire, 2018; p. 49). A dialética “reflexão/ação”, em que as duas palavras são utilizadas na mesma frase, pode ser identificada apenas uma vez em *Educação como Prática da Liberdade* (Freire, 1967) na caracterização do “radical”, momento do texto que remete às questões que seriam apresentadas nos livros posteriores. Em *Extensão ou Comunicação?* (Freire, 1983), a noção de práxis nos termos “reflexão/ação” aparece 15 vezes, sendo que o termo “práxis” aparece pela primeira vez e em 11 ocorrências. Entre 1968 e 1974 a dualidade “reflexão/ação” é utilizada 70 vezes, enquanto o termo “práxis” ocorre 105 vezes (Freire, 2018; Freire, 1981).

É então que desaparece a ambiguidade em relação à dominação, não mais uma questão de representatividade, de “superposição” (Freire, 1967), mas de uma luta contra a classe

²³ Exceto as menções feitas no prefácio de Fiori (2018).

²⁴ O termo aparece como “post alfabetização” nos em três textos, dois de 1968 e um de 1969, não sendo citado nos posteriores (Freire, 1981).



dominante²⁵. No lugar dessa concepção democrática e liberal, que pressupõe haver possibilidade de convivência harmônica entre as classes, inaugura-se uma interpretação original do marxismo. É o caso da “teoria da ação revolucionária”, em que educador e dirigente são correspondentes, tanto um quanto o outro devem liderar um processo em que deixam de ser necessários, que termina com a abolição do Estado e da separação entre educador e educando. Ao contrário do que muitas vezes se supõe, a questão fundamental é abolir essa relação de modo absoluto e não momentaneamente ou na relação estritamente pedagógica.

A INVENÇÃO DA PEDAGOGIA REVOLUCIONÁRIA

O encontro dos educadores dos anos 1960 com o “homem simples” do povo nas campanhas de alfabetização e nas lutas pela democratização da sociedade brasileira, levou os primeiros ao contato com um sujeito assujeitado, em crise com a sua própria sujeição. Ou seja, o educando-oprimido, ao tornar-se sujeito-educador no processo histórico que produziu crises revolucionárias, produz novas relações ou ensaia as relações sociais de uma sociedade que precisa, objetiva e subjetivamente, nascer. E o educador se torna educando ao compreender que há um saber que emerge justamente daqueles que o sujeito burguês considera *alumnus* (sem luz).

A interpretação de Paulo Freire acerca da relação entre educação e política, bem como sua perspectiva teórica, conforme a crise social que culmina no golpe de 1964 e na radicalização da

²⁵ Derivados da palavra “burguesia” aparece 4 vezes até 1968, sendo uma delas referente a uma citação de Gilberto Freyre. No período 1968-1974 são feitas 34 menções à “burguesia” e palavras derivadas, sendo que, em *Ação Cultural para a Liberdade* (Freire, 1981), 11 delas são direcionadas à pequena-burguesia.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)

reforma agrária chilena²⁶ muda completamente a partir de *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 2018) e *Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos* (Freire, 1981). Nesses livros o problema da revolução é central, bem como o desafio de superar a burocracia das organizações e processos revolucionários. Paulo Freire atribui aos oprimidos a responsabilidade de apontar os caminhos para o conjunto da espécie, não apenas para a sua classe, “aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos” (Freire, 2018, p. 41). O tema da liberdade passa a fazer referência direta e central à uma situação de opressão e ao conflito entre oprimido e opressor, da qual o educador é um auxiliar (mesmo que seja dirigente²⁷).

A ideia de liberdade e de autonomia deixam de ser mobilizadas para pensar a revolução nacional e ao problema da autenticidade das elites (Freire, 1967). A ambiguidade que aparece em algumas interpretações freireanas, como em Camargo (2001), próprio do idealismo cristão presente em Freire (1967), desaparece para dar lugar à questões de organização e transição desde uma posição classista²⁸. A sobreposição da concepção de sujeito em *Educação como Prática da Liberdade* (Freire, 1967) em relação a concepção de sujeito em *Pedagogia do Oprimido* (2018), comum a diversos autores, como

²⁶ Sobre o processo da reforma agrária chilena e a relação de *Pedagogia do Oprimido* com esse contexto ver Vasconcelos (2020). Antes da eleição de Allende, em 1970, a radicalização da reforma agrária e do movimento camponês é significativa para compreender as preocupações de Freire: Em 1963 foram registradas 13 greves camponesas no Chile, saltando para 586 em 1966 e 648 em 1968. Em 1963 não houve nenhum registro de ocupação de terras, passando para 13 em 1965, 26 em 1968 e 148 em 1969, 456 em 1970 e 1.278 no ano seguinte (Marín *apud* Avendaño, 2014; Huerta, *apud* Avendaño, 2014).

²⁷ A própria noção comum de dirigente cria um engano em sentido contrário. Por isso é preciso considerar as contribuições de Luxemburgo (1991) e Gramsci (1999) acerca da direção e da organização revolucionária.

²⁸ A permanência de sua perspectiva cristã não autoriza a confusão entre a leitura idealista do humanismo cristão (Freire, 1967) e o humanismo revolucionário da Teologia da Libertação (Freire, 2011; Freire, 1981).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

em Mergner (2001), favorece leituras equivocadas de Freire. A existência de tutela por parte do educador em relação ao oprimido pode ser identificada em uma fase, mas não ocorre em outra. Pelo contrário, é o sujeito revolucionário que acolhe o pequeno-burguês que torna-se revolucionário, de fato, através de seu suicídio de classe (Freire, 1981).

O reconhecimento de que o Estado deve ser abolido evidencia a presença de uma filosofia marxista da História, tema que aparece em referência direta à Marx (nota 17), ainda na “justificativa” (capítulo 1) da *Pedagogia do Oprimido*:

Esse enrijecimento (burocracia) não se confunde, pois, com os freios referidos anteriormente e que têm que ser impostos aos antigos opressores para que não restaurem a antiga ordem dominadora. É de outra natureza. Implica a revolução que, estagnado-se, volta-se contra o povo, utilizando o mesmo aparato burocrático repressivo do Estado, que deveria ter sido radicalmente suprimido, como tantas vezes salientou Marx. (Freire, 2018, p. 61).

Ou seja, a organização revolucionária é o educador por excelência: o sujeito que toma consciência *em si* e torna-se *para si*, mas a sua especificidade é que tem como objetivo a sua auto extinção como direção e como classe. É a *transição para a transição*, o que não significa uma mudança gradual, mas iniciada antes da tomada do poder e que não pode ser pensada apenas em termos militares como um “jacobino com consciência de classe” (Luxemburgo, 1991). A classe que se organiza como partido, com o objetivo de tornar-se um novo Estado para abolir a classe dominante, abolindo-se como partido e como classe, é o que Freire se refere de forma análoga à abolição da relação educador-educando. E essa preocupação é aquela com que se depara no exílio, junto a outros militantes, intelectuais, marxistas e aos camponeses que tomavam consciência de seus desafios, como trabalhadores, como indígenas mapuches, diante da



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

luta de classes concretamente existente e dos debates que emergiram na práxis.

Freire (2018) afirma que não há diálogo entre antagonísticos, motivo pelo qual não pode haver diálogo entre opressores e oprimidos. Assim como os opressores negam o diálogo com os oprimidos, como não poderia deixar de ser, pelos seus interesses e sua consciência em si, os últimos não podem ter uma ação cultural autêntica, própria, senão em um diálogo independente, entre si. Nesta ação cultural os oprimidos tomam consciência de si e dos opressores, criando uma organização própria. E, descobrindo a presença do opressor em seu meio, impedindo a emergência de sua identidade e unificação, deve combater essa consciência parasitária no seu semelhante.

Contudo, como o oprimido é hospedeiro do opressor e não o opressor em si, esse combate se dá através de um método próprio de sua organização libertária, através de um diálogo e não de um confronto com outros oprimidos. A luta se dá entre antagonísticos e, apesar de a consciência do opressor se hospedar no oprimido, não devemos supor que os oprimidos lutem entre si, o que somente poderia levar ao fratricídio. A educação revolucionária tem por objetivo a luta contra a opressão, que é a luta contra os opressores e seus meios de dominação, é o meio de libertação dos primeiros. A educação revolucionária é uma dimensão fundamental da organização dos oprimidos, que não suprime a necessidade do uso da força, mas a complementa de modo indispensável.

Defendendo a atuação na consciência, a educação como intervenção revolucionária, e rejeitando o idealismo e o voluntarismo, Freire afirma

Não fazemos essa afirmação ingenuamente. Já temos afirmado que a educação reflete a estrutura do poder, daí a dificuldade que tem um educador dialógico de atuar coerentemente numa estrutura que nega



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

o diálogo. Algo fundamental, porém, pode ser feito: dialogar sobre a negação do próprio diálogo. (Freire, 2018; p. 86).

Esta postura poderia ser definida como um programa político de atuação na consciência que contribui para romper com o individualismo e criar uma identidade de classe, em si e para si, revolucionária. Quando não há condições materiais e subjetivas de avançar na construção de uma consciência de classe, pode-se denunciar a falta de diálogo por parte dos dominantes para distinguir os sujeitos e combater a dualidade do sujeito oprimido. Porém, a partir do momento em que a realidade permite novos avanços, é preciso colocar a educação à serviço da organização revolucionária de forma mais ativa, mas ainda na forma de “trabalhos educativos”. E, posteriormente, “a Revolução Cultural é a continuação necessária da ação cultural dialógica que deve ser realizada no processo anterior à chegada ao poder” (Freire, 2018, p. 214). A partir da revolução, com o Estado de transição se estabelece uma “educação sistemática” (Freire, 2018, p. 57).

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. (Freire, 2018; p. 57)

A forma e o conteúdo do Estado de transição não pode ter seu desenvolvimento previsto por ser uma construção histórica em fase germinal, que se desenvolve na medida em que nega a sociedade capitalista, em oposição a ela. Este processo da consciência, apresentado por Freire, é correspondente ao processo de organização política dos trabalhadores, no primeiro momento, e ao definimento



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

do Estado num segundo momento. Não existe em *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 2018) a defesa de uma educação descentralizada em absoluto, sem a mediação do sujeito e das determinações materiais, fora da história. A construção teórica do autor apresenta o método necessário para a educação revolucionária na luta hegemônica dos oprimidos, aprofundando também no sentido da estratégia e da transição socialistas.

REFERÊNCIAS

AVENDAÑO, Octavio. Los Partidos Frente a la Cuestión Agraria en Chile, 1967-1973. **Revista de Ciência Política**, vol. 52, n. 1, 2014, p. 93-122.

BENJAMIN, Walter, **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Editora Brasiliense, 1987.

CAMARGO, Fábio Manzini. A Atualidade de Freire nos Cursos de Pedagogia. Em: **A pedagogia da Libertação em Paulo Freire**. Ana Maria Araújo Freire (org.). São Paulo: Unesp. 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 65ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Revista Educação & Sociedade**, n. 3, Campinas, SP: CEDES, 1979.



FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 8ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Em: **Paulo Freire: uma bibliografia**. Gadotti, Moacir (org.). São Paulo: Editora Cortez; Instituto Paulo Freire, 1996.

FREIRE, Paulo. Carta a Clodomir de Moraes, lembrando os ensinamentos da prisão. Em: **Paulo Freire: uma bibliografia**. Gadotti, Moacir (org.). São Paulo: Editora Cortez; Instituto Paulo Freire, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume I. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1999.

HADDAD, Sérgio. **O Educador: um perfil de Paulo Freire**. São Paulo: Todavia, 2019.

IASI, Mauro Luis. **A Metamorfose da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. 2ª edição. Expressão Popular. São Paulo: 2012.

LOVATTO, Angélica. ISEB: do nacional-desenvolvimentismo à revolução brasileira. Dossiê: ISEB e o desenvolvimento nacional. **Revista Princípios**, n. 162, jul./out de 2021. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/148>, acessado em 29/04/2024.

LUXEMBURGO, Rosa. **Questões de organização da social democracia russa**. Editora vozes 1991.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

MARX, Karl. **18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo:
Boitempo, 2011.

MERGNER, Gottfried. Paulo Freire: algumas ideias sobre a razão na
solidariedade. Em: **A pedagogia da Libertação em Paulo Freire**.
Ana Maria Araújo Freire (org.). São Paulo: Unesp. 2001.

PAIVA, Vanilda Pereira. Existencialismo Cristão e Culturalismo: sua
Presença na Obra de Freire. Rio de Janeiro: **Revista Síntese**. N. 16,
Vol VI, maio-agosto de 1979.

PAIVA, Vanilda Pereira. **História da Educação Popular no Brasil**:
educação popular e educação de adultos. 6ª edição revisada e
ampliada. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

SARTRE, Jean-Paul. **Questão de Método**. 3ª edição. São Paulo:
Difusão Européia do Livro, 1972.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**.
4ª edição. Campinas: Editora Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Paulo Freire, Centésimo Ano: Mais que um
Método, uma Concepção Crítica de Educação. **Revista Educação &
Sociedade**. Seção Comemorativa - Paulo Freire 100 anos, v. 42.
Campinas, 2021.

SCHLINDWEIN, Ian Gabriel, & CATINI, Carolina de Roig.
Educação Popular como prática coletiva de insurgência e
emancipação. **Revista Tempos E Espaços Em Educação**, 14(33),
2021.



STANČZYK, Piotr. The critique of the critical critique of critical pedagogy:

Freire, Suchodolski and the materialist pedagogy of emancipation.

Critical Education, 12(4),

1-24, 2021. Acesso:

<http://ojs.library.ubc.ca/index.php/criticaled/article/view/186502>

SUORANTA, Juha. Paulo Freire, um educador marxista. **Revista Educere Et Educare**. Vol. 18, n. 46. Dossiê Princípios Transversais, 2023. p. 68-94.

SUORANTA, Juha. A voz do biógrafo latinoamericano: uma biografia intelectual. Em: **Paulo Freire: uma bibliografia**. Gadotti, Moacir (org.). São Paulo: Editora Cortez; Instituto Paulo Freire, 1996.

VASCONCELOS, Joana Salém. **O lápis é mais pesado que a enxada**: reforma agrária no Chile e pedagogias camponesas para transformação econômica (1955-1973). Tese de Doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofía de la Praxis**. Tercera edición corregida y aumentada. México: Editorial Grijalbo, S. A., 1980.

VIANA, Marta Loula Dourado. **Educação, Cultura e Revolução**: O debate e a atuação do PCB e dos intelectuais marxistas no período nacional desenvolvimentista (1946-1964). Tese de Doutorado em educação. Campinas, Unicamp. 2020.



PROCESSO DE DESPERTAMENTO EMANCIPATÓRIO: EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR EM CONTEXTO PERIFÉRICO

Andreane Pereira Moreira
Yeimi Alexandra Alzate López

RESUMO: Este trabalho é fruto de reflexões inconclusas a partir da participação como bolsista no Projeto construindo comunidades saudáveis, vinculada ao ISC-UFBA, (Instituto de Saúde Coletiva/ Universidade Federal da Bahia), onde desenvolvo ações de pesquisa em formato participativo na comunidade de Pau da Lima, apoiando a conformação dos grupos de trabalho, mobilização da comunidade e realizando coleta de dados utilizando técnicas qualitativas definidas junto com a comunidade. O trabalho é desenvolvido de forma interdisciplinar e os desafios e potencialidades desse movimento tem sido visível e potente. Trata-se de uma área periférica na região, marcado por vulnerabilidades extremas, cuja comunidade não se via vinculada a nenhuma das instituições/lideranças conformadas no território. Além disso existe uma fragmentação palpável em termos de conflitos interpessoais no território. A aproximação se deu a partir, de incursões semanais no território, abordando moradores/as no ambiente e em suas casas. Decorrido um espaço de tempo e vinculação comunitária, começamos a desenvolver ações quinzenais como rodas de conversa, no intuito de se criar um coletivo com base nos princípios da educação popular. Nota-se a presença maciça de mulheres nas atividades, e atividades com crianças, tem sido o grande mote da participação. A pesquisa de base qualitativa com a participação efetiva da comunidade local, é o objetivo principal da presente pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Popular. Participação comunitária. Emancipação.



INTRODUÇÃO

A partir do processo seletivo que culminou na efetivação enquanto bolsista do projeto Construindo Comunidades Saudáveis nas Favelas Urbanas de Salvador, começamos as reuniões a princípio remotas, pois estávamos ainda em meio a pandemia, e sem garantias de que de fato o projeto daria seguimento. Fato que foi uma realidade tanto para a área da pesquisa, quanto para outros formatos de trabalho em tempos de COVID-19²⁹.

Tínhamos conhecimento prévio dos desafios a serem enfrentados na localidade, por conta de o território fazer parte de pesquisas de soro inquérito da FIOCRUZ³⁰, por aproximadamente vinte anos, além do fato de a comunidade, devido ao alto grau de vulnerabilidade, só receber em tempos de eleição candidatos com promessas que desapareciam logo no término do processo eleitoral.

Dessa forma, esses atravessamentos contribuíram para o agravamento das vulnerabilidades sofridas e impactaram também na

²⁹A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos. <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/covid-19>.

Em 26 de Fevereiro de 2020 - Brasil tem primeiro caso de coronavírus - Morador de São Paulo, de 61 anos e que esteve na Itália a trabalho, é o primeiro registro da doença na América Latina. É também a manchete do Jornal O Globo. Interpretação – Jeziel Carvalho - Jornal O Globo, 26 de fevereiro de 2020.

³⁰Promover a saúde e o desenvolvimento social, gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico, ser um agente da cidadania. Estes são os conceitos que pautam a atuação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde, a mais destacada instituição de ciência e tecnologia em saúde da América Latina. <https://portal.fiocruz.br/>



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

intensificação dos conflitos entre os moradores da área. A presença nas atividades também é maior das mulheres que a princípio, pouco participavam verbalmente, porém, esse fator, foi sendo diluído ao longo do estabelecimento de vínculos e a participação tem se dado de forma ostensiva e horizontal.

Na contemporaneidade encontramos um incontável número de profissionais das mais diversas áreas, que tem se posicionado de modo a contribuir para a emancipação política de pessoas em situações de extrema vulnerabilidade social e falta de acesso aos direitos de cidadania.

Paulo Freire (2005), apresenta a educação popular como uma intervenção capaz de fomentar processos de transformação da realidade opressora a partir da concepção da educação como conscientização e dialogicidade, reverberando em emancipação política e, conseqüentemente mudança da realidade objetiva. As organizações comunitárias ao tomarem corpo, enquanto partícipes de movimentos sociais são imprescindíveis para o processo de conscientização e o protagonismo desses sujeitos históricos. Milton Santos (2003) aborda sobre a questão da territorialidade, considerada como locus de emancipação política. A caminhada pelo território³¹ começou no intuito de apresentar o projeto, e verificar junto aos moradores da área, a possibilidade de formação de um grupo comunitário. No entanto, as negativas e resignações eram quase totalidade. Tanto por parte de pessoas que apresentavam um perfil de liderança na área, quanto por parte dos demais moradores. Um dos argumentos que mais ouvíamos, era de que a comunidade não costumava participar, salvo nos casos em que exista distribuição de cesta básica, ou de qualquer outro elemento que pudesse trazer algum

³¹“O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (Santos, 2006, p. 13).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

benefício imediato, mas muito a nível individual. Ouvíamos também que, embora a questão da coleta do lixo e da falta de saneamento básico fosse algo que a todos incomodava, principalmente nos períodos de chuva, não existia uma consciência coletiva no sentido de união para a resolução dos problemas que os atingem. Daí a necessidade de se investir em educação de base na e com a comunidade, confirme análise que segue:

A participação comunitária é uma estratégia de mobilização social, que busca ampliar o protagonismo dos sujeitos populares na defesa de seus interesses e direitos. É também uma estratégia de educação popular, que promove a conscientização e a capacitação dos sujeitos para a ação política. (Freire, 2009, p. 67).

Importante salientar que a conscientização por parte das comunidades, não é um processo que opera imediatamente, muito menos de forma abrupta. Este ocorre muitas vezes, em meio a continuidades, descontinuidades, a depender do processo territorial, levando em consideração principalmente, as necessidades básicas, que diuturnamente são elementos urgentes para a sobrevivência destas populações. Dessa forma, a chamada à participação política, a depender das ausências e faltas sentidas por essas comunidades, muitas vezes, ficam em segundo plano. Entendemos ser esta também uma estratégia sistêmica de forma a impedir a organização dos oprimidos.

Fala-se em força dos atores, mas não se fala da força política desses atores para reverter o quadro de miséria e de exclusão social que as políticas neoliberais geraram em todo o continente latino-americano. Para que se fale de força política, deveriam ser priorizados também outros processos, tais como o da formação da consciência crítica e a organização daqueles setores. [...] O interessante deste processo será a redefinição do sentido do processo de conscientização, antes centrado na



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

política com P maiúsculo, utilizando metodologias mais inquisitivas, questionadoras do status quo, passando-se para um sentido de conscientização como processo de negociação de atores sociais em posições diferentes[...] (Gonhn, 2013, p.40).

Em escuta realizada nos dias reservados à mobilização, ouvimos a seguinte descrição: *“Sozinhos somos porta aberta, juntos podemos formar um escudo, infelizmente, a maioria não pensa dessa maneira”*. O relato é que, os candidatos às funções públicas, só se faziam presentes na comunidade nos períodos de candidatura à eleição, e os moradores apresentavam consenso em se colocar no lugar de “abraçar” a todos, segundo verbalização: *“Se vier 10 (dez), acolhemos os 10, a gente precisa aproveitar esse período, porque depois que eles ganham a eleição, nunca mais vemos eles”*... E acrescenta: *“O voto é secreto, cada um vota em quem quiser, mas precisamos aproveitar desse momento pra trazer melhorias para a comunidade”*.

Analisando conforme os princípios da educação popular, a de se destacar, que não se trata de um simples processo de apreensão de conhecimentos ou informações elaboradas de cima para baixo, ou de fora para dentro. Urge se promover formas processuais onde o sujeito inteirado de sua condição, realize as conexões entre sua experiência vivenciada culturalmente, seu lugar posicionado historicamente pelo sistema e seja esse o estímulo a ser gerado e posteriormente transmutado no processo de auto percepção de si enquanto oprimido.

[...] A conscientização [...] quando vista e trabalhada como uma relação individual, isolada, centrada apenas no educador/educando, descontextualizada de outras variáveis, tais como os valores que informam essa relação, o ambiente onde ele ocorre, o contexto do programa onde se desenrola o trabalho de conscientização dentro de um cenário mais amplo,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)

seus objetivos, etc, certamente resultará num processo bastante ineficaz do ponto de vista da conscientização propriamente dita, orientada para a mudança sociopolítica de uma dada realidade social como um todo. Estamos entendendo a conscientização como um processo transformador, que vislumbra, de um lado, mudanças estruturais que venham a promover os direitos de uma cidadania plena, isto é, a justiça social, a igualdade, a liberdade, a fraternidade, a solidariedade, etc, e, de outro lado, como um processo que atua sobre a consciência dos indivíduos proporcionando-lhes compreender o universo de valores, símbolos e códigos que permeiam sua realidade imediata, decodificando-os de forma a poder estabelecer diferenças entre aqueles que contribuem para a liberdade e autonomia dos indivíduos, enquanto seres humanos, e aqueles que oprimem e aprisionam [...] (Gonh, 2013, p. 41).

A partir dessa abordagem podemos inferir que as relações estabelecidas na comunidade em questão, encontravam-se permeadas de atravessamentos que são próprios das relações humanas. Considerando a proposta do projeto, estaríamos em pouco tempo agregando a esse caldo outros elementos, a exemplo da inserção de profissionais e equipes. E esse *continuum* é fundamental para o desenvolvimento do projeto e intervenção³² que deveria partir da própria comunidade.

O conflito de interesses dentro de uma mesma comunidade pode ser resolvido pela participação democrática dos sujeitos envolvidos, que coletivamente podem buscar o consenso a partir do reconhecimento e do respeito às diferenças. É preciso

³²O projeto tem a proposta de constituir Grupo Comunitário, para se construir coletivamente propostas de intervenção que podem ser reivindicadas junto ao poder público a algumas de menor extensão, financiadas com recursos do projeto.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL
Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

superar a visão dominante que impõe uma falsa unidade e uma falsa harmonia (Freire, 1996, p. 95).

O território é um espaço de muitas relações, o que ele tem de comum é ser o nosso quadro de vida. Ele será sempre, e primeiramente, um espaço de dominação/apropriação; dominação no sentido de que ele envolve todas as forças e todos os poderes (controle territorial, econômico ou político), e de apropriação tanto material quanto imaterial. O território é recurso, entendido como o recurso “abrigo” ou os próprios “recursos naturais”.

É valor de troca e de uso; território é natureza e cultura, espaço e sociedade; é forma, função, conteúdo e símbolos; são redes, pontos e malhas; são objetos e ações; são fixos e fluxos; é o estático e o movimento. Território é limite e fronteira, pode ser delimitado ou não. Eis o território, esse objeto e conceito tão complexo de nosso tempo e de nosso fazer profissional.

Nas frequentes mobilizações, observamos um número elevado de minadouros que existem e um deles é canalizado (possui um tubo que jorra a água que brota dali) e fica na beira do esgoto (anteriormente curso de um rio), local onde as crianças frequentemente se dirigem para brincar, tomar banho e beber água. Percebe-se as constantes faltas no território, e o recurso da educação popular é potente contra as invisibilidades e ausências, ao mesmo tempo em que voltamos o olhar às causas históricas que estão na base desse processo de vulnerabilidades e ausências, compreendemos que esse espaço/tempo está entremeado pelas relações colonizadoras a que fomos submetidos. Esses atravessamentos, aparecem ainda mais agudos quando consideradas as faltas em comunidades as quais o poder público deveria garantir políticas públicas que reverberasse em dignidade humana, conforme está prevista nas normativas legais brasileiras.

Desse modo, concordamos com Gadotti (2004), quando expõe, que a educação popular, é uma educação que se faz com o povo



e para o povo. Partimos do pressuposto de se promover consciência crítica e emancipação política dos e a partir dos próprios oprimidos, em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Minayo (2010), sempre houve, por parte do *homo sapiens*, a preocupação com o conhecimento da realidade objetiva, e a ciência se constitui como apenas uma forma de expressão dessa busca, embora na sociedade ocidental a ciência apareça como forma hegemônica de construção da realidade, ainda que não seja esta exclusiva, conclusiva ou definitiva.

A definição de pesquisa em questão apresenta-se como descritiva de caráter exploratório, por conter características que permitem ao pesquisador o detalhamento apurado acerca das questões que envolvem a temática ora trabalhada (Gil, 2002). As revisões bibliográficas propiciam um olhar diferenciado sobre um determinado tema em questão, quando o pesquisador, baseado nos compêndios utilizados, tem a oportunidade de experimentar as visões dos autores a partir de sua perspectiva e vivência. (Lakatos e Marconi, 2003).

Dessa forma, aliado às revisões bibliográficas utiliza-se da observação participante, em cujo movimento, já foi possível identificar temáticas que afetam e são de interesse da comunidade. Esse será o ponto de partida para a participação efetiva na construção da pesquisa qualitativa. As pessoas estarão a partir de suas narrativas construindo conjuntamente com os/as acadêmicos/as pesquisa social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

As tentativas de aproximação com a comunidade em questão, se deu durante um período de tempo suficiente para que a equipe pudesse estabelecer vínculos. A princípio foi feita a entrada no campo por duas componentes da equipe com abordagem no formato de entrevistas, a fim de conhecer a realidade e principais demandas, identificar as lideranças locais/orgânicas.

Desse ponto em diante, foram várias as ações empregadas com o intuito de conformação do grupo comunitário, a exemplo de: Aproximação com apresentação da equipe de ciências sociais enquanto membros do projeto Comunidades saudáveis, informando a proposta de formação de grupos comunitários, de forma a ouvir e compreender as necessidades e potencialidades da comunidade; Criação de uma agenda de contatos de pessoas interessadas em compor o grupo; Diálogo com líderes sugeridos pelos moradores e com alguns outros moradores do território em questão; Conversa e tentativa de reunião para formação do grupo comunitário tomando como ponto de partida a indicação de uma liderança local e de pessoas e do espaço onde poderia ser realizada a primeira reunião.

Foram realizadas várias tentativas e idas ao campo com proposição de atividade em grupo combinada previamente com os moradores. Não houve adesão. No entanto, continuávamos realizando visitas aos moradores já conhecidos, e a outros novos fizemos aproximação, compartilhando a cartilha³³ com informações acerca de doenças e resultados de pesquisas já realizadas no território.

A partir dos achados em campo, sob a perspectiva dos próprios moradores, foi identificado algumas demandas e potencialidades passíveis de serem trabalhadas pela equipe de ciências sociais. A exemplo de: Relatos acerca da problemática que envolve as adolescentes grávidas ou com vários filhos pequenos (falta de planejamento familiar); Falta de área de lazer ou de espaço próprio

³³Cartilha desenvolvida pela equipe, na qual apresentava informações acerca de saúde e ambiente, fatores de risco, e formas de prevenção contra doenças.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

para a socialização das crianças; A questão do descarte do lixo em áreas impróprias; A inércia de boa parte da população com relação aos problemas que atingem o coletivo; A possibilidade de existência de hortas (devido a abundância de fontes/minadouros na região, que poderiam ser utilizadas por aqueles que precisarem; O interesse de jovens por atividades de dança e teatro (relato de pais); Além da rede de sociabilidade/solidariedade visível na comunidade.

De modo que começamos a refletir como se adequaria aos objetivos da participação conforme o projeto e quais os avanços e desafios teríamos pela frente. Nas incursões semanais percebíamos como avanços: Recepção a priori “boa” do projeto e proposta no discurso das pessoas; Identificação de locais e pessoas engajadas e interessadas.

Os desafios apareceram também de primeira através dos: Desgastes da relação anterior da comunidade com pesquisa acadêmica e a Fiocruz; Necessidade de validação por parte de lideranças (do ponto de vista do morador), Tentativa por parte das lideranças de centralizar parceria/atividade nelas, Além da nossa tensão enquanto equipe de pesquisadoras, interessadas em responder de alguma forma as demandas da comunidade.

Nas observações e relatos realizados das questões referentes às várias ausências na localidade destacam-se, a mobilidade, a ausência de associações que os representem, ausência de dispositivos a exemplo de: escolas, creches, espaços de lazer, praças e atividades culturais.

É recorrente na fala das pessoas a importância do espaço da igreja católica e de como este contribuía para a socialização dos moradores, visto que era promovido cursos na área de artesanato e atividades de Capoeira. Uma das moradoras, informou que o período em que ocorriam atividades de capoeira “foi o melhor tempo da rua” e que o fechamento daquele espaço deixou os moradores e



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

principalmente crianças e adolescentes, sem nenhuma atividade cultural e de socialização no fundo do Vale.

Mediante diálogo com moradores abordados (principalmente por parte das jovens), percebemos a dificuldade em se projetarem no futuro, questionadas sobre projetos, metas e sonhos, chegam a referir que gostariam de ter oportunidades, porém, não conseguem articular de forma objetiva um desejo, meta, proposta e/ou o caminho.

Com relação ao fundo do vale, destaca-se também, que é uma área de difícil acesso, cercado por escadas, caminhos íngremes de terra (que se torna lama na ocorrência de chuvas) e matagais, o que dificulta o deslocamento de pessoas idosas, pessoas com deficiência ou pouca mobilidade. A própria condição do relevo (gradiente de altura), favorece uma situação de estarem cerceadas no espaço doméstico.

Além dessas questões citadas, vale destacar que o fundo do vale é a área onde naturalmente correm as águas da parte de cima, colocando a comunidade em uma situação de maior risco e vulnerabilidade principalmente na ocorrência de chuvas.

A ideia principal de conformação de um grupo comunitário autônomo com a perspectiva de uma educação emancipadora, com foco em intervenções, nos levou a pensarmos em uma metodologia denominada “Tenda Freireana”³⁴, com o intuito de promover a socialização entre os pesquisadores e moradores. “A participação comunitária é uma forma de intervenção na realidade local, que implica o aproveitamento das potencialidades e dos recursos existentes na comunidade. Ela pressupõe uma visão integrada, criativa e sustentável do território” (Santos, 2000, p. 87).

A proposta da Tenda Freireana foi pautada nos princípios de participação, de forma que o objetivo principal do projeto possa ser alcançado. Desta forma, utilizado o instrumental do toldo com a ideia

³⁴ . A Tenda Freireana configura-se como um toldo de aproximadamente 25m² que a princípio foi alocado na região de fundo de vale da comunidade, próximo a um terreno, coberto por uma borra de asfalto.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

de promover atividades juntamente com a população. Sendo ainda, uma abordagem apresentada sem fronteiras, devido ao espaço estar alocado em região de confluência, o que possibilita a presença/participação de todas as pessoas que queiram, possam ou manifestem o desejo de participar. A ideia de facilitar e promover a comunicação, o engajamento e a troca de saberes entre a comunidade do Pau da Lima e a Universidade através do Projeto Construindo Comunidades Saudáveis em Favelas Urbanas de Salvador, com foco na implementação de grupo comunitário autônomo e que promovam discussões sobre as potencialidades locais de forma contínua, bem como os desafios a serem superados em seus territórios. “[...] esta capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com finalidades propostas pelo homem, à qual está associada sua capacidade de refletir, que o faz um ser da práxis”. (Freire, 1987, p. 8).

A necessidade de visualizar o território como espaço único, foi um dos primeiros entraves encontrados pela equipe. Apesar de ser apenas uma área, por conta de um princípio de tamponamentos de esgotos (saneamento básico), em um dos lados da Baixa, foi criada uma separação entre “nós e eles”. Ou seja, para a parte que foi beneficiada por essa pequena intervenção, eles não mais pertenciam ao mesmo território, estando palpável uma diferenciação com critérios frágeis. “O conflito de interesses dentro de uma mesma comunidade é uma expressão das relações de poder que se estabelecem no espaço geográfico. É também um indicador das potencialidades e dos limites da ação coletiva” (Moraes, 2013, p. 3).

Uma pequena parte do território, apresenta uma melhoria em termos de pavimentação. Segundo informações, a proposta inicial era que houvesse uma área de lazer para as crianças, mas na prática esse projeto não foi efetivado, nem ao menos levado até o lado oposto da localidade.

As atividades de roda de conversa começaram em julho de 2022, convidando os que se chegavam a refletir, sobre seu lugar e



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

experiência. No início as falas eram limitadas, monossilábicas. As interações e trocas eram difíceis mesmo utilizando-se métodos mais dinâmicos e fluídos. Mas a continuidade da criação de vínculos promovida pela mobilização semanal, aliada aos processos metodológicos de base freireanos, foram decisivos para que aos poucos, a comunidade fosse se soltando, participando, contribuindo e convidando mais pessoas para a participação.

Atualmente, temos um grupo com nome escolhido pelo próprio grupo participante intitulado “Comunidade Unida”, que juntos refletem, discordam, concordam e planejam novos rumos para sua comunidade. Compreendendo o local como comum e, portanto, de todos/as. E a todos/as importam o cuidado e a luta por melhores condições de vida. Percebe-se a partir de Gonh (2005) que a participação comunitária funciona como estratégia de mobilização social, que busca ampliar o protagonismo dos sujeitos populares na defesa de seus interesses e direitos. É também uma estratégia de educação popular, que promove a conscientização e a capacitação dos sujeitos para a ação política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na continuidade das ações empreendidas a partir da Tenda Freireana, foi possível acompanhar o desabrochar de uma comunidade em curso, juntas no objetivo de alcançar condições de vida dignas, conforme preconiza as normativas legais instituídas e os direitos humanos.

Nas rodas de conversas as propostas são firmadas a partir do desejo do grupo que participa, alguns sempre se fazem presentes, outros por questões pessoais e de trabalho, nem sempre se fazem presentes. Mas todos estão inseridos no grupo comunitário, e o diálogo acontece, mesmo fora das rodas de conversa, nas visitas na mobilização, nos encontros fortuitos quando passamos pelo território.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Recentemente começou uma obra por parte do governo municipal, para a resolução da questão do saneamento básico. E temos visto, a comunidade se posicionar, exigir o projeto para que saibam que alterações serão feitas no território e de que modo serão afetadas suas vidas. E esse é só o início do processo de formação de um grupo comunitário, constituído pelos princípios da educação popular, compreendendo-se como sujeitos de direitos e detentores de cidadania plena.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4a ed. Atlas: São Paulo, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Educação Popular e Movimentos Sociais. In: GOHN, Maria da Glória. **Educação Popular: Lugar de construção coletiva**. Danilo Streck, Maria Tereza Esteban (orgs) – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.



Educação Libertadora
Esperança para a reconstrução do Brasil



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade.

Fundamentos de Metodologia científica. 5. Ed. Editora Atlas: São Paulo, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORAES, A. C. R. **Território na Geografia de Milton Santos.** São Paulo: Annablume, 2013.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território.** In: SANTOS, Milton [et al]. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização:** Do Pensamento Único à Consciência Universal. 10 eds. Rio de Janeiro: Record, 2003.



EIXO TEMÁTICO 2.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O eixo “Educação de Jovens e Adultos na sociedade contemporânea” problematiza a historicidade da Educação de Jovens e Adultos, as práticas pedagógicas na EJA e os Fóruns, como espaços educativos de reflexão e construção de práticas emancipatórias na/da EJ; reflete criticamente sobre as políticas educacionais da EJA, analisando a formação de professores, o material didático, as campanhas e programas e, em especial, as experiências que se constroem nas relações educativas/pedagógicas com os(as) próprios sujeitos. Objetiva também refletir sobre as diretrizes, os pareceres e as resoluções que regulam a EJA em diversos espaços de Educação prisional, Educação profissional, inclusive de ações no/do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional.



A ELABORAÇÃO DE CADERNOS DE ATIVIDADES NA EJA: UMA EXPERIÊNCIA EM CONTÍNUA CONSTRUÇÃO

Jaquicilene Ferreira da Silva Alves³⁵

Johatan dos Santos Andrade³⁶

Maria Betânia do Egito Costa ³⁷

RESUMO: A leitura de mundo, numa perspectiva freiriana, nos conduz a uma reflexão intensa que incita inquietações e iniciativas de transformar pela ação. Este artigo objetiva apresentar aproximações entre uma experiência sobre a produção de Cadernos de Atividades como material didático para os educandos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede municipal de Conde, e os conceitos conscientização, educação libertadora e prática docente, numa perspectiva freiriana. A relevância desta iniciativa está centrada no atendimento aos jovens, adultos e idosos do referido município e encontra como cerne a garantia da educação pública de qualidade como direito subjetivo. Sobre os aspectos metodológicos, nos propomos a realizar uma abordagem bibliográfica, ancorada nas ideias de Paulo Freire, como forma de (inter)relacionar a importância de uma educação humanizada com vistas à liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Material Didático. Caderno de Atividades.

³⁵ Prefeitura Municipal de Conde, Professora da Educação Básica, doutoranda em Educação (UFPB), jaquicilene@gmail.com

³⁶ Prefeitura Municipal de Conde, Subgerente da Educação de Jovens e Adultos, Especialista em Psicopedagogia (FIP), Johatansantos@hotmail.com

³⁷ Prefeitura Municipal de Conde, Subgerente da Educação de Jovens e Adultos, Especialista em Psicopedagogia (FIP), betaniaegito@gmail.com



INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel necessário na sociedade contemporânea, especialmente ao se considerar a população que não teve acesso e oportunidade à escolarização na infância. Este artigo apresenta uma experiência sobre a produção e o uso de Cadernos de Atividades como material didático e suporte pedagógico para os educandos da EJA da rede municipal de Conde. Inspirados pelos princípios de Paulo Freire, os cadernos de atividades foram criados e implementados como material didático personalizado para atender as necessidades dos educandos.

Neste artigo, trabalharemos sucintamente os conceitos de conscientização, educação libertadora e prática docente, na perspectiva freiriana como forma de embasar a importância, e principalmente a necessidade de termos um material didático que contemple a realidade do educando, para seu aprendizado e escolarização. De acordo com Pinto (2003), a educação é um processo de existência humana pelo qual a sociedade forma membros para o próprio interesse. De forma particular, a EJA forma os trabalhadores, que produzem cultura na mesma medida em que vivem nela, com ela e para ela, uma formação social permanente, assim sendo, formar o educando da EJA é formar a base para transformar em tempo real, desvelando a urgência de uma educação para conscientização.

Para Freire (2018), o homem é um ser de relações, plural dentro de suas singularidades. Nesse intuito, as ideias do autor direcionam a consciência crítica para a reflexão e organização das intenções das ações, que enveredam pelos caminhos da compreensão, do pensar e do atuar. Uma teia nutrida pelo diálogo e caracterizada pela empatia. Uma vez que, pela imposição, para Freire, não há educação e nem transformação. No percurso da conscientização, é proposto aos educandos, uma educação libertadora, de acordo com Freire (2020), uma educação para a prática da liberdade, não acomoda



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

ou massifica, e exige o máximo de razão e integração, é pautada na democracia e nos direitos, é um ato de amor, de coragem, de análise de realidade e, por extensão, de ação.

Humanizar-se é um dos princípios de uma educação libertadora, e para esse alcance, a relevância de uma prática docente crítica, que não seja repetidora, mas que desafie a própria realidade. Nos construtos de Freire (2021), entre outras ações, a prática docente perpassa pela pesquisa, pelo respeito aos saberes dos educandos, pela criticidade, pela reflexão sobre a prática, uma dinâmica dialética com vistas a práxis. Por esse entendimento, problematizar sua realidade, revolucionar, acreditar, criar, preencher os vazios pelas relações educativas, um misto de saberes e fazeres pedagógicos, em outras palavras, uma prática docente reflexiva que conecta a educação libertadora para a conscientização das pessoas.

Face ao exposto, os conceitos freirianos parecem poéticos e até utópicos, mas são argumentados na prática que apresentada neste relato que interpõe a realidade do educando da rede municipal de Conde como fenômeno para a produção de Cadernos de Atividades bimestrais que são o suporte pedagógico para as aulas ministradas na Educação de Jovens e Adultos nesta rede de ensino. Uma ação que surgiu diante da fragilidade dos livros didáticos, que quando eram recebidos, apresentavam uma distância considerável da realidade das comunidades condenses e, principalmente, como forma de acesso durante a pandemia provocada pelo vírus SARS-COV-2 que causou a COVID-19. A elaboração dos cadernos de atividades, que inicialmente eram produzidos mensalmente, é de responsabilidade dos educadores que, a partir do alinhamento curricular, baseado na Matriz de Referência Curricular do município, constroem um material pensado para a realidade dos educandos. A reprodução é da responsabilidade da Prefeitura Municipal de Conde, através da Secretaria de Educação, Esportes e Cultura e pela Subgerência da Educação de Jovens e Adultos. Um material elaborado pelos



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

educadores que visam atender aos anseios dos educandos, de suas realidades e de seus modos de vida.

Nessa direção, a elaboração, reprodução e entrega dos Cadernos de Atividades, é uma prática docente, que pretende propiciar uma educação libertadora para a conscientização. Uma ação que resiste aos desafios de educar para consciência crítica em meio ao universo da desigualdade social, da desinformação, da massificação. Uma ação que é argumentada por seu fim ser o próprio meio. Pela elaboração dos Cadernos, pela importância de serem construídos para uma determinada realidade, por se tratar de um direito adquirido, e ainda, por não levar apenas ao conteúdo, mas para o exercício da cidadania e da consciência crítica e transformadora. A conclusão deste relato não nos dá o conforto de um final para nossa prática. A imperfeição e a incompletude imperam em uma única certeza: há muito a ser feito. Trata-se de um processo contínuo, onde todos são corresponsáveis. Um caminho construído no caminhar, no refazer. Na práxis cotidiana e no fim que sempre se propõe ao recomeço.

METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

Nosso estudo propõe realizar uma abordagem bibliográfica, traçando comparativos com a experiência da elaboração dos cadernos de atividades da Educação de Jovens, Adultos e Idosos no município de Conde, para essa sistematização, ancoramos nossa prática nas ideias de Paulo Freire, como forma de (inter)relacionar quão relevante é uma educação humanizada a partir do uso de um material didático que contemple a realidade em questão, estreitando, assim as relações educativas compreendidas nesse processo.

O itinerário bibliográfico aborda três conceitos fundamentais das colaborações freireanas: a conscientização, a educação libertadora e a prática docente nessa mesma perspectiva. Conceitos estes que,



corroboram diretamente com a reflexão sobre os materiais didáticos na EJA como proposta de educação ativa, reflexiva e transformadora.

EJA E CONSCIENTIZAÇÃO

A concepção de uma educação como um ato de conscientização, parte da ideia de que os educandos não podem ser receptores passivos de conhecimento, mas agentes ativos no processo de aprendizagem. Por isso a relevância de uma pedagogia baseada no diálogo, na reflexão crítica e na prática, onde o saber é construído coletivamente. Nesse contexto, a conscientização é essencial para que as pessoas compreendam a realidade em que vivem e, a partir dessa compreensão, possam transformá-la.

A conscientização, segundo Freire (1980), vai além do simples ato de adquirir conhecimentos; trata-se de entender as estruturas sociais, econômicas e políticas que moldam a vida das pessoas. Essa compreensão é fundamental para a emancipação e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, a educação, em sua visão, é um instrumento de transformação social, capaz de promover a autonomia dos indivíduos e das comunidades.

A conscientização, segundo Freire, é a capacidade de um indivíduo ou grupo de perceber as contradições presentes na sociedade, de compreender as causas das desigualdades e de assumir um papel ativo na transformação dessas realidades. É um processo que envolve o desvelamento, pois a conscientização começa com o desvelamento da realidade, ou seja, com a identificação das estruturas de poder e opressão que moldam a vida das pessoas. Passa pela crítica, pois, ao desvelar a realidade, o indivíduo passa a questioná-la, a analisar as suas causas e consequências e a buscar alternativas para superá-las. E culmina na ação, já que a conscientização não se limita à reflexão, mas impulsiona à ação. O indivíduo conscientizado se torna



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

um agente de transformação social, buscando transformar a realidade a sua volta.

A conscientização, é proposta na realidade apresentada a partir do planejamento junto aos educadores, sensibilizados em propiciar uma aproximação à realidade dos educandos, até o alcance deste, que recebe um material pensado com base no que é necessário para a construção dos seus conhecimentos. Na divisão dos conteúdos dos componentes curriculares, buscamos ao máximo um distanciamento com os materiais didáticos direcionados para crianças, pois a infantilização das atividades é um motivo de lacunas nas identidades da EJA.

Nas palavras de Freire (2018, p. 38) “Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias.” Dessa forma, a conscientização não se limita a um simples ato de tomar conhecimento, mas sim a um processo profundo de reflexão crítica sobre a realidade social, política e econômica, “a conscientização é isto; tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desmitologização” (Freire, 1989, p.16).

As ideias sobre conscientização, se estendem à educação numa perspectiva de criação, pois “a educação deve ser desinibidora e não restritiva. É necessário darmos oportunidade para que os educandos sejam eles mesmos. (Freire, 2018, p. 41)”, ao associarmos a ideia da elaboração de um material didático de alcance aos educandos de Conde, buscamos que essa oportunidade de vivência da realidade possa ladear os processos educativos pela autonomia, possibilitando a criação, a comunicação e os princípios de democracia.

A importância da conscientização na educação se alinha às ideias freirianas no entendimento de que a educação é um ato político



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

e a escola um espaço privilegiado para a promoção da conscientização. A educação tradicional, que privilegia a transmissão de conhecimentos prontos e acabados, é incapaz de promover a transformação social. A pedagogia de Freire, por sua vez, propõe uma educação problematizadora, na qual o educando é convidado a refletir sobre sua própria realidade e a construir o conhecimento de forma coletiva. Através do diálogo e da análise de situações concretas, se desenvolve a capacidade de pensar criticamente e de agir sobre o mundo.

Por conseguinte, nas colaborações de Freire, a conscientização é fundamental para a libertação dos indivíduos e dos povos. Ao se conscientizar, as pessoas deixam de ser meros espectadores da história e passam a ser protagonistas de suas próprias vidas. Saindo da consciência ingênua para a consciência crítica (Freire, 2018), reconhecendo que a realidade é mutável, testando descobertas, analisando suas indagações, amando o diálogo e nutrindo-se dele e aceitando o novo e o velho, pois os dois são válidos.

A conscientização para Pinto (2003), explora a conscientização como um aspecto fundamental no processo educativo para adultos. O autor, seguindo uma linha crítica e reflexiva freireana, argumenta que a educação de adultos deve ser centrada na capacidade de os indivíduos se tornarem mais conscientes de sua realidade social e política. Ele enfatiza que a conscientização não é apenas sobre adquirir informações, mas sobre desenvolver uma compreensão profunda das estruturas sociais que afetam suas vidas e promover uma capacidade crítica para transformar essas condições.

Assim sendo, a conscientização é um processo dinâmico que envolve o reconhecimento das relações de poder, das desigualdades e das próprias potencialidades dos indivíduos para a ação transformadora. Pinto (2003) destaca que, para que a educação de jovens e adultos seja efetiva, ela precisa incentivar a análise crítica e a



reflexão sobre as condições sociais e políticas que moldam a vida dos alunos. Através de uma abordagem pedagógica que valorize a experiência e o contexto dos educandos, e completa que “a concepção crítica é a única que está dotada da verdadeira funcionalidade e utilidade, pois está dotada da verdadeira funcionalidade e utilidade, pois conduz à mudança da situação do homem e da realidade à qual pertence (Pinto, 2003, p. 63).

REFLEXÕES SOBRE UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA

Sobre uma educação libertadora, buscamos transcender a transmissão vazia de conhecimentos. Em seu aporte teórico, Paulo Freire nos convida a enxergar a educação não apenas como um processo de transmissão de conhecimento, mas como um ato político e social de profunda transformação. Para ele, a educação verdadeira é aquela que liberta o indivíduo, permitindo-lhe compreender o mundo que o cerca, questionar as estruturas de poder e agir para transformar sua realidade.

Freire (1987, p. 62) afirma que, a concepção bancária implica “na falsa visão dos homens”, para o autor, o oposto da conscientização, vestígios de um modelo tradicional em que o professor deposita o conhecimento no aluno, como se este fosse um recipiente vazio. Essa forma de ensino, segundo ele, aliena o educando, transformando-o em um mero receptor de informações. Em contraposição, a educação para a conscientização propõe a posição do educando como protagonista do processo de aprendizagem. Nessa perspectiva, o educador atua como um mediador, facilitando a construção do conhecimento de forma coletiva e dialógica.

Nesse entendimento, a educação problematizadora se refere à capacidade de um indivíduo ou grupo de perceber as contradições da realidade social, política e econômica em que vive, compreendendo as



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

causas das desigualdades e assumindo um papel ativo na transformação dessas realidades. Nesse sentido, “a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser um ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir conhecimentos e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação bancária, mas um ato cognoscente” (Freire, 1987, p. 68)

Ou seja, capaz de assimilar, de saber, de construir o conhecimento. Em aproximação a prática apresentada em nosso estudo, quando um material didático é pensado, planejado e entregue ao educando, proporciona a todos os envolvidos a (co)responsabilidade no uso, na avaliação e no alcance. Trata-se de uma ação problematizadora que conscientiza e educa.

Para Freire, a conscientização é um processo contínuo e dialógico, que se dá através da reflexão crítica sobre a própria experiência. Ao se conscientizar, o indivíduo rompe com a alienação e passa a agir sobre o mundo, buscando transformar a sua realidade. O que justifica o diálogo ser outro elemento fundamental para as ideias freirianas, pois, através do diálogo, os sujeitos da educação se encontram como iguais, trocam experiências e conhecimentos, e constroem juntos um novo saber. O diálogo, nesse sentido, não é apenas uma troca de informações, mas uma forma de construir significados e de transformar a realidade, uma vez que, “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão (Freire, 1987, p. 78).

Pelas razões até então apresentadas, a educação de jovens, adultos e idosos que buscamos nos alinhar, é pautada na educação como prática libertadora, que está sempre a serviço dos interesses dos que mais precisam dela. A educação libertadora, por sua vez, busca romper com os modelos tradicionais de ensino, que reproduzem as desigualdades sociais, e construir uma educação que promova a justiça, a igualdade e a autonomia dos indivíduos. Uma educação que tem suas bases no diálogo, que “nutre-se do amor, da humildade, da



esperança, da fé, da confiança (Freire, 2020, p.141)”, é ação e transformação dos processos educativos como ato político e social, capaz de transformar vidas e realidades.

Conceber uma educação libertadora, é portanto, conceber a compreensão de que “a historicidade pertence à essência da educação (Pinto, 2003, p. 34)”, uma educação que liberta é essencialmente histórica e se desenvolve em toda a sua existência. É também fenômeno de cultura, pois é um dos produtos ideológicos dela e por ser produtor e consumidor da mesma (Pinto, 2003, p. 36).

CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO LIBERTADORA COMO CAMINHOS DA PRÁTICA DOCENTE FREIREANA

No que diz respeito à prática educativa, quando adotamos experimentar a autenticidade “exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a serenidade (Freire, 2021, p.13)”. Ou seja, trata-se de um inserir-se dentro do processo, sendo parte integrante dele. Dessa forma, uma prática que convida os educadores a elaboração do material a ser utilizados por seus educandos, desestabiliza e descentraliza o docente, motivando sua força criadora a fugir da repetição e comparação, visto que o conhecimento não é transmitido de forma passiva, mas construído em diálogo entre educandos e educadores, a partir da sua realidade concreta. Na EJA, essa perspectiva ganha ainda mais relevância, pois os estudantes trazem consigo uma bagagem de experiências de vida que devem ser valorizadas e utilizadas como ponto de partida para o aprendizado.

Em razão disso, uma prática docente engajada na EJA suscita que o educador vá além da mera transmissão de conteúdos. Ele é um mediador, um facilitador da aprendizagem, que busca estimular a



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

curiosidade, o pensamento crítico e a autonomia dos educandos. Ao valorizar o saber popular e as experiências de vida dos educandos, o educador cria um ambiente de aprendizagem significativo, no qual todos se sentem motivados a aprender e a participar ativamente das atividades.

Visto isso, torna-se perceptível a problematização da realidade, percebe-se assim, nas palavras de Freire (2021, p. 14), “a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos”, mas também ensinar a pensar. Convidando a refletir sobre o mundo ao seu redor, a questionar as situações sociais e a buscar soluções para os problemas que enfrentam. Dessa forma, a educação se torna um instrumento de transformação social, pois os educandos são preparados para agir como agentes de mudança em suas comunidades.

Em continuidade, “método não pode ser imposto ao aluno, e sim criado por ele no convívio do trabalho educativo com o educador (Pinto, 2003, p. 87)”. Ao valorizar a experiência dos educandos, estimular o diálogo e a problematização da realidade, o educador contribui para a construção de um processo educativo mais justo e democrático, que promova a autonomia, a cidadania e a transformação social.

Nesse sentido, uma prática docente na educação de jovens, adultos e idosos, precisa ser adaptativa e sensível às necessidades e realidades dos alunos. Freire enfatiza a importância de uma educação que seja relevante e que respeite o contexto cultural e social dos estudantes. Isso significa que os educadores devem estar preparados para ajustar suas abordagens pedagógicas e recursos didáticos de acordo com as especificidades dos alunos. Essa flexibilidade permite que o ensino seja mais eficaz e que os alunos se sintam mais conectados ao processo educativo. Assim, a prática docente não apenas transmite conhecimento, mas também contribui para a



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

construção de uma educação que é verdadeiramente significativa e transformadora.

Para Freire (2021, p. 24), “a questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos, cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado”. Para tanto, a formação dos educadores também precisa se alinhar a esta forma de construir os processos educativos que permeiam a EJA.

Ao afirmar que “ensinar não é transferir conhecimento”, Freire (2021, p. 47), insere os desdobramentos de uma prática docente norteada pela criação de possibilidades para uma construção. Existe, nesse contexto, um aprofundamento teórico e ético voltado para a liberdade e a autenticidade dos envolvidos, a ausência da neutralidade, já que a educação freireana se configura num ato político que visa a transformação social. E, a escola, nesse sentido, deve ser um espaço de diálogo, de construção do conhecimento e de desenvolvimento da consciência crítica.

A valorização da experiência dos educandos, como ponto de partida para o processo de ensino-aprendizagem. Como argumento, notificamos que o conhecimento não pode ser transmitido de forma passiva, mas construído em diálogo, a partir de uma realidade concreta. Ao valorizar o saber popular e as experiências de vida dos educandos, o educador cria um ambiente de aprendizagem significativo, no qual os alunos se sentem motivados a aprender e a participar ativamente das atividades.

Do mesmo modo, atrelamos a relevância de uma prática docente engajada para que os Cadernos de Atividades possam cumprir com a finalidade destinada. É com base nessa prática que os educadores refletem e se completam enquanto pares para planejar algo que busque contemplar as individualidades de cada comunidade e cada escola, contextualizando ainda um todo que é referência de uma matriz de referência curricular comum.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Com isso, consideramos, assim como Freire (2021), que a educação deve formar sujeitos críticos, capazes de pensar por si mesmos, de tomar decisões e de transformar o mundo. O educador, nesse contexto, atua como um mediador, que estimula a curiosidade, o pensamento crítico e a autonomia dos educandos. Ao proporcionar aos educandos as ferramentas necessárias para que possam aprender a aprender, o educador contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e participativos. O que exige de cada educador uma reflexão crítica permanente sobre sua prática pedagógica, sobre as inferências da matriz municipal de referência curricular e quais saberes são necessários aos educandos.

CONCLUSÃO

O artigo apresentou aproximações entre os conceitos freireanos: conscientização, educação libertadora, prática pedagógica e a experiência com a construção dos cadernos de atividades, material didático utilizado na educação de jovens, adultos e idosos do município de Conde, na Paraíba.

Em resumo, os três conceitos discutidos ao longo do texto, se configuram como parte integrante de um processo fundamental para a transformação social, que visa promover a reflexão crítica e a ação, a conscientização permite que os educandos superem as opressões e construam um futuro mais justo e igualitário para todos.

Compreendemos que a construção de materiais didáticos para a EJA é um processo fundamental para garantir uma educação de qualidade e significativa para essa população. No entanto, a elaboração de materiais que atendam às especificidades dos jovens, adultos e idosos, considerando suas experiências de vida e necessidades, ainda representa um desafio. É preciso superar obstáculos como a falta de recursos, a diversidade dos perfis dos



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

educandos e a necessidade de uma abordagem pedagógica que valorize a experiência e o conhecimento prévio.

Ao criar recursos adaptados às necessidades e contextos específicos desse público, é possível não apenas facilitar a compreensão dos conteúdos, mas também valorizar a experiência e o conhecimento prévio dos alunos. A personalização desses materiais, considerando a diversidade cultural, o ritmo de aprendizagem e as experiências de vida, podem contribuir para um ambiente educacional mais equitativo e motivador. Assim, investir na qualidade e relevância dos materiais didáticos é essencial para promover a educação contínua e o desenvolvimento pessoal, abrindo caminhos para novas oportunidades.

Pelos Cadernos de Atividades, os educandos podem compreender sua condição social, se conscientizar dela, compreender as causas de sua situação e buscar forma de superação, desenvolver sua autonomia, para que possa tomar decisões de forma consciente e responsável, e lutar pelos seus direitos e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Essa construção exige uma articulação entre a teoria pedagógica e a prática educativa. É fundamental que os materiais sejam elaborados a partir de uma compreensão das características e necessidades dos estudantes, mas também que sejam capazes de promover o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para a vida em sociedade. A produção colaborativa é fundamental para garantir que os materiais sejam relevantes e eficazes

A elaboração e utilização dos cadernos de atividades enfrentam diversos desafios, como a desigualdade social e a desinformação, que são comuns no contexto dos alunos da EJA. No entanto, essa iniciativa é um exemplo de resistência, demonstrando que é possível oferecer uma educação de qualidade e transformadora mesmo em condições adversas. A prática docente na EJA, orientada pelos princípios freirianos, envolve mais do que a transmissão de



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

conhecimentos; ela exige uma reflexão constante sobre a prática educativa e o respeito aos saberes dos educandos. Essa abordagem dialética é essencial para a práxis educativa, que visa não apenas educar, mas transformar a sociedade.

O relato sobre a experiência de Conde com a elaboração dos cadernos de atividades para a EJA reforça a importância de uma educação que não apenas instrui, mas que também conscientiza e liberta. A educação de jovens, adultos e idosos, quando realizada com base em uma prática pedagógica crítica e contextualizada, pode ser um poderoso instrumento de transformação social. Este processo, no entanto, está longe de ser concluído. A educação, especialmente no contexto da EJA, é um caminho contínuo de construção e reconstrução, onde cada passo dado em direção à conscientização dos educandos é também um passo em direção à transformação da realidade social.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação** – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 48a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 67. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2003.



ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM TURMA DE TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DA UFRN: DESAFIOS E CONQUISTAS NO PROJETO REAJAI

Luciene Ferreira de Souza
Perikles Knox Figueira
Rita Diana de Freitas

RESUMO: Este relato aborda as práticas pedagógicas de projeto de extensão Rede de Alfabetização e Educação de Jovens, Adultos e Idosos (REAJAI), em uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA) composta por trabalhadores terceirizados da Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN). O processo de alfabetização na EJA mostra os desafios durante as ações empreendidas na turma formada por 15 educandos trabalhadores, com idades variando entre 25 e 65 anos, que participam da formação após o expediente (final de tarde e início da noite). A proposta pedagógica da formação ancora-se no método de Paulo Freire, base do projeto REAJAI. Neste trabalho, faremos a descrição das atividades realizadas, os desafios enfrentados, o progresso alcançado pelos educandos e as estratégias adotadas para superar o analfabetismo entre os trabalhadores do campus universitário. Para o desempenho das atividades, os bolsistas do projeto contam com o apoio didático-pedagógico e o acompanhamento da equipe de professores coordenadores do projeto.

PALAVRAS-CHAVE: Reajai. Educação de Jovens e Adultos e Idosos. Alfabetização.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da educação básica voltada às pessoas que, por diversas razões, não tiveram a oportunidade de continuar sua formação escolar. A EJA



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

assume um papel fundamental na reparação da dívida histórica que nosso país tem com as camadas populares. Além disso, é importante na promoção da inclusão social e no combate às desigualdades educacionais regionais.

Dito isso, este relato de experiência tem como objetivo compartilhar a experiência e os desafios de bolsistas-alfabetizadores do projeto de extensão REAJAI, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que, enquanto estudantes do curso de licenciatura em Pedagogia, do Centro de Educação, vem nos últimos dois anos atuando no projeto em uma turma de alfabetização de jovens e adultos, mas especificamente, com trabalhadores terceirizados com idades e histórias de vida diversificadas.

O projeto REAJAI, que é baseado nas concepções de ensino e alfabetização de Paulo Freire, visa oferecer uma segunda oportunidade a pessoas jovens, adultos e idosos que, por diferentes razões, interromperam sua trajetória escolar. A turma, formada por 15 educandos, trabalhadores terceirizados do campus central da UFRN, têm idades entre 25 e 65 anos e trazem um histórico marcado não apenas pelo abandono escolar (em busca do sustento familiar), mas pelas marcas de violência sofridas na escola e poucas oportunidades educacionais ao longo de suas vidas. A maioria dos educandos retorna a estudar por meio do REAJAI após anos de afastamento, movidos pelo desejo de resgatar sua cidadania e direitos, como também melhorar suas perspectivas profissionais e pessoais.

As aulas são ministradas no final da tarde e início da noite, três vezes por semana, com duração de uma hora e meia, após o expediente de trabalho no campus da UFRN. Essa organização busca conciliar as responsabilidades do trabalho, família e educação. O espaço formativo está localizado em uma sala da própria da Universidade, nas dependências do Centro de Educação e conta com infraestrutura composta com mesas, cadeiras, projetor multimídia, quadro branco e todo material necessário para que os educandos se



sintam pertencentes a um ambiente escolar. A turma é caracterizada pela diversidade, tanto em termos de faixa etária, quanto de experiências de vida e de vivências escolares diferentes, o que demanda abordagens pedagógicas flexíveis, diferenciadas e inclusivas. Se caracteriza também pela força de vontade, pelos anseios em aprender, pela garra em alcançar objetivos, outrora esquecidos no tempo, sendo assim as aulas são movidas por esse espírito de resgatar esse tempo escolar, que ficou no passado, por motivos acima referidos. Tal atmosfera é motivo para o debruçamento dos professores que se esmeram para possibilitar a melhor prática pedagógica possível, tendo em vista as dificuldades diversas encontradas na turma em questão.

Neste relato são descritas as principais atividades desenvolvidas, não obstante os desafios enfrentados durante o desenvolvimento das ações do projeto na turma, tais como: cansaço, desmotivação, dificuldades de logística, atraso de salário dos trabalhadores e o contexto de greve da universidade. Assim, serão contempladas as estratégias de ensino adotadas, os materiais utilizados e as dinâmicas dos encontros que visam engajar os educandos e facilitar o aprendizado, bem como as soluções encontradas para as dificuldades. Além disso, são apresentados os resultados alcançados, destacando os progressos acadêmicos e pessoais dos participantes, bem como o impacto positivo do projeto em suas vidas.

A BUSCA PELA SUPERAÇÃO DO ANALFABETISMO

A educação enquanto direito é fruto de uma luta histórica que vai ser introduzido no nosso ordenamento jurídico, paulatinamente. Não cabe ao trabalho discutir como se deu essa conquista, nem como foi incorporado aos direitos sociais, como consta na carta magna brasileira. Mas, ao longo do século XX, pautou o debate nacional.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Em resumo, vamos encontrar nos anos 1947, a criação do serviço de atendimento à educação de jovens e adultos pelo Ministério da Educação com o propósito de erradicar o analfabetismo. Nos anos de 1950, surgia o Movimento de Educação de Base (MEB), coordenado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que objetivava a formação de trabalhadores adultos que viviam nas áreas rurais. A partir dos anos 1960, surgem as campanhas populares, a maioria nos estados do Nordeste, comprometidas com a superação do analfabetismo. No Rio Grande do Norte, teremos a “Campanha de pé no chão também se aprende a ler”, em 1961, em Natal, no governo do então prefeito Djalma Maranhão; e em 1963, a experiência de alfabetização, mais conhecida por “40 horas de Angicos”, por meio do método de alfabetização do educador pernambucano Paulo Freire.

Foram iniciativas comprometidas com a transformação social que foram interrompidas pelo golpe civil-militar, que viu em suas propostas um eficiente mecanismo de empoderamento político das camadas populares. Após o fim do regime militar, houve uma retomada das iniciativas de educação de adultos, agora sob uma perspectiva democrática e voltada à inclusão social.

A Constituição de 1988 é um marco na conquista do direito à educação e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996, reforça esse direito. Entretanto, o Estado brasileiro tem sido falho na garantia desse direito. O que temos vivenciado, tem sido a existência de programas pontuais pelo governo Federal voltados à EJA, com a finalidade de reduzir os índices ainda elevados de analfabetismo da população. Dentre os programas, destacamos: o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Um avanço foi ter a EJA assegurada pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e



contar com estratégias no Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014.

A EJA é um instrumento essencial para a democratização do acesso à educação, de promoção da justiça social e de igualdade de oportunidades, pois visa atender às necessidades específicas de um grupo populacional que não teve acesso à escola ou foi excluído dela.

Dentre os objetivos, vemos que a EJA é a oportunidade de seu público venha a desenvolver competências e habilidades que permita aos educandos participarem ativamente da vida econômica, cultural, política da comunidade em que são inseridos.

Diante da importância da EJA no enfrentamento ao analfabetismo, o projeto REAJAI foi pensado por professores que têm a preocupação em contribuir para a redução dos elevados índices na capital do Rio Grande do Norte. Inspirados na pedagogia de Paulo Freire, o projeto vem sendo desenvolvido em espaços não escolares, em turmas localizadas nas 04 zonas administrativas de Natal. Outrossim, neste trabalho abordaremos a experiência da turma de terceirizados, a única que funciona em espaço escolar, ou seja, nas dependências da Universidade.

A EXPERIÊNCIA DE ALFABETIZAÇÃO NA TURMA DE TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DA UFRN CONTEXTO DO PROJETO

A turma de alfabetização de trabalhadores terceirizados da universidade UFRN, na zona administrativa sul, localizada na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, integrante do projeto de extensão REAJAI, objetiva proporcionar um ambiente de aprendizagem inclusivo e eficiente visando à alfabetização e o letramento dos educandos participantes do projeto.

As ações do projeto foram iniciadas na turma que contava com a participação de 18 educandos com idades entre 25 anos e 65



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

anos, que participam do processo de ensino aprendizagem após o expediente do trabalho, no horário das 17hs até às 18:30h, três vezes na semana.

Após a realização de uma atividade diagnóstica, constatamos que os educandos apresentavam diferentes níveis de alfabetização. Havia na turma educandos que apresentavam nível de alfabetismo com habilidades da escrita do nome, sem o conhecimento do alfabeto, vogais e sem a relação fonema e gráfica da escrita; outros, já faziam a relação da escrita, mas que tinham pouca leitura.

Os educandos da turma de terceirizados possuem uma trajetória educacional marcada por interrupções. Através de relatos e entrevistas, identificamos alguns fatores que dificultaram a permanência deles na escola, tais como: dificuldades econômicas que os levaram a abandonar a escola para trabalhar, sustentar suas famílias, além da violência no ambiente escolar. Os educandos veem no projeto um resgate e uma chance. Uma forma de resgatar aquela experiência escolar que não tiveram, e uma chance de alcançar o conhecimento, a leitura e escrita tão almejada. Assim, a oportunidade de voltar a estudar, é poder exercer as atividades do cotidiano e lutar por seus direitos, outrora negados. Além disso, externaram que voltar a estudar vai ajudar não apenas no contexto do trabalho, mas com a família, porque estarão mais presentes, é contribuirão melhor na educação dos filhos.

Alguns alunos do projeto tem sonhos de concluir o ensino médio, e buscar o acesso à universidade, pois acessam os espaços como funcionários, e almejam acessar também como estudantes. Esse pensamento é fundamental para fomentar o desejo de buscar ainda mais o conhecimento, tendo em vista a dedicação deles. Dessa maneira a afetividade nas relações docente e discente, é importante para criar um ambiente acolhedor que entende as dificuldades, e que através delas focar para alcançar o objetivo juntos numa aprendizagem significativa para todos na turma em questão.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Como podemos observar, o projeto tem sido uma oportunidade para o estudante de licenciatura em Pedagogia da UFRN, campus Natal e bolsista, atuar como professor alfabetizador, permitindo-lhe a construção de saberes necessários à sua prática profissional. No projeto, desenvolvemos atividades como: planejamento pedagógico, escolha dos materiais didáticos que se adequam às necessidades dos educandos e acompanhamento individualizado ao processo de desenvolvimento da leitura e da escrita dos alfabetizandos. Para isso, a equipe de professores oferece uma sistemática formação teórico-prática aos bolsistas do projeto.

MÉTODOS E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

As ações do projeto REAJAI possuem uma abordagem pedagógica comprometida com a valorização dos saberes e as experiências dos educandos. Pautado na pedagogia freiriana, o diálogo tem sido importante princípio no processo de ensino-aprendizagem, posto que vimos nele (o diálogo), o caminho para o desenvolvimento da conscientização e da transformação da realidade. Nesse processo, mediante uma abordagem colaborativa que privilegia atividades em grupo que facilitam a troca de saberes entre os educandos, utilizamos variados gêneros textuais, músicas, documentários e exercícios que problematizam não apenas os conteúdos didáticos, mas suas realidades. Como as atividades são mediadas por uma dupla de bolsistas, é possível o acompanhamento individual daqueles educandos que demonstram maiores dificuldades no processo.

DINÂMICA DA SALA DE AULA

A vivência da sala de aula tem sido marcada por uma abordagem pedagógica participativa. No início do projeto em 2022,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

foi realizada uma atividade diagnóstica dos níveis alfabetização dos educandos. Começamos com o tema gerador “a identidade do sujeito”. Nesse encontro, os educandos participaram relatando as dificuldades de aprender e as expectativas do que esperavam do retorno à sala de aula, seu papel na sociedade e seus direitos. Com essa temática tivemos a oportunidade de conhecer as expectativas e dificuldades de cada um. Em seguida, elaboramos uma atividade em que eles escreveram livremente sobre sua identidade enquanto sujeito. Nesse processo, observamos que alguns só escreviam o nome, outros faziam desenhos e alguns escreviam uma frase. Mediante essa avaliação pudemos identificar os diferentes níveis de escrita, o que nos proporcionou fazer atividades diferenciadas respeitando as hipóteses observadas.

Outro tema gerador trabalhado foi “Conhecendo a minha cidade: Natal/RN”, que surgiu durante as discussões e debates com a turma. O tema despertou interesse em todos, pois passaram a mencionar os nomes dos bairros onde moravam e contar um pouco da sua história. Diante do interesse, resolvemos contar a história da cidade. Na introdução da aula foi apresentado um vídeo sobre a história de Natal, que aproveitamos após esse vídeo fazer alguns questionamentos sobre os espaços da cidade que eles tinham acesso ou frequentavam. Ficamos surpresos com suas respostas, pois muitos já tinham conhecido alguns espaços da cidade apenas como funcionário, ou em trabalho pontual. O não acesso como cidadão pertencente a cidade não foi possível, assim essas lacunas foram apontamentos para novas aulas sobre espaços culturais da cidade. Abordamos também as curiosidades e os pontos turísticos que eles conheciam.

O ponto principal dos encontros em sala de aula é o momento das rodas de conversa, que geralmente iniciam com a leitura de um poema ou música sobre o tema gerador para depois dar início aos debates, questionamentos, apontamentos e opiniões dos educandos



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

sobre os temas. Nesse sentido procuramos no momento da escuta anotar palavras ou apontamentos interessantes para trabalhar posteriormente nas aulas. Na ocasião que abordamos o tema acerca da cidade de Natal, eles relataram qual era a história deles com a cidade, porque saíram de seus municípios de origem, e escolheram morar na capital do estado.

Após a apresentação do vídeo sobre a história da cidade de Natal, foram apresentadas algumas imagens dos pontos turísticos mais famosos da cidade e do litoral, a saber: Morro do Careca, Praia de Genipabu, Praia da Redinha, Teatro Alberto Maranhão, Museu Câmara Cascudo, Centro de Turismo, Farol de Mãe Luiza, Parque das Dunas, Praia de Ponta Negra, dentre outros. Durante a apresentação das imagens, perguntamos aos educandos se eles conheciam os lugares, se conheciam, quais experiências tinham vivido nesses espaços e lugares. Se não conheciam, tinham curiosidade de conhecê-los, e quais as razões para não os conhecer. Nessa perspectiva surgiu a oportunidade da ida ao Teatro Alberto Maranhão para assistirem ao evento de 50 anos das relações Brasil e China. Nesse evento, que foi a apresentação da Filarmônica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e também a apresentação da comitiva chinesa representada pela cônsul, permitiu a experiência com outras culturas e costumes asiáticos. Essa atividade foi muito importante para os alunos, o que permitiu um amplo debate nas aulas, como também atividades diversas. O que mais chamou a atenção dos alunos foi a linguagem e modo de falar dos chineses, e os modos de apresentação dos músicos que com muita emoção demonstraram a cultura brasileira e chinesa em sua apresentação na ocasião.

Em outro momento dialogamos sobre os bairros em que os educandos residiam. O debate pairou sobre se o bairro oferecia serviços de saúde, lazer, saneamento, água potável, segurança e como eram as variadas formas de moradias existentes na região. Os



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

educandos, por meio da interação na roda de conversa, apontaram as diferenças existentes nos bairros que moravam e onde estavam localizados, trazendo reflexões importantes, como a discrepância entre a zona administrativa norte e a zona administrativa sul da cidade de Natal, tendo em vista a maioria dos alunos morarem na zona administrativa norte. Muitos dos alunos vão para suas casas de bicicleta, saindo da Universidade para a zona administrativa norte, percorrendo uma distância considerável para chegar a suas residências. A primeira, marcada pelo esquecimento pelo poder público, apresentando altos índices de violência, transporte público precário, dentre outros, e a segunda, que apresenta uma melhor infraestrutura de serviços aos seus habitantes.

Em todo tema gerador, é realizada uma atividade diagnóstica de escrita. No caso do tema gerador “Conhecendo a minha cidade: Natal/RN”, realizamos um ditado com os nomes dos pontos turísticos e dos bairros da cidade citados pelos educandos. Com essa atividade pudemos identificar as dificuldades na escrita, principalmente na relação fonema-grafema.

O ponto principal de interesse dos educandos é a correção das atividades. No caso do ditado, eles veem o momento como uma oportunidade de compartilhar o que havia sido escrito, conhecer suas dificuldades e testar suas hipóteses de escrita. As respostas de todos os educandos são registradas de forma colaborativa e corrigidas tirando as dúvidas de todos. Ao final dos encontros semanais, as bolsistas refletem sobre suas dúvidas com os professores coordenadores do projeto, o que permite fazer ajustes nas abordagens, conforme as necessidades dos educandos.

Vimos que, à medida que as aulas avançavam, os educandos passaram a sentir-se mais à vontade para expor suas respostas, o que contribuiu para um ambiente mais acolhedor e agradável para eles. O momento da correção das atividades é um dos momentos mais aguardados por eles. Para Hoffmann (1993, p. 65),



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Sem tomar a tarefa como um momento terminal e, sim, como um elo de uma grande corrente, tanto os erros dos alunos como as dúvidas dos professores em interpretá-los, retornarão à sala de aula para serem discutidos por todos, elementos importantes e positivos na continuidade das ações desenvolvidas, de outras tarefas propostas. Nesse sentido, o momento da correção passa a existir como um momento de reflexão sobre as hipóteses que vierem sendo construídas pelo aluno e não para considerá-las como definitivamente certas e erradas.

A prática na sala de aula é contextualizada com métodos que respeitam e priorizam o ritmo dos educandos. Nessa perspectiva, tivemos o cuidado em mediar o processo de avaliação, e os desafios de entender as diferenças existentes na sala. Fazemos da correção das atividades um momento descontraído, fazendo como que o “erro” não fosse visto como algo negativo, e sim como uma oportunidade positiva de aprendizado. As observações das bolsistas alfabetizadoras e a interação com os educandos cria um vínculo favorável à assimilação, compreensão e reflexão, pois o processo de alfabetização é importante para a garantia da confiança e respeito. Daí que a dinâmica na sala deva permitir que a avaliação tenha um caráter formativo e não punitivo, pois é a partir da avaliação que serão tomadas as decisões significativas, tanto para nós, quanto para eles, em suas próximas atividades avaliativas.

Vimos observando que desde o início do projeto, os educandos se mostraram preocupados em aprender rápido os conteúdos da gramática. Entretanto, desde o início tivemos que administrar a ansiedade nesse aspecto e passamos a explicar que aprender as regras da língua portuguesa e ser alfabetizado é uma conquista que acontece processualmente e que cada um tem um ritmo, ou seja, que isso aconteceria no tempo deles e que nossos encontros seriam o caminho de conquista no seu aprender.



Refletindo sobre essa demanda, começamos a introduzir gradualmente as regras gramaticais durante o momento das correções. Notamos que a dificuldade se dava no uso do “S”, “SS” ou “Z”, e ainda, no uso de palavras no plural e no singular.

As correções das atividades escritas permitiram uma aprendizagem contextualizada, onde as regras gramaticais são apresentadas e ensinadas dentro do tema gerador.

A FORMAÇÃO DO BOLSISTA ALFABETIZADOR

Ao se inserir no REAJAI, os bolsistas passam a ter formação teórico-prática e orientação dos professores coordenadores do projeto. Essa formação continuada, aliada à formação curricular do curso de licenciatura, têm proporcionado uma rica oportunidade de construção de saberes da docência.

Dentre os muitos temas que temos estudado nos momentos formativos com nossos orientadores, a aprendizagem sobre Diversidade Educacional, revelou a complexidade e os desafios de ensinar em uma turma heterogênea, como são as turmas da Educação de Jovens e Adultos.

Aliado a isso, o projeto tem proporcionado o desenvolvimento de competências pedagógicas, como práticas de planejar, mediar conhecimento e avaliar a aprendizagem. Os relatórios de diagnóstico têm mostrado o desenvolvimento dos educandos, nos dando retorno quanto à evolução no processo de alfabetização. A avaliação durante todo o processo tem demonstrado não apenas a evolução dos educandos, mas também suas dificuldades no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. Daí surgiu a necessidade do acompanhamento individual daqueles que tinham mais dificuldades.



CONCLUSÃO

O projeto de extensão REAJAI, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), tem permitido aos bolsistas alfabetizadores vivenciar uma experiência formativa intensa e enriquecedora em uma turma de alfabetização de jovens e adultos, marcada por desafios e aprendizagem significativas numa aprendizagem reflexiva que possibilite utilizar a memória afetiva, visto que traduz a realidade vivenciada pelos educandos.

Ao fazermos parte do projeto e atuando junto aos trabalhadores terceirizados da universidade, os bolsistas estão tendo a oportunidade de refletir sobre importante campo de conhecimento, mas também de construir saberes iniciais que o currículo do curso de pedagogia não contempla, pois o foco da licenciatura é a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. Assim, o processo de ensino e aprendizagem se mostra muito eficiente, pois possibilita de forma agregadora e educativa realizar diversos momentos importantes no conhecimento dos fonemas e grafemas, nas construções de novas palavras, como também nos usos corretos de acentuação e pontuação na construção da escrita.

A participação no projeto, não apenas supre a lacuna deixada pelo currículo do curso, mas tem sido importante espaço de nossa formação política enquanto educadores. permitindo a emancipação dos sujeitos, trabalhando sua oralidade, evidenciado na novas formas de olhar o mundo em vive, é sua relações sociais e educativas. Temos vivenciado no projeto práticas pedagógicas que valorizam a escuta, o respeito, o diálogo e a construção coletiva de conhecimentos. Trabalhando a apropriação da escrita, como também o letramento no modo em que os alunos se relacionam com suas famílias e amigos. Essa prática tem contribuído de forma decisiva na formação da identidade docente, reforçando o compromisso com uma educação que contribua na emancipação de indivíduos.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Nesse sentido, nota-se que o processo de ensino e aprendizagem é dinâmico, e como tal, espera-se que os conteúdos sejam ensinados de modo a atender as demandas e anseios do alunado. Fomentando a criatividade, as subjetividades, potencialidades e afetividade no processo de emancipação dos sujeitos, como seres humanos pensantes e capazes de realizar e pensar, superando suas dificuldades e obstáculos no processo de alfabetização.

Por fim, destacamos a importância do projeto de alfabetização REAJAI na formação para atuação na EJA, incentivando a formação continuada, qualificando o ensino e as práticas pedagógicas. Fomentando futuros docentes que tenham vasta experiência na Educação de Jovens e Adultos, e que sejam agentes multiplicadores tanto na graduação, como nas comunidades em que residem. Essa experiência valiosa é importante para formação também da cidadania e formação acadêmica dos estudantes do curso de Pedagogia, no que se refere ao conjunto de habilidades e competências adquiridas na vivência profissional. Embora existam desafios e sejam complexos, a experiência tem reforçado a importância da EJA como um campo vital à construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Pedagogia da Alternância e Educação de Jovens e Adultos**. 2006

BLOCK, Osmarina; RAUSCH, Rita Buzzi. **Saberes Docentes**: Dialogando com Tardif, Pimenta e Freire. Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas, [S. l.], v. 15, n. 3, 2015. DOI: 10.17921/2447-8733.2014v15n3p%p. Disponível em: <https://revistaensinoeeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/493>. Acesso em: 12 ago. 2024.



Educação Libertadora
Esperança para a reconstrução do Brasil



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

FERRI, Cássia ; DUARTE, Blaise Keniel da Cruz; NEITZEL, Adair de Aguiar; URIARTE Mônica Zewe; SOUZA, Nilmar de. **A formação de professores no ensino superior: relações com a avaliação institucional.**

Revista Iberoamericana de Educación, 2018

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Paz e Terra. 1996

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barbosa; LEITE, Denise; FRANCO, Maria Estela Dal Pai; CUNHA, Maria Isabel da; ISAIA, Silva Maria Aguiar. **A qualidade da educação superior e o complexo exercício de propor índices.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 13-37, jan./mar. 2016.



AS CONTRIBUIÇÕES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DA CIDADANIA HUMANIZADORA

Janaina Rosália da Nóbrega³⁸

Celeste Aurora da Nóbrega Calixto³⁹

Maria Erivalda dos Santos Torres⁴⁰

RESUMO: A Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da cidadania, na efetivação dos direitos garantidos em lei se dá de forma abrangente e indistinta. Nosso objetivo é analisar as contribuições que são proporcionadas nessa modalidade, na construção de experiências cidadãs no campo educativo, corroborando para a transformação da realidade social dos sujeitos à margem da sociedade. Este trabalho tem como objetivos específicos realizar: I) Realizar levantamento de dados sobre a evasão do sistema educativo e as repercussões nos projetos de vida; II) Buscar estratégias para o desenvolvimento da EJA com a integração na sociedade; e III) Explicitar que a escola é espaço de direito do conhecimento humanizador e pertencimento cidadão. Essa pesquisa é de caráter qualitativo bibliográfico, com a utilização de formulário com questionamentos acerca da temática distribuídos para integrantes do

³⁸Pedagoga pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/CERES), Pós-Graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica. Integrante ao Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GEPEPF/UFRN/CNPQ). Caicó, RN, Brasil, janainarosa1972@gmail.com.

³⁹Graduada em Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/CERES), Integrante ao Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GEPEPF/UFRN/CNPQ), Caicó, RN, Brasil, celeste.aurora.144@ufrn.edu.br.

⁴⁰Presidenta do Centro Paulo Freire-Estudos e Pesquisas/PE. Coordenadora do Fórum regional da EJA do Agreste Centro Norte/PE. E-mail: erivaldatorres@gmail.com.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Centro Educacional de Jovens e Adultos Senador Guerra em Caicó/RN e do Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GEPEPF). Os resultados obtidos durante a pesquisa, oferecem uma ótica crítica a respeito da ação educativa promotora de cidadania a partir da perspectiva desta modalidade de ensino, explicitando as intempéries e avanços na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania. Educação de Jovens e Adultos. GEPEPF.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos estabelecida pela lei 9.394/96 (LDB) remete a um instrumento regulatório a serviço da sociedade. No entanto, os altos níveis de evasão escolar e analfabetismo revelam que não necessariamente estão sendo garantidos os direitos individuais e coletivos dos sujeitos que integram a modalidade educacional de ensino. Paulo Freire (1921-1997), Patrono da Educação Brasileira, em sua obra explicita a importância que tem a Educação de Jovens e Adultos, criando metodologias de ensino específicas para os estudantes da modalidade educacional. Contudo, os avanços nesta área tendem à universalização do ensino, de forma não integrando à realidade social dos educandos, dificultando, as possibilidades de inclusão e interatividade sócio histórica de qualidade, exigida pela modalidade, que é a especificidade.

Com intuito de efetivar qualitativamente a cidadania “um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo”, de acordo com (Dallari, 1998. p.20), este trabalho nos mobilizou a inquietações epistemológicas na articulação e construção de ações cidadãs no universo escolar da EJA a partir do aparato inclusivo social.

Neste sentido, objetivamos analisar as contribuições que são proporcionadas nessa modalidade, na construção de experiências



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

cidadãos no campo educativo, corroborando para a transformação da realidade social dos sujeitos à margem da sociedade. E como objetivos específicos realizar: I) Realizar levantamento de dados sobre a evasão do sistema educativo e as repercussões nos projetos de vida; II) Buscar estratégias para o desenvolvimento da EJA com a integração na sociedade; e III) Explicitar que a escola é espaço de direito do conhecimento humanizador e pertencimento cidadão.

A pesquisa está pautada em estudar dados sobre a não frequência dos educandos no sistema educativo referente a modalidade *Educação* de Jovens e Adultos e as repercussões nos projetos de vida destes sujeitos, bem como possibilitar metodologias de ensino criativas que envolvam os sujeitos da EJA proporcionando a integralidade destes sujeitos na sociedade capitalista e perversa, com intuito de uma construção de conhecimento que possibilite a buscarem uma qualidade de vida que venha explicitar os meios pelos quais a escola e outros espaços de ensino-aprendizagem possam mediar a obtenção de conhecimento humanizado na garantia e efetivação de direitos ao pertencimento cidadão.

Desta forma, a garantia e efetivação de direitos aos estudantes se dá através da inclusão social. Visto que, é um caminho a ser percorrido para almejar conquistas colaborativas na realização das pessoas que buscam interagir, significativa e integralmente, com seu crescimento e aprimoramento pessoal, garantir o desenvolvimento pacífico e sustentável na sociedade local e global. A possibilidade de construção de ações cidadãos no universo escolar da EJA é fator fundante e determinante no direcionamento de uma educação humanizadora, política e para a cidadania.

Para Freire (1996) o ser humano é um ser inacabado em processo constante de humanização. Esse processo é possível via Educação Libertadora que é igual à humanização do ser humano. Neste sentido, apresentamos como o conceito de humanização a



educação libertadora que é capaz favorecer um projeto de vida ao ser humano.

Nesta perspectiva, entendemos ser necessário a utilização de técnicas de pesquisas qualitativas como a revisão bibliográfica Gil (2008) e o questionário online (Google Forms) caracterizando um estudo teórico-reflexivo, potencializador de epistemologias acerca da temática proposta, desenvolvida através da leitura e reescrita de material textual anteriormente elaborado, como livros, artigos científicos, dissertações e teses, jornais e revistas, textos de blogs, entre outros (Gil, 2008).

Tais ações fazem reminiscência aos horizontes freireanos, desencadeando a cidadania enquanto direito de vida, de poder e de valores de pertencimento sociocultural. Uma análise crítico-reflexiva aponta aos avanços qualitativos verificados no campo educacional brasileiro, por estudantes, professores e outros envolvidos no processo de aprendizagem social sistemático. Percebemos muitas dificuldades na efetivação da Educação de Jovens e Adultos de qualidade socialmente referenciada, entretanto, o desenvolvimento de práticas pedagógicas para ensinar aprendendo envolve diferentes ações na sala de aula e demais ambientes de ensino escolar, como importante ponto de partida para uma vivência cidadã mais abrangente.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS DIANTE DA NÃO FREQUÊNCIA ESCOLAR

Na nossa sociedade há uma cultura na qual a Educação é para formar doutores. Nesse elemento constitutivo da identidade nacional fica esquecido todo o contexto do processo colonizador do Brasil, no qual estão nossas raízes e que ainda reflete atualmente. É preciso que voltemos às nossas origens para entendermos os desafios sociais, políticos e econômicos na contemporaneidade com relação a EJA, sem



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

desprezarmos a nossa herança colonial, que deixaram marcas não positivas.

Pois, segundo o capítulo II, seção V, Art. 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96, temos respaldo de garantia de educação para os trabalhadores que não se alfabetizaram no tempo estabelecido como “idade certa”. E no Plano Nacional de Educação (PNE), fortalece-se a inclusão da Educação de Jovens e Adultos (EJA), com direito à formação educativa escolar adequada, gratuita e em qualquer idade para todos no Brasil.

É fundamental que o governo, as instituições educacionais, as organizações não governamentais e a sociedade civil atuem em conjunto na implementação do PNE para a garantia do que está exposto na lei para a EJA, garantindo assim o acesso, a permanência e o sucesso dos jovens e adultos na educação. Somente por meio do esforço coletivo será possível superar os desafios existentes e promover avanços significativos na educação de jovens e adultos no Brasil.

É explícito que somos um povo miscigenado e em meio a tanta diversidade cultural, imprescindível se faz um diálogo intercultural partindo do pressuposto de haver o respeito mútuo na valorização dessa pluralidade no âmbito da interação entre as culturas, sendo assim é promovido o enriquecimento no processo educativo onde grande parcela da população compõe a base da pirâmide social, mas se vê como integrante das minorias excluídas por direitos e oportunidades negadas, deixando muitos a margem da escolarização.

As práticas antidemocráticas não criam ambientes educacionais inclusivos, deixando toda uma comunidade escolar à deriva da promoção, valorização e o respeito à diversidade cultural pois todos somos eivados de competências interculturais e de vivências e experiências com habilidades de comunicação intercultural, empatia, flexibilidade cognitiva, resolução de conflitos



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

com viés de conscientização cultural fundamentais para alavancar a educação nos seus índices de alfabetização e letramento, formação cidadã e profissionalização que alcance a todos. Para Freire (1980) é só através da tomada de consciência que a opressão pode ser superada. Entretanto, não basta apenas uma tomada de consciência ingênua da realidade, é necessária uma conscientização crítica, a qual se dá através das práxis, da atuação ativa do homem na realidade.

Entendemos como importante realizar uma análise dos atuais níveis de não frequência e repetência no sistema educativo através de levantamento de dados realizado pelo Censo e disponibilizados pelas plataformas como: G1, TV Cultura, Jornal Nacional, Unicef, dentre outros, concernentes a divulgação de dados das instituições como Inep, MEC, IBGE. Objetivando constatar o Ensino de Jovens e Adultos como uma ação equalizadora que assegure oportunidades equitativas com recursos intelectuais que forneçam participação política e social conforme Unesco (1997) deste cenário educacional brasileiro, percebendo esta modalidade como vinda de uma política pública que reverbera o direito à alfabetização numa perspectiva de educação inclusiva aliando para com um ensino mais envolvente e motivador de participação do ser com sua individualidade na continuidade do seu fazer cotidiano.

Em uma primeira análise, constatamos através do Censo 2023 (IBGE/INEP/PNAD) divulgados pela plataforma GI Jornal Nacional que no Brasil totalizam 47,3 milhões de estudantes matriculados na educação básica que vão da creche para educação de jovens e adultos. No entanto, quase 68.036.330 (IBGE/PNAD Contínua) entre os 18 anos ou mais estão fora da escola ou não cumpriram a educação básica. Um fator propulsor nos últimos anos foi a pandemia da Covid-19 que trouxe sérias dificuldades para os estudos e permanências de participação no sistema escolar, uma vez que as modalidades de ensino se voltaram para plataformas virtuais de vídeo chamada na tentativa de continuar com as aulas de maneira



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

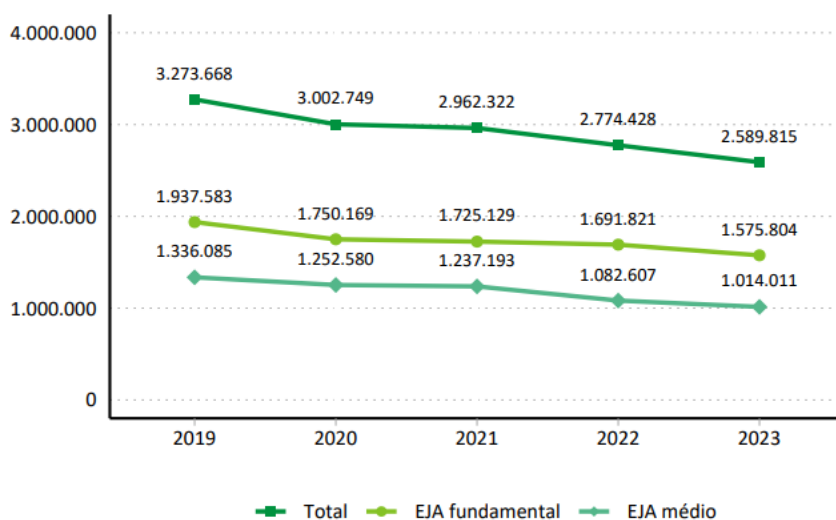
Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

virtual. Logo, a não participação escolar dos educandos da modalidade EJA chegou a 5,9% em 2021 sendo o dado mais recente calculado pelo Inep.

A Educação de Jovens e Adultos-EJA torna-se a última oportunidade para completar o ensino fundamental ou médio. Infelizmente, desde 2018 as matrículas vêm caindo seguidamente, tal qual mostra o gráfico:

**Número de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos – Brasil
– 2019-2023**



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Diante deste do exposto, constata-se que no ano de 2023 tivemos a menor matrícula durante os últimos 5 anos, contabilizando



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

um total de 2,58. Assim, a reunião de dados realizados pelo Censo promove o levantamento da realidade educativa fazendo urgir políticas públicas em prol de uma educação que permita aos estudantes sua permanência e capacidades para ocupar outros espaços. O programa Pé de Meia aplicado pelo Ministério da Educação e Cultura/MEC vem estimulando estados e municípios a fazerem a busca de estudantes para o ensino, sendo o mesmo direito dos estudantes em situação de baixa renda, promovendo uma bolsa para continuarem nos estudos e diminuir a evasão dentro das escolas. A demanda de estudantes para a modalidade existe e eles chegam a se matriculam, no entanto é necessário manter um cenário de aprendizagem atrativo a realidade desses trabalhadores estudantes.

Constatamos que a Educação de Jovens e Adultos com parcerias a outras instituições como Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Escola Profissional, Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Jovem Aprendiz, dentre outras instituições, pode agregar melhores envolvimento formativo acrescentando experiências a outros espaços que permitem a continuidade dos estudos como também, às bolsas remuneradas facilitando as necessidades básicas para com a sustentância presencial aos estudos. Conforme, Brandão (2007) não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante. Esses estudantes têm a leitura de mundo sendo imprescindível o conhecimento da realidade vivida.

Ante esta reflexão, percebe-se a importância das parcerias nesse contexto, fazendo da educação uma abordagem freireana que destaque a importância de colaborações na vida desse público num processo coletivo de uma construção conjunta pelo conhecimento e



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

do se fazer cidadão. Assim, *o ensino* torna-se um meio para a *transformação social* (Freire, 1972, **grifo nosso**).

Nós educadores podemos potencializar os ambientes educativos. Segundo o filósofo e pesquisador Edgar Morin (1999) num esforço transdisciplinar rompendo com a oposição a própria natureza humana e sua condição de ser um agente sociocultural. Nesse sentido, buscamos vencer os paradigmas da integração escolar o desafio cognitivo a todos os educadores em repensar os rumos que as Instituições Educacionais tendem a seguir quebrando os paradigmas numa perspectiva de educação na formação de mentes abertas humanizadas que se transformando melhoram o mundo.

Necessitamos repensar a educação, refletindo sobre diferentes experiências a fim de pensar melhor e novos conceitos, pois a aprendizagem apenas repetitiva, uma educação bancária, não é significativa. Primordial se faz dar ênfase às habilidades e competências de cada cidadão em seu contexto histórico e territorial.

AÇÃO PEDAGÓGICA EDUCATIVA TRANSFORMADORA: METODOLOGIAS DE ENSINO PARA EJA

Realizamos questionário através de um formulário digital para os profissionais atuantes da EJA na cidade de Caicó-RN. Entre os sujeitos que responderam à pesquisa estão os integrantes do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) Senador Guerra, como também, do Grupo de Estudo de Pesquisa da Educação em Paulo Freire – GEPEPF.

Obtivemos como devolutiva 8 respostas diante da elaboração de seis perguntas discursivas, as quais não conseguimos distribuir neste artigo devido às normas de limites de páginas. Segue o quadro com as três perguntas selecionadas para analisarmos a ação pedagógica educativa transformadora com base nas metodologias de ensino para a EJA.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Levantamento de dados para profissionais da EJA

Atuação	Pontue as principais causas da não frequência na EJA em espaços escolares	Quais são as principais estratégias metodológicas utilizadas na EJA?	Quais parcerias podem filiar-se a EJA, para melhor integração desses estudantes ao trabalho e desenvolvimento de competências e habilidades?
Secretário(a) escolar	Cansaço dos estudantes após o dia inteiro de trabalho	Aulas dinâmicas e apropriadas a clientela.	O Comércio Local
Professor(a) 1	O trabalho exaustivo justifica a evasão na EJA.	Filmes, músicas, documentários que sejam mais interativos e dinâmicos.	A EJA deve promover o desenvolvimento indo além dos conhecimentos da Base Nacional Comum Curricular. Deve criar um espaço de pensamento, de reflexão, de escuta, de fala, de iniciativa e posicionamento, de trabalho em equipe, uso da tecnologia, de resolução de problema, de formulação de hipóteses, ou seja, deve fazer com que o estudante seja protagonista do seu processo de aprendizagem. Um psicólogo seria muito interessante neste processo de retorno e de evasão escolar.
Professor(a) 2	Em minha realidade. São sujeitos excluídos que não basta	O trabalho individualizado.	Todas possíveis.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;

Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

	fazer festas, rifas, bingos. Eles precisam de obter o que foram lá buscar: leitura e escrita, conhecimentos.		
Professor(a) 3	Problemas na conciliação trabalho e escola	Atividades de avaliação	Educação virtual
Professor(a) 4	Trabalho Não identificação com a própria EJA. Falta de capacitação dos professores para compreenderem as vivências que levaram esses estudantes a não concluírem na idade certa.	Isso varia conforme o professor. Eu gosto de usar as vivências deles para ir contextualizando o conteúdo a partir do que os mesmos vão relatando.	Os cursos de licenciatura deveriam dar mais enfoque durante os estágios para a EJA.
Professor(a) 5	Cansaço pelas responsabilidades e do dia de trabalho.	Diversificar a aula para não ficar somente na aula expositiva.	Talvez os próprios alunos.
Professor(a) 6	Precisamos urgentemente a garantia dos direitos sociais a	Não sei responder. Atuo no ensino fundamental.	Sesc, Senac, instituições federais, universidades.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

	todos e uma escola antirracista.		
Apoio Pedagógico	Trabalho; filhos pequenos; desmotivação; transporte público; droga etc.	Aulas práticas; práticas de recuperação; levantamento de conhecimento prévio; aula expositiva e dialogada; memorização prolongada, etc.	Parceria com empresas locais, ONGs, instituições de ensino superior, e até mesmo governamentais.

Fonte: Autoria própria

Constatamos que a Educação de Jovens e Adultos continua com um forte processo de não frequência escolar por motivos citados ao longo no questionário acima, como: jornada de trabalho, atividades domésticas, maternidade, drogas, violências outras, territorialidade com a mesma perspectiva metodológica de ensino, usando em pleno século XXI a educação bancária.

Quando perguntamos para pontuar as principais causas da não frequência na EJA em espaços escolares obtivemos como respostas que o cansaço, a não identificação com a modalidade, os problemas para conciliar o trabalho e o estudo são algumas das respostas dadas a esse questionamento. Isso denota a necessidade de mudanças urgentes para atuação dos profissionais com a modalidade. É preciso uma política pública que garanta a formação dos profissionais que atuam na EJA para exercerem com eficiência as especificidades que a modalidade exige. Além de buscarem aprofundamentos que levem os estudantes a se sentirem sujeitos e não objetos. Desta forma, há necessidade de renovar as práticas pedagógicas que atendam às necessidades dos jovens e adultos,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

valorizando seus conhecimentos prévios e renovando as perspectivas.

Quando questionados sobre as metodologias aplicadas expuseram a necessidade de mudanças nas práticas pedagógicas, nas avaliações e que é importante valorizar o conhecimento prévio trazido pelos estudantes. De acordo com Freire (1996) ensinar era apenas transmitir conhecimento. Para ele, o papel do professor não só possibilitar a produção de conhecimentos, facilitando condições para o auto aprendizado dos estudantes, mas também de possibilitar a formação de estudantes críticos e conscientes de suas condições.

Os estudantes desta modalidade necessitam de um processo de ensino-aprendizagem que reconheça seu conhecimento, contribua para solucionar problemas individuais e coletivos através da reflexão-ação e que valorize suas experiências, sua cultura, sua história de vida e possibilite meios de transformação da realidade posta como única alternativa no meio econômico e social.

Nesta perspectiva, o educando da EJA deseja a garantia de seu direito de estudar com intento de autoconhecimento e desenvolvimento da criticidade política em busca de efetivação de uma vida mais justa, assumindo a responsabilidade diante dos desafios da vida, de modo que possa “tomar decisões movido mais pela razão” como estabelece (Brasil, 2002, p.91).

No que se refere a questão três sobre as parcerias o Professor 3 afirma:

A EJA deve promover o desenvolvimento indo além dos conhecimentos da Base Nacional Comum Curricular. Deve criar um espaço de pensamento, de reflexão, de escuta, de fala, de iniciativa e posicionamento, de trabalho em equipe, uso da tecnologia, de resolução de problema, de formulação de hipóteses, ou seja, deve fazer com que o estudante seja protagonista do seu processo de aprendizagem. Um psicólogo seria muito interessante neste processo de retorno e de evasão escolar.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

No exposto acima, fica evidente que é necessário traçar um caminho além das prescrições estabelecidas na BNCC ou outros marcos regulatórios para a modalidade. Mas sim, propiciar um espaço de pensamento crítico e reflexivo, de iniciativa e posicionamento crítico. Para Freire a educação crítica busca a libertação dos indivíduos e os auxilia na luta pelos seus direitos enquanto cidadãos, para que haja uma sociedade mais justa e democrática.

A EJA precisa trabalhar com os aspectos específicos do público adulto e sua carga de conhecimento e experiências adquiridas ao longo da vida, até o momento em que se destina a participar do processo educativo escolar. Segundo Costa (2007, p. 32), a Educação de Jovens e Adultos deve se basear “na perspectiva da busca do direito a eles negado, criando condições para que essas pessoas tenham acesso a uma escola diferenciada que invista na formação de cidadão autônomo e crítico”.

EDUCAÇÃO COMO DIREITO: HUMANIZAÇÃO E PERTENCIMENTO CIDADÃO

Os direitos humanos indivisíveis, inalienáveis e fundamentais, guiam-nos numa prática educativa escolar mais humanizadora e no seguimento do pertencimento cidadão. Na Educação de Jovens e Adultos, primeiramente, identificamos a referência de Paulo Freire como um exímio educador, que articulou práticas pedagógicas para EJA em primeira versão de ideário em concretude. O legado de Freire é fundamentado na problematização social educacional com ênfase no território dos envolvidos (estudantes, familiares e sociedade em geral).

No enfrentamento à violação dos direitos dos estudantes da EJA, resta a ação educativo-reflexiva, a crítica que nasce do pertencimento social, do ver-se como parte do processo, como ativo no sistema, como cidadão crítico com potencial de mudar a realidade dos oprimidos. A educação humanizadora e para a cidadania é fulcral



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

para que os sujeitos possam se posicionar criticamente perante a realidade social que se está inserida.

Sendo assim, a prática pedagógica necessita vivenciar processos de ensino e de aprendizagem integrados às questões humanas: sociais, culturais, políticas, econômicas, religiosas pois fazem parte da formação humana individual e coletiva dos sujeitos. Pensar o futuro da Educação de Jovens e Adultos no Brasil é refletir o processo educativo à luz de Freire, compreendendo-o como um ato político-pedagógico.

Esse ato político-pedagógico proporciona a superação da pedagogia bancária em via de uma educação libertadora. Contrapondo a alienação, a domesticação e a reprodução das prováveis ideias como verdades absolutas inquestionáveis. Romper com as práticas alienadoras e subordinativas é fundamental, isso porque “ninguém educa ninguém, como tão pouco ninguém educa a si mesmo: os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1983, p. 79).

Nesta citação acima posta, o educador Paulo Freire evidencia a importância da dialogicidade no ato de educa. Na Educação de Jovens e Adultos, o diálogo favorece equitativamente o compartilhamento de saberes diferentes em via de enfrentamento às lógicas opressoras da realidade vigente, elegendo a educação como resistência, como estratégia política de enfrentamento aos processos opressores.

De acordo com Freire, “[...] a educação, não importando o grau em que se dá, é sempre uma certa teoria do conhecimento que se põe em prática” (Freire, 1982, p. 95). Neste sentido, a educação tem a finalidade de conduzir os sujeitos ao conhecimento entrelaçado a ação realizada com base nesse conhecimento. A práxis aqui posta em explicação é atravessada pela diversidade cultural com base nas realidades sociais, não havendo neutralidade no processo. Logo,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

[...] não há nem jamais houve prática educativa em espaço-tempo nenhum de tal maneira neutra, comprometida apenas com ideias preponderantemente abstratas e intocáveis. Insistir nisso é convencer ou tentar convencer os incautos que essa é a verdade é uma prática política indiscutível com que se pretende amaciar a possível rebeldia dos injustiçados. Tão política quanto a outra, a que não se esconde, pelo contrário, proclama, sua politicidade (Freire, 1992, p. 78).

A prática educativa política não é neutra, por ser uma ação dialógica sobre os acontecimentos sociais que permeiam a realidade dos educandos. A educação na modalidade da EJA precisa ser, mais que tudo, uma educação problematizadora, crítica e conscientizadora, que incite a luta pela mudança social necessária e urgente para a vida destes sujeitos. Nesta perspectiva, as metodologias de ensino criativas e democráticas conduzem a atitude de perceber-se sujeito no mundo no caminho para uma educação verdadeiramente cidadã.

Fugir da lógica meritocrática mercantilista que quer decidir o lugar no qual se encaixa o oprimido, é possibilitar a construção de uma melhor da prática educativa, buscando uma utopia constitutiva de transformações sociais em escalas inimagináveis a longo prazo, uma ação que não cabe a neutralidade (Freire, 2000). As metodologias de ensino para EJA apontam ao “construir gente” e humanizar pessoas, denunciando e superando ações pedagógicas com foco no processo repetitivo, bancário e desumanizador. Ademais:

Não é possível fazer uma reflexão sobre o que é educação sem refletir sobre o próprio homem. [...] comecemos por pensar sobre nós mesmos e tratemos de encontrar, na natureza do homem, algo que possa constituir o núcleo fundamental onde se submete o processo de educação. Qual seria este núcleo palpável a partir de nossa própria experiência existencial? Este núcleo seria o inacabamento ou a inconclusão do homem (Freire, 1979, p. 27).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;

Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Paulo Freire propõe um ensinar nos moldes político/pedagógicos possibilitando a transversalidade dos temas/conteúdos em diálogo interdisciplinar e transdisciplinar, problematizando situações, a partir dos saberes apreendidos anteriormente pelos educandos, para que haja a sua ampliação e reorganização, assim como ação criativa e protagonista de intervenção no seio social. Considera-se que:

[...] não é possível ao (à) educador (a) desconhecer, subestimar ou negar os saberes de experiência feitos com que os educandos chegam à escola. [...] partir do saber que os educandos tenham não significa ficar girando em torno deste saber. [...] partir do “saber de experiência feito” para superá-lo não é ficar nele (Freire, 1992, p. 59-71).

A ampliação das discussões em torno do saber posto e angariado outrora, depende da articulação de metodologias de ensino-aprendizagem próximas da realidade do educando, fortalecendo sua cultura e seus costumes, sua família e territorialidade. Desta forma, esperamos superar as relações opressoras ao praticar o exercício de libertação da educação combatendo as desigualdades sociais e injustiças, guiando por um caminho de paz e restauração social. Para Freire (2003, p. 89):

A educação libertadora [...] é a que se propõe, como prática social, a contribuir para a libertação das classes dominadas. Por isso mesmo, é uma educação política, tão política quanto a que, servindo às classes dominantes, se proclama, contudo, neutra. Daí que uma tal educação não possa ser posta em prática, em termos sistemáticos, antes da transformação revolucionária da sociedade.

Pensar o contexto da EJA e as possibilidade de um ensino mais humanizado e para a cidadania, remete a classe trabalhadora historicamente explorada, pela elite, que se instaura neste país no processo de colonização das terras hoje brasileiras, levando-nos a



refletir sobre as possibilidades de transformação social através da educação na modalidade EJA. Um processo de escravização doloroso, meticuloso, violento e eficaz, que vem ludibriando os trabalhadores em condições desfavoráveis para um justo e digno viver. Trabalhadores esses, que por tal processo, sentem muita dificuldade em estudar nas bases que o sistema exige.

Com essa reflexão, escreve-se: “na materialidade da vida está o trabalho do sujeito” (Zimmermann; Meurer, 2019, p. 164). A educação para a cidadania se integra à educação valorativa aos sujeitos da EJA, com foco na ação social da educação política, em via de politizar o coletivo humano social brasileiro. Práticas educativas pensadas de forma colaborativas, em construção com o aprendizado, flexíveis às mudanças e sem caráter punitivo.

Educação como direito, humanização e pertencimento cidadão, em que a coletividade se faz presente e ativa, tomando consciência dos processos de opressão que atravessam as suas vidas, assim como, é imperativo a organização de uma educação voltada para classe trabalhadora, considerando as suas especificidades. As especificidades, que em sua maioria, compõem os sujeitos pertencentes a Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

CONSIDERAÇÕES

O direito à educação para mudança da própria realidade é, em síntese, o que neste estudo nos propomos a fazer, a partir da perspectiva da educação de Jovens e Adultos onde se encontram sujeitos trabalhadores, mães solteiras, negros/negras, pobres, assalariados/as, domésticas, LGBTQIAPN+, sujeitos em sua diversidade, indivíduos que servem empregadores, patrões e empresas. Mas, que desejam viver dignamente e ter outras possibilidades de vida e de situação econômica, mais livre e



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

independente, a seu gosto, sob seu direito de escolha e possibilidade de vida longa e feliz.

Nosso texto dialoga com a educação cidadã, fazendo reminiscência aos horizontes freireanos, que são fundamentais na perspectiva de uma educação libertadora, crítica e dialógica. Nossa proposta se contradiz ao discurso de educação, que favorece a militarização do ensino, uma forma de institucionalizar a educação bancária e não emancipatória como contribuições que são proporcionadas EJA, na construção de experiências cidadãs no campo educativo, corroborando para a transformação da realidade social dos sujeitos à margem da sociedade por terem seus direitos negados e negligenciados.

Assim como observamos que, nas respostas do questionário, que enaltecem as dificuldades da educação da EJA, e suas possibilidades de sucesso na obtenção de resultados positivos no ato do agir revolucionário, acerca da formação de profissionais de Educação de Jovens e Adultos. Como também, ao contribuir com metodologias de ensino constitutivas de cidadania, corroborando para a transformação da realidade social dos sujeitos que tiveram seus direitos a educação negados. Nas respostas dos docentes ao formulário proposto, percebe-se um esperançar vivo, e uma potencialidade no ato de educar, que ainda é resistência.

As repercussões nos projetos de vida destes sujeitos os levam a acreditar nos sonhos, e lutar por eles. Estudar é a ação itinerante proporcionadora de tais conquistas de valor incomensurável para a sociedade humana e sua transformação na construção de uma sociedade mais justa, equitativa em direitos sociais. Deste modo, a escola e outros espaços de ensino-aprendizagem garantem a efetivação de direitos e pertencimento cidadão com uma mudança de atitude metodológica mais humanizada através da dialogicidade e problematização da realidade em que vivem os oprimidos no país.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

É necessário ponderar que o papel da escola é socializar o conhecimento, proporcionando a formação plena e integral dos sujeitos educandos e outros envolvidos (mães, pais, demais parentes, amigos, colegas, vizinhos, conhecidos). Sendo assim, primamos pela democracia, com a clara visualização de alteridade em seus projetos.

Ademais, a escola cria condições para que a sociedade esteja em constante análise de si mesma, assumindo um compromisso de construção do conhecimento rumo a transformação local e global, numa função sistêmica de protagonizar ações cidadãs no desenvolvimento da qualidade de vida na comunidade. A Educação de Jovens, Adultos e Idosos necessita exercitar a função crítica social ao estudar os problemas emergentes na localidade, pontuando caminhos para possíveis soluções.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC – Coordenação de educação Infantil – DPEIEF/SEB – **Revista CRIANÇA** – do professor de educação infantil. Brasília, DF, nº 42, dez/2006.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso 28 de julho de 2024.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

COSTA, A. C. **Psicopedagogia & Psicomotricidade:** Pontos de intersecção nas dificuldades de aprendizagem. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, C. R. (org.) **O educador:** vida e morte. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 89-101.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>

Plano Nacional de Educação (PNE). **Lei Federal n. ° 10.172, de 9/01/2001.** Brasília: MEC, 2001. BRASIL.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). Censo Escolar, 2023. Brasília: MEC, 2023. Acesso em: 23 de julho de 2024. Disponível em: MEC e Inep divulgam resultados do Censo Escolar 2023 — Instituto



Educação Libertadora
Esperança para a reconstrução do Brasil



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep
(www.gov.br)

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2000.

UNESCO, Institute for Education. International Conference on Adult Education, 5th, Hamburg, Germany, 30p. 1997. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000116114>. Acesso em: 20 de julho de 2024.

ZIMMERMANN, Angelita; MEURER, Ane Carine. Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS. **Revista NERA**, v. 22, n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, maio/ ago. 2019.



AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: DIÁLOGO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Verônica Pessoa da Silva⁴¹

RESUMO: Esse estudo trata da Educação de Jovens e Adultos - EJA, como modalidade da Educação Básica e campo de investigação. Os estudos sobre a EJA vêm aumentando, notadamente nos últimos tempos, evidenciando, entre as muitas questões, a necessidade de qualificação para o mercado de trabalho e a melhoria nos índices de permanência na escola. Tem como objetivo geral, refletir sobre a relação entre autoestima e aprendizagem, tendo como referência uma experiência desenvolvida no campo da Educação de Jovens e Adultos, no contexto de uma escola pública paraibana. A pesquisa apoiou-se na abordagem qualitativa, por meio da pesquisa bibliográfica e da realização de entrevistas semiestruturadas direcionada às mulheres estudantes da EJA. Para tanto, institui-se diálogos com: Brandão (1991), Brasil (2000), Freire (2006 e 1997), Rogers (1977), entre outros. Os resultados ressaltam a importância do fortalecimento da autoestima como elemento contribuinte para os processos de aprendizagem ao longo da vida de pessoas jovens e adultas matriculadas na EJA.

PALAVRAS-CHAVE: Autoestima. Educação de Jovens e Adultos. Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Esse estudo aborda a Educação de Jovens e Adultos - EJA,

⁴¹Professora Titular da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III, Departamento de Educação/Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Coordenadora do Grupo de Estudos PELEJA – Pesquisas e Estudos em Letramentos de Jovens e Adultos



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

como uma modalidade da Educação Básica e campo de investigação que visa a inclusão social de pessoas que não conseguiram frequentar a escola enquanto crianças. Os estudos sobre a EJA vêm aumentando, consideravelmente, nos últimos anos apontando, diversas questões importantes, entre elas a necessidade de qualificação do ensino e melhoria dos índices de permanência desses sujeitos no âmbito escolar. Tem como objetivo geral analisar a relação entre autoestima e aprendizagem, usando como referência uma experiência no campo da Educação de Jovens e Adultos, no contexto de uma escola pública paraibana na cidade de Mari - PB. Objetivos específicos mapear os estudos e pesquisas sobre a relação entre a autoestima e aprendizagem, e realizar diálogos com estudantes matriculados na EJA, em que as narrativas nos permitam compreender a relação entre autoestima e aprendizagem.

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil tem marco a partir da década de 1940 com o objetivo de alfabetizar as pessoas para votarem e conseqüentemente, aquecer a economia. Durante muito tempo a educação foi exclusiva para as pessoas mais favorecidas economicamente e essa nova modalidade de ensino gratuita está destinada a pessoas que não conseguiram frequentar a escola enquanto crianças, por isso, não concluíram o Ensino Fundamental ou não foi possível chegar até o Ensino Médio.

Ao longo dos últimos anos às discussões e reflexões a respeito do saber, vem tomando um espaço maior em busca da autonomia do indivíduo e da construção de uma consciência crítica, onde ele possa superar as desigualdades sociais, o que faz com que a educação seja essencial para a formação cidadã e política do indivíduo.

A autoestima é um autoconceito de caráter social e psicológico que cada pessoa atribui a si mesma. É a forma como cada indivíduo se autoavalia em relação às suas qualidades e ao seu desempenho de um modo geral no seu cotidiano. A autoestima influencia diretamente o comportamento de cada indivíduo, ou seja,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

em como uma pessoa interage na sociedade onde está inserida. Debater sobre a autoestima dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve ser uma necessidade no âmbito educacional, pelo fato de boa parte desses educandos possuírem uma baixa autoestima, por diversos fatores. Também por sentirem-se discriminados ou diminuídos na sociedade, por falta de oportunidades que não permitiram com que esses alunos frequentem a escola enquanto crianças, principalmente pelas dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho por falta de conhecimentos de leitura e escrita.

Essa pesquisa foi estruturada a partir de objetivos gerais e específicos. Tem como objetivo geral, refletir sobre a relação entre autoestima e aprendizagem, tendo como referência uma experiência desenvolvida no campo da Educação de Jovens e Adultos, no contexto de uma escola pública paraibana na cidade de Mari/PB. Como objetivos específicos, instituiu-se: a) Mapear os estudos e pesquisas sobre a relação entre autoestima e aprendizagem, nos últimos 10 anos; b) Compreender os conceitos de autoestima e aprendizagem no contexto da EJA e a relação entre esses dois conceitos fundamentais no estudo; e c) Apontar caminhos e reflexões que contribuam para o fortalecimento da autoestima dos/as estudantes da EJA, favorecendo os processos de aprendizagem ao longo da vida.

Para atingir os objetivos pretendidos, o estudo guiou-se pela seguinte questão- problema: Qual a relação entre a autoestima das pessoas jovens e adultas, matriculadas na EJA e sua aprendizagem? A pesquisa foca um argumento comumente utilizado como justificativa para os altos índices de evasão e *deficit* de aprendizagem na modalidade da EJA. A pesquisa contribui para a elucidação dessa problemática.

O estudo apoiou-se na abordagem qualitativa, por meio da pesquisa bibliográfica e de realização de entrevistas semiestruturadas com estudantes da EJA numa sala de aula no município de Mari/PB.



A pesquisa bibliográfica tratou de uma minuciosa busca realizada no acervo do Banco de Dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, em nível de Brasil, publicadas nos últimos 10 anos, para identificar obras que remetem à importância da autoestima no âmbito educacional na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nessa garimpagem, foi possível observar que diversas causas históricas apontam para o analfabetismo, sendo, um fator de ordem socioeconômica e cultural que, infelizmente, perpassa gerações.

Essa incursão permitiu o conhecimento de dados de identificação dessas estudantes, dados históricos, os processos de estudos na EJA, identificar quem são essas mulheres estudantes e outras questões que permeiam a autoestima. Através dessas questões, foi possível identificar que elas não frequentaram a escola enquanto criança por falta de oportunidades e que, só depois de adultas, essas mulheres voltam para a sala de aula, por diferentes motivos que incluem a vontade de aprender a ler e escrever, o incentivo da família, à vontade e a esperança de melhorar de vida.

A pesquisa apontou caminhos profícuos para a área da Educação de Jovens e Adultos, sobretudo no que se refere à busca de alternativas eficazes no enfrentamento dos índices de analfabetismo adulto, bem como para o favorecimento de processos articulados ao sucesso escolar, por meio da aprendizagem, como expressão da democratização do acesso à educação.

AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: ENTRE CONCEITOS E EXPERIÊNCIAS

Na intenção de melhor conhecer as bases que fundamentam essas três categorias de análise que permeiam esse estudo, realizou-se um apanhado das principais obras encontradas no acervo do Banco de Dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, em nível de Brasil, publicadas nos últimos 10 anos que abordam a relação entre autoestima e aprendizagem no contexto da



Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Para isso, se realizou uma busca minuciosa dessas obras, a partir da qual foi possível identificar 14 (quatorze) obras que destacam a importância da autoestima para a aprendizagem de pessoas jovens e adultas, especialmente às que não tiveram a oportunidade de frequentar a sala de aula, por inúmeras causas, desde as dificuldades de caráter econômico até as problemáticas relacionadas à aprendizagem. Nessa linha de investigação, constatou-se que as questões de dimensão social têm um peso preponderante, destacando-se a dificuldade para conciliar estudo e trabalho, o cansaço físico e mental após um dia de trabalho, a baixa autoestima, entre outros.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): TRAÇOS DE UMA POLÍTICA EM CONSTRUÇÃO

Ao discutirmos sobre a Educação de Jovens e Adultos – EJA é importante destacar a dívida histórica que existe para com as pessoas que não tiveram o direito à educação, como um direito de cidadania. Essa modalidade educativa, desde os anos de 1920, vem ganhando espaço no Brasil. Nesse contexto, a Escola Nova defendia o direito a escola pública, obrigatória.

A partir das décadas de 1920 e 1930 a “educação de adultos” passa a ser vista como um problema que já aparecia em alguns estados desde 1850. As sociedades periféricas eram vistas como “Terceiro Mundo”, já que existia um subdesenvolvimento, por isso a UNESCO defende três principais características: o ensino técnico, o ensino elementar e uma educação fundamental para adultos, já que não poderia esperar pela formação de novas gerações.

Nesse contexto, Paulo Freire, em seu pensamento filosófico e pedagógico, teve uma forte e importante influência sobre a EJA de modo que seu legado é lembrado até os dias atuais. Ele ressalta a



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

importância de substituir o discurso pela discussão do cotidiano vivenciado por cada educando e, dessa forma, o aluno não seria apenas ouvinte, mas poderia intervir no seu desenvolvimento:

Se antes a alfabetização de adultos era tratada e realizada de forma autoritária, centrada na compreensão mágica da palavra, palavra doada pelo educador aos analfabetos; se antes os textos geralmente oferecidos como leitura aos alunos escondiam muito mais do que desvelavam a realidade, agora, pelo contrário, a alfabetização como ato de conhecimento, como ato criador e como ato político é um esforço de leitura do mundo e da palavra (FREIRE, 1989, p.19).

Na interpretação das palavras de Freire (1989), é importante enfatizar que a alfabetização não é apenas o ato de ler ou escrever, mas, é muito mais que isso; é permitir a participação em atividades sociais, políticas e econômicas que possibilitem a socialização de cada indivíduo. O conceito de alfabetização, durante décadas, se prestou a estruturar as práticas didático-pedagógicas desenvolvidas tanto na Educação Infantil quanto na EJA. A partir da década de 1980, o conceito de letramento passa a ser agregado às discussões sobre alfabetização, reforçando a ideia de que, tão importante quanto o domínio dos níveis de leitura e escrita, é o uso do que os indivíduos aprendem em sua vida cotidiana.

Essa evolução histórica e conceitual é a marca do quanto às ações de enfrentamento ao analfabetismo adulto tem avançado no país. Isso representa a busca do cumprimento do direito à educação e da:

Garantia de ensino fundamental a todos os que não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida e intrínseca desse nível de ensino. A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básico da cultura letrada,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial da constituição brasileira. Envolve, ainda, a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos e deveres. (BRASIL, 2001, p.49).

A partir dessas discussões, fica evidenciado que a educação deve ser obrigatória, gratuita e acessível para todo e qualquer cidadão, por isso se faz necessário as três funções da EJA, que buscam reparar o tempo perdido para aquelas pessoas que não tiveram acesso à educação, por diferentes motivos, entre eles evasão escolar, falta de estímulo, dificuldades socioeconômicas e repetência. A educação deve ser igualitária, sem diferenças entre qualquer pessoa ou classe social para que, dessa forma, possamos enfrentar as desigualdades e fazer da EJA um lugar de inclusão. A função Qualificadora refere-se a uma educação que seja permanente, é uma concepção de educação ao longo da vida, que realmente possa atender as necessidades da sociedade. A função Equalizadora tem por finalidade a igualdade de oportunidades para diversos grupos: trabalhadores, donas de casa, encarcerados, aposentados, ou seja, ela proporciona a reentrada no sistema educacional. A função Reparadora refere-se à restauração de um direito negado, do sujeito que não teve a oportunidade de uma escola de qualidade.

Na atualidade, âmbito da legislação educacional, várias medidas legais têm servido de base para que a EJA seja garantida a população a quem se destina, inclusive, com níveis de regularidade, padrões de qualidade, e isonomia financeira pelos entes federados responsáveis por sua gestão. Nessa construção, destacamos três marcos legais por sua relevância. São eles: a) a aprovação da Constituição Federal de 1988 que, no artigo 208, estabelece o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso como na idade indicada como apropriada; b) a aprovação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9394/96 - em cujo



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

artigo 37º amplia o entendimento da Educação de Jovens e Adultos para além da alfabetização, destinada a atender aqueles que não tiveram oportunidade de acesso aos estudos e condições de continuá-los no Ensino Fundamental e Médio e estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar, gratuitamente, aos jovens e aos adultos oportunidades educacionais apropriadas às suas características, seus interesses e as suas condições de vida de trabalho; e c) o Parecer CEB 11/2000, de que resulta a Resolução CNE/CEB nº 1 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Assim, ao mesmo tempo em que contribuem para a regulamentação da EJA como modalidade da educação básica, estabelecem para o Ensino Fundamental e Médio as dimensões reparadora, equitativa e qualitativa. (SILVA, 2011, p. 170, 171).

Esse estudo estruturou-se a partir de 03 (Três) categorias teóricas, a saber: a EJA, discutida anteriormente, a autoestima e a aprendizagem, que serão discutidas na sequência.

REVISITANDO OS CONCEITOS DE AUTOESTIMA:

Autoestima é a visão que o indivíduo possui sobre si mesmo; é a maneira como cada um de nós é capaz de enxergar quem realmente é. Não nascemos com a autoestima, mas a construímos com o passar do tempo, através de nossas experiências e vivências, sejam elas negativas ou positivas. A autoestima possui um papel fundamental no processo de constituição do ser.

Os sucessivos constrangimentos e experiências de discriminação levam à corrosão da auto-estima dos indivíduos, que acabam assumindo a identidade deteriorada e assimilando ao próprio discurso as metáforas depreciativas formuladas pelas elites letradas e difundidas pelos meios de comunicação social. (PIERRO, GALVÃO, 2007, p. 24).

A autoestima não é uma categoria fixa e pode sofrer



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

modificações que repercutem na elevação ou redução do sentimento de autoconfiança. Pessoas com uma autoestima alta se conhecem, se reconhecem, aceitam seus pontos fracos e, principalmente, são capazes de reconhecer o quanto são fortes e determinadas.

Nesse sentido, ao estudar essa categoria, a subjetividade humana não pode ser deixada de lado, mas precisa ser considerada para uma compreensão mais ampla sobre o pleno desenvolvimento intelectual do estudante. Dessa forma, o professor possui um papel fundamental na vida do (a) estudante, especialmente em relação ao que pode contribuir para aumentar ou diminuir a autoestima, tendo em vista que alfabetizar um adulto não é o mesmo que alfabetizar uma criança.

Em muitos momentos os alunos da Educação de Jovens e Adultos são vistos como pessoas incapazes de aprender e acabam passando por situações de exclusão e de insucesso escolar, fatos que podem evidenciar a baixa autoestima dos alunos, a desmotivação, a insegurança e a fragilidade nos processos educativos. Por vezes, em decorrência de um histórico de fracasso escolar, acabam por desacreditarem do seu potencial e de sua capacidade de aprendizado.

Uma pessoa adulta que tem a oportunidade de frequentar a escola está tendo a oportunidade de resgatar a sua autoestima que, possivelmente, foi abalada pela sua trajetória de vida, é importante que a escola desenvolva metodologias adequadas e direcionadas para as expectativas de aprendizagem de pessoas adultas, priorizando conhecimentos prévios e que estejam de acordo com a sua real necessidade e realidade, tendo em vista que cada pessoa possui uma realidade diferente.

A autoestima está de mãos dadas com a autoaceitação e a autoconfiança para que o indivíduo consiga ultrapassar as dificuldades cotidianas. Esse conceito precisa estar alicerçado na capacidade de aprender com os erros e no reconhecimento de que todas as situações que a vida coloca no caminho geram algum



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

aprendizado; admitir que todas as situações da vida, representam uma nova oportunidade para aprender.

Para Rogers (1997), a autoestima tem possibilidade de movimentar outras potências no sujeito e enfatiza a força que está localizada em si mesmo, como uma aceitação que liberta. Nesse sentido, a autoestima é essencial ao ser humano e está presente desde o nascimento do ser humano. Em meio a experiências positivas e negativas vão sendo moldadas e, por isso, ela pode ser influenciada por diversos fatores, entre eles a educação que recebeu na infância, as experiências que viveu ao longo da vida e até mesmo com os valores pessoais que cultivou.

Um autoconceito baixo pode interferir em um processo de aprendizagem, visto que, muitas vezes, a falta de atenção ou o mau comportamento de um aluno pode estar relacionado à autoestima ou falta dela. Aceitar quem somos também é crescer, é enxergar que as críticas podem ser revertidas em mudança e aprendizado. Além disso, o ambiente externo em que se vive influencia o interno, a subjetividade, embora isso não signifique que sejam determinantes.

A APRENDIZAGEM EM QUESTÃO:

O desempenho escolar dos estudantes da EJA está associado a sua permanência na escola, de modo que o aluno adulto, a partir do momento que passa a frequentar a sala de aula, passa a ser visto pela sociedade como analfabeto que possui uma educação inferior, isso faz com que o aluno se sinta desvalorizado e incapaz de aprender, fato que pode afetar, diretamente, a sua autoestima.

O analfabetismo é visto como causa e não como efeito do escasso desenvolvimento brasileiro, privando o País de participar do conjunto das 'nações de cultura'. Tal preconceito era estendido ao adulto analfabeto, identificado como elemento incapaz e marginal psicológica e socialmente. Tanto quanto 'a criança', 'o analfabeto'



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

padeceria de menoridade econômica, política e jurídica: produz pouco e mal e é frequentemente explorado em seu trabalho; não pode votar e ser votado; não pode praticar muitos atos de direito. O analfabeto não possui, enfim, sequer elementos rudimentares da cultura de nosso tempo. (CUNHA, 1999, p. 11).

Em muitos momentos os/as alunos/as da EJA têm que enfrentar críticas negativas e, muitas vezes, acabam desacreditando do seu potencial. Por isso, é importante ter um olhar de empatia, antes de existir o aluno que busca novas oportunidades, existe um ser humano que busca apoio, um olhar de afeto e compreensão, diante de suas dificuldades e anseios.

Para muitos jovens e adultos, voltar para a sala de aula pode representar, também, a possibilidade de resgatar sua autoconfiança, reavivar sonhos e ter uma nova chance de recomeçar e redimensionar a vida.

As habilidades emocionais e intelectuais estão associadas e, a partir do momento em que a escola acolhe as dúvidas, medos e interesses, esses alunos constroem laços afetivos que facilitam o aprendizado.

Ninguém pode pensar ou viver por outra pessoa, mas a forma como uma pessoa é tratada, pode influenciar em sua autoestima dependendo da importância em que uma pessoa possui em nossa vida, sua opinião sobre nós pode abalar ou encorajar consideravelmente tudo depende do poder que o outro possui em nossa vida, sua opinião sobre nós pode abalar ou encorajar expressivamente tudo depende de como encaramos o que ouvimos ao nosso respeito.

A aprendizagem significativa combina o lógico e o intuitivo, o intelecto e os sentimentos, o conceito e a experiência, a ideia e o significado. Quando aprendemos dessa maneira, somos integrais, utilizando todas as nossas capacidades masculinas e femininas. (ROGERS, 1977, p. 38).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

É importante valorizar os conhecimentos que o aluno adulto já possui que, assim como uma criança traz informações de seu cotidiano, o adulto traz experiências de uma vida e de tudo que aprendeu fora da sala de aula. Dessa forma, esse estudante vai se sentir acolhido no ambiente que está ocupando. Além disso, a escola deve ser um lugar democrático, onde todo e qualquer cidadão pode e deve participar ativamente, com contribuições, troca de saberes e por meio de sua participação ativa, deixando de ser apenas ouvinte passando a ser protagonista de sua vida.

O vínculo construído entre o professor e o aluno é o resultado de diversas trocas entre o ensinar e o aprender, onde ambos têm a oportunidade de aprender, trocar experiências e informações. Sendo assim, a sala de aula deve ser um lugar em que o professor possa criar oportunidades de ensino que possam estimular seus alunos a questionarem o mundo, a sua volta, para que possam aumentar a sua capacidade de autoconfiança e autoestima.

Nesse sentido, é importante destacar que, para uma aprendizagem significativa, o professor deve aceitar seus alunos com suas particularidades, o professor deve motivar o aluno, para que ele possa se sentir acolhido e confiante no processo de aprendizagem.

MULHERES DA EJA E AUTOESTIMA: ELEMENTOS DE UMA ANÁLISE

A pesquisa a campo aconteceu no município de Mari/PB, dada à abertura e acolhida recebida da Secretaria de Educação do município. Desde o momento em que entramos em contato com a gestão da escola e a Coordenação de Educação de Jovens e Adultos, estas se colocaram à disposição. Foi indicada a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Maria das Neves de Paula Arruda que fica localizada no centro da cidade de Mari/PB,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

onde funcionavam 02 salas com cerca de 50 (cinquenta) estudantes matriculados.

Além disso, o diálogo com as professoras favoreceu a inserção na pesquisa. As discentes ressaltaram a importância da pesquisa, como se sentiam motivadas com a pesquisa e, em seguida, manteve-se contato com a turma. Apresentou-se a pesquisa, seus objetivos e o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Explicou-se a importância do documento e que as estudantes não eram obrigadas a participarem. Também que poderiam desistir a qualquer momento da pesquisa. A pesquisa foi delimitada apenas para as mulheres, diante do número de alunas matriculadas e por conter apenas um homem em sala de aula que não se dispôs a participar. Foi aplicado um instrumento que contava com 06 questões, que indagavam desde os dados de identificação das participantes aos dados relativos aos estudos em EJA. Deteremos-nos nessa questão, considerando o limite máximo de páginas que estruturam esse artigo.

Para Ivanilda (59 anos), a autoestima “é quando a pessoa está feliz. A aluna disse que não tem mais autoestima, mas que já teve um dia”. Para ela, “a autoestima contribui muito para o aprendizado”. Assegura que as pessoas têm que ser fortes e ter força de vontade para vencer. Para ela, “a falta de autoestima pensa muito, quando não tem autoestima a pessoa pode entrar em depressão, mas quando a autoestima está boa, ela se sente bem, mais jovem e quando não se sente um lixo”.

Sobre essas questões, Arroyo (2017) destaca que os sujeitos da EJA, são adultos e jovens que possuem histórias e trajetórias diferentes, são sujeitos que possuem a autoestima baixa, são tímidos e que muitos enfrentam problemas de saúde, sendo a escola o espaço que deve trazer ações que respeitem essa diversidade e busque métodos que incluam todos.

Para Ana Paula (32 anos) autoestima é quando as pessoas se sentem bem. Para ela, isso influencia no seu aprendizado, pois quando



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

sua autoestima está baixa ela não sente vontade de ir para a escola. Para Gilvânia (42 anos) a autoestima faz muita falta, principalmente, por enfrentar a depressão. Relatou que em alguns momentos de crise pensou em tirar a própria vida e o estudo contribuiu para a sua melhora “têm momentos a autoestima está muito baixa devido a sua depressão, por isso, pensava em tirar a vida e o estudo contribuiu para a sua melhora, as pessoas têm que ter força de vontade, quando ela está com a autoestima baixa ela não sente vontade de fazer nada inclusive estudar”. Através do estudo encontrou uma nova oportunidade para uma vida melhor. Para Oliveira (1989):

A exclusão da escola coloca os alunos em situação de desconforto pessoal devido a aspectos de natureza mais afetiva, mas que podem também influenciar a aprendizagem. Os alunos têm vergonha de frequentar a escola depois de adultos, muitas vezes pensam que serão os únicos adultos em classes de crianças e por isso, sentem-se humilhados, têm insegurança quanto a sua própria capacidade para aprender. (OLIVEIRA, 1989. p. 66)

Maria das Dores (64 anos), afirma que nos dias atuais “tudo é mais fácil, existem mais escolas, tem um professor para cada turma, enquanto, na sua juventude, tinha um único professor para várias séries, tinha muitos alunos da primeira a quinta série e, devido à grande quantidade e a falta de estrutura não conseguiam aprender”. Em sua opinião, isso não significava que o professor fosse o culpado, pois não tinha condições de dar aula para aquela quantidade de alunos e, por vezes, era professor de criança que foi transferido para a noite, sem estar preparado para o trabalho na EJA. Nesse sentido, fica patente o fato de que o/a educador/a que atua ou pretende atuar na EJA precisa reconhecer a importância e o lugar dessa modalidade educativa, abrindo mão de visões compensatórias e assistencialistas que ainda permanecem relacionadas à EJA. De acordo com Vargas & Fantinato (2011, p. 929), o/a educador/a precisa buscar dar continuidade a sua formação inicial, através da formação continuada,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

considerando-a: “(...) como um caminho possível para reduzir o descompasso entre a formação inicial e a prática docente na EJA, tendo em vista o desenvolvimento de uma proposta curricular alternativa para essa modalidade de ensino”.

Como explicam Paula e Oliveira (2011), o atendimento educativo a jovens e adultos sem escolaridade ou com baixa escolaridade não acontece conforme as medidas estabelecidas em acordos internacionais e documentos oficiais, pois: A trajetória da EJA é marcada por políticas públicas esvaziadas e pela dificuldade de reconhecer essa modalidade de ensino como direito de quem não frequentou a escola na infância.

Para Fabrícia (32 anos) autoestima é se sentir bem e valorizada, para ela, a sociedade é muito preconceituosa, pois já passou por muito preconceito desde criança. Para ela, as mulheres não são vistas nem valorizadas. Na entrevista, assentou que (...) “a autoestima contribui muito para a sua aprendizagem, principalmente na leitura e na escrita”. Disse ainda: “Aprender é um valor que você tem na EJA, sua autoestima fica lá em cima, por isso tenho uma autoestima tão forte. Meus irmãos não conseguiram terminar os estudos. As dificuldades da vida são muito duras, ou você estuda ou não tem nada na vida”. Fabrícia explica a importância de ter professores comprometidos com a EJA para que o/a educando/a aprenda: “Meus professores ajudaram a construir a minha autoestima, me incentivando a continuar na escola e isso contribuiu muito para o meu desenvolvimento”.

Di Pierro (2014, p. 03), destaca a importância de que a oferta da EJA esteja atenta ao perfil e às necessidades de vida e de trabalho desse público:

A primeira característica comum a essas iniciativas é o reconhecimento, o acolhimento e a valorização da diversidade dos educandos da EJA, pois antes de serem alunos, esses jovens e adultos são portadores de identidades de classe, gênero, raça e geração. Suas



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

trajetórias de vida são marcadas pela região de origem, pela vivência rural ou urbana, pela migração, pelo trabalho, pela família, pela religião e, em alguns casos, pela condição de portadores de necessidades especiais.

Helena (2023), em suas narrativas, evidencia não ter tido a oportunidade de estudar quando criança e que esse foi o primeiro contato que teve com a escola no início de 2023. O seu pai nunca a deixou e nem aos seus irmãos estudarem, sendo sempre muito rígido e colocando o trabalho como um imperativo “meu pai nunca deixou eu e seus irmãos estudarem ele sempre foi muito rígido, sempre trabalhamos muito, depois de grande frequentei a escola apenas para aprender o nome”. Depois de adulta, frequentou a escola apenas para aprender o seu nome, inserção que a fez escrever pouco, mas que ainda proporcionou a aprendizagem da leitura.

Empregados domésticos e trabalhadores da agricultura, da construção civil, da segurança e outras funções que requerem pouca qualificação compõem esse imenso contingente que enfrentam toda sorte de preconceitos e dificuldades para prover sua subsistência, educar os filhos e participar de modo mais efetivo na sociedade letrada (GALVÃO; DI PIERRO, 2007, p. 22).

Todas as participantes da pesquisa afirmaram que as facilidades da atualidade para estudar favorecem os estudos. A existência de professores/as capacitados/as para dar aula, a distribuição de material escolar, a oferta da merenda, ônibus escolar e outras garantias, acaba por facilitar a permanência daqueles que não têm condições financeiras de priorizar o estudo.

Cristina (2023) assegura que na escola ela fez novas amizades e, ainda, consegue distrair a mente e melhorar sua comunicação com as pessoas, através da frequência da sala de aula. A mesma deixou de estudar quando era jovem, após engravidar. Ela defende que “o estudo é importante e que não tem idade certa para aprender, basta



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

querer aprender, estudar e se esforçar”. Para ela a autoestima contribui em toda a sua vida. Cristina (2023) ressaltou que: “A falta de autoestima interfere na aprendizagem. A falta de autoestima, o cansaço do dia a dia e o medo de não conseguir aprender, por se achar incapaz é muito ruim”. Ela alegou que, na criação dos filhos, tem ajudado a que eles construam uma autoestima forte, para conviver bem com as pessoas, a fazer amizades saudáveis e a construir laços fortes. Além disso, ajuda a distrair a mente, conversar, sair da rotina e das atividades domésticas. Os estudos contribuem em tudo de bom na sua vida, mas entende que, para aprender, tem que ter paciência, gostar de fazer tudo de tudo um pouco. Para Cristina, as mulheres são guerreiras e lutam para vencer os desafios do dia a dia. Nas palavras de Di Pierro (2014, p. 05)

Ao longo das últimas décadas, o Brasil consolidou uma consciência social do direito à Educação na infância, mas ainda não construiu uma cultura do direito à Educação ao longo de toda a vida. Assim, não é incomum que pais com baixa escolaridade lutem para que os filhos tenham acesso a um ensino de qualidade, sem reivindicar para si mesmos o direito que tiveram violado.

Severina (55 anos) se arrepende de não ter estudado enquanto criança e diz que perdeu muitas oportunidades por não ter estudado antes. Ela defende a EJA, “é muito importante, agora consigo estudar porque não trabalho mais, apenas preciso tomar conta de minha mãe e meu tio, que são idosos, e à noite fico livre pra estudar”. Ela considera a EJA muito importante em sua vida. Diz que ainda tem dificuldade para escrever, mas já consegue ler e que, a cada dia, está aprendendo mais. O trabalho a impediu de estudar quando criança trabalhou muito no campo. Sentia-se triste por não saber ler. Na escola sua autoestima cresceu e, por isso, fica muito alegre quando aprende: “Tenho muito apoio pra estudar, inclusive, de minha mãe. Quando vou para a escola minha autoestima me deixa muito alegre, gosto de me arrumar pra ir pra escola”.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Na análise das entrevistas realizadas, fica evidenciada a necessidade de que estudos sobre a condição feminina na Educação de Jovens e Adultos ganhem densidade. O esforço para retomar os estudos, como pode ser observado na pesquisa, é hercúleo. Paiva (2019), nos chama atenção sobre esse fato:

Diante desse panorama, cresce a discussão sobre a importância da educação das mulheres, especificamente, aquelas pertencentes às camadas populares e com marcas identitárias da EJA, já que elas estão ainda mais vulneráveis ao mundo do trabalho, constituindo, assim, um público destinado ao trabalho informal e/ou precarizado, contribuindo cada vez mais à discriminação e à exploração. (PAIVA, 2019, p. 175).

Além disso, as narrativas explicitam a íntima relação entre autoestima e aprendizagem, incluindo a influência da família e da escola na construção da autoimagem do sujeito. Para além da família, a escola representa um espaço de socialização, de interação e interlocução dos estudantes. Desse modo, o acolhimento, o respeito à diversidade e inclusão são elementos essenciais para a adaptação no ambiente escolar e o sucesso na aprendizagem.

De acordo com Tiba (2002, p. 147) A autoestima é “o sentimento que faz com que a pessoa goste de si mesma, aprecie o que faz e aprove suas atitudes”. Assim, quando uma pessoa tem uma imagem positiva de si, certamente a aprendizagem ocorrerá de modo mais satisfatório. No entanto, no caso das mulheres da EJA, além das demandas de ordem social e econômicas relacionadas aos grupos que pertencem, por vezes, se deparam com práticas escolares que supervalorizam a culturas eurocêntricas, neocolonialistas, em detrimento daquelas que atuam na valorização da cultura e das identidades populares. Essas imagens culturalmente distorcidas repercutem no desenvolvimento de uma baixa autoestima e no próprio rendimento escolar.

Em contraposição a essas perspectivas, entra em cena a



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

emergência de pedagogias decoloniais, para que, dentro e fora da escola, outro mundo seja possível. A partir dessa perspectiva, nas palavras de Gil (2021, p.120):

Identificamos a pedagogia feminista decolonial como sendo práticas educativas construídas por mulheres que consideram as experiências e práticas que foram marginalizadas pelas teorias coloniais e que balizam lutas em nível local e internacional com vistas à superação das formas de dominação, opressão e colonialidade. Nesse processo, decolonizam e despatriarcalizam os conhecimentos e saberes, fornecendo ferramentas para a superação das opressões. (GIL, 2021, p. 120).

Nesse novo lugar existencial, a valorização dos “saberes da experiência feito”, mediatizada pela circularidade da palavra, por meio do diálogo, reforçam imagens de identidades e pertencimentos dos sujeitos populares, a partir dos quais a EJA se faz.

CONCLUSÃO

Durante a pesquisa todas as estudantes entrevistadas afirmam a importância que a autoestima possui para o seu aprendizado. Por isso as estudantes se sentem mais confiantes ao frequentar a escola apesar de muito tempo afastadas da escola ou, até mesmo, com a oportunidade de vivenciar o ambiente escolar pela primeira vez.

Para as entrevistadas o ensino desenvolvido na perspectiva de valorização de seus saberes e culturas, permite o desenvolvimento de uma autoestima que faz com que elas se sintam bem, com vontade de sair de casa para a escola, motivadas para aprender a ler e escrever. Assim, embora, muitas vezes, estejam cansadas devido à tripla jornada a que se dedicam – família, escola e trabalho, seguem no esforço contínuo dos estudos, sobretudo, pelo incentivo diário de seus professores e professoras.

Através das entrevistas foi possível observar a importância que atribuem aos estudos e como essa inserção tem favorecido a



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

transformação social e pessoal de mulheres trabalhadoras que enfrentam o estigma da baixa autoestima e buscam, na sala de aula, a superação de modelos de desvalorização e não pertencimento social. A pesquisa permitiu um diálogo com as estudantes da EJA que, como um campo de experiência, nos permitiu entender e conhecer elementos de suas trajetórias de vida. Enfatizou, também, a importância de que essa modalidade educativa esteja, cada vez mais, a serviço de uma educação libertadora, decolonial e a com a condição feminina.

O estudo permitiu a identificação de quem são as estudantes da EJA e quais as principais dificuldades enfrentadas por essas pessoas que retornam à escola depois de inúmeras experiências que não podem ser ignoradas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA: Itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

SOARES, Leôncio (org.). Formar educadores e educadoras de jovens e adultos. In: SOARES Leôncio (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizontes: Autêntica/Secad/MEC/Unesco, 2006, p.1832.

CUNHA, Maria Conceição. **Salto Para o Futuro**: Educação de Jovens e Adultos. Secretaria de Educação a Distância. Brasília/DF, 1999. V.10.

DI PIERRO, Maria Clara. Os desafios para garantir a Educação de Jovens e Adultos. In: Como as políticas públicas e os gestores escolares podem combater a diminuição de matrículas e os elevados



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

índices de abandono observados na EJA. **Revista Nova Escola:**
Gestão, 01 de maio de 2014.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler:** em três artigos que
se completam. 41. ed. São Paulo. Cortez, 1989.

GIL, Vanessa Nesbada da Silva. **Pedagogia Feminista Decolonial:**
decolonialidade e práticas pedagógicas feministas na Marcha Mundial
das Mulheres a partir dos Quatro Campos de Ação e da 5º Ação
Internacional. 2021. 125f. Tese (Doutorado em Educação) –
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo-RS, 2021.
Disponível em:
<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9768>.
Acesso em: 13 abr. 2023.

HECKLER, Gisele Lopes. **A docência na educação de jovens e
adultos:** Um estudo a partir do Programa Mulheres Mil. São
Leopoldo-RS. Tese apresentada em 2017.

OLIVEIRA, Marta Kohl. Jovens e adultos como sujeitos de
conhecimento e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação.** São
Paulo: ANPED; Campinas: Autores Associados, n. 12, p. 59-72,
1999.

PAIVA, Jane. **Aprendizados ao longo da vida:** sujeitos, políticas e
processos educativos. (Org.). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019.
ROGERS, Carl. **Liberdade para aprender.** 4. ed. Belo Horizonte:
Interlivros, 1977.

SOARES, Leônicio. (Org.). **Aprendendo com a diferença:** estudos e
pesquisas em educação de jovens e adultos. 2. ed. Belo Horizonte:
Autêntica, 2006.



NARRATIVAS DE UMA PEDAGOGIA TEATRAL FREIREANA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Clécio Ernande da Silva

RESUMO: O presente relato buscou construir uma narrativa pedagógica acerca da compreensão do pensamento freireano como instrumento de ampliação do repertório social, cultural e educacional dos estudantes das turmas da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino da Cidade do Recife, utilizando a linguagem do teatro através do personagem *O Guardador de Poetas* na materialização de um espetáculo intitulado *Da Ciranda da EJA para a Ciranda da Vida*.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Pedagogia Freireana. Teatro.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos constitui-se como uma modalidade de ensino que requer a mobilização de saberes que estão dentro e fora da escola num constante movimento articulação entre as experiências pessoais e sociais de seus sujeitos com os conhecimentos sistematizados pela escola. Entendendo ainda que, a EJA é um universo que precisa ser tratado com as devidas especificidades e práticas pedagógicas que contribuam para os processos de inclusão social e educacional, assim como o fortalecimento da alfabetização escolar, buscamos continuamente construir uma concepção de Educação que contemple o sujeito como o agente protagonista de um mecanismo formativo que possibilite o desenvolvimento de habilidades, competências, compreensões e formas de intervenções autônoma e crítica nos diversos espaços de atuação e nas dinâmicas do jogo social vivenciados no cotidiano.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

E neste contexto sócio/político/cultural, fortalecer os discursos e práticas amparados na perspectiva do pensamento freireano torna-se essencial para se construir uma postura pedagógica que potencialize nos estudantes um movimento formativo na compreensão de si próprio e de sua dimensão social com o embasamento de práticas, posturas e reflexões que levem os sujeitos das aprendizagens a (re)pensar e (re)significar suas formas de ser/estar no mundo com movimentos de senso de coletividade, criticidade, consciência de classe e justiça social.

Partindo destes pressupostos, lançamos na rede municipal o projeto ***Da Ciranda da EJA para a Ciranda da Vida***, que buscou promover uma ação formativa, estética e reflexiva, através do conhecimento do pensamento freireano na construção de práticas pedagógicas inclusivas utilizando a linguagem artística do teatro e procedimentos metodológicos na utilização de Rodas de Diálogo / Círculos de Leituras junto aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

Nesta direção, os estudantes puderam conhecer a representação social e o legado de Paulo Freire fortalecendo os processos de alfabetização, consciência social e leitura de mundo, construindo narrativas das aprendizagens pautadas nas relações de diálogo e na escuta respeitosa e inclusiva entre seus pares, apoiados numa proposta de espetáculo com referências ao Teatro do Oprimido de Augusto Boal.

QUESTÃO PROBLEMATIZADORA

Sendo a Educação de Jovens e Adultos uma modalidade de ensino que deve enfatizar a construção de um pensamento de criticidade com consciência social e coletiva para atuar com autonomia e protagonismo na escola e na vida, como a linguagem do teatro pode contribuir com o pensamento pedagógico de Paulo Freire



criando sentidos e significados que fortaleçam e ampliem o repertório social e cultural dos estudantes da EJA?

OBJETIVO

Possibilitar uma experiência estética, através da linguagem do teatro e jogos teatrais, alicerçada num debate propositivo a partir das trocas de experiências e conhecimento da vida e das obras de Paulo Freire.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O projeto se propôs a estabelecer uma relação de diálogo e fortalecimento das práticas pedagógicas vivenciadas nas turmas de Educação de Jovens e Adultos com a filosofia existente nos discursos e nas práticas do pensamento freireano através de experimentos dos jogos teatrais. O estímulo ao exercício da criticidade, da postura autônoma e do protagonismo dos estudantes é um pressuposto fundamental para o processo de uma educação libertadora, tal como sinaliza Paulo Freire. Portanto, promover condições que garantam o acesso e a oportunidade de ampliação do repertório social e cultural dos estudantes é essencial para consolidar um movimento de educação que vai além do processo de escolarização, pois reforça e reafirma a percepção dos estudantes como sujeitos de direitos e responsabilidades nas suas formas de ser, estar e pensar o mundo.

A Política de Ensino da Rede Municipal, estabelece ainda, o compromisso com uma educação que abre espaço para os conhecimentos e para as referências que os(as) estudantes trazem de seu contexto social e cultural, compromisso este que os(as) ajude a incorporar os saberes escolares com condições de se tornarem sujeitos capazes de propor, debater, argumentar, decidir, construindo



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

novos significados para o local, onde vivem seus direitos, e os saberes das diferentes culturas. (RECIFE, 2021. P.25).

Na Educação de Jovens e Adultos, deve existir um ambiente diversificado, as práticas pedagógicas com o teatro se transformam numa via que, além de trazer novas propostas de aprendizagem e desenvolvimento do indivíduo, pode também esboçar novas diretrizes para as relações criadas e vividas no ambiente escolar, e que ecoam na vida cotidiana de cada um. Foi a partir destas referências que procuramos construir uma narrativa dialética pedagógica do teatro com a educação.

Na EJA, são criadas novas relações humanas e, no bojo dessa nova estrutura de convívio, o teatro surge como um veículo de aproximação, vivência e transformação, seja no campo educacional como também do desenvolvimento sociocultural (VYGOTSKY, 1987, 2002). Buscamos neste espaço social uma proposta de autonomia, não só do aluno, mas principalmente do homem em sua realidade (FREIRE, 1970, 1998). Há uma troca de ideias e conhecimentos entre o que se sabe e o que se descobre com os demais, numa troca contínua de saberes e práticas com boa desenvoltura. Há a evolução de uma consciência crítica relativa aos fatos da sociedade em que estão inseridos.

O espetáculo foi conduzido nas turmas da EJA através de jogos espontâneos e jogos protagonizados, visando o desenvolvimento dos potenciais criativos e a produção de uma reflexão crítica sobre questões emergentes da sociedade que dialogam com as realidades cotidianas dos estudantes. O trabalho teve como respaldo teórico e reflexivo o Teatro do Oprimido (1975), de Augusto Boal, e a Pedagogia do Oprimido (1970), de Paulo Freire.

Nos anos 1960, Augusto Boal desenvolveu um teatro popular que chamou de “Teatro do Oprimido” – um teatro voltado para a discussão das necessidades do povo. Trata-se, até os dias atuais, de uma forma de praticar/vivenciar alguns caminhos pelos quais o



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

cidadão pode reassumir sua função de protagonista no teatro e na sociedade. Nesse sentido, o teatrólogo desenvolveu, durante toda sua vida, uma série de técnicas de teatro popular em comunidades, sindicatos, prisões, favelas, acampamentos, assentamentos rurais, etc., onde houvesse oprimidos pelo mundo, lá estaria Augusto Boal. Sobre o conceito de teatro do oprimido, ele nos diz:

O teatro do oprimido não é um teatro de classe. Não é, por exemplo, o teatro proletário. Esse tem como temática os problemas de uma classe em sua totalidade: os problemas proletários. Mas no interior mesmo da classe proletária podem existir (e evidentemente existem) opressões. Pode acontecer que essas opressões sejam o resultado da universalização dos valores da classe dominante ("As ideias dominantes numa sociedade são as ideias da classe dominante" – Marx). Seja como for, é evidente que na classe operária podem existir (e existem) opressões de homens contra mulheres, de adultos contra jovens, etc. O teatro do oprimido será o teatro também desses oprimidos em particular, e não apenas dos proletários em geral. Da mesma forma que o teatro do oprimido não é um teatro de classe, igualmente não é um teatro de sexo (feminista, por exemplo), ou nacional, ou de raça, etc., porque também nesses conjuntos existem opressões. Portanto, a melhor definição para o teatro do oprimido seria a de que se trata do teatro das classes oprimidas e de todos os oprimidos, mesmo no interior dessas classes. (BOAL, 1980b, p. 25).

Unindo estes conhecimentos práticos e pedagógicos, diante de uma sociedade cada vez mais competitiva, individualista e violenta possibilitar práticas culturais com o teatro pode contribuir numa possível transformação e questionamento da realidade. Há muitos caminhos a trilhar com o trabalho de Augusto Boal, bem como para a pedagogia que o influenciou: a Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire. Pedagogia essa que corrobora para qualificação da prática educativa calcada na necessidade de transformação, da reinvenção do mundo em favor das classes oprimidas, da descoberta do seu lugar na



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

sociedade. Propõe um mote perpétuo de indagações a quem a pratica como aponta Paulo Freire:

Mais uma vez os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem a si mesmos como problema. Descobrem que pouco sabem de si, de seu “posto no cosmos”, e se inquietam por saber mais. Estará, aliás, no reconhecimento do seu pouco saber de si uma das razões desta procura. Ao se instalarem na quase, senão trágica descoberta do seu poder saber de si, se fazem problema a eles mesmos. Indagam. Respondem, e suas respostas os levam a novas perguntas. (FREIRE, 1997, p. 29)

As inquietações derivadas de novas questões, na prática do trabalho pedagógico com teatro na sala de aula, denotam o caráter de uma aula participante. Participante no sentido Freireano de que todos aprendem juntos e com ações coletivas.

Nessa direção, cabe conceber de acordo com os pressupostos acima mencionados que a Escola é um espaço acolhedor da diversidade cultural, podendo possibilitar aos estudantes leituras sobre o ser e o conviver no mundo. Sendo assim, o ambiente educacional deve proporcionar experiências que o estimulem à curiosidade, à autonomia e a criticidade nas diversas situações desafiadoras da vida.

DIRECIONAMENTOS METODOLÓGICOS

O projeto foi lançado para a rede municipal de ensino durante um evento realizado num teatro da cidade em alusão ao Dia do Estudante, contando com um público de 400 estudantes e seus respectivos professores. O evento teve como atração principal o espetáculo ***O Guardador de Poetas: Paulo Freire com Amor e Poesia***, que apresentava uma narrativa freireana mesclada por músicas, poesias e leituras de textos do autor homenageado. Posteriormente selecionamos 20 Unidades de Ensino que sinalizaram



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL
Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

o desejo em aderir ao projeto, estas Unidades de Ensino contemplaram todas as regiões político-administrativas da Cidade do Recife e receberam assistência pedagógica da equipe técnica da Divisão de Educação de Jovens, a qual acompanhou as etapas do projeto junto as turmas de EJA.

As escolas selecionadas para desenvolver os projetos tiveram acesso a um combo com materiais educativos, textos, reportagens, documentários, vídeos e referências bibliográficas que contemplam o universo das obras e biografia de Paulo Freire. Os professores aprofundaram os conteúdos trabalhados junto aos estudantes em forma de Rodas de Diálogo/Círculos de Leituras com enfoque nas realidades e situações cotidianas que se apresentam como narrativas para a discussão de conteúdos apontados pelos estudantes e pelos professores, com subtemáticas relacionadas a Educação, Cultura, Saúde, Moradia, Relações e Condições de Trabalho, Moradia, Justiça Social, Desemprego, Relações de Consumo, Consciência Social e Direitos de Cidadania, entre outras que surgiram nas discussões coletivas.

QUADRO DE SUGESTÕES DE TEMÁTICAS

Temática	Desdobramento	Resultados Esperados	Recursos Recomendados
Educação	Enfatizar a importância dos processos educativos como um elemento de conscientização social.	A compreensão da educação como fonte de formação e conscientização social.	Roda de Conversa com exibição de vídeo/documentário do Itaú Cultural: http://itaucultural.org.br/ocupacao/paulo-freire https://www.youtube.com/watch?v=tG_pVkhzr1c https://www.youtube.com/watch?v=8KupomiwEA4
Cultura	Valorizar os aspectos artísticos e culturais como mecanismos de fortalecimento das identidades dos	O entendimento da cultura como pertencimento associada a importância artístico/ cultural.	http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-aco/es/patrimonio-cultural/principal/textos/preservacao-do-patrimonio https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-importancia-



**XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL**

Vol. 1

**Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)**

	sujeitos.		cultura-no-processo-aprendizagem.htm
Saúde	Refletir sobre os problemas sociais do país e o acesso aos espaços e programas de saúde como um direito social da população.	Conscientização dos entraves e dos direitos sociais relacionados a saúde popular.	https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_saude_brasil_3ed.pdf https://www.oxfam.org.br/blog/o-que-o-caos-da-saude-publica-no-brasil-evidencia-sobre-a-desigualdade/?gclid=CjwKCAjw2rmWBhB4EiwAiJomtQrxRGz7MvfryqcyGpyJS5YBGUtz6STsubq6PuYKjR9LYrNiJHQ6iBoCp3AQA vD_BwE
Moradia	Construir uma narrativa acerca das condições de moradia e saneamento básico da população.	Compreensão do direito à moradia e da organização social em forma de associações de moradores. Bem estar social e coletivo nas comunidades.	https://brasilescola.uol.com.br/brasil/saneamento-basico-no-brasil.htm https://www.youtube.com/watch?v=rGDkhYw0pMs
Justiça Social	Compreensão de justiça social como parte do princípio de que todos os indivíduos de uma sociedade têm direitos e deveres iguais em todos os aspectos da vida social com garantias de acesso aos direitos básicos, como a saúde, educação, justiça, trabalho e manifestação cultural.	Ampliação dos conhecimentos relacionados aos direitos e deveres igualitários a todos os cidadãos.	https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/justica-social.htm https://gestrado.net.br/verbetes/justica-social-e-educacao/
Desemprego	Enfatizar as causas e desdobramentos do desemprego	Entendimento e criticidade acerca da atual situação financeira social.	https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php https://www.youtube.com/watch?v=Qp-XKQBVRTQ



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

	junto a população.	Compreensão do funcionamento dos órgãos governamentais de apoio ao trabalhador.	https://brasilescola.uol.com.br/amp/geografia/o-desemprego-mundial.htm
Relações de Trabalho	Refletir sobre as relações de trabalho, trabalho escravo, direitos trabalhistas, qualificação profissional, instituições de apoio ao trabalhador.	Compreensão da importância das relações interpessoais, das qualificações e dos direitos trabalhistas.	https://www.oitchau.com.br/blog/relacoes-de-trabalho/ https://www.youtube.com/watch?v=K4Foovfdb-E
Relações de Consumo	Discussão sobre as relações de consumo, sustentabilidade, economia doméstica.	Conscientização dos cuidados com o meio ambiente e os efeitos do consumismo exacerbado.	https://seudireito.proteste.org.br/relacoes-de-consumo-como-funcionam/ https://www.youtube.com/watch?v=tqr9ww9TTY8
Consciência Social	Perceber a consciência social como a capacidade que uma pessoa tem de perceber a sociedade ao seu redor. Nesse sentido, é importante que se compreenda como o reflexo de ações públicas, como a educação e a saúde, afetam a sociedade em todos os níveis.	Compreensão e conscientização do papel social na vida em comunidade.	https://blog.colegioarnaldo.com.br/consciencia-social/ https://www.youtube.com/watch?v=eYq9ViOoZ2k https://www.youtube.com/watch?v=Bc-ioue8bPM https://blog.colegioarnaldo.com.br/consciencia-social/
Direitos Sociais e Direitos Humanos	Compreender que os direitos sociais, assim como os individuais, são direitos	Compreensão dos direitos sociais e humanos assegurados constitucionalmen	https://www.politize.com.br/direitos-sociais-o-que-sao/ https://institutolegado.org/blog/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

fundamentais assegurados pela Constituição Federal. Assim como os Direitos Humanos representam as normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos.	te.	integra/?gclid=CjwKCAjw2rmWBhB4EiwAiJ0mtTKf_lKfHgsvbnjDnaByu9dH1D_5Z7U6571bSCszQhvdLDJinM8ssBoChboQAvD_BwE

As Rodas de Diálogo abordadas nas aulas contemplaram os temas transversais previstos na Política de Ensino da Rede Municipal para a Educação de Jovens e Adultos.

O trabalho foi estruturado em três frentes de trabalho:

Primeira etapa:

- Apresentação do Projeto em encontro formativo para os professores da rede;
- Divulgação do projeto nas redes sociais institucionais e nas aulas do canal de TV da Escola Digital;
- Disponibilização de materiais de apoio aos professores;
- Trabalho prévio realizado pelos professores junto aos estudantes sobre Paulo Freire;
- Apresentação teatral itinerante nas turmas de EJA;



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**



Encontro formativo para professores
Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Educação

Segunda etapa:

- Rodas de Diálogo / Círculo de Leituras junto aos estudantes (uso de palavras geradoras);
- Leituras e textos e das obras freireanas;
- Produção de imagens a partir de temáticas trabalhadas;
- Produção de textos a partir de temas e palavras geradoras do contexto social;
- Produção de materiais sobre a experiência desenvolvida nos variados gêneros textuais (cartas, livretos, poesias, cordéis, desenhos, textos, vídeos...);



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

- Exibição de vídeos e documentários;
- Construção de portfólios das aprendizagens construídas;



Roda de diálogo com os estudantes

Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Educação

Terceira etapa:

- Acompanhamento e suporte da Equipe Técnica nas ações realizadas nas turmas de EJA;
- Registro das atividades vivenciadas nas turmas de EJA;
- Análise e sistematização das produções enviadas pelas Unidades de Ensino;
- Organização da culminância do projeto com todas as escolas envolvidas no projeto;
- Relatório avaliativo do projeto.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**



Momento de culminância do projeto

Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Educação



Momento de culminância do projeto

Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Educação



RESULTADOS CONSTRUÍDOS

O Projeto da Ciranda da EJA para a Ciranda da Vida mobilizou um quantitativo de 654 estudantes, 38 professores e a equipe técnico-pedagógica da Educação de Jovens e Adultos. O espetáculo itinerante circulou por 20 Unidades de Ensino, as quais realizaram no decorrer dos meses de agosto e setembro uma série de ações que impactaram diretamente nas práticas pedagógicas dos educadores mobilizando um repertório de saberes que potencializaram discussões acerca de temáticas contextualizadas com o universo dos estudantes jovens, adultos e idosos. Enfatizando a participação ativa, propositiva, respeitosa e inclusiva. No sentido de dar visibilidade e conhecimento das ações realizadas no projeto, utilizamos o suporte do canal de TV da Escola Municipal para Aulas Digitais do município para divulgação das produções e vivências que aconteciam nas escolas durante o desenvolvimento a execução do projeto.



Apresentação do Guardador de Poetas

Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Educação



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do trabalho desenvolvido no projeto ***Da Ciranda da EJA para a Ciranda da Vida***, os estudantes além de se apropriarem do conhecimento da vida e das obras de Paulo Freire, compreenderam a importância da construção de um pensamento de criticidade com consciência social e coletiva para atuar com autonomia e protagonismo na escola e na vida. As discussões evidenciadas nas Rodas de Diálogo/Círculo de Leituras possibilitaram um movimento de trocas, partilhas de saberes, de escutas e de falas que ampliaram o repertório social e cultural dos sujeitos possibilitando a resignificação de suas formas de ser/sentir/estar no mundo com uma postura inclusiva e empática frente às diversidades e diferenças evidenciadas.

Os professores puderam resignificar suas práticas pedagógicas e incluir na rotina diária novas metodologias a partir dos materiais disponibilizados e do acompanhamento propositivo da equipe técnico-pedagógica. O processo de condução das Rodas de Diálogo/Círculo de Leituras possibilitou aos estudantes momentos de socialização de ideias, leituras de mundo e expressões da oralidade mediados por uma escuta respeitosa e inclusiva. Evidenciamos, ainda, nos espetáculos itinerantes as marcas e digitais das experiências de vida dos estudantes da EJA que compartilharam suas histórias, saberes, expectativas e visões de mundos. As temáticas evidenciadas depois de discutidas eram sistematizadas em forma de atividades diversas, tais como: produções de textos individuais e coletivos nos diversos gêneros textuais (biografia, poesia, cordel, cartas, redações, entre outros), vídeos, áudios, construções de imagens, produção de cartazes, entre outras estratégias vivenciadas. Muitas das temáticas discutidas no projeto foram articuladas na programação das aulas da Escola Digital assim como as produções realizadas nas salas de aula



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

que serviram de exemplo para ilustrar os conteúdos e apresentadas no canal das aulas digitais da TV da Escola Municipal para Aulas Digitais.

Ao final das ações do projeto, solicitamos aos professores que encaminhassem à Divisão de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação, as produções construídas nas turmas para que pudessemos selecionar uma amostra destas construções na montagem de uma grande exposição para a conclusão do trabalho realizado.

O encerramento do projeto reuniu todas as turmas envolvidas numa ação formativa realizada para celebrar as atividades construídas. No evento montamos um percurso expositivo no qual foi possível apreciar uma mostra fotográfica com os registros visuais das ações desenvolvidas nas salas de aula, um painel com as produções escritas dos estudantes e um corredor audiovisual com as mídias produzidas nas turmas de EJA. Este momento foi fundamental para a socialização das aprendizagens realizadas no projeto, pois os estudantes puderam apresentar suas produções para seus pares e as escolas que aderiram ao projeto foram certificadas juntamente com seus professores.

Acreditamos que iniciativas como a que relatamos nesta produção, representa a materialização de uma postura pedagógica que potencializa o fazer pedagógico dos estudantes e professores dando sentidos e significados a uma prática pedagógica que corrobora com o pensamento freireano.

REFERÊNCIAS

BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

BOAL, Augusto. **200 exercícios e jogos para o ator e o não ator com vontade de dizer algo através do teatro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980a.

FREIRE, Paulo (1977). **Ação cultural para a liberdade**. 2ª ed. (1ª ed. 1975). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, P. (1980). **Conscientização: teoria e prática da libertação**. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. (Tradução de Kátia de Mello e Silva). 3ª ed. (1ª ed. 1967). São Paulo: Moraes.

FREIRE, P., FAGUNDEZ, A. (1985). **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, P. (1994). **Cartas a Cristina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, P. (1995). **À Sombra desta Mangueira**. 2ª ed. São Paulo: Olho d'água.

FREIRE, P. (1997). **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 4ª ed. (1ª ed. 1992). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, P. (1997). **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, P. (1998). **Pedagogia do Oprimido**. 25ª ed. (1ª ed. 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RECIFE (PE). Secretaria de Educação. **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife** / Coordenação: Alexsandra Felix de Lima



Educação Libertadora
Esperança para a reconstrução do Brasil



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Sousa, Jacira L'Amour Barreto de Barros, Nyrluce Marília Alves da
Silva. – 2. ed. rev. e atual. Recife: Secretaria de Educação, 2021. 6 v.

VYGOTSKY, Lev Semynovitch. Formação Social da Mente – O
Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. [tradução
Paulo Bezerra.] São Paulo: Martins Fontes, 2002.



PERSISTÊNCIA DO ANALFABETISMO NO BRASIL: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS A PARTIR DOS APONTAMENTOS DE PAULO FREIRE

Juliane Nunes Leão⁴²

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a persistência do analfabetismo no Brasil identificando os elementos relacionados às suas concepções pelo prisma da politicidade intrínseca e seus desdobramentos na política nacional de EJA em face da seguinte questão-problema: Como se configura o analfabetismo no Brasil e seus impactos na política nacional de EJA? O presente estudo dispõe de uma pesquisa de abordagem qualitativa, caracterizada como teórico-reflexiva e bibliográfica-documental, tendo como fonte de análise a obra “Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos” de Freire (1981), bem como o Decreto Nº 12.048, de junho de 2024. Os resultados apontam para duas diferentes concepções de analfabetismo destacadas por Freire: concepção “ingênua” e concepção “crítica”, a primeira concebe o analfabetismo desvinculado da totalidade da realidade. A segunda, avança para o campo político. A persistência do analfabetismo é a materialidade da persistência da negação de direitos sociais. Portanto precisa avançar nas discussões e ações no campo político-social.

PALAVRAS-CHAVE: Analfabetismo. Politicidade intrínseca. Direitos Sociais.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a persistência do analfabetismo no Brasil identificando os elementos relacionados às

⁴²Universidade Federal do Pará. Doutoranda em Educação.
juliane.ufpa2013@gmail.com



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

suas concepções pelo prisma da politicidade intrínseca e seus desdobramentos na política nacional de EJA em face da seguinte questão-problema: Como se configura o analfabetismo no Brasil e seus impactos na política nacional de EJA?

As concepções de analfabetismo captadas da literatura e arroladas no presente texto estão fundamentadas nas contribuições principais de Paulo Freire, por meio da obra “Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos” (Freire, 1981). O documento analisado foi o Decreto Nº 12.048 de 05 de junho de 2024, que institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, institui a Medalha Paulo Freire e altera o Decreto Nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre o Programa Brasil Alfabetizado.

Este estudo parte da necessidade de debater sobre a persistência do analfabetismo no Brasil abordando suas causas estruturais. Nesta perspectiva, o presente trabalho parte da análise do contexto político e social a fim de instigar na luta por políticas públicas de combate efetivo ao analfabetismo.

Antes de confrontar as diferentes concepções de analfabetismo. Cabe aqui ressaltar que o presente estudo parte de uma concepção particular de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI)⁴³ que está pautada na superação da condição de subalternidade desses sujeitos. Portanto, a EJAI concebida neste trabalho, perpassa pela luta contra-hegemônica a favor da emancipação humana.

⁴³A maior parte da literatura e toda a legislação denominam de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Faz-se uma opção político-pedagógica por incluir os idosos ao conjunto de sujeitos de direito pela modalidade, por entender as especificidades dos grupos sociais assim denominados, que os diferenciam enquanto tal, além do crescimento exponencial da população idosa no Brasil conforme o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Ver <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos> acesso em 28 de maio de 2024.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

A EJAI, está permeada historicamente pelo alto índice de analfabetismo, bem como pelas políticas inconstantes reverberadas estritamente por programas e projetos na referida modalidade da educação básica. O que se tem historicamente no cenário nacional é a falta de política pública consolidada na EJAI.

Segundo os dados do Censo Demográfico de 2022 – Alfabetização: Resultados do universo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No Brasil, das 163 milhões de pessoas com idade igual ou superior a 15 anos, 151,5 milhões sabem ler e escrever ao menos um bilhete simples e 11,4 milhões não têm essa habilidade mínima. Em números proporcionais, o resultado indica taxa de alfabetização em 93%, em 2022 e, conseqüentemente, a taxa de analfabetismo foi 7% do contingente populacional. (IBGE, 2024, p. 01).

Os dados acima apontam que 11,4 milhões de pessoas não foram alfabetizadas. Esses dados alarmantes escancaram o cenário de exclusão de milhões de sujeitos que têm seu direito à educação negado. Analisando as taxas por idade e cor ou raça, o analfabetismo para pretos e pardos atingiu valores acima de 20% a partir da faixa etária de 25 a 34 anos de idade, enquanto para brancos isso ocorreu a partir de 35 a 44 anos. A diferença entre brancos e pretos atinge seu valor máximo para o grupo de 65 anos ou mais (IBGE/Censo, 2022). Conforme é apontado no gráfico abaixo,

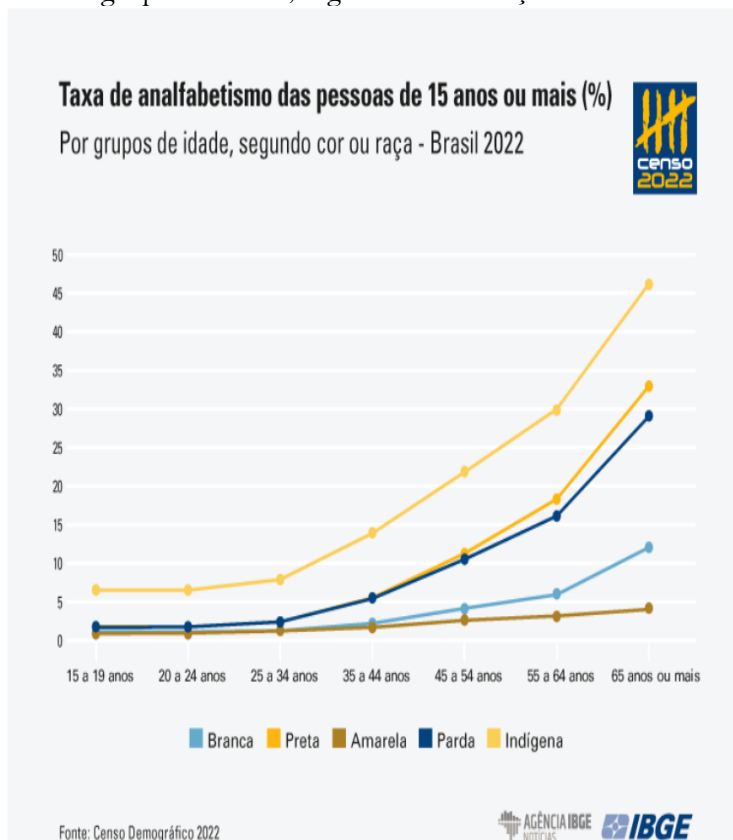


XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Gráfico I: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais (%)
Por grupos de idade, segundo cor ou raça - Brasil 2022



Fonte: Censo demográfico 2022.

O gráfico acima aponta a maior taxa de analfabetismo entre pessoas pretas. Esse dado escancara as desigualdades sociais do país. Segundo Passos (2012),



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

As desigualdades acumuladas na experiência social da população negra, nos processos de escolarização, têm sido denunciadas há muitos anos pelo movimento social negro, por estudiosos das relações raciais e, mais recentemente, também pelas análises no âmbito de órgãos governamentais no Brasil. São desigualdades graves e múltiplas, afetando a capacidade de inserção da população negra na sociedade brasileira, em diferentes áreas, comprometendo o projeto de construção de um país democrático e com oportunidades para todos. (p. 138).

A alta taxa de pessoas pretas não alfabetizadas é o retrato da exclusão social que reverbera na negação do direito à educação e demais direitos constitucionais desses sujeitos que são a maioria nesse processo histórico de exclusão social. Portanto a inserção da população negra na sociedade está subjugada à violação de direitos instalada na estrutura excludente histórica no país. Nesse contexto, Freire (1981) aponta a importância de compreender a relação do analfabetismo com as estruturas da sociedade. Entendendo o analfabetismo como uma expressão da realidade concreta de exclusão social.

Cabe aqui destacar o comparativo do comportamento do analfabetismo e matrícula de EJA no Brasil conforme aponta o gráfico abaixo.

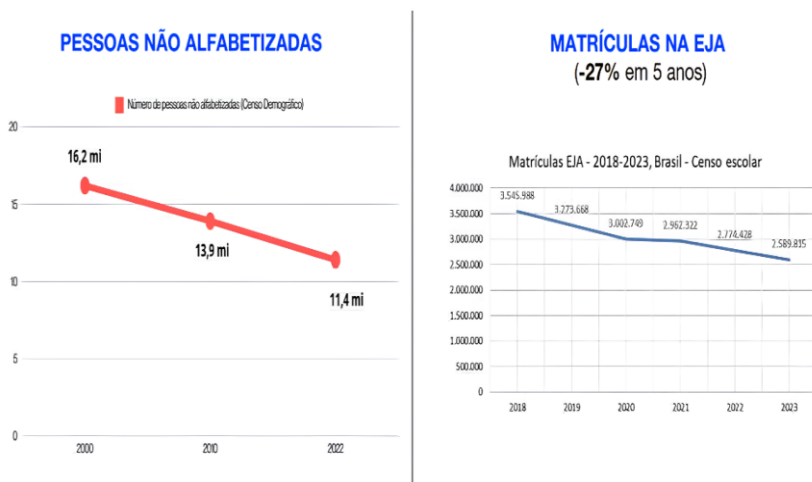


XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Gráfico II: Comportamento do analfabetismo e matrícula de
EJA
Comportamento do analfabetismo e matrícula de EJA



Fonte: SECADI/MEC, 2024.

O gráfico acima mostra queda do número de pessoas não alfabetizadas, no entanto também aponta queda no número de matrículas de EJA. Diante do alarmante número de pessoas não alfabetizadas, a queda de matrículas na EJA é o retrato do cenário de exclusão dentro das instituições escolares. No que tange ao processo histórico de exclusão,

Especificamente na educação de jovens e adultos, a história não só registra os movimentos de negação e de exclusão que atingem esses sujeitos, mas se produzem a partir de um direito conspurcado muito antes, durante a infância, negada como tempo escolar e como tempo de ser criança a milhões de brasileiros. (Paiva, 2006, p. 521).



A negação aos direitos sociais se repete na vida de pessoas jovens, adultas e idosas, uma vez que em suas infâncias e adolescências os direitos já foram negados tanto no âmbito da vida escolar quanto na vida social. Diante do exposto acima, o presente trabalho traz em suas seções os principais elementos que circundam o analfabetismo com base nas contribuições de Paulo Freire.

METODOLOGIA

Este estudo dispõe da abordagem qualitativa. Segundo Godoy (1995), “Considerando, no entanto, que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques.” (p.21). Nesse excerto observa-se que a abordagem qualitativa proporciona a ampliação de possibilidades de se fazer a pesquisa.

Trata-se de uma pesquisa teórico-reflexiva, bibliográfica e documental, tendo como fonte de análise a mencionada obra principal de Freire (1981); e também o mencionado documento: Decreto Nº 12.048 de 05 de junho de 2024. As escolhas da obra e do documento, em termos quantitativos e qualitativos, deu-se em razão dos limites de escrita do presente texto, bem como do impacto que o autor e o documento apresentam em diversos estudos no âmbito do analfabetismo e da EJA no Brasil.

Os procedimentos adotados foram a leitura da referida obra, destacando os excertos que se relacionam ao analfabetismo. Seguidamente, em leitura flutuante dos excertos, fez-se cruzamentos com os textos do documento escolhido para análise. A técnica utilizada para tratar os dados, foi a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Seguindo as orientações da autora, os procedimentos



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

já resumidamente relatados, constituíram parte das duas primeiras etapas do método – a pré-análise e a organização dos dados, estes favoreceram ao desenvolvimento da terceira etapa – a interpretação dos dados – nesse caso, fazendo emergir duas categorias de análise, as quais seguidamente serão mencionadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O analfabetismo “é investigado desde o primeiro Censo do país em 1872. Em 1940, menos da metade da população (44,0%) era alfabetizada”. (IBGE, 2024, p. 02). Já as ações governamentais de oferta de educação para pessoas jovens e adultas começam a partir da década de 30 do século XX, tendo relevância com as campanhas de alfabetização das décadas 40 e 50 e na década de 60 se inicia as ações de educação popular com a presença de Paulo Freire. (Haddad, 1997).

Nesse escopo, Freire (1981) chama a atenção para as diferentes concepções referente ao analfabetismo e como elas reverberam na EJAI. Segundo o autor supracitado,

A concepção, na melhor das hipóteses, ingênua do analfabetismo o encara ora como uma “erva daninha” – daí a expressão corrente: “erradicação do analfabetismo” –, ora como uma “enfermidade” que passa de um a outro, quase por contágio, ora como uma “chaga” deprimente a ser “curada” e cujos índices, estampados nas estatísticas de organismos internacionais, dizem mal dos níveis de “civilização” de certas sociedades. Mais ainda, o analfabetismo aparece também, nesta visão ingênua ou astuta, como a manifestação da “incapacidade” do povo, de sua “pouca inteligência”, de sua “proverbial preguiça”. (p. 11).

O excerto acima pauta a visão denominada “ingênua” de analfabetismo que, para o autor, é uma visão astuta, pois trata-se de evidenciar a erradicação do analfabetismo por meio de campanhas aligeiradas sob slogans alienadores. Nessa perspectiva o



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

analfabetismo, na concepção ingênua, é deslocado de outros elementos históricos da realidade social brasileira. Por outro lado, o autor supracitado aponta a concepção crítica sobre o analfabetismo,

Para a concepção crítica, o analfabetismo nem é uma “chaga”, nem uma “erva daninha” a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta. Não é um problema estritamente linguístico nem exclusivamente pedagógico, metodológico, mas político, como a alfabetização através da qual se pretende superá-lo. Proclamar sua neutralidade, ingênua ou astutamente, não afeta em nada a sua politicidade intrínseca. (p. 13).

No excerto acima, o analfabetismo é compreendido como uma das expressões da injustiça social enraizada na realidade de milhões de brasileiras e brasileiros. Desse modo, o analfabetismo extrapola o campo pedagógico, perpassando sua compreensão para o campo político. Nessa perspectiva não se trata de erradicação e sim de superação do analfabetismo. Portanto a concepção crítica do analfabetismo é a qual se arrola a politicidade intrínseca que o configura.

O analfabetismo está imbricado às condições objetivas históricas nas quais que se encontram milhões de sujeitos. Para Freire (1981), “é necessário, na verdade, reconhecer que o analfabetismo não é em si um freio original. Resulta de um freio anterior e passa a tornar-se freio [...]” (p. 16). Portanto o analfabetismo é um indicativo de problemas sociais mais amplos. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PnadC) de 2024,

No primeiro trimestre de 2024, havia 1,9 milhões de pessoas que procuravam trabalho durante dois anos ou mais. Os dados da PnadC de 2024 também apontam que a taxa de desocupação para as pessoas com ensino médio incompleto (13,9%) foi maior que as dos



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

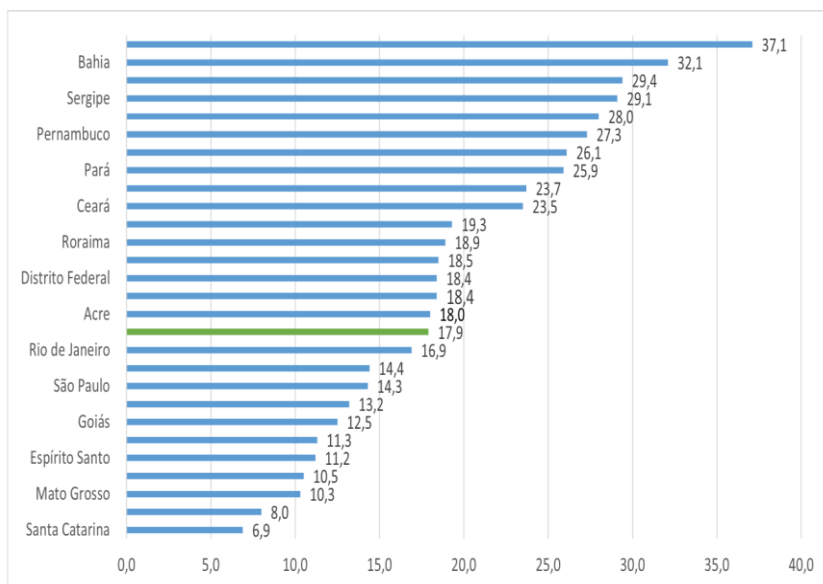
Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

demais **níveis de instrução** analisados. Para as pessoas com nível superior incompleto, a taxa foi de 8,9%, mais que o dobro da verificada para o nível superior completo (4,1%). (PnadC, 2024, p. 01).

Os dados acima apontam que quanto menor o nível de escolaridade, maior a precariedade social. É o indicativo da realidade social de sujeitos que têm seus direitos sociais violados. Os dados da PnadC (2024) também apontam a subutilização da força de trabalho,

Gráfico III: Taxa composta de subutilização da força de trabalho por UF (%) - 1º trimestre de 2024

Taxa composta de subutilização da força de trabalho por UF (%) - 1º trimestre de 2024





XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Fonte: PnadC (2024)

O gráfico acima mostra que no 1º trimestre de 2024, a taxa composta de subutilização da força de trabalho foi de 17,9%. O Piauí (37,1%) teve a maior taxa, seguido por Bahia (32,1%) e Alagoas (29,4%). Já as menores taxas ficaram com Santa Catarina (6,9%), Rondônia (8,0%) e Mato Grosso (10,3%). Os referidos dados são indícios do quadro histórico da exclusão social na sociedade brasileira.

Diante do exposto acima, entende-se que o analfabetismo é a expressão da consequência inevitável de uma histórica estrutura social injusta no país. Portanto, para combatê-lo, é preciso combater suas causas, sendo condição *sine qua non* para sua superação.

Em junho de 2024 o Ministério da Educação (MEC) lançou Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos por meio do Decreto Nº 12.048, de 05 de junho de 2024 que Institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, institui a Medalha Paulo Freire e altera o Decreto nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre o Programa Brasil Alfabetizado,

Decreta: “Art.1º Fica instituído o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, com a finalidade de apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na superação do analfabetismo e na qualificação da educação de jovens e adultos – EJA”. (BRASIL, p. 01).

O referido pacto traz na letra a nomenclatura ‘pessoas não alfabetizadas’ ao invés de analfabetas. Conforme consta no “inciso II do § 1: - pessoas não alfabetizadas - as pessoas com quinze anos de idade ou mais que declarem que não sabem ler e escrever [...]” (BRASIL, 2024, p. 01). Essa nova nomenclatura corresponde à própria questão de concepção que configura a situação na qual a



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

pessoa se encontra pelo fato de ter sido negada a ela os seus direitos sociais.

Nos objetivos do Pacto nota-se a ausência do termo erradicar que foi substituído pelo termo superar,

Art. 3º São objetivos do Pacto: I - superar o analfabetismo das pessoas com quinze anos de idade ou mais; II - ampliar a aprendizagem ao longo da vida, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho; III - elevar a escolaridade das pessoas com quinze anos de idade ou mais que não tenham acessado ou não tenham concluído o ensino fundamental e o ensino médio; IV - ampliar as matrículas da EJA nos sistemas públicos de ensino; e V - qualificar o atendimento na EJA, por meio da melhoria das condições de oferta da modalidade em todas as etapas.

Diante do exposto acima, observa-se significativo avanço na política nacional de EJAI. Na qual se materializa uma política pública por meio do referido Pacto. Sendo este, fruto das reivindicações dos Fóruns⁴⁴ de EJA. Nesse atual contexto da EJAI nacional, criou-se no Senado a Subcomissão Permanente para acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos (Ceeja), em junho de 2024. A criação da Ceeja tem como objetivo monitorar o ciclo das políticas públicas para a referida modalidade da educação básica.

Na segunda reunião⁴⁵ da Ceeja, a professora convidada Analise Silva da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sinalizou alguns pontos fulcrais relacionadas ao cenário atual da EJAI no país: “Não basta alfabetizar sem assegurar a continuidade dos

⁴⁴Ver mais sobre os fóruns de EJA em <http://forumeja.org.br/> Acesso em 22 de maio de 2024.

⁴⁵Audiência pública interativa da Ceeja/Senado. Disponível em Brasília. (2h 39min). Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?0&reuniao=12822&codcol=2684/> Acesso em: 12 de julho de 2024.



estudos”; “Não tem como pensar EJA sem considerar quem são seus sujeitos de direito constitucional”. Os referidos pontos destacados sinalizam que a política de EJAI precisa de estruturação estável de maneira que contemple a completude da educação para além do processo de alfabetização. Cabe aqui ressaltar que historicamente milhões de sujeitos da EJAI estão no centro da engrenagem da estrutura sob condição de opressão pela própria estrutura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura da obra e do documento, permitiram, nos limites do presente trabalho, encontrar e discorrer sobre a categoria principal **analfabetismo** a partir de duas categorias de análise, as quais estarão em destaque seguidamente no presente texto.

Na primeira categoria emergente, percebeu-se que o analfabetismo se configura sob duas concepções, ingênua e crítica. O que implica na necessidade de reflexão das referidas concepções para arrolar na análise do que se estabelece na realidade da política nacional de EJA. Nesse bojo torna-se fulcral o **reconhecimento do analfabetismo como uma das expressões concretas de uma realidade social injusta**, daí o indício de sua persistência no Brasil, o que implica a necessidade de reflexão sobre a própria realidade social de pessoas jovens, adultas e idosas. Freire (1981) assinala que,

Assim, reinsistamos, enquanto na prática reacionária os alfabetizados não desenvolvem nem podem desenvolver uma visão lúcida de sua realidade, na prática aqui defendida eles a vão percebendo como uma totalidade. Vão superando, desta forma, o que chamamos visão focalista da realidade, segundo a qual as parcialidades de uma totalidade são vistas não integradas entre si, na composição do todo. (p. 17).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

No excerto acima, Freire defende no processo de alfabetização, a visão da realidade em sua totalidade. Como uma prática contra-hegemônica no campo da alfabetização que evidencia a necessidade de problematizar a realidade por meio de uma visão total e não fragmentada, onde as particularidades dos sujeitos, compõe o todo de sua realidade concreta.

Na segunda categoria emergente percebida neste estudo, observou-se que atrela-se o saber ler e escrever à empregabilidade. Nesse contexto Freire (1981) ressalta que “a mera aprendizagem da leitura e da escrita não faz milagres. Não é ela, em si mesma, a que cria empregos”. (p. 38). O excerto em destaque aponta para a responsabilização da própria instituição escolar no que tange ao aspecto relativo à empregabilidade. Nesse contexto o autor destaca a **Percepção do analfabetismo em suas implicações políticas e sociais**,

Ao afirmar-se que Pedro está sorrindo porque já sabe ler e que é feliz porque tem agora um bom emprego e que é um exemplo a ser seguido por todos, se estabelece no texto citado uma relação, na verdade inexistente, entre o fato de simplesmente saber ler e obter um bom emprego. Esta ingenuidade – quando se trata realmente de ingenuidade – revela a incapacidade de percepção do analfabetismo em suas implicações políticas e sociais, de que resulta a sua redução a algo estritamente linguístico. Daí que, numa tal perspectiva, não se apreendam as relações entre o analfabetismo e as estruturas da sociedade. É como se o analfabetismo fosse um fenômeno a parte da realidade concreta ou a expressão da inferioridade intrínseca de certas classes ou grupos sociais. (p. 37-38).

As relações entre o analfabetismo e as estruturas da sociedade são colocadas em evidência para que se problematize as implicações políticas e sociais que envolvem o analfabetismo, tendo em vista que, essa ligação “ingênua” de ler e escrever com conseguir emprego,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

reduz o analfabetismo no campo estrito do linguístico, o que favorece a chamada inferioridade de milhões de pessoas não alfabetizadas.

Na Live⁴⁶ do Esquenta XVIII ENEJA 2024, a pesquisadora Maria Margarida Machado, chama a atenção para a urgência do chamado diálogo intersetorial para a EJAI. Segundo Demo (2002), a intersetorialidade é,

Uma nova lógica que determina a atuação das organizações municipais, deixando de ser informada pela especialização, pela setorialização e pela autonomização, mas por uma elaboração integrada de saberes e de percepções do homem e de sua realidade social. Isso remete para a questão da complexidade dessa realidade e da necessidade de um conhecimento que dê conta das diversas dimensões que determinam os problemas sociais e sua interação. (p. 26).

Diante do exposto acima, fere-se que há a necessidade de políticas intersetoriais que reconheçam os sujeitos para além de sua condição de estudante, e sim em sua completude como sujeitos de direitos garantidos constitucionalmente, porém violados até mesmo dentro da instituição escolar.

Em concordância com Paiva (2006), “a educação de adultos, como um direito não- dado, mas arrancado do chão, não pode mais escapar das mãos dos que por ele têm despendido a vida”. (p. 538). À vista disso a EJAI defendida neste trabalho se respalda na luta popular pela garantia de direitos sociais historicamente negados.

⁴⁶Disponível em Esquenta XVIII ENEJA 2024 com Jamil Cury e Maria Margarida Machado/ Belém-PA. Live (1h 44min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SEd_mAsBkHw Acesso em: 22 de maio de 2024.



CONCLUSÃO

Os resultados do estudo realizado apontam para duas diferentes concepções de analfabetismo destacadas por Paulo Freire. Tem-se a primeira concepção chamada “ingênua” de analfabetismo, tida pelo autor supracitado como “astuta”, uma vez que evidencia a erradicação do analfabetismo como se este fosse uma “chaga” a ser erradicada. Nessa primeira concepção o analfabetismo se restringe ao campo linguístico desvinculado da totalidade da realidade dos sujeitos.

A segunda é a concepção crítica, defendida pelo autor, a qual entende o analfabetismo como uma das expressões da injustiça social. Nesta concepção o analfabetismo extrapola o campo da educação escolar, perpassando sua compreensão para o campo político. Nessa concepção não se usa o termo erradicação e sim de superação do analfabetismo, na qual se arrola a politicidade intrínseca que o configura.

Entende-se que o analfabetismo é a expressão da consequência inevitável de uma histórica exclusão social de milhões de pessoas jovens, adultas e idosas no Brasil. A persistência do analfabetismo é a materialidade da persistência da negação de direitos sociais.

Diante disso, para combater o analfabetismo, é preciso conhecer e combater suas causas, sendo condição *sine qua non* para sua efetiva superação.

No cenário atual da política nacional para a EJA no Brasil, tem-se o Decreto Nº 12.048, de 05 de junho de 2024 que aponta novas nomenclaturas que indicam a concepção crítica de analfabetismo, sendo possível vislumbrar a aplicabilidade de ações com vista à superação do analfabetismo a partir de uma política pública efetiva. O referido decreto é o resultado de um longo processo de luta dos Fóruns estaduais de EJA no Brasil.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

O cenário de exclusão social no qual 11,4 milhões de pessoas não somente não estão alfabetizadas, como também estão fora do mundo do trabalho, estão no subemprego, são maioria pretas e pardas, são sujeitos que têm seus direitos sociais negados duas vezes, na infância e na vida adulta. Portanto, o analfabetismo é parte da exclusão social, sua persistência é estrutural e não pode ser discutida somente no campo pedagógico, precisa alcançar as discussões e ações no campo político-social.

REFERÊNCIAS

Audiência pública interativa da Ceeja/Senado. Disponível em Brasília. (2h 39min). Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?0&reuniao=12822&codcol=2684/> Acesso em: 12 de julho de 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Decreto Nº 12.048, de 05 de junho de 2024 - DOU,** imprensa nacional. Institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e adultos, institui a Medalha Paulo Freire e altera o Decreto nº 10.959, de 8 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre o Programa Brasil Alfabetizado. Brasília, 2024.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania.** 5 ed. Papirus. São Paulo, 2002.

Esquenta XVIII ENEJA 2024 com Jamil Cury e Maria Margarida Machado/ Belém-PA. Live (1h 44min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SEd_mAsBkHw Acesso em: 22 de maio de 2024.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade** – e outros escritos. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1981.

GODOY, Arilda. **Pesquisa qualitativa**: tipos fundamentais. Revista de Administração de empresas. N.03. v. 35. São Paulo, 1995.

HADDAD, Sérgio. **A educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB**. São Paulo, 1997.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O que o Censo 2022 tem a dizer sobre alfabetização?** Disponível em:

<https://educa.ibge.gov.br/professores/educa-noticias/> Acesso em 17 de maio de 2024.

PnadC, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral. **Desocupação cresce em oito das 27 UFs no primeiro trimestre de 2024**. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br> Acesso em 10 de julho de 2024.

PAIVA, Jane. **Tramando concepções e sentidos para redizer o direito à educação de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

SECADI/MEC. **Pacto Nacional pela superação do analfabetismo e qualificação da EJA**. Maio, Brasília, 2024. Disponível em:

<https://lucianecarminatti.com.br/wp-content/uploads/2024/07/PACTO.pdf> Acesso em 08 de agosto de 2024.



UM OLHAR ESPERANÇOSO SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS NORMATIVOS

Joana Karoline da Silva Elias⁴⁷

Virgínia de Freitas Santiago Brito⁴⁸

Eduardo Jorge Lopes da Silva⁴⁹

RESUMO: Sob a ótica freireana e à luz da educação popular, nosso objetivo neste artigo é refletir sobre o acesso e a permanência dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para isso, consideramos o Parecer N° 11/2000, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Resolução CNE/CEB N° 1/2021 e o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos (2024). A oferta da EJA no Brasil possui uma carga histórica de lutas e descompassos, configurando-se como uma modalidade esperançosa que precisa ser debatida para reparar as desigualdades sociais causadas pela relação de opressão em nossa sociedade. Diante disso, afirmamos que os documentos normativos da EJA precisam dar ênfase maior a políticas específicas, desconstruindo a marginalização que existe em relação aos sujeitos pertencentes a esta modalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Ótica freireana. Educação popular. EJA. Desigualdades.

⁴⁷Mestranda em Educação pelo PPGE-UFPB, Professora dos Anos Iniciais da Rede Municipal de João Pessoa-PB, E-mail: joanakaroline1@outlook.com.

⁴⁸ Mestranda em Educação pelo PPGE-UFPB, Professora da EJA da Rede Municipal de João Pessoa-PB, Supervisora Pedagógica da Educação Infantil do município de Cabedelo-PB, E-mail: damginna37@gmail.com.

⁴⁹ Doutor em Educação pelo PPGE-UFPE, Professor Associado II da UFPB, E-mail: eduardojorgels@gmail.com.



INTRODUÇÃO

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora sob pena de ser uma farsa (Freire, 1999, p. 97).

Buscamos algumas das muitas reflexões de Paulo Freire (1999) para introduzir as considerações iniciais deste estudo que visa propiciar o debate sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), em especial sobre como esta modalidade educativa está organizada com relação ao acesso e a permanência dos estudantes da EJA, ao passo que, sendo a educação um ato de amor e de coragem, não podemos deixar de lado a discussão criadora que deseja mudar a realidade opressora em que vivem os oprimidos, posto que, mesmo sendo um destino dado, não é o destino final (Freire, 2019).

Desse modo, assim como Freire (1999) instiga a necessidade de uma Pedagogia da Comunicação, como meio de superação do anti-diálogo, pretendemos fomentar a atual conjuntura político-curricular da EJA para contribuímos com a busca por uma educação libertadora, ética e cidadã. Reiterando a importância de fomentar a discussão, o debate, a busca pela verdade na prática educativa a partir da problematização da realidade e na busca por uma educação ousada que se destina a construir sua *práxis* sob a ótica da autonomia no debate dos problemas sociais.

À vista disso, sob a ótica freireana e à luz da educação popular, o nosso objetivo consistiu em refletir sobre o acesso e a permanência de sujeitos da EJA a partir do Parecer N°11/2000, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da Resolução CNE/CEB N°1/2021 e do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos, Decreto 12.048/2024,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

pois, de acordo com a legislação brasileira, a educação é um direito inerente a todos e a todas, afirmado na Constituição Nacional (Brasil, 1988) e endossado em diversos outros documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Portanto, sendo a educação um direito próprio da nossa humanização (Freire, 2019), versam sobre esse direito os meios de garantir o acesso e a permanência

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A oferta da EJA no Brasil possui uma carga histórica de lutas e descompassos. As primeiras experiências educativas com adultos em nosso país surgiram no período da colonização com os Jesuítas, mas até ser considerada uma modalidade perpassou por diferentes fases da história brasileira, como discutiremos brevemente no tópico a seguir.

AVANÇOS E RETROCESSOS DA EJA NO CENÁRIO POLÍTICO DO BRASIL

Ainda na época da colonização, através da catequese oferecida pelos jesuítas, notam-se indícios de uma Educação de Jovens e Adultos, uma vez que os indígenas adultos eram condicionados para “[...] a alfabetização e a transmissão da língua portuguesa servindo como elemento de aculturação dos nativos” (Friedrich *et al.*, 2010, p. 394). Enfatizando que, desde a época em questão, os interesses dos opressores se sobrepõem aos interesses dos oprimidos, posto que, com a chegada da Família Real no Brasil, surgiu a carência de trabalhadores para atender as exigências da aristocracia. Desse modo, prossegue Friedrich *et al.* (2010) que se implantou no país um processo de escolarização de adultos objetivando a subserviência à elite da época, bem como para atender às exigências do Estado.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

De acordo com esse mesmo autor,

Nos períodos posteriores, a educação de jovens e adultos continuou ligada aos interesses elitistas de ensinar direitos e deveres aos colonos, bem como a escrita aos indígenas, uma vez que, para votar, por exemplo, os sujeitos não podiam ser analfabetos, haja vista que, os analfabetos eram considerados pessoas incapazes e inaptas socialmente (Friedrich *et al.*, 2010, p. 394).

Nesse meio tempo, destacamos a promulgação da Constituição de 1934, na qual a EJA foi definida pela primeira vez como “ensino primário extensivo aos adultos” (Brasil, 1934). Após este momento, a EJA foi objeto das iniciativas da educação popular com as campanhas de alfabetização. Outro ponto importante da história da EJA diz respeito ao período em que enfrentou os retrocessos da Ditadura Militar (1964-1985), com as campanhas do Mobral, até ser reconhecida como um direito público subjetivo, na Constituição de 1988.

Todavia foi nos anos 1990 que as discussões sobre a EJA ganham força novamente no cenário nacional, principalmente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, que embora faça menção aos modelos educacionais antigos, substituiu o termo *Ensino Supletivo*, que era um ensino voltado para a certificação, pelo termo EJA, que é um conceito que compreende os diversos processos formativos do sujeito e não mais só o ensino sistematizado. De acordo com Arroyo (2008, p. 224), a nova LDB,

[...] quando se refere a jovens e adultos, nomeia-os não como aprendizes de uma etapa de ensino, mas como educandos, ou seja, como sujeitos sociais e culturais, jovens e adultos. Essas diferenças sugerem que a EJA é uma modalidade que construiu sua própria especificidade como educação, com um olhar sobre os educandos.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Entretanto, simultaneamente a esse avanço, ocorre a descentralização política da EJA, que passa a ser responsabilidade dos municípios, acarretando a ausência de investimento nessa modalidade, que nunca foi bem assistida. Apenas em 2003 é que o Ministério da Educação (MEC) volta a assumir a responsabilidade da EJA, com a criação do programa Brasil Alfabetizado, no governo Lula (2003-2010), que também instituiu a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, para acompanhar a execução do referido programa (Paraíba, 2003).

Desse modo, o governo Lula (2003-2010) deu maior viabilidade política e social à EJA, por construir iniciativas amplas acerca da mesma, estabelecendo ações profissionalizantes, criando a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), posteriormente chamada de Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), colocando o público da EJA nos programas de assistência estudantil (Barros; Guedes; Andrade, 2018). Porém, a SECADI foi extinta no governo Bolsonaro (2019-2022).

A partir desses diferentes contextos, podemos perceber na história da EJA no Brasil, uma fragilidade quanto às políticas públicas educacionais que demandaram pouca atenção à população de baixa escolaridade, seja do ponto de vista orçamentária, quanto à questão da formação docente ou até por material didático inadequado às suas especificidades, o que torna a modalidade um campo ainda em consolidação (Arroyo, 2006).

Seguindo essa perspectiva, o estudo de Pierro e Haddad (2000) nos esclarece que o Brasil está em desvantagem em comparação com outros países, os quais apresentam historicamente políticas de garantia do direito à educação ao longo da vida, com a oferta da formação continuada e atualização permanente. Na perspectiva dos autores,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

O Brasil que ingressa no século XXI está integrado cultural, tecnológica e economicamente a essas sociedades pós-industriais, e comporta dentro de si realidades tão desiguais que fazem com que as possibilidades e os desafios da educação permanente também estejam colocados para extensas parcelas de nossa população (Pierro; Haddad, 2000, p. 128).

Apesar disso, mesmo com um cenário de fragilidades e limitações, emergiram no campo da EJA pós-LDBEN/96 uma série de dispositivos legais, tais como diretrizes, resoluções, normatizações com a finalidade de subsidiar a prática nesta modalidade. Refletiremos sobre alguns deles a seguir para discutirmos a respeito da importância destes com relação à garantia do direito de acesso, de permanência e do sucesso escolar.

No entanto, mesmo com um aporte legislativo, ainda convivemos com uma realidade contraditória, uma vez que, no Censo demográfico brasileiro de 2022, 11,4 milhões de brasileiros maiores de 15 anos de idade declararam não saberem ler e escrever. Isto corresponde a 7% da população brasileira inserida nesse contingente (Brasil, 2022). Essas pessoas não alfabetizadas sofrem com a desumanização (Freire, 2019), que os torna um “ser menos” na nossa sociedade.

Com base nesses pressupostos, podemos afirmar que a educação se concretiza como um instrumento dual, pois, ao mesmo tempo que podemos utilizá-la para dominar dada sociedade, de igual modo podemos utilizá-la como ponte no caminho de mudança e reparação social, porquanto que, uma educação de qualidade, crítica e reflexiva, pode oferecer os subsídios necessários para a concretização da equidade e da preservação dos direitos humanos, fundamentais ao desenvolvimento dos sujeitos, em todas as suas dimensões.

Sob esta perspectiva, ressaltamos a importância da EJA que se constitui como uma forma de viabilização do direito ao acesso e à permanência com sucesso escolar de todos/as cidadãos (ãs), ao passo



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

que, cada ser humano, enquanto um ser político, um ser que pensa, que faz parte de um grupo social, que toma decisões, que tem sentimentos é fundamental para uma sociedade verdadeiramente democrática.

Por esse motivo, discutimos a educação, de modo específico, no âmbito da educação de jovens, adultos e idosos, porquanto que, entendemos a EJA como uma modalidade de ensino capaz reparar as desigualdades sociais causadas pela visão marginalizada e pelo posicionamento da elite brasileira para com as pessoas não alfabetizadas do nosso país (Cruz; Gonçalves; Oliveira, 2012). Assim, buscamos conhecer quais os mecanismos de acesso e permanência que as políticas educacionais supracitadas oferecem para que esta reparação de fato ocorra na prática do processo educativo e proporcionem “inéditos viáveis” (Freire, 2011) para a modalidade.

A vista disso, refletiremos sobre o acesso e a permanência dos estudantes da EJA a partir dos dispositivos legais que são o Parecer nº 11.200, a Base Nacional Comum Curricula – BNCC, a Resolução CNE/CEB Nº 1/2021 e o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos (2024).

O ACESSO E APERMANÊNCIA DO EDUCANDO DA EJA NO PARECER Nº 11.2000

Um importante documento normativo que dispõe sobre a curricularização na EJA que merece destaque é o Parecer nº 11/2000. As diretrizes contidas neste parecer, trazem em seu arcabouço, a concepção da educação permanente sob as funções reparadora, qualificadora e equalizadora, destacando o conceito de que “ninguém deixa de ser um educando” (Brasil, 2000, p. 66). De acordo com esse documento, a EJA



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. (Brasil, 2000, p.6).

Desta forma, consideramos que a aprovação deste documento representa um marco importante para a EJA e está alinhada às concepções freireanas para essa modalidade uma vez que, “[...] a educação autêntica não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1987, p. 84), proposta na qual professores e estudantes aprendem mutuamente.

Compreendemos, portanto, que o Parecer nº 11/2000 respeita a diversidade que compõe os sujeitos da EJA e compreende a modalidade como um meio de reparação social. O documento é um importante indutor de políticas públicas para a área, pois traz em seu arcabouço características próprias e funções definidas que visam a reparação de um direito historicamente negado visando a promoção de condições igualdade de acesso, mas também de permanência e aprendizagens significativas na escola para adolescentes, jovens, adultos e idosos, com trajetórias escolares diversas. Assim, propõe uma prática curricular dialógica e problematizadora, voltada para a valorização dos saberes discentes.

O ACESSO E APERMANÊNCIA DO EDUCANDO DA EJA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC

Em atendimento ao artigo 26 da LDBEN/96 que determina que os currículos de todo sistema educacional brasileiro devem ser constituídos por uma “base nacional comum”, o Brasil, no ano de 2017, aprova a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essa normativa, imposta pelo Ministério da Educação (MEC), objetivou regular a elaboração dos currículos de todas as escolas do país.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

No entanto, o documento ainda em voga, não contemplou em suas diretrizes a EJA, uma vez que a modalidade foi inserida de forma secundária como parte da Educação básica. Desse modo, foi constatada a ausência de orientações de adequações do currículo à realidade do público que é atendido nesta modalidade, negando assim o direito destes estudantes de serem atendidos em suas particularidades.

Reafirmamos que o público da EJA é constituído em sua maioria por pessoas que tiveram seus itinerários educativos negados ou interrompidos na idade considerada adequada e que, portanto, constitui-se por sujeitos diversos. Arroyo (2006), ao refletir sobre a elaboração de políticas destinadas a atender às especificidades da EJA e da formação de seus/suas educadores/as, sugere a elaboração de um projeto formativo focado no conhecimento do público da EJA, de suas histórias e trajetórias de vida, pautados na valorização dos direitos humanos, voltados ao movimento da educação popular. Assim, o autor define que o público da EJA:

São jovens e adultos que têm uma trajetória muito específica, que vivenciam situações de opressão, exclusão, marginalização, condenados à sobrevivência, que buscam horizontes de liberdade e emancipação no trabalho e na educação (Arroyo, 2006, p. 23).

Para atender às singularidades de um público socialmente marginalizado, faz-se necessário muito mais que uma listagem de habilidades e conceitos a serem assimilados. É preciso fomentar o debate, criar oportunidades de reflexão. Ou seja, oferecer subsídios educativos para que estes sujeitos possam romper a condição social que os oprimem.

Em se tratando da BNCC, o que se observa é a ausência de orientações detalhadas e específicas para a EJA, deixando a cargo dos estados e dos municípios a responsabilidade de adaptar os conteúdos e as metodologias. Acrescenta-se também que o documento é



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

predominantemente voltado para a educação de crianças e adolescentes em idades regulares, desconsiderando a heterogeneidade etária da modalidade.

Reforçamos que para garantir que o público da EJA possa concluir seus estudos e se beneficiar das oportunidades que a educação oferece, as políticas públicas devem apontar para as questões de acesso e de permanência. A BNCC traz significativas limitações que negligenciam estes pressupostos e reforçam práticas opressoras que objetivam manter o público da EJA em seu mesmo lugar: a margem, sem possibilidade de mudança, mergulhado em suas situações limite. Nesse contexto de invisibilização da EJA na BNCC, podemos afirmar que este documento contrasta fortemente com os princípios freireanos ao desconsiderar em seu arcabouço a conscientização, o diálogo e a educação como um ato de libertação.

ACESSO E APERMANÊNCIA DO EDUCANDO DA EJA NA RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº1/2021

Como forma de preencher a lacuna existente na BNCC (Brasil, 2018) quanto às especificidades da EJA e alinhar as Diretrizes Operacionais para a modalidade com outros documentos normativos, o Ministério de Educação (MEC), em meio a uma crise sanitária imposta pelo vírus do Covid-19, aprova no ano de 2021, a Resolução CNE/CEB nº1/2021 e traz a seguinte redação:

Art. 2º Com o objetivo de possibilitar o acesso, a permanência e a continuidade dos estudos de todas as pessoas que não iniciaram ou interromperam o seu processo educativo escolar, a oferta da modalidade da EJA poderá se dar nas seguintes formas:

I – Educação de Jovens e Adultos presencial;

II – Educação de Jovens e Adultos na modalidade Educação a Distância (EJA/EaD) (Brasil, 2021).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Dentre o arcabouço legal contido nesse documento, destacamos os retrocessos para a modalidade, em especial o viés capitalista neoliberal presente na resolução, como também a proposta de articulação com a Educação à distância (EAD). Acrescenta-se a isso o que está previsto no Art. 4º parágrafo único “Para cursos de EJA do Ensino Médio, a oferta de EaD é limitada a no máximo 80% (oitenta por cento) de sua carga horária total, tanto na formação geral básica quanto nos itinerários formativos do currículo” (Brasil, 2021).

A resolução prevê a possibilidade de cumprimento da carga horária de até 80% para os anos finais do Ensino fundamental e médio da EJA. Se levarmos em consideração a realidade social da maioria dos estudantes que compõe a modalidade no Brasil e associarmos à informação do Censo Demográfico de 2022 que revelou que 6,4 milhões de domicílios não dispõem de internet, dificilmente o objetivo de garantir o direito educacional dos/as brasileiros/as seria atingido nessas condições.

Importa, ainda, observar o que preconiza o § 2º da Resolução CNE/CEB nº1/2021, o qual “Permite o estudo de novas e diferentes formas de certificação que levem em consideração o conjunto das competências adquiridas ao longo da vida”. A este respeito, percebemos que a Resolução advoga a favor de um movimento de incentivo à “desescolarização e invisibilização” da EJA, incentivando que o atendimento a este público aconteça fora do espaço escolar, sendo, portanto, reduzido prioritariamente à Educação à Distância e a política de Certificação (Guimarães; Ribeiro, 2022).

Aqui é necessário refletirmos sobre a importância do espaço escolar enquanto possibilidade de reflexão e do diálogo, local este que vai além de seu espaço arquitetônico, pois é no encontro dos sujeitos, nas interlocuções de suas diferenças que é possível a criação de um currículo autônomo, equitativo e capaz de superar o paradigma conteudista, mecânico e individual proposto pela “árvore do conhecimento” (Oliveira, Paiva e Passos 2016).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Nessa direção, ressaltam Silva e Silva (2010, p. 205)

A escola pode oportunizar o diálogo entre os saberes de modo que do saber popular possam surgir outros saberes, talvez mais aperfeiçoados e mais nítidos para o homem e a mulher das camadas populares. Apesar de tudo o que se possa falar sobre a escola (seja de positivo ou de negativo, ou ainda sob suspeição), é uma instituição que se enriquece com a luta e as forças organizadas da classe trabalhadora que tanto almeja alcançá-la.

Assim, os autores supracitados defendem que a formulação curricular na EJA envolve o caráter da circularidade de práticas sociais e culturais do cotidiano. Estes pressupostos são capazes de superar o entendimento do currículo como um artefato mecânico, científico e meramente formal. Ou seja, pensar a atividade curricular a ser desenvolvida na EJA envolve reconhecer e dar visibilidade à prática social e cultural de seus sujeitos, capaz de fazê-los emergirem socialmente, criando e recriando a partir da *práxis* e da autonomia pedagógica.

A este respeito, buscamos em Freire (1987) o respaldo necessário para reafirmarmos a importância da escola e sua possibilidade de interação entre os sujeitos para que, nessa relação dialógica, possam buscar a libertação de seu “regime opressor” sendo o diálogo e a reflexão o ponto de partida. Endossamos este entendimento parafraseando: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (Freire, 2019, p. 71).

Desta feita, verifica-se que a resolução CNE/CEB N°1/2021 traz uma concepção distinta dos pressupostos de acesso e permanência que devem subsidiar a prática pedagógica na EJA, uma vez que advoga a favor da não escolarização dos estudantes. Assim o documento fomenta a prática curricular pautada na listagem de conteúdos aligeirados e no cumprimento de atividades a serem cumpridas de modo individual e antidialógica.



PACTO NACIONAL PELA SUPERAÇÃO DO ANALFABETISMO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (2024)

Iniciamos este tópico ponderando as elucidações de Freire e afirmando que “não há mudanças sem sonho, como também não há sonho sem esperança” (Freire, 2023, p.126). O autor enuncia esse excerto ao refletir sobre a compreensão da história como possibilidade de mudança e de esperança, sendo o ato de sonhar uma ação humana, mas sobretudo uma atividade política e de conotação histórico-social.

Neste caso, em meio a um cenário de desesperanças para a EJA, sob a vigência de normativas voltadas ao discurso neoliberal a exemplo da BNCC e das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (CNE/CEB N°1/2021), voltamos a esperar com a recriação da SECADI pelo governo Lula (2023-atual), que substituiu uma estrutura retrógrada criada pelo governo Bolsonaro (2019-2022) e voltou a incluir na sua agenda as pautas que versam sobre uma educação ampliada.

Nessa direção, tivemos recentemente o lançamento do Pacto Nacional Pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, no dia 6 de junho de 2024 pelo Ministério da Educação. Neste documento, destacamos o respeito pelo princípio da colaboração, uma vez que a proposta foi elaborada com a participação de representantes de estados e municípios, movimentos sociais, empresariado, sociedade civil e entidades científicas.

Dentre os principais objetivos do pacto, está a superação do analfabetismo e a elevação da escolaridade de jovens, adultos e idosos inclusive para os estudantes privados de liberdade como também a ampliação da oferta da modalidade integrada à educação profissional. Para isso, as diretrizes preveem equidade nas condições de



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

oferecimento da EJA, priorizado os grupos sociais em vulnerabilidade, adotando múltiplas metodologias e recursos didáticos condizentes com os perfis e os contextos de cada estudante da EJA, respeitando as características de cada sujeito. O pacto ainda prevê a valorização dos profissionais, a valorização da educação popular como aliada na alfabetização dos jovens, adultos e idosos e a participação dos movimentos sociais nesse processo de ensino e aprendizagem.

Sendo assim, a educação popular possibilita a ampliação da concepção da EJA, e do seu caráter de formação humanizadora e crítica. Bem como possibilita a desconstrução da exclusão dos mesmos processos sociais de desenvolvimento. Reconhecendo a cultura do indivíduo e do coletivo enquanto metodologia educativa, resultando em propostas de ensino concretas, de experimentação e questionamento da realidade, através de projetos pensados por eles e para eles.

Desse modo, trabalhar a EJA com o intermédio da Educação Popular, torna-se uma possibilidade de resistência da modalidade, que sofreu muitos desmontes devido ao modelo econômico capitalista neoliberal (Libâneo, 2011). Tal como possibilita a educação para a liberdade, a fim de contrapor-se à educação bancária (Freire, 2019) direcionada a EJA e a hegemonia de um grupo que tenta impor a sua crença como única e universal.

Portanto, é urgente a mudança no modo de ser e de pensar a EJA e suas pedagogias, tanto para assegurarmos o acesso dos indivíduos pertencentes a ela, quanto para assegurarmos a permanência deles nas salas de aula. Pois, relacionando os conceitos de educação de jovens e adultos e de educação popular, poderemos identificar as causas primárias dos problemas que perpassam a EJA, a exemplo da segregação, da desigualdade social e da marginalização.

Logo, ao analisarmos o Pacto Nacional Pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

conseguimos enxergar que o entendimento da EJA como direito retorna ao centro da discussão política nacional, pois, as ações tomadas para o melhoramento dessa modalidade partirão de um contrato social, estimulando a participação de diferentes atores em diferentes contextos sociais em benefício de todos aqueles que compõem a EJA. O que é um fundamental para que os sujeitos da EJA se sintam valorizados e sejam atuantes dentro dos espaços educativos que eles ocupam, levando-os ao “ser mais”.

Além do que, esse olhar atencioso para as especificidades da modalidade se configura como uma política de acesso e permanência que em quatro anos tem pretensão de alcançar

900 mil estudantes do Programa Brasil Alfabetizado (PBA)
100 mil jovens de 18 a 29 anos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem)
540 mil estudantes beneficiários do Pé-de-Meia EJA
190 mil estudantes do sistema prisional
10 mil alunos da Universidade Aberta do Brasil formados
60 mil educadores populares
3 mil escolas com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE-EJA) (MEC, 2024).

O trabalho para atingir todas essas metas será feito de maneira cooperativa entre a União, os estados e os municípios, contando inclusive com a ampliação de 25% do fator de ponderação da EJA no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Posto isso, o Pacto Nacional Pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos possibilita o acesso, a permanência e o esperançar em novos horizontes para EJA, que dentro das “situações-limite” (Freire, 2011), historicamente vem resistindo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a Educação de Jovens e Adultos (EJA) sob a ótica freireana e à luz da educação popular, consideramos o Parecer N° 11/2000, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Resolução CNE/CEB N° 1/2021 e o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos (2024). Observamos que esses documentos refletem avanços e retrocessos no acesso e permanência dos sujeitos da EJA, influenciados por contextos históricos e políticos.

Durante os nossos escritos, buscamos, sob a ótica freireana e à luz da educação popular, refletir sobre o acesso e a permanência de sujeitos da EJA a partir do Parecer n° 11/2000, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da Resolução CNE/CEB N°1/2021 e do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos (2024). Obtivemos como resposta a confirmação de que os documentos normativos para esta modalidade, de acordo com o contexto histórico e político, sofrem avanços e retrocessos no tocante a esses aspectos.

Entretanto, à medida que a BNCC e a Resolução CNE/CEB N° 11/2021 desconsideram as especificidades da EJA, o Parecer N°11/2000 e o Pacto Nacional Pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos respeitam, não só os diferentes contextos dessa modalidade, como também consideram as diferenças entre seus sujeitos.

Embora a BNCC e a Resolução CNE/CEB N° 1/2021 frequentemente desconsiderem as especificidades da EJA, o Parecer N° 11/2000 e o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos demonstram respeito pelos diferentes contextos dessa modalidade e pelas particularidades de seus sujeitos. Esse reconhecimento é crucial para assegurar que a



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

EJA não apenas ofereça acesso à educação, mas também promova a permanência dos estudantes.

Inspirados por Paulo Freire, entendemos que é possível manter a esperança na EJA, mesmo diante dos desafios. A análise desses documentos aponta para a construção de “inéditos viáveis” de acesso e permanência. Para isso, é essencial reconhecer a importância da bagagem cultural que cada indivíduo traz consigo, refletindo o processo de “tornar-se homem no mundo e com o mundo”. A educação popular valoriza essas experiências e promove uma aprendizagem significativa e contextualizada.

Os documentos normativos para a EJA devem enfatizar políticas específicas que desconstruam a marginalização dos sujeitos dessa modalidade. É necessário um processo educativo que permita aos indivíduos tomarem consciência de si mesmos e da importância de suas histórias para seu aprendizado. Isso não só combate a opressão imposta pela sociedade, mas também garante a plena cidadania, com a efetivação dos direitos humanos, incluindo o direito de prosseguir com os estudos.

Portanto, podemos constatar que é possível esperar na EJA, mesmo com os desafios existentes. A análise destes documentos, nos aponta para a possibilidade de construir “inéditos viáveis” de acesso e de permanência. Para isso, precisamos compreender na prática, através da educação popular, a importância da bagagem cultural que cada indivíduo traz consigo, que é própria do tornar-se homem no mundo e com o mundo.

Posto isso, podemos afirmar que os documentos normativos para a EJA precisam dar ênfase a políticas específicas, desconstruindo a marginalização que existe para com os sujeitos pertencentes a esta modalidade, por meio de um processo educativo, no qual o indivíduo vá tomando consciência de si e da importância da sua história para o seu próprio aprendizado. Assim serão capazes de transformar a



Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)

Para que a EJA cumpra seu papel reparador, equalizador e qualificante, é fundamental que as políticas educacionais reconheçam e valorizem a diversidade dos sujeitos dessa modalidade. Dessa forma, a EJA pode transformar vidas e proporcionar um futuro mais justo e inclusivo.

264



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal: Brasília, 1988. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016 Acesso em: 17 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional. Ministério da Educação: Brasília, 1996. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei%209394>. Acesso em: 17 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer nº 11 de 10 de maio de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000. Diário Oficial da União: Brasília, 2000. Acesso em: 17 jul. 2024.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018 Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 17 jul. 2024

BRASIL. Resolução nº 1 de 20 de maio de 2021. DOU – Diário Oficial da União publicado em 01/06/2021 Ed. 102 Sec. 1p .108 MEC / Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022. Disponível em:



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 27 ago. 2024.

CRUZ, E.; GONÇALVES, M. R.; OLIVEIRA, M. R. **A educação de jovens e adultos no Brasil**: políticas e práticas. Biblioteca. Educação Pública. 2012. Disponível em:
<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0326.html> Acesso em: 07 de jul de 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 58. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 67. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FRIEDRICH et.al. **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas**. Ensaio: avaliação das políticas públicas educacionais. Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

LIBÂNIO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.



MINISTÉRIO da Educação (MEC). **Pacto Nacional Pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC/SECADI, 2024.

PIERRO, M. C. D.; HADDAD, S. Transformações nas políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. *Cadernos CEDES*, v. 35, n. 96, p. 197–217, 2015.

OLIVEIRA, I. B. de; PAIVA, J.; PASSOS, M. C. P. Currículo em EJA: práticas culturais, direito de aprender por toda vida e ecologia de saberes. *Revista Educação em Questão*, [S. l.], v. 54, n. 42, p. 113–134, 2016. DOI: 10.21680/1981-1802.2016v54n42ID10955. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/10955>. Acesso em: 30 jul. 2024.

PARAÍBA. **Guia de Orientações da EJA**. João Pessoa, 2003.

RIBEIRO, R. A.; GUIMARÃES, S. S. M. **A construção curricular na Educação de Jovens e Adultos pela perspectiva freiriana**: um inédito viável: The construction of the curriculum in the Youth and Adult Education of from the freirian perspective: an untested feasibility. *Revista Cocar*, [S. l.], v. 11, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4702>. Acesso em: 31 maio. 2024.

SILVA, E. J. L.; SILVA, E. F. Algumas impressões sobre a escola no imaginário popular. *Revista Temas em Educação*, [S. l.], p. 204–219, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rteo/article/view/20441>. Acesso em: 3 ago. 2024.



EIXO TEMÁTICO 3:

Sustentabilidade

Socioambiental

O eixo “Sustentabilidade Sócioambiental” recoloca o sujeito no centro do debate sobre a qualidade de vida e uma educação para a qualidade social, indissociável da construção da sustentabilidade do planeta e de um projeto de sociedade digna, fraterna e justa; substantivamente democrática. Foca a dialética das múltiplas relações entre a globalização de mercado e a globalização das relações sociais emancipatórias, dialogando com o local(particular) e o global (geral), em uma perspectiva de totalidade social. Convoca cada ser humano a ser um protagonista da construção de uma sustentabilidade emancipatória que qualifica o sujeito se tornar (co)responsável pelo seu **Ethos**, pela **Mãe-Terra**; faz um chamamento ao cuidado e acolhimento de todos os seres humanos e não humanos que nela habitam para assegurar um mundo melhor para cada um(a) e todos(as). Problematisa as categorias de Responsabilidade Social; Relações Internacionais e Responsabilidade Social; os indicadores de Desenvolvimento Social, a Ecologia Social e Desenvolvimento Sustentável; o Sistema de Gestão em Responsabilidade Social; as ferramentas de Gestão da Responsabilidade Social e a Responsabilidade Socioambiental entre outras temáticas. Reafirma, com um olhar crítico propositivo, a necessidade de se conhecer e estudar práticas socioambientais estratégicas, desvelando os desafios de uma gestão socioambiental emancipatória. Nessa perspectiva, também se coloca na mesa de diálogo questões sobre: o Marco Legal da Educação Ambiental, as práticas de pesquisa de campo, as intervenções pedagógicas sobre o meio ambiente, a conservação das nascentes, as queimadas, o Protocolo de Quioto e a Agroecologia.



A IMPORTÂNCIA DOS MUSEUS ITINERANTES PARA A SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO ESCOLAR SOB A ÓTICA DE UMA CIDADE DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE

Joaquim Bruno Cruz Neto

RESUMO: Este artigo explora a importância dos museus itinerantes na promoção da educação ambiental e socialização do conhecimento em cidades afastadas dos grandes centros urbanos, através da ótica da cidade de Espírito Santo, RN. Por meio de uma intervenção do Museu de Ciências Morfológicas da UFRN, como parte de seu projeto de extensão voltado à itinerância, foram realizadas exposições interativas em escolas locais que abordaram biodiversidade, sustentabilidade e saúde. A análise dos feedbacks de alunos e professores revelou que a iniciativa contribuiu significativamente para a formação cidadã e o engajamento com questões ambientais, destacando a necessidade de expandir projetos semelhantes para democratizar o acesso à ciência. Discutimos então, sob a ótica desta prática pedagógica, o papel dos museus na construção de pontes entre o saber popular e o conhecimento científico voltado para a sensibilização e educação ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Educação ambiental. Museu itinerante. Atividade pedagógica.

INTRODUÇÃO

Os museus itinerantes desempenham um papel vital na democratização do acesso à ciência e à educação ambiental, especialmente em cidades pequenas e comunidades rurais que frequentemente não possuem instituições culturais ou científicas permanentes. Museus itinerantes oferecem oportunidades únicas para



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

que diferentes populações tenham contato direto com conteúdo científico e tecnológico, reforçando o papel histórico dos museus em nossa sociedade como centros de promoção e disseminação do conhecimento (Valente, Cazelli e Alves, 2005). Segundo a UNESCO, “a ciência é um direito humano fundamental que deve estar disponível para todos” (UNESCO, 2015). A itinerância como projeto de extensão de museus universitários busca reduzir a disparidade educacional e proporcionar experiências práticas e interativas que estimulam o interesse pela ciência.

A educação ambiental, em contrapartida, é crucial para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis. Como afirma Louv, “o contato direto com a natureza e a compreensão dos processos ambientais são essenciais para o desenvolvimento de uma consciência ecológica” (Louv, 2008). Através de exposições sobre biodiversidade, mudanças climáticas e sustentabilidade, instituições como os museus visam despertar a responsabilidade ambiental entre o público dessas exposições. Na forma da itinerância, os museus se colocam em maior contato com comunidades periféricas e se propõem a alcançar espaços historicamente negligenciados. Museus itinerantes não apenas educam, mas também promovem a coesão social e o engajamento comunitário, visto que as exposições são frequentemente pensadas para refletir características específicas do público visado e da realidade onde se inserem. Falk e Dierking destacam que “experiências educativas fora do ambiente escolar tradicional podem reforçar o aprendizado e criar um sentido de comunidade” (Falk & Dierking, 2000). Para além de propagar uma confiança cega na ciência e nas instituições científicas, o papel dos museus é muito mais de reduzir a distâncias entre as massas e um real letramento científico (Cazelli e Franco, 2001).

Assim sendo, o presente artigo analisou a experiência de alunos e professores de escolas públicas municipais e estaduais da cidade de Espírito Santo – RN durante uma exposição do Museu de



Ciências Morfológicas da UFRN em visita de itinerância na cidade. O principal objetivo da itinerância em questão foi envolver a comunidade local em um ambiente de promoção do diálogo entre conhecimentos populares e científicos, bem como a participação ativa no processo de educação popular. Assim, discutindo a importância de novas abordagens dos conhecimentos científicos nessas localidades, promovendo a conscientização ambiental e o engajamento comunitário com temas de relevância global.

METODOLOGIA

O presente trabalho é fruto de uma atividade pedagógica desenvolvida em parceria com o Museu de Ciências Morfológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (MCM), Escola Estadual Professor João Maria Dias, Escola Municipal Professora Lenira Gomes Teixeira e Prefeitura de Espírito Santo – RN. Em consonância com a Prática Pedagógica em questão, foram aplicados questionários de satisfação para professores e alunos participantes, dos quais foram extraídos os dados utilizados neste trabalho.

A CIDADE DE ESPÍRITO SANTO

A cidade anfitriã ao evento localiza-se no interior do estado do Rio Grande do Norte, com cerca de 10.500 habitantes e 20 escolas, entre ensino infantil, básico e médio. A cidade não conta com nenhum museu, parque ou instituição de promoção do conhecimento ou divulgação científica, a parte da biblioteca municipal. A cidade de Espírito Santo fica a 72km da capital do estado, Natal. Localizada dentro da zona da mata do estado do Rio Grande do Norte, Espírito Santo fica próxima ao litoral, apesar de não ser uma cidade costeira, já que a costa fica a cerca de 35km. Juntamente com Goianinha e Canguaretama compõe o grupo de cidades onde se encontra Área de



Preservação Ambiental Piquiri-Uma (APA Piquiri-Uma). A parte da APA em questão dentro dos limites do município é chamada de Mata do Pilão.

A cidade surgiu de uma vila de pescadores, e se desenvolveu às margens do rio Jacu, que corta a cidade, atualmente pouco resta de sua mata ciliar e suas águas sofrem com poluição e despejo de esgoto. Recentemente, os produtores rurais da cidade tem deixado de lado as práticas de agricultura familiar em prol do arrendamento de suas terras para a produção de cana de açúcar. Sua produção é escoada para a Usina Estivas, compradora localizada na cidade vizinha Goianinha. Essa prática tem estimulado um maior desmatamento das áreas ainda preservadas na cidade, em especial os limites da Mata do Pilão. Por todos esses motivos, a cidade foi escolhida para receber a intervenção da itinerância do Museu de Ciências Morfológicas da UFRN, com uma exposição particularmente voltada à sensibilização e educação ambiental.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA: ITINERÂNCIA DO MUSEU DE CIÊNCIAS MORFOLÓGICAS DA UFRN E A VISITA ÀS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO

A prática pedagógica foi articulada inicialmente junto às direções das escolas Escola Estadual Professor João Maria Dias, Escola Municipal Professora Lenira Gomes Teixeira como uma forma de trazer a experiência da visita de um museu para a população da cidade de Espírito Santo, juntamente com o corpo docente e discente das mencionadas instituições de ensino. Ambas as escolas recebem alunos de ensino fundamental I e II. As escolas em questão forneceram as instalações e infraestrutura onde seriam montadas as exposições do museu para que pudessem ser visitadas pelos interessados.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Concomitante aos diálogos com os referidos corpos diretos, foi contatada a Prefeitura da cidade de Espírito Santo. Através de uma parceria firmada com a secretaria municipal de transportes, foi possível garantir veículos apropriados para o transporte das peças e profissionais componentes da exposição itinerantes. Esta articulação se fez necessária devido à distância entre Natal, capital do estado do Rio Grande Norte, onde fica o Museu de Ciências Morfológicas da UFRN, e a cidade de Espírito Santo.

Uma vez garantidas as condições de infraestrutura e logística, buscamos o Museu de Ciências Morfológicas da UFRN para solicitar a exposição itinerante e discutir o escopo e intenções desta para com a prática pedagógica. Além do Museu, por indicação de seus funcionários, também foi contatado o Centro de Estudos e Monitoramento de Animais Marinhos do RN (CEMAM-RN). O CEMAM contribuiu para a idealização e realização da itinerância, com material expositivo, e profissionais para receber e comunicar conhecimento ao público. Após a confirmação de disponibilidade e condições para a visita, foram discutidas que tipo de peças, exposições e falas seriam realizadas. Os objetivos iniciais das exposições foram trazer sensibilização, conscientização e educação ambiental para o público, referenciando aos alunos conhecimentos vistos em sala de aula (particularmente de ciências e biologia) e trazendo paralelos com o conhecimento popular local. Adicionalmente, foram feitas exposições voltadas somente para a anatomia e fisiologia do corpo, promovendo discussões sobre saúde e bem-estar humano ligados ao contato com a natureza, exercícios e boa alimentação.

DAS EXPOSIÇÕES; IDEALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO.

As exposições foram organizadas e realizadas em dois dias, 08 e 09 do mês de maio (quinta e sexta-feira), divididos entre as



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

instalações das duas escolas, uma escola por dia. Em ambos os dias as exposições foram organizadas em cinco diferentes espaços, estruturados em volta de mesas contendo peças relacionadas a temas específicos em comum. Os dois primeiros espaços foram ocupados pelo CEMAM e compunham mesas envolvendo animais marinhos do Rio Grande do Norte, a primeira abordando os efeitos da sobrepesca e poluição sobre a biodiversidade costeira do estado, e a segunda focando na preservação das espécies de tartaruga marinha que nidificam na costa do estado. Essa parte da exposição utilizou principalmente modelos anatômicos de animais marinhos, peças em osteotécnica, animais taxidermizados, espécimes mantidos em via úmida e painéis e esquemas didáticos.

Os três demais espaços foram ocupados pelo MCM e foram compostos por duas mesas abordando a diversidade de fauna silvestre do estado do Rio Grande do Norte e uma mesa sobre anatomia humana. A primeira mesa abordou a fauna de invertebrados, com foco especial para os insetos presentes no nosso estado, utilizando caixas entomológicas, modelos didáticos e espécimes mantidos em via úmida. A segunda mesa do MCM abordou a diversidade de animais vertebrados, trazendo peças de animais taxidermizados de grupos como mamíferos aves e répteis. Por fim, a última mesa abordou as partes do corpo humano, anatomia, fisiologia e principais doenças que o acometem, bem como as melhores práticas envolvidas na manutenção da saúde. Esta mesa foi estruturada principalmente em volta de modelos anatômicos didáticos.

Adicionalmente, além das mesas e peças expositivas, a exposição contou com mais duas atrações. A primeira foi um jogo de tabuleiro em tamanho real onde alunos e visitantes em idade inferior aos dez anos poderiam percorrer uma rota onde o avanço pelo tabuleiro foi mediado por perguntas e respostas sobre a fauna marinha e a preservação ambiental. A segunda foram óculos de realidade virtual aumentada onde os visitantes puderam visualizar



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

animais marinhos em tamanho real e experienciar as instalações de recintos onde é feita a reabilitação de animais encalhados e apreendidos, preparando-os para a soltura.



Figura 1 - Exemplo de layout das exposições que compuseram a itinerância.
Na foto, mesa 4 (MCM) "Fauna silvestre do RN, animais vertebrados".

Esta prática pedagógica foi divulgada nas redes sociais da prefeitura de cidade de Espírito Santo, nas redes sociais do MCM e CEMAM, e a visitação se manteve aberta ao público externo às escolas que sediaram a itinerância durante os dois dias em que esteve na cidade.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)

MUSEU ITINERANTE DE MORFOLOGIA: LEVANDO CIÊNCIA AO RN

Promovendo o conhecimento científico e a conscientização ambiental entre os alunos, professores e comunidade em geral

08 e 09/05

08/05 - Escola Municipal Lenira Teixeira | 09h às 17h
09/05 - Salão Paroquial (Igreja Católica)

CEMIAM  Prefeitura de **Espírito Santo**
Educação e Desenvolvimento

UFRN  **mcm**
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Museu de Ciências Morfológicas

Figura 2 - Divulgação realizada em redes sociais.



DA COLETA DE DADOS E DAS DIMENSÕES AMOSTRAIS

Os dados utilizados no presente trabalho foram coletados através do uso de questionários de satisfação, contendo perguntas de múltipla escolha seguindo a escala de Likert, fornecidos a professores e alunos após a visita das exposições por eles. O modelo de questionário diferiu entre professores e alunos uma vez que seus objetivos também diferiram, no entanto, ambos avaliaram a satisfação proveniente da visita da exposição itinerante e a frequência com que esses dois públicos visitam museus. Após a coleta de dados, os questionários tiveram suas respostas tabuladas e processadas de modo a permitir identificar padrões e prevalências nestas. Toda a análise de dados foi feita utilizando o software da Microsoft, Excel.

Para os professores, os questionários visaram mapear a formação destes docentes, o quão importante eles acreditam que o evento foi para a formação dos alunos e como os conhecimentos abordados pelas exposições poderiam contribuir para o seu ofício em sala de aula, sendo esta última questão abordada através de um espaço aberto ao relato escrito. Já os questionários de satisfação disponibilizados aos alunos visaram compreender a experiência que estes tiveram ao visitar a exposição através de um espaço aberto para relatos escritos. Aos alunos foi instruído relatar suas partes favoritas da exposição e descrever sua experiência geral. Foram amostrados um total de 28 profissionais da educação, pertencentes a cinco escolas diferentes, três escolas para além das que sediaram a exposição. Quanto aos alunos, foram amostrados 111 alunos de cerca de 10 turmas divididas entre as cinco escolas que visitaram a exposição.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)

PESQUISA DE SATISFAÇÃO – ALUNOS

1. Nome: [REDACTED]

2. Idade: 13

3. Série atual: 8ª

4. Com que frequência você vai ao museu?

() muito frequentemente () frequentemente () ocasional ☒ raramente () nunca

13. Grau de satisfação com a exposição:

☒ muito satisfeito () satisfeito () indiferente () insatisfeito () muito insatisfeito

14. Use o espaço abaixo e o verso para comentar sobre sua experiência na exposição. O que mais gostou, o que mais achou interessante, etc.

Foi uma das minhas melhores experiências, eu amo a biologia e tudo que envolve a vida. Isso peguei tempo que ~~fiz~~ passei aqui foi magico. Eu não tenho muito ~~acho~~ acesso a museus, mais garanto que iria a todos que eu pudesse ir!

Figura 3 - Exemplo de questionário aplicado aos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 28 profissionais da educação amostrados, 25 são professores ou pedagogos atuando como tutores (Figura 4). Dos professores, a prevalência foi de professores do fundamental I, polivalentes, formados em pedagogia, não profissionais em disciplinas propedêuticas. É interessante ressaltar que, dentro da composição do grupo de profissionais da educação que visitou a exposição, nenhum



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

professor de biologia estava presente. Infelizmente, isso anula uma das possibilidades de exploração dos efeitos dessa exposição sobre a prática docentes de profissionais diretamente ligados aos temas da exposição. No entanto, 25 dos 28 profissionais amostrados afirmaram estar muito satisfeitos com a experiência na exposição, representando 90% dos amostrados. Dois profissionais disseram estar “satisfeito”, somente um dos profissionais que responderam ao questionário sinalizou um grau de satisfação abaixo de “satisfeito”.

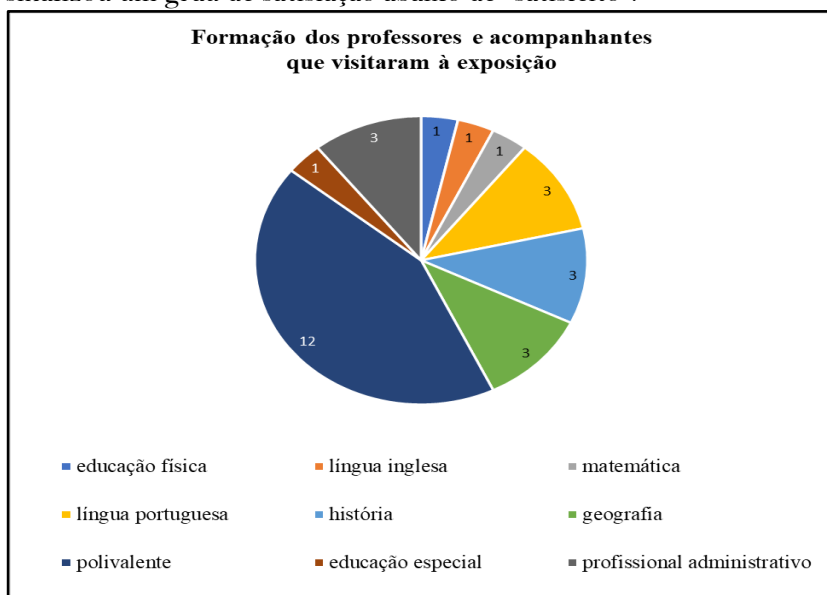


Figura 4 - Formação dos profissionais da educação amostrados.

Quanto à frequência com que esses profissionais realizam visitas a museus, os dados apontam para uma discrepante maioria que raramente visita esses espaços, sem nenhum relato de visitas frequentes. Esses dados reforçam que, apesar da formação superior,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

isso não garante aos profissionais da educação uma familiaridade com espaços de ensino-aprendizagem que não sejam os espaços escolares tradicionais. Essa constatação diverge de tendências locais e gerais que apontam para uma maior propensão deste grupo a frequentar museus e exposições de arte (Mano et al. 2022).

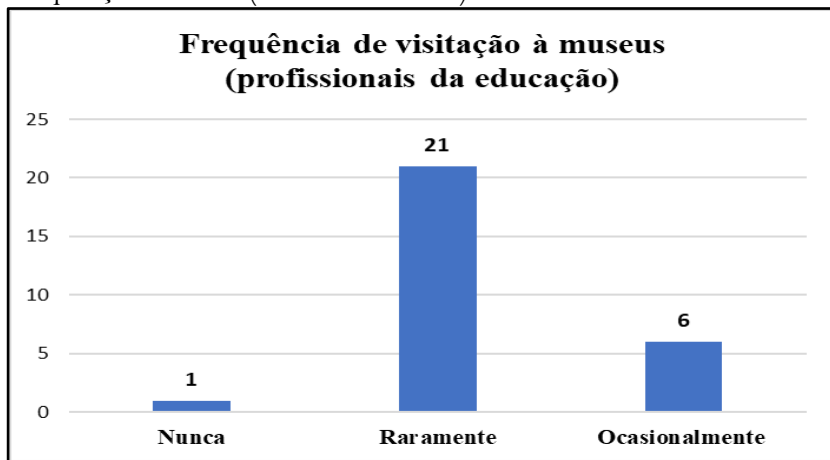


Figura 5 - Frequência em que os profissionais amostrais frequentam museus.

Quando perguntados sobre potenciais contribuições que a exposição, e os assuntos e temas abordados, teriam para o seu ofício, as respostas dos profissionais da educação amostrados foram das mais variadas. No entanto, é interessante ressaltar que oito dos 28 profissionais mencionaram que a exposição itinerante contribuiu para a formação dos próprios docentes, trazendo novas perspectivas sobre conteúdos e circunstâncias trabalhadas em sala de aula, consequentemente, também enriquecendo a formação discente. Esse fato reflete uma tendência de maior propensão ao reconhecimento da importância formativa de espaços como os museus na formação do professor, mesmo o museu ainda sendo tratado por esses profissionais



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

como um espaço secundário de aprendizagem (Carvalho e Monique, 2023). Mas também ressalta a falta de preparo autodeclarada por professores para ministrar aulas e realizar seu ofício em ambientes não-escolares como museus, parques e zoológicos (Vaz e Speziali, 1999). Outro relato digno de nota, expõe como a exposição permitiu o primeiro contato dos alunos com espaços de museus e exposições sobre história natural. Três dos 28 relatos abordaram esse ponto, uma realidade para mais da metade dos estudantes dos brasileiros, segundo pesquisa do instituto OiFuturo (OiFuturo, 2019). Seis relatos dos docentes enfatizaram o quanto a exposição contribuiu para a educação ambiental do corpo discente, outras três ressaltaram o quanto o contato direto com elementos do mundo natural em um espaço escolar foi estimulante para os alunos. A participação em tais atividades é, portanto, tida como parte de uma formação cidadã para esses alunos, uma vez que o contato com museus permite a familiaridade com diferentes linguagens e socializações do conhecimento, desenvolvimento do senso crítico e autonomia intelectual, além de estimular a desmistificação acerca do espaço de museus e o poder apreciativo e capacidade reflexiva de amplos segmentos da população (Setton e Oliveira, 2017). Essas declarações ecoam a quase unanimidade dos profissionais que, quando perguntados sobre a importância de eventos como este para os alunos, afirmaram no questionário ser uma ação “muito importante” para a formação docente.

Abordando os dados provenientes dos discentes, dentro dos 111 alunos que responderam os questionários a maioria fazia parte do nível fundamental II com a prevalência sendo do 7º, 8º e 9º anos. Destes, a idade média foi de respectivamente 13, 14 e 15 anos. Quando perguntados sobre a frequência com que visitam espaços como museus, dos 111 alunos amostrados 60 alunos, mais da metade, nunca visitaram um museu, outros 32 alunos relataram raramente visitar museus (Figura 6). Juntos, esses dois grupos 83% dos



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

estudantes amostrados que tem pouco, ou nenhum contato com museus e outros ambientes de divulgação institucionalizada de conhecimento científico, um percentual acima da média nacional. Esses números denotam não somente a falta de acesso a ambientes de divulgação do saber científico e contato guiado com o mundo natural, mas uma concentração desses espaços e acessos nos grandes centros urbanos das capitais (Barata e Soares, 2015). Contrastando esses dados com a satisfação desses alunos quanto à sua experiência na exposição temos uma perspectiva da importância de ações como os museus itinerantes na formação destes discentes. 71 dos 111 alunos declaram estar “muito satisfeitos”, seguidos por 31 alunos declarando estarem satisfeitos. Juntos, esses dois grupos compuseram 92% de resposta positiva à exposição dentro do escopo amostral deste trabalho (Figura 7), reafirmando o quão marcante tais oportunidades podem ser para o corpo discente das escolas.

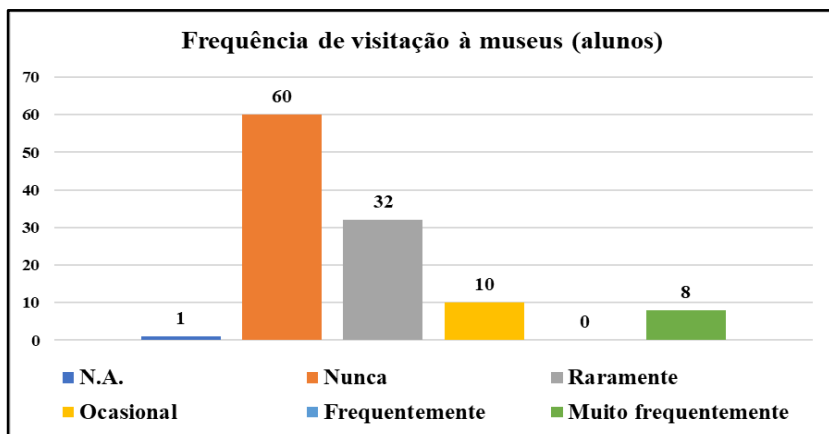


Figura 6 – Frequência de visitação à museus relatada pelos alunos.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

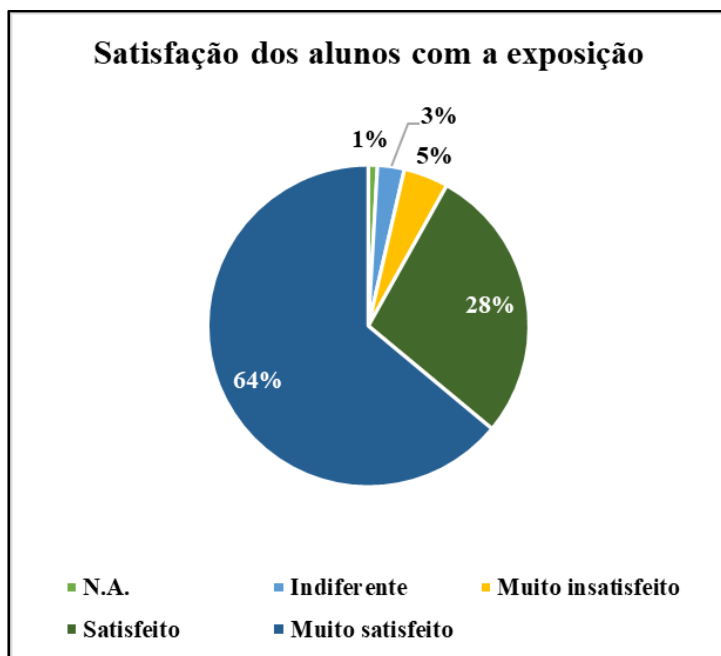


Figura 7 - Satisfação dos alunos com a exposição e sua experiência como visitantes.

Os alunos amostrados foram unanimemente positivos quanto a sua experiência, a maioria destacando partes específicas da exposição, particularmente termos como “animais selvagens” e citações diretas a insetos, aves e tartarugas foram corriqueiros nos relatos coletados. Além disso, seis dos 111 alunos fizeram, no espaço destinado ao relato pessoal, pedidos para que ocorressem novas exposições e pelo retorno do museu itinerante à cidade. Museus e exposições itinerantes são importantes locais mediadores entre ensino formal e não-formal, atuando de forma livre de cobranças podem trazer uma nova visão sobre a educação ambiental sem vínculo direto ao



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

currículo formal, mas nem por isso de forma descompromissada da realidade (Scheinner, 1992). Assim sendo, é imprescindível compreender que a presença de instituições de divulgação científica e educação ambiental em ambientes distantes das grandes metrópoles colabora para a formação dos cidadãos das diferentes comunidades que compõem a sociedade brasileira. É preciso também entender que as distintas formas de entrar em contato com a ciência são formativas importantes para a composição de um cidadão consciente ambientalmente e cientificamente letrado, contribuindo diretamente para a formação escolar (Jenkins, 1999).

Dentro do espaço fornecido por museus e exposições itinerantes a educação ambiental acontece de forma mais dinâmica e interativa, os visitantes trazem sua bagagem prévia e interagem com os conhecimentos museológicos, estabelecendo pontes entre saber científico e saber popular. É importante frisar aqui o papel dos museus, em suas diferentes encarnações, como agentes da memória da humanidade, e intérpretes do patrimônio natural e cultural do qual nossa sociedade, configurando perfeitos promotores da educação ambiental (Scheiner, 1990). Dessa forma, a educação ambiental no contexto museológico atua na promoção de reflexão e criticidade em diversas camadas sociais, particularmente no caso de exposições itinerantes, fomentando a preservação do patrimônio natural das diversas comunidades que alcançam. As exposições, então, atuam como referência da identidade de um povo, se aproximando das comunidades ao refletir seus saberes e valores culturais, fomentando o saber crítico e os valores socioambientais (Van Lonkhuijzen, Vargas, Zanon e Wiziack, 2022)

Apesar de todos os pontos levantados, não esqueçamos que, se não houver fundamentação e planejamento prévio, iniciativas de educação ambiental trabalhadas de forma imprudente podem contribuir para o descrédito da educação ambiental no Brasil. Não é suficiente que um grupo de pessoas motivadas almeje promover a educação ambiental; é



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

essencial discutir previamente os argumentos, definir fundamentos claros, estabelecer objetivos e planejar as práticas a serem implementadas para que estas sejam proveitosas (Auricchio, 2006).

CONCLUSÃO

Ao promover a democratização do acesso à ciência e à educação ambiental, despertar a curiosidade científica e fomentar a participação comunitária a iniciativa pedagógica de trazer a exposição itinerante do Museu de Ciências Morfológicas às escolas da cidade de Espírito Santo-RN reforçou a importância de ações colaborativas entre instituições acadêmicas e escolares. Iniciativas como esta demonstram o papel essencial dos museus para a formação de cidadãos mais informados, conscientes e engajados com a preservação do meio ambiente. Os feedbacks positivos de alunos e professores reforçam a necessidade de continuar e expandir projetos semelhantes, garantindo que mais comunidades possam se beneficiar do acesso a museus e exposições científicas de qualidade. O papel destas instituições na promoção da educação ambiental e qualidade de vida através da preservação do patrimônio natural e cultural é amplamente reconhecido e deve continuar a ser reiterado por meio da promoção de ações educativas que estabeleçam pontes entre conhecimento científico e conhecimento popular.

REFERÊNCIAS

AURICCHIO, Ana Lúcia Ramos. Os Museus e a Questão Ambiental. **Publicações Avulsas do Instituto Pau Brasil**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 49-100, mar. 2003. Disponível em:
https://terrabilisididaticos.com.br/wp-content/uploads/2014/07/museu_e_a_questao_ambiental.pdf.
Acesso em: 16 ago. 2024.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

BARATA, Germana; SOARES, Giselle. **SBPC** | Espaços científicos e culturais ainda concentrados nas capitais e voltados para o público escolar. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mast/pt-br/canais-de-atendimento/imprensa/clippings/sbpc-espacos-cientificos-e-culturais-ainda-concentrados-nas-capitais-e-voltados-para-o-publico-escolar>. Acesso em: 16 ago. 2024.

CARVALHO, Cristina; MONIQUE, Gewerc. Museu como espaço de formação cultural docente. **Educação, Sociedade & Culturas**, [S.L.], n. 66, p. 1-22, 5 dez. 2023. University of Porto.
<https://dx.doi.org/10.24840/esc.vi66.681>.

CAZELLI, Sibele, FRANCO, Creso. 2001 Alfabetismo científico: novos desafios no contexto da globalização. **Ciência em Museus**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, (2) p.9-15. e Ciências Afins, (4) p.15-19. Disponível na internet:
<https://www.scielo.br/j/eppec/a/yCBj8ZjWxzDCCjfJtp7ykmr/>

FALK, John Howard, & DIERKING, Lynn Diane. (2000). **Learning from Museums: Visitor Experiences and the Making of Meaning**. AltaMira Press. Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, p. 98

JENKINS, Edgar William (1999). School science, citizenship and the public understanding of science. **International Journal of Science Education**. v. 21(7):703-710.

LOUV, Richard. (2008). **Last Child in the Woods: Saving Our Children from Nature Deficit Disorder**. Algonquin Books.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

MANO, Sonia; CAZELLI, Sibeles; DAHMOUCHE, Mônica Santos; COSTA, Andréa Fernandes; DAMICO, José Sergio. **Museus de ciência e seus visitantes no início do século XXI**: estudo longitudinal da visitação espontânea de cinco instituições da cidade do rio de janeiro. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, [S.L.], v. 30, 2022. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA).
<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672021v30e3>.

OIFUTURO, Instituto. **Museus**: Narrativas para o futuro. Rio de Janeiro: Grupo Consumoteca, 2019. Color. Disponível em:
<https://oifuturo.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Oi-Futuro-e-Consumoteca-Pesquisa-Museus-2019-DOWNLOAD.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.

SCHEINER, Teresa Cristina. 1990. Museus e patrimônio natural: alternativas e limites de ação. In: **Ciência em Museus**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, (2) p.9-15.

SCHEINER, Teresa Cristina. 1992. Museus universitários: educação e comunicação. In: **Ciência em Museus**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Museu de Astronomia

SETTON, Maria da Graça J.; OLIVEIRA, Mirtes Marins de. OS MUSEUS COMO ESPAÇOS EDUCATIVOS. Educação em Revista, [S.L.], v. 33, 21 set. 2017. **FapUNIFESP (SciELO)**.
<http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698162678>.

UNESCO. (2015). **Science for a Sustainable Future**. Retirada do site da Unesco em 10/07/2024.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

VALENTE, Maria Esther; CAZELLI, Sibele; ALVES, Fátima.
Museus, ciência e educação: novos desafios. História, Ciências,
Saúde-Manguinhos, v. 12, p. 183-203, 2005. **FapUNIFESP**
(SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0104_59702005000400010.

VAN LONKHUIJZEN, Dirceu Mauricio; VARGAS, Icléia
Albuquerque de; ZANON, Angela Maria; WIZIACK, Suzete Rosana
de Castro. Educação Ambiental e museus: janelas epistemológicas do
passado, presente e futuro. **Interações (Campo Grande)**, [S.L.], p.
617-634, 25 out. 2022. Universidade Católica Dom Bosco.
<http://dx.doi.org/10.20435/inter.v23i3.3435>.

VAZ, A. & SPEZIALI, C. 1999. O professor e a dimensão lúdica no
ensino de ciências no zoológico. In: **Livro de Resumos da VI
Reunião da Red-Pop** – 14 a 17/06/1999. Rio de



COMO PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DESENVOLVEM OS TRÊS MOMENTOS PEDAGÓGICOS EM TRABALHOS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

Debora Bezerra de Santana⁵⁰

Joseane Maria do Nascimento⁵¹

Monica Lopes Folena Araújo⁵²

RESUMO: Este trabalho busca realizar um levantamento das pesquisas na área do ensino das ciências que utilizam os três momentos pedagógicos para trabalhar a Educação Ambiental no contexto escolar. Para isso, realizamos uma revisão bibliográfica a partir dos trabalhos publicados em revistas nacionais e internacionais da área por meio da plataforma de periódicos da Capes. Foram encontrados 14 (catorze) artigos que se utilizam da metodologia freiriana para conceber abordagens ambientais no contexto escolar. Para análise dos dados, utilizamos os princípios da Análise de Conteúdo para organização e interpretação dos textos. Os resultados da revisão bibliográfica apontam que, majoritariamente, as pesquisas foram desenvolvidas no âmbito do ensino fundamental. Os momentos pedagógicos nos trabalhos selecionados são organizados e concretizados a partir da concepção de sequências didáticas e de oficinas temáticas. Vê-se uma diversidade de conteúdos, estratégias e contextos explorados.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental. Três Momentos Pedagógicos. Ensino das Ciências.

⁵⁰ Universidade Federal Rural de Pernambuco, doutoranda, debysantana@gmail.com

⁵¹ Universidade Federal Rural de Pernambuco, doutoranda, joseanemn2001@yahoo.com.br

⁵² Universidade Federal Rural de Pernambuco, professora doutora, onica.folena@gmail.com



INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil vem protagonizando cenários de desrespeito, ignorância e agressões ao meio ambiente. Os desastres ambientais se intensificam a cada ano, comprometendo habitats e transformando a vida de milhares de pessoas. As escolhas, os comportamentos e as formas de viver da sociedade atual, são os responsáveis por tragédias imensuráveis para a natureza por todo o país. Por isso, há urgência no desenvolvimento de meios e alternativas que possam conter o insustentável relacionamento homem-natureza, seus conflitos e contradições.

Segundo Santa-Clara (2016), os problemas ambientais se encontram no topo da lista das principais preocupações das lideranças mundiais, logo, é preciso refletir e encontrar melhores estratégias de mediação que venham a incrementar a percepção dos indivíduos e comunidades a respeito das suas relações de co-pertença com a natureza, e, consequentemente o seu papel na preservação do meio ambiente.

Essa percepção da natureza precisa ser construída desde a infância, seja pela família, seja pela escola, através de metodologias que valorizem um ensino significativo, contextualizado e crítico. Nessa linha, a pedagogia freiriana prega que somos seres inacabados em relação uns com os outros e com o mundo. Por isso, temos possibilidades de (re)pensar sobre nós mesmos e sobre a própria existência no mundo, de modo que, “a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos da criação, recriação e decisão, vai dinamizando o seu mundo” (Freire, 1967, p. 43). Por isso, o autor salienta a necessidade de uma permanente atitude crítica.

Na busca por entender as próprias ações, o ser crítico e questionador é característica que pode vir a proporcionar a devida participação e intervenção do homem no mundo, de modo que a



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

relação do indivíduo com o seu ambiente seja um meio para transformar uma longa realidade histórica de manipulação e opressão de direitos, de liberdade e de várias formas de expressão dos atores sociais.

Torres e Delizoicov (2009) apontam que tais atributos convergem para a vertente de uma Educação Ambiental (EA) crítica que busca reorientar o pensar e o agir do homem numa perspectiva de transformação. Pelos mesmos anseios, Araújo (2016) reflete sobre a importância do estudo da EA numa perspectiva de proporcionar aos sujeitos formas sustentáveis de se relacionar com o meio.

Nesse sentido, concordando com Araújo (2016), acreditamos que práticas educativas que possibilitem a formação de sujeitos críticos e transformadores, que possam contribuir para uma mudança da realidade, requer engajamento social, político, cultural, ambiental, econômico, ético e educacional. Segundo a autora, é impossível dissociar os problemas ambientais que tanto afligem a sociedade em tais esferas.

Destacamos, inclusive, a reflexão de Loureiro (2012) a respeito do problema ambiental sem a devida articulação com o contexto social, cultural, histórica, política, ideológica e econômica, que resulta na reprodução de uma visão de mundo dualista e dissociativa das dimensões sociais e naturais. No sentido de superar tal problemática, autores defendem uma pedagogia que esteja voltada à inserção dos educandos em um processo de ensino-aprendizagem constituinte de sujeitos de relações sociedade-cultura-natureza (Torres; Ferrari; Maestrelli, 2014).

Torres e Maestrelli (2011) afirmam que muitos estudos na área de EA têm se utilizado de pressupostos freirianos de educação. Nesse contexto, Layrargues (2014) questiona qual seria a dimensão freiriana praticada na educação ambiental, de que forma Freire se manifesta e se materializa na EA. Este também é o questionamento que pretendemos resgatar e responder ao longo deste estudo. Pois,



no que se refere à busca de fundamentos teórico-metodológicos para a área, Torres e Maestrelli (2011) consideram relativamente pouco o que se conhece sobre a potencialidade da concepção educacional freiriana subsidiar a pesquisa e a ação em EA escolar.

No entanto, os autores acreditam que, os pressupostos freirianos de educação fundamentados em uma concepção de Educação Libertadora, uma vez concretizados no contexto escolar, permitem o desenvolvimento da EA escolar em uma perspectiva Crítico Transformadora, de modo a contribuir efetivamente para a implementação de políticas públicas voltadas à área [...] (Torres; Maestrelli, 2011).

Logo, sabendo-se que a pedagogia de Paulo Freire vem contribuir para a (re)construção e (re)invenção de sujeitos ao buscar auxiliar a promoção de leituras críticas da realidade por parte de educadores e educandos, com vistas a emergência dos desafios socioambientais, tecemos o seguinte questionamento: como a pedagogia freiriana, a partir do uso dos momentos pedagógicos, está sendo abordada nas pesquisas voltadas para a Educação Ambiental na Educação Básica? Dessa forma, o objetivo deste estudo consiste em analisar como a pedagogia freiriana, a partir do uso dos momentos pedagógicos, está sendo praticada no âmbito do desenvolvimento da Educação Ambiental na Educação Básica.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS: AS APROXIMAÇÕES

Para Freire (1992), a leitura de mundo que o indivíduo faz da sua realidade possibilita a decifração cada vez mais crítica da(s) 'situações-limite'. É por essa perspectiva e a de que pode haver Freire ao trabalhar a Educação Ambiental nos espaços formais de ensino que vamos caminhar neste trabalho. Portanto, recorreremos aos estudos de Delizoicov (2002) que sistematiza a concepção freiriana para o ambiente da educação formal, ao descrever os três momentos



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

pedagógicos (3MP) - problematização inicial, organização do conhecimento e aplicação do conhecimento. Como também, nos aproximaremos de Layrargues (2009), Araújo (2012), Torres e Delizoicov (2009), os quais possuem trabalhos que trazem diálogos entre a Educação Ambiental e a obra freiriana.

A educação ambiental surge como uma resposta à crise ambiental em intenso crescimento a partir da segunda metade do século 20. Tem suas bases filosóficas e políticas lançadas no decorrer da década de 70, em sucessivas Conferências Internacionais, situando-se como uma nova dimensão educativa, de caráter interdisciplinar, que procurava trazer o ambiente em sua totalidade ou parcialmente para as disciplinas escolares já existentes, particularmente na área de Ciências (Amaral, 2001).

A partir daí, ocorreram muitas mudanças no modo de pensar a educação ambiental, as primeiras preocupações com o meio ambiente estavam mais voltadas para “preservar” a natureza, para “conservá-la”. Em seguida, o tema central tornou-se a biodiversidade. Esses temas não ficaram no passado, mas agora, frente ao aquecimento global e à crise climática, o tema central da educação ambiental passa a ser o estilo de vida das pessoas: se não mudarmos nosso modo de produzir e reproduzir nossa existência, poremos em perigo toda a vida do planeta. Nesse sentido, a EA agora está mais centrada na aprendizagem, no novo impulso às parcerias com a sociedade civil, no próprio conceito de meio ambiente incorporado à cultura e não só a natureza e a poluição (Gadotti, 2008).

Numa sociedade que utiliza cada vez mais as tecnologias da informação, a educação tem um papel decisivo na criação de outros mundos possíveis, mais justos, produtivos e sustentáveis. Educar para um outro mundo possível é fazer da educação um espaço de formação crítica e não apenas de formação de mão-de-obra para o mercado; é inventar novos espaços de formação complementares ao sistema formal de educação e negar a sua forma hierarquizada numa estrutura



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

de mando e subordinação; é educar para articular as diferentes rebeldias que negam hoje as relações sociais capitalistas; é educar para mudar radicalmente nossa maneira de produzir e de reproduzir nossa existência no planeta, portanto, é uma educação para a sustentabilidade (Gadotti, 2008).

Sustentabilidade ambiental é a prática de usar os recursos naturais de maneira responsável e eficiente, garantindo que eles estejam disponíveis para as gerações futuras. Isso envolve equilibrar o desenvolvimento econômico e social com a preservação do meio ambiente. Em outras palavras, é sobre viver de uma forma que não esgote os recursos naturais e que minimize o impacto negativo no planeta. Nesse sentido, sustentabilidade tem a ver com a relação que mantemos com nós mesmos, com os outros e com a natureza. A pedagogia deveria começar por ensinar sobretudo a ler o mundo, como nos diz Paulo Freire (Gadotti, 2008).

Logo, concordamos com Luz e Almeida (2023), de que a teoria do conhecimento freiriano constitui base para a Educação Ambiental porque seus pressupostos político-pedagógicos, como dialogicidade, problematização e conscientização são atributos que podem colaborar com o enfrentamento ao cenário de retrocessos socioambientais vivenciados atualmente. Pois, o projeto educativo almejado por Freire fortalece a compreensão da formação humana na relação sociedade-natureza e a necessidade da luta política enquanto elemento indispensável de uma educação ambiental que se diz revolucionária e defensora da vida em sua plenitude (Luz; Almeida, 2023)

Os pressupostos freirianos de educação fundamentados em uma concepção de Educação Libertadora, uma vez concretizados no contexto escolar, permitem o desenvolvimento da EA escolar em uma perspectiva Crítico Transformadora, de modo a contribuir efetivamente para a implementação de políticas públicas voltadas à área [...] (Torres; Maestrelli, 2011). Mudar o mundo é urgente,



difícil e necessário. Mas para mudar o mundo é preciso conhecer, ler o mundo, entender o mundo, também cientificamente, não apenas emocionalmente, e, sobretudo, intervir nele, organizadamente (Freire, 1997).

A PERSPECTIVA FREIREANA E A METODOLOGIA DOS TRÊS MOMENTOS PEDAGÓGICOS

Os pesquisadores Demétrio Delizoicov Neto e José André Angotti, no início da década de 1980, sistematizaram a metodologia freireana - a investigação, tematização e problematização - para o ambiente da educação formal, por meio dos Três Momentos Pedagógicos, são eles: problematização inicial, organização do conhecimento e aplicação do conhecimento. Assim, os três momentos pedagógicos são caracterizados como a seguir, conforme Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2002).

A etapa de investigação do método Paulo Freire, o **primeiro momento pedagógico** refere-se à problematização inicial, é caracterizado como aquele em que são levantadas as percepções dos estudantes sobre o seu contexto. Apresentam-se situações reais que os alunos conhecem e presenciam e que estão envolvidas nos temas, embora também exijam, para interpretá-las, a introdução dos conhecimentos contidos nas teorias científicas. Organiza-se esse momento de tal modo que os alunos sejam desafiados a expor o que estão pensando sobre as situações. [...] A meta é problematizar o conhecimento que os alunos vão expondo, de modo geral, com base em poucas questões propostas relativas ao tema e às situações significativas [...]. Em síntese, a finalidade deste momento é propiciar um distanciamento crítico do estudante, ao se defrontar com as interpretações das situações propostas para discussão (Fernandes et al., 2022)

O ponto culminante dessa problematização é fazer que o aluno sinta a necessidade da aquisição de outros conhecimentos que



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

ainda não detém, ou seja, procura-se configurar a situação em discussão como um problema que precisa ser enfrentado (Delizoicov; Angotti; Pernambuco, 2002, p.200). A problematização poderá ocorrer pelo menos em dois sentidos. De um lado pode ser que o aluno já tenha noções sobre as questões colocadas, fruto de sua aprendizagem anterior, na escola ou fora dela. Suas noções poderão estar ou não de acordo com as teorias e as explicações científicas, caracterizando o que se tem chamado de "concepções alternativas" ou "conceitos intuitivos" dos alunos. A discussão problematizada poderá permitir que o aluno sinta necessidade de adquirir outros conhecimentos que ainda não detém; ou seja, coloca-se para ele um problema para ser resolvido. (Delizoicov; Angotti, 1992, p.29)

A tematização de Paulo Freire foi transposto com o **segundo momento pedagógico**, o qual consiste na organização do conhecimento, ocasião para aprofundar o conhecimento teórico que embasa o problema inicial.

Os conhecimentos selecionados como necessários para a compreensão dos temas e da problematização inicial são sistematicamente estudados neste momento, sob a orientação do professor. As mais variadas atividades são então empregadas, de modo que o professor possa desenvolver a conceituação identificada como fundamental para uma compreensão científica das situações problematizadas. É nesse momento que a resolução de problemas e exercícios, tais como os propostos em livros didáticos, pode desempenhar sua função formativa na apropriação de conhecimentos específicos (Delizoicov; Angotti; Pernambuco, 2002, p.201). Nesta etapa, serão desenvolvidas definições, conceitos, relações. O conteúdo programado é preparado em termos instrucionais para que o aluno o aprenda de forma a de um lado perceber a existência de outras visões e explicações para as situações e fenômenos problematizados e, de outro a comparar esse conhecimento com o seu, para usá-lo para



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

melhor interpretar aqueles fenômenos e situações (Delizoicov; Angotti, 1992).

E, finalmente, a etapa de problematização da metodologia freiriana sistematizada no **terceiro momento pedagógico** trata sobre a aplicação do conhecimento. Aqui, há a abordagem sistemática do conhecimento que vem sendo incorporado pelo aluno, para analisar e interpretar tanto as situações iniciais que determinaram seu estudo como outras situações que, embora não estejam diretamente ligadas ao motivo inicial, podem ser compreendidas pelo mesmo conhecimento. A meta pretendida com este momento é muito mais a de capacitar os alunos ao emprego dos conhecimentos, no intuito de formá-los para que articulem, constante e rotineiramente, a conceituação científica com situações reais, do que simplesmente encontrar uma solução. É um uso articulado da estrutura do conhecimento científico com as situações significativas, envolvidas nos temas, para melhor entendê-las, uma vez que essa é uma das metas a serem atingidas com o processo de ensino/aprendizagem das Ciências. (Delizoicov; Angotti; Pernambuco, 2002).

Através do terceiro momento pedagógico, é possível que muitos estudantes consigam fazer associações de temas aprendidos com novos problemas que possam surgir, mediante oportunidade, seja em ambiente escolar, seja em suas atividades particulares (Urel, 2022).

É possível ainda notar algumas diferenças entre o que propõe Delizoicov e Freire. De forma geral, percebe-se que Delizoicov teoriza que o professor prepare previamente suas aulas, pois ao chegar em classe, precisaria implementar problemas para que a partir deles os alunos apresentem seus conhecimentos prévios. Diferentemente, Freire, não está preocupado com a preparação prévia, tornando a primeira etapa algo mais espontâneo, natural, não intencional (Urel, 2022).



METODOLOGIA: DESVELANDO AS PESQUISAS PRODUZIDAS

Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo bibliográfico, cujas informações foram obtidas por meio do portal de Periódicos Capes, considerando textos publicados em revistas nacionais e internacionais e que possuam acesso aberto. Foram utilizados como descritores as áreas temáticas em questão: “Educação Ambiental” e os “Três Momentos Pedagógicos”, assim como suas possíveis variações.

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas. A primeira foi a pesquisa na plataforma de periódicos Capes, na qual selecionamos os artigos produzidos nos últimos dez anos, os quais contemplassem os termos em estudo - “três momentos pedagógicos” e “educação ambiental” - em qualquer campo, sejam eles: assunto, título, resumo, palavras-chaves. Nessa primeira etapa, procedemos à identificação e à quantificação dos artigos. A análise foi realizada para reagrupar os artigos selecionados, de acordo com os objetivos do nosso trabalho e para um melhor tratamento das informações. Utilizamos os princípios da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) para descrever e interpretar os artigos científicos.

A segunda etapa consistiu em separar os artigos que provavelmente fariam parte do corpus da pesquisa por contemplar a referida temática em seu resumo. A princípio foram selecionados 19 (dezenove) artigos, que após refinamento com a leitura dos seus resumos, reduzimos à 11 (onze) artigos que se propunham a aplicar a estratégia dos três momentos pedagógicos em sala de aula para abordagem de temáticas ambientais.

Na terceira etapa, realizamos a leitura dos artigos selecionados (quadro 1), a fim de identificar as suas principais características e contribuições para responder a nossa questão de pesquisa. Logo, para proceder a análise, buscamos examinar os textos quanto aos aspectos metodológicos inerentes aos três momentos



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

pedagógicos – problematização, organização do conhecimento e aplicação do conhecimento – e os resultados obtidos, considerando o desenvolvimento de conhecimentos e novas atitudes a respeito dos problemas ambientais concebidas por uma educação ambiental crítica.

Quadro 1: Artigos escolhidos para análise

Identificação	Título do artigo (ano de publicação)
Artigo 1 (A1)	Uma sequência didática para trabalhar a Educação Ambiental Crítica com alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental (2016)
Artigo 2 (A2)	Metodologia dos três momentos pedagógicos para educação ambiental (2017)
Artigo 3 (A3)	A webquest biodiversidade elaborada a partir dos três momentos pedagógicos na perspectiva da educação ambiental crítica (2018)
Artigo 4 (A4)	O ensino de química e a educação ambiental: uma proposta para trabalhar conteúdos de pilhas e baterias (2018)
Artigo 5 (A5)	Tecendo aproximações entre a ecologia e a educação ambiental: um caminho possível no ensino de ciências (2018)
Artigo 6 (A6)	E esse lixo aí, é seu?": uma oficina temática para o ensino fundamental I (2018)
Artigo 7 (A7)	Os três momentos pedagógicos na Educação Infantil: experiências práticas de Educação Ambiental (2020)
Artigo 8 (A8)	Educação ambiental e ensino de ciências: proposta de atividade pedagógica estruturada nos três momentos pedagógicos (2020)
Artigo 9 (A9)	Educação ambiental e conservação do solo: uma proposta didática interdisciplinar para a educação básica (2021)
Artigo 10 (A10)	Adsorção no tratamento de soluções aquosas contendo corantes alimentícios (2023)
Artigo 11 (A11)	Educação Ambiental: Reflexão e cidadania um desafio necessário para as práticas socioambientais na escola (2023)

Fonte: Construído pelas autoras (2024).

RESULTADOS E DISCUSSÕES



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

A análise revelou que, majoritariamente, as pesquisas foram desenvolvidas no âmbito do ensino fundamental. Investir na educação ambiental no ensino fundamental é um caminho interessante a ser percorrido, pois, durante esse nível de ensino, os alunos estão desenvolvendo habilidades básicas de pensamento crítico e compreensão do mundo ao seu redor. Nessa fase, os alunos estão formando suas visões de mundo e valores, ao introduzir conceitos ambientais pode ajudar a desenvolver uma consciência ecológica desde cedo, moldando comportamentos e atitudes em relação ao meio ambiente. É um momento ideal para criar uma base sólida para entender problemas complexos no futuro, uma vez que a educação ambiental pode ser integrada em várias disciplinas. Incorporar práticas ambientais desde cedo pode levar a comportamentos mais sustentáveis que eles podem manter ao longo da vida.

No período analisado, 11 trabalhos científicos descreveram sobre a utilização dos três momentos pedagógicos como meio para abordagem de temáticas ambientais em sala de aula, nos quais a ferramenta foi considerada exitosa por promover o envolvimento dos participantes por meio do diálogo, da realidade do estudante e seus conhecimentos prévios e, potencialmente, por permitir a problematização do objeto de estudo.

Na associação ao caráter dialógico, a problematização desempenha papel fundamental aos atos educativos que buscam a transformação e mudanças de atitudes, uma vez que Freire afirma que são os problemas e seus enfrentamentos a origem dos conhecimentos (Delizoicov; Angotti; Pernambuco, 2002). O diálogo é central na metodologia de Paulo Freire e em abordagens problematizadoras porque permite que o conhecimento seja construído coletivamente. Em vez de uma transmissão unidirecional de informações, o ensino se torna uma construção conjunta, onde o saber é desenvolvido por meio da interação e do debate.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

O processo de apresentar problemas ou questões desafiadoras que incentivam os alunos a investigarem, refletirem e buscarem soluções levam os estudantes a questionar e explorar o conteúdo. Esse enfrentamento com situações limites não apenas estimula o pensamento crítico, mas também promove a transformação e a mudança de atitudes. Por essas características, Freire considerava que os problemas são o ponto de partida para o aprendizado, que este ocorre de modo verdadeiro quando os alunos são desafiados a refletir e resolver questões significativas.

Essas duas categorias - diálogo e problematização - emergiram dos trabalhos como resultados alcançados decorrentes do formato e configuração com que a prática docente e a abordagem conteudinal foram conduzidos. Fernandes et al. (2022) apontam que o desenvolvimento dos 3MP no ensino de ciências, despertam o interesse dos estudantes, proporcionando mudanças significativas nas suas visões com relação às aulas; assim como promove motivação e diálogo entre estudantes e professores, neste diálogo, ocorre a mudança no papel do professor que se torna mediador, transformando os estudantes em sujeitos ativos do seu processo de aprendizagem; além disso, há a valorização dos conhecimentos e concepções prévias dos estudantes como base/suporte para a construção de novos conhecimentos. Como observado em A7:

a mediação do professor para utilização deste recurso é fundamental, ainda que ele seja permeado de diferentes estímulos e informações. Nenhuma tecnologia é estanke a ponto de desconsiderar as intervenções do professor. O professor enquanto mediador do conhecimento utilizará deste recurso como subsídio em suas aulas, com muito critério, desde a escolha até o momento da execução (A7).

Quanto ao planejamento e organização, os trabalhos selecionados concretizam os três momentos pedagógicos a partir da



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL
Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

concepção de seqüências didáticas, de oficinas temáticas e de metodologias ativas.

Logo, cada momento pedagógico fora planejado a partir de um conjunto de atividades, conforme quadro 2.

Quadro 2: Descrição das etapas

Id.	Conteúdo	1º MP (Problematização Inicial)	2º MP (Organização do Conhecimento)	3º MP (Aplicação do Conhecimento)
A1	Meio Ambiente	Exibição de filmes e debate	Confecção de desenhos, jogos, palestras	Debate sobre os jogos, montagem do painel e exposição na mostra cultural
A2	Meio Ambiente	Intervenção formativa com os professores	Aplicação de Oficinas temáticas pelos professores	Consolidação no plantio e cultivo inicial da horta e do jardim vertical com plantas medicinais, ornamentais e hortaliças.
A3	Biodiversidade	Texto informativo; Apresentação de imagens; Perguntas problematizadoras; Apresentação de tarefa	Processos, recursos e orientações para cumprimento da tarefa: indicação de filmes, textos, vídeos	Elaboração de material informativo
A4	Descarte de pilhas e baterias	Entrevista com a comunidade; Exibição de vídeos Discussões em sala de aula Pergunta problematizadora e Respostas	Atividade experimental; Exercícios; Leitura dirigida; Visita técnica; Explicação conceitual	Respostas à pergunta problematizadora Interpretação de uma charge; Montagem de pontos de coleta; Produção de material informativo.
A5	Ecologia	Pergunta problematizadora e discussões	Aulas dialógicas e rodas de conversas; Exibição de filmes; Leitura de texto	Construção de Mapas conceituais, apresentação e debates; Dinâmica em grupo
A6	Lixo	Roda de conversa com perguntas problematizadoras e exibição de	Exposição oral; Exibição de vídeo	Trabalho manual; Construção de uma horta vertical



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

imagens

A7	Lixo	Roda de conversa com contação de histórias	Exibição de vídeo e atividades impressas	Saídas a campo; Visitas técnicas
A8	Insetos	Exibição de filme com roda de conversa; Produção de texto coletivo	Pesquisa bibliográfica em diferentes fontes	Confecção de material
A9	Conservação do solo	Roda de conversa com perguntas problematizadoras	Exposição oral e dialogada	Saída a campo; Registros fotográficos e produção de cartazes
A10	Poluição da água	Exibição de reportagem	Pesquisas na internet; aula expositiva e dialogada.	Atividade experimental
A11	Reino Plantae	Exposição de cartaz; Produção de Histórias em Quadrinhos	aula expositiva e dialogada.	Seminários Elaboração de cartaz

Fonte: As autoras (2024).

Tendo em vista que sequências didáticas são um conjunto de atividades e estratégias pedagógicas planejadas de forma sequencial e articulada, com o objetivo de desenvolver competências e habilidades específicas nos alunos (Zabala, 1998), ela organiza o conteúdo e os métodos de ensino em etapas que seguem uma lógica pedagógica, facilitando a compreensão e a aprendizagem dos alunos. A5 evidencia o êxito no planejamento da sequência didática para o desenvolvimento dos 3MP para abordagem de temática ambiental:

Os resultados positivos encontrados por meio de uma sequência de ensino envolvendo questões problematizadoras, rodas de conversas, aplicação/discussão de filmes, construção de mapas conceituais, dinâmicas e a elaboração e socialização de cartazes, evidenciam as suas potencialidades para se trabalhar os conteúdos de ecologia nas



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

aulas de ciências, contribuindo para a formação crítica e reflexiva dos
estudantes quanto a conservação dos recursos naturais (A5).

Quanto à adoção das oficinas temáticas há que se tomar alguns cuidados, para que as estratégias dos 3MP e das oficinas não se sobreponham e descaracterizem as ferramentas de ambas. Segundo Silveira (2022) oficina ou atelier são espaços para a prática de algum ofício, de alguma profissão, são lugares reservados para o fazer, para a realização de ações sobre determinados objetos, com o intuito de transformá-los profundamente. Logo, uma oficina temática é um espaço de aprendizagem que gira em torno de um tema central, oferecendo atividades diversificadas relacionadas a esse tema. O objetivo é proporcionar uma experiência educativa imersiva, onde os alunos podem explorar e entender o tema de diferentes perspectivas e contextos.

No caso dos três momentos pedagógicos, uma estratégia didático-pedagógica que advém da concepção do conhecimento freiriano, “o que se pretende investigar é o pensamento-linguagem referido à realidade, os níveis de sua percepção desta realidade, a sua visão do mundo (FREIRE, 1987). Neste movimento, é necessário entender o que Freire vem chamar de “temas geradores” e “investigação temática”, processos pelos quais emergem temas/situações significativas para os estudantes, como o relato observado em A6:

Após meses de convivência com a comunidade na qual a escola está inserida, pude perceber o quanto conversar sobre o tema “lixo” era importante para os estudantes. Numa certa manhã de atividades do PIBID, os estudantes do 5º ano relataram estar chateados com um morador do bairro por ter colocado fogo em um sofá na calçada da escola, causando grande alvoroço entre os estudantes. A fumaça atrapalhou o andamento das aulas e queimou parte do muro (A6).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Os temas geradores são os objetos de conhecimentos a serem melhor entendidos por alunos e professores durante o processo educativo, em torno dos quais ocorrerá o diálogo entre o conhecimento científico do professor e o conhecimento prévio do aluno (Delizoicov, 2013). A dimensão problematizadora que Freire atribui à sua concepção de educação é assim caracterizada pelo fato de que tais temas geradores precisam ser identificados através de uma pesquisa, que ele denomina de investigação temática (Freire, 1987). Nesse sentido, é válido citar que as experiências de vida de cada indivíduo são relevantes. É indispensável para cada professor aproveitar do saber prévio para poder inserir novos temas e até mesmo facilitar algumas contextualizações. Quando essa etapa não é cumprida, muitos alunos questionam como que um dado assunto será empregado na vida real. Contudo, se o professor investiga, por meio de uma problematização inicial, abre as janelas do entendimento do estudante (Urel, 2022).

Tomando esse pensamento como premissa, a concepção de oficinas temáticas não possui a redução temática necessária à inserção de um tema que inquieta e mobiliza o estudante à investigação e ao desbravamento das realidades e seus conflitos, como observado em A2, A8 e A10. Logo, o planejamento do ensino por meio de oficinas para a educação básica, com o intuito de organizar o ensino a partir dos três momentos pedagógicos não se mostrou favorável, ao olhar destas pesquisadoras, pois não cumprem etapas do reconhecimento e estudo da realidade dos estudantes, para que a partir de então se planeje sobre as reais lacunas a serem preenchidas.

Como podemos observar no contexto apresentado em um trecho de A2, percebemos que o estudo sobre o grupo de estudantes pesquisados, aos quais submeteram-se aos três momentos pedagógicos, foi realizado a partir da visão dos seus professores:



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

A intervenção realizada junto aos professores resultou nas sequências de atividades que seriam abordados nos momentos de cada oficina, a saber: Oficina 1: “Trabalhando conceitos: lixo e 3Rs”; Oficina 2: “Plantas medicinais, ornamentais e hortaliças: sistemas de plantio”; Oficina 3: “Compostagem, adubação e rega”; Oficina 4: “Jardim vertical e horta”. As oficinas se consolidaram no plantio e cultivo inicial da horta e do jardim vertical com plantas medicinais, ornamentais e hortaliças (A2).

Há que se enfatizar que durante o 1º MP, o professor deve despertar o interesse dos alunos por meio de situações cotidianas e que estão envolvidas na temática a ser estudada. Ou seja, a escolha ou a ênfase do estudo deve partir da necessidade do estudante se envolver e desejar aprofundar determinado conhecimento. Ao se deparar com um problema real o aluno passa a sentir “necessidade da aquisição de outros conhecimentos e procura configurar a situação como um problema que precisa ser enfrentado” (Angotti; Delizoicov; Pernambuco, 2002, p.200). Tais problemas devem emergir do universo dos aprendizes e seus contextos. Logo, o contexto apresentado pelos professores não representa a realidade que possa vir a surgir quando a problematização é realizada com os próprios alunos.

Considerando as diversas estratégias possíveis que podem ser associadas aos 3MP, o trabalho A3 desenvolve sequências didáticas se utilizando de tecnologia digital, onde se utilizam de recursos da internet para permitir ao professor a organização do ambiente de aprendizagem de modo problematizador. Nesse sentido, os aparatos tecnológicos já se tornam um mecanismo que desperta a curiosidade e interesse nos estudantes, e potencializa o entusiasmo quando insere situações cotidianas.

Logo, A3 associa o uso dos 3MP às metodologias ativas através das quais os estudantes tornam-se “[...] o centro das ações educativas e o conhecimento é construído de forma colaborativa”



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

(Diesel, Baldez, Martins, 2017), logo, o processo de ensino e aprendizagem assume-se como um ato de troca que, conforme pontua Freire (2011), na medida em que se ensina, também se aprende e vice-versa.

As metodologias ativas procuram criar situações de aprendizagem, a partir das quais os aprendizes possam realizar afazeres, pensar e conceituar o que fazem; e construir conhecimentos sobre os conteúdos envolvidos nas atividades que realizam, bem como desenvolver a capacidade crítica, refletir sobre as práticas realizadas, fornecer e receber feedback, aprender a interagir com colegas e com professor, além de explorar atitudes e valores pessoais. O fato delas serem ativas está relacionado à realização de práticas pedagógicas para envolver e engajar os alunos em atividades práticas, nas quais eles sejam protagonistas da sua aprendizagem (Valente, 2018). É possível inferir, inclusive, que a atividade tem potencial para ser estratégia para o desenvolvimento de um modelo de ensino híbrido, que é definido como sendo um modelo que combina o ensino presencial com o virtual.

Segundo Bacich, Tanzi Neto e Trevisani (2015) o ensino híbrido trata-se de uma metodologia que mistura os dois modos de ensino, presencial e online. O estudante inserido dentro dessa abordagem, em um momento aprende de forma on-line, controlando seu próprio tempo e ritmo de estudo, aproveitando as principais potencialidades que podem emergir dentro dessa perspectiva. E no momento presencial ele estuda em grupo, valorizando assim o aprendizado coletivo no desenvolvimento do conceito.

Em A4, o protagonismo e o engajamento dos estudantes no desenvolvimento dos 3 MP desencadeou um movimento, inclusive, de atualização da própria sequência didática idealizada, como apontado no seguinte trecho:

Essa ação, de montar pontos de coleta e panfletos para a comunidade escolar, não estava prevista inicialmente no plano de atividades da



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

sequência didática inicialmente proposta. Como tal atitude obteve uma ótima contrapartida dos alunos e comunidade, a professora incluiu a ação idealizada pelos alunos como uma atividade integrante da sequência didática como proposta para ser utilizada daqui em diante (A4).

Nesse sentido, podemos considerar que a metodologia foi exitosa tratar a temática ambiental, pois conseguiu conduzir os participantes para novas percepções quanto à problemática apresentada e apresentaram soluções de relacionamento com a natureza, reorientando sua prática.

PARA FINS DE CONCLUSÕES

Observamos que os fundamentos freirianos podem ser observados quando se trata da abordagem de temáticas ambientais, pois nas experiências relatadas emergem oportunidades de reflexão sobre o contexto em que se vive, a fim de promover a educação ambiental crítica dos estudantes.

Além disso, verificamos uma grande variedade de conteúdos e contextos capazes de possibilitar que as temáticas ambientais fossem exploradas por meio de discussões, debates, palestras, jogos, produção de material, filmes. De acordo com o exposto inferimos que, incluir o aluno nas decisões do percurso didático ou da estratégia metodológica que será utilizado nas aulas pode proporcionar-lhe autonomia no processo de aprendizagem e inclui-lo como sujeito em seu processo educativo.

Há que se diferenciar o uso das oficinas para o emprego dos 3MP, pois, aplicar uma oficina para apresentar tal ferramenta para a organização do ensino, não pode se realizada para se colocar em prática essa mesma ferramenta.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. L. F. O quefazer da educação ambiental crítico-humanizadora na formação inicial de professores de biologia na universidade. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Educação, 2012. Recife: O autor, 2012. 240 f.

ARAÚJO, M. L. F. A Educação Ambiental no mundo e no Brasil: sementes plantadas. In: OLIVEIRA, G. F. de. (org.) **Formação de Educadores Socioambientais**. Recife: MXM Gráfica & Editora, 2016.

BACICH, L.; NETO, A. T.; TREVISANI, F. **Ensino híbrido**: personalização e tecnologia na educação. Penso editora, 2015.

DELIZOICOV, D., DELIZOICOV, N. C. Educação Ambiental na escola. In: LOUREIRO, C. F. B.; TORRES, J. R. **Educação Ambiental**: dialogando com Paulo Freire. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

DELIZOICOV, D; ANGOTTI, J. A. P.; PERNAMBUCO, M. M. C. A. **Ensino de Ciências**: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

DIESEL, A.; BALDEZ, A. L. S.; MARTINS, S. N. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. **Revista Thema**, v. 14, n. 1, p. 268-288, 2017.

FERNANDES, G. W. R.; ALLAIN, L. R.; DIAS, I. R. **Metodologias e Abordagens Diferenciadas em Ensino de Ciências**. São Paulo: Livraria da Física, 2022.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido – Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade**: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

LAYRARGUES, P. P. Prefácio: A dimensão freiriana na Educação Ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; TORRES, J. R. **Educação Ambiental**: dialogando com Paulo Freire. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LAYRARGUES, P. P. Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de. **Repensar a educação ambiental**: um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2009, p. 11 – 31.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTA-CLARA, A. Argumentação: um caminho para a construção de saberes sobre o meio ambiente e para a formação de uma consciência socioambiental. In: OLIVEIRA, G. F. de. (org.) **Formação de Educadores Socioambientais**. Recife: MXM Gráfica & Editora, 2016.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

TORRES, J. R.; MAESTRELLI, S. R. P. A concepção educacional freireana e o contexto escolar: subsídios à efetivação das dimensões “pesquisa e ação” em educação ambiental na escola. **VI Encontro “Pesquisa Em Educação Ambiental”** Ribeirão Preto, 2011.

Disponível em:

http://www.epea.tmp.br/viepea/epea2011_anais/busca/pdf/epea2011-0150-2.pdf. Acesso em: 25 maio 2021.

TORRES, J. R., FERRARI, N., MAESTRELLI, S. R. P. Educação ambiental crítico-transformadora no contexto escolar: teoria e prática freireana. In: LOUREIRO, C. F. B.; TORRES, J. R. **Educação Ambiental: dialogando com Paulo Freire**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

TORRES, J. R., DELIZOICOV, D. Os pressupostos da concepção educacional de Paulo Freire na pesquisa em educação ambiental no contexto formal: 12 anos de ENPEC. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 7., **Anais**, Florianópolis, 2009. [1 CD-ROM.]

UREL, D. E. Paulo Freire e os três momentos pedagógicos. **Scientia Naturalis**, Rio Branco, v. 4, n. 1, p. 49-59, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/SciNat/article/view/6242>. Acesso em 01 nov 2023.

VALENTE, J. A. Blended learning e as mudanças no Ensino Superior: a proposta da sala de aula invertida. **Educar em Revista**, Curitiba, ed. esp., n. 4, p. 79-97, 2014.

ZABALA, A. **A Prática Pedagógica: como ensinar**. Porto alegre: Artmed, 1998.



CONTRIBUIÇÕES FREIREANAS À PRÁXIS EDUCATIVA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Nilmara Helena Spressola⁵³

Sandra Maria Xavier Beiju⁵⁴

RESUMO: Esse artigo é uma defesa sobre a importância da teoria crítica freiriana à práxis educativa em educação ambiental no contexto da Educação Infantil no ambiente escolar, a partir de percepções inquietantes de duas professoras educadoras com atuação na Escola Pública de Educação Infantil. Para dar conta da tarefa, busca-se aprofundar a compreensão de conceitos como: autonomia, diálogo, participação e Educação ambiental. Nessa perspectiva, os teóricos de referência são: Freire, Gadotti e Loureiro. Há um alicerce comum entre esses teóricos, fundamentando os conceitos que se busca aprofundar nesse trabalho. Todos demonstram a importância da práxis educativa ser contextualizada nos aspectos: histórico/político, ético, cultural e socioeconômico. Nesse sentido, entende-se que a práxis deve ser comprometida com a emancipação dos sujeitos e com intervenções transformadoras da realidade social, compreendendo as crianças enquanto seres integrantes da natureza e que devem participar de ações de Educação Ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Diálogo. Participação. Educação ambiental crítica.

⁵³Doutoranda e Mestra em Educação, Licenciada em Pedagogia/UFSCar. nilmaraspessola@gmail.com

⁵⁴Mestranda em Ciências Ambientais/UFS; Especialista em Educação Infantil; Licenciada em Pedagogia; Professora na Rede Pública Municipal de Aracaju-SE. sandrabeiju@yahoo.com.br



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

INTRODUÇÃO

(...) aquele que é enchido por outro de conteúdos cuja inteligência não percebe, de conteúdos que contradizem a forma de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende. (Paulo Freire, 1983).

Esse artigo nasceu de diálogos inquietantes entre duas professoras de crianças pequenas que nas suas percepções enxergam que ainda há muita dificuldade de compreensão sobre o quanto a teoria crítica freiriana, sistematizada no conjunto das suas obras, pode fundamentar uma práxis educativa libertária, uma educação como prática da liberdade,

com crianças muito pequenas ou mesmo bebês, em ambientes institucionais, como creches e pré-escolas, fases que compõem, a Educação Infantil, e denominada de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - sancionada no ano 1996, “Primeira etapa da Educação Básica”. Tornar-se o início da Educação obrigatória no Brasil, é um status importante e foi uma conquista considerável para a Educação Infantil. No entanto é preciso destacar que essa conquista não alcançou as crianças muito pequenas - bebês e crianças bem pequenas: 1 até 2 anos e 11 meses, fase da creche, visto que a emenda constitucional de 2009, passou a estabelecer a obrigatoriedade da matrícula institucional somente aos 4 anos, ou seja, ano primeiro de ingresso na pré-escola.

Com isso se quer dizer que, se a matrícula na fase da creche não é obrigatória, o histórico problema da exclusão de bebês e crianças bem pequenas do direito de acesso à educação promovida em espaços “não domésticos” permanece em todo canto neste país, principalmente nos grandes centros urbanos, como as capitais. Não há criação de vagas necessárias para o atendimento da demanda e também não há incentivo para mães e pais terem mais tempo com



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

seus bebês por meio de uma licença maternidade e paternidade apropriadas para essa fase da vida. As mães que não trabalham no serviço público têm a licença maternidade de 4 meses que pode ser prorrogada por 60 dias de acordo com a Lei 11.770 de 9 de setembro de 2008 e a licença paternidade que era de apenas 5 dias foi ampliada em 2024 para 15 dias.

Gestores neoliberais que não priorizam investimentos na Educação Infantil, desde a creche, que entendem como uma estrutura “muito cara” e ainda há a demagogia do discurso de preocupação com a educação sem investimentos reais na transformação de realidades para além do depósito de crianças que são também constantes no nosso histórico da educação brasileira. No que se refere à fase de matrícula obrigatória, ainda há demanda sem atendimento, ou seja, crianças na fase inicial obrigatória da educação básica, sem conseguir a matrícula institucional por falta de vaga. Mesmo estando como metas estratégicas no Plano Nacional de Educação.

Trazer esse ponto de destaque sobre a exclusão de crianças do acesso à primeira etapa da educação básica desde a creche, situa as reflexões aqui pontuadas em pilares basilares das ideias de Paulo Freire: denunciar injustiças sociais, exclusões, lutar por igualdade e equidade educacional de qualidade político pedagógica e anunciar possibilidades a partir da concepção pedagógica que enxerga o outro como sujeito de direitos, e enxerga a educação escolar como caminho, não para redimir a sociedade, mas para garantir ao ser humano, desde a tenra infância o acesso aos conhecimentos e saberes científicos e tradicionais acumulados pela humanidade.

Com frequência precisamos nos perguntar sobre os bebês e crianças pequenas, que não têm acesso a creche e cujas pessoas adultas responsáveis precisam trabalhar. Estão onde durante esse tempo? Estão com quem? Participando de quais práticas educativas? Cita-se esse exemplo por ser mais crítico, no entanto, defende-se que o direito de acesso à creche deve ser para todas as crianças que estão



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

nessa fase, independentemente das pessoas da família poderem ficar com elas ou não, em casa, no horário que deveriam ter acesso à educação de qualidade com profissionais devidamente qualificados.

Esse trabalho não é para travar uma discussão sobre a negação do direito à creche que afeta milhares de crianças brasileiras e dentre estas, as mais empobrecidas, embora o tema tenha tudo a ver com as ideias freirianas. No entanto se faz necessário sempre que falamos em Educação Infantil, destacar os direitos que as crianças brasileiras já conquistaram em ampla legislação nacional, e que ainda são negligenciados por gestores públicos. Fato este observável nas fragilidades e descompassos entre as políticas educacionais instaladas nos Sistemas de Educação, quer sejam públicos, quer sejam privados e as normativas e leis vigentes no país (Constituição Federal; Estatuto da Criança e do Adolescente; LDB, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil - DCNEI; Base Nacional Comum Curricular - BNCC Educação Infantil e Política Nacional para a Primeira Infância.

Esse artigo é uma defesa da importância da teoria crítica freiriana como fundamento à práxis educativa em Educação Ambiental no contexto da Educação Infantil no ambiente escolar, a partir dos olhares e diálogos entre duas professoras educadoras com experiências vivenciadas junto às crianças na Escola Pública de Educação Infantil. Para dar conta da tarefa, busca-se aprofundar a compreensão de conceitos como: autonomia, diálogo, participação, e Educação Ambiental. Nessa perspectiva, os teóricos de referência são: Freire, Gadotti e Loureiro. Há um alicerce comum entre esses teóricos, fundamentando os conceitos que se busca aprofundar nesse trabalho. Todos demonstram a importância da práxis educativa ser contextualizada nos aspectos: histórico/político, ético, cultural e socioeconômico. Nesse sentido, entende-se que a práxis educativa deve ser comprometida com a emancipação dos sujeitos e com intervenções transformadoras da



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

realidade social, compreendendo as crianças enquanto sujeitos históricos de direitos, que devem participar de ações de Educação Ambiental crítica tanto na instituição escolar, quanto em espaços outros da cidade, visando o desenvolvimento de valores e cuidados com todas as formas de vida existentes no planeta, bem como viverem infâncias criativas, com alegria, e potente imaginação.

Os teóricos – Gadotti e Loureiro – unidos à Freire na produção desse artigo, assim o foram por também terem suas teorias atravessadas por princípios e categorias que se inter cruzam: ação consciente, transformação e humanização. Cada um no seu campo de conhecimento produziu e produz estudos que muito contribuem para subsidiar do ponto de vista teórico-metodológico a prática educativa emancipatória do ser humano.

Gadotti e Freire foram contemporâneos, se conheceram no Chile, onde Freire foi obrigado a se exilar diante da perseguição do governo militar ditador instalado no Brasil em 1964, em razão das suas propostas críticas para alfabetizar pessoas adultas. Os dois têm em comum profundo compromisso ético-político com educação enquanto prática social libertária.

A teoria crítica freiriana ajuda-nos a aprofundar a compreensão de que a criança se desenvolve e se humaniza imersa no ambiente social e sempre precisará de outros seres humanos para mediar as suas relações com os objetos e com o mundo. E esses outros são outras crianças e são também as pessoas adultas. Imersão no mundo sociocultural e no mundo socioambiental, contribuirá para as crianças aprenderem a “ler o mundo” criticamente.

Loureiro é um pesquisador dos temas socioambientais contemporâneos. É um intelectual orgânico da classe trabalhadora, é um educador popular engajado nas pautas de luta por justiça socioambiental no Brasil.

Ante essas breves apresentações, o que se pode afirmar de comum entre os referidos pensadores com a teoria crítica freiriana? A



compreensão de que o ser humano é um ser político, o conhecimento também é político, assim como o processo de produção cultural e material da sociedade. Significa dizer que não se pode fazer educação sem situar os sujeitos envolvidos na ação no seu contexto histórico, que significa a problematização inclusive, das relações de poder que movem a sociedade e que geram as injustiças a serem combatidas, de forma organizada e coletiva.

O texto foi organizado em Seções assim denominadas Introdução; Autonomia e diálogo na Educação Infantil; Participação e Educação ambiental; Para além da destruição: continuidade do trabalho e Algumas Palavras Finais.

AUTONOMIA E DIÁLOGO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Consideraremos tratar aqui de diálogos e experiências que vislumbram esse horizonte de possibilidades que trazem essas questões para o centro da discussão proposta e ilustram as construções possíveis como inédito viável. Nesse sentido, tomamos como ponto de partida reflexões suscitadas em um livro de Freire, pouco conhecido e pouco referenciado na área da educação, de modo geral e muito menos na Educação Infantil: “Extensão ou Comunicação?”. Essa obra é um ensaio escrito por Freire, no final da década de 60 quando estava exilado no Chile, e registrou uma análise crítica complexa e profunda sobre o trabalho de técnico agrícola com o camponês, a partir da problematização da palavra “extensão”. A discussão de Freire vai nos revelando as implicações da palavra nas ações do trabalho realizado pelo técnico com os camponeses chilenos, conforme destacou o autor do Prefácio da obra referida, Jacques Chonchol:

Paulo Freire nos mostra como o conceito de “extensão” engloba ações que transformam o camponês em “coisa”, objeto de planos de desenvolvimento que o negam como ser de transformação do



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

mundo. O mesmo conceito substitui sua educação pela propaganda que vem de um mundo cultural alheio, não lhe permitindo ser mais que isso e pretendendo fazer dele um depósito que receba mecanicamente aquilo que o homem “superior” (o técnico) acha que o camponês deve aceitar para ser “moderno”, da mesma forma que o homem “superior” é moderno. (Freire, 1983, p. 7)

O que essas reflexões críticas desta obra de Paulo Freire têm a ver com a Educação Infantil? Tem muito a ver ou melhor, pode-se afirmar: tem tudo a ver. As questões pontuadas por Freire provocam o nosso pensar nas crianças a partir delas e dos seus níveis de percepção do mundo e da natureza. Nos alerta sobre a palavra e seu sentido “gnosiológico” e com isso amplia a nossa compreensão de educadoras de que “nenhum meio ou pessoa física possui o poder de dar voz a alguém, mas de potencializar a voz que existe” (Freire, 1983, p.15).

Outro aspecto importante a ser ressaltado nessa obra de Freire é o sentido gnosiológico que ele atribui à comunicação. Para Freire é um diálogo crítico entre sujeitos com diferentes níveis de percepções do mundo e deve ter a intenção de provocar a tomada de consciência de uma dada realidade social e percebendo-a injusta, agir sobre esta, com ações transformadoras. A comunicação em Freire, é profundamente contextualizada do ponto de vista político e sociocultural. Isso significa dizer que, a comunicação dialógica, crítica, educativa dos sujeitos envolvidos em uma prática entre sujeitos, exige a escuta do outro, com a intenção verdadeira de considerar seus saberes. É uma ferramenta essencial na promoção da liberdade e da justiça social. No trabalho pedagógico, na Educação Infantil, a comunicação freiriana é imprescindível no desenvolvimento intelectual e da autonomia das crianças.

Na sua obra – Pedagogia da Autonomia – capítulo 3 – Ensinar é uma especificidade humana - no tópico 3.6 no qual aborda “Ensinar exige saber escutar”, Freire assim define, de certo modo, o que defendemos sobre comunicação freiriana, na Escola de Educação Infantil,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Uma das tarefas essenciais da escola, como centro de produção sistemática de conhecimento, é trabalhar criticamente a inteligibilidade das coisas e dos fatos e a sua comunicabilidade. É imprescindível portanto que a escola instigue constantemente a curiosidade do educando em vez de “amaciá-la” ou “domesticá-la” (...) É preciso por outro lado, e sobretudo, que o educando vá assumindo o papel de sujeito da produção de sua inteligência do mundo e não apenas o de receptor da que lhe seja transferida pelo professor. (Freire, 1996, p. 140).

Essas reflexões críticas convidam-nos ainda a problematizar a relação educadoras/educadores e educandas/educandos quando tratando-se da Educação Infantil temos ainda bebês e crianças pequenas que não falam. E então perguntamos: Como serão ouvidas essas vozes em uma ação consoante com os princípios de uma educação que as respeite em sua inteireza? Freire, de novo nos provoca na dimensão complexa do fazer pedagógico crítico, com perspectiva libertária: “Conhecer é tarefa dos sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer” (Freire, 1983, p. 16). Na prática educativa com bebês e ou crianças pequenas, estas são e devem ser reconhecidas como sujeitos que, mesmo sem ter desenvolvido ainda a capacidade de verbalizar seus desejos e sentimentos, conseguem por outras formas de linguagens (usam o corpo: mãos, pernas, olhos, expressam emoções) interagir com o mundo ao seu redor e com o outro. E na escola de Educação Infantil, é a sensibilidade eivada de compromisso ético-estético e político que possibilita a criação de espaços e atividades que coloquem as crianças na condição de participantes do seu processo de desenvolvimento físico-motor, afetivo, cognitivo, social e cultural. Quanto mais estímulos afetivos e linguísticos as crianças tiverem acesso, mais autonomia elas desenvolverão. Quanto mais comunicação na concepção freiriana, as crianças vivenciarem,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

mais dialógica serão. Dessa forma a prática educativa contribuirá decisivamente para a constituição de seres humanos com capacidade de autonomia para agirem no mundo para transformá-lo em um lugar mais humanizado e humanizador.

É neste sentido que precisamos adentrar os conceitos de autonomia e diálogo de que trataremos a seguir:

As rodas de conversa, os círculos com as crianças na Educação Infantil, enfim a forma de trabalho que se incentiva que tenhamos nas salas de escolas, nos espaços de Educação Infantil em nosso país podem ser por vezes restritas já em seu mobiliário inadequado ou nos espaços limitados com uma grande quantidade de crianças por sala deixando a responsabilidade de criar as possibilidades para a autonomia destes sujeitos da Educação Infantil apenas para a educadora ou o educador. Requer repensarmos o próprio espaço e o que seria então a autonomia de bebês e crianças e o próprio entendimento da ação da/do educadora/educador. Quantas escolas de Educação Infantil têm um jardim, uma horta, uma composteira? Podemos afirmar que certamente não são todas.

Neste sentido, para Freire o conceito de autonomia que considera a educação direcionada para o desenvolvimento crítico e ativo de forma que responsabilidade e liberdade, ou seja, reflexão e ação, a práxis que leva à libertação, passa por todas as formas dessa educação. Do microcosmo da sala de aula em que ocorre essa disposição do espaço para o aprendizado, do jardim, da horta, das relações que se desenvolvem não só ali, mas em toda a escola e então no sistema de ensino municipal. Freire vai nos lembrar que “ninguém é sujeito da autonomia de ninguém, por outro lado, ninguém amadurece de repente, aos vinte e cinco anos, a gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser” (1997, p. 105). E como esse processo é então uma construção podemos perguntar: E como se constrói essa relação no “que fazer” da Educação Infantil?



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Temos por necessidade pensar no “conhecimento pela via do corpo” e ainda na autêntica pedagogia do oprimido, na educação libertadora que não é uma educação bancária.

A concepção bancária, por fim, nega a realidade de devenir. Nega o homem como um ser de busca constante. Nega a sua vocação ontológica de ser mais. Nega as relações homem-mundo, fora das quais não se compreende nem o homem nem o mundo. Nega a criatividade do homem, submetendo-o a esquemas rígidos de pensamento. Nega o seu poder de admirar o mundo, de objetivá-lo, do qual resulta o seu ato transformador. Nega o homem como um ser de práxis. Imobiliza o dinâmico. Transforma o que está sendo no que é, e assim mata a vida. Desse modo, não pode esconder a sua ostensiva marca necrófila (Paulo Freire, 1997b, p. 14).

Essa educação que deve ser para a VIDA em seu sentido mais amplo, requer espaços que tenham oportunidades de construção do conhecimento a partir da vida. Árvores, plantas, flores, frutos. E podemos defender que assim sejam possibilitadores da autonomia para a vida, desde a Educação Infantil.

O que espaços de puro cimento podem ensinar às crianças e aos bebês? Que estética, que ética aprendem em espaços assim? E que ética e estética podem aprender bebês e crianças em um jardim florido e multicolorido com a visita de borboletas? Freire nos lembrará contudo que:

“Antes de qualquer tentativa de discussão de técnicas, de materiais, de métodos para uma aula dinâmica assim, é preciso, indispensável mesmo, que o professor se ache “repousado” no saber de que a pedra fundamental é a curiosidade do ser humano. É ela que me faz perguntar, conhecer, atuar, mais perguntar, re-conhecer.” (Paulo Freire, 2007, p. 86).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

É neste jardim florido e multicolorido que recebe a visita de borboletas que pode ocorrer a curiosidade epistemológica de educandas e educandos que querem saber o que faz a borboleta ali naquela flor. Ou ainda porque a sementinha que plantaram cresceu diferente em cada vaso. E o que é que precisa de uma planta para florescer? Se este jardim receber a visita de sapos podemos imaginar o aprendizado? Este aprender, ensinar, ensinar e aprender pode ser o que venhamos a conhecer por verdadeiro diálogo.

O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento 'experimental'), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la (Freire, 2005, p. 52).

Na roda de conversa, no sentar em círculo da Educação Infantil, a escuta das crianças em diálogo vai gerar transformação na sala de aula, no jardim, na escola como um todo. As crianças podem querer participar das tomadas de decisão em outras esferas. Vamos propiciar essa participação?

PARTICIPAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O debate sobre as relações entre sociedade e natureza, é permanente e histórico. A Constituição Federal do Brasil, que em outubro vindouro completará 36 anos de vigência, traz no seu Art. 225 a determinação da garantia do direito de todos a um meio ambiente saudável, assim como a afirmação do dever de responsabilidade com os seus cuidados e com a sua preservação ambiental.

Aqui no Brasil e em outras partes do mundo, observa-se que nas chamadas “catástrofes ambientais”, as crianças são as principais



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

vítimas em perda da vida e ou em sofrimento das consequências: perdem a moradia, perdem entes queridos, perdem a sua rotina de vida e ficam mais expostas a todo tipo de violência social, pela condição de vulnerabilidade imposta. Recentemente testemunhamos nos noticiários em nível nacional o caso das enchentes no Rio Grande do Sul. Fortes chuvas que começaram no final de abril de 2024 e se prolongaram até maio tendo afetado o território por enxurradas, deslizamentos ou alagamentos resultaram em mortes e alteraram significativamente a geografia da região.

Quando se fala em práticas de Educação Ambiental na Educação Infantil, não se quer tratar de qualquer Educação Ambiental. Diante de várias abordagens e correntes teóricas nesse diverso e complexo campo de estudo, a nossa opção é por uma Educação Ambiental crítica e emancipatória dos sujeitos. Optamos por uma concepção de Educação Ambiental à luz de um referencial inserido na tradição crítica e dialética da história” (Loureiro, 2006, p. 131).

É nesse cenário da “tradição crítica e dialética da história” que localizamos os teóricos que fundamentam esse trabalho. Loureiro (2013) nos ajuda a ampliar e reafirmar a defesa da teoria freiriana como fundamento teórico-prático impactante para uma prática em Educação Ambiental crítica na Educação Infantil, sob a perspectiva do direito humano de todas as crianças terem o acesso aos saberes da natureza e as vivências/interações com e na natureza, tendo a Escola de Educação Infantil, como lugar de ocorrência destas práticas.

Ao falarmos em educação no Brasil é sempre oportuno retomar Paulo Freire, pela densidade e coerência de suas formulações e pela admiração conquistada entre educadores, militantes de movimentos sociais, inclusive ambientalistas, e governantes afinados com ideais democráticos e populares. Seu conceito de educação, compatível com o de educação ambiental, refere-se precisamente à ação simultaneamente reflexiva e dialógica, mediatizada pelo mundo, que



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

possui na transformação permanente das condições de vida (objetivas e simbólicas), o meio para a conscientização, o aprender a saber e agir de educadores/ educandos. Educar é transformar pela teoria em confronto com a prática e vice-versa (práxis), com consciência adquirida na relação entre o eu e o outro, nós (em sociedade) e o mundo. (Loureiro, 2013, p.5-6)

Constata-se que Loureiro busca em Freire o sentido mais dialógico da teoria crítica na educação, colocando-o a serviço das práticas em Educação Ambiental. E aqui defendemos, que na Escola de Educação Infantil essa dialogicidade precisa ser permanentemente o alicerce de todas as práticas realizadas com as crianças.

PARA ALÉM DA DESTRUIÇÃO: CONTINUIDADE DO TRABALHO

Quando se constrói uma escola de Educação Infantil já sabemos se são plantadas árvores no início da construção para que possam ir crescendo até o momento de ter crianças à sua sombra? Nossa experiência indica que não. Ao chegarmos para o trabalho em uma escola podemos ver o quanto falta a arborização especialmente em prédios recém-construídos e em nosso trabalho em estados diferentes, no sudeste e no nordeste do país, temos dialogado por anos sobre o trabalho com o plantio de mudas que é relegado a segundo plano ou fica destinado à iniciativa de professoras que se comprometam com tal causa. Neste sentido, exemplos tais como o de escolas que desenvolvem o trabalho de contagem do número de árvores que a escola possui já passou pelo momento em que alguém plantou.

Trazendo à memória a conhecida frase do indiano Rabindranath Tagore “O homem que **planta árvores**, sabendo que nunca se **sentará** à **sombra** delas, começou a entender o significado da vida.” E parafraseando-o, “A professora que planta árvores,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

sabendo que nunca se sentará à sombra delas na mesma escola, começou a entender o significado da natureza na vida das crianças”.

Uma de nós aqui traz uma recordação de um último dia como professora em uma escola e ainda relacionando o episódio com a obra de Paulo Freire intitulada “À sombra desta mangueira” o plantio com as crianças de 2 anos e meio a 4 anos de idade de uma muda de mangueira na frente da escola. Esta mangueira tinha sido recebida como uma doação para o trabalho focado na criação de um jardim e na arborização da escola. Este espaço não tinha instrumentos para fazer um buraco no chão que comportasse a muda e foi preciso providenciar. Foi levado de casa para a escola a cavadeira e também um pacote de terra adubada para fortalecer o solo para um plantio de sucesso.

Felizmente, no ano seguinte, em outra função na mesma escola a mangueira pôde ser cuidada ainda de perto, recebendo rega constante nos períodos de estiagem. E assim foi pelo período que foi possível continuar ali. Recentemente foi compartilhada uma informação sobre a mangueira ali plantada anos atrás. Com muitas flores, deu os primeiros frutos. Imaginem a alegria?

O que, agora, convidamos para uma reflexão coletiva a partir deste rememorar é: Como ficam os cuidados das mudas de árvores, das plantas, das flores recém-plantadas quando alguém que de certa forma lidera o plantio ali não mais estará?

Como fazer destas práticas, práticas coletivas integradas a um Projeto Eco-Político Pedagógico que não seja apenas um bonito discursar ou ainda palavras em uma espiral de folhas de papel? Como avançar para uma consciência ambiental que traga os objetivos do desenvolvimento sustentável para a prática transformadora no cotidiano escolar?

Ante esse singular relato de vivência em Educação Ambiental, entre professora e crianças pequenas na Escola de Educação Infantil, remetendo o vivido à obra “À sombra desta



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

mangueira”, destacamos que não apenas o título da obra contribui para recuperar a memória afetiva descrita acima, mas sobretudo, a força política e a ternura com que Freire (2001) volta a sua infância no quintal da casa em Jaboatão dos Guararapes e, revela o quanto as memórias sobre as suas experiências com e na natureza: com árvores (mangueiras, cajueiros, jaqueiras e barrigudeiras), passarinhos lhe trouxeram acalento nos momentos difíceis enfrentados na vida adulta. Nesse tempo ele vivia forçosamente, por imposição da ditadura militar, como exilado político no Chile.

Destacamos mais uma obra de Freire cujo teor abordado reafirma a ideia central desse artigo: a importância efetiva das ideias deste grande pensador/educador no fundamento de práticas em Educação Ambiental, com crianças pequenas, a partir de uma concepção crítica, emancipatória e libertária. Tal ação só é possível tomando-se as crianças como participantes, falantes e sujeitos atuantes em todo processo. As professoras planejam junto e com as crianças, e se colocam no papel de mediadoras de saberes, e escutadoras atenta das falas infantis sobre si e sobre o mundo.

Embora estejamos nesse texto, nos referindo sempre a: “escola, crianças e professoras”, chamamos atenção para o fato de que, nem a escola, nem as crianças e nem as professoras, existem isoladamente. Todas existem a partir de contextos histórico-político-sociocultural e econômico, e diversos elementos destes contextos atravessam a existência da instituição escola e dos seres sociais – crianças e professoras.

Gadotti (2009) ajuda a ampliar a nossa compreensão quando afirma, sobre a importância da educação e o papel dos seus agentes, conforme veremos a seguir: “A educação carrega de intencionalidade nossos atos. Precisamos ter consciência das implicações de nossas escolhas. O processo educacional pode contribuir para humanizar o nosso modo de vida. Temos que fazer escolhas. Elas definirão o futuro que teremos.” (Gadotti, 2009, p. 62)



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Cabe ressaltar que nesse contexto o mencionado autor não tem a intenção de responsabilizar a escola ou a professora/professor individualmente. Pelo contrário, ele faz um chamamento ao Estado, aos gestores públicos, as políticas públicas de educação para assumirem um compromisso ético com um projeto de “educação para uma vida sustentável” Gadotti (2009).

Fazendo uma década em 2024 que foi expirada a “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” – EDS, uma iniciativa da UNESCO que contou com a adesão de 46 países, dentre estes, o Brasil, Gadotti (2009). O que foi acumulado em se tratando de práticas educativas nessa perspectiva? Cadê a escola pública de Educação Infantil nesse processo? Cadê as políticas públicas de educação na direção da EDS? Não se objetiva apresentar respostas aqui. O que se quer é problematizar a temática sob a ótica do pensamento freiriano e reafirmar as suas contribuições ao desenvolvimento de práticas em Educação Ambiental na Educação Infantil, para além de todas as dificuldades e limites impostos por gestores públicos neoliberais.

ALGUMAS PALAVRAS FINAIS

Escolhi a sombra desta árvore para
repousar do muito que farei,
enquanto esperarei por ti.
Quem espera na pura espera
vive um tempo de espera vã.
Por isto, enquanto te espero
trabalharei os campos e
conversarei com os homens
Suarei meu corpo, que o sol queimará;
minhas mãos ficarão calejadas;
meus pés aprenderão o mistério dos caminhos;
meus ouvidos ouvirão mais,
meus olhos verão o que antes não viam,
enquanto esperarei por ti.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Não te esperarei na pura espera
porque o meu tempo de espera é um
tempo de quefazer.
Desconfiarei daqueles que virão dizer-me,
em voz baixa e precavidos:
É perigoso agir
É perigoso falar
É perigoso andar
É perigoso, esperar, na forma em que esperas,
porquê esses recusam a alegria de tua chegada.
Desconfiarei também daqueles que virão dizer-me,
com palavras fáceis, que já chegaste,
porque esses, ao anunciar-te ingenuamente
antes te denunciam.
Estarei preparando a tua chegada
como o jardineiro prepara o jardim
para a rosa que se abrirá na primavera. (Canção Óbvia, Freire, 2000).

São tempos desafiadores para o planeta e são nestes tempos
que se faz necessário lembrar destas palavras de Paulo Freire que
abrem nossas palavras finais.

Mais do que nunca é preciso plantar palavras e sementes,
ações em coerência com as crianças e bebês na Educação Infantil de
forma que à sombra das mangueiras, dos cajueiros, das árvores todas
do território Brasil de sul ao norte. Do nordeste ao sudeste. Em todas
as escolas de Educação Infantil possamos ter mais árvores que se
plantam do que as que se cortam. Mais sombra do que a aridez de
práticas que desconsideram aprender com a vida, mais leitura de
mundo com a leitura da palavra.

REFERÊNCIAS



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

BRASIL. LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
– 7. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições
Técnicas, 2023. 64 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.
Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil
(DCNEI) / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB,
2010.

Constituição da República Federativa do Brasil: texto
constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a
Emenda Constitucional no 132/2023. – Brasília, DF : Senado
Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. 482 p.

**FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à
prática educativa.** São Paulo: Editora paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não. – 8ª ed. São Paulo: Olho
Dágua, 1997.

FREIRE, Paulo. Papel da educação na humanização. Revista da
FAEEBA, Salvador, n. 7, p. 9-17, jan./jun. 1997b.

FREIRE, Paulo. À sombra desta mangueira. – 5ª ed. São Paulo:
Olho Dágua, 2001.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 7ª ed. Rio de Janeiro,
Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e
Terra, 2005.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: Teoria e Prática em Educação Popular**. 4ª ed. Petrópolis. Editora Vozes, 1993.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável** – São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Educar, participar e transformar em educação ambiental**. Revista brasileira de educação ambiental / Rede Brasileira de Educação Ambiental. – n. 0 (nov.2004). – Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004, p.13.+

LOUREIRO, Carlos Frederico B. (2006) **Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental**. Educação Social, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 131 – 152, jan./abr. 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. (2017) e COSTA. Cesar Augusto, **A interdisciplinaridade em Paulo Freire: aproximações político-pedagógicas para a educação ambiental crítica**. R. Katál., Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 111-121 jan./abr. 2017. Acesso: 05 jul.2024.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. (2017) e COSTA. Cesar Augusto, **A interdisciplinaridade em Paulo Freire: aproximações político-pedagógicas para a educação ambiental crítica**. R. Katál., Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 111-121 jan./abr. 2017. Acesso: 05 jul.2024.



O ALGORÍTMO DA JUVENTUDE AMAZÔNIDAS: AS MÍDIAS SOCIAIS PODEM SER UM DIFUSOR DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EMANCIPADORA?

Rafaela da Cunha Pinto⁵⁵

Giulia Simões Ferrari⁵⁶

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar dados qualitativos sobre a participação de jovens ativistas do Norte do Brasil nas redes sociais, identificando os desafios e as oportunidades dessa participação, bem como a relevância dos assuntos para a educação emancipadora. Como metodologia, utilizamos a análise de discurso, coletamos fotos e textos de perfis públicos, relacionamos os temas debatidos com os principais temas de busca do Google, analisamos via software *Atlas TI* que indicou as correlações, as principais palavras que aparecem nos textos dos perfis e o tipo de imagem apresentadas nos perfis. Como conclusão, podemos inferir que os temas principais destacados pelos “influencers” sobre o meio ambiente são a conservação do território e direitos. Também podemos inferir que, apesar de o Brasil pesquisar e observar a Amazônia como um lugar exótico, os “influencers” produzem informações sobre a localidade que podem ser aliadas interessantes na educação ambiental, contribuindo para um olhar político relacionado à conservação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação ambiental. Juventude. Mídias sociais. Amazônia.

⁵⁵Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Agricultras Amazônicas, doutoranda em Sociologia (PPGS) integrante do Coletivo Elzas de Ananindeua e AMB, rafaelaxingulivre@gmail.com.

⁵⁶Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestranda em Sociologia (PPGS), simoesferrari giulia@gmail.com.



INTRODUÇÃO

Neste trabalho, mobilizamos reflexões sociológicas em comparação com imagens de mídias sociais sobre algumas lideranças jovens da região Amazônica. Com o objetivo de compreender como um grupo específico de pessoas interage com plataformas, como *Instagram*, para disputar discursos sobre meio ambiente, observando quais as estratégias de mobilização para ampliar o debate de questões ambientais.

De acordo com o IBGE (2022), a população brasileira entre 15 a 19 anos era de 14.375.942 e, entre 20 a 24 anos, é de 15.466.463. Segundo o Atlas da Juventude (2021), são 50 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos, $\frac{1}{4}$ da população, ainda, de acordo com o Atlas, em 2019, a região Norte concentrava o maior contingente populacional e Norte e Nordeste apresentavam percentual maior que a média da juventude brasileira. Em relação às condições de vida, os jovens estão na classe mais pobre, todas as faixas etárias aumentaram acesso a tecnologias da informação, no entanto os números de jovens com esse acesso se mantêm maior, um exemplo é o uso de celular, entre os jovens, é 3,5 vezes maior, em detrimento disso, está a ausência de outros bens e serviços a esse público, como rádio, geladeira, máquina, etc.

Esses dados nos mostram um panorama sobre a juventude nos últimos anos. Compreendendo essa faixa etária entre 15 a 29 anos, pode-se inferir que estamos diante de uma juventude tecnológica, porém o acesso a aparelhos que possibilitam comunicação informacional possibilita diminuir desigualdades de produção de informação? E como essa informação reverbera em outros campos como a educação ambiental?



METODOLOGIA

Para este ensaio, utilizamos análise de discurso sobre conteúdos postados no *Instagram*. Selecionamos nove “influencers” dos estados da Amazônia legal; desses, coletamos imagens do perfil dos usuários. Os perfis observados foram de pessoas reconhecidas como “influencers”, que basicamente têm relação entre seguidores e o impacto de produção de seus conteúdos.

A análise de discurso (AD), de acordo com Caregnato e Mutti (2006), proporciona “interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais”. Nesse sentido, mobilizamos as contribuições da escola francesa em AD para indagar sobre a redistribuição de informações na internet.

O recorte do *Instagram* foi feito por ser uma rede que mescla texto e imagens, por isso selecionamos perfis de indivíduos, porém o caminho para seleção foi por meio de perfis coletivos, como de grupos e movimentos. Em seguida, identificamos a quantidade de seguidores e as publicações mais recentes (junho e julho). Também utilizamos o *google trends* para verificar os temas pesquisados sobre a Amazônia.

Utilizamos o programa *Atlas t.i* para analisar as redes de articulação entre os perfis de jovens, os temas e quais as relações disto para a educação, para isso organizamos dez documentos com fotos e legendas dos perfis, categorizamos em códigos (mulher, homem, indígena, denúncias socioambientais, atividade cultural, participação em conferências) e, a partir dessas categorias, o software apresentou uma análise sobre as principais palavras nos documentos e as correlações entre os perfis.

RESULTADOS

Na tabela abaixo, identificamos estados, indivíduos, movimento, gênero, causas principais que discursam e etnia ou raça.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Foi possível identificar 1 pessoa branca, 3 negros, 4 indígenas. Dentre as principais questões abordadas nos conteúdos, está a política ambiental, a qual nos referimos como sinônimo de demanda por questões territoriais e crise climática; em segundo lugar, está a pauta identidade, na qual agrupamos histórias sobre grupo, região e estilo de vida.

TABELA DE INFLUENCERS DA REGIÃO AMAZÔNIA LEGAL

ESTADOS	NOME	Número de seguidores (mil)	Movimento/organização	Gênero	Causas	Etnia/grupo/raça
Acre	Angélica Mendes Mamede	3636	Comitê Chico Mendes	Feminino	Ciência e Política ambiental Racismo ambiental e política ambiental	Branca/seringueiros(as)
Amapá	Hannah Balieiro	3.351	Instituto Mapinguari	Feminino	Identidade cultural	Negra
Amazonas	Maickson Serrão	17.1	O Pavulagem	Masculino	Política ambiental	Indígena
Amazonas	Borep Juma	22.2	Associação do Povo Indígena Juma-Jawara	Feminino	Comunicação e Identidade	Indígena
Pará	José Neto - Zé na Rede	25.2	Tupinambá	Masculino	Negócios comunitários	Indígena
Pará	Marlena Soares	8.116	Conexus	Feminino	Política ambiental	Negra/ribeirinha
Rondônia	Txaisurui	138.0	Paiter Suruí	Feminino	Comunicação e Identidade	Indígena
Maranhão	Raimundo José	12.2	RadioTv Quilombola	Masculino		Negro/Quilombola
Mato Grosso	Larissa Rocha Silva	5.791	Mulheres que movem Juína	Feminino	Comunicação	Negra

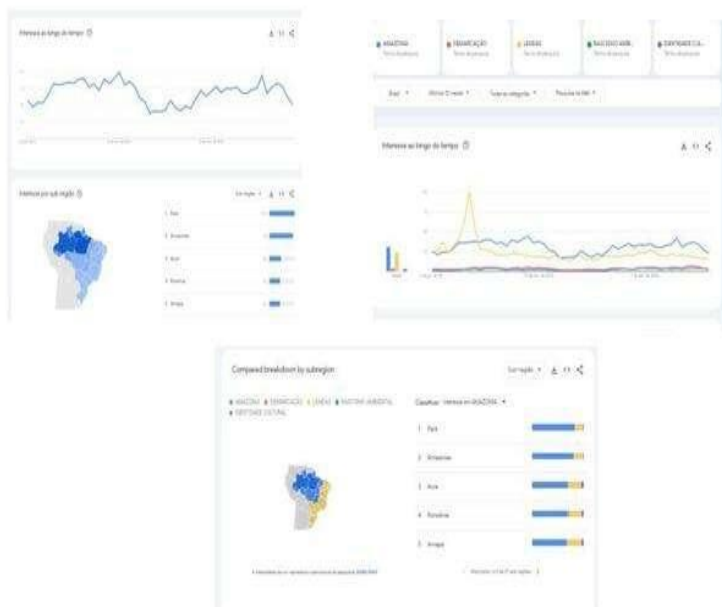


XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

A partir da variável “causas”, comparamos com o que é mais pesquisado no *Google trends*, uma ferramenta da própria plataforma *Google* que possibilita identificar os temas mais pesquisados. É possível perceber que, entre o ano de 2023 e 2024, em março de 2023, houve o maior pico de pesquisas sobre a Amazônia (primeira figura), em seguida, o tema de maior busca no Google foram lendas (segunda figura), um terceiro dado apresentado é que quem mais pesquisa sobre a Amazônia são os próprios estados da região, em primeiro lugar, o Pará (terceira figura).



(Fonte: Dados e imagens pelo Google Trends)



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL
Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Outra comparação importante para a análise são os números de outros estados, a partir das buscas selecionadas, de acordo com as causas dos ativistas, selecionamos um estado do Nordeste, Sudeste e Sul, em seguida, os estados da região Norte.



Figura 3: Pesquisas sobre a Amazônia no Nordeste



Figura 4: Pesquisas sobre a Amazônia no Sudeste



Figura 5: Pesquisas sobre a Amazônia no Sul

O Nordeste pesquisa mais sobre a região amazônica, das pesquisas, o tema principal são lendas, tomando como exemplo o estado do Piauí. Em seguida, o Sudeste, tomando como exemplo o estado de Minas Gerais que apresenta maior curiosidade, segundo o *Google*, em lendas e, em terceiro lugar, a região Sul.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)

Enquanto os estados da região Amazônica, o estado do Pará é o que mais pesquisa sobre a Amazônia, sendo o principal tema “lendas”, assim como os outros estados da Amazônia.

Podemos inferir, com esse levantamento de tendências de pesquisa, que a curiosidade pela região amazônica está relacionada à representação exótica da região. Pouco se pesquisa sobre direitos dos povos que habitam a Amazônia, menos ainda situações concretas e estruturantes que influenciam as desigualdades locais e os problemas globais, como desmatamento e queimadas.

É necessário fazer algumas observações sobre o *google trends*, essa pesquisa acima pode mudar de resultados de acordo com algoritmos de busca de cada servidor, há uma tendência em refinar dados de acordo com o perfil de busca de cada indivíduo. No entanto, essa mesma premissa é importante para pensarmos em como difundir ideias de pessoas da própria localidade que excedam o imaginário exótico, como é o caso de jovens *influencers*.

Tabela anexada

Quem são os jovens influencers da Amazônia?

Perfis	Legendas e identificação
	Angélica Mendes é filha de Chico Mendes, uma liderança reconhecida no estado do Acre pela luta por direitos dos seringueiros, foi assassinado por conta de seu trabalho que envolvia direitos aos grupos de trabalhadores, seringueiros e direitos territoriais. Angélica, atualmente atua no comitê Chico Mendes, levantando a bandeira do socioambientalismo e da ciência. “COP das Baixadas deu aula “ “O ACRE milhares de PRECISA DE AJUDA As inundações no estado do Acre já desabrigaram aproximadamente 20 mil pessoas e provocaram quatro



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

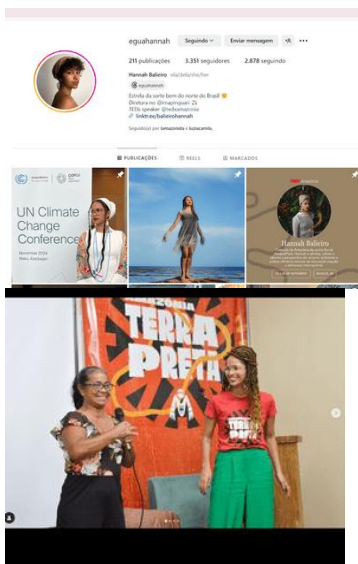
Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)



mortes até o momento.”

“Alguns registros da minha primeira participação na COP, sou sonhadora e acredito que podemos mais, mas não por meio dos líderes globais, eu acredito nessa rapaziada que luta no seu dia-a-dia pelos seus territórios”



Hanna Balieiro Bióloga de formação, e atual Diretora executiva do Instituto Mapinguari, Ong socioambiental fundada e gerida por jovens do Amapá, com atuação principal em áreas protegidas.

Mentora no Programa de Inovação e Aceleração da Região Amazônica - IARA do laboratório de clima da Purpose Brasil. Coordenadora regional no projeto Protocolo Ipê no Instituto Vero

“De #SB60 #climateaction outras trincheiras”

“cop2: O Brasil que queremos, lideranças femininas e amazônidas. Com @marinasilvaoficial do @mmeioambiente, Ana Toni na secretaria de clima, @guajajarasonia que além de ministra agora está como chefe da delegação do br na COP28, e Edel Nazaré marajoara e da secretaria de povos tradicionais”

“Ufa! Conseguimos mais uma vez. Depois de uma boa respirada, vindo aqui agradecer a todo mundo que fez o Amazônia Terra Preta acontecer.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)

	Botando no mundo minha expertise de produtora climático cultural, até o que deu errado deu certo. E que equipe incrível! Passaria semanas falando de como pensamos cada detalhe disso aqui, mas ainda tem muito mais caminho pela frente pra gente chegar. Obrigadão e até o futuro!”
	Maickson Serrão é servidor público, professor, Jornalista, Empreendedor Social, podcaster e show runner do Podcast Original Spotify Pavulagem. É indígena da etnia tupinambá. “Parintins é quente nas temperaturas mas é quente, também, nas relações, na energia, na entrega, nas pessoas... Parintins é energia, potência, intensidade e aproveitar a cidade para além do Festival é uma experiência surreal. Passei uns dias por lá e já estou com saudades.” “Maickson Serrão - O Pavulagem (@opavulagem): Maickson é do povo tupinambá, natural de Boim na Reserva Extrativista Tapajós/Arapiuns. Jornalista e mestrando em Ciências Humanas pela Universidade do Estado do Amazonas. Em 2023, foi escolhido para falar no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, onde falou sobre educação, advocacia, inovação e empreendedorismo para a preservação e restauração da Amazônia. Criou o Podcast Pavulagem que retrata as histórias dos Seres Encantados da floresta amazônica a partir de vozes de ribeirinhos e indígenas. Através do Pavulagem, Maickson contribui para o fortalecimento, perpetuação e amplificação da cultura da contação de



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

	histórias na região. O Pavulagem tem duas temporadas e é o podcast mais ouvido no norte do Brasil. Maickson e outras pessoas pretas e indígenas, empresas e iniciativas incríveis concorrem à premiação que este ano, tem como tema a #Conexão de diferentes gerações com a nossa ancestralidade para impactar o presente!”
	Borep Juma é fotógrafa Indígena da etnia Juma Uru eu wau wau. “Eu luto contra o Marco Temporal! Não a PEC48! A PEC48 entrará em pauta na CCJ no dia 10 de julho e trata-se de um projeto anti-indígena, pois visa mudar o artigo 231 da Constituição Federal para legalizar o Marco Temporal.” “Vamos juntos nos mobilizar contra mais essa violação e violência aos nossos povos e territórios.”



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)

José Neto é kaeté-tupinambá, paraense, amazônida, comunicador, ativista e engenheiro de produção, premiado o jovem do ano CH Awards 2022.

“Estou na lista dos profissionais LGBTQIA+ que estão construindo futuros desejáveis! A curadoria feita pelo time da Maratona do Orgulho, liderado por Gabi Augusto e Hóttmar Loch. A Maratona foi um evento realizado pela Nohs Somos e Transcendemos, que listou 100 pessoas incríveis que estão contribuindo para a construção de futuros mais inclusivos e desejáveis para a comunidade lgbtqia+.”

“Festivais Culturais no AM e PA Se tem uma coisa que o Norte sabe fazer é celebrar a fartura, cultura, histórias, danças, músicas, natureza, os encantados e por aí vai - é a nossa tradição sendo contada de diferentes formas. Por isso, listei 8 festivais que acontecem no segundo semestre de 2024, qual deles tu já foi ou vai esse ano? O interessante é que muitos remetem a nossa natureza e aos nossos povos! Claro que existem outros tantos! Qual ficou de fora? Comenta aqui e compartilha com teu amigo(a) que ama a cultura do norte.”



**XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL**

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)



Txai Suruí é filha de Almir Narayamoga Suruí, uma liderança histórica do movimento indígena que liderou movimentos de defesa à exploração madeireira na região, tornou-se conselheiro do Conselho Nacional de Política Indígena. Txai ficou mundialmente famosa, após discursar na abertura da conferência da Cúpula do Clima(COP26) aos 24 anos. “A educação pode e deve nos salvar

Acreditamos na educação climática como uma forma de mostrar a urgência de se pensar e colocar a crise climática no centro de todo e cada debate: sem planeta, não há qualquer possibilidade de vida. Mas também sabemos que muito da educação climática que é defendida por aí fala do meio-ambiente, mas por um viés muito superficial: e a gente sabe que de uma perspectiva honesta e real, é impossível falar de crise climática sem um olhar crítico.

A educação climática que acreditamos prepara o cidadão pra enxergar que a sustentabilidade é insustentável em um sistema que só se sustenta a partir da exploração e da dor. Justiça climática, econômica e sistêmica já!”“Somos filhos da Mãe Terra. Estamos propondo soluções para adiar o fim do mundo”, diz Txai.Referência Mundial!

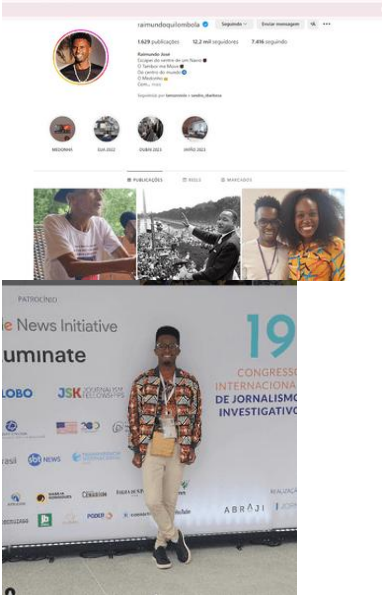
“Aos 26 anos, a liderança indígena Txai Suruí (@txaisurui) foi uma das três personalidades brasileiras selecionadas na lista anual de 100 lideranças da nova geração da Revista Time (@time). Ao lado das deputadas federais Erika Hilton (@hilton_erika) e Duda



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)

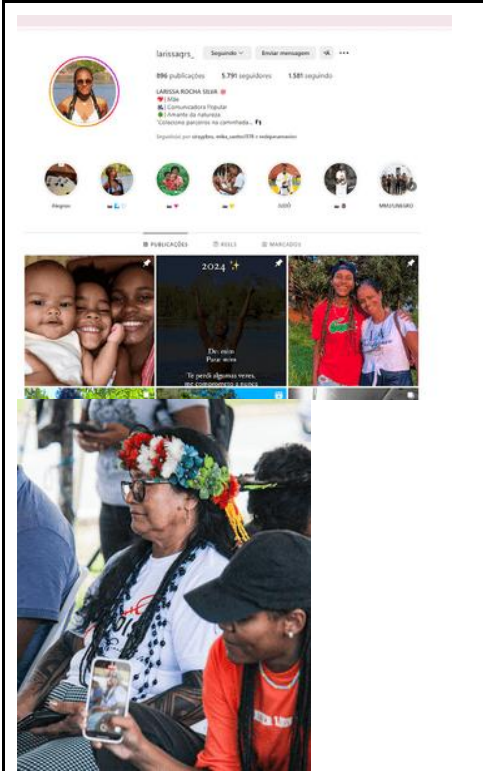
	Salabert (@duda_salabert), Txai é descrita pela revista como alguém que "possui o tipo de credenciais acumuladas ao longo de uma vida inteira de advocacy".
 The image shows a screenshot of the Instagram profile of Raimundo José (@raimundojoselombola). The profile has 1429 posts, 10.2k followers, and 7.4k following. The bio mentions he is a professor of geography, journalist, and quilombola, and coordinates a radio program. Below the profile picture are several posts, including one showing him speaking into a microphone and another showing him at a conference. The conference photo shows him standing in front of a backdrop for the 19th International Congress of Investigative Journalism, with logos for various organizations like PATRIOTIC, News Initiative, uminate, LOBO, JSK, and ABRÁJI.	Raimundo José é professor de geografia, jornalista e quilombola, coordena um programa de rádio. “estamos marcando presença representando @radioetvquilombo no 19º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo da @abraji_ na cidade de São Paulo “falar sobre a Comunicação de dentro pra dentro tem sido cada dia a mais uma missão do Medonho” “Em Território Sagrado”



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**



Larissa Rocha é comunicadora popular, fotógrafa e integrante do coletivo Mulheres que movem Juína.

“Se o amor alheio te incomoda, o problema está dentro de você.

Hoje, ainda mais, é dia de celebrar o amor em todas as suas formas.

Porque amor, é amor! 17 de Maio | Dia Internacional contra a LGBTfobia

Seguimos existindo, resistindo e sendo muito bissexuais “

“Acampamento Terra Livre MT, Registrando uma das minhas maiores referências na luta por direitos e pela vida, Rosines Kamunu, liderança do Povo Manoki. Gratidão a vida por poder conviver e aprender diariamente com pessoas como Dona Rose.”

“Eu tive medo, mas eu fui com medo mesmo”



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**



Marlena Soares é Articuladora de projetos socioambientais criadora do Festival dos Rios , graduada em gestão ambiental.

“Hoje Dia 17 de julho, no dia A PROTEÇÃO A FLORESTA, lembranças é fundamental em dizer que todos somos guardiões.”

A data tem como objetivo a conscientização e a importância da preservação das florestas, lar de inúmeras espécies de animais e plantas.

Por isso seja você o protetor, seja um curupira, um cuidador da floresta, ele é um verdadeiro guardião
“bem representa na inauguração do Ecocentro da Sociobioeconomia”
“Identidade na moda: O encontro das tendências com a ancestralidade”





XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

○ **Mulher**

Gr=6

○ **Parceria com organização social ou
instituição**

Gr=7

○ **Trajetória**

Gr=3

Sobre as correlações, podemos verificar que o discurso dos *influencers* mostra majoritariamente imagens de atuação, com legendas; em segundo lugar, atividade visual, cultural e identidade (caracteriza um cenário regional e da localidade); em terceiro lugar, uma imagem com uma instituição parceira e, em quarto, a imagem de denúncia ambiental, nesse caso, a questão marco temporal e crise climática.

Sobre a frequência de palavras e termos apresentado na nuvem abaixo, a principal questão abordada nas legendas e fotos foi “Direitos”, assim como etnia, grupo pertencente, região e ocupação. Essas seriam as palavras-chave dos *influencers*.

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Castells (1996) argumenta que, em oposição a um mundo cada vez mais global, os movimentos intensificam suas organizações em prol do local, como uma forma de defesa. O autor ressalta que a criação de identidade em um mundo em redes surge como resposta a um mundo imaginado hostil, na tentativa de construir memória e significados para o cotidiano. Ele também destaca que a etnia que, muitas vezes, é fonte de estereótipo é resultado de outra dinâmica, relacionada a um território.

Dessa criação de identidades, surge a resistência e projeto, em contradição, a identidade legitimadora que vigorou durante o



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

forte crescimento da industrialização. Portanto, a crise de um Estado -Nação, dos partidos e sindicatos, as outras identidades são mobilizadas.

Essa relação da criação de identidades locais é intensificada e, ao mesmo tempo, consumida no século XXI, com a expansão das redes informacionais. Harari (2018) questiona: como regular a propriedade de dados? Esse autor discute como as grandes empresas, como *Google* e outras, aumentam seu poder de influência e econômico, coletando nossos dados, vendendo nossa atenção aos anunciantes nas redes sociais e que os detentores dessa instrumentalização detêm poder de incidir em diferentes esferas sociais.

Dito de outra forma, esse é o momento de transição em que o virtual faz parte da materialidade da vida cotidiana. Assim como Noah (2018) questiona a desigualdade de concentração de informações pelas Bigdatas, podemos questionar a inserção de inteligência artificial para condicionar a distribuição de informação.

Como apresentado na citação abaixo, os algoritmos estão programados por regras para atender uma demanda. Silva (2020) apresenta dados sobre microagressões de algoritmos, nos quais, prevalecem nas plataformas informações sobre questões de violência e estereótipos em casos de pessoas negras, relacionadas à agressividade e pessoas indígenas, à exotização.

A patologização irmana com a exotização das populações racializadas, sobretudo nas opressões interseccionais. A exotização de mulheres racializadas soma-se à misoginia e leva a mensagens e associações à hipersexualização. Estrangeiro na Própria Terra / Negação de Cidadania. No caso de grupos minorizados quantitativamente, são enquadrados como se não fossem efetivamente do local – como acontece com os povos indígenas em países da América. Essa negação de cidadania é frequente também em ambientes de consumo, onde o grupo hegemônico recebe tratamento preferencial (SILVA, p. 8. 2020).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Haraway (2013) defende em manifesto ciborgue que devemos hackear o sistema, ou seja, participar ativamente e não menosprezar o formato informacional da sociedade. Nesse sentido, é preciso “educar” ou, como diz Noah (2018), restringir a Inteligência artificial e afins, como forma de proporcionar outros discursos e acessos.

Nesse caso, os jovens da Amazônia acumularam para si o discurso do desenvolvimento sustentável. Bell (1973) argumenta: como datar uma mudança social? A sociedade pós-industrial é a sociedade do conhecimento, da tecnologia e do bem-estar, no entanto esse equilíbrio é quebrado com o não atendimento da expectativa de coletivizar o bem-estar. Depois de várias convenções científicas para definir como seria possível o futuro, agora os jovens das localidades estão participando por dentro, nesse caso, falando sobre um dos territórios em debate, a Amazônia.

O jovem com facilidade de acesso à plataforma e produção de conteúdo pode ser um grande potencial de fixação de jovens no meio rural, haja vista que muitos saem para as cidades em busca de empregos, compreendendo que os influenciadores selecionados são de comunidades rurais.

EDUCAÇÃO E MÍDIAS SOCIAIS: FURANDO A BOLHA?

Na Sociologia de Pierre Bourdieu, a “constituição do habitus ocorre em relação à posição dos sujeitos na estrutura social e que cada sujeito age, de certo modo, reproduzindo aquilo que é característico de seu meio natal” (Souza, 2021, p. 91-92). Dessa forma, os agentes internalizam e reproduzem aquilo que está disponível na posição social de origem. Um exemplo o qual pode ser citado é o caso de um estudante de camada popular que apresenta disposições da posição social que ocupa relacionadas ao ingresso no mercado de trabalho, após a conclusão do ensino médio, e não no ensino superior.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Assim como o *habitus*, na sociologia de Bourdieu (2022), o capital cultural molda os indivíduos nas suas posições sociais e pode ser também um reprodutor das desigualdades. Esse capital seria um acúmulo de conhecimentos informais e sua limitação dar-se-ia na capacidade de armazenamento do cérebro humano de cada agente. Segundo Piotto (2010), para o autor, “é um conjunto de estratégias, valores e disposições proporcionados, sobretudo, pela família, que cria no indivíduo uma -predisposição a uma atitude mais dócil e de reconhecimento frente às práticas educativas; esse capital é herdado e pressupõe sua incorporação, tornando-se parte inerente ao próprio indivíduo” (Piotto, 2010, p. 230).

É um conhecimento abrangente de um mundo cultural, como forma de disposições disponíveis a bens culturais. Além disso, Bourdieu ressalta que os principais transmissores do capital cultural são a família e o contexto socializante.

Bourdieu (1990), ao realizar suas análises, apresenta uma perspectiva, de certo modo, inflexível da reprodução social, quando discutida na formação do *habitus*. Isso porque o autor entende que a sociabilidade faz com que ocorra a formação do nosso *habitus*, em um processo de transferência e depósito. As ações, hábitos cotidianos, opiniões, comportamentos são disposições adquiridas no processo de socialização do indivíduo, que podem ser vários, heterogêneos e até contraditórios. Essas disposições, adquiridas nos contatos múltiplos, nestas interações plurais, formam o *habitus*, que influencia os modos de agir, pensar, etc. Na Sociologia de Bourdieu, o *habitus*, tanto nas representações como na produção, é retrato fiel à posição social em que o agente ocupa. Lahire, por sua vez, pondera que a aquisição do *habitus* não se circunscreve à posição de classe.

Lahire (2005), ao analisar a formação e a reprodução da ideia, traz outra ótica, já que os analisa sob uma escala individual, destacando o papel das variações intraindividuais. A Sociologia à escala individual sugere concentrar-se em “estudar o social



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

individualizado, ou seja, o social refractado num corpo individual que tem a particularidade de atravessar instituições, grupos, campos de forças e de lutas ou cenas diferentes, é estudar a realidade social na sua forma incorporada, interiorizada.” (LAHIRE, 2005, p. 14).

Lahire (2005), na necessidade de entender a gênese social proposta por Bourdieu, indaga o papel classificatório que essa noção pode ter. Pois, nessa configuração do habitus, uma pessoa pertencente a uma elite econômica falará, pensará, agirá, pertencerá, frequentará, terá ações iguais à de outros pertencentes dessa elite, pois essas foram as disposições interiorizadas de acordo com a posição social ocupada. O mesmo se aplica a uma pessoa pertencente a outra realidade social, ela não frequentará peças teatrais e óperas, não tocará instrumentos nobres, não lerá literatura de uma elite intelectual, visto que não são essas as disposições disponíveis no espaço social ocupado (LAHIRE, 2005). Essa ideia de que o habitus é constituído apenas da reprodução social da posição que os atores ocupam, contribui para “[...] uma teoria do conhecimento e dos modos de socialização ‘vazia’”. (LAHIRE, 2005, p. 20)

Ao colocar o conceito de habitus a uma escala individual, Lahire (2005) expande os modos de adquirir as disposições. Nessa perspectiva, os indivíduos também interiorizam as disposições por meio da socialização, no entanto, o agente não é produto de um espaço social específico. Isso porque os indivíduos “não são feitos de um só pedaço, mas pelo contrário são colagens compostas, complexas matizadas de disposições (para agir e para crer) mais ou menos fortemente constituídos.” (LAHIRE, 2005, p. 32) A ideia de Lahire traz ao agente uma complexidade maior, considerando, então, que “os indivíduos são aquilo que suas múltiplas experiências sociais fazem deles. Assim, longe de ser a unidade mais elementar, o indivíduo é, sem sombra de dúvida, a realidade social mais complexa a ser apreendida” (LAHIRE, 2008, p. 376)



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Já que o agente pode ser entendido como um conjunto de disposições plurais adquiridas por todos os contextos em que ele passou, não apenas pelo cenário em que está ou iniciou o processo de socialização, o *habitus* é como um grande mosaico, composto de diferentes formas, cores, tamanhos, que são as disposições obtidas pela tramitação do indivíduo pelos cenários igualmente plurais.

Os indivíduos ainda são orientados pelas disposições absorvidas e, ao mesmo tempo, as produzem, entretanto, em dissonância a Bourdieu, o *habitus* a escala individual, é uma constante construção das disposições adquiridas na socialização em todos os cenários cruzados. Por exemplo, o estudante, que tem acesso aos influenciadores citados, que a educação ambiental não foi presente na sua trajetória, na socialização, ele poderá reproduzir essas disposições como pode apresentar uma ruptura, vinda do múltiplo conjunto de disposições internalizadas.

A importância dessa discussão ao falar sobre a influência das mídias sociais como difusor de uma educação ambiental emancipatória perpassa pensar o patrimônio das disposições incorporadas presente nas mídias sociais. Se essa outra ótica do *habitus*, aponta que as disposições que os agentes absorvem estão em todos os espaços que eles perpassam, as redes sociais também possuem disposições a serem incorporadas.

Dentre os três conceitos de informação: fisicista, cognitivista e pragmatista (Araujo, 2014), o conceito pragmatista, que entende a informação como intersubjetiva e dependente do contexto social, econômico e político do indivíduo, se alinha de forma mais direta com a perspectiva apresentada no artigo sobre Paulo Freire e a cultura digital (Pesce, Bruno e Hessel, 2023).

Na pesquisa, as autoras argumentam que a cultura digital, quando integrada a uma perspectiva crítica e decolonial, pode ser uma ferramenta poderosa para a educação transformadora. Essa abordagem é compatível com o conceito pragmatista da informação,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

pois ambos enfatizam a relevância do contexto e das necessidades específicas dos indivíduos. Assim como a informação, segundo o conceito pragmatista, adquire significado e utilidade dentro de um determinado contexto, a cultura digital e a educação freiriana ganham força e eficácia quando aplicadas de maneira contextualizada e crítica.

A pedagogia de Paulo Freire (2013) destaca a importância da conscientização e da transformação social. Essa visão pode ser relacionada ao entendimento da informação como um processo que envolve a transformação de dados em conhecimento, tal como mencionado por Ilharco (2003) e citado por Arantes Ribeiro, Valentim e Almeida Junior (2022). No contexto freiriano, a educação não é apenas a transmissão de dados, mas um processo dinâmico onde a informação é vinculada à experiência e à realidade dos educandos, promovendo a conscientização e o empoderamento.

Ao relacionar os conceitos de informação com a teoria freiriana de educação emancipadora e a cultura digital, evidencia-se que a abordagem pragmatista da informação, que considera o contexto e a utilidade da informação, é a mais relevante. A visão freiriana de educação, que enfatiza a conscientização e a transformação social, encontra eco na ideia de que a informação deve ser significativa e útil para os indivíduos em seus contextos específicos. A cultura digital, quando utilizada de maneira crítica e consciente, pode potencializar esses processos formativos, alinhando-se aos princípios de uma educação decolonial e transformadora.

Dessa forma, pode se relacionar os conteúdos disseminados nas mídias sociais tanto como disposições disponíveis a serem ou não absorvidos, portanto, um patrimônio das disposições incorporadas, como um capital cultural, uma vez que, assim como o *habitus*, para o Lahire (2010), é uma ação que se forma a partir dos inúmeros processos socializadores. Ao relacionar essas teorias com as de cultura digital, pedagogia de Paulo Freire e a de informação, é possível observar a importância de uma educação contextualizada e



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

crítica. A pedagogia freiriana, que enfatiza a conscientização e a transformação social, e a cultura digital, quando integrada de forma crítica, potencializam o processo educativo, tornando-o relevante e empoderador para os indivíduos em seus contextos específicos. Assim, ao considerar a complexidade das disposições sociais e culturais dos indivíduos e a importância dos diferentes contextos na formação do habitus e na utilidade da informação, reforçamos a necessidade de uma abordagem educativa que seja ao mesmo tempo crítica, inclusiva e transformadora. A cultura digital, utilizada de maneira consciente, pode ser uma ferramenta poderosa para promover essa educação emancipadora, alinhando-se aos princípios freirianos e ao conceito pragmatista da informação.

Ser jovem na Amazônia é enfrentar ameaças e oportunidade de um território que materialmente é um alvo de exploração, bem como é um espaço de fortalecer a identidade local como abrigo, como diz Castells (1996), e mesmo de reivindicar através dos signos, símbolos, imagens e discurso uma outra forma de bem-estar.

REFERÊNCIAS

CAREGNATO, R. C. A., & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: Análise de Discurso versus Análise de Conteúdo. **Texto Contexto Enferm.**, 15(4), 679-684.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HARARI, Yuval Noah - 21 **Lições para o século XXI**, Big Data está vigiando você. 2018

KAUFMAN, Dora. Dossiê: Deep learning: a Inteligência Artificial que domina a vida do século XXI. **Teccogs: Revista Digital de**



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Tecnologias Cognitivas, TIDD | PUC-SP, São Paulo, n. 17, p. 17-30,
jan-jun. 2018

SILVA, Tarcízio. Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código. In: SILVA, Tarcízio. (Org.). Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: olhares afrodiaspóricos. 1ed. São Paulo: LiteraRUA, 2020, v. 1, p. 120-137.
Bell, Daniel (1973, 1976) **The Coming of Post-Industrial Society, a venture in Social Forecasting**, New York: Basic Books.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2023**.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In T. T. da Silva (Org.).
Antropologia do ciborgue (pp. 35-118). Belo Horizonte: Autêntica. 2013.

FREIRE, Paulo. A concepção “bancária” da educação como instrumento de opressão. Seus pressupostos, sua crítica. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

ARAUJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**: espaço social e o poder simbólico.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In:
BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. CATANI, Maria Nogueira e Afrânio (orgs.). 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015 (Ciência Sociais da Educação).

LAHIRE, B. Patrimônios individuais de disposições. Para uma sociologia à escala individual. In: **Sociologia, Problemas e Problemáticas**. N. 49, 2005.

SILVA, H. M. G. da; RIBEIRO, R. O acesso à universidade pública no Brasil e a questão social: uma análise dos dados do relatório do vestibular da Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho - UNESP. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 7, n. 3, p. 170–183, 2012.

SOUZA, Maria do Socorro Neri Medeiros de In: PIOTTO, Débora Cristina (org). **Camadas Populares e Universidades Públicas: trajetórias e experiências escolares**. São Carlos/SP. Pedro e João Editores, 2021.

PIOTTO, Débora Cristina. Universitários de camadas populares em cursos de alta seletividade: aspectos subjetivos. **Rev. bras. orientac. Prof.** São Paulo, v. 11, n. 2, p. 229–242, dez. 2010.

ZAGO, N.. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 226–237, maio 2006.

PESCE, Lucila; BRUNO, Adriana Rocha; HESSEL, Ana Maria Di Grado. Paulo Freire e cultura digital: contribuições para as docências decoloniais e os processos (trans)formativos. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, e61429, 2023.



O CUIDADO COM O OUTRO NA LAUDATO SI' À LUZ DA CONSCIENTIZAÇÃO DE PAULO FREIRE: UMA ANÁLISE CRÍTICA E INTERPRETATIVA

Patricia Helena de Ribeiro Munhoz Costa
Gabriel Fernandes da Silva
Juliana Battistus Mateus Ferreira

RESUMO: Este artigo tem como objetivo responder a seguinte questão: Qual é a conscientização para o cuidado com o outro que está implícita no cuidado da casa comum na *Laudato si'* à luz de um olhar freireano? Na relação dos conceitos de conscientização crítica e denúncia de Paulo Freire, nos debruçamos a refletir sobre a encíclica, documento que apresenta uma interconexão entre os problemas ambientais, sociais e econômicos, realizando uma “denúncia” acerca de problemas contemporâneos enfrentados a nível planetário. Para tanto, utilizamos o método Fenomenologia Hermenêutica baseando-se em Ricoeur (1989) para o desvelamento e interpretação do fenômeno, como aporte teórico temos as obras de Paulo Freire (1979, 2000, 2019). A partir dessa aproximação entre a encíclica e o pensamento freireano demonstramos a relevância deste estudo para a construção de uma Educação do século XXI, a qual necessita de um cuidado com os sujeitos e com o mundo, nosso lar. Para tanto, demonstramos qual é papel do professor e professora educadores.

PALAVRAS-CHAVE: Conscientização crítica. Denúncia. Práxis. Educação socioambiental.

INTRODUÇÃO

Este artigo foi produzido a partir da participação de seus autores em uma disciplina eletiva ministrada em língua francesa na modalidade on-line do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em um diálogo com o Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma instituição. No decorrer desta disciplina, professores situados no Brasil, na França e na Suíça realizaram palestras comunicando diferentes olhares sobre temáticas que tangenciam os Direitos Humanos.

Diante da necessidade de elaborar um trabalho final para a disciplina, em que foi proposto o cuidado com o outro como tema central, utilizamos as lentes da Área da Educação para problematizar a realidade em que vivemos. Em um esforço para aproximar áreas distintas em um eixo norteador, tomamos como fonte primária objeto de análise a Carta Encíclica *Laudato Si'* (2015), escrita pelo Santo Padre Francisco em 2015, sobre o cuidado da casa comum. Para realizarmos a análise, apoiamos-nos na leitura de Freire (1979, 2000, 2019), acerca da categoria de conscientização crítica e denúncia.

A pergunta de pesquisa é: Qual é a conscientização para o cuidado com o outro que está implícita no cuidado da casa comum na *Laudato Si'*?

Metodologicamente propomos realizar uma interpretação crítica buscando compreender o cuidado com o outro presente da *Laudato Si'*, a partir da Fenomenologia Hermenêutica, tendo como principal referencial teórico as categorias de conscientização e denúncia em Paulo Freire.

Ao utilizarmos o método fenomenológico, intencionamos desvelar o fenômeno, o cuidado com o outro na *Laudato Si'*, para chegarmos o mais próximo possível de apreender a verdade, a realidade. A escolha de complementarmos com o método hermenêutico é porque além de desvelar a realidade, também intencionamos interpretá-la a partir de lentes freireanas. À luz deste caminho,

Toda a interpretação se propõe vencer um afastamento, uma distância, entre a época cultural passada a qual pertence o texto e o



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

próprio intérprete. Ao superar esta distância, ao tornar-se contemporâneo do texto, o exegeta pode apropriar-se do sentido: de estranho ele quer torná-lo próprio, isto é, fazê-lo seu; e portanto o engrandecimento da própria compreensão de si mesmo que ele persegue através da compreensão do outro. Toda a hermenêutica é assim, explícita ou implicitamente, compreensão de si mesmo através do desvio da compreensão do outro (Ricoeur, 1989, p. 18).

O artigo está estruturado em três partes. Em um primeiro momento apresentamos a Encíclica. Em seguida, contextualizamos a categoria de denúncia e conscientização em Paulo Freire. Na terceira parte realizamos a análise da fonte à luz do referencial teórico para oferecer contribuições para o campo.

A LAUDATO-SI' SOBRE O CUIDADO DA CASA COMUM

A Carta Encíclica Laudato Si' - sobre o cuidado da casa comum, escrita pelo Santo Padre Francisco em 2015, dois anos após ter sido eleito para o cargo, possui uma importância não somente para o mundo católico, mas também para fomentar o debate, promover a conscientização e impactar a elaboração de políticas públicas acerca dos tópicos mais emergentes relacionados ao tema do desenvolvimento sustentável no cenário geopolítico mundial.

A expressão Laudato Si' advém de uma frase em italiano cujo significado é louvado sejas, que faz referência ao Cântico das Criaturas, uma oração que exalta a criação e a natureza como manifestações da bondade de Deus, escrita por São Francisco de Assis, em 1224. Em seguida, o termo casa comum faz referência ao tema do qual o documento trata. Por constituir uma fonte de cunho religioso, este documento indica ligação entre ecologia, espiritualidade e responsabilidade humana com o meio ambiente.

Escolhemos este documento como objeto de pesquisa pois também consideramos que se trata de um documento altamente



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

relevante para o contexto histórico, político, econômico e social contemporâneo, já que é um posicionamento oficial do maior cargo dentro da Igreja Católica, responsável por tomar decisões doutrinárias e morais, transmitir essas ideias a uma grande extensão de fiéis⁵⁷. Outro motivo de particular importância é que o tema abordado também é de interesse de diferentes forças hegemônicas que estão ligadas ao atual modelo econômico de produção e de consumo da sociedade.

Diferentes cartas papais foram escritas anteriormente a esta, em momentos tão importantes quanto a necessidade de discutir o clima em nossos dias. Quando havia o risco de uma crise nuclear, o Santo Papa João XXIII escreveu a *Pacem in Terris* (11 de abril de 1963), transmitindo uma proposta de paz ao mundo católico e a todas as pessoas de boa vontade; em 1971, o Beato Papa VI já apontava para uma crise ecológica derivada da exploração humana da natureza; São João Paulo II, em 1979, escreveu a encíclica *Redemptor Hominis* e convidou a humanidade para uma conversão ecológica global, na qual considerou que o progresso humano autêntico possui um caráter moral e pressupõe o pleno respeito pela pessoa humana; Bento XVI, em Discurso ao Corpo Diplomático acreditado junto da Santa Sé, fez o convite a “eliminar as causas estruturais das disfunções da economia mundial e corrigir os modelos de crescimento que parecem incapazes de garantir o respeito do meio ambiente” (Bento XVI, 2007, p. 1). Com base nesse percurso histórico de posicionamentos convergentes, Papa Francisco publicou sua referida Carta.

O documento escrito pelo Sumo Pontífice possui 184 páginas que foram organizadas em seis capítulos, da seguinte forma:

⁵⁷ De acordo com o anuário pontifício de 2021, em 2019 havia em torno de 1 bilhão e 345 milhões de católicos em todo o mundo. A presença de católicos batizados no mundo está em torno de 17,7% da população mundial. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2021-03/anuario-pontificio-2021-dados-igreja-catolica.html>> Acesso em: 18 jan. 2024.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

- 1) O que está acontecendo em nossa casa;
- 2) O Evangelho da Criação;
- 3) A raiz humana da crise ecológica;
- 4) Uma ecologia integral;
- 5) Algumas linhas de orientação e ação;
- 6) Educação e espiritualidade ecológicas.

Gostaríamos, primeiramente, de concordar com a visão do Antigo Movimento Católico Global pelo Clima - Movimento Laudato Si'⁵⁸, de que para realmente entender as mensagens do Papa Francisco, é necessário ler a Laudato Si' mais de uma vez, pois se trata de uma encíclica com profundo significado histórico, político, econômico e cultural que congrega os milhares de anos de ensino católico em um só documento.

Mas, por que escolhemos um documento que discorre sobre o cuidado da casa comum, tema legítimo e urgente, para apreender o cuidado com o outro? Há alguma relação possível? Se sim, no quê? Se não, por quê? As possíveis respostas para estas intrigantes perguntas estão situadas na leitura e na interpretação crítica e reflexiva da Laudato Si'.

Muitas coisas devem reajustar o próprio rumo, mas antes de tudo é a humanidade que precisa de mudar. Falta a consciência duma origem comum, duma recíproca pertença e dum futuro partilhado por todos. Esta consciência basilar permitiria o desenvolvimento de novas convicções, atitudes e estilos de vida. Surge, assim, um grande desafio cultural, espiritual e educativo que implicará longos processos de regeneração (Francisco, 2015, s/p).

Um caminho possível para respondermos as perguntas que orientam este trabalho é evidenciar a conscientização, justamente

⁵⁸ Maiores informações sobre este movimento, acessar o site: <<https://laudatosimoviment.org/pt/>>. Acesso em: 19 jan. 2024.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

porque a encíclica busca, entre outras finalidades, despertar as pessoas para uma mudança comportamental e de consciência diante do modo de vida contemporâneo, orientado pela lógica de produção e de consumo que desconsidera os limites do meio ambiente e a natureza, pois os compreende como espaço de exploração e dominação produzindo danos cujos impactos afetam a vida de todas as pessoas, sobretudo às mais vulneráveis que dependem da pesca, da colheita, da terra para sobreviverem. Para que as pessoas mudem seu posicionamento, portanto, é preciso que tomem consciência de seu lugar no mundo.

Enquanto corpos conscientes, em relação dialética com a realidade objetiva sobre que atuam, os seres humanos estão envolvidos em um permanente processo de conscientização. O que varia, no tempo e no espaço, são os conteúdos, os métodos, os objetivos da conscientização. Sua fonte original se encontra no momento remoto que Chardin chama de “Hominização”, a partir do qual os seres humanos fazem capazes de desvelar a realidade sobre que atuam, de conhecê-la e de saber que conhecem (Freire, 1979, p. 148).

A dimensão ambiental, principal questão da *Laudato si'*, é colocada no documento como intimamente relacionada à dimensão social, pois “o ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto; e não podemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental, se não prestarmos atenção às causas que têm a ver com a degradação humana e social”, Francisco (2015, s/p). Um elo da relação entre cuidado com o meio ambiente e cuidado com o outro reside na crítica ao modelo vigente de desenvolvimento e de cultura do descarte sobre a vida humana, que gera efeitos de degradação ambiental e impacta a qualidade de vida das pessoas. Essa lógica pela qual a sociedade do consumo opera cria disfunções nocivas que se retroalimentam.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Depois dum tempo de confiança irracional no progresso e nas capacidades humanas, uma parte da sociedade está a entrar numa etapa de maior consciencialização. Nota-se uma crescente sensibilidade relativamente ao meio ambiente e ao cuidado da natureza, e cresce uma sincera e sentida preocupação pelo que está a acontecer ao nosso planeta. Fazamos uma resenha, certamente incompleta, das questões que hoje nos causam inquietação e já não se podem esconder debaixo do tapete. O objectivo não é recolher informações ou satisfazer a nossa curiosidade, mas tomar dolorosa consciência, ousar transformar em sofrimento pessoal aquilo que acontece ao mundo e, assim, reconhecer a contribuição que cada um lhe pode dar (Francisco, 2015, s/p).

Ao ler a encíclica, um importante desafio é colocado em perspectiva, qual seja, a necessidade de uma mudança comportamental na sociedade como um todo, de tal modo que seja possível pensar em novos modelos de se con-viver, com o outro, com a natureza.

De acordo com a denúncia realizada pelo documento, uma das disfuncionalidades deste sistema é o modo como as cidades têm se organizado de maneira cada vez mais nocivas à vida em comunhão com o outro e com a criação, reduzindo os espaços de “especial beleza” que constituem áreas de natureza, substituindo-as por pavimentações, concretos, ferros e vidros, que distanciam as pessoas de uma vida de qualidade. Deste modo, as cidades “[...] se tornam pouco saudáveis para viver, devido não só à poluição proveniente de emissões tóxicas mas também ao caos urbano, aos problemas de transporte e à poluição visiva e acústica”, Francisco (2015, s/p).

As iniciativas que buscam minimizar o problema climático, contudo, muitas vezes ocorrem de maneira excludente, refletindo-se na construção de espaços ecológicos que estão à disposição de poucos e que evitam a entrada de pessoas que possam perturbar a tranquilidade artificial, segregando as pessoas em áreas com melhor



qualidade para se viver, enquanto outras vivem à margem desta sociedade.

Nalguns lugares, rurais e urbanos, a privatização dos espaços tornou difícil o acesso dos cidadãos a áreas de especial beleza; noutros, criaram-se áreas residenciais «ecológicas» postas à disposição só de poucos, procurando-se evitar que outros entrem a perturbar uma tranquilidade artificial. Muitas vezes encontra-se uma cidade bela e cheia de espaços verdes e bem cuidados nalgumas áreas «seguras», mas não em áreas menos visíveis, onde vivem os descartados da sociedade (Francisco, 2015, s/p).

A carta encíclica reconhece que existe uma interconexão (e uma interdependência) entre a crise ambiental, a crise social e a crise econômica. O documento reclama para a importância de cuidar da criação divina, promover o desenvolvimento sustentável e buscar soluções para os problemas ambientais que afetam a humanidade e o planeta como um todo: uma ecologia integral.

Deste modo, os seres humanos dotados de racionalidade poderiam adotar uma nova consciência de ser e estar no mundo, cientes da ecologia integral, à medida que levar em consideração questões sociais, econômicas e éticas relacionadas à proteção do meio ambiente. Essa nova postura frente aos desafios contemporâneos pode trazer novas formas de se relacionar com os modos de produção e de consumo, caminhando para uma transformação à realidade que hoje conhecemos e construímos.

CONCEITOS FREIREANOS: CONSCIENTIZAÇÃO CRÍTICA E DENÚNCIA

Ao estudarmos a Carta Encíclica *Laudato Si'* identificamos um diálogo possível com a base filosófica educativa do educador



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Paulo Freire, mais especificamente em relação aos conceitos de conscientização e denúncia.

O cuidado com o outro requer uma conscientização crítica, a qual permite aos sujeitos do mundo compreenderem a si e ao outro com o mundo, e não apenas no mundo. Por isso,

A, existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é *pronunciar* o mundo, é modificá-lo. O mundo *pronunciado*, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos *pronunciantes*, a exigir deles novo *pronunciar* (Freire, 2019, p. 108).

Além de pronunciar, Freire também discorre sobre a denúncia que revela os problemas sociais que adoecem o mundo, e consequentemente o ser humano e sua vida em sociedade. Assim, o processo de conscientização se faz necessário.

Desde, porém, que a consciência é condicionada pela realidade, a conscientização é um esforço através do qual, ao analisar a prática que realizamos, percebemos em termos críticos o próprio condicionamento a que estamos submetidos (Freire, 1979, p. 85).

A conscientização crítica freireana não termina na percepção da realidade, vai além. Freire ao longo de toda sua vida trabalhou com a *práxis* - teoria e prática -, ou seja, para se chegar a uma conscientização crítica é preciso ter uma ação no/com o mundo que altere a realidade.

Não foi, contudo, acrescente-se, a consciência como abstração e anterior à experiência de estar no suporte que fez o estar nele virar *presença no mundo*. Foi a prática de, estando no suporte que ia virando mundo, começando a perceber o outro como “não-eu”, que terminou



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

por gerar a percepção mais crítica em torno do estar no mundo, de entendê-lo não como pura *aderência* ao mundo (Freire, 2000, p. 113).

Na visão freireana, essa ação crítica deve ter como propósito o bem coletivo, ou seja, deve ter o cuidado com o outro e com o mundo. Para a própria sobrevivência da espécie humana é essencial o cuidado com o meio em que vivemos, nos últimos anos temos sentido cada vez mais as consequências da falta de cuidado com o mundo.

Necessitamos de uma consciência crítica e coletiva que trabalhe na *práxis* para o cuidado com o outro e com o meio. É uma consciência crítica, na perspectiva freireana, porque se percebe, percebe o outro e o meio conectados, analisa criticamente a realidade e então age conscientemente, criticamente e amorosamente. E deve ser coletivo, porque a transformação da realidade não acontece a partir de uma única pessoa, uma única ação ou uma única instituição. Paulo Freire dizia que não é a educação que transforma o mundo, são as pessoas.

Só assim é possível alcançar a liberdade freireana, a qual preza pelo diálogo, a amorosidade, a autonomia e a práxis. Analisando a Encíclica *Laudato Si'* a partir de Paulo Freire ressaltamos a sua contribuição para o campo da Educação no sentido de transformar o processo de ensino-aprendizagem mais humanizado e relacionado com a realidade e os problemas que todo ser humano precisa e precisará enfrentar para não chegar ao fim da própria espécie.

UM DIÁLOGO ENTRE A ENCÍCLICA LAUDATO'SI, PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI

Apreender significados da Carta Encíclica *Laudato Si'* (2015) e direcionar esforços para aproximá-la com o campo da educação significa refletir como as denúncias desta fonte podem ser



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

incorporadas nas práticas pedagógicas do ensino formal. Reconhecemos que um dos principais agentes responsáveis por encaminhar o processo educativo na escola é o professor, que munido das reflexões propostas pela Carta, pode convidar seus alunos à reflexão e mediar o conhecimento historicamente acumulado pela humanidade para o enfrentamento dos desafios contemporâneos de nossa sociedade.

Não basta, contudo, ser apenas professor, é necessário assumir a figura de educador consciente dos graves problemas que enfrentamos, sabendo que “o educador num processo de conscientização (ou não), como homem, tem o direito a suas opções. O que não tem é o direito de impô-las”, Freire (1979, p. 78). Também possui a responsabilidade de anunciar, evidenciar e denunciar as mazelas do mundo em que vivemos, sobretudo os efeitos nocivos para a camada mais fragilizada da população, denominados pela Encíclica como descartados da sociedade e excluídos, e que Freire chamou de oprimidos.

Gostaríamos de assinalar que muitas vezes falta uma consciência clara dos problemas que afectam particularmente os excluídos. Estes são a maioria do planeta, milhares de milhões de pessoas. Hoje são mencionados nos debates políticos e econômicos internacionais, mas com frequência parece que os seus problemas se coloquem como um apêndice, como uma questão que se acrescenta quase por obrigação ou periféricamente, quando não são considerados meros danos colaterais. Com efeito, na hora da implementação concreta, permanecem frequentemente no último lugar. Isto deve-se, em parte, ao facto de que muitos profissionais, formadores de opinião, meios de comunicação e centros de poder estão localizados longe deles, em áreas urbanas isoladas, sem ter contacto directo com os seus problemas. Vivem e reflectem a partir da comodidade dum desenvolvimento e duma qualidade de vida que não está ao alcance da maioria da população mundial. Esta falta de contacto físico e de encontro, às vezes favorecida pela fragmentação das nossas cidades, ajuda a cauterizar a consciência e a ignorar parte da realidade em análises tendenciosas. Isto, às vezes, coexiste com um discurso



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

<verde>. Mas, hoje, não podemos deixar de reconhecer que uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres (Francisco, 2015, s/p).

Homens e mulheres que vivem marginalizados da sociedade em razão dos grandes danos ambientais causados pelo desenvolvimento descontrolado orientado pela lógica de produção e consumo desenfreados, são as pessoas que mais sofrem com os danos cada vez maiores em nossa natureza. Eles e elas, na condição de oprimidos e excluídos, necessitam de oportunidades de dialogar sobre nossos problemas contemporâneos para que também sejam participantes do processo de resolução, dado que “o processo de conscientização não é privilégio do Terceiro Mundo, pois que é fenômeno humano”, Freire (1979, p. 148).

Acreditamos, em uma perspectiva freireana, em um caminho possível que os educadores podem possibilitar a consciência crítica acerca das bases estruturantes dessa lógica de progresso que tanto afeta as questões ambientais, sociais e econômicas, encontra-se no diálogo, já que “o diálogo é, portanto, o *indispensável caminho* da emancipação da mulher e do homem oprimidos, da educação como prática da liberdade”, como afirma Orlando, Mesquida e Borges (2019, p. 21) na obra *Os refugiados da Terra*. Desta forma, “poderemos assim propor uma ecologia que, nas suas várias dimensões, integre o lugar específico que o ser humano ocupa neste mundo e as suas relações com a realidade que o rodeia”, Francisco (2015, p. 6).

CONTRIBUIÇÕES PARA O CAMPO DA EDUCAÇÃO

Logo de início já identificamos uma possível aproximação da carta *Laudato Si'* com o conceito de conscientização do educador brasileiro, Paulo Freire. Ao dizer “o objectivo não é recolher



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

informações ou satisfazer a nossa curiosidade, mas tomar dolorosa consciência, ousar transformar em sofrimento pessoal aquilo que acontece ao mundo e, assim, reconhecer a contribuição que cada um lhe pode dar”, Francisco (2015) utiliza palavras recorrentes na pedagogia freireana, como consciência, transformar, sofrimento e mundo. Esta frase do Papa Francisco retirada do início de sua carta pode ser traduzida pela seguinte frase de Freire (1979, p. 39): “[...] Sua presença num tal mundo, presença que é um *estar com*, compreende um permanente defrontar-se com êle”. Ou seja, ambos estão falando sobre a importância de cada sujeito no mundo tomar consciência de sua própria existência no e com o mundo, o que leva a consciência do impacto de nossas construções mentais e ações realizadas no mundo, em sociedade.

Outro ponto de convergência que colocamos em diálogo ao longo do artigo é a dimensão ambiental, extremamente presente na *Laudato Si'*, e a dimensão social, tema caro a pedagogia freireana. O Papa Francisco aborda fortemente a questão climática e ambiental do nosso planeta, pois as drásticas mudanças climáticas e os desastres naturais cada vez mais recorrentes no século XXI são preocupações seríssimas uma vez que em última instância está em jogo a sobrevivência da nossa própria espécie. Portanto, a dimensão ambiental afeta diretamente a dimensão social e vice-versa. Sendo a dimensão social questão de suma importância para Freire, pois em contextos de miséria e pobreza o educador levou afeto, empatia e respeito para a construção de uma educação humanizadora, amorosa e crítica.

Logo, compreendemos que a carta do Papa Francisco é antes de tudo uma denúncia. Uma denúncia do sofrimento do mundo que afeta diariamente a vida das pessoas, uma denúncia as ações ecológicas que são privilégios de poucos deixando a maioria das pessoas do mundo à margem de uma sociedade limpa e ar puro, uma denúncia a falta de conexão entre a questão ambiental, a questão



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

social e a questão econômica do mundo. Logo, assim como Paulo Freire fala sobre a necessidade de que temos que ter de anunciar e denunciar, o Papa Francisco o faz na *Laudato Si'*.

Ao lermos a carta percebemos a indignação diante do sofrimento que nós mesmos causamos ao nosso lar, o mundo, e consequentemente a nós mesmos, as pessoas. E com essa indignação impregnada em suas palavras, que Papa Francisco também não se deixa levar por uma ideia fatalista. Ao contrário, se demonstra com uma postura freireana no sentido de que a transformação da realidade é possível, mesmo que difícil. Como Freire (2000, p. 39) diz “gosto de ser gente, pelo contrário, porque mudar o mundo é tão difícil quanto possível”. Por isso que é tão importante a “consciência na história, a questão da decisão, da opção, a questão da ética e da educação e de seus limites”, Freire (2000, p. 39).

CONCLUSÃO

A partir questão norteadora qual é a conscientização para o cuidado com o outro que está implícita no cuidado da casa comum na *Laudato si'* à luz de um olhar freireano? Construímos este trabalho de reflexão interpretativa sobre este documento papal de tamanha importância mundial, à luz de lentes freireanas.

Com essa reflexão interpretativa e diálogo crítico entre a presença do cuidado na *Laudato Si'* e os conceitos freireanos de conscientização e denúncia, evidenciamos o papel da educação a partir da importância do trabalho do professor/professora educadores.

Trabalho que no sentido da carta do Papa Francisco e da pedagogia freireana deve ser de conscientização crítica, conectando a contexto escolar com a realidade e refletindo os problemas do mundo, de empatia e amorosidade, o oposto da lógica econômica predominante no mundo a qual individualiza cada vez mais os sujeitos, de coletividade e práxis, promovendo o cuidado com si, o



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

outro e o ambiente em que vivemos a partir de pensamento e prática em busca do bem-estar de todos e do nosso lar.

Longe de esgotar a discussão sobre o tema, nossos resultados e contribuições fornecem elementos para a conscientização, reflexão e incentivo para que novas pesquisas e aprofundamentos sejam realizados buscando investigar a interconexão e interdependência existente entre o cuidado/descuidado que temos com as questões ambientais, sociais, econômicas e culturais.

Toda produção de conhecimento através de pesquisa possui limites. Em nosso trabalho, enquanto professores e pesquisadores, decidimos elencar o campo educacional como um caminho possível para promover e disseminar os conhecimentos encontrados. No entanto, sabemos, não é o único. Por isso, convidamos outras pesquisas a aprofundar e/ou explorar novas formas de produzir saberes sobre dessa temática.

Apontamos, ainda, que a consciência sobre o cuidado do mundo e o cuidado do outro constitui um dos importantes passos para a construção de novas forma de lidar com essas questões. Mas, será, na construção de outros modos de produção, outros modos de consumo e, no limite, outro modelo de organização da sociedade que conseguiremos superar as diversas crises – entre elas a climática – que estamos produzindo cotidianamente.

REFERÊNCIAS

BENTO XVI, Papa. **Discurso do Papa Bento XVI ao Corpo Diplomático Acreditado Junto À Santa Sé para a apresentação dos bons votos de ano novo.** Roma. 2007. Disponível em:
<https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2007/january/documents/hf_ben-xvi_spe_20070108_diplomatic-corps.html> Acesso em: 19 jan. 2024.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica Laudato si'**: sobre o cuidado da casa comum. Roma: Solenidade de Pentecostes. 2015. Disponível em:

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html> Acesso em: 18 jan. 2024.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 4º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 69. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

ORLANDO, Evelyn de Almeida; MESQUIDA, Peri; BORGES, Valdir. **Os refugiados da terra**: uma problemática ético-política inspirada nas abordagens freireanas. Curitiba: CRV, 2019.



EIXO TEMÁTICO 4: DIREITOS HUMANOS E CULTURA DA PAZ

O eixo “Direitos Humanos e Cultura da Paz” se articula aos demais eixos, quando coloca a produção da existência humana em uma sociedade digna, fraterna e justa como uma de suas prioridades. Concebe a Cultura de Paz como indispensável à realização da vocação ontológica do ser humano de SER – MAIS de acordo com os fundamentos freireanos. Chama a atenção para a necessidade de imersão na prática social, sua análise crítica, para identificação das grades visíveis e invisíveis que direta e/ou indiretamente aprisionam o sujeito humano. Convoca o coletivo social, a partir dos locais e comunitários a vivenciarem um processo de conscientização, analisando as contradições sociais e juntos(as) emergirem com maior lucidez e força crítica. Será esse vigor, um compromisso vital que energiza a busca de uma análise epistemológica de que mundo estamos e qual mundo desejamos e nesses mundos quem somos e quem queremos ser. Daí a necessidade da busca responsável da compreensão dos fundamentos dos Direitos Humanos e suas dimensões; da construção do conceito de justiça com foco na justiça restaurativa entre outras modalidades de justiça libertadora. Além destas temáticas, aborda a formação de professores, o currículo em Direitos Humanos, as práticas pedagógicas inclusivas, a diversidade cultural, étnica, de gênero, de raça, bem como, a transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade dos DH, práticas extensionistas dos Direitos humanos e Educação integral enquanto direito humano.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL
Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS PAUTADA NAS OBRAS DE PAULO FREIRE

Celeste Aurora da Nóbrega Calixto⁵⁹

Dayane Lopes de Medeiros⁶⁰

Maria Aparecida Vieira de Melo⁶¹

RESUMO: Dialogando acerca da teoria freireana voltada à essência dos Direitos Humanos, detém-se como objetivo geral: pensar a teoria freireana na ótica dos Direitos Humanos. Em objetivos específicos estão definidos: refletir o discurso de Paulo Freire acerca dos Direitos Humanos; analisar o mote da teoria freiriana na ótica da humanização em via da efetivação dos direitos garantidos em lei e escavar as categorias analíticas de uma educação freireana para a cidadania. O aporte metodológico convém a revisão bibliográfica e o procedimento metodológico dos dados à luz da análise do discurso de Foucault, (1970/2004). A fundamentação teórica se resume essencialmente à Freire. A reflexão analítica/crítica desse trabalho é atingida mediante

⁵⁹Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/CERES), Integrante ao Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GEPEPF/UFRN/CNPQ), Caicó, RN, Brasil, celeste.aurora.144@ufrn.edu.br.

⁶⁰Estudante de Pós-graduação no Programa de Educação em Direitos Humanos de Pernambuco (PPGDH/PE) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduada em Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/CERES), Integrante ao Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GEPEPF/UFRN/CNPQ), Pernambuco, PE, Brasil, daymayaralopes@gmail.com.

⁶¹Professora Doutora na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/CERES), Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GEPEPF/UFRN/CNPQ). Diretora Pedagógica do Centro Paulo Freire-Estudos e Pesquisas (CPFreire/PE). Coordenadora do Comitê Territorial de Educação Integral Polo Caicó. Caicó, RN, Brasil, m_aparecida_v_melo@hotmail.com.



reflexão contundente, necessária e urgente em tempos de retrocessos epistemológicos, políticos e sociais em vias de construção da cultura de paz.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania; Direitos Humanos; Paulo Freire.

INTRODUÇÃO

O Artigo I da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948) atenta: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Ao decorrer de fatos históricos brasileiros como: o final da Segunda Guerra (em setembro de 1945), provoca-se um pensar reflexivo acerca das revelações de atos ocorridos nos bastidores de um dos mais sangrentos conflitos bélicos da história recente.

Muita barbárie posta nas atrocidades contra as populações civis evidenciando a luta pelo poder, a exclusão (e mortes) causadas pela ideia da hegemonia dos sujeitos, um compilado de realidades que justificam a promulgação do Vão na Contramão ao termo de garantia de direitos. Tais fatos definem falta de dignidade humana e atestam a urgência no estabelecimento de um novo pacto de convivência humana, colocando limites à ação dos Estados sobre os indivíduos e populações vulneráveis.

A implantação da DUDH (1948) favorece o processo civilizatório em sendo base de uma referência ético-moral para orientar a vida em sociedade no que concerne ao seguimento da vida, ao futuro das próximas gerações. Neste ínterim, pretende-se traduzir algumas das ideias centrais de Paulo Freire, como positivas aos direitos de homens e mulheres reconhecidos em sua humanidade, tendo a condição fundante da ideia de direito.

O texto traz o objetivo basilar: pensar a teoria freireana na ótica dos Direitos Humanos. Como objetivos específicos estão definidos: refletir o discurso de Paulo Freire acerca dos Direitos



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Humanos; analisar o mote da teoria freiriana na ótica da humanização em via da efetivação dos direitos garantidos em lei e escavar as categorias analíticas de uma educação freireana para a cidadania.

Paulo Freire primava pela determinação em fazer da educação uma ferramenta eficaz de transformação da realidade dos empobrecidos, acreditando na escola como uma trincheira na guerra contra os mecanismos de submissão e opressão, como por exemplo, o analfabetismo, o desemprego e a falta de assistência do estado aos oprimidos (resquícios de um período de escravidão). Para o autor, a dignidade humana estabelecida na DUDH estimula e incentiva a educação, o ato de ler e escrever como precursores de mudança.

O percurso metodológico deste artigo ampara-se na abordagem qualitativa, com base em Denzin e Lincoln (2006), a fim de observar o cenário, entender os fenômenos, atribuir significados e examinar os discursos e os significados estabelecidos.

Como técnica de pesquisa adotamos a revisão da literatura à luz de Foucault (1970/2004). Com intuito de estruturar a análise posta acerca das ideias principais de Paulo Freire. A revisão de literatura, conforme Figueiredo (1990), “preenche dois papéis interligados: 1. Constitui-se em parte integral do desenvolvimento da ciência: função histórica. 2. Fornece aos profissionais de qualquer área, informação sobre o desenvolvimento corrente da ciência e sua literatura: função de atualização” (Figueiredo, 1990, p. 132).

A lente teórica em nexos com as reflexões analíticas, pretende guiar o leitor pela organização das ideias freireanas em diálogo com a garantia de direitos, sempre adentrando ao campo educativo como lócus inicial de qualquer transformação social. Em união à ideia de ordem discursiva (Foucault, 1970/2004), há uma noção de regularidade discursiva como elemento de relevância para qualquer análise.

Ou seja, a existência de padrões vigentes que se mantêm e se repetem nas obras estudadas, denotando o discurso posto; enunciados



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

retomados regularmente ao se pautar determinados temas, por concernir suas referências principais. Nas palavras Foucault (2004, p. 22), são “os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles.”

A fundamentação teórica se resume essencialmente à Freire em suas diversas, extensas, profundas, complexas e atuais obras. A reflexão analítica/crítica desse trabalho é atingida mediante reflexão contundente, necessária em evidência aos tempos de retrocessos epistemológicos, políticos e sociais, em prol do processo de formação humana dos eternos aprendizes. Considere-se o dinamismo de humanização a procura por mudanças em via da ação política, implicando a responsabilidade individual e social dos sujeitos.

PAULO FREIRE E OS DIREITO HUMANOS

Aos 24 anos de idade, Paulo Freire acompanhou o término da 2ª guerra mundial, enquanto cursava Direito na Universidade do Recife. Neste momento, surge a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 10 de dezembro de 1948. Ao se deparar com o Direito como profissão no contexto brasileiro, em uma sociedade dividida por classes sociais, Paulo Freire decide migrar para a área da Educação por se sentir revoltado e desejar lutar pela classe oprimida.

Nesse primeiro momento de tomada de decisão, o autor deixa clara a sua indignação e sua visão em via de luta social por direitos diversos, igualitários e equitativos. Pois, sua posição no mercado capitalista mudaria sua percepção de mundo e seu modo de ser e viver como classe operária desfavorecida. Sem falar, que aponta a crença na educação como meio para transformação social.

Sua obra e trajetória revelam a determinação em fazer da educação uma ferramenta eficaz de empoderamento dos empobrecidos e dos espaços escolares, uma ação poderosa contra os



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

mecanismos de submissão e opressão. Paulo Freire aponta os primeiros resquícios de combate ao analfabetismo como ação urgente e emergente contra a opressão e as artimanhas políticas de cabresto por falta de noção política. Noção essa, que necessita de uma percepção crítica com base na leitura e escrita.

A DUDH (1948) remete a essencialidade da busca por oportunidades de pensar o processo de humanização através das relações humanas em coletivo social, em sistemática social. Essa humanização perpassa pela pauta educativa da sociedade que prepara os sujeitos para o enfrentamento do mundo, o atingir de metas capitalistas e ao alcançar uma suposta dignidade de vida, um mínimo necessário para ultrapassar cada dia com o atendimento às suas necessidades basilares.

A educação escolar atina ao constructo do agente social e político, percebendo-se em ações culturais predominantes de seu ambiente de estudo, de trabalho, de vivência em geral. Como diz Freire, 1983:

O homem está no mundo e com o mundo. Se apenas estivesse no mundo não haveria transcendência nem se objetivaria a si mesmo. Mas como pode objetivar-se, pode também distinguir entre um eu e um não-eu. [...] Estas relações não se dão apenas com os outros, mas se dão no mundo, com o mundo e pelo mundo [...] (Freire, 1983, p.30).

Essa construção social é evidenciada pela ação coletiva que pode partir da organização de um movimento social, de encontros de debates e estudos políticos, de reunião de sujeitos em seus locais de trabalhos e da sistemática educativa institucional e não institucional. Paulo Freire nos convida à ação provocadora de mudanças sociais a partir de ação de si em via do “inédito viável”.

Essa ação parte da conscientização do sujeito em seu local e sua responsabilidade como parte do mesmo. O ‘inédito-viável’ adentra



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

a ideia de algo não conhecido e não vivido, que quando passa a ser percebido e experienciado, torna-se um ‘percebido destacado’ por aqueles que acreditam na utopia do viver, ou seja, o problema não é mais um sonho, e pode se tornar realidade (Freire, 2014).

Deste modo, somos intimados a articularmos o pensamento reflexivo analítico sobre a ação de si, em via de atingir funcionalidades representativas com caracterização de um viver em comunidade. A realização de iniciativas de movimentação que versam por ações culturais predominantes na realidade e localidade dos sujeitos, lhe proporcionando voz, vez e visão de mundo mais libertária.

A partir desta imbricação, o oprimido age por estratégias que levem a atuação nos espaços de seu entorno, tornando-se agentes sociais e políticos ativos, cidadãos transformadores do mundo garantidores dos Direitos Humanos. Existindo um retorno para a comunidade local, os sujeitos envolvidos e a sistemática coletiva em território, inicialmente em pouca escala com ideário ativo de atingir mudanças sociais em larga escala. A mudança visionária da ação de si sobre o mundo no campo político, social e familiar.

Essa e qualquer mudança social dialoga diretamente com a forma de organização social humana. Essa organização perpassa o ler e escrever, perpassa o sistema educativo que prima e deve primar por uma veia educativa em, com e para os Direitos Humanos. Mas, o que seria essa educação em, com e para os Direitos Humanos? Educação para os Direitos Humanos é justamente aquela que convida a “ser mais” em um viver digno que faz menção a documentos garantidores desses direitos em leis no Brasil:

Neste sentido, é fato que houve avanços neste seguimento e dessa forma, o Brasil vai se consolidando a partir da efetivação dos direitos da CF 88, a qual permeia todos os direitos e assim a educação é por excelência o meio de promover o despertar para os direitos humanos. Lamentavelmente muitos cidadãos não têm o conhecimento dos



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

direitos humanos, o que faz com que haja ainda hoje muita violação, transgressão e alienação dos que detém o poder (Melo, 2017, p. 37 e 38).

Melo (2017), nos convida a perceber que muitos direitos vêm sendo garantidos em lei, com avanços significativos no processo social da humanidade, mais especificamente a partir da ótica brasileira que é o lócus principal deste estudo. A autora faz menção a falta de conhecimento de muitos cidadãos aos seus direitos, e assim, a dificuldade de entender as violações e lutar por suas melhorias.

Sendo assim, mais uma vez adentramos a categoria “educação”, como precursora de efetivação dos Direitos Humanos. Uma educação humanizadora que prime pela dignidade da vida. Um educar para a não violência. Tendo a educação como essência da sociedade e os direitos humanos como essência da educação. A categoria utopia citada por Paulo Freire (2014) aparece na ação esperançante. O “esperançar” é preciso e urgente cada dia mais e mais, por menos mortes sem sentido e por mais respeito, consideração, liberdade, oportunidade, esperança e amor.

O pensar freireano em base de suas teorias dialoga com ideias de paz, cultura, educação e solidariedade em via do respeito e da validação da ciência e suas conquistas para a humanidade ao longo da história. Partindo da visão filosófica e epistemológica de Paulo Freire, cabe pensar em como as ideias freireanas se aplicam no contexto educacional. De tal modo ele é um dos maiores referenciais em termos de formação docente.

É importante compreender que um dos pilares da obra de Freire é a perspectiva de que antes mesmo de aprender a leitura das palavras, os seres humanos já faziam a leitura do mundo, de modo que “linguagem e realidade se prendem dinamicamente” (Freire, 1989, p. 09). É por isso que o processo de alfabetização precisa partir da realidade das pessoas que estão sendo alfabetizadas, para que estejam dentro de um contexto e que façam referência às coisas já conhecidas.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Ao reescrever o mundo por meio da palavra, faz-se isso de forma consciente, reflexiva, permitindo que haja uma nova leitura do mundo, desta vez, sob outro prisma, o prisma crítico consciente da realidade social. A perspectiva de Paulo Freire propõe uma educação que seja, de fato problematizadora e que através de sua criticidade, aquele que aprende possa decodificar as ideologias enquanto muda sua realidade.

Por isso mesmo é que este modelo de educação nunca será neutro. A simples leitura de textos e/ou conteúdos não atende ao desenvolvimento de consciência do sujeito aprendiz. É necessária uma leitura crítica, que chame o estudante a interpretar, questionar e duvidar. Paulo Freire contrapõe com frequência uma educação neutra, ingênua e que não está pautada na criticidade, eis um fragmento que assim ilustra esta assertiva:

O mito da neutralidade da educação, que leva a negação da natureza política do processo educativo e a tomá-lo como um quefazer puro, em que nos engajamos a serviço da humanidade entendida como uma abstração, é o ponto de partida para compreendermos as diferenças fundamentais entre uma prática ingênua, uma prática "astuta" e outra crítica (Freire, 1989, p. 15).

Assim, a ideia de uma suposta neutralidade na educação parece mais servir aos interesses das classes dominantes do que propriamente recorrer a uma posição que seja igualitária no contexto do pensamento humano. A educação, neste sentido, é um ato político. Do mesmo modo, dialeticamente, o ato político é educativo. Paulo Freire (1989) fala, no entanto, que a educação não pode ser vista apenas por sua condição representativa das ideias dominantes, porque ela não se esgota nisso, pois tem o potencial também de negação das ideologias a partir do seu confronto com a realidade. Por isso, a importância do conhecimento sobre a realidade, da "leitura de mundo" que precede e que ocorre no processo de alfabetização.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Só se pode confrontar uma dada ideologia, quando se conhece a sua própria condição dentro de uma estrutura social. Decorrente disso, Freire (1989) fala da inviabilidade de uma educação que seja “neutra”, como por vezes aparece em discursos hegemônicos, como temos na atualidade a defesa do projeto escola sem partido, militarização cívico-militar e o “*homeschool*”. Projetos voltados às ideologias dominantes que primam por uma educação neutra. Portanto, sendo a educação um ato político e pedagógico não se faz jus a defesa da neutralidade, tais projetos são combatidos justamente com a prática da educação integral e popular que fomenta a formação humana omnilateral.

O ato de educar não está isolado do mundo, tanto que é constantemente afetado pelas mudanças que ocorrem na sociedade. Não sendo a educação neutra, a formação do sujeito depende também do que é construído nos espaços educacionais, sobretudo quando o ensino ocorre de forma hierarquizada e a visão da classe dominante predomina, constituindo sujeitos acrílicos e reprodutores de uma determinada visão de mundo. Quando a educação não conecta o sujeito e o mundo, pode ocorrer uma passividade do sujeito, no sentido de se conformar com a realidade que está posta. A ideologia está intrinsecamente conectada ao sujeito, que este se nega, muitas vezes, a reconhecer as relações desiguais na sociedade e o quanto sofre submissão, sobretudo no ambiente de trabalho.

A ‘educação libertadora’ ou ‘educação como prática da liberdade’ é ideia posta por Paulo Freire com o intuito de acabar com uma ‘educação bancária’. Paulo Freire, assim como vários educadores que apoiam sua proposta pedagógica, abominam o sistema educacional em que o estudante é visto como receptor de ideias e conteúdo. Ele deixa bem claro em seus escritos que o estudante, seja ele criança, jovem ou adulto é um ser pensante com capacidade de criticar e transformar sua realidade, seu meio.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Adentramos então, em um ponto importante, “ouvir o aluno”, considerar sua opinião, construir com ele a educação, a prática pedagógica a ser efetivada e aguardar o gerar de frutos para a melhoria da vida daqueles que nunca tiveram chance de mudança.

Em dimensão política, educar para a democracia, por meio da libertação dos indivíduos é essencial e urgente. Ir em busca de educação pública de qualidade no viés de compreender a não neutralidade e a não ascensão da conquista social em base de segmentos doutrinadores.

Cabe destacar que a “ideologia dominante insinua a neutralidade da educação” (Freire, 1996, p.110) justamente com o fim de negar sua dimensão política e extrair da educação a capacidade de transformação social. Apesar do esforço desta ideologia em promover tal falácia, deve-se considerar, como Freire, que “nada disso, porém, altera a natureza política da qualidade da educação” (Freire, 2001, p.43).

Isto porque uma vez que é uma atividade especificamente humana e, por meio do uso de técnicas, gnosiológica, isto é, que permite ao ser humano compreender e transformar o mundo que o cerca, é que a educação é, sobretudo, política. Assim afirma, Freire que a educação é:

especificamente humana, a educação é gnosiológica, é diretiva, por isso política, é artística e moral, serve-se de meios, de técnicas, envolve frustrações, medos, desejos. Exige de mim, como professor, uma competência geral, um saber de sua natureza e saberes especiais, ligados à minha atividade docente. (Freire, 1996, p. 78).

Paulo Freire, atêm-se ao caráter dos Direitos Humanos em um desalienar para proporcionar visões de mundo mais humanizadoras e solidárias. O ato de aprender a ler e a escrever de acordo com sua realidade, com as palavras utilizadas em seu meio de convívio é um facilitador, proporcionando que o aprendiz e o



professor se beneficiam da reflexão crítica da realidade. Deste modo, é possível dizer que o sujeito por meio da educação crítica e problematizadora se inteira de sua cidadania.

Por conseguinte, salientamos que a ação libertadora precede o movimento, a eterna busca pela coerência e coesão dos saberes apreendidos. De tal modo que o planejamento, juntamente com a ação coletiva e colaborativa, o desenvolvimento da humildade do ouvir e aprender, assim como, a continuidade do fazer político social do sujeito e coletivo, se evidencie na efetivação dos direitos humanos coadunando com a formação humana em base do exercício da cidadania.

A HUMANIZAÇÃO EM VIA DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM PAULO FREIRE

O processo de humanização acontece ao fato de se estar vivo e ativo no mundo. Contudo, ao passo que se vive e inteira na coletividade e sua sistematização (que é pensada pelo próprio humano em coletivo), percebe-se também a ação desumanizadora. Desumanizadora por atingir a pontos que desestruturam a dignidade de alguns grupos sociais em favor de outro.

É por meio da interação que o conhecimento se estabelece por vias dialógicas e dialéticas. E é na prática de uma educação crítica, conscientizadora, que se faz a intervenção no mundo. A educação, neste sentido, é dialética e contraditória, pois pode tanto fortalecer as ideias da classe dominante, seu modo de pensar, hábitos, costumes e, conseqüentemente, seu poder, quanto promover “um descortinamento da ideologia dominante” (Freire, 1996).

A epistemologia que existe na teoria freireana tem base na educação problematizadora, no sentido de despertar o senso crítico dos estudantes (sujeitos envolvidos) e também na dialogicidade, quando entende que é nas relações sociais, no coletivo e na



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

comunicação que ocorre essa socialização de saberes, fazeres e conhecimentos. Assim, afirma Freire:

O que se pretende com o diálogo é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível relação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la e transformá-la (Freire, 1987, p. 52).

Evidencia-se, outra vez, a dimensão democrática do pensamento do autor e de sua teoria do conhecimento, já que se compreende que o indivíduo aprende a partir do diálogo com o outro e com o mundo, tal diálogo se constitui em uma prática democrática. A prática democrática parte do pressuposto da ação colaborativa em contínua mudança. É um agir em via de humanização, ou seja, de transformações humanas. O fortalecimento da humanização permeia em essência a ação dialógica e disciplinar em sistemática:

O diálogo significa uma tensão permanente entre a autoridade e a liberdade. Mas, nessa tensão, a autoridade continua sendo, porque ela tem autoridade em permitir que surjam as liberdades dos alunos, as quais crescem e amadurecem, precisamente porque a autoridade e a liberdade aprendem a autodisciplina. E tem mais: uma situação dialógica não quer dizer que todos os que nela estejam envolvidos têm que falar! O diálogo não tem como meta ou exigência que todas as pessoas da classe devam dizer alguma coisa, ainda que não tenham nada a dizer (Freire; Shor, 1986, p. 67).

Deste modo, Paulo Freire rigorosamente aponta para a dualidade da ideia da dialogicidade da democracia no ato de se pensar a humanização. Por isso, seguir as regras de um sistema e compreender os limites dos outros fazem parte de um viver em base da efetivação dos Direitos Humanos. Pois esses direitos seguem



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

regras sociais, e pontos de direitos individuais e coletivos, de fazer parte e não fazer parte; falar e não falar, agir e não agir.

Não apenas na aprendizagem, mas em tudo o que existe, há o inacabamento. Enquanto o ser humano viver, sempre haverá alguma coisa que poderá aprender, mas também ensinar. Essa condição de que existem possibilidades além daquilo que já está posto, é própria dos seres humanos, porque eles possuem consciência de sua situação neste aspecto. A inconclusão das coisas é um pressuposto da mudança, porque a realidade é impermanente.

Se as coisas não pudessem ser modificadas, a sociedade e os processos educativos não fariam sentido. Ao compreender isso, entende-se que o conhecimento é igualmente inacabado, não existindo verdade que não possa ser questionada. A teoria freireana, por exemplo, dialoga com essa visão de inacabamento e dialogicidade que permeiam a ação humana social democrática. Essa ação democrática atém-se a liberdade que tem enfim seus limites. Refletir sobre humanização é complexo, porém, de valor incomensurável.

Paulo Freire pensa a estrutura social passível de falhas e de questionamentos, uma vez que nem todas as pessoas têm as mesmas condições de vida, logo, existem condicionantes estruturais que fazem com que as desigualdades se perpetuem para elas. Logo, a humanização não foge aos aspectos das desigualdades e dificuldades surgidas no meio coletivo em que se tenta a todo instante reger e limitar o direito de um em via do direito do outro. A complexidade posta leva a dúvida e ao questionamento, a reflexão e análise, a valorização e desvalorização da liberdade garantida em lei pela CF 88 em nosso país.

A Constituição Federal de 1988, ou Constituição Cidadã, estabelece a inviolabilidade de direitos e liberdades básicas, contribuindo com a garantia dos direitos humanos, assim como, garante a inviolabilidade dos direitos: à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. A referida Constituição Cidadã também



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

reconhece e positiva normas de proteção aos direitos humanos, conforme preceitua o artigo 1º da Constituição.

Neste mote, conversamos sobre as ideias de direitos idealizadas por Paulo Freire na referência ao viver digno e justo, em via de ação social e coletiva democratizadora e humanizadora. Porém, elencando as intempéries postas no processo de concretização deste ideário de humanização por percalços de atendimento aos direitos de todos individualmente e coletivamente. Talvez, a humanização esteja posta também no diálogo e à ação que se firma à mesma em constituição de sua efetivação.

Neste sentido, reside a importância do reconhecimento de que o indivíduo é parte de uma coletividade e, que por meio da intersubjetividade, é possível se fazer uma busca contextualizada pelo conhecimento. Por vezes, o sujeito que se julgava sozinho, estava mais suscetível a se acomodar diante dos conhecimentos prontos que lhes eram apresentados, sem possibilidade de argumentação.

Com engajamento possível no grupo, a luta por libertação do sistema opressor se faz possível e passa pela conscientização, a qual é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os seres humanos assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo” (Freire, 1979, p. 15). Enquanto sujeitos, criticamente ativos, homens e mulheres podem criar sua própria realidade material.

Pensando na perspectiva epistemológica de Paulo Freire e retomando o conceito de crítico-dialético, é relevante destacar que essa visão coloca a ação como condição primordial para a leitura dos fenômenos da sociedade. Também entende que estes são fruto das interações humanas e com o meio no decorrer do tempo (Freire, 1979).

A perspectiva é uma mudança das condições materiais, que parte, sim, de uma conscientização, mas que emancipa o sujeito, permite que ele se reconheça no mundo, assim como que se perceba



inserido em uma estrutura social. A humanização, portanto, se constrói por estas vias, na relação sujeito-mundo e na relação dialógica com os demais indivíduos, percebidos enquanto sujeitos históricos passíveis de transformação.

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

A democracia, afirma Freire, não exclui o direito à violência quando esta é a única forma de reação dos oprimidos em busca de uma sociedade democrática:

Diante do problema da violência e da democracia, eu hoje, continuo pensando que a democracia não significa o desaparecimento absoluto do direito de violência de quem está sendo proibido de sobreviver. E que o esforço de sobreviver às vezes ultrapassa o diálogo. Para quem está proibido de sobreviver, às vezes, a única porta é a da briga mesmo. [...] Eu faço tudo para que o gasto humano seja menor, como político e como educador. Entendo, porém, o gasto maior. [...] O próprio esforço de preservação da vida leva à perda de algumas vidas, às vezes, o que é doloroso (Freire; Guimarães, 2011, p. 85).

Analisando o discurso supracitado, destaca-se as palavras “violência” e “democracia”, percebendo que para sair do falso modo tranquilo de viver o sujeito subalterno precisa corajosamente agir em contraposição ao sistema. Essa contraposição pode prejudicar o indivíduo corajoso e seus envolvidos, assim como, dificulta a ação dominadora de seus algozes. A “violência” aparece como ação necessária na luta por mudanças e melhorias, no não calar-se, não contentar-se com o destino e acreditar, buscar e provocar a transformação de sua realidade.

O trabalho que transforma nem sempre dignifica os homens e as mulheres. Só o trabalho livre nos dá valor. Só o trabalho com o qual



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

estamos contribuindo para a criação de uma sociedade justa, sem exploradores nem explorados, nos dignifica (Freire, 1989, p. 37).

Para não cair em uma visão totalmente idealista do que é uma sociedade sem pessoas “exploradas” e sem “exploradores”, cabe pensar que as desigualdades ocorrem por meio de sistemas de opressão e isso é comum nas relações de trabalho. Cada função na sociedade possui uma importância para o coletivo, portanto, não deveria existir a ideia de que alguns trabalhos são melhores ou mais “dignos” do que outros. Esse modelo de sociedade, no entanto, não é tão simples de se alcançar. Porém, é um modelo pautado nas liberdades dos sujeitos, o que é preceito básico da democracia. As relações na educação também precisam ser “democráticas”, sob risco de reprodução das opressões e da ideologia dominante.

As hierarquias rígidas na escola – professor ensina, aluno aprende – são características de um autoritarismo que contradiz a democracia. Uma educação de base democrática, entende que:

[...] na prática democrática e crítica, leitura do mundo e a leitura da palavra estão dinamicamente juntas. O comando da leitura e da escrita se dá a partir de palavras e de temas significativos à experiência comum dos alfabetizando e não de palavras e de temas apenas ligados à experiência do educador (Freire, 1989, p. 18).

É direito do estudante, neste sentido, ser respeitado em seu contexto, ter validada sua história de vida e ocupar seu lugar de fala. A educação pautada na democracia não se faz sem as relações dialógicas, uma vez que a comunicação ocupa uma posição central nas relações entre professor e aluno. Essa questão passa por um reconhecimento de como a linguagem da palavra é precedida pela linguagem do mundo, ou seja, é preciso compreender o aluno em sua realidade e quais os conceitos que estão presentes em seu cotidiano.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Esse modelo de educação foi inicialmente pensado para pessoas adultas e trabalhadoras, as quais não haviam sido alfabetizadas, como possibilidade de perceber pela palavra o mundo em que viviam, sob um prisma diferente. Assim, partindo da aprendizagem do seu cotidiano, o estudante não pode ter uma posição passiva. Ele é sujeito ativo na construção do conhecimento.

Para, no entanto, que tal aprendizagem se dê a partir do seu cotidiano, outra vez a noção de diálogo precisa ser considerada, já que o educador não pode deixar de lado a dimensão dialógica que é característica democrática do ensino:

Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em ‘seres para outro’ por homens que são falsos ‘seres para si’. É que o diálogo não pode travar-se numa relação antagônica (1979, p. 43).

Portanto, o diálogo é crucial para que os processos de construção de saberes se desenvolvam de forma dialógica entre professores e estudantes.

É por isso que Freire afirma (1977, p. 93): “não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não a querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito”.

Para se pensar em como tais conceitos se aplicam na educação, cabe recorrer a algumas abordagens práticas das ideias freireanas, primeiramente dos “Círculos de Cultura”, como espaços de “aprendizagem dialógica, libertadora e autônoma”. Espaços de uma educação libertadora, que tira os alfabetizandos de sua “condição de passividade”, possibilitando que estes sejam protagonistas de sua história.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Os Círculos de Cultura permitem que os sujeitos ocupem posições igualitárias e que possam dialogar, sobretudo com um viés crítico e problematizador, a partir dos conhecimentos que estes possuam previamente. São considerados, assim, fazedores de história:

Fazendo-se e refazendo-se no processo de fazer história, como sujeitos e objetos, mulheres e homens, virando seres da inserção no mundo e não da pura adaptação ao mundo, terminaram por ter no sonho também um motor da história. Não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança. Não posso entender os homens e as mulheres, a não ser mais do que simplesmente vivendo, histórica, cultural e socialmente existindo, como seres fazedores de seu caminho que, ao fazê-lo, se expõem ou se entregam ao caminho que estão fazendo e que assim os refaz também. (Freire, 1992, p. 97)

Este método educativo não se restringe a uma sala de aula, tampouco a posição física que os sujeitos ocupam. Foi uma forma de romper com a lógica hierarquizante da educação e permitir o diálogo entre os educandos. A relação horizontalizada é uma das características deste modelo de educação:

O respeito, então, ao saber popular implica necessariamente o respeito ao contexto cultural. A localidade dos educandos é o ponto de partida para o conhecimento que eles vão criando do mundo. 'Seu' mundo, em última análise é a primeira e inevitável face do mundo mesmo." (Freire, 1992, p. 86).

No contexto das atividades práticas, uma das etapas é a investigação do "universo vocabular dos estudantes", pois a aprendizagem acontece dentro do contexto de suas vivências. Feito isso, são elencadas as palavras geradoras, que são aquelas ao entorno das quais os debates irão ocorrer. A tematização, por sua vez, ocorre quando as palavras escolhidas são codificadas e decodificadas,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

buscando para estas um significado social que permita a expansão da “consciência dos educandos”, sobretudo pelas vias da criticidade com a qual se fazem os diálogos.

CONCLUSÃO

Paulo Freire aponta as possibilidades de um viver justo e digno através da humanização da população em seu processo ativo/político. A humanização está presente na efetivação dos Direitos Humanos em Freire com ênfase na dialogicidade, na educação para a conscientização crítica da leitura do mundo e na ação democrática. A complexidade na ação democrática faz parte do viver humano social em busca da constante melhoria e transformação.

A transformação da realidade parte da utopia de mudar todos os atos de violação dos direitos e efetivar ação cidadã e solidária. Está diferente maneira de pensar um mundo mais humanizado é uma forma de fazer utopias e de utopias se fazer novas realidades. A realidade que se deseja repercute a mudança que se inicia no momento de educar a sociedade para seu cotidiano e mais, para seu futuro.

A educação é, pois, a esperança, mas, lembrando as reflexões postas ao longo do texto, a esperança traz consigo a complexidade da democratização e da tentativa de atender aos direitos de todos sem infringir regras de direitos de outrem. Dialogar sobre educação e Direitos Humanos é dialogar sobre o fazer humano que está em processo mutável, que ora fere, ora salienta a pacificação. Mas, sempre deseja a felicidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

República, Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

m Acesso em: 14 jul. 2024.

DENZIN, Norman Kent.; LINCOLN, Yvonna Sessions. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FIGUEIREDO, Nilce. Da importância dos artigos de revisão da literatura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 23, n. 1/4, jan./dez, 1990.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso** (10a ed). São Paulo, SP: Loyola. (Originalmente publicado em 1970), 2004.

FREIRE, Ana M. A. Notas explicativas. In: FREIRE, Paulo (Org.). **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados/Cortez: 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001. Disponível em:
<http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/1976>.
Acesso em 17 jun. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 21 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. SHOR, I. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor** (5a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **A partir da infância – diálogos sobre educação**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MELO, M. A. V. de. **A educação do campo na trilha dos direitos humanos em sua formação identitária e cultural**. *Diversitas Journal*, 2(1), 2017, 97–118. Disponível em:
<<https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v2i4.439>> Acesso em:
14 de ago de 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em:
<<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 12 ago. 2024.



JUSTIÇA RESTAURATIVA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR: UMA PERSPECTIVA FREIRIANA PARA A CONSTRUÇÃO DE COMUNIDADES EDUCATIVAS VOLTADAS PARA PAZ

Virna Queiroz Oliveira⁶²

Maria Aparecida Vieira de Melo⁶³

RESUMO: O presente artigo tem como objeto de pesquisa a aplicação da justiça restaurativa como uma estratégia para combater a violência escolar, integrada com os princípios pedagógicos de Paulo Freire, que visam a construção de comunidades educativas mais justas e inclusivas. O objetivo geral é analisar a eficácia da justiça restaurativa no enfrentamento da violência escolar, explorando como os princípios pedagógicos de Paulo Freire podem potencializar essa abordagem para construção de espaços que promovam a paz. Os objetivos específicos são: a) examinar os fundamentos teóricos da justiça restaurativa e suas aplicações no contexto escolar, b) explorar os princípios da pedagogia freiriana, especialmente no que tange ao diálogo, à conscientização e à construção coletiva do conhecimento e propor diretrizes e recomendações para a implementação de programas de justiça restaurativa nas escolas, fundamentados na pedagogia freiriana. A pergunta norteadora é: de que forma a aplicação da justiça restaurativa, aliada ao pensamento de Paulo Freire, pode contribuir para a redução da violência escolar.

⁶² Bacharel em Direito (UNICAP-PE), Mestranda em Direitos Humanos (UFPE-PE), Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GEPEPF/UFRN/CNPQ). Recife, Brasil, virnaaraujo@hotmail.com.

⁶³ Professora Doutora (UFRN/CERES), Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GEPEPF/UFRN/CNPQ). Diretora pedagógica do centro Paulo Freire estudos e pesquisas. Coordenadora do comitê da educação integral polo Caicó. Caicó, RN, Brasil, m_aparecida_v_melo@hotmail.com.



PALAVRAS-CHAVE: Justiça Restaurativa. Paulo Freire.
Enfrentamento da Violência.

INTRODUÇÃO

A pedagogia de Paulo Freire enfatiza o engajamento crítico, o diálogo e o empoderamento, que são essenciais para reduzir a violência nas escolas. Seus princípios promovem um ambiente educacional transformador que incentiva os alunos a participarem ativamente de seus contextos sociais e de aprendizagem. Nesse sentido, fazendo uma análise do que está posto nas obras de Paulo Freire, bem como com as discussões acerca da Justiça Restaurativa, tenta-se chegar a uma resposta ou meios que respondam à pergunta norteadora dessa investigação que é Como a aplicação da justiça restaurativa, aliada ao pensamento de Paulo Freire, pode contribuir para a redução da violência escolar e a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e democrático?

Esse artigo traz como objetivo geral analisar a eficácia da justiça restaurativa no enfrentamento da violência escolar, explorando como os princípios pedagógicos de Paulo Freire podem potencializar essa abordagem para construção de espaços que promovam a paz e como objetivos específicos a) examinar os fundamentos teóricos da justiça restaurativa e suas aplicações no contexto escolar, b) explorar os princípios da pedagogia freiriana, especialmente no que tange ao diálogo, à conscientização e à construção coletiva do conhecimento e propor diretrizes e recomendações para a implementação de programas de justiça restaurativa em escolas, fundamentados na pedagogia freiriana.

Metodologicamente trata-se de uma pesquisa qualitativa, que segundo Godoy (1995), assume um espaço reconhecido entre as diversas possibilidades de se estudarem os acontecimentos que abarcam os indivíduos e suas complexas relações sociais e seu



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

procedimento metodológico consiste na análise de Bardin (2007) com aporte teórico nas compilações que contemplam a Justiça Restaurativa, a pedagogia e práxis freirianas como essas podem ser grandes aliadas no enfrentamento da violência no ambiente escolar.

Nesse contexto podemos concluir que as contribuições da Pedagogia Freiriana para o enfrentamento da violência escolar se dar através do diálogo e respeito mútuo, onde Freire destaca a importância do diálogo como ferramenta central para a educação libertadora. Em sua obra "Pedagogia do Oprimido", ele afirma: "Não há diálogo, porém, se não há um amor profundo pelo mundo e pelos homens." (1987, p.51). Através do diálogo, a violência pode ser combatida ao promover um ambiente escolar onde todos são ouvidos e respeitados, o que diminui os conflitos. A Conscientização (Consciência Crítica) é um conceito fundamental na pedagogia freiriana, que implica em tornar-se consciente das condições sociais e de poder que perpetuam a violência. Freire, em "Educação como Prática da Liberdade" Freire (1967) salienta: "Implica na sua inserção, na sua integração, na representação objetiva da realidade." (1967, p.60) A educação, como prática da liberdade, implica na negação da imposição autoritária, dessa forma, ao promover a consciência crítica, a escola pode ajudar os estudantes a refletirem e enfrentarem as raízes da violência escolar. A Humanização e Emancipação é enfatizada como um ato de humanização, contrapondo-se à desumanização que muitas vezes está na raiz da violência. Em "Pedagogia da Esperança, Freire (1997, p.51).

O sonho pela humanização, cuja concretização é sempre processo, e sempre devir, passa pela ruptura das amarras reais, concretas, de ordem econômica, política, social, ideológica etc., que nos estão condenando à desumanização. O sonho é assim uma exigência ou uma condição que se vem fazendo permanente na história que fazemos e que nos faz e re-faz. (Freire, 1997, p.51).

A desumanização, que não é uma vocação do ser humano, mas uma reserva de sua vocação de ser mais, só pode ser superada pela liberação. A educação que humaniza pode criar um ambiente escolar mais acolhedor,



flexível à violência ao valorizar a dignidade e a humanidade de cada indivíduo.

Portanto, a pedagogia freiriana oferece uma abordagem poderosa para o enfrentamento da violência no ambiente escolar, baseada na construção de um espaço educativo que valorize o diálogo, a conscientização crítica e a humanização, promovendo uma cultura de paz e respeito, juntamente aliadas as práticas de justiça restaurativas que podem substituir medidas punitivas tradicionais por processos que incentivam a responsabilização, a cura e a restauração de relacionamentos. Ao focar nas necessidades das vítimas e dos ofensores, essas práticas criam um ambiente escolar mais solidário e inclusivo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA IMPLICAÇÕES DA PEDAGOGIA FREIRIANA PARA A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

As obras e as ideias de Paulo Freire continuam sendo de grande relevância para a educação contemporânea, influenciando práticas pedagógicas em todo o mundo. Este artigo aborda a atualidade das ideias de Freire, discute os desafios que a implementação de uma educação integral e crítica enfrenta hoje e as oportunidades que essa abordagem apresenta.

Em um mundo caracterizado por rápidas mudanças sociais, econômicas e tecnológicas, a abordagem de Freire para a educação oferece *insights* valiosos para enfrentar os desafios atuais. A sua utopia é profundamente relevante no contexto educacional contemporâneo.

Na perspectiva prática e atual na era de informação e desinformação, a capacidade de pensar criticamente é mais importante do que nunca. A pedagogia freiriana, que enfatiza a conscientização crítica, capacita os estudantes a questionar a realidade, analisar informações de forma crítica e tomar decisões



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

informadas. Isso é fundamental em um mundo onde as fakes News e a manipulação de dados são comuns. A conscientização crítica, ou "conscientização", é um conceito central na pedagogia freiriana, que envolve a tomada de consciência dos indivíduos sobre as condições socioeconômicas e políticas que moldam suas vidas. Freire (1970, p.79): "a educação deve ser um ato de conhecimento e não de transferência de conhecimento". Essa abordagem desafia os modelos tradicionais de educação, que muitas vezes são vistos como instrumentos de opressão e controle.

Ao promover a conscientização crítica, se incentiva os alunos a questionarem a realidade ao seu redor e a se tornarem agentes ativos na transformação social. Paulo Freire afirma que "só a educação baseada no diálogo é capaz de gerar a conscientização crítica" Freire (1994, p. 51). Esta prática educacional, portanto, não apenas transmite conhecimentos, mas também capacita os alunos a reconhecerem e desafiar as injustiças sociais.

O diálogo deve ser visto como base do processo educativo, Freire enfatiza que o diálogo é essencial para a educação libertadora. Sendo o processo educativo ser uma via de mão dupla, onde educadores e educandos aprendem juntos. Freire (1970) "O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o pronunciam, isto é, o transformam". Freire (1970, p. 91). Essa perspectiva desafia a "educação bancária", na qual os alunos são vistos como recipientes passivos de conhecimento.

Na educação contemporânea, incorporar o diálogo como prática pedagógica significa criar espaços onde os alunos possam expressar suas ideias, dúvidas e experiências. Isso promove um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e democrático. Freire (1996,p.58) observa que "sem um mínimo de esperança, não podemos sequer começar o embate" Se faz necessário ressaltar a importância do diálogo para manter viva a esperança de transformação social.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

A educação como transformação social, é de fato o caminho para enfrentar a desigualdade social e econômica que continua a ser um problema global. Freire defendia uma educação que não só transmitisse conhecimentos acadêmicos, mas que também capacitará os alunos a serem agentes de mudança social. Sua abordagem é essencial para educar cidadãos que podem contribuir para uma sociedade mais justa e equitativa.

A pedagogia de Freire também destaca a necessidade de humanizar o processo educativo. Ele critica a desumanização que ocorre quando a educação é usada como ferramenta de opressão. Em "Pedagogia do Oprimido", Freire (1970, p.44) argumenta que "a desumanização, embora um fato concreto na história, não é uma vocação destinada". Se propõe assim que a educação deve ajudar os indivíduos a recuperar sua humanidade, promovendo o desenvolvimento integral do ser humano.

A humanização do ensino implica em reconhecer e valorizar a identidade e a cultura dos alunos, criando uma educação que respeite e celebre a diversidade. Freire (1987, p.20) enfatiza que "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediados pelo mundo". Este princípio norteia a criação de práticas pedagógicas que são sensíveis às realidades dos alunos e que buscam emponderá-los.

A pedagogia de Freire coloca o aluno no centro do processo educativo, promovendo a participação ativa e o aprendizado colaborativo. Essa abordagem é altamente relevante em um mundo onde a personalização da educação e o aprendizado baseado em projetos são tendências emergentes. A implementação de uma educação integral e crítica, baseada nos princípios de Paulo Freire, enfrenta vários desafios, mas também oferece oportunidades significativas para melhorar a qualidade da educação e promover a transformação. Um dos maiores desafios é a resistência à mudança nas instituições educacionais. Muitos sistemas educacionais ainda



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

seguem modelos tradicionais de ensino, que são centrados no professor e baseados na transmissão passiva de conhecimentos. Mudar essa mentalidade e adotar práticas pedagógicas centradas no aluno requer tempo, esforço e comprometimento.

Para implementar uma educação integral e crítica exige educadores que estejam bem preparados e alinhados com os princípios freirianos. A formação inicial e continuada de professores deve incluir o desenvolvimento de competências para facilitar o diálogo, promover a conscientização crítica e implementar metodologias ativas de ensino, a falta de recursos e infraestrutura adequada pode dificultar a implementação de práticas pedagógicas inovadoras. Escolas em contextos desfavorecidos muitas vezes lutam para fornecer ambientes de aprendizagem ricos e estimulantes, o que é essencial para uma educação integral.

A pedagogia freiriana incentiva a inovação na prática educativa. O uso de metodologias ativas, como aprendizagem baseada em projetos e ensino colaborativo, pode tornar o aprendizado mais envolvente e significativo para os alunos. A tecnologia oferece novas oportunidades para implementar os princípios freirianos de maneira eficaz. Ferramentas digitais podem facilitar o diálogo, a colaboração e o acesso a informações, permitindo uma educação mais personalizada e centrada no aluno.

Em um mundo globalizado, a educação integral e crítica prepara os alunos para serem cidadãos globais. Através da conscientização crítica, os alunos desenvolvem um entendimento mais profundo das questões globais e se tornam mais capazes de contribuir para a solução de problemas mundiais, a abordagem de Freire enfatiza a conexão entre a escola e a comunidade. Projetos comunitários e parcerias locais podem enriquecer o currículo e proporcionar aos alunos experiências práticas de cidadania e transformação social.



Nesse sentido, as ideias de Paulo Freire continuam a ser profundamente relevantes para a educação contemporânea, oferecendo uma abordagem que promove a conscientização crítica, a transformação social e o aprendizado centrado no aluno. Apesar dos desafios significativos que a implementação de uma educação integral e crítica enfrenta, as oportunidades para inovar e melhorar a prática educativa são vastas. Adotar os princípios freirianos pode não apenas enriquecer a experiência educacional dos alunos, mas também contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e consciente.

As implicações da pedagogia freiriana para a educação contemporânea são profundas e multifacetadas. A ênfase na conscientização crítica, no diálogo e na humanização do ensino oferece um modelo poderoso para uma educação transformadora e libertadora. Freire nos lembra que a educação não deve apenas preparar os indivíduos para o mercado de trabalho, mas também para a vida em sociedade, promovendo a justiça social e a igualdade. Paulo Freire (1994, p.32) eloquentemente coloca, "a educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo".

PRÁTICAS RESTAURATIVAS E DIREITOS HUMANOS NOS ESPAÇOS ESCOLARES

A implementação de condutas e práticas restaurativas, favorece as diferentes concepções de mundo, que socializa e implica em diferentes dimensões os Direitos Humanos. Como preconiza Rosenberg (2006, p.32): A Justiça Restaurativa tem seu ápice no encontro interpessoal, portanto, no diálogo autêntico, e no que metodologicamente se chama Círculo, com suas variações e nomenclaturas assemelhadas.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Em muitas circunstâncias, a dinâmica e a forma adequada de solução de um conflito na escola demandam a compreensão de fatores ligados ao contexto familiar, ao bairro, às redes sociais e à implementação de políticas públicas locais. A ausência ou fragilidade tendem funcionar como meio propulsor de conflitos e violação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Uma recente pesquisa realizada por especialistas do MEC, foi entregue ao Governo Federal um relatório com análise e medidas a serem tomadas contra os ataques a escolas que cresceram no último ano. As ações emergenciais passam pela valorização dos profissionais de educação, cuidados com a saúde mental da comunidade escolar, pressão às plataformas digitais, atenção às práticas de bullying e até a ampliação da socialização entre os alunos. Entre as 13 medidas emergenciais propostas pelo MEC, para combater a violência nas escolas, podemos citar: “Garantir a estrutura física para espaços de convivência democrática e diálogos nas escolas para a resolução pacífica de conflitos.” (<https://lunetas.com.br/medidas-para-combater-a-violencia-nas-escolas/>)

As principais motivações que contribuem para o aumento da violência estão ligadas ao discurso de ódio e comunidades online que propagam e estimulam a violência. Todos os agressores são do sexo masculino. Além disso, as armas de fogo foram responsáveis por 77% das mortes nesses ataques. Outro fator é o efeito cascata da imitação de outros crimes, o que o relatório chama de “copycat crimes”. De janeiro de 2002 a outubro de 2023 foram registrados 36 ataques às escolas em todo o país. Entre alunos e professores, 115 pessoas ficaram feridas e 49 morreram. Também este ano, o Disque 100 teve um aumento de 50% de denúncias envolvendo violência nas escolas, com quase 20 mil chamadas.

Diante de tal realidade constatada, é necessário pensar os Direitos Humanos, de acordo com a realidade econômica, social e política dos indivíduos, a ação humana assumindo o real papel da



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

construção dos direitos. “[...] desconstruídos, reconhecidos e negados, efetivados e violados na dialética da história”. (Escrivão Filho; Souza Junior, 2016, p. 31). As lutas que originaram a normatização dos direitos das mulheres, das infâncias e juventudes, dos idosos, entre outros, mostram o caráter eminentemente histórico, contextual e não linear dos Direitos Humanos.

Na realidade atual, onde as relações são cada vez mais líquidas, que visam interesses pessoais, poder e reconhecimento pessoal, influência de forma direta as maneiras de ver e interpretar os Direitos Humanos e consequentemente, o funcionamento e condutas das instituições educacionais. Dessa forma, é de fundamental importância o olhar voltado a análise e compreensão dos sujeitos, das instituições e dos seus territórios locais que estão inseridas. Assim, é possível traçar estratégias pedagógicas contextualizadas de ressignificação dos Direitos Humanos junto a determinados públicos, respeitando a singularidade de cada grupo.

Diante de tal pesquisa realizada pelo MEC, percebe-se que o problema central é o extremismo, pois leva o preconceito e a intolerância propagados no meio digital às escolas. Principalmente a cultura de ódio foi difundida nos últimos quatro anos, traz efeitos que vão perdurar por muito tempo. Portanto, o grande desafio é educar para o diálogo, e não para o embate, ensinando crianças e adolescentes a lidarem com conflitos e com o que é diferente, afinal o conflito é algo inerente das relações humanas. Corroborar nesse sentido o pensamento da professora Lilia Sales (2006), onde é necessário observar que o conflito é algo extremamente preciso no desenvolvimento da humanidade, além de ser inerente ao ser humano. E que sem o conflito seria impossível haver progresso e provavelmente as relações sociais estariam estagnadas em algum momento da história.

O conflito deve ser encarado como algo positivo e dele deve surgir um diálogo esclarecedor para solucionar as divergências



existentes. A mediação de conflitos surge como sendo uma ferramenta que pode e deve ser utilizada no meio escolar, por profissionais capacitados, visando a solução dos conflitos de maneira justa e democrática. Como bem preconiza Jares (2006, p.23): “Na mediação procura se evidenciar que o conflito é natural, inerente aos seres humanos”

Para se implementar uma cultura pacifista, que prova justiça restaurativa se faz necessário recuperar da pedagogia de Paulo Freire os círculos de cultura, recriando-se como círculos de cultura de paz. As concepções teóricas de cultura foram sendo construídas no decorrer da obra de Freire e encontraram sua referência básica na concepção da dialogicidade.

OS DIREITOS HUMANOS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO

A educação é um importante instrumento social que forma consciências críticas e ativas para vivência e atuação no meio em que o indivíduo está inserido. Partindo dessa premissa, torna-se visível a necessidade de repensar o sistema educacional brasileiro que ainda traz como fundamento uma normalização do conservadorismo escolar disfarçado de construtivismo. Pensando a educação com novos fundamentos articuladores, os Direitos Humanos precisam basear a construção de uma reforma na escolarização do Brasil.

A perspectiva de análise dos Direitos Humanos transita com reflexões teóricas de autores como, Galardo (2014), Santos (1997), Lander (2005) e Escrivão Filho e Souza Junior (2016), Monteiro (2023) Melo (2017), Pires (2016), Cavalcanti (2016) questionam o caráter universalista e individualista das primeiras declarações sobre o tema, assim como problematizam a eficácia da teoria geracional dos Direitos Humanos sob a ótica de autores como Bobbio (1994). Esse artigo traz a perspectiva teórico-crítica desses autores e documentos



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

oficiais como a Declaração de Viena ONU (1993), o Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH-3 (2009) e as Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos DNEDH (2012) que servem de fio condutor para a compreensão dos Direitos Humanos.

Para se entender o processo de concretização dos direitos humanos e certificar-se de como se chegou ao atual estágio em que nos encontramos, primeiramente tem-se que buscar o verdadeiro sentido dessa expressão, que conforme conceitua Dalmo de Abreu Dallari (2004):

A expressão direitos humanos é uma forma abreviada de mencionar os direitos fundamentais da pessoa humana. Esses direitos são considerados fundamentais porque sem eles a pessoa humana não consegue existir ou não é capaz de se desenvolver e de participar plenamente da vida (Dallari, 2004, p.12).

Assim, percebe-se que os Direitos Humanos merecem tratamento especial, visto se tratar de direitos intrínsecos ao ser humano e, portanto, primordiais para efetivação de qualquer direito posterior, pois são necessidades básicas dos sujeitos que se não atendidas, eles sofrerão repercussões em diversas esferas da sua vida.

É preciso entender os Direitos Humanos como fruto de construções jurídicas ao longo da história, voltados para o aprimoramento da sociedade e para uma convivência pacífica entre os indivíduos e também entre os povos, visando a promoção da dignidade humana para todos os indivíduos. A este respeito, Piovesan (2015, p.188) acrescenta que “enquanto reivindicações morais, os direitos humanos são fruto de um espaço simbólico de luta e ação social, na busca por dignidade humana, o que compõe um construído axiológico emancipatório”.

Um dos marcos para esse processo de efetivação desse direito foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pelas Nações Unidas em 1948, e como foi criado para ser um modelo



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;

Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

internacional, serviu como referência mundial a ser seguido. Nele estão contidas propostas de dignidades e direitos, onde os indivíduos devem se esforçar por um ideal comum, visando ao bem-estar coletivo. Dessa forma, fica claro que para um cidadão ter uma vida digna é necessário um conjunto de medidas para se ter garantido o exercício de seus direitos e é isso que busca a Declaração Universal dos Direitos Humanos, unir esses direitos em prol da construção de uma sociedade mais justa, que foi almejado inicialmente de forma isolada pelos Estados que aderiram tal declaração, mas que teve em 1948, a sua ratificação destacada nas palavras de Flávia Piovesan (2005):

Ao adotar o prisma histórico, cabe ressaltar que a Declaração de 1948 inovou extraordinariamente a gramática dos direitos humanos ao introduzir a chamada concepção contemporânea de direitos humanos, marcada pela universalidade e indivisibilidade desses direitos. Universalidade porque clama pela extensão universal dos direitos humanos, com a crença de que a condição de pessoa é o único requisito para a titularidade de direitos, considerando o ser humano como essencialmente moral, dotado de unicidade existencial e dignidade. Indivisibilidade porque, inevitavelmente, o catálogo dos direitos civis e políticos é conjugado ao catálogo dos direitos econômicos, sociais e culturais. A Declaração de 1948 combina o discurso liberal e o discurso social da cidadania, conjugando o valor da liberdade e da igualdade. (Piovesan, 2005, p.44).

Buscava, desse modo, combater os principais perigos que assolavam esse período de pós-guerra causador de extermínio de raças, como no caso do nazismo, mas não se levou em consideração alguns problemas futuros, que só vieram à tona com o crescimento da globalização, trazendo em seu seio, aspectos sociais ligados às diferenças culturais que foram supridos com a criação de documentos internacionais que asseguravam proteção aos diversos grupos de povos. O Brasil positivou sua última constituição vigente a de 1988,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

trazendo em seu bojo, ideais desses direitos tratados como direitos fundamentais ao ser humano.

Na esfera educacional, os direitos proclamados pela Declaração se traduzem no objetivo de se conscientizar acerca dos desafios mundiais, que se tem desenvolvido desde a criação da UNESCO (Organização da Nações Unidas, para Educação, Ciência e Cultura) que por sua vez, através desses pressupostos, o PNEDH (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos- 1996) foi concebido com o objetivo precípua de se estabelecer metas para formação de um Estado brasileiro realmente democrático, embasado em uma proposta de governo que prioriza as políticas públicas em busca da melhoria das condições de vida da população (Rayo, 2004).

Uma característica importante a ser apontada também é a questão da transversalidade, que seguindo o eixo da globalização deve ser perseguido pela reforma educacional, tanto metodologicamente, como conteudisticamente e assim vale para outros âmbitos. Para se ter uma ideia mais exata há uma premissa na Declaração que todos devem agir, uns em relação aos outros, com espírito de fraternidade, ou seja, há necessidade de integração entre os indivíduos, que devem sempre buscar uma convivência harmônica, já que havendo o respeito mútuo e a solidariedade mais acentuada, mais facilmente as injustiças sociais serão eliminadas e a pacificação da humanidade almejada. Como preconiza Hannah Arendt (2007), “A essência dos Direitos Humanos é o direito a ter direitos”, e isso só é possível na convivência coletiva, onde exista a garantia de agir e discursar de forma livre.

METODOLOGIA

Metodologicamente será uma pesquisa qualitativa, que segundo Godoy (1995), assume um espaço reconhecido entre as diversas possibilidades de se estudarem os acontecimentos que



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

abarcam os indivíduos e suas complexas relações sociais. Com pesquisa bibliográfica. Os dados obtidos serão analisados à luz da análise de conteúdo de Bardin (2011), em torno da curiosidade epistemológica: Como a aplicação da justiça restaurativa, aliada ao pensamento de Paulo Freire, pode contribuir para a redução da violência escolar e a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e democrático?

O aporte teórico nesta investigação foi oriundo das contribuições epistemológicas dos autores como Paulo Freire, Howard Zehr, Bobbio entre outros que se debruçam sobre a Educação, Direitos Humanos, Justiça Restaurativa, bem como alguns trabalhos científicos desenvolvidos que direcionam o estudo.

CONCLUSÃO

Espera-se com esse artigo a compreensão, resignificação e aplicação de novas práticas pedagógicas tendo como balizador as práxis freirianas. E que as práticas restaurativas sejam implementadas no contexto escolar para que possamos visualizar uma educação mais humanizada, justa e solidária em um futuro próximo com a implementação de políticas públicas que visem a implementação de programas de justiça restaurativa, como adoção de um programa nacional ou estadual de justiça restaurativa nas escolas. Tendo como exemplo a ser seguido o programa bem sucedido, chamado “Práticas Restaurativas” implementado em várias escolas do Reino Unido, que resultou na redução significativa de incidentes de violência e suspensão escolar.

Outro fator de fundamental importância que deve ser pensado como política pública é a formação de educadores em mediação de conflitos, capacitando professores e funcionários em técnicas de mediação de conflitos para que possam atuar como mediadores no ambiente escolar. A mediação de conflitos é uma



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

prática em que uma terceira parte neutra auxilia os envolvidos a dialogar e encontrar soluções mutuamente satisfatórias. A criação de centros de apoio que oferecem serviços de psicologia, assistência social e orientação aos alunos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade. Esses centros podem atuar na prevenção e intervenção em conflitos, oferecendo suporte emocional e estratégias de enfrentamento para os alunos.

A Implementação de programas curriculares é uma medida bastante assertiva para solucionar conflitos pois promove a cultura de paz e a convivência democrática. Esses programas ajudam a criar uma cultura escolar que valorize o respeito e a empatia. Estabelecimento de conselhos escolares específicos para a resolução de conflitos, composto por representantes de professores, alunos, pais e membros da comunidade. Esses conselhos funcionam como um fórum para discutir e mediar conflitos, promovendo soluções participativas. Instituir conselhos escolares obrigatórios com mandato para a mediação de conflitos, semelhante ao modelo dos Conselhos de Disciplina nas escolas francesas, onde a participação comunitária é fundamental para a resolução de problemas disciplinares.

Essas políticas públicas, quando implementadas de forma integrada, podem criar um ambiente escolar mais seguro, inclusivo e propício ao aprendizado. Eles não apenas resolvem conflitos à medida que surgem, mas também previnem a ocorrência de novos, ao promover uma cultura de paz e respeito proporcionando compreensão e ressignificação dos diferentes tipos de violência que podem ocorrer no ambiente escolar e a melhor forma possível de solucionar com base em práticas restaurativas de resolução de conflitos, sendo a escola desafiada a problematizar, analisar, desnaturalizar e ressignificar a compreensão de temas como violência e Direitos Humanos e abrir-se à emergência de novos conceitos que favoreçam a coprodução comunitária de saberes e práticas horizontais



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

e restaurativas, orientadas pelo princípio da corresponsabilização e superação da cultura punitiva, culpabilizadora e retributiva.

As possibilidades de êxito das práticas restaurativas no espaço escolar devem orientar-se pelo princípio da desjudicialização dos conflitos, uma vez que a peculiaridade do campo educacional jamais poderia tomar de empréstimo conceitos e métodos de intervenção oriundos do campo jurídico-criminal culpabilizador e retributivo. Nesse sentido, a educação integral atua como um caminho para promover a formação omnilateral, com a inclusão dos Direitos Humanos e práticas restaurativas, pois propõe um modelo educacional que vai além do mero ensino de conteúdos acadêmicos, contemplando todas as dimensões da sua personalidade.

Concluo, afirmando que a Educação em Direitos Humanos deve ser promovida mediante as premissas da universalidade e naturalidade. Que novas perspectivas de resolução pacífica dos conflitos sejam difundidas no âmbito escolar e que debates acadêmicos sejam promovidos e viabilizem políticas públicas que pensem e criem um ambiente escolar mais justos, inclusivo, democrático e acolhedor, respeitando as diferenças e promovendo uma educação humanizadora.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A Condição humana**. São Paulo: Editora Forense Universitária LTDA.1993.

ARROYO, Miguel Gonzales. **O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver**. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 33-45.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Comitê Nacional em Direitos Humanos – Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2003.

ESCRIVÃO FILHO, Antonio. SOUZA JUNIOR, José Geraldo de. **Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos**. Belo Horizonte: D'PLÁCIDO. 2016.

FREIRE, P. (1987). **Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. **Direitos Humanos e Educação Libertadora: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Educação para a paz: sentidos e dilemas**. EDUCS, Editora da Universidade de Caxias do Sul, 2005.

JARES, Xesús R. **Educar para a paz em tempos difíceis**. São Paulo: Palas Athena, p. 42, 2007.

PELIZZOLI, Marcelo Luiz. **Cultura de paz restaurativa. Justiça restaurativa: caminhos da pacificação social**. Caxias do Sul: Ed. da UCS, p. 13-45, 2016.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

ROSENBERG, Marshall. **Comunicação não-violenta**. São Paulo: Ágora, 2006.

SAVIANI, D. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação, v.4, n.40, p.143-155, 2009.

Zehr, H. (2015). **The Little Book of Restorative Justice**. Bons Livros

Artigos ou documentos online

DA SILVA MOREIRA, Jefferson; DA SILVA, Aida Maria Monteiro. O cenário da educação em direitos humanos no Brasil: um balanço pela ótica de aida maria monteiro da silva. **Humanidades & Inovação**, v. 10, n. 3, p. 230-235, 2023.

DE LIMA, Cezar Bueno et al. **Violência, direitos humanos e práticas restaurativas nas escolas**.
<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5604>
<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/educacao/2021/12/violencia-no-ambiente-escolar-e-menor-no-ensino-medio-integral.html>.
<https://lunetas.com.br/medidas-para-combater-a-violencia-nas-escolas/>.



OFICINA PEDAGÓGICA EM AÇÃO: REFLETINDO SOBRE OS PARADIGMAS DA CIDADE

Midian Lena Pereira Pressato

Vanessa Freitas Moreira

Isabela Ebel Lopes

Isabela Pereira Braz

Anna Rosa Magalhães de Oliveira da Cruz

RESUMO: Este artigo busca discutir sobre as práticas pedagógicas para a Educação de Jovens e Adultos em uma perspectiva de reflexão sobre as barreiras que interpelam a efetivação plena do livre acesso à cidade, através da Oficina Pedagógica Interdisciplinar “Direito à Cidade”, desenvolvida pelo Programa Integrado da UFRJ para Educação de Jovens e Adultos. A referida oficina foi realizada com educandos de faixas etárias distintas, pertencentes à mesma classe regular de ensino fundamental de uma escola municipal, localizada no bairro Cidade de Deus, da cidade do Rio de Janeiro. Ao longo da oficina desvelamos caminhos não previstos, perpassando por questões visíveis e invisíveis que tocam a cidade. Neste artigo, buscamos demonstrar que múltiplas formas de educação são possíveis ao referenciar a potência do diálogo como prática metodológica ativa e de reflexão crítica da nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Oficina Pedagógica. Cidade. Direitos.

INTRODUÇÃO

Compreendendo que “o direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade” (Harvey, 2012), percebe-se que não há como pensarmos a cidade, sem, entretanto,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

concebermos que somos produtos e produtores da mesma. É imprescindível refletir sobre o direito à cidade a partir de uma perspectiva política, social e estética, dialogando com os ensinamentos de Mahatma Gandhi. No contexto de nossa sociedade, Gandhi afirma que "devemos ser a mudança que desejamos ver no mundo". Essa afirmação não deve ser interpretada de maneira estática, em relação aos modelos de cidade e estruturas impostas no contexto espaço-temporal em que vivemos, mas sim como um chamado à transformação que emerge da participação ativa dos indivíduos enquanto agentes modificadores da cidade e da sociedade.

Nesse contexto, partindo da perspectiva freireana da troca de saberes vividos e percebendo a dialogicidade como elemento fundamental na articulação de uma educação libertadora, o presente trabalho apresenta a Oficina Pedagógica Interdisciplinar intitulada "Direito à Cidade", desenvolvida no âmbito do Programa Integrado da UFRJ para a Educação de Jovens e Adultos, com o objetivo de promover uma ação-reflexão fundamentada no reconhecimento crítico das situações intencionais impostas pela sociedade, visando a superação de contextos opressores.

A referida Oficina foi realizada com educandos de uma escola municipal, localizada no bairro Cidade de Deus, amplamente conhecido pelo filme homônimo que retrata a realidade local, abordando questões como violência, drogas, falta de saneamento básico, entre outras problemáticas que ainda persistem. Desse modo, os participantes, que são residentes do referido bairro, compartilham um espaço comum, condicionados a uma experiência singular, mas também coletiva, de vivência na cidade e à luta pela efetivação de seus direitos.

Refletindo sobre a importância de um movimento ativo e do debate crítico em torno das questões que permeiam o cotidiano desses educandos – questões que podem passar despercebidas sem uma análise cuidadosa da formação das cidades e da constituição histórica



da nacionalidade brasileira – a Oficina "Direito à Cidade" se configura como um espaço de construção conjunta do conhecimento, onde se articula a realidade vivida pelos educandos com uma reflexão crítica que busca impulsioná-los a romper com as condições opressoras às quais estão submetidos, fortalecendo, assim, a luta pela efetivação de seus direitos e pela ocupação consciente e ativa do espaço urbano.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Segundo Aragão e Rua (2020, p. 340), os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos partem de uma “realidade de exclusão social e escolar, pertencem aos diversos grupos sociais aos quais o direito à educação, dentre uma série de outros direitos básicos, foi negado”. Nesse sentido, a EJA, considerando suas funções qualificadora, equalizadora e reparadora (Brasil, 2000), deve agir na garantia de direitos a partir de uma formação transformadora, crítica e a qual se dá ao longo da vida. Esta “(...) não se resume à oferta de acesso à escola e à cultura escolar, mas também é fundamentalmente ao direito à cidade e o direito à cidadania plena”. (Soares *et all* 2014 citado por Mello, 2020, p. 378). Partindo dessa perspectiva e compreendendo o compromisso político intrínseco à profissão docente, nos debruçamos sobre os estudos do direito à cidade ao objetivar a maior compreensão acerca da temática e o desenvolvimento da oficina.

A partir das considerações de Harvey (2012) sobre o desenvolvimento das cidades por um ângulo histórico, entende-se que concentrar esforços no desenvolvimento das áreas urbanas através da promoção de um modelo de padronização das cidades colabora para a perpetuação das desigualdades sociais. Sob a ótica de Henri Lefebvre, Trindade (2012) afirma que o raciocínio acerca do conceito de “direito à cidade”, embora esteja naturalmente ligado ao aspecto jurídico, uma vez que o próprio tema inclui a palavra “direito”. Para Lefebvre, a



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

temática engloba uma série de aspectos de cunho crítico e reflexivo, especialmente, filosófico, na análise do padrão de organização urbana frente aos interesses do mundo capitalista. Ou seja, a análise sobre a garantia do direito à cidade não se restringe ao arcabouço legal, uma vez que essa perspectiva isolada é insuficiente para esclarecer todos os fatores que influenciam o acesso, ou a limitação do acesso, aos espaços urbanos.

Por outro lado, por meio do viés jurídico, Trindade (2012) também menciona o jurista e urbanista Edésio Fernandes, que afirma que o conjunto de normas contribuiu para a segregação socioespacial, favorecendo classes economicamente e socialmente dominantes na América Latina. Entretanto, Fernandes (2007), em relação às leis brasileiras, destaca a eficácia do conteúdo do Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/2001, fruto de um longo processo legislativo e de mobilizações intersetoriais da sociedade, ou seja, da articulação entre representantes da esfera social e política. Assim, o intuito do Estatuto é estabelecer diretrizes que viabilizem o acesso igualitário e democrático à cidade, um objetivo distante da realidade. Essa disparidade nos leva a reconsiderar as reflexões filosóficas de Henri Lefebvre.

Diante da complexidade dos processos de criação das cidades, marcada por suas desigualdades sociais e pelo acesso desigual aos direitos fundamentais que estruturam o ambiente urbano, encontramos em Harvey (2012) uma referência central para o desenvolvimento de práticas extensionistas. O geógrafo oferece apontamentos essenciais para a transformação da cidade e de sua estrutura, sugerindo que "um passo na direção de unificar essas lutas é adotar o direito à cidade tanto como lema operacional quanto ideal político" (Harvey, 2012, p. 88). Sua abordagem engloba o direito à cidade a partir de uma perspectiva que considera tanto as questões micro e macro, quanto as dimensões subjetivas e coletivas.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Para o desenvolvimento metodológico da Oficina utilizamos também práticas fundamentadas nas obras do Patrono da Educação Brasileira, Paulo Freire, o qual pretende, através da educação libertadora, promover a conscientização dos educandos frente aos processos de opressão. Parafraseando Paiva (2003), é imprescindível interpelar que esses processos de opressões pautados através das políticas públicas tardia de educação para as camadas populares reforça um projeto político de sociedade que tende a fomentar a desigualdade social. Isso se dá através da formação da classe trabalhadora visando apenas o atendimento do mercado de trabalho, esvaziando o processo educacional dos momentos de trocas, diálogos e reflexões, corroborando em uma educação bancária (Freire, 1994), prática que consiste na imposição de saberes e conhecimento, ao contrário da concepção dialógica de educação, onde educadores e educandos aprendem juntos e constroem conhecimento de forma colaborativa, desenvolvendo o senso crítico.

Percebendo o diálogo como ponto fundamental para a elucidação de uma educação libertadora, Freire (1994, p. 18) contextualiza que os sujeitos devem desenvolver a consciência das desigualdades por meio do reconhecimento da “‘razão’ desta situação, para que, através de uma ação transformadora, que incida sobre ela, se instaure uma outra, que possibilite àquela busca do ser mais”. Cabe destacar que quando nos referimos ao “ser mais” não o fazemos a partir da perspectiva do modelo econômico liberal, o qual tende a classificar o homem de acordo com os bens materiais que acumula, mas sim na sua integralidade humana, expandido a consciência crítica, a artística, política, entre outras.

Dialogando com Freire e refletindo sobre a integralidade humana, Moura (2017), esclarece que a formação, sobretudo de professores em nível superior nas universidades públicas, deve se organizar a partir do tripé indissociável ensino-pesquisa-extensão. Através dessas *práxis*, o discente será capaz de



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

transpor os muros que separam a universidade das comunidades e estabelecer uma riqueza de contatos com variados de interlocutores, fazendo um duplo movimento: confrontar os saberes acadêmicos, com os saberes práticos, construídos no cotidiano e revitalizar a vida acadêmica e, ao mesmo tempo, contribuir para potencializar ações transformadoras na sociedade. (Moura, 2017, p. 4-5)

É por essa ótica transversal de ensino que o desenvolvimento da referida Oficina Pedagógica suscitou diversos questionamentos sobre: a necessidade de discussão do tema “Direito à Cidade” na formação dos educandos da Educação de Jovens e Adultos; a ocupação da cidade tanto pelos educandos quanto pelos integrantes do Programa; a necessidade de ação-transformação sobre a estrutura vigente da cidade do Rio de Janeiro visando a ruptura das barreiras visíveis e invisíveis que as constituem.

Portanto, o presente trabalho, desenvolvido no contexto da Extensão Universitária, pautou-se nos apontamentos de Harvey sobre o direito à cidade, no caráter específico da EJA enquanto garantia de direitos negados, entre eles, direitos constitucionais e diretrizes do próprio Estatuto da Cidade, e nos estudos de Paulo Freire acerca da educação libertadora, dialógica e transformadora. Partindo desse referencial, foi possível idealizar, construir e desenvolver a referida Oficina, visando identificar e refletir acerca dos processos de opressão, construindo, coletivamente, ferramentas para rompê-las.

METODOLOGIA

O Programa Integrado da UFRJ para Educação de Jovens e Adultos foi criado no final do ano de 2003 e dentre suas ações desenvolve Oficinas Pedagógicas Interdisciplinares em articulação com os diversos sujeitos da EJA. Esta abordagem metodológica



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

intenciona deslocar o educador da figura tradicionalmente central do processo de ensino-aprendizagem, trazendo o educando para o protagonismo do seu próprio processo emancipador, por meio de propostas de atividades dinâmicas, como o uso de jogos, que dialogam com o contexto de vida do educando, desenvolvendo sua autonomia. Nesse sentido, as Oficinas Pedagógicas se caracterizam “como uma forma de construir conhecimento a partir da ação-reflexão-ação.” (Valle, Arriada, 2012, p.4), articulando teoria, reflexão, vivência e prática.

O desenvolvimento da Oficina Pedagógica “Direito à Cidade” partiu de uma das reuniões semanais de Formação Continuada do Programa Integrado, provocada pela discussão acerca da obra de Harvey (2012) sobre o Direito à Cidade. Durante os calorosos debates sobre os Direitos Humanos Universais e o Direito à Cidade, houve algumas perguntas em questão que nos chamaram atenção, e não podiam ser respondidas sem antes levantarmos diversas questões que problematizam nossa sociedade: *O que é um espaço público e privado? Ora, se alguns lugares da cidade são públicos e disponíveis para todos, por que essa ocupação não ocorre? Quais são as barreiras visíveis e invisíveis presentes?*

As perguntas levantadas por todos os integrantes do Programa não poderiam ser respondidas de forma objetiva sem antes problematizá-las. Foi por meio de tais questionamentos que observamos a necessidade da pesquisa por parte de toda a equipe no desenvolvimento de uma oficina pedagógica que pudesse abarcar o tema, não a partir de uma superficialidade, mas através da construção coletiva das situações e percepções dos educandos sobre a cidade e seus direitos. Para tanto, era substancial partir dos conceitos de dialogicidade como preceito investigativo. Então, objetivando a construção de uma Oficina Pedagógica com duração de duas horas, que fosse motivadora para os dois grupos etários visados –



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

adolescentes, a partir de 15 anos, e idosos até cerca de 60 anos, utilizamos diversos recursos.

Para isso, não bastava estudarmos somente as questões que tocavam sobre os Direitos Humanos, foi necessário nos aprofundarmos sobre a constituição da Educação de Jovens e Adultos – EJA como uma modalidade da educação básica, compreendendo o perfil dos estudantes e as especificidades da modalidade. Tal aprofundamento foi possibilitado a partir do diálogo com Costa e Machado (2017); Souza (2019) e Moura (2017). Por conseguinte, pudemos inferir que as autoras destacam a importância de vários documentos para a educação de uma maneira geral e se aprofundam na modalidade da EJA. Uma das dissecções feitas é apoiada na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), evidenciando que este é documento pilar para a instituição da educação como direito de todos e dever do Estado, trazendo nessa mesma redação que ela é extensiva aos que não puderam efetivá-la na idade “apropriada”.

Após a Constituição, tivemos mais um avanço para a EJA, desta vez por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96 (Brasil, 1996), configurando a EJA, pela primeira vez, como uma modalidade de ensino da educação básica destinada ao atendimento escolar nas etapas e nos níveis do ensino fundamental e médio. Outros documentos corroboram para fortalecer a modalidade, como é o caso do Parecer CNE/CEB nº 11/2000; As Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nº 01/2021, entre outros.

Concordamos com as análises de Souza (2019, p.17) quando diz que há uma vasta documentação normatizando “a sua oferta nos sistemas de ensino, porém sua efetivação com qualidade é ainda um grande desafio”. Por esse viés, o qual versa sobre a qualidade compilada na CF/1988 e nos demais documentos, que o desenvolvimento dessa oficina ocorreu por meio da metodologia da Oficina Pedagógica, atribuindo a disposição das cadeiras em círculo,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

possibilitando que durante o diálogo todos pudessem se olhar e se reconhecer em uma dinâmica que se propõe horizontal.

Em um primeiro momento da Oficina, perguntamos aos educandos o que, para eles, significa “Direito”. Inicialmente, suas respostas decorriam sobre os aspectos dos Direitos Humanos, como lazer, saúde, educação e saneamento básico. Notamos que alguns educandos, além de mencionarem o direito de ir e vir, foram além de uma resposta “pronta”, trazendo relatos pessoais e valiosos em relação ao acesso à educação, tendo em vista as trajetórias de vida expostas, a necessidade e a prioridade dada ao trabalho por esses educandos.

Em seguida, aproveitamos as suas falas e pedimos que relacionassem os direitos comentados com a palavra-chave de nossa oficina: Direito à Cidade. Prontamente suas respostas frisaram sobre o direito de ir e vir, relacionado às questões do transporte público na cidade do Rio de Janeiro. Os educandos que já atuavam profissionalmente relataram dificuldade nesse acesso, esclarecendo aspectos árduos de suas rotinas, como passar de duas a quatro horas por dia dentro do transporte público para conseguir de deslocar de casa para o trabalho ou vice-versa. Os alunos adolescentes queixaram-se sobre o valor do transporte público e da falta de integração dos meios de transporte aos finais de semana, destacando a exclusão dos meios de transporte para o acesso ao lazer.

No que tange o direito à cidade e suas especificidades estatísticas do âmbito social, ao descortinar dados científicos, é possível observar que a arquitetura urbana e o foco dado ao desenvolvimento da região central excluem parcela da população de menor poder aquisitivo ao promover desigualdades em diversos sentidos. Logo, a acessibilidade democrática aos espaços públicos é comprometida, uma vez que “os locais de trabalho e lazer geralmente se concentram em áreas mais centrais, e que devido à valorização dos imóveis não são ocupadas pela maioria da população de baixa renda,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

que foram empurradas para áreas periféricas” (Carneiro et al. 2019, p. 56). Além dessa perspectiva dicotômica, fica evidente as distâncias físicas e sociais contempladas nas falas dos educandos quanto ao acesso à cidade e organização urbana do município do Rio de Janeiro.

Em um segundo momento da Oficina Pedagógica, apresentamos aos educandos alguns *slides* com imagens de locais na cidade. Eles deveriam responder se aquele espaço era público ou privado. O objetivo dessa atividade identificar as barreiras definidas pelos educandos. Uma das imagens referia-se ao Theatro Municipal do Rio de Janeiro. A escolhemos intencionalmente por entender que, mesmo o Theatro sendo um espaço público, ainda hoje é pouco acessado pela população. Isso ficou nítido quando questionamos quem conhecia aquele local, qual era seu nome e se sabiam sua localização. Apesar do centro do Rio de Janeiro ser um lugar povoado por abrigar muitas empresas, muitos educandos, que até mesmo trabalhavam ali próximo, não o conheciam, pois, de acordo com eles, observando a estrutura do local e o pré-julgamento que tinham baseado nas pessoas que o frequentavam, aquele não era um espaço em que sentiam à vontade. Suas falas revelaram relatos que tocam as questões sociais, econômicas, tecnológicas, históricas e, principalmente, raciais, de maneira implícita ou não.

O racismo estrutura as desigualdades sociais e econômicas no Brasil e incide perversamente sobre a população negra, determinando suas condições de existência por gerações. Ao se constituir como um elemento de estratificação social, o racismo se materializa na cultura, no comportamento e nos valores dos indivíduos e das instituições, perpetuando uma estrutura desigual de oportunidades sociais. (Passos; Santos et al, 2018, p. 2)

Reconhecendo o perfil da maioria dos sujeitos da EJA, que são autodeclarados pardos e negros, e estabelecendo relação com a constituição de nossa sociedade, inserimos no currículo temas



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)

transversais de extrema importância, que não podem ser desconsiderados no contexto da sala de aula, colaborando para o desenvolvimento de uma nação antirracista em prol da re(construção) de uma sociedade mais justa e democrática para todos.

Para abordarmos assuntos tão complexos advindos das perguntas que fizemos e das respostas que os educandos poderiam nos dar, tivemos que nos preparar para as trocas de conhecimento por meio da formação continuada do Programa, em que o suporte teórico e as possibilidades de eventos em sala de aula foram amplamente discutidos. Frente ao desenvolvimento crítico dos acontecimentos e sutilezas de nossa sociedade, compreendemos que o “aprender a estudar, enquanto preparação do sujeito” decorre sobretudo através da reflexão do conteúdo; dos acontecimentos sociais ou naturais ou da “necessidade da própria reflexão” (Freire, 2001, p. 260).

Pretendendo dinamizar ainda mais a oficina e contemplar todas as faixas etárias na construção de conhecimentos sobre a cidade e seus direitos, realizamos um jogo do tipo *quiz* com os educandos sobre alguns espaços da nossa cidade. Distribuímos placas com as três alternativas de respostas apresentadas para cada pergunta (A, B ou C) e os participantes deveriam levantar aquela com a resposta que acreditavam ser a correta. Um exemplo de pergunta utilizada foi: “*Quais são os grupos que têm direito à meia entrada em eventos culturais e esportivos?*”, tendo como possíveis respostas: A) *todos*; B) *Qualquer pessoa entre 15 e 29 anos*; C) *Estudantes, Idosos (Acima de 65 anos); Portadores de necessidades especiais e seus acompanhantes; Jovens com hipossuficiência econômica entre 15 e 29 anos*.

Durante as atividades pedagógicas mencionadas anteriormente, enquanto a equipe apresentava e dialogava com os educandos a respeito das imagens de diferentes espaços de lazer da cidade do Rio de Janeiro, foi colocado no canto das imagens *Qr Codes*, com o intuito inicial de observar se chamaria a atenção.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Em seguida, foi explicado que ao utilizar o aparelho de celular para capturar aquele *Qr Code*, seria possível acessar informações, como endereço e história do local exposto na imagem. Essa atividade teve continuidade de forma mais sólida no decorrer da apresentação. Por exemplo: no momento em que foi questionado se os educandos tinham o hábito de pesquisar trajetos mais simples e precisos pelo mapa oferecido pelo site, e aplicativo, *Moovit*, se eles acessavam informações dos transportes públicos em tempo real e, de maneira geral, se eles utilizavam o *Qr code* para outras finalidades, bem como em cardápios de lanchonetes, compra de ingressos, pagamentos etc. Esses questionamentos levaram a equipe da oficina, não só a dialogar sobre o avanço tecnológico nos espaços públicos e privados, mas, também, a explorar o uso de ferramentas tecnológicas em sala, uma vez houve um preparo para esse subtema.

Desta forma, concluiu-se que o avanço tecnológico vem gerando exclusão social no contexto do tema central, “Direito à Cidade”, uma vez que alguns educandos não possuíam acesso à internet, tampouco celular para que pudessem interagir nessa parte da oficina. Ou seja, constata-se que a restrição ao acesso a informações aparentemente básicas, assim como a dificuldade em resolver questões cotidianas, são obstáculos recorrentes na vida dos educandos, refletindo a lamentável exclusão digital que persiste em pleno século XXI.

Em outra etapa da Oficina, foi proposta uma atividade de escrita. Oferecemos metade de uma folha de papel A4 subdividida em um espaço para que os educandos pudessem preencher com a data e com o seu nome, em seguida havia algumas linhas para que respondessem à seguinte pergunta: “*Se você pudesse conhecer um lugar qual seria?*”. Compreendendo que desenvolvemos a oficina pedagógica com sujeitos em diferentes níveis de alfabetização, acreditamos que mesmo atividades consideradas simples, como estas, representam uma oportunidade de escrita que reforça a subjetividade de cada



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

sujeito, especialmente considerando aqueles que não puderam frequentar à escola na idade indicada pela legislação, ou que nunca frequentaram um espaço educativo. Esta é uma marca simbólica fundamental para reafirmar que são sujeitos possuidores de vozes, direitos e deveres enquanto cidadãos da sociedade, visto que a apropriação dos códigos (letras e números), para além do processo de reflexão-ação, são fundamentais para o acesso aos direitos constitutivos que definem o ser humano.

Este momento foi significativo para o desenvolvimento da oficina, pois trouxe descontração entre os educandos e liberdade para que sonhos fossem revelados, possibilitando que os conhecessemos um pouco mais e os estimulássemos a liberar suas vozes e se expressarem, dado que, no final da atividade, comunicamos que quem se sentisse à vontade poderia ler o nome do lugar que gostaria de visitar e comentar o porquê desse desejo.

No entanto, ao imprimir linhas para que eles pudessem escrever os seus sonhos, acabamos, inconscientemente, fazendo um movimento de opressão ao definirmos suas formas de expressão. Isso foi possível ser analisado ao notarmos um educando muito tímido que, ao invés de falar o lugar que gostaria de conhecer, acabou fazendo no canto da folha de papel A4 um desenho muito bonito e detalhista representando o lugar que gostaria de visitar: Fernando de Noronha. Apesar da conscientização de suas realidades, percebidas por meio de suas falas, e de vidas marcadas pelo racismo estrutural, entre outras opressões que circundam à sociedade impedindo seu direito de ir e vir, percebemos, também, a resistência, a força e a singularidade de cada educando em continuar seus estudos na modalidade da EJA em busca da apropriação plena da educação e das possibilidades que ela permite.

A finalização da Oficina Pedagógica “Direito à Cidade” foi desencadeada pela distribuição de um passaporte cultural, construído pelos extensionistas, cuja estrutura permite expressar suas



percepções em cada visita feita futuramente pelos educandos aos diversos espaços da cidade. Os registros poderiam se dar tanto por meio da escrita formal, quanto pela representação de desenhos, fotos e até mesmo os próprios ingressos adquiridos. O objetivo do passaporte consistiu não só no estímulo a que explorem mais os diferentes espaços da cidade, como também o incentivo à escrita, na medida que esta fosse composta por um movimento de resistência ao encontrar sentido na prática de ocupação da cidade, estabelecendo sua escrevivência, uma vez que “a nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”. (Evaristo, 2007, p. 21).

ANÁLISE

O desenvolvimento coletivo da Oficina Pedagógica “Direito à Cidade”, proporcionou uma oportunidade valiosa para a refletirmos acerca dos desafios contemporâneos, ao mesmo tempo em que elaborávamos estratégias para implementá-la através de uma sequência de atividades em sala de aula. Este processo, limitado ao tempo de duas horas de aula, visou fomentar nos educandos um movimento contínuo de ação e transformação pessoal por meio da ocupação da cidade e da reivindicação de seus direitos. Em consonância com esse processo de ação-transformação, essencial para o desenvolvimento da consciência crítica, Freire (1994) afirma que a “educação não é neutra”. Assim, a cidade e as disputas relativas à ocupação dos espaços e à garantia de direitos devem ser abordadas como questões centrais a serem discutidas em nossos diversos espaços coletivos, pois elas também não são neutras.

No que tange às barreiras visíveis e invisíveis que moldam a configuração urbana, observamos que ao convidarmos os educandos da escola municipal para participar de um diálogo sobre a oficina no ambiente da universidade pública, conseguimos transpor uma



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

importante barreira simbólica. Os relatos dos educandos revelaram que, apesar de residirem nas proximidades, nunca haviam tido acesso a uma universidade e sentiam-se profundamente valorizados por estarem naquele espaço. Imediatamente, enfatizamos que aquele ambiente pertencia a todos e que a possibilidade de frequentar a universidade não era um algo inatingível, conforme evidenciado pelas trajetórias dos próprios extensionistas do programa, que apresentavam experiências similares às dos educandos da oficina. Esse momento se configurou como uma experiência de emancipação coletiva, permitindo-lhes perceber a pluralidade da universidade e a importância de sua ocupação crescente. Ao final da oficina, muitos educandos compartilharam suas aspirações em relação ao curso dos seus sonhos, evidenciando a inspiração e a motivação geradas pela experiência.

É fundamental destacar que a discussão acerca do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, um espaço público imbuído de estigmas seculares, revelou-se tão impactante que a maioria dos membros da equipe de extensionistas reconheceu estar imersa nas mesmas barreiras e bolhas sociais que afetam os educandos. Ou seja, a equipe também se viu sujeita aos mecanismos de opressão presentes na sociedade, evidenciados pelo fato de que mais de 80% dos integrantes extensionistas do Programa Integrado da UFRJ para EJA nunca haviam visitado o Theatro Municipal. Nesse sentido, a oficina proporcionou um significativo momento de emancipação coletiva, permitindo uma reflexão compartilhada sobre as estruturas de exclusão e a necessidade de superação dessas barreiras. O que fez com que a própria equipe extensionista realizasse uma visita àquele espaço.

Os momentos de reflexão subsequentes à oficina pedagógica, focados nos relatos dos educandos da EJA sobre a ocupação de certos espaços urbanos, foram de extrema importância para a equipe. Os relatos obtidos incluíam declarações como: *“Eles acham que nós vai*



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

roubar” (Autor A); *“Ficam olhando para gente com uma cara estranha”* (Autor B); *“Eu não me sinto bem em lugares diferentes”* (Autor C); *“No shopping ou na loja o segurança sempre fica me vigiando quando entro”* (Autor D). A análise dessas falas revelou que elas evidenciam claramente preconceitos associados à classe social, gênero, etnia, entre outros fatores.

Além disso, foi reservado um momento para refletirmos sobre a nossa postura em sala de aula. Observou-se que alguns membros da equipe de extensionistas tinham mais facilidade na interação com os educandos, enquanto outros demonstraram hesitação ao mediar debates. Conforme Moura (2018, p. 2), um dos desafios do educador é a capacidade de “ler” a sala de aula como um texto como nos recomenda Freire, o que envolve a observação de “falas, olhares, gestos e cheiros” para interpretar o ambiente como um texto dentro de um contexto específico. Moura ao reivindicar os estudos de Ginzburg (2007) destaca que “seguir pistas é uma forma muda de conhecimento” (Moura, 2018, p. 2). Dessa forma, estar em contato constante com o movimento teoria-prática-extensão permitiu o desenvolvimento de habilidades profissionais, como a elaboração de atividades interligadas e transversais, essenciais para o planejamento e o currículo do educador.

CONCLUSÃO

Compreendendo que “A educação autêntica não se faz de “A” para “B”, ou de “A” sobre “B”, mas de “A” com B” (Freire, 1994, p. 48), ao dialogarmos com os educandos durante as atividades, constatamos que as opressões vivenciadas iam além das barreiras físicas, adentrando esferas subjetivas e, muitas vezes, invisíveis, como é o caso do racismo. A transformação que almejávamos começou naquele instante. Observamos que, ao longo da oficina, os educandos tornaram-se cada vez mais conscientes das opressões que



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

enfrentavam. Ao final da atividade, entregamos a eles um passaporte cultural, marcando a conclusão da oficina. Notamos que muitos educandos, que inicialmente demonstraram hesitação em expressar os lugares que desejavam conhecer, logo passaram a sonhar com destinos que ultrapassavam as fronteiras da cidade, estendendo-se para além de continentes.

O conteúdo previsto para a oficina "Direito à Cidade" acessou experiências que emergem da relação sujeito-mundo, gerando reflexões profundas sobre realidades cotidianas, mas também sobre cenários que vão além do cotidiano. Neste artigo, demonstramos que, ao adotar a concepção freiriana na qual o educador desempenha seu papel de forma dialógica, conseguimos promover o pensamento crítico. Através da interdisciplinaridade, da coletividade e da relação horizontal e dialógica desde a concepção da oficina até sua execução em sala de aula, e na subsequente reflexão sobre nossa prática, construímos um trabalho de grande impacto, capaz de formar e transformar. Visualizamos, ainda, inúmeros desdobramentos possíveis, tanto no compartilhamento de nossas práticas com outros educadores, dentro e fora da EJA, quanto na realização da oficina com outros grupos e na concepção de novas oficinas que ampliem essa temática.

Refletir sobre o Direito à Cidade no contexto da Educação de Jovens e Adultos, considerando as múltiplas questões sociais, estruturais e até mesmo ambientais inerentes a esse debate, é caminhar em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. Para Freire (1992, p. 5), "Enquanto necessidade ontológica, a esperança precisa da prática para se tornar concretude histórica". Assim, esperançar uma sociedade que não seja pautada na opressão baseia-se em agir para transformá-la e através da Extensão Universitária buscamos imprimir essa ação.



REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Simone; RUA, Emilio. Estado da Arte da Educação de Jovens e Adultos na Revista EJA em Debate: Gênero e Etnia em Questão. In: NICODEMOS, Alessandra (org.). **Conhecimento e Docência: Caminhos Cruzados na Educação de Jovens e Adultos**. 1. ed. São Paulo: Paco, 2020. v. 1. 396 p.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, [DF], 5 out. 1988. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei n. 10.257, de 10 de junho de 2001. Guia de implantação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. Legislação, Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 6 ago. 2024.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB n. 11/2000**. Brasília: Câmara de Educação Básica. CNE: MEC, mai. 2000. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000. Acesso em: 20 de mar. de 2024.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 28 de maio de 2021**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Disponível em:

<https://in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-1-de-28-de-maio-de-2021-323283442> Acesso em: 8 jun. 2024.

CARNEIRO, Mariana et al. Espreadimento urbano e exclusão social. Uma análise da acessibilidade dos moradores da cidade do Rio de Janeiro ao mercado de trabalho. **EURE (Santiago)**, v. 45, n. 136, p. 51-70, 2019.

COSTA, Cláudia Borges; MACHADO, Maria Margarida. **Políticas públicas e Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 23a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. **Estudos avançados**, v. 15, p. 259-268, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012.

MELLO, Fernanda Cavalcanti. Museu e Escola: Ações exclusivas e inclusivas com Educação de Jovens e Adultos. In: NICODEMOS, Alessandra (org.). **Conhecimento e Docência: Caminhos Cruzados na Educação de Jovens e Adultos**. 1. ed. São Paulo: Paco, 2020. v. 1. 396 p.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

MOURA, Ana Paula Abreu. Construção da identidade do docente da Educação de Jovens e Adultos: Contribuições da prática de ensino e da extensão universitária. In: MOURA, Ana Paula Abreu; SERRA, Enio. **Educação de Jovens e Adultos em debate**. 1a ed. São Paulo: Paco Editorial. 2017, p. 154-173.

MOURA, Ana Paula de Abreu Costa. **Virando massas, descobrindo palavras, misturando saberes**. Acesso em, v. 30, 2018.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. Edições Loyola, 2003.

PASSOS, Joana Célia dos.; SANTOS, Carina Santiago dos. A educação das relações étnico-raciais na EJA: Entre as potencialidades e os desafios da prática pedagógica. **Educação em Revista**, v. 34, p. e192251, 2018.

DE SOUZA, Marta Lima. Alfabetização de Jovens e Adultos: negações, resistências e desafios. **Revista Brasileira de Alfabetização**, n. 11, 2019

TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e cidadania; reflexões sobre o direito à cidade. **Lua Nova**, n. 87, p. 139 – 165, 2012.

DO VALLE, H. S; ARRIADA, E. “Educar para transformar”: a prática das oficinas. **Revista Didática Sistêmica**, v. 14, n. 1, p. 3-14, 2012.



UMA PESQUISA ACERCA DA PEDAGOGIA PARA A CRIAÇÃO DE VALORES HUMANOS

Dayane Lopes de Medeiros⁶⁴
Maria Aparecida Vieira de Melo⁶⁵

RESUMO: Constituindo-se como pesquisa em andamento, propõe-se a seguinte questão problema: Como os fundamentos da Pedagogia Freiriana se relacionam aos da Pedagogia das Competências (BNCC)? O objetivo Geral é: Estabelecer a relação (favorável e/ou contraditória) entre a Pedagogia Freiriana e a Pedagogia das Competências (BNCC) em favor de uma educação para a liberdade. Mais especificamente: identificar o tipo de formação existente nas bases educacionais prescritas na BNCC consubstanciada pela CF88, analisar a relação favorável e/ou contraditória da Pedagogia das Competências com a Pedagogia Freiriana sob a ótica da criação de valores humanos e explicitar possibilidades de efetivação de educação para a cidadania (educação constitucional) através de uma política formativa docente em defesa do Estado Democrático de Direito fundamentada na pedagogia freiriana. Como metodologia, será utilizada a pesquisa documental (Pádua, 1997) com base na análise do

⁶⁴Estudante de Pós-graduação no Programa de Educação em Direitos Humanos de Pernambuco (PPGDH/PE) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduada em Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/CERES), Integrante ao Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GEPEPF/UFRN/CNPQ), Pernambuco, PE, Brasil, daymayaralopes@gmail.com.

⁶⁵Professora Doutora na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/CERES), Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GEPEPF/UFRN/CNPQ). Diretora Pedagógica do Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas (CPFreire/PE). Coordenadora do Comitê Territorial de Educação Integral Polo Caicó. Caicó, RN, Brasil, m_aparecida_v_melo@hotmail.com.



discurso (Foucault, 1986). A proposta versa a superação do senso comum acerca de Cidadania e da Diversidade Inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania. Pedagogia das Competências. Pedagogia Freiriana.

INTRODUÇÃO

Utilizando a popularização do conhecimento científico na realização de ações educativas transformadoras, propõe-se a pesquisar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) imbricada pela Constituição Federal de 1988 e como estes documentos impactam diretamente na educação brasileira. Fundamentado na Pedagogia Freiriana, que visa uma educação libertária, o projeto dialoga com a Pedagogia das Competências (BNCC) procurando entender quais processos histórico-políticos endossam o fazer educativo do país.

A BNCC é “[...] um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (Brasil, 2018, p. 7). Neste viés, é essencial analisar a relação favorável ou contraditória existente entre as duas pedagogias supracitadas e direcionar os resultados a um caminho de possibilidades de organização/reorganização de currículo nacional educativo com foco em uma formação de professores para a democracia. “A pedagogia freiriana defende uma educação que desperta no educando a consciência crítica das situações política, econômica e social em que está inserido, como sendo verdadeiramente uma Educação como Prática da Liberdade” (Cortella, 2011). Essa liberdade contrapõe o segmento de uma educação reducionista, fora da realidade do sujeito, favorecendo a contextualização territorial, a interação dialógica e a intersubjetividade dos sujeitos na construção do conhecimento.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Neste viés, intenciona-se superar o senso comum acerca da ideia de Cidadania, Formação de Professores, Democracia, Educação em Direitos Humanos e Diversidade Inclusiva, almejando a concretização de um sistema político educativo para a criação de valores humanos, gradualmente e continuamente aprofundado nos desdobramentos articuladores de ações pontuais e propositivas para uma formação de professores adequada a um currículo integral.

Paulo Freire (2001, p. 28), reitera que na prática docente, o “educador democrático” tem como dever “[...] reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão”. Neste sentido, reside a questão central da pedagogia libertadora: sua relação entre a aprendizagem, a produção do saber e a ação politizadora. Devendo estar essa ação inicialmente posta na base formativa docente desde a graduação até a formação complementar dos educadores, alcançando a estrutura curricular local (dos municípios).

A pesquisa pretende seguir a linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGDH/UFPE) intitulada Linha 1: Educação em Direitos Humanos, Justiça e Cultura De Paz com intuito específico de pesquisar a pedagogia de Paulo Freire como base fomentadora de um currículo educacional democrático, libertário e para a solidariedade social e humana. O estudo se inicia em 2024.2 no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGDH) da Universidade Federal de Pernambuco sob a orientação de (Supressão).

Como inquietação epistemológica, parte-se da premissa: como os fundamentos da Pedagogia Freiriana se relacionam aos da Pedagogia das Competências (BNCC)? O objetivo Geral é: estabelecer a relação (favorável e/ou contraditória) entre a Pedagogia Freiriana e a Pedagogia das Competências (BNCC) em favor de uma educação para a liberdade.

Mais especificamente: identificar o tipo de formação existente nas bases educacionais prescritas na BNCC consubstanciada pela



CF88, analisar a relação favorável e/ou contraditória da Pedagogia das Competências (BNCC) com a Pedagogia Freiriana sob a ótica da criação de valores humanos e explicitar possibilidades de efetivação de educação para a cidadania (educação constitucional) através de uma política formativa docente em defesa do Estado Democrático de Direito fundamentada na Pedagogia Freiriana.

Com a realização de pesquisa qualitativa nas bases da pesquisa documental (Pádua, 1997) o projeto pretende realizar a análise de documentos, livros, artigos com a técnica AD (análise do discurso) de Foucault (1986). Ou seja, fazer uma escavação do discurso presente na BNCC sobre a educação e como este discurso repercute no processo de organização social, afinal, a educação implica diretamente no modo de viver de toda sociedade brasileira.

Logo, almeja-se refletir sobre que tipo de educação vem embasando a formação de professores e os currículos escolares dos estados e municípios em todo o país através de uma sondagem em forma de questionário a ser divulgado nos grupos de whatsapp. Educação a serviço das necessidades e desejos de quem? Como pensá-la com foco em moldar os indivíduos para a formação de sujeitos ativos transformadores do seu viver cotidiano? A pedagogia freiriana é a base central do projeto como proposta interventiva possibilitadora de outras educações.

A PESQUISA EM DIREITOS HUMANOS

A cidadania em constituição jurídica é uma formalização de cidadãos e de cidadãs, porém, deve-se averiguar também como substrato constitucional da Cidadania Ativa (Benevides, 1991). Sendo assim, a cidadania está garantida na Constituição Federal de 1988 (CF88), abarcando o sufrágio universal, a participação e proposição popular (iniciativa popular), a soberania popular, o sistema eleitoral na constituição do poder legitimamente entronizado.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Com essa premissa, o trabalho adentra a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como sendo resultado das políticas públicas educacionais no Brasil. O documento curricular citado baseia o trabalho educativo realizado pelas escolas, pelos profissionais da educação e pelas universidades nos moldes da formação docente.

A CF88 fundamenta a BNCC que estipula a organização do currículo educacional nacional. Esse documento (BNCC) direciona como deve se orientar cada unidade escolar ao longo do país. Cada unidade escolar tem por base o currículo do estado ao qual faz parte e o Projeto Político Pedagógico específico a cada instituição, construído sob medidas das diretrizes curriculares nacionais.

Ao estudar a formação de professores na graduação e escrever um artigo utilizado como trabalho de conclusão de curso voltado para a ideia de educação transformadora através dos estudos teóricos freirianos, surge o desejo de analisar as bases que permeiam o currículo e fomentam a formação de professores estabelecendo sua ação prática na sala de aula e sua práxis educativa em geral.

Acreditar em uma educação “outra” possível aqui e agora, leva a refletir sobre como impactar na formação de professores através da Pedagogia Freiriana como interventiva no fazer educativo do país. Pensando nos aspectos presentes nos documentos que fundamentam a educação em construção curricular, necessita-se comparar a Pedagogia das Competências (BNCC) com a Pedagogia Freiriana percebendo seus pontos equivalentes e controversos.

Por este caminho, a análise do discurso (Foucault, 1986), ajudará a concretizar os passos de uma pesquisa com viés na aprendizagem adquirida através da escolarização, sendo esta, em sentido integral: educação para a cidadania, para a criação de valores humanos, tornando os sujeitos ativos em seu fazer cotidiano. Mas, retorna-se a BNCC como lócus da análise, por esta enfatizar que:

Os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Brasil, 2018, p. 11)

A BNCC concretiza os preceitos da Constituição de 1988 que institui a elaboração de uma base nacional comum. O corpo textual da BNCC intima-se por ser incorporado aos Estados e Municípios, cabendo a estes a elaboração da parte singular, específica e diversificada acerca dos objetivos de aprendizagem que permeiam a realidade local. Mas, inquieta, a longa listagem de objetivos de aprendizagens, levando a necessidade de pesquisar como tornar variável a prática educativa em cada território acrescentando, de fato, a diversidade na aprendizagem.

Justifica-se, deste modo, a intenção desta análise curricular para obtenção de resultados acerca do complexo de normas que constituem o núcleo essencial do direito à educação (libertadora), sendo dado o respaldo na CF88 art. 205 que traz a educação como direito de todos. Pois esta educação depende de complementação das diretrizes a serem respeitadas pelo Estado e pela sociedade na efetivação deste direito.

Ademais, com base no art. 205 da Constituição Federal de 88, pretende-se descobrir o *modus operandi* na estrutura curricular e nas políticas do sistema educacional brasileiro ideal para “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Tendo como sentido, pensar a formação de professores e sua práxis educativa, como bem escreveu Aída Maria Monteiro Silva em 1996:

Fica evidente a necessidade de se repensar a profissão do professor motivada principalmente pelo avanço das diferentes áreas do conhecimento, o que vem a exigir novas formas de construção do saber (Silva, 1996. p. 267).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

O importante é articular a pesquisa voltada para o papel integral da educação como construtora de mudanças sociais através do processo de ensino-aprendizagem. Sendo uma ação de âmbito comunitária, a Pedagogia Freiriana sugere possibilidades de garantia a todos os direitos dos sujeitos envolvidos no sistema educacional, por intermédio da construção de saberes pelo educando e pelo educador, ambos, sujeitos de poder. Educação em Direitos Humanos remete a uma verdadeira troca de experiências no fazer e refazer humano, um “esperançar” para o protagonismo, devendo estar posto nas bases curriculares de educação.

DIALOGANDO COM A PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA PARA A CRIAÇÃO DE VALORES HUMANOS

Educação significa: ensinar/aprender, produzir conhecimento e difundir o saber universal. Deste modo, a educação, transpondo a situação política atual do país, necessita promover a preservação da dignidade do viver humano em sociedade enquanto contributo para o desenvolver da justiça social, da democracia, da sustentabilidade ecológica, econômica e social em via da cidadania.

A humanização como qualidade crítica, refere-se à cientificidade na promoção de dignidade de vida para todos os sujeitos vivos. Ou seja, pensar a educação é pensar o aspecto humano em essência, é valorizar os Direitos Humanos fundamentais, inalienáveis e intransferíveis a cada sujeito vivo. É de suma, pois, a educação em Direitos Humanos, para os Direitos Humanos e com os Direitos Humanos. Um ensinar para o agir político fazendo política nos espectros que envolvem a sociedade: econômico, social e cultural, através das bases curriculares que regulamentam o ensino sistemático do país. Conforme Paulo Freire escreveu:



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Não junto a minha voz à dos que, falando em paz, pedem aos oprimidos, aos esfarrapados do mundo, a sua resignação. Minha voz tem outra semântica, tem outra música. Falo da resistência, da indignação, da 'justa ira' dos traídos e dos enganados. Do seu direito e do seu dever de rebelar-se contra as transgressões éticas de que são vítimas cada vez mais sofridas (Freire, 2001, p. 113-14).

Nesse mote reflexivo, a ideia é sistematizar moldes educacionais (currículos e leis) que fomentem os direitos humanos universais. Ou seja, visa-se organizar um movimento por justiça social, a quebra com as ideias concretas de injustiça que findam por ser um contrassenso com a existência digna das pessoas. A educação é fonte de produção de mudança social pelas ações reflexivas dos sujeitos.

Existe ineficácia em algumas atitudes que se dizem fazer o bem social e a pacificação da Terra. Pois tais atitudes (como por exemplo: acomodar-se com a falsa crença de uma suposta meritocracia no sistema político social) desvalorizam e desrespeitam o direito de existir de muitos indivíduos e os direitos de existirem com desfrute de todas as possibilidades e oportunidades de viver bem de forma mais justa e digna possíveis.

A educação é o caminho para combater a exequibilidade do negacionismo aos direitos dos mais desfavorecidos que nunca se alimentaram adequadamente e nem tem a oportunidade de aprender criticidade no ato do estudar. Diante dos muitos ataques e violações do corpo, da fala, do pensamento e do espírito humano, enxerga-se a urgência em estudar, analisar, pesquisar como o sistema educacional brasileiro vem regendo o seu fazer educativo nos espaços escolares.

Em suas bases fundamentadoras, é notória a necessidade de reconstrução de um caminho para educação pela Política, com a elaboração do nexo constitucional integrado ativamente à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O documento como base educacional nacional almeja possibilitar a implementação de ensino



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

de qualidade nas instituições escolares em todo o país, indo de encontro à realidade e às essencialidades básicas da população.

Essas essencialidades aparecem na BNCC em forma de competências educativas a serem atingidas pela metodologia utilizada no ensino-aprendizagem e suas técnicas de elaboração das atividades educativas. A Pedagogia das Competências é uma ação mobilizadora de conhecimentos (conceitos e procedimentos), suas habilidades envolvidas (práticas, cognitivas e socioemocionais), e atitudes e valores em integração utilizados na resolução de problemas da vida cotidiana em sua complexidade, no pleno exercício da cidadania e no mundo do trabalho (Brasil, 2018, p. 8)

A Pedagogia Freiriana propõe, além das competências a serem adquiridas na aprendizagem ao longo da vida, uma visão holística para o fazer educativo, uma educação problematizadora, questionadora, para a criticidade dos sujeitos aprendizes e conseqüentemente, de seus ensinantes. Uma educação dialógica reflexiva, estimuladora da inquietação, política em essência.

Para Paulo Freire (2011), o diálogo é própria democracia, formando-se consciências críticas, envolvendo a população ativamente na ação responsiva da construção de seu fazer social, o fazer de um sistema político baseado na autogestão, sendo intrínseca a autonomia. A educação escolar e social tem premissa na construção que advém da busca, da procura curiosa e gera atitude criativa propulsora de transformações emergentes:

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos (Freire, 2001, p.33).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Sendo o diálogo entre educador e educando fonte inicial de se pensar as transformações, fomenta reflexões que reverberam em atitudes, assim temos na educação uma legítima práxis de transformação do mundo, uma educação para os Direitos Humanos fundamentais. Nesse mote, a educação em sua viabilidade, pretende estar de acordo com o contexto social dos educandos, a realidade em que eles crescem e se educam, as crenças e a cultura de suas famílias e dos grupos em que fazem parte cotidianamente. A escola é composta por uma rede de pessoas com muitas riquezas de pensamentos, palavras e ações diferentes, valorizar essas diferenças proporciona um segmento que está dentro da educação em/com e para os Direitos Humanos.

A BNCC passa pela necessidade de incutir a realidade dos educandos e da comunidade envolta em suas linhas escritas e predecessoras da prática docente a ser realizada em sala de aula. Logo, se há lacunas na realidade em que acontecem as práticas educativas, é nos documentos que fundamentam os currículos escolares e nas leis que os moldam, onde a busca precisa começar.

Estando a educação na construção da autonomia do sujeito, pode-se perguntar aos sujeitos que tipo de escola estes querem criar, vivenciar, obter e frequentar. Neste aspecto, é válido cogitar uma educação para esperança de concretização de todos os sonhos e objetivos dos estudantes e de seus envolvidos, de modo geral, pois a dignidade e a felicidade devem atingir a todos os viventes no mundo. E estar garantidas em leis e fomentadas na prática como subsequente.

Paulo Freire acreditava que na esperança se faz o projeto de vida do indivíduo que ousa ‘esperançar’. O projeto de vida está também alinhado ao projeto de sociedade de um povo, pois, um se faz em muitos e vice-versa. Com a frase: “Não é, porém, a esperança um cruzar de braços e esperar. Movo-me na esperança enquanto luto e se luto com esperança, espero” (Freire, 1981, p. 97), afirma-se a ação de pesquisar os caminhos outros possíveis para uma educação



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

constitucional em base da transformação social em defesa da erradicação das negações da dignidade humana.

A BNCC como sendo (em uma ideia de vir a ser) proponente de novos direitos adquiridos apartir da educação sistemática nacional, em conformidade com a democracia, a liberdade, a inclusão à toda diversidade humana, e a participação consciente de suas funções político-sociais. Estando a criticidade alinhada ao encorajamento de sua criatividade e com a criatividade, o surgimento das grandes ideias para a reforma da realidade, reescrevendo-a, um reiniciar do processo econômico vigente.

Tudo o que foi descrito até estas linhas, referem-se à decolonização da educação brasileira. Pois, se a BNCC e a CF88 vêm favorecendo a manutenção de um sistema capitalista que valoriza a escravização de um povo ‘sem-terra’, sem comida, sem segurança, sem saúde, sem paz, sem cultura, sem história, sem vida digna, deve ser analisada enquanto guia para uma educação em Direitos Humanos. A pesquisa tem importância e relevância no desejo de fazer um pensar reflexivo analítico propositivo ao agir para a criação de valores humanos com potencial ativo protagonista e altruísta através da ressignificação da educação em sua base curricular nacional:

A educação em DH, que defendemos, é esta, de uma sociedade menos injusta para, aos poucos, ficar mais justa. Uma sociedade reinventando-se sempre com uma nova compreensão do poder, passando por uma nova compreensão da produção. Uma sociedade que a gente tenha gosto de viver, de sonhar, de namorar, de amar, de querer bem. Esta tem que ser uma educação corajosa, curiosa, despertadora de curiosidade (Freire, Ana Maria, 2001, p.101).

É importante a compreensão dos direitos e da posição ativa em luta por sua efetivação, como é de valor incomensurável essa percepção adquirida a partir do ensino-aprendizagem. Porquanto, esse ensino para a cidadania política começa a ser trabalhado na



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

formação de professores que articulam o conhecimento que adentra aos espaços institucionais de ensino, do infantil ao universitário:

Pois é a partir do momento que se conhece que se têm direitos, é que as classes sociais podem passar a reivindicarem seus respectivos direitos. Para tanto, é de suma importância que esse interesse em conhecer os direitos humanos constitucionais deve partir da pedagogia, ou seja, desde ensino fundamental ao universitário, principalmente em se tratando da graduação e pós-graduação, através do ensino, pesquisa e extensão (Melo, 2017, p. 35).

O que se entende nessas linhas é que a constituição do ser social acerca de uma construção em bases “civilizatórias”, contudo, na ideia de ressignificação desse conceito, adentra a vários âmbitos do sistema de ensino, em instâncias formativas para a formação da população. Nesse sentido, a educação para a cidadania (educação política) assume uma posição de centro nas conquistas almejadas pelo povo de sua dignidade adquirida.

O bom senso também aparece na defesa do pensamento científico como método de ensino. Ou seja, é entender a interrelação entre mudanças climáticas, capitalismo, direitos indígenas e outros temas nas instâncias educacionais e sociais. O projeto engrena no debate do “ser social” preparado para construir a resiliência que tanto deseja por meio da superação do senso comum acerca das categorias “Cidadania”, “Formação de Professores”, “Democracia”, “Educação em Direitos Humanos” e “Diversidade Inclusiva”.

Desse modo, atenta-se a presença de Paulo Freire na somatória de um empreendimento educativo formativo positivo, cidadão, político e humanitário. Um empreendimento educativo social com urgência em concretude, num futuro próximo. É a educação política que pode produzir esse “ser social”. A BNCC pode oferecer os caminhos para uma educação que ensina a pensar enquanto ensina a escrever. Pois a educação aproximada com a realidade do sujeito e sua emancipação é o maior enfoque ao qual aqui se busca refletir. A



construção da autonomia do sujeito, em base de um ensinar para sua responsabilidade social, cultural, ética, política, econômica, presente nos documentos e leis que regem a educação brasileira.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa aqui proposta, “investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem” (Chizzotti, 1995, p.11), tendo em intenção metodológica utilizar-se da pesquisa qualitativa que conforme Martinelli (1999, p.115), explica:

A pesquisa qualitativa se insere no marco de referência da dialética, direcionando-se fundamentalmente, pelos objetivos buscados. O desenho da pesquisa qualitativa deve nos dar uma visibilidade muito clara do objeto, objetivo e metodologia, de onde partimos e onde queremos chegar.

Para uma aproximação ao objeto de estudo, adota-se análise documental (Pádua, 1997), em via dos documentos BNCC e CF88, assim como a bibliográfica (Gil, 2002) com as obras de Paulo Freire, que serão estudadas em sua abrangência, diversidade, com definição de delimitação ao longo do discorrer da pesquisa. De acordo com Gil (2002, p.62-63), a pesquisa documental e a bibliográfica apresentam uma “fonte rica e estável de dados”. Pádua (1997, p.62) define:

Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...].

Dando seguimento aos procedimentos metodológicos, pretende-se utilizar a Análise de Discurso (Foucault, 1986) que é



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

constitutiva da realidade produzindo diferentes tipos de saberes/compreensões. Em *A Arqueologia do saber*, Foucault (1986), reflete:

...gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (Foucault, 1986, p.56).

Nas palavras do autor, a AD é uma prática que está diretamente envolvida com as relações de poder e saber, uma prática que envolve o aspecto social e suas nuances histórico-políticas. Para Foucault (1986), o discurso “transcende as palavras ditas/postas/escritas”, apresenta “regularidades intrínsecas a si mesmo”, adquirindo e estabelecendo uma formação própria dos conceitos, sem esse discurso residir no modo de pensar dos indivíduos: “o discurso como objeto significado impõem a todos os sujeitos que falam ou tentam falar dentro de um determinado campo discursivo” (Foucault, 1986, p.70).

Mediante a utilização de escavação analítica em AD, busca-se resultados acerca da intencionalidade do ensino-aprendizagem posta na BNCC, adentrando às categorias exigidas pela CF88 em regulamentação de uma educação de qualidade, que atinja a igualdade de direitos e a equidade em oportunidades e acenssão da dignidade na



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

unidade dos sujeitos e na sua coletividade. Utilizando-se da Pedagogia Freiriana como fundamentação essencial ao construir uma sociedade melhor, um projeto de nação cada vez mais solidário, através de educação sistemática propositiva em viés humanitário, pacífico e protagonista.

CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS DA PESQUISA

A batalha pelo protagonismo humano em sua mudança e transformação, principalmente, a população marginalizada, favorece o sonhar pela participação popular no ato de educar, mas também e fundamentalmente na construção cidadã, partindo da leitura crítica do mundo e das realidades coletivas de existência. Estudar e pesquisar visando o entoar da voz pelas iniciativas que busquem a recuperação, a concepção de educação como um direito humano e como constituidora de uma identidade popular, que se baseie na história de vida, de cultura e de luta das pessoas, move a construção de um projeto de mestrado para pensar uma Educação em Direitos Humanos, uma educação constitucional, política e efetiva a uma justiça social.

Com a análise da BNCC embasada na CF88, objetiva-se alcançar ideias para pensar/iniciar/continuar uma mudança na educação do país, favorecendo a comunidade educativa em panorâmica, iniciando em 2024.2. Pois a análise procura compreender o processo educativo, responder as perguntas acerca de uma distância ainda observada na efetivação da práxis almejada e possibilitar encontrar sugestões no seguir do caminhar humano e social por melhorias na vida das pessoas pobres, negras, indígenas, LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais), e outras diversidades. Ou seja, as pessoas que pouco recebem os fortúnios do viver cotidiano num país capitalista,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

majoritariamente cristão e sem valorização do sistema político que o comanda (por parte da população em geral).

Logo, abrindo caminhos para práticas educativas alternativas como a Educação Popular nos estados brasileiros, indicando a necessidade da produção coletiva dos conhecimentos e da apropriação de práticas pedagógicas constitucionais, em direção de potenciais emancipatórios, o projeto aqui descrito pretende ser finalizado com êxito necessário para contribuir com a humanidade, numa partícula micro de lugar de ação, com potencial a atingir outros estudos futuros e outros lugares no mundo. A análise será realizada por meio de leituras e estudos analíticos cuidadosos dos documentos e livros citados, juntamente com a articulação do programa, seus componentes curriculares e ações de estudo individualizado.

Reascender a crença no ser humano historicamente oprimido e opressor, buscando optar ética e humanisticamente pelo enfrentamento a opressão em favor da vida e da liberdade. Neste trabalho, indica-se a necessidade de educadores pesquisadores que, atuando em conformidade com a significação da cultura popular, possam fazer sua leitura do mundo, percebendo a importância de uma atitude de resistência, com bases jurídicas, contra a violência que vem obstruindo a humanidade existente em cada indivíduo e consequentemente na estrutura social em que se vive. A educação é política e necessita de documentação guia com força equivalente. A Base Nacional Comum Curricular como Promotora de Educação Política.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, M. V. de M. **A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular**. São Paulo: Ática, 1991.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf f Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 13 fev. 2024.

CORTELLA, M. S. Paulo Freire: um pensamento clássico e atual. **Revista e-curriculum.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Programa de Pós-graduação Educação: Currículo, 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/7590-18570-1-SM%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/7590-18570-1-SM%20(2).pdf) Acesso em: 11. fev. 2024.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1995.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 67a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA
REFORMA AGRÁRIA - ITERRA. **Paulo Freire**: um educador do
povo. 2 ed. Veranópolis: Gráfica e Editora Peres, 2001.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio.
São Paulo: Veras, 1999.

MELO, M. A. V. de. **Educação em Direitos Humanos e
Diversidade**: Experiência Formativa. Ed. Clube de autores. América
- Joinville/SC.2017.

PÁDUA, E. e M. M. de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem
teórico-prática. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

SILVA, A. M. M. **A formação do professor**: um debate necessário
(Resenha). P. 262. R. Fac. Educ. São Paulo, v22, n°2, p. 257-267,
jul/dez., 1996. Disponível em:
<http://educa.fcc.org.br/pdf/rfe/v22n2/v22n2a17.pdf> Acesso em: 11.
fev. 2024.



EIXO TEMÁTICO 5: ÉTICA, POLÍTICA E DEMOCRACIA PARA RESISTÊNCIAS

O eixo “Ética, Política e Democracia para resistências” se constitui como nuclear na construção de um projeto de sociedade e de vida fundados no pensamento de Paulo Freire em diálogo com autores que dialogam com ele. Procura responder às seguintes questões: Qual a diferença entre Ethos e Ética? Por que ética queremos lutar: a ética de mercado ou a ética universal do ser humano? Qual a relação da política com a ética. Paulo Freire nos recomenda “a vigilância ética” para que não caiamos na transgressão ética, que nega radicalmente a vida, a solidariedade, a compaixão, o diálogo crítico, a possibilidade da realização da humanização do sujeito humano. A ética universal do ser humano que dialoga e se identifica com as éticas críticas é inseparável de um projeto de sociedade substantivamente democrática, radicalmente antirracista, que defende a vida dos sujeitos humanos e não humanos em sua pluralidade e universalidade. A ética é um tema necessário à vida social e aos seres humanos, como prática educativa investigativa e libertadora. Também serão abordadas teorias de democracia: pluralismo, democracia deliberativa, democracia participativa, democracia associativa, a gestão, governança e governabilidade local, o federalismo, descentralização, políticas sociais, gestões inovadoras, a democracia representativa, a relação entre representantes e representados, o populismo, a ação coletiva, a representação sem democracia e a formação de base para resistências ética, política e democrática.



EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA – ENTRE AUTORIDADE E LIBERDADE NA RENÚNCIA À EXPECTAÇÃO E NA EXIGÊNCIA DA INGERÊNCIA

Juliana Battistus Mateus Ferreira

Patricia Helena de Ribeiro Munhoz Costa

RESUMO: Esta pesquisa corrobora às discussões sobre o direito à educação, com a intenção de contribuir para a construção da democratização dos espaços educativos. A práxis que decorre das condicionantes educativas da atualidade, nos conduz a alguns questionamentos, dentre eles o que se pretende discutir neste artigo: quais elementos sociopolíticos constituem o espaço educativo que promove a democratização fundamental? Nessa perspectiva, o objetivo geral dessa pesquisa é refletir criticamente sobre o conceito de democratização segundo Paulo Freire e como ele contribui para pedagogias construtivas de democracia. Tomando a hermenêutica crítica-dialógica como método de análise, defendemos a cultura educacional democrática (de ordem intelectual, social e política) factível em espaços que se põem no processo de desmistificação da realidade, em que os sujeitos realizam a práxis por meio da renúncia à expectativa e da exigência da ingerência.

PALAVRAS-CHAVE: Democratização. Educação. Liberdade.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa explora o conceito de educação democrática a partir do olhar pedagógico de Paulo Freire, com a intenção de contribuir à análise sobre os espaços educativos autenticamente democráticos. Defendemos que educação e sociedade possuem processos interdependentes de manutenção ou superação de situações-limite e que, portanto, as ações do Estado, bem como da



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

sociedade civil, influenciam as práticas escolares – e a recíproca verdadeira. Nesta conjuntura, reconhecer atitudes falsamente democráticas corrobora ao reconhecimento da autenticidade democrática, bem como denúncia e anúncio andam são processos de um mesmo fim, a saber, a libertação.

A práxis que decorre das condicionantes educativas da atualidade, nos conduz a alguns questionamentos, dentre eles, o que se pretende discutir neste artigo: quais elementos sociopolíticos constituem os espaços educativos que promovem a democratização fundamental? Todavia, para anunciá-lo é preciso também denunciar sua forma inautêntica, portanto, discute-se os espaços educativos falsamente democráticos. Nessa perspectiva, o objetivo geral dessa pesquisa é refletir criticamente sobre o conceito de democratização segundo Paulo Freire e como ele contribui para pedagogias construtivas de democracia.

Para o estudo a seguir apresentado foi adotado o método de pesquisa da hermenêutica-crítica-dialógica (Ferreira; Mesquida; Bergier, 2021), por sua característica de apreensão e interpretação do conhecimento em que há que se dar atenção à crítica, “isto é, a necessidade de se lançar um juízo sobre o objeto/problema” (Mesquida, 2012, p. 5), no sentido mesmo de denúncia. O artigo está estruturado em três partes. Inicialmente apresentamos a definição de educação democrática em Paulo Freire e, em seguida, contextualizamos os espaços educativos falsamente democráticos para, por fim, realizarmos a análise do espaço educativo democrático à luz do referencial teórico freireano, a fim de oferecer contribuições de denúncia e anúncio sobre a educação democrática.



A EDUCAÇÃO AUTENTICAMENTE DEMOCRÁTICA DE PAULO FREIRE

A atualidade admitiu como democrática a sociedade, ou instituição, que oferece o voto. No entanto esta, que se configura como uma “democracia puramente formal”, não possibilita o “uso de espaços públicos” e, portanto, não culmina em ações adequadas “à vocação humana do *ser mais*”, que, para Freire, é a essência da democracia (Freire, 2013c, p. 233, grifo do autor). Diz-se vocação humana de *ser mais* à vocação natural da pessoa de ser sujeito e não objeto (Freire, 2019) e, portanto, à crença em que o homem pode, desfrutando de sua liberdade não licenciosa fazer escolhas conscientes em relação a sua vida. Esta é uma crença humanista, de caráter concreto que, não nutrida por visões de um homem ideal, não leva à procura de “concretização de um modelo intemporal, uma espécie de ideia ou de mito, ao qual o homem concreto se aliene” (Freire, 2015a, p. 97).

Humanismo que, recusando tanto o desespero quanto o otimismo ingênuo é, por isso, esperançosamente crítico. E sua esperança crítica repousa numa crença também crítica: a crença em que os homens podem fazer e refazer as coisas; podem transformar o mundo. Crença em que, fazendo e refazendo, as coisas e transformando o mundo, os homens podem superar a situação em que *estão sendo* um quase *não ser* e passar a ser um *estar sendo* em busca do *ser mais*. (Freire, 2015a, p. 97, grifos do autor)

Permitir a vocação humana de *ser mais* é, portanto, permitir a democracia. Governos imperiosos são viabilizados pela alienação do pensamento e da atividade do povo. Governos democráticos são viabilizados pela participação do povo em processos políticos que não lhes sujeitem em controles autoritários. Por isso, democrática é a sociedade ou instituição que atua em prol e a partir “da igualdade, do



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

respeito aos demais, do direito à voz, à participação, à reinvenção do mundo”, num regime que não negue “a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser” (Freire, 2013c, p. 223).

Liberdade, não licenciosidade, é, assim, um requisito fundamental à democracia, pois ela é, por sua vez, requisito fundamental à humanização. Todas estas partem da compreensão da vocação do ser humano para o *ser mais*, a quem não cabe controles despóticos e, por isso, estão “em favor da igualdade de direitos, em prol da superação das injustiças” (Freire, 2013c, p. 234). Da liberdade provém a análise necessária a respeito da autoridade, pois não é factível que a autoridade se perverta em autoritarismo em um ambiente que pretende ser democrático, assim o “povo aprofundando e solidificando a democracia contra qualquer aventura autoritária é o povo igualmente forjando a necessária disciplina sem a qual a democracia não funciona” (Freire, 2013b, p. 174-175).

A posição dialética e democrática implica [...] a intervenção intelectual como indispensável à sua tarefa. E não vai nisto nenhuma traição à democracia, que é tão contraditada pelas atitudes e práticas autoritárias quanto pelas atitudes e práticas espontaneístas, irresponsavelmente licenciosas. (Freire, 2014b, p. 147)

Tanto a “ausência da disciplina pela negação da liberdade ou a ausência de disciplina pela ausência da autoridade” são caminhos profícuos à licenciosidade e ao autoritarismo, que impõe “ao homem o mutismo e a passividade, não lhe oferece condições especiais para o desenvolvimento ou a ‘abertura’ de sua consciência, que, nas democracias autênticas, há de ser cada vez mais crítica” (Freire, 2019, p. 79, grifo do autor). Portanto, “no fundo, é através dessas relações entre autoridade e liberdade que se vão estabelecendo os indispensáveis limites à autoridade e à liberdade” necessários à



democracia (Freire, 2013c, p. 238). Assim, liberdade e autoridade são as bases da democracia, enquanto licenciosidade e autoritarismo são as provas de sua perversão.

A premissa validada por Freire é a de que “nenhuma sociedade alcança a plenitude democrática se não se estrutura legalmente para defender-se” (Freire, 2013c, p. 234). Decorre disso que não há regime democrático onde não há possibilidade de defesa contra a discriminação e a desumanização, haja vista que estes males pervertem e deterioram a democracia e suas instituições.

ESPAÇOS EDUCATIVOS FALSAMENTE DEMOCRÁTICOS

Há estruturas que se dizem democráticas, sem de fato sê-lo. Isso não é novidade, mas quais suas características? As estruturas falsamente democráticas são, justamente, aquelas que negam a defesa à humanização, geralmente baseadas no “jogo ardiloso de falsas explicações”, na medida em que consideram uns “gente superior” e outros “gente inferior” (Freire, 2013c, p. 235). Estas estruturas criam lacunas em que encaixam opressores de um lado e oprimidos de outro, de modo que, “intelectualmente, aceitam que se contradizem, mas, visceralmente, não se sentem em contradição” (Freire, 2013c, p. 235). Provém disso que a educação, a saúde, a economia e tudo mais que é regido por uma estrutura falsamente democrática não possa ser autêntica e em prol do *ser mais*, pois o produto desta estrutura não é compatível com a verdade democrática, por estar submerso em tantas incoerências teórico-práticas quanto ela própria.

A máquina política falsamente democrática é opressora e trabalha na educação inserindo hábitos, regras e critérios inúteis à libertação, mas perfeitamente úteis à dominação. Esta problemática torna o conhecimento intangível, a liberdade perigosa e a autoridade um erro, de modo a convencer o estudante a deixar-se conduzir o que o leva a ser objeto nas mãos de outros e o mantém inconsciente de



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

sua condição de oprimido, “no sentido de sua acomodação ao mundo da opressão” (Freire, 2013a, p. 92). Não sendo educação democrática, transmite informações a “homens proibidos de ser” (Freire, 2013a, p. 59), que não modificam o *status quo*. Sua regulação está em “punir os que ousam falar”, provocando “o temor [que] faz calar” (Rousseau, 2015, p. 92), para que não exista denúncia da opressão, indício do anúncio da libertação (Freire, 2016).

O interesse central da teoria e da prática pedagógica de Paulo Freire repousa justamente na construção de uma nova educação, diferente da que sustenta o *status quo*. Para tanto, o autor discute os atributos teórico-práticos para que esta educação se efetive, fundamentando-a a partir dos ideais democráticos. Esta educação, a qual chamou de autêntica, é democrática porque exige compromisso com a humanidade e é fruto do exercício constante de leitura de mundo (Freire, 2015). A partir da leitura crítica de suas produções teóricas, encontramos em Freire a caracterização de espaços educativos antidemocráticos, falsamente democráticos e autenticamente democráticos, os quais respetivamente chamamos *fechados*, *alienados* e *em transição*.

Os espaços educativos fechados são caracterizados pelo colonialismo, ou seja, as tomadas de decisão que lhe afetam são externas a ele. A significação sobre o que ocorre em seu interior é mistificada, compreendida como causa inevitável e consequência a que não cabe recurso. Tal cenário acarreta que os sujeitos a esta educação se constituem a-históricos, e porque fora dos limites da feitura da história, consideram-se neutros politicamente. Neste espaço, profissionais da educação e estudantes são objetos da colônia, que age para mantê-los sob seu domínio, por isso não produzem marcas no contexto como sujeitos, mas como objetos. Isto é, sua produção não tem efeito de transformação social, apenas de manutenção. Este espaço fundamenta-se na inexorabilidade do futuro, que é propriamente a negação da história (Freire, 2014a).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Considerando que a história é justamente o lugar onde a natureza humana se constitui, negá-la e tornar o futuro inexorável, por meio de práticas acríticas, é a atitude dos não amorosos ou dos apáticos, não enérgicos, que odeiam os fragilizados ou que buscam acomodar-se pelo medo da luta.

Os espaços educativos alienados, por sua vez, caracterizam-se especialmente pelo gosto à invasão cultural. A alienação é inautenticidade, por isso os efeitos produzidos neste espaço acarretam o distanciamento da realidade, por sua não apreciação, e um sentimento de inferioridade, pela dependência da passividade que garante a imitação. Neste espaço, seus sujeitos são imitadores de outros espaços, enquanto o seu próprio nem conhecem de fato. Por isso oscilam entre comportamento ingênuo e comportamento desesperado. Nestes espaços, profissionais da educação e estudantes “buscam nos transplantes inadequados a solução para os problemas do seu contexto”, todavia as “receitas transplantadas que não nascem da análise crítica do próprio contexto, resultam inoperantes”, pois precisariam passar por uma “redução que as adequaria ao meio” para que frutificassem (Freire, 2019, p. 73). O objetivo da invasão cultural está em que os invadidos reconheçam-se inferiores (Freire, 2013a) e, se inferiores, considerem-se incapazes de autogoverno. Porque se considerados incapazes por si mesmos, aceitam as prescrições feitas para eles e não com eles – a ação antidialógica, de atividade não livre ou intelectual. Ora, “o opressor elabora a teoria de sua ação necessariamente sem o povo, pois que é contra ele” (Freire, 2013a, p. 252).

Os espaços educativos em transição, todavia, assim como a consciência em transição (Freire, 2019), são aqueles que se põem no processo de desmistificação da realidade e de se desalienar, que é a democratização fundamental. Nestes espaços, profissionais da educação e estudantes começam a ter gosto pelo diálogo e pela reflexão sobre o micro e macro contexto aos quais pertencem. Isto é,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

percebem-se históricos, seres de potência, porque humanos. Daí que dele emergem situações conflituosas contra os dominadores, dos quais eram colônia ou imitadores. Estes conflitos ocorrem como uma confrontação justa e crítica, visto que a liberdade “não prescinde do conflito que amplia o olhar, a compreensão sobre o mundo, sobre o outro e favorece o desenvolvimento da confiança que fortalece as relações” (Cruz; Mesquida, 2024, p. 183). Isto quer dizer: a superação da dominação e da opressão antidemocrática começa neste espaço. Os espaços fechados ou alienados, portanto, precisam pôr-se em transição para percorrer o caminho da democratização. Não é possível que sejam democráticos se não o fizerem; daí que não sejam comprometidos com a humanidade se não o fizerem. Estando em transição, serão, enquanto já estão sendo, democráticos, ao que promoverão educação democrática.

RENÚNCIA À EXPECTAÇÃO E EXIGÊNCIA DA INGERÊNCIA

Paulo nunca deixou de estar buscando a democracia brasileira, como forma de governo, e a libertação dos seus cidadãos, como forma de possibilitar o encontro pleno e determinante desses com sua mais autêntica essência ontológica; o encontro dos brasileiros e das brasileiras com suas humanidades, viabilizando seus proclamares o mundo, o que torna possível tornarem-se todos e todas, independentemente de qualquer condição, sujeitos também da História, e não apenas objetos de manipulação, de exploração e de opressão dos poderosos. (Nita Freire, 2012 p. 627)

Paulo Freire, defensor da democracia autêntica, desvelou a falsa democracia e a antidemocracia praticada em determinados espaços educativos. Desta denúncia advém a possibilidade do anúncio da democratização fundamental que é o processo de desmistificar a realidade. Esta, todavia, não é tarefa exclusiva dos espaços educativos, mas de toda a sociedade. É por isso que a partir deste



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

momento precisamos analisar a prática democrática desde os espaços educativos a sociedade como um todo. Pois a leitura de mundo exige também a escrita dele para a efetivação da práxis democrática.

A fim de evitar a falsa democracia e a consequente desumanização, as sociedades e instituições democráticas precisam, para Freire, do exercício do constante aperfeiçoamento que só uma educação baseada na “leitura de mundo” pode proporcionar (Freire, 2015b). A exigência da ingerência, ou seja, da participação efetiva na dinâmica social, bem como a renúncia à simples expectativa cultural, são ações que decorrem desta leitura de mundo e que possibilitam a escrita do mundo – o verdadeiro letramento. É por isso que dizemos que “a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Freire, 2015b, p. 77).

A leitura crítica do mundo é um *quefazer* pedagógico-político indotomizável do quefazer político-pedagógico, isto é, da ação política que envolve a organização dos grupos e das classes populares para intervir na reinvenção da sociedade. (Freire, 2015b, p. 47).

Permitir ao homem, humanizado, conceber sua realidade e sobre ela refletir e agir, insere-o como participante na construção e organização da vida comum, pois a “conjectura que se define com clareza, é o sonho possível a ser viabilizado pela ação política” (Freire, 2015b, p. 47). Esta é a condição da democracia, e por isso “é difícil, realmente, fazer democracia. É que democracia, como qualquer sonho, não se faz com palavras desencarnadas, mas com reflexão e prática” (Freire, 2013b, p. 90).

Por isso o diálogo é um elemento fundamental da prática democrática. Diálogo é o uso da palavra. Este uso que se dá de forma corriqueira, mas que apresenta uma gama de significados. A construção de uma conversa é a apresentação ao mundo das palavras de um sujeito, é a exposição dele, de suas observações e análises



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

próprias. Nada mais justo que a educação, também feita de palavras, considere aquelas que são dos educandos, de seus contextos de vida. Ademais, é respeito pelo educando e por todas as condicionantes que o constituem, pois “o bom clima pedagógico-democrático é o em que o educando vai aprendendo, à custa de sua prática mesma, que sua curiosidade, como sua liberdade, deve estar sujeita a limites, mas em permanente exercício” (Freire, 2014a, p. 82).

Daí que promover democracia passa necessariamente pelo contexto escolar, já que ela “exige a ingerência” e “uma crescente participação do povo no seu processo histórico” (Freire, 2019, p. 75). Assim, contrariando “a verticalidade e a impermeabilidade” (Freire, 2019, p. 101) da antidemocracia, a democracia depende igualmente de sua aplicação na escola para regimentar-se na sociedade.

O sonho possível é a democracia em que os desrespeitos se dão, mas os desrespeitados, quem quer que sejam eles ou elas, são severamente punidos de acordo com a lei. O acerto ou valor da democracia não está na santificação de mulheres e homens, mas na rigorosidade ética com que trata os desvios da própria democracia de que somos capazes como seres históricos, inconclusos, inacabados. [...] A boa democracia adverte, esclarece, ensina, educa, mas também se defende das ações de quem, ofendendo a natureza humana, a nega e a rebaixa. (Freire, 2013c, p. 249).

É pela dialogicidade que tanto a aprendizagem da democracia, e pela e para a democracia, como a participação popular nas decisões sociais são provadas autenticamente democráticas em uma sociedade, visto que “a democracia demanda estruturas democratizantes e não inibidoras da presença participativa da sociedade civil no comando da *res-pública*” (Freire, 2007, p. 76). Educação é “ato de conhecimento, não só de conteúdos, mas da razão de ser dos fatos econômicos, sociais, políticos, ideológicos, históricos que explicam o maior ou menor grau de ‘interdição do corpo’



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

consciente” (Freire, 2014b, p. 141, grifo do autor), bem como preconiza uma intervenção consciente no mundo, pela autoinserção crítica na realidade (Freire, 2016).

A organização democrática, portanto, não pode ser realizada por alguns e transmitida aos outros, mas necessita da característica realmente pública ou se configura em um novo tipo de opressão. “Daí que não possa a liderança dizer uma palavra sozinha, mas com o povo. A liderança que assim não proceda, que insista em impor sua palavra de ordem, não organiza, manipula o povo. não liberta, nem se liberta, oprime” (Freire, 2013a, p. 243).

Na teoria da ação dialógica, portanto, a organização, implicando autoridade, não pode ser autoritária; implicando liberdade, não pode ser licenciadora. Pelo contrário, é o momento altamente pedagógico, em que a liderança e o povo fazem juntos o aprendizado da autoridade e da liberdade verdadeiras que ambos, como um só corpo, buscam instaurar, com a transformação da realidade que os mediatiza. (Freire, 2013a, p. 245)

Deste modo, percebe-se que a aprendizagem democrática é tarefa educativa, antes de ser escolar ou partidária, seu exercício é um ato de educar-se/ensinar-se/instruir-se e seus efeitos são sociais. E por isso é “o contínuo aperfeiçoamento da sociedade democrática pela educação contra a opressão, a dependência e a marginalização” (Freire, 2016, 101). O que equivale a dizer: “para *ser*”, é preciso “*estar sendo*” (Freire, 2013a, p. 245, grifos do autor) – justamente os processos interdependentes, do qual falamos, de manutenção e superação de situações-limite travados entre educação e sociedade.

A opressão, a dependência e a marginalização configuram-se, precisamente, como inimigos da síntese cultural que advém do exercício da liberdade e da autoridade do povo. Por isso a ação comunicativa que conduz à elaboração desta síntese cultural, que é



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

justamente o seu produto primeiro, configura-se como luta, e luta política democrática.

O que pretende a ação cultural dialógica, cujas características estamos acabando de analisar, não pode ser o desaparecimento da dialeticidade permanência-mudança (o que seria impossível, pois que tal desaparecimento implicaria o desaparecimento da estrutura social mesma e o desta, no dos homens), mas superar as contradições antagônicas de que resulte a libertação dos homens. (Freire, 2013a, p. 246)

A ação democrática em busca da síntese cultural pela dialogicidade, então, será formada por pessoas com interesses em comum que, por adesão, de maneira formal ou informal, discutem suas demandas. Quando estas demandas produzem transformações na sociedade, estes grupos realizam o movimento da práxis, de ação e reflexão. A síntese cultural é, assim, contrária a prática de invasão cultural, sendo a experiência autêntica de renúncia à expectativa.

Entretanto, na conjuntura das sociedades e instituições falsamente democráticas ocorre a perversão da participação popular consciente por meio de práticas autoritárias de governabilidade. Estas, intelectualmente, permitem a participação popular, ao oferecer o voto, mas, visceralmente, negam ao povo o direito a participação popular, ao obstarem a participação popular por meio do diálogo, no sentido mesmo de dialogação, “como encontro dos homens para a tarefa comum de saber agir” (Freire, 2013a, p. 111).

Governanças não eleitas pelo voto consciente popular são antidemocráticas e comandadas por elites dirigentes inautênticas. Eis a razão destas elites visceralmente se oporem a uma educação democrática, pois sendo favoráveis ao *status quo* não democrático, são favoráveis a manutenção de seu próprio estado. Provém desta conjuntura que os educadores e educadoras progressistas sejam atacados pelos governos não democráticos, visto que “desafiar o povo



a ler criticamente o mundo é sempre uma prática incômoda para os que fundam o seu poder na ‘inocência’ dos explorados” (Freire, 2013b, p. 120, grifo do autor).

Nas sociedades democráticas, todavia, por meio de uma educação democrática, os sujeitos “começam a fazer-se críticos e, por isso, renunciam tanto ao otimismo ingênuo e aos idealismos utópicos quanto ao pessimismo e à desesperança, e se tornam criticamente críticos”; então um clima de “otimismo nasce e se desenvolve ao lado de um forte senso de responsabilidade” (Freire, 2019, p. 74).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Paulo Freire desenvolve ao longo de sua teoria e prática de educação os fundamentos de uma educação autenticamente democrática pela atenção que dá a superação das opressões. À luz de sua teoria, encontramos elementos sociopolíticos que marcam a constituição dos espaços educativos que promovem a democratização fundamental especialmente pela participação social e política de forma dialógica. Considerando as dimensões da democracia, compreende-se que nela, para Freire, a participação social – renuncia à expectativa – é autêntica quando baseada a premissa da dialogicidade, e a participação política – a exigência da ingerência – é autêntica quando sua ação está para além do voto, mas na luta contra a desumanização.

A nossa inexperiência democrática, como aponta o Patrono da educação brasileira (Brasil, 2012), nos constrange a experimentação do colonialismo alienante (que é hábito dos espaços educativos falsamente democráticos), todavia não nos confere grau eterno de expectativa. É necessário aperfeiçoar constantemente nossa leitura de mundo e dialogar sobre sua construção. É preciso saber que a luta democrática está ao alcance da opção e a transformação à distância da ação consciente. O fortalecimento da participação



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

intelectual e social tende a alargar as fronteiras da práxis pessoal e coletiva e encerrar os obstáculos à humanização.

A educação democrática é o compromisso com a humanidade que se faz pelo compromisso com a educação. Este compromisso se revela em práticas educativas autenticamente dialógicas, isto é: as que permitem a construção do conhecimento e conduzem a conscientização ao partirem do contexto concreto de vida. Ela responde aos desafios da atualidade, porque capacita seus agentes a refletir e atuar sobre seus contextos. Esta atuação é, precisamente, a onda de resistência às distintas opressões e é a prática que fortalece o ideário social democrático mundial.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012**: Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12612-13-abril-2012-612708-publicacaooriginal-135760-pl.html>. Acesso em: 19 ago. 2024.

CRUZ, Juliana Boff Aramayo; MESQUIDA, Peri. **Educação para a paz diálogos entre Paulo Freire e Leonardo Boff**. 2024. 204 f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2024.

FERREIRA, Juliana Battistus Mateus; MESQUIDA, Peri; BERGIER, Bertrand. **Educação para a democracia**: interfaces teóricas entre Jean-Jacques Rousseau e Paulo Freire. 2021. 217 f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba / / Université Catholique de l'Ouest, França, 2021. Disponível em:



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

<https://archivum.grupomarista.org.br/pergamumweb/vinculos/00009b/00009ba4.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2024.

FREIRE, Ana Maria de Araújo. O reencontro de Paulo Freire com a Universidade de Brasília. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 18, n. 37, p. 625–629, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4032>. Acesso em: 23 ago. 2024.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. – 8^a ed. – Indaiatuba: Villa das Letras, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. – 54^a ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013a.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. – 24^a ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013b.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Cristina**: reflexões sobre minha vida e minha práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013c.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. – 48^a ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. – 21^a ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução Rosiska Darcy de Oliveira. – 17^a ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2015a.



Educação Libertadora
Esperança para a reconstrução do Brasil



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. Organização e participação Ana Maria de Araújo Freire. – 2ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2015b.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. Tradução de Tiago José Risi Leme. São Paulo: Cortez, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. – 45ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

MESQUIDA, Peri. **A dialética como método**. Texto de apoio de aula à Pós-Graduação. Curitiba: PUCPR, 2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**: princípios do direito político. Tradução de Edson Bini. Bauru: Edipro, 2015.



PAULO FREIRE E ENRIQUE DUSSEL: A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO E A FILOSOFIA LATINO-AMERICANA COMO FORMA DE LIBERTAÇÃO

Ivandilson Miranda Silva
Andreane Pereira Moreira
Luciano Costa Santos

RESUMO: Este artigo, que é parte da tese de Doutorado pelo Programa de educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), intitulada: “La Calle, La Plaza, La Palabra”: Educação Popular, Contemporaneidade e Experiência da Universidade Das Madres De La Plaza De Mayo, apresenta um pouco da trajetória de Paulo Freire, a partir da sua obra Pedagogia do Oprimido. A história da educação popular no Brasil tem sua fase efervescente entre as décadas de 1950 e 60 do século XX. O texto, também, destaca Enrique Dussel, um dos principais protagonistas da Filosofia da Libertação, a mais importante corrente filosófica surgida no continente americano na segunda metade do século XX como uma espécie de projeto para libertar culturalmente os latino-americanos, caracterizando-se pela crítica densa ao eurocentrismo e seu processo de colonização no continente. Este trabalho realizou um estudo teórico, de caráter bibliográfico, apresentando e estabelecendo as relações teórico-metodológicas entre a pedagogia freireana e a filosofia da libertação dusseliana. Paulo Freire e Enrique Dussel são provocadores da resistência popular e da libertação.

PALAVRAS-CHAVE: Paulo Freire. Pedagogia do Oprimido. Enrique Dussel. Filosofia da Libertação. Educação Popular.



INTRODUÇÃO

Paulo Freire é um dos maiores educadores do mundo. Esta afirmação é lugar comum, mas é sempre bom lembrar a importância político-pedagógica da sua contribuição. Freire nasceu no Recife, Pernambuco, em 19 de setembro de 1921. Viveu na cidade do Recife até 1931, e depois foi morar durante dez anos no município vizinho de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco: “Em Jaboatão, quando tinha dez anos, comecei a pensar que no mundo muitas coisas não andavam bem. Embora fosse criança comecei a perguntar-me o que poderia fazer para ajudar aos homens” (Freire, 1980, p. 14).

Freire inicia o curso ginasial no Colégio 14 de julho em Recife. Aos 13 anos, perdeu seu pai (Joaquim Temístocles Freire), e a sua mãe “Tudinha” (Edeltrudes Neves Freire) se responsabiliza pela criação dos quatro filhos. Diante dessa realidade, o menino Paulo recebe gratuitamente a matrícula (pedido da sua mãe) para estudar no Colégio Oswaldo Cruz, tornando-se a auxiliar de disciplina e, mais adiante, professor de língua portuguesa. Ingressa na Faculdade de Direito do Recife em 1943. Teve cinco filhos com Elza Maria Costa de Oliveira, sua primeira esposa e, mesmo depois de formado, continua trabalhando no Colégio Oswaldo Cruz, e também passa a ser professor de Filosofia da Educação na Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Pernambuco.

Em 1947, Paulo Freire será diretor do setor de Educação e Cultura do Serviço Social da Indústria (SESI). Em 1955, funda, com outros educadores no Recife, o Instituto Capibaribe, uma escola diferente e nova que vai atrair a atenção de intelectuais preocupados com as mudanças na educação.

Depois dessa trajetória inicial, temos a grande contribuição de Freire para a educação, com o seu trabalho no de ensino na cidade de Angicos (em 1962), no Rio Grande do Norte, quando 300 trabalhadores da agricultura foram alfabetizados. Segue-se o seu



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

exílio para a Bolívia e depois para o Chile, em 1964, por conta da Ditadura Civil-Militar de 1964-1985, como relata Ana Maria Araújo Freire (Nita), sua companheira de amor e luta nos últimos anos de vida.

Querendo sair daquele país e sem o salvo-conduto brasileiro, que se queimou num incêndio na pensão onde então residia com outros brasileiros em La Paz, Paulo ficou durante três semanas indo ao Ministério do Interior boliviano, até que conseguiu um “Salvo-conduto para exilados” da República da Bolívia. (Freire Araújo, 2017, p.183,184).

Com essa documentação, e depois de ter passado setenta dias na Bolívia, Freire segue para o seu exílio no Chile (1964), passando depois pelos Estados Unidos (1969), pela Suíça (1970) e fazendo incursões pela África na década de 1970.

O contemporâneo Enrique Dussel foi um dos principais protagonistas da FL (Filosofia da Libertação), considerada a mais importante corrente filosófica surgida no continente americano na segunda metade do século XX. Exilado no México desde 1975, por conta das perseguições políticas na Argentina (sua terra natal), Dussel foi condecorado cidadão argentino/mexicano e lecionou no Departamento de Filosofia da Universidade Autónoma Metropolitana do México (UAM), até a data de sua morte em 05 de novembro de 2023. Doutor em Filosofia pela Universidad Complutense de Madrid (1959), em História pela Sorbonne (1967), e em Teologia pelo Institut Catholique de Paris, tendo sido distinguido com títulos de doutor *honoris causa* por inúmeras universidades em todo o mundo.

A Filosofia da Libertação, para Dussel (1973), se estabelece como uma espécie de projeto para libertar culturalmente os latino-americanos, caracterizando-se pela crítica densa ao eurocentrismo e seu processo de colonização no continente. Sendo assim, a valorização



da cultura popular é algo essencial para se gerar um outro modo de pensar que seja autêntico, indenitário e criativo, e que esteja mais próximo daquilo que é dito e vivido pelas comunidades, pela periferia.

Trabalhamos com a pesquisa bibliográfica. Do ponto de vista bibliográfico, o trabalho é elaborado a partir da leitura de material já publicado, constituído principalmente de livros, consultas de artigos de periódicos e, atualmente, de material disponibilizado na Internet. Minayo (2002, p.16), metodologia significa “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Nesse sentido, a metodologia visa estabelecer uma relação de complementaridade entre teoria e prática.

PAULO FREIRE: EDUCAÇÃO POPULAR E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A história da educação popular no Brasil tem sua fase efervescente entre as décadas de 1950 e 60 do século XX. Os movimentos sociais são organizações fundamentais para que as ações de educação popular aconteçam. Na América Latina, nas décadas de 1950/60, muitos acontecimentos estavam modificando a ordem existente, tais como a Revolução Cubana em 1959, e a Guerra Fria entre Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialista Soviéticas. Projetos de sociedade estavam em jogo, e esses acontecimentos criavam possibilidades de ruptura e transformação social. É nesse contexto que a perspectiva de educação popular freireana se desenvolve.

Para Dos Anjos (2015, p.130), Paulo Freire pensa a educação popular, em primeiro lugar, “como esforço de mobilização e organização das classes populares; sem desprezar, obviamente, o seu aspecto de capacitação, o que implica a questão da relação entre as diferentes formas de saber”, entre o saber técnico-científico e o “saber de pura experiência feito”.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

A transformação educacional “implica, de acordo com Paulo Freire, na exigência de sensibilidade e competência científica aos educadores”, para que os atores envolvidos diretamente com a educação possam entender as variadas formas de resistência, luta e organização do povo. (Ibidem, p.130)

Coutinho (2012, p. 127) destaca o diálogo problematizador freireano como um recurso pedagógico a serviço da reflexão da realidade e intervenção nos contextos sociais.

A história da educação popular libertadora, de base freireana, caracteriza-se pela concepção político-pedagógica do diálogo problematizador, que propõe estimular a reflexão e a ação de homens e mulheres sobre a própria realidade e a intervir nesta.

Essa educação popular produz uma práxis voltada para a transformação social e libertação do ser humano de uma situação de desumanidade e alienação. Para Freire (2015, p. 77), a educação popular deve promover uma “libertação autêntica” e humanizada, que “implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.”

A prática da educação popular tem no diálogo entre os sujeitos, o seu maior aliado, pois é a partir do diálogo que se dá o confronto dialético de ideias e a produção de conhecimento que nasce dessa dinâmica, dessa troca de saberes. O diálogo como ferramenta para provocar um saber que não se impõe, mas se constrói numa dimensão democrática e humana de educação: “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação, na reflexão” (Freire, 1987, p.108).

O diálogo, na perspectiva freireana, é um ato amoroso, pois supõe uma permanente disponibilidade a receber o Outro; sendo amoroso, não é arrogante e tem a humildade como horizonte: “Só existe o diálogo, pois, ele é feito por homens e mulheres em



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

comunhão sabendo que como humanos têm muito de si no outro” (Araújo, 2015, p.34).

Outro elemento de grande importância para se pensar o trabalho de educação popular é a sua relação de fortalecimento com a cultura popular, pois sem estimular o encontro do povo com suas raízes identitárias, com sua história de luta e sobrevivência, a educação popular não tem sentido, não se efetiva como alternativa de transformação. Para Brandão e Fagundes (2016, p. 94), é preciso pensar uma educação que:

Vá além de ensinar pessoas a apenas lerem e repetirem palavras, as coensem a lerem criticamente o seu mundo. Para tornar educandos populares sujeitos críticos e criativos, por meio de uma prática de crescente reflexão conscientizada e conscientizadora, o papel do educador “erudito” e “comprometido” consiste em assessorar homens e mulheres das classes populares na tarefa de ajudar – de dentro para fora e de baixo para cima – a se tornarem capazes de serem os construtores de uma nova cultura popular, a partir de novas práticas coletivas.

Essa cultura popular deve emergir, nascer das práticas populares, dos atos do povo. Essas ações devem contribuir para libertar as classes populares da imposição cultural nascida da opressão e imposição de uma cultura dominante eurocêntrica. Fávero (1983) afirma que é popular a cultura que mobiliza os seres humanos (o homem e mulher) a assumir a sua posição de sujeito da própria criação cultural.

Para Arguelo (2006, p. 230), a Educação Popular é mais que um método ou uma metodologia ou técnica, é “uma opção moral e ética”, que alimenta “uma militância, uma maneira de entender a vida”. Educação popular, nesta concepção, é algo essencial para os educadores que acreditam numa escola que liberta e não oprime.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Segundo Freire e Nogueira (2005), a educação popular é uma grande escola da vida política, espaço de aprendizagem para a luta por uma sociedade livre do autoritarismo e da imposição de um *modus vivendi* elitista e uniformizador; educação popular é o lugar da libertação.

Entendo a educação popular como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. Entendo que esse esforço não se esquece, que é preciso poder, ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito. Em primeira “definição” eu a aprendo desse jeito. Há estreita relação entre escola e vida política. (Ibidem, p. 19).

A educação popular se apresenta como meio de mobilização para a classe trabalhadora, como lugar de capacitação técnica e científica para transformação da sociedade. Paulo Freire qualifica sobremaneira o debate e os rumos da educação no Brasil e nos diversos países pelos quais passou e em que continua sendo estudado.

A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO CINCO DÉCADAS DEPOIS: A PAUTA DA LIBERTAÇÃO AINDA PERSISTE

O livro *Pedagogia do Oprimido* comemorou seu 50º aniversário em 2018. Essa obra marca profundamente os estudos e debates sobre os rumos da educação no Brasil e no mundo. Paulo Freire propõe a liberdade como tema e nos mostra que a pedagogia do opressor (o colonizador) produziu uma espécie de “acomodamento” do povo, do oprimido.

Neste texto poderoso e útil, Freire reflete sobre a luta dos oprimidos contra o modelo de educação que automatiza, controla e impõe um *ethos* dominante que não nasce do povo, mas serve para sua opressão; e nos convida a pensar numa pedagogia que propõe



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

libertação e esperança a partir da atualização do contraste opressor e oprimido e da relação entre professor e educando.

Logo no primeiro capítulo, Freire (2015) inicia o debate sobre humanização e desumanização e a importância da resistência, da luta para reaver a humanidade dos oprimidos.

E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. (2015, p. 41).

A libertação dos oprimidos depende do processo de humanização; é preciso pautar essa questão, pois não há libertação sem humanização. Para Freire (ibid., p. 48), a libertação é como um “parto”, que é “doloroso”, mas o ser humano nascido desse parto é um ser “novo”, que só se viabiliza “pela superação da contradição opressores e oprimidos”.

Freire (2015) aponta dois momentos da pedagogia do oprimido que a definem como pedagogia humanista, e que são necessários para evidenciar uma libertação mais ampla.

A Pedagogia do Oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo permanente da libertação (Ibidem, p. 57).

A “pedagogia dos homens” – ou, de forma mais contemporânea, a pedagogia dos “seres humanos” –, é a pedagogia da



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

humanidade que brota do diálogo amoroso e do processo de revisão de uma educação “bancária”, que reforça os instrumentos da opressão. Para Freire (2015), essa perspectiva “bancária” deposita conhecimento nos educandos, tornando essas pessoas “passivas” e adaptadas ao mundo que lhes é imposto: “Quanto mais adaptados para a concepção ‘bancária’, tanto mais ‘educados’, porque adequados ao mundo” (Ibidem, p.88).

Para Freire (2015), é preciso comunicar-se de forma democrática e acolhedora com a sociedade e, assim, poderemos reverter essa relação autoritária, sobretudo entre educadores e educandos: “Nosso papel não é falar ao povo sobre nossa visão de mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa” (Ibidem, p. 120).

A Pedagogia do Oprimido nos mostra que essa comunicação, esse falar ao povo sem tentar impor-lhe uma visão de mundo, sugere uma “teoria da ação dialógica” que contrasta com a “teoria da ação antidialógica” que visa conquistar, dividir, manipular e promover a invasão cultural que aliena o oprimido.

Segundo Freire (Ibid.,186), a conquista é o primeiro elemento da ação antidialógica, pelo qual o sujeito conquistador “determina suas finalidades ao objeto conquistado, que passa, por isto mesmo, a ser algo possuído pelo conquistador”. Sobre o segundo elemento antidialógico, que é o ato de dividir as massas para manter a dominação, Freire (2015) esclarece:

Esta é outra dimensão fundamental da teoria da ação opressora, tão velha quanto a opressão mesma. Na medida em que as minorias, submetendo as maiorias a seu domínio, as oprimem, dividi-las e mantê-las divididas são condição indispensável à continuidade de seu poder (Ibidem, p.190).

A manipulação é o terceiro elemento antidialógico, para que os opressores controlem e conquistem o povo a serviço de seus



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

interesses: “A manipulação, na teoria da ação antidialógica, tal como a conquista a que serve, tem de anestesiar as massas populares para que não pensem” (Ibidem, p. 200).

Quando a minoria dominante impõe sua visão de mundo para a maioria, o povo, acontece o que Freire chama “invasão cultural”, ou seja, “a penetração que fazem os invasores no contexto cultural dos invadidos, impondo a estes sua visão do mundo, enquanto lhes freiam a criatividade, ao inibirem sua expansão” (Ibidem, p. 205).

A ação dialógica apresenta elementos correspondentes para combater esse processo de dominação, que são: co-laboração, união, organização e síntese cultural. Sobre a co-laboração como primeira característica, Freire (Ibid., p. 228) afirma: “A co-laboração, como característica da ação dialógica, que não pode dar-se a não ser entre sujeitos, ainda que tenham níveis distintos de função, portanto, de responsabilidade, somente pode se realizar na comunicação”. A co-laboração do diálogo respeita e inclui o Outro como Outro.

A segunda característica é a união, que tem como objetivo a unidade da massa oprimida. Para Freire (Ibid., p.237), “o empenho para a união dos oprimidos não pode ser um trabalho de pura sloganização ideológica”. A união é fundamental para a luta do povo, dos oprimidos.

A terceira característica, denominada organização, é, para Freire (2015), um desdobramento ou consequência da unidade das massas populares: “A organização das massas populares em classe é o processo no qual a liderança revolucionária, tão proibida quanto estas, de dizer sua palavra, instaura o aprendizado da pronúncia do mundo, aprendizado verdadeiro, por isto, dialógico” (Ibidem, p. 243).

Como quarta característica, Freire (2015) aponta a síntese cultural, constituída a partir da compreensão da dialeticidade permanência-mudança que compõe a estrutura social.

Na invasão cultural, os espectadores e a realidade, que deve ser mantida como está, são a incidência da ação dos atores. Na síntese



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

cultural, onde não há espectadores, a realidade a ser transformada para a libertação dos homens é a incidência da ação dos atores (Ibidem, p. 247)

Na síntese cultural, os atores fazem a realidade, promovem e lideram a libertação a partir da análise crítica da própria realidade e se posicionam contra a invasão cultural, primando o respeito às diferenças. As lideranças da transformação são populares, revolucionárias, pois uma liderança que não venha do povo não conduz o processo de síntese cultural, conduz a invasão cultural, que é a negação do Outro e não o respeito por sua cultura.

Após cinco décadas, a Pedagogia do Oprimido continua sendo um manifesto para se pensar a educação e as relações sociais numa sociedade mais democrática e dialógica, para se pensar o respeito ao Outro, pois essa proposta pedagógica é um convite à transformação da escola e dos valores humanos.

ENRIQUE DUSSEL E A FILOSOFIA LATINO-AMERICANA: A POLÍTICA E A LIBERTAÇÃO

Enrique Dussel, na sua obra “20 Teses de Política”, propõe uma nova teoria sobre a política. Essa proposição atenta para a participação dos pobres, dos oprimidos e excluídos na sociedade, que, na sua condição de povo (conforme exposta anteriormente), toma consciência da sua importância e promove mudanças significativas para transformar a realidade.

Dussel (2007, p.09) cita movimentos sociais como “as Mães da Praça de Maio”, os “Sem Terra”, os “cocaleiros” e as “movimentações indígenas do Equador e Bolívia”, como parte do contexto para entender a ação política como tarefa patriótica, nascida na comunidade e que compromete e apaixona os atores políticos nela envolvidos. No atual estágio da política no século XXI, nosso autor (Ibid., p. 10) afirma que é preciso “uma grande criatividade” para



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)

ressignificar símbolos e lutas, “como indica Evo Morales, também como uma ‘revolução cultural’ (e não deve ter nada a ver com a da China de 1966).” A política, nesse sentido, “consiste em ter ‘a cada manhã um ouvido de discípulo’”, para que os que “mandam, mandem obedecendo”.

Os conceitos de “*potentia*” e “*potestas*”, apresentados por Dussel, ilustram muito bem essa possibilidade de ressignificação da ação política transformadora. Para Dussel (2007, p.25), o povo ou a comunidade exerce um poder político que ele chama de “*potentia*”. Nesse âmbito comunitário, atua uma “vontade-de-viver” que é a própria potência impulsionando as grandes lutas pela vida, pela sobrevivência da comunidade. O poder-“*potentia*” nasce e se substancializa na comunidade política, é o poder do povo. A “*potentia*” tem a comunidade como a esfera de soberania, como instância que governa o político.

A “*potestas*” é o poder político institucional. Para Dussel (ibid,31), isso ocorre por conta da vontade da comunidade política se consolidar como poder instituinte. A “*potentia*”, o poder da comunidade, se transforma em poder organizado (a “*potestas*”), onde a ação política se institucionaliza, através da representação de um eleito: “Se a *potentia* for o poder *em-si*, *potestas* é o poder *fora-de-si* (não necessariamente ainda um *para-si*, como retorno).” (Dussel, Ibid., p. 32). “*Potentia*” e “*Potestas*” são possibilidades para se pensar a política numa ótica da libertação, mas Dussel chama atenção afirmando que “a política será a longa aventura do uso devido (ou corrompido) da *potestas*” (Ibid., p.33); ou seja, é preciso vigilância para não cair na corrupção idolátrica do poder ou no poder fetichizado⁶⁶, que é o oposto do poder obediencial.⁶⁷

⁶⁶“Uma vez fetichizado o poder (que é a concepção de poder desde Th. Hobbes, como dissemos), a ação do representante, do governante (seja um Rei, um parlamentar liberal, um Estado, etc.), indevidamente, é uma ação dominadora, e não um exercício delegado do poder da comunidade. É o exercício autorreferente da autoridade



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)

Para Dussel (2009), essa condição da Filosofia da Libertação, que tem na “*Potentia*” e na “*Potestas*” uma possibilidade de transformação ético-histórica, de um outro fazer político, encontra na América Latina um lugar apropriado de fala e, mesmo, um ponto de partida: “E não vou dizer do que pensam os meus colegas na Europa ou nos Estados Unidos, porque nenhum deles pode fazer o que nós devemos fazer aqui” (Dussel, 2009, p. 611).

A Filosofia da Libertação se configura como uma nova forma de reflexão filosófica, que carrega a história, cultura e raízes libertadoras do continente latino-americano. Essa filosofia não negligencia a possibilidade de ser universal.

Um contradiscurso, uma filosofia crítica que nasce na periferia, a partir das vítimas, dos excluídos, com pretensão de mundialidade. Tem consciência expressa de sua perifericidade e exclusão, mas ao mesmo tempo tem uma pretensão de mundialidade (Dussel, 2002, p. 73).

Assim, poderíamos atualizar a convocação de Karl Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista de 1848, que conclama os trabalhadores para um processo de unificação das lutas contra a burguesia. A chamada dusseliana, ecoando o Manifesto, seria: “Povos (excluídos) de todo o mundo, uni-vos”.

Para Dussel (Ibid., p. 627), “agora, a partir do povo, há uma práxis anti-hegemônica, há transformação de instituições e há

despótica (embora se tenha feito eleger procedimentalmente com aparência de ter cumprido com instituições, como a eleição popular de representantes). A própria representação se corrompe. Elegem-se os dominadores. Toda a política foi invertida, fetichizada.” (Dussel, 2007, p.45.46)

⁶⁷ “O poder obediencial é exercido por um representante eleito pela comunidade para cumprir um papel político. O que manda é o representante que deve cumprir uma função de potestas. É eleito para exercer delegadamente o poder da comunidade; deve fazê-lo em função das exigências, reivindicações, necessidade da comunidade.” (Id, Ibid., p.39)



princípios críticos. “Pensar nessas provocações nos abre caminhos para compreender que “estamos diante de situações muito mais interessantes, complexas e necessitamos de uma nova filosofia e teoria política” (Id, Ibid., p. 628). A Filosofia da Libertação pode, a partir da relação entre “*potentia*” – enquanto comunidade política autêntica do povo – e “*potestas*” – como instituição representativa dos eleitos delegados pela comunidade –, construir uma prática positiva do poder político libertador, não fetichizante e ético.

FREIRE E DUSSEL: DIÁLOGOS POSSÍVEIS SOBRE PEDAGOGIA E FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO

Paulo Freire e Enrique Dussel são autores fundamentais para pensar uma educação e uma filosofia libertadora. A partir da análise de Paludo (2010), Paulo Freire se constitui numa referência importante na América Latina para a reflexão sobre Educação Popular e os movimentos sociais, pois essa concepção direciona para a transformação social. Esse elemento diferencia a educação popular das demais perspectivas educativas.

Um exemplo dessa formação que dialoga, também, com a Universidade Popular das Madres de Mayo é a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), que se consolida em 2005 e, de acordo com Rebuá (2013, p. 04):

Trata-se de um empreendimento político pedagógico pelo qual o movimento organiza e oferece cursos de formação política e profissional para integrantes do MST e de outros setores/entidades ligados ao campo e às lutas sociais. A escola possui cursos livres, de graduação, especialização e pós-graduação.

Ações com essa dimensão dão sentido ao trabalho de educação popular e não se propõe que o sujeito seja passivo diante da realidade. Tal educação ou “Pedagogia do Oprimido” propõe a



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

transgressão e a transformação da sociedade. Os movimentos sociais são essenciais para a conscientização e o protagonismo desses sujeitos históricos.

Para Dussel, é possível a produção de uma filosofia latino-americana com um olhar para a libertação que nos faça pensar sobre “Nós” mesmos, e se coloque fora dos limites da filosofia clássica.

Eu comparo essa filosofia ao pensamento pragmático americano porque ela não propõe a verdade, mas o processo de como a verdade é testada. Filosofia não é liberdade, mas libertação, é um pensamento dialético e está surgindo muito lentamente como uma crítica ao eurocentrismo que nos moldou. É a filosofia que hoje está colocando as grandes questões. Pela primeira vez na história, não respondemos às perguntas dos europeus, eles respondem às nossas (DUSSEL, 2015, p.01)

A Filosofia da Libertação, para Dussel (1973), é uma espécie de projeto para libertar culturalmente os latino-americanos, caracterizando-se pela crítica densa ao eurocentrismo e seu processo de colonização no continente. Sendo assim, a valorização da cultura popular é algo essencial para se gerar um outro modo de pensar que seja autêntico, indelével e criativo, e que esteja mais próximo daquilo que é dito e vivido pelas comunidades, pela periferia.

Para Freire (2015) a educação popular pode contribuir para recuperar o sentido de humanidade, que se deteriora na contemporaneidade, pois avança o individualismo e a alienação através do consumo. O ser humano oprimido que se encontra com essa pedagogia libertadora, desperta para a luta, para a necessidade de um mundo sem opressão.

E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E está aí a



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores (FREIRE, 2015, p.41).

Essa libertação é mútua e por isso humana, pois para Freire (2015), o poder que nasce dos oprimidos, da classe trabalhadora é capaz de produzir essa liberdade ampla, o poder da classe dominante é falso e opressor e, portanto, desprovido de humanismo, de valores fundamentais para a existência no sentido mais extenso e denso da palavra.

De acordo com Freire (2015), a possibilidade de humanização do oprimido é uma espécie de subversão da ordem, pois numa sociedade capitalista os seres humanos perdem sua humanidade e são reificados⁶⁸.

Essa conexão entre a pedagogia freireana e a filosofia dusseliana nos mostra que há um processo de desenvolvimento de uma prática educativa crítica, de compreensão das contradições do Capital X Trabalho, estimula o processo de libertação dos oprimidos, das vítimas do Modo de Produção Capitalista.

A Pedagogia de Paulo Freire e a Filosofia da Libertação de Enrique Dussel são ferramentas para a luta e para construção de ações para a transformação da sociedade sob a ótica da classe trabalhadora, do povo das comunidades e periferias da América Latina.

CONCLUSÃO

Para Dussel (2002) o resgate histórico e cultural desempenha um papel fundamental na Filosofia da Libertação, pois permite uma compreensão mais profunda das raízes e identidades latino-americanas. Ao reconhecer e valorizar as narrativas locais, a

⁶⁸REIFICAÇÃO (do latim res, coisa). Reificar o homem é transformar o homem em coisa, em um objeto entre outros.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Filosofia da Libertação busca romper com a hegemonia cultural imposta pelo colonialismo e pelo imperialismo.

Por meio do resgate das vozes silenciadas ao longo da história, a filosofia da libertação busca dar voz aos grupos marginalizados e subalternizados, promovendo uma visão mais inclusiva e autêntica da realidade latino-americana. Ao documentar tradições orais, registrar manifestações culturais ancestrais e preservar a memória coletiva desses povos, a Filosofia da Libertação fortalece a identidade cultural dos latino-americanos.

Para Dussel (2002), é preciso promover o verdadeiro encontro com o Outro (face-a-face) para que as pessoas possam se constituir como sujeitos da própria história. Dessa forma, a humanidade vai se fortalecendo, vai se consolidando, vai sendo, de fato, humanidade, por ser plural, por afirmar a razão do Outro, por promover a razão libertadora. Essa é a preocupação da Ética da Libertação: um mundo humanizado é possível e viável.

A Pedagogia do Oprimido nos convida a pensar a liberdade, o valor que a prática da liberdade tem e a importância de uma sociedade cultivar a democracia. Ao produzir essa obra, Paulo Freire estava exilado no Chile, longe do seu país, impedido por um regime ditatorial de viver em sua terra natal.

A Pedagogia do Oprimido é muito atual, por vivermos neste momento da história do Brasil um retrocesso político-econômico-social-ideológico-cultural de grande proporção. As últimas eleições presidenciais, de 2018, elegeram uma candidatura que apoiou a ditadura civil-militar de 1964-1985.

Encoberto por uma “ação antidialógica”, uma parte expressiva do povo não conseguiu perceber que aquele que se apresentava como liderança popular era, de fato, uma liderança da classe dominante, de modo algum “revolucionária”, como clama Freire em sua obra. Felizmente em 2022, a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva trouxe um certo alívio para a classe trabalhadora, mas



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

manteve o sentimento de vigilância e luta pela manutenção da democracia no Brasil.

Dussel, assim como Freire na Pedagogia do Oprimido, entende que a Filosofia da Libertação é uma possibilidade de conhecimento que pode tornar o indivíduo oprimido livre. Para Dussel, é possível a produção de uma filosofia latino-americana com um olhar para a libertação que nos faça pensar sobre “Nós” mesmos, e se coloque fora dos limites da filosofia clássica.

A libertação, proposta por Dussel e Freire, nos remete a um outro projeto pedagógico e filosófico, um projeto epistemológico e prático que emerge na e da América Latina. Nessa perspectiva é preciso superar a pedagogia tradicional e opressora da educação neoliberal colonizadora e ao mesmo tempo, afirmar uma Filosofia decolonial latino-americana que rompe com as relações de históricas de dependência entre opressores e oprimidos.

É dentro desse contexto de pensar e agir por uma outra América latina que a educação popular se evidencia como possibilidade para promover uma educação emancipadora que contribua para organização das comunidades, do povo enquanto “potência” como afirma Dussel (2007) e de uma pedagogia do oprimido que alimenta diariamente nas pessoas, segundo Freire (2015) o desejo da libertação, o caminhar para um outro mundo possível.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Renata Miranda de. **A Liberdade Como Princípio Para uma Educação Transformadora**. Dissertação mestrado, Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2015.



ARGUELO, Roberto Sáenz. **Algumas reflexões à vigência e aos desafios da educação popular, no contexto da VI Assembléia Geral do CEAAL.** In: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy. (Org.). Educação popular na América Latina. Brasília, DF: SECAD/UNESCO, 2006.

BERNARDES, Cleide e CABRERA, Júlio. **A Ética da Libertação de Enrique Dussel:** Entre as éticas europeias e o principalismo na bioética. Revista BIOETHIKOS- Centro Universitário São Camilo – 2014, p. 385-394.

BRANDÃO, C. R.; FAGUNDES, M. C. V. **Cultura Popular e Educação Popular:** expressões da proposta freireana para um sistema de educação. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 61, p. 89-106, jul. /Set. 2016.

COUTINHO, Suzana Costa. **A Práxis Educativa Popular.** Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia Faculdade Católica de Pouso Alegre, Volume 04 - Número 10 - Ano 2012, p. 127-149.

DOS ANJOS, José Edemilson Pereira. **O Pensamento Educacional de Anísio Teixeira e De Paulo Freire:** A Educação no Brasil e os Desafios da Contemporaneidade. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade– PPGEduC, Universidade do Estado da Bahia. Faculdade de Educação. Salvador, Ba, 2015.

DUSSEL, Enrique. **Para una ética de la liberación latinoamericana** – v. I-II. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1973.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

DUSSEL, Enrique. **Filosofia na América Latina**: filosofia da libertação. São Paulo: Loyola, 1977.

DUSSEL, Enrique. **La pedagogia latinoamericana**. Bogotá: Nueva America, 1980.

DUSSEL, Enrique. **Hacia un Marx desconocido: un comentario de los manuscritos del 61-63**. México: Siglo Veintiuno, 1988.

DUSSEL, Enrique. **Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação**. São Paulo: Paulinas, 1997.

DUSSEL, Enrique. **Seminário de ética**. México: Unam, 2001.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão**. São Paulo: Vozes; 2002.

DUSSEL, Enrique. **20 Teses de Política**. São Paulo, Expressão Popular/Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2007, 184 p.

DUSSEL, Enrique. **“Vivemos uma primavera política”**. Tradução de Elaine Tavares. Em: Captura críptica: direito, política, atualidade. Florianópolis: CPGD/UFSC, n. 2, vol. 1, julho-dezembro de 2009, p. 611-628.

DUSSEL, Enrique. **Cinco Teses Sobre o “Populismo”**. In: Paulo de Tarso na Filosofia Política e Outros Ensaios. Trad. Luiz Alexandre Solano Rossi, São Paulo, Paulus (Coleção Novos Caminhos da Teologia) 2016, p. 119-234.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

FREIRE ARAÚJO, Ana Maria de. **Paulo Freire: Uma História de Vida.** 2ª ed. rev. atualizada, Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 59ª ed. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um Reencontro Com a Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 3ª ed.1992.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade.** 18 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que Fazer: Teoria e Prática em Educação Popular.** 7. ed. Petrópolis. Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular e Movimentos Sociais na Atualidade.** Revista América Latina em movimento on-line, 2010. Disponível em: <http://www.alainet.org>. Acesso em: 15 mai. 2017.

RÉBUA, Eduardo. **Movimentos Sociais e Educação Popular na América Latina: Madres e MST.** 36ª Reunião Nacional da ANPED – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia GO. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt03_3166_texto.pdf, acessado em 20 de abril de 2017.

ROSA, Luís Carlos Dalla. **A Alteridade e a Relação Pedagógica no Pensamento de Enrique Dussel.** Diálogo Canoas, n. 19 jul-dez, 2011, p. 131, 144.



Educação Libertadora
Esperança para a reconstrução do Brasil



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

EIXO 6. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DIVERSIDADE E JUSTIÇA SOCIAL

No eixo “Relações étnico-raciais, Diversidade e Justiça Social” propomos refletir e debater sobre as relações étnico-raciais, as políticas de cotas raciais e sociais, a diversidade de gênero, as políticas sociais de inclusão para pessoas com deficiência e de combate ao preconceito e a LGBTQIA+fobia. Por fim, o preconceito e racismo estrutural, o combate às desigualdades sociais e as práticas pedagógicas à luz dos estudos freireanos.



AS QUESTÕES ÉTNICO- RACIAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PRISIONAL: A INVISIBILIDADE NA BUSCA POR INCLUSÃO

Jacqueline Brito Vieira
Mayllena Joanne Fernandes de Carvalho
Gidevalda dos Santos Cardoso

RESUMO: No Brasil, onde mais da metade da população carcerária é negra, torna-se inerente a inclusão de propostas que dialoguem com a cultura negra no Plano de Educação, a fim de repensar práticas racistas enraizadas também na literatura, tendo em vista que, o cânone brasileiro, em sua maioria, está associado às produções de pessoas brancas. Assim, esta pesquisa visa refletir sobre as questões étnico-raciais na construção da identidade e do pertencimento social no contexto histórico da invisibilidade social da população negra no Ensino Prisional. A pesquisa concretizou-se junto as pessoas privadas de liberdade na modalidade Educação de Jovens e Adultos, na Escola Municipal Lourival Oliveira Soares, de Itabuna (Bahia), buscando, construir debates, produções orais e textuais por meio de obras literárias de escritores negros, cujas temáticas trataram acerca da desigualdade social e do racismo estrutural. Dessa maneira, esperamos contribuir para que a aprendizagem proporcione condições para o florescimento da criatividade e autonomia pelo viés do conhecimento e da prática de leitura literária.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos (EJA). Educação Prisional. Paulo Freire. Literatura Negra.

INTRODUÇÃO

“A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele.”
(FREIRE, 2003, p. 13)



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

“(…) o que se impõe é a existência de literaturas africanas, escritas na nossa língua, e que conseguem denunciar as mazelas sociais, os conflitos vivenciados nesses países (membros dos Países de Língua Oficial Portuguesa – PALOP: Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau), as suas realizações, a sua riqueza cultural e sua história.”
(RODRIGUES, 2013, p. 68)

Escola Municipal Lourival Oliveira Soares, Anexo do Conjunto Penal de Itabuna (CPI), Bahia, atende a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), nas etapas I, II e III, cujo indicativo é a alfabetização de jovens, adultos e idosos do Ensino Fundamental I. Nessa unidade prisional, há um convênio firmado entre as Secretarias de Educação Municipal e Estadual em parceria com a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP)⁶⁹. Assim sendo,

Nos convênios de cooperação técnica, geralmente as Secretarias de Educação são responsáveis pelas ações regulares, principalmente por uma proposta regular e formal de ensino: proposta pedagógica de elevação de escolaridade que, dependendo do estado, vai desde a alfabetização até o Ensino Médio. Neste sentido, respondem administrativamente pelo corpo técnico das escolas, pela proposta pedagógica e pelos seus recursos materiais e pedagógicos. Já a Secretaria parceira, responsável pela política 12 de execução penal no estado (Secretarias de Justiça, de Administração Penitenciária ou equivalente), por um corpo técnico auxiliar, desenvolve as chamadas atividades de cunho informal, não regular ou extraclasse: oficinas, workshops, palestras, cursos diversos (profissionalizantes ou não), atividades culturais e esportivas etc. (Diretrizes Curriculares da Educação Básica, 2013, p. 325).

⁶⁹Criada pela Lei nº. 12.212, de 04 de maio de 2011, é finalidade da SEAP “formular políticas de ações penais e de ressocialização de sentenciados, bem como de planejar, coordenar e executar (...) os serviços penais do Estado”.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Em que pese a educação em prisões, integrada à modalidade da EJA, encontra-se regulamentada nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, de 1996, e na Constituição Federal do Brasil, de 1988, Art. 208, cap. II, que faz menção aos direitos de todos os cidadãos e as cidadãs e ainda complementa: “o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurado, inclusive, sua oferta para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria”.

Em linhas gerais, a EJA propõe assegurar por intermédio do pacto social uma educação de qualidade, acessível aos brasileiros e às brasileiras, que não concluíram o ensino básico no tempo esperado. Com efeito, dialogar nos espaços de privação de liberdade acerca de temáticas como cultura negra vem quebrar e romper um ciclo vicioso impregnado de “pré” conceito/racismo enraizados também na literatura.

É preciso e fundamental que a prática pedagógica no sistema prisional esteja alinhada com a realidade desses indivíduos. A leitura como prática social é sempre um meio, nunca um fim. Ler é resposta a um objetivo, a uma necessidade (Cf. SOLIGO, s/a, p. 4). Assim, os planos educativos visam desenvolver muito mais que a capacidade de ler, o gosto pela leitura e autonomia, contemplando, assim, temas críticos que levantam propositivas e contrapontos em suas diversas dimensões histórica, política, social e econômica.

Desse modo, considerando o contexto histórico brasileiro tomado de ampla desigualdade social, é inegável que a vulnerabilidade se faça presente nas classes menos favorecidas em diversas áreas, a saber: saúde, educação, moradia e lazer. Os direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros e das cidadãs brasileiras, em especial às pessoas oriundas das disparidades sociais, estão assegurados juridicamente no Art. 6º. referente ao Capítulo II dos Direitos Sociais da Constituição Cidadã, de 1988 (Constituição, 1988).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

O trabalho é um dos direitos sociais de todo cidadão e cidadã previsto pela Constituição e ratificado pela Redação dada pela Emenda Constitucional, no. 90, de 2015, nestes termos:

“Art. 6º. são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o **trabalho**, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência **aos desamparados, na forma dessa Constituição** (Redação dada pela Emenda Constitucional, no. 90, de 2015). (Grifo nosso)

Sendo assim, as professoras dessa Escola Municipal vêm buscando superar os altos índices de analfabetismo e sanar a defasagem da aprendizagem dentro do sistema carcerário. As ações metodológicas se alinham frente ao repúdio das posturas racistas edificadas historicamente na conjuntura social e diante do estigma gerado às pessoas do cárcere.

Logo, acessar e revisitar as obras literárias permeou o repensar o paradigma de uma hegemonia literária exclusivamente de brancos e burgueses com padrões, valores éticos, morais e unilaterais, sem sequer resignificar e reconhecer as obras literárias, as artes visuais e musicais produzidas por pessoas negras.

Nesse sentido, o estudo tem por objetivo refletir sobre as questões étnico-raciais na construção da identidade e do pertencimento social no contexto histórico da invisibilidade social da população negra no ensino prisional. Na esfera dos objetivos específicos, construir conhecimentos sobre a literatura afro-brasileira, estimular questionamentos sobre questões sociais do Brasil, refletir sobre as desigualdades sociais, trabalhar o tema racismo, promover o reconhecimento da cultura afro-brasileira, promover rodas de conversas sobre a história de vida das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social em privação de liberdade; e, finalmente, discutir como a desigualdade social e racial pode afetar a “descolarização” dos indivíduos.



O LUGAR DA EJA EM ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: REFLEXÕES SOBRE AS QUESTÕES DE ETNIA E DE RAÇA

A história do povo negro no Brasil, ainda nos dias atuais, é marcada por violência e marginalização. Mesmo depois da Lei Áurea de 1888, não foi suficiente para dar um fim na forma desumana de tratamento e desrespeito à população negra. A historiadora Lilia Moritz Schwarcz retrata tal cenário:

Como não foram estabelecidas políticas para esses negros encontrarem novas moradias, novos trabalhos, restou a competição desigual com os brancos para se inserirem na sociedade. Lembrando que foi no conjunto da abolição que o governo brasileiro investiu na migração de europeus para assumirem a produção no lugar dos escravos, visando com esse projeto, o branqueamento da população brasileira, acreditando que a grande entrada de brancos seria a solução para eliminar a cor preta: “(...) dessa forma, paralelamente ao processo que culminaria com a libertação dos escravos, iniciou-se uma política agressiva de incentivo a migração. (Schwarcz, 2010, p.187).

A mesma destacada ensaísta e acadêmica da Academia de Letras do Brasil, Lilia Schwarcz nos diz textualmente:

O Brasil tem uma história muito particular, ao menos quando comparada à de seus vizinhos latino-americanos. Para cá veio quase metade dos africanos e africanas escravizados e obrigados a deixar suas terras de origem na base da força e da violência; depois da independência, e cercados por republicas, formaram uma monarquia bastante popular por mais de sessenta anos, e com ela conseguimos manter inatas as fronteiras do país, cujo tamanho agigantado mais se assemelha ao de um continente. Para completar, como fomos uma colônia portuguesa, falamos uma língua diversa da dos nossos vizinhos. (Schwarcz, 2019, p.11). (Grifo nosso)



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Notadamente, as políticas estabelecidas após a abolição mantiveram a dinâmica escravocrata e hegemônica, permanecendo na posição de não oferecer oportunidade para que a população negra pudesse viver com dignidade e segurança. De acordo com Henriques (2002, p. 13), “a persistência da desigualdade no Brasil está diretamente associada à naturalidade com que é encarada, como se não fosse decorrência de um processo histórico específico ou uma construção econômica social e política”.

Decerto, na busca de uma aprendizagem enfaticamente digna, a educação antirracista é uma prática que valoriza a história e a cultura dos diversos povos brasileiros. A Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, torna obrigatório o ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas, com o intento de garantir a equidade na educação.

O Censo de 2022, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que o número de pretos analfabetos no Brasil é de 10,1%, enquanto essa taxa para brancos é de 4,3%. Ainda de acordo com o anuário publicado, em 2022, pelo Fórum Brasileiro de Segurança (FBSP), cerca de 68% do total de presos são negros. Esses dados demonstram, de fato, o retrato da desigualdade com feridas desde a colonização brasileira.

Com efeito, sabe-se que a Educação de Jovens e Adultos é reconhecida como um direito humano de reconhecimento de ensino de jovens e adultos, visando, o protagonismo das trajetórias humanas. Assim, ela vem atender a oferta de uma segunda oportunidade de escolarização aos estudantes evadidos ou excluídos do sistema de ensino. Contudo, a EJA abriga mais estudantes negros pela situação histórica de vulnerabilidade social, cabendo muitas vezes escolher entre estudar ou trabalhar para sobreviver. Segundo Fernandes (2002, p.51), “não há como negar o efeito da pobreza e das condições



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

de vida da maioria da população brasileira no seu processo de “descolarização”.

Logo, quando se fala dos estudantes da EJA, há de demarcar tal perfil. Segundo Klein,

Os alunos da educação de jovens e adultos apresentam, via de regra, características próprias: são, majoritariamente, trabalhadores (às vezes desempregados) ou filhos de trabalhadores que vivem uma condição socioeconômica que determina inúmeras restrições. Entre estas, encontra-se, evidentemente, a própria possibilidade deles se enquadrarem nas exigências do modelo escolar regular, bem como a emergência de interesses imediatos específicos, marcado pela busca de mecanismos de sobrevivência. (Klein 2003, p. 11).

Desse modo, o ensino da EJA nas penitenciárias carece de planejamentos educativos que tratem para além da leitura e escrita, discutam questões do letramento racial e cultura antirracista. Nessa mesma linha de entendimento e compreensão, a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) destaca tamanha relevância nestes termos:

Esta universalmente reconhecida como fator crucial do desenvolvimento político e econômico, do progresso técnico e das transformações socioculturais devendo, por assim, ser parte integrante todo o plano de educação de adultos. (Unesco, 1976, p.21)

As turmas da EJA do Conjunto Penal de Itabuna são compostas por uma pluralidade de sujeitos, que são em sua maioria negros. Trabalhar a educação ligada à diversidade possibilita um ambiente acessível, contemplando, assim, as necessidades sócias educacionais. Nessa perspectiva, a EJA é um veículo da luta pelo direito à aprendizagem, composta por alunos que tem em comum a violação desse direito, dadas as estruturas sociais desiguais e discriminatórias.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Pensando na formação crítica dos alunos, o rompimento do ensino tradicional, meramente conteudista há de ser repensado, objetivando evidenciar a experiência de mundo de cada ser. Assim, convém trazer a alusão de Freire,

Na proporção que discutem o mundo da cultura, vão explicitando seu nível de consciência da realidade, no qual estão implícitos vários temas. Vão referindo-se a outros aspectos da realidade, que começa a ser descoberta em uma visão crescentemente crítica. Aspectos que envolvem também outros temas. (Freire, 2006, p.138)

Ainda em consonância com o pensamento paulofreiriano, podemos afirmar que

Paulo Freire parte da concepção de que o processo de educação só acontece na relação entre pessoas mediadas pelo mundo (realidade), propõe que os sujeitos sociais tomem consciência de sua essência humana e de sua condição de classe, em seu processo histórico e em seu movimento dialético de produção. (VERONEZA, 2020, p. 79)

Com as palavras do próprio Freire, ele nos assegura que “A educação crítica considera os homens como seres em devir, como seres inacabados, incompletos em sua realidade igualmente inacabada e juntamente com ela (Freire, 2001, 94).”

Desse modo, o ensino nas prisões tinha sua obrigatoriedade, apenas, no Ensino Fundamental. A Lei de Execução Penal (LEP), 13.163/2015, torna obrigatório o Ensino Médio nos presídios, alargando o ensino a outros níveis de ensino, e ainda corrobora:

(...) a Educação de Jovens e Adultos privados de liberdade não é benefício; pelo contrário, é direito humano subjetivo previsto na legislação internacional e brasileira e faz parte da proposta da política pública de execução penal com o objetivo de possibilitar a reinserção



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

social do apenado e, principalmente, garantir a sua plena cidadania. A prisão, em tese, representa a perda dos direitos civis e políticos. Suspensão, por tempo determinado, do direito do interno de ir e vir livremente, de acordo com a sua vontade, mas não implica, contudo, a suspensão dos seus direitos ao respeito, à dignidade, à privacidade, à integridade física, psicológica e moral, ao desenvolvimento pessoal e social, espaço onde se insere a prática educacional. (Brasil, 2000, p. 318)

Em linhas gerais, a EJA tem sua importância em várias instâncias sociais. Oferecer essa modalidade nas penitenciárias corresponde a um divisor de águas para que os internos não retornem da mesma forma como chegou; o desejo pela busca do conhecimento deve ser a mola propulsora dos que ali se encontram.

PERSPECTIVA METODOLÓGICA PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A presente pesquisa de abordagem qualitativa e de natureza descritiva dialoga com a realidade estudada para melhor compreender os fatos, aproximando o pesquisador com o ambiente pesquisado, além de ampliar as análises, interpretações e compreensões acerca da própria pesquisa como um todo, conforme Gil (2024).

Trata-se de uma pesquisa de levantamento bibliográfico baseada em livros, artigos científicos (Severino, 2000). O estudo vem sendo desenvolvido com os estudantes intramuros, buscando construir debates, produções orais e textuais, bem como leituras que evocam a arte como um instrumento de transformação social. Desse modo, foram mediadas durante as unidades, rodas de conversa, a fim de discutir a literatura, as biografias dos autores, as artes visuais e as músicas em um contexto étnico-racial de aprendizagem.

As aplicações das atividades se deram mediante os planos de aula cujas temáticas trataram acerca da desigualdade social e do



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

racismo estrutural em suas dimensões sociais, buscando diagnosticar o conhecimento prévio dos alunos com o intento de adaptar o planejamento às suas necessidades. Sobre o racismo,

além dos efeitos das práticas discriminatórias, uma organização social racista também limita a motivação e o nível de aspirações do negro. Quando são considerados os mecanismos sociais que obstruem a mobilidade social ascendente do negro, às práticas discriminatórias dos brancos devem ser acrescentados os efeitos derivados da internalização, pela maioria da população negra, de uma autoimagem desfavorável. Essa visão negativa do negro começa a ser transmitida nos textos escolares e está presente numa estética racista veiculada permanentemente pelos meios de comunicação de massa, além de estar incorporada num conjunto de estereótipos e representações populares. (González 2022, p. 113).

Assim, buscando trabalhar com questões de identidade e reconhecimento dentro de uma perspectiva de transformação social, foi aplicada nas turmas da EJA do Conjunto Penal de Itabuna, reiteramos, atividades e leituras que estimulassem os alunos a construir conhecimentos sobre a literatura afro-brasileira, assim como questionamentos sobre o resgate da identidade negra.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)



Figura 1 – Capa do livro Quarto de despejo

Fonte: As Autoras

Figura 2 – Capa do livro Uma história feita por mãos negras

Fonte: As Autoras

Acima, exibimos duas obras relevantes da Literatura Negra. A primeira é de autoria de Carolina de Jesus, *Quarto de despejo*. Já a segunda é de autoria de Beatriz Nascimento, *Uma história feita por mãos negras*.

Cabe-nos, neste momento, evidenciar as constatações da professora e ensaísta Inara de Oliveira Rodrigues a respeito dessas obras de Carolina de Jesus e Beatriz Nascimento, como de outras dessa Literatura Afro-brasileira,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

(...) o que se impõe é a existência de literaturas africanas, escritas na nossa língua, e que conseguem denunciar as mazelas sociais, os conflitos vivenciados nesses países (membros dos Países de Língua Oficial Portuguesa – PALOP: Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau), as suas realizações, a sua riqueza cultura e sua história. (RODRIGUES, 2013, p. 68)

Nessa perspectiva, partindo da premissa de que educador deve conhecer a realidade dos alunos com quem trabalha, conforme o pensamento paulofreiriano, o processo pedagógico acontece de forma democrática e instigante (Freire, 2006). Ou seja: ao elaborar um plano de ensino, o(a) professor(a) deve atentar para a realidade nas quais os alunos estão inseridos, a fim de conduzir uma aula que seja possível desenvolver para além da “leitura da palavra”, a “leitura de mundo” pelo reconhecimento crítico da realidade (FREIRE, 2003).

Trazendo a reflexão sobre a realidade e o trabalho em equipe, utilizou-se da cultura Maker na qual o professor é posto como um mediador e facilitador que estimula os(as) estudantes a aprender de forma autônoma. Nesse ínterim, avaliou-se as produções textuais para os que dominam a leitura e, aos que não sabem escrever, puderam falar e exibir suas produções artísticas por meio do desenho; a interpretação foi dada acerca de um livro, um filme, um documentário ou uma música apresentada no plano de aula.

Nessa linha de raciocínio, a ensaísta e educadora Teresa Colomer, em *Andar entre livro: a leitura literária na escola* nos diz textualmente:

Compartilhar as obras com outras pessoas é importante porque torna possível beneficiar-se da competência dos outros para construir o sentido e obter o prazer de entender mais e melhor os livros. Também porque permite experimentar a literatura em sua dimensão socializadora, fazendo com que a pessoa se sinta parte de uma comunidade de leitores com referências e cumplicidades mútuas. (COLOMER, 2007, p. 143)



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Cabe destacar que as turmas da EJA do CPI são compostas por uma pluralidade de sujeitos, e em sua maioria, de negros. Assim, recordamos que o trabalho se apoiou nas metodologias ativas, criando estratégias de ensino que incentivam a construção do conhecimento de forma autônoma, estimulando esses sujeitos a ter iniciativa, debater e questionar, tornando-os protagonistas na aquisição de conhecimento.

As atividades desenvolvidas no CPI estão coerentes, então, com a Educação de Jovens e Adultos e o pensamento paulofreiriano, principalmente quando entendemos os Círculos de Cultura como metodologia empregada nessa construção do conhecimento, como está elucidado na obra Paulo Freire *Educar para transformar: almanaque histórico*:

Em suas primeiras experiências com educação de adultos, em Recife, Paulo Freire criou o círculo de cultura em lugar de sala de aula tradicional.

Em lugar das aulas exclusivamente expositivas, o diálogo. Em lugar do professor orador, o coordenador de debates e animador cultural.

Em lugar de aluno, com tradições passivas, o participante de grupo.

Em lugar dos conteúdos idealizadores da realidade, os temas geradores, a discussão crítico-criativa da realidade.

Em lugar de treinar pessoas para simplesmente se adaptarem, formar agentes sociais de mudança. (VALE; JORGE; BENEDETTI, 2005, p. 29)

Ainda sobre a referida metodologia, ela estimula o exercício e a possibilidade de formação da consciência das práxis, possibilitando, ainda, a criação de soluções e intervenção da realidade social (Berbel, 2016).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos permite o acesso de pessoas que se distanciaram do tempo previsto de escolarização, considerando sua situação dentro de um contexto ou não de vulnerabilidade. O enfrentamento de estruturas racistas, fruto da tardia abolição da escravidão, emerge um cenário de uma população marginalizada e excluída na sociedade.

Os estudantes das prisões fazem parte de um grupo social invisibilizado. A prática pedagógica no sistema prisional necessita estar alinhada com a realidade desses indivíduos, haja vista que, o sistema carcerário do Brasil é um retrato cruel e “desesperançoso”, ancorado nas poucas possibilidades para reabilitar e reintegrar o indivíduo à sociedade.

Com efeito, a EJA no ambiente prisional é uma importante ferramenta para a sociedade, uma vez que, por meio da leitura e da escrita pode-se explorar proposições acerca das trajetórias perversas de exclusão social, bem como a negação dos direitos e básicos dos sujeitos.

Acreditamos, nessa perspectiva, que os(as) estudantes devem enxergar e vivenciar na leitura algo interessante e desafiador, sem pressão e sem censura, visando mais algo prazeroso pelo aprendizado, traduzindo, assim, em uma conquista capaz de proporcionar o pleno florescimento da autônoma, criatividade e exercício da cidadania.

Por fim, o trabalho com obras literárias, que discutem a situação da desigualdade social e a invisibilidade étnica e o racismo, permitiu contextualizar e problematizar uma educação ligada à diversidade, contemplativa às necessidades sócio educacionais dos estudantes. Nesse ínterim, a educação, independente do espaço que aconteça, é um caminho possível de combate à desigualdade, cheio de possibilidades emancipatórias.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. In:
Vademecum acadêmico de direito. São Paulo: Rideel, 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº
9394/96, 20 de novembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei de Execução Penal – LEP**. Lei nº 7.210, de 11 de
julho de 1984. Disponível em:
[https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-
2018/2018/Lei/L13769.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13769.htm). Acesso em: 11 de agosto de 2024.

BRASIL. **Lei o ensino da história e cultura afro-brasileira**. Lei
10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em:
[https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-
2018/2018/Lei/L13769.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13769.htm). Acesso em: 11 de agosto de 2024.

BRASIL. **Recomendação sobre a educação de adultos**. UNESCO.
Acesso em: <https://www.unesco.org/pt/fieldoffice/brasilia>. Acesso
em: 30 de julho de 2024.

BERBEL NAN. **As metodologias ativas e a promoção da
autonomia de estudantes**. Seminário de Ciências Sociais e Humanas
Disponível em: [http://www.proiac.uff.br/sites/default/
files/documentos/berbel_2011.pdf](http://www.proiac.uff.br/sites/default/files/documentos/berbel_2011.pdf). Acesso em: 9 de agosto de 2024.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros**. Tradução: Laura Sandroni.
São Paulo: Global, 2007.

FERNANDES, Dorgival Goncalves. **Alfabetização de Jovens e
Adultos Pontos Críticos e desafios**. Porto Alegre.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2001.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Moderna, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 2022.

JESUS, Carolina de. **Quarto de despejo: Quarto de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2020.

KLEIN, Lúcia Regina. **Alfabetização de Jovens e Adultos: questões e propostas para prática pedagógica na perspectiva histórica**. Brasília: Universa, 2003

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. São Paulo: Zahar, 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SOLIGO, Rosaura. **A leitura no contexto das comunidades indígenas**. Anexo 7 – Para ensinar a ler. Dia a dia educação. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br> > File > a... PDF Rosaura Soligo. Acesso em: 7 de setembro de 2024.



Educação Libertadora
Esperança para a reconstrução do Brasil



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RODRIGUES, Inara de Oliveira. **Literaturas africanas de língua portuguesa: subsídios para leitura e encantamento**. Revista kâwé, Núcleo de Estudos afro-baianos regionais da Universidade Estadual de Santa Cruz, no. 6, p. 65-68, 2013.

VALE, Maria José; JORGE, Sonia Maria Gonçalves; BENEDETTI, Sandra. **Paulo Freire, educar para transformar: almanaque histórico**. São Paulo: Mercado Cultural, 2005.

VERONEZE, Renato Tadeu. Da ação cultural para revolução cultural. **Universidade e Sociedade**, Brasília, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Ano XXX, no. 66, p. 74-87, 2020.



CONVERGÊNCIAS ENTRE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA CRÍTICA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS SOB A LENTE TRANSFORMADORA DE PAULO FREIRE

Jamilly da Silva Santos Cavalcante⁷⁰

RESUMO: O artigo propõe uma intersecção entre a Educação Matemática Crítica (EMC) e as relações étnico-raciais, utilizando a pedagogia de Paulo Freire como lente transformadora. No contexto educacional, essa convergência é crucial para promover relações étnico-raciais justas e igualitárias, transcendendo a habilidade de realizar cálculos e resolver problemas matemáticos. A pesquisa busca evidenciar como a EMC, inspirada pela práxis freiriana, pode ser uma ferramenta eficaz para promover práticas pedagógicas de enfrentamento ao racismo estrutural e que valorizem a diversidade cultural. Essa é uma pesquisa de natureza qualitativa, envolvendo revisão bibliográfica para geração de informações. Utiliza como fundamentos teóricos as obras de autores renomados como Nilma Lino Gomes (2003), Ole Skovsmose (2011), Paulo Freire (1987), Ubiratan D'Ambrosio (1990), entre outros. Conclui-se que a EMC, aplicada com um enfoque nas questões raciais e alinhada aos princípios freirianos, tem grande potencial para empoderar estudantes e promover mudanças sociais significativas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Matemática Crítica. Pedagogia Freiriana. Relações étnico-raciais.

⁷⁰ Aluna do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Mestrado), da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Bolsista CAPES. E-mail: jamillysantos1919@outlook.com.

Professora orientadora: Lícia Maria de Lima Barbosa: Doutora em Estudos Étnicos e Africanos/UFBA; Docente do Pós crítica/Dlartres – UNEB.



INTRODUÇÃO

Duas décadas após promulgação da Lei 10.639/03, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em todas as escolas públicas e particulares, observa-se que as instituições estão na busca por práticas educacionais mais representativas e relações raciais menos racistas (Brasil, 2003).

Nesse sentido, as disciplinas que compõem as ciências humanas, como literatura e história, abriram caminho para essas discussões nas escolas, por seu principal foco ser o estudo da sociedade, das relações sociais e da cultura. Quando se trata de disciplinas como física, matemática e química, que se enquadram nas ciências exatas, esses diálogos são menos comuns. As mesmas são consideradas neutras, como o próprio adjetivo “exatas” sugere. Portanto, o impacto nas propostas de educação antirracista é menor e pouco contribui. Será que isto realmente procede?

Observando o cenário educacional atual, é perceptível que a ausência de uma abordagem crítica e sensível às questões étnico-raciais na educação matemática contribui para a perpetuação de desigualdades e para a invisibilização de contribuições culturais diversas. Portanto, este artigo justifica-se pela necessidade de explorar como a integração entre a educação matemática crítica e as relações étnico-raciais pode criar uma pedagogia mais inclusiva e transformadora, fundamentada nos princípios freirianos. Essa inserção reforça a importância de reavaliar a neutralidade atribuída à matemática e de demonstrar como uma abordagem mais crítica e consciente pode impactar positivamente a educação.

Em concordância com Freire(1987), que nos ensina que “não existe educação neutra, toda neutralidade afirmada é uma opção escondida”, podemos concluir que, assim como a educação, a ciência também não é neutra. Portanto, as aulas de matemática ministradas



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

em sala de aula, também não são neutras. Então, como podemos ensinar matemática de forma que, além de não ajudar a perpetuar o racismo, seja também uma ferramenta de resistência? Como alcançar o objetivo proposto por Angela Davis (2016): “não basta não ser racista, é necessário ser antirracista”?

Felizmente, existem professores e pesquisadores em escolas e universidades públicas e privadas que estão dedicados a estudar e desenvolver pesquisas sobre esta temática. Nesse sentido, a educação matemática crítica e as relações étnico-raciais têm se tornado temas centrais na discussão sobre a equidade educacional. A obra de Paulo Freire, especialmente a *Pedagogia do Oprimido*, oferece um arcabouço teórico valioso para abordar essas questões de maneira transformadora.

Freire enfatiza a necessidade de uma educação que promova a conscientização e a transformação social (Freire, 1987). À vista disso, destaca-se este trabalho, que busca evidenciar como a EMC, inspirada pela práxis freiriana, pode ser uma ferramenta eficaz para promover práticas pedagógicas de enfrentamento ao racismo estrutural e que valorizem a diversidade cultural.

A pesquisa em questão adota uma metodologia qualitativa, baseada na revisão bibliográfica e análise de textos teóricos relevantes, conforme definida por Gil (2002), consiste na análise de material já publicado, como livros, artigos de periódicos, teses e dissertações. E a pesquisa qualitativa considerada por Minayo (2014), como essencial para compreender fenômenos sociais complexos, permitindo uma análise detalhada das relações e dos significados atribuídos pelos sujeitos aos seus contextos e experiências.

Assim sendo, o presente trabalho está dividido em 5 capítulos. O primeiro capítulo sendo a introdução, onde foram alocados o tema, a justificativa e os objetivos. Também foram apresentados aspectos gerais da pesquisa, situando o leitor sobre a temática pesquisada. O segundo capítulo refere-se a abordagem



teórica, no qual são discutidos conceitos da Educação Matemática Crítica, o papel das relações étnico-raciais na educação e a interseção entre ambos, enfatizando a dialética freiriana. Por fim, a conclusão sintetiza os principais pontos discutidos e oferece recomendações para aplicação prática das conclusões obtidas, visando promover uma educação mais inclusiva e sensível às diversidades étnico-raciais através da EMC, sob a perspectiva Freiriana.

ABORDAGEM TEÓRICA

A abordagem teórica deste trabalho é estruturada em três pilares principais: A Educação matemática crítica e sua contribuição para o enfrentamento ao racismo, as relações étnico-raciais na educação, especialmente no ensino de matemática, e a intersecção dessas áreas, visando a construção de uma prática pedagógica antirracista e inclusiva pautadas nas ideias de Paulo Freire, especialmente aquelas apresentadas em obras como *Pedagogia do Oprimido*, *Educação como Prática da Liberdade*, e *Pedagogia da Autonomia*.

EDUCAÇÃO MATEMÁTICA CRÍTICA COMO FERRAMENTA NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO

Inicialmente faz-se necessário explicitar as abordagens distintas que a Educação Matemática e a Educação Matemática Crítica possuem no ensino da matemática. Enquanto a primeira enfoca o ensino de conceitos matemáticos, a segunda vai além, incluindo a análise de questões sociais, políticas e culturais.

Segundo Freire “a práxis, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo”. (1997, p. 38). Ou seja, acredita-se que a educação deve ser um processo ativo e crítico que capacita os indivíduos a entenderem sua realidade e a se envolverem na



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

transformação dessa realidade, contribuindo para a construção de um mundo melhor.

Nessa perspectiva, Frankenstein (2005, p.122) afirma:

Aplicar a teoria de Freire para a Educação Matemática direciona nossa atenção para como os mais correntes usos da Matemática apoiam ideologias hegemônicas, como educação matemática também reforça ideologias hegemônicas e como educação matemática crítica pode desenvolver compreensão crítica e levar à atenção crítica (Frankenstein, 2005, p.122).

Ou seja, ao aplicar a teoria de Paulo Freire à Educação matemática é possível perceber como os usos mais comuns da matemática, muitas vezes apoiam ideologias hegemônicas, e como a educação matemática, em sua forma tradicional pode acabar reforçando essas ideologias. Nesse contexto, a EMC emerge, não como um ramo da educação matemática, mas como uma abordagem que busca transformar a prática educativa ao integrar a matemática com questões sociais, políticas e culturais, promovendo a conscientização crítica dos estudantes.

Skovsmose (2011) ressalta que a EMC não é definida por uma metodologia específica, mas sim por suas preocupações fundamentais. A mesma surge como uma abordagem inovadora que desafia a visão tradicional da matemática como uma ciência neutra e universal. Ao contrário do enfoque convencional, que muitas vezes ignora ou até perpetua desigualdades sociais, a EMC busca integrar uma perspectiva crítica que considera as relações de poder e as desigualdades raciais presentes na sociedade.

A ideia central da EMC é que a matemática, como qualquer outra disciplina, não é ensinada em um vácuo social. O currículo, as práticas pedagógicas e até mesmo os exemplos utilizados nas aulas de matemática carregam valores, ideologias e, muitas vezes, preconceitos que refletem as estruturas de poder da sociedade.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Do mesmo modo, Moreira e Silva (2011) entendem o currículo com base nos dispositivos teóricos de Ideologia, Cultura e Poder. Para eles, o currículo é uma produção cultural, que expressa ideologias e relações de poder que, por sua vez, ao estabelecer conhecimentos a serem ensinados na escola, ditos válidos, tenta produzir identidades. Ignorar essas dinâmicas é perpetuar um ensino que pode, inadvertidamente, reforçar estereótipos e exclusões raciais.

Nesse sentido a EMC vai além do ensino de habilidades técnicas, buscando desenvolver o pensamento crítico e a conscientização dos estudantes. Segundo Freire (1987), a educação deve ser um ato de liberdade. Nessa perspectiva, o conhecimento matemático é utilizado para questionar e compreender a realidade. Isso significa que a educação deve ser um processo ativo e crítico que capacita os indivíduos a entenderem sua realidade e a se envolverem na transformação dessa realidade, contribuindo para a construção de um mundo melhor.

Ao adotar a Educação Matemática Crítica, inspirada pelos princípios da práxis freiriana, os educadores se comprometem a utilizar a matemática como uma ferramenta de conscientização e transformação social, propondo que a disciplina seja ensinada não apenas como um conjunto de técnicas e fórmulas, mas como uma prática reflexiva que permite aos estudantes questionar e transformar a realidade à sua volta. Isso inclui a desconstrução de mitos sobre a neutralidade da matemática, mostrando como a disciplina tem sido usada historicamente para justificar desigualdades raciais e sociais. Por exemplo, a categorização de determinados grupos como "menos aptos" para a matemática pode ser analisada criticamente como uma construção social enraizada em preconceitos raciais.

Para tanto, é necessário salientar que o educador, sendo um dos principais vetores da educação emancipatória, necessita de uma formação continuada atualizada para compreender e executar melhor a sua prática, como explica o patrono da educação, "[...] na formação



permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (Freire, 1996, p. 39).

O autor Paulo Freire (1996) recomenda que o educador levando em conta os aspectos culturais, sociais, políticos, socioeconômicos e subjetivos de seus educandos, pode ajudá-los a compreender a ler o mundo através do conhecimento ingênuo, emancipado e crítico. Nesse sentido o educador ao integrar a EMC a sua prática, valoriza a inclusão de perspectivas culturais diversas na educação matemática. Isso pode ser feito através do reconhecimento e valorização de contribuições matemáticas de diferentes culturas, incluindo aquelas que tradicionalmente têm sido marginalizadas. Por meio desse reconhecimento, estudantes de diferentes origens étnico-raciais podem se ver refletidos no currículo, o que fortalece a autoestima e a identidade cultural.

Freire (1996, p. 25) ainda revela que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Portanto, a EMC, inspirada pelos princípios da práxis freiriana, propõe que a matemática seja ensinada não apenas como um conjunto de técnicas e fórmulas, mas como uma prática reflexiva que permite aos estudantes questionar e transformar a realidade à sua volta. Nesse sentido, a matemática se torna uma ferramenta poderosa para o enfrentamento ao racismo, promovendo a conscientização crítica e o engajamento social.

RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS NA EDUCAÇÃO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

No contexto da educação contemporânea, a intersecção das relações étnico-raciais e da educação matemática representa uma área de pesquisa e prática de grande relevância, tendo em vista que, em



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

2003, foi promulgada a lei 10.639/2003, que alterou a LDB (Lei de diretrizes e bases da educação nacional), obrigando o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira no currículo da educação básica em toda a rede de ensino (Brasil, 2003).

A partir da lei mencionada anteriormente, foi implementada uma outra, a lei 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Indígena na educação básica (Brasil, 2008). Nesse sentido concordamos com Gomes (2003, p. 67-82), quando diz que:

A educação das relações étnico-raciais não deve ser vista apenas como uma inclusão de conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira, mas como uma proposta de reeducação das atitudes e práticas pedagógicas cotidianas (Gomes, 2003, p. 67-82).

Munanga (2004) reforça a necessidade de incluir a história e a cultura afro-brasileira no currículo escolar como uma forma de enfrentar o racismo e valorizar a contribuição dos afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira. Portanto é crucial que a educação matemática integre esforços para atender às legislações, frutos da luta dos movimentos sociais por uma educação mais plural e libertadora. Vale salientar que essa inclusão curricular não deve ser vista como um apêndice, mas como parte integrante do processo educativo, influenciando a forma como os conteúdos são ensinados e aprendidos.

A práxis proposta por Freire, remete um sentido de atividade questionadora, sugestiva, crítica e também prática e pode ser aplicada de diversas formas para estimular a reflexão dos estudantes. No contexto escolar, é essencial explorar e promover o senso de identidade dos estudantes com suas raízes africanas. Através de práticas de ensino que seguem os princípios freirianos, a introdução do tema ocorre de forma natural e é bem recebida pelos estudantes. A Pretagogia enfatiza a valorização do Pertencimento Afro, baseando-



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

se nas tradições da ancestralidade africana, na Tradição Oral Africana e em diversas fontes do Corpo Memória. Por meio de experiências que combinam conhecimentos instrutivos com elementos culturais, os estudantes são levados a se identificar como afrodescendentes. O próprio Freire vivenciou essa sensação, descrita por ele em

Meu primeiro contato com África não se deu, porém, com a Guiné-Bissau, mas com a Tanzânia, com a qual me sinto, por vários motivos, estreitamente ligado. Faço esta referência para sublinhar quão importante foi, para mim, pisar pela primeira vez em chão africano e sentir-me nele como quem voltava e não como quem chegava (Freire, 1978, p. 9).

Como Paulo Freire afirma em *Pedagogia da Autonomia* (Freire, 1996, p. 21): "Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção". A aproximação entre a Pedagogia e as metodologias freireanas ocorre justamente nesse ponto, quando o educador estimula o estudante a construir seu próprio conhecimento a partir de suas próprias experiências de vida e, a partir disso, relacionar-se com o mundo de forma mais autêntica e significativa.

Esse enfoque na construção do conhecimento é especialmente relevante quando se trata das relações étnico-raciais na educação, a qual se configura como um campo de estudo que se concentra na promoção de práticas pedagógicas inclusivas e antirracistas. Cavalleiro (2003) destaca a importância de práticas educacionais de enfrentamento ao racismo e promovam a inclusão de todas as etnias no ambiente escolar. Isso envolve não apenas a inclusão de conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileira, mas também a adoção de abordagens pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam a igualdade.



PONTOS DE ENCONTRO: EDUCAÇÃO MATEMÁTICA CRÍTICA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A interseção entre a educação matemática crítica e as relações étnico-raciais é fundamental no cenário educacional atual. Essa abordagem integra a conscientização sobre essas questões ao ensino da matemática, buscando uma educação que não apenas desenvolva habilidades matemáticas, mas também incentive os estudantes a desenvolverem a consciência crítica para compreender e enfrentar as desigualdades sociais e raciais.

Em conformidade com os teóricos Paulo Freire, Ole Skovsmose e Ubiratan D'Ambrosio, a Educação Matemática Crítica propõe que o ensino de matemática vá além da mera transmissão de conhecimentos técnicos, priorizando o desenvolvimento do pensamento crítico e a análise das estruturas sociais, políticas e econômicas que perpetuam a desigualdade e a injustiça. Freire enfatiza a importância do diálogo e da práxis, onde professores e estudantes aprendem juntos e se envolvem em ações transformadoras.

Nesse contexto, o diálogo emerge como uma prática pedagógica essencial, alinhada à pedagogia freiriana. Paulo Freire (1987) argumenta que o diálogo é uma ferramenta crucial para a libertação, pois transforma os estudantes em sujeitos ativos no processo educativo. Ao abordar as questões étnico-raciais através do diálogo, cria-se um espaço para desconstruir preconceitos e fomentar uma educação verdadeiramente inclusiva. Esse diálogo crítico é fundamental para desafiar a opressão racial e construir um ambiente educacional que promova a equidade e o respeito às diferenças.

Incentivar os estudantes a questionarem pressupostos e analisarem informações de maneira crítica, contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados, especialmente no enfrentamento ao racismo. Reconhecer e valorizar os conhecimentos



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

matemáticos de diferentes culturas, conforme proposto pela etnomatemática de Ubiratan D'Ambrosio (1990, p. 23), é uma estratégia fundamental nesse processo, destacando a diversidade de práticas matemáticas e enriquecendo a compreensão da matemática formal.

A inclusão de perspectivas culturais diversas no ensino da matemática pode enriquecer a experiência educacional de todos os estudantes, promovendo um ambiente de aprendizado mais inclusivo e respeitoso. Conforme argumenta D'Ambrosio (1990, p. 15), "ao reconhecer e valorizar as contribuições de diferentes culturas para o desenvolvimento da matemática, os educadores podem promover um ambiente de aprendizado mais inclusivo e respeitoso". Por exemplo, a inclusão de jogos matemáticos tradicionais de comunidades afro-brasileiras ou indígenas no currículo escolar pode ajudar a criar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e culturalmente relevante.

A Educação Matemática Crítica (EMC) desempenha um papel crucial na desconstrução de estereótipos raciais, ao contextualizar problemas matemáticos dentro de questões sociais relevantes. Além disso, a EMC aborda explicitamente as questões de desigualdade racial, ensinando aos estudantes como coletar, analisar e interpretar dados estatísticos relacionados a disparidades raciais. Isso pode ser feito através da análise de dados e estatísticas que revelam disparidades raciais em áreas como educação, saúde, renda e encarceramento.

Apesar dos desafios enfrentados, como a formação de professores e a resistência institucional, a implementação da Educação Matemática Crítica oferece uma perspectiva otimista para tornar o ensino da matemática uma ferramenta de justiça social, promovendo equidade e inclusão nas salas de aula. Conforme destacado por Gutstein em entrevista conduzida por Moura e Faustino, ensinar matemática para a justiça social ganha relevância quando abordamos o mundo de forma crítica e reflexiva, pois:



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Estudantes precisam ser preparados através da educação matemática para investigar e criticar a injustiça, e para desafiar, em palavras e ações, atos e estruturas opressivas isto significa “ler e escrever o mundo” com a matemática (Moura e Faustino, 2017, p.13).

O autor Michael Apple argumenta que: "O currículo não é apenas um plano de estudos, mas um ato político que pode reproduzir ou transformar as desigualdades sociais." (Apple, 2006, p. 15). Nesse sentido, acredita-se que o currículo deve ser projetado para promover a inclusão e a equidade. Tal como, ao discutir a história da matemática, é importante destacar as contribuições de matemáticos de diversas origens étnicas e culturais, muitas vezes esquecidas ou marginalizadas na narrativa tradicional.

Portanto, promover uma educação que respeite e valorize a diversidade étnico-racial implica em um compromisso com a equidade e a justiça social, reconhecendo que a educação é um espaço de transformação onde se pode combater as desigualdades e construir uma sociedade mais inclusiva e plural.

Nesse sentido um dos desafios que ficam evidente é a formação de professores, concordamos com Arroyo, quando argumenta que:

A formação de professores precisa ir além dos conteúdos acadêmicos tradicionais e incluir uma preparação para lidar com a diversidade cultural e social presente nas escolas. Isso envolve um treinamento específico em práticas pedagógicas inclusivas e uma compreensão crítica das relações de poder e privilégio que permeiam o ambiente educacional (Arroyo, 2011, p. 75).

Á vista disso, os mesmos precisam estar preparados para lidar com questões de diversidade e inclusão em suas salas de aula, isso



inclui treinamento em práticas pedagógicas inclusivas e sensíveis à cultura, como o autor mencionou, bem como uma compreensão profunda das dinâmicas de poder e privilégio que influenciam o ambiente educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo, foi possível constatar que a interseção entre relações étnico-raciais e educação matemática crítica é um campo que busca transformar a educação matemática em uma ferramenta para a justiça social. A EMC, inspirada pela pedagogia freiriana, não apenas oferece uma abordagem robusta para o ensino da matemática, mas também promove a conscientização e a transformação social, ajudando a abordar as desigualdades raciais e a promover a justiça social.

Os estudos realizados demonstraram que, ao integrar a conscientização sobre as questões raciais com a prática educativa, os educadores podem ajudar a construir uma sociedade mais equitativa e inclusiva, onde todos os estudantes têm a oportunidade de se desenvolver plenamente e contribuir para o bem comum.

Almejamos a partir desse trabalho, contribuir em vários aspectos do ensino e da aprendizagem da matemática, como no desenvolvimento de consciência crítica, na promoção da inclusão e equidade, tendo em vista que esse escrito proporciona possíveis ferramentas para combater preconceitos e estereótipos, criando um espaço onde todos os estudantes se sentem valorizados e respeitados.

Diante de todo o exposto, percebeu-se que é imprescindível que os educadores, formuladores de políticas e a sociedade como um todo trabalhem juntos para superar os desafios e realizar o potencial transformador da educação matemática crítica. Conclui-se que, apesar dos desafios na implementação da EMC, essa abordagem oferece uma via promissora para transformar a educação matemática crítica em



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

uma ferramenta de justiça social, contribuindo para a formação estudantes, sobretudo cidadãos conscientes e engajados na luta contra o racismo.

Em relação a estudos futuros, pretende-se investigar e documentar práticas pedagógicas inovadoras que integrem questões étnico-raciais no ensino da matemática. Realizar pesquisas comparativas podem revelar variações no impacto dessa abordagem, ajudando a adaptar práticas pedagógicas, investigar programas de formação continuada que capacitem os professores a abordar questões étnico-raciais de maneira eficaz no ensino da matemática.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael Whitman. **Ideologia e Currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARROYO, Miguel. Gonzalez. (2011). **Implicações Pedagógicas das Relações Raciais**. In: **Educação em Tempos de Incertidão**. São Paulo: Cortez, p. 75.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de marco de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm?msclkid=0c0d30. Acesso em 25 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – Prouni**.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14
jan. 2005. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-
2006/2005/Lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm). Acesso em: 5 jun. 2024.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio
escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação
infantil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Etnomatemática: Elo entre as tradições
e a modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1990.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo,
2016.

FRANKENSTEIN, Marilyn. **Educação matemática crítica: uma
aplicação da Epistemologia de Paulo Freire**. In: BICUDO, M. A.
V. (org.) Educação Matemática. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2005. p.
101-140.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma
experiência em Processo**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 21. ed. Rio
de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à
prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 22. ed. Rio de Janeiro:
Paz e Terra, 1987.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GIL, Antônio. Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Joaquim Barbosa. **A Constituição de 1988 e os Direitos Fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2012.

GOMES, Nilma. Lino. **Educação, Identidade Negra e Formação de Professores**. In: Silva, L. A., & Silva, N. N. (Orgs.), **Educação e Ações Afirmativas: Entre a Falácia e a Possibilidade** (pp. 67-82). Belo Horizonte: Autêntica, 2003.67-82.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha. Beatriz. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

GUTSTEIN, Eric. **Lendo e escrevendo o mundo com a matemática: rumo a uma pedagogia para a justiça social**. São Paulo, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOREIRA, Antonio. Flávio.; SILVA, Tomaz. Tadeu. **Currículo, Cultura e Sociedade**: 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOURA, Amanda. Queiroz.; FAUSTINO, A. C. Eric Gutstein e a leitura e escrita do mundo com a matemática. **Revista Paranaense de Educação Matemática (RPEM)**, Campo Mourão, v.



Educação Libertadora
Esperança para a reconstrução do Brasil



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

6, n. 12, p. 10-17, 2017.

DOI:<https://doi.org/10.33871/22385800.2017.6.12.10-17>.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SANTOS, Ivanilde. **Estatuto da Igualdade Racial: Avanços e Desafios**. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

SKOVSMOSE, Ole. (2011). **Um Convite à Educação Matemática Crítica**. Holanda: Sense Publishers.



OS CAMINHOS PARA SE ALFABETIZAR PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

Christiane Soares Oliveira dos Santos

RESUMO: O objetivo está na análise de um projeto que vem sendo desenvolvido com foco no processo de alfabetização para pessoas com deficiências (PcD) “Alfabetização para PcD” idealizado por Christiane S. Oliveira dos Santos, fundadora e hoje diretora social da associação de mães, Juntos pela Inclusão Paulista, e desenvolvido por vários profissionais especialistas em educação especial sobre a perspectiva inclusiva e em alfabetização. Para o desenvolvimento do projeto foi selecionado um público-alvo, de 12 (doze) pessoas para o projeto piloto, com o desafio de que profissionais especializados intervissem de forma específica e individualizada em cada um deles, o projeto está fundamentado teoricamente em obras Freireanas como: *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* (1996); *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido* (2001); e *Pedagogia do oprimido* (2011).

PALAVRAS-CHAVE: Pessoa com Deficiência. Exclusão. Alfabetização.

INTRODUÇÃO

Este estudo versa sobre a reflexão da inclusão escolar das pessoas com deficiências, tendo como referencial teórico os pressupostos do educador Paulo Freire (1921-1997) e como pesquisa empírica o projeto alfabetização para PcD, desenvolvido pela Associação Juntos pela Inclusão Paulista.

Esse projeto alfabetização para PcD tem o objetivo de fazer com que pessoas com deficiências que foram invisibilizadas no processo de alfabetização, nas suas fases escolares desse processo, ou



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

simplesmente em toda a sua vida escolar secundarista, sejam através de um trabalho específico e especializado alcançadas pela alfabetização, trazendo cidadania, para essas pessoas e suas famílias, necessária para sobrevivência numa sociedade construída para letrados.

O projeto foi desenvolvido a partir do público da Associação Juntos pela Inclusão Paulista, entre PcD que ainda não tinha sido alcançado pelo processo de alfabetização, em escolas municipais, estaduais e até que já tinham concluído o ensino secundarista, 12(doze) pessoas com deficiências foram selecionadas. Diante do público selecionado foram captados 12(doze) profissionais especialistas em educação especial sob a perspectiva inclusiva, que tivessem expertise com todo o processo de alfabetização. Selecionado os profissionais, foram realizadas reuniões on line, onde fizemos todo planejamento do projeto, de como seriam executadas todas as fases, que partiu da avaliação familiar e chegará até o processo de alfabetização, de cada um dos aprendentes, que é a culminância do projeto. O ponto diferencial desse projeto é a constatação que mesmo estando no século XXI as pessoas com deficiências são excluídas do processo de alfabetização, e mostrar que um olhar individualizado sobre ela, e toda a globalidade que a cerca, podem fazer com que os profissionais identifiquem suas fragilidades, que obstacularam não terem sido atingidas pela alfabetização, mas permitindo que os profissionais possam canalizar suas potencialidades, e descobrir os caminho de as alcançar através do processo de alfabetização.

Ao realizar essa abordagem sobre a educação inclusiva, presente na educação desde 1996 com promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, que estabeleceu os princípios e fins da educação na perspectiva da educação inclusiva, e vem ganhando força cotidianamente, com várias resoluções do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de educação, embora ainda haja muitos desafios a serem ultrapassados,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

por meio da inclusão escolar de fato, de pessoas com deficiências, transtorno do espectro autista e altas habilidades nas escolas regulares como forma de promover uma educação para todos, justa e igual. Constatamos que o discurso inclusivo foi elaborado sobre os mesmos princípios da cultura capitalista que oprime e impõe cotidianamente, a exclusão a determinados segmentos da população educacional ao acesso e permanência na escola. Assim, Freire (2011, p. 7) explica que: Em sociedades cuja dinâmica estrutural conduz à dominação de consciências, "[...]a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes".

Ao transcorrer pelos casos evidenciados neste artigo e os conhecer, veremos como a perspectiva Freiriana que tanto influenciou e influencia as formações educacionais, é descartada quando analisamos o público pessoa com deficiência, e o processo de alfabetização destes dentro das escolas. Se a concepção de educação libertadora apresentada pelo educador Paulo Freire, evidenciando o importante papel da escola para a formação do sujeito consciente, uma vez que, segundo a sua concepção, alfabetização e consciência não se separam, constatamos um público grande de pessoas com deficiência, dissociadas desse direito que os gabaritariam para o exercício da cidadania. Em “A importância do ato de ler”, Freire valorizou os sujeitos e os conhecimentos que construíam para além da escola, ensinando-nos que “a leitura de mundo precede a leitura da palavra” (Freire, 1985, p.24). Em sua proposta de ensino, o educando deve estar no centro do processo de aprendizagem, o que não percebemos nas práticas educacionais se o aluno é pessoa com deficiência.

METODOLOGIA

Para mostrar que para alcançar o processo de aprendizagem do público PcD é preciso conhecer as suas especificidades de uma



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

forma individual, analisando todo um contexto global que pode interferir na alfabetização, a equipe do projeto adotou as seguintes ações metodológicas:

Palestra com as famílias (Foto 01, pág 05) - Onde foram explicados todos os objetivos do projeto; Abordagem do tema Capacitismo Estrutural, que está contido inconscientemente em muitos dos responsáveis, para que estes possam o desconstruir com ajuda profissional, a ser viabilizado pelo projeto, e essa família se tornar parte colaborativa, nas estratégias adotada pela equipe de intervenção.

Avaliação Familiar (Foto 02, pág 07) - Levantado todo contexto de relação social dessa pessoa com deficiência, seu histórico familiar; informações sobre diagnóstico e tratamento; informações sobre o processo educacional: informações sobre a escola que frequentou; informações sobre gostos, preferências e sobre as suas aversões, e também sobre a condição social dessa família;

Avaliação neuropsicopedagógica (Fotos 03 e 04, pág 07 e 08) busca fornecer uma compreensão abrangente do perfil cognitivo, emocional e pedagógico de uma pessoa, contribuindo para a elaboração de intervenções personalizadas que visam otimizar o processo de aprendizagem e o desenvolvimento global do indivíduo;

Visita às Unidades Escolares (Foto 05, pág 08) - Todos os aprendentes que estão no projeto tiveram suas escolas visitadas, para que as neuropsicopedagogas e psicopedagogas pudessem conhecer as profissionais de sala regular e do AEE (Atendimento de Educação Especializada) que acompanham esses PcD, verificando o que está sendo desenvolvido com eles, e firmando uma parceria de ação colaborativa das escolas com o projeto.

Estudo de caso (Foto 06, pág 09) - Todos os profissionais que participam desse projeto se reuniram para discutir caso a caso, as impressões colhidas pelas avaliações das neuropsicopedagogas e psicopedagogas que apresentadas ao grupo, cada profissional, deu sua



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

opinião sobre o desenvolvimento das melhores estratégias para que os PcD público alvo desse projeto, possam ser atingidos pelo processo de alfabetização.

Apresentação às famílias (Foto 07, pág 09) - Os relatórios neuropsicopedagógicos construídos pelas profissionais foram apresentados e entregues às famílias, para que elas possam entender o contexto em que seus tutelados se encontram, e para os orientar sobre a forma colaborativa de ajudar no desenvolvimento do seu filho, relativo às intervenções realizadas pelo projeto;

Intervenção com os Aprendentes (Fotos 08 e 09, pág 10) - Todas as estratégias selecionadas para intervir com os aprendentes foram minuciosamente desenvolvidas a partir da identificação de suas fragilidades e de suas potencialidades. A partir do desenvolvimento das estratégias e a avaliação dos contínuos resultados, estas podem ser readequadas, se não estiverem alcançando a finalidade pretendida.

Cada Pcd e sua família, públicos alvo deste projeto, enquanto forem alvo do mesmo, as que se encontram em vulnerabilidade social serão assistidas mensalmente por duas cestas básicas para amenizar o problema de insegurança alimentar, é fato que ninguém foca em nenhuma atividade, se estiver vivenciando um problema como esse. Além disso, cada dia de intervenção do projeto, os aprendentes e suas famílias recebem um lanche reforçado.

Os responsáveis legais do público PcD alvo desse projeto estão sendo acompanhados por estudantes de psicologia das séries finais, supervisionados por um profissional psicólogo para trabalhar toda a sua postura em relação ao seu filho PcD, e para trabalhar suas demandas de sobrecarga emocional.

Esmiuçado toda parte metodológica adotada pelo projeto, transcorrem para as seguintes constatações: Muitas pessoas com deficiências que hoje estão nas escolas regulares, estão excluídas do processo de ensino aprendizagem, em um contexto bem específico alvo desse projeto, supressos do processo de alfabetização. As escolas



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

não são estruturadas para que os profissionais tenham um olhar individualizado para seu aluno, desenvolvendo estratégias específicas de acordos com a pluralidade do seu público. Os processos desenvolvidos para o desenvolvimento da aprendizagem são gerais, massificados e estão longe de ter o respeito e o alcance a individualidade dos seres que são alvos desses processos. O projeto de alfabetização para PcD teve um olhar específico a cada aprendente, público alvo, estudando toda globalidade nos quais eles estão inseridos, e buscando informações e inferindo em todas as partes colaborativas desse processo de alfabetização, que é o fim específico a ser alcançado. Os profissionais buscaram as informações familiares, escolares, e de análise individual de cada aprendente, realizando uma arguição individualizada, que foi debatida com todos o corpo de profissionais envolvidos no projeto, com estudo de cada caso, para que os relatórios neuropsicopedagógicos, que irão subsidiar as estratégias de intervenção, para o alcance do objetivo, partissem de dados de conhecimento sólidos, individuais, mas sem perder o olhar global e contextualizado necessário para o sucesso da finalidade.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

ILUSTRAÇÕES

Foto - 01 Reunião com as famílias envolvidas



Fonte: Associação Juntos pela Inclusão/Paulista/2024

Foto 02 - Familiar



Fonte: Associação Juntos pela Inclusão/Paulista/2024



Educação Libertadora
Esperança para a reconstrução do Brasil



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Foto 03 - Avaliação neuropsicopedagógica



Fonte: Associação Juntos pela Inclusão/Paulista/2024

Foto 04 - (Avaliação neuropsicopedagógica)



Fonte: Associação Juntos pela Inclusão/Paulista/2024



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Foto 05 - Visita às unidades escolares



Fonte: Associação Juntos pela Inclusão/Paulista/2024

Foto 06 - ((Estudo de Caso))



Fonte: Associação Juntos pela Inclusão/Paulista/2024



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Foto 07 - Apresentação às famílias



Fonte: Associação Juntos pela Inclusão/Paulista/2024

Foto - 08 (Intervenção com os Aprendentes)



Fonte: Associação Juntos pela Inclusão/Paulista/2024



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Foto - 09 (Intervenção com os Aprendentes)



Fonte: Associação Juntos pela Inclusão/Paulista/2024

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O que vem sendo desenvolvido pelo projeto comprova que o fato de várias pessoas com deficiências estarem inseridas nas escolas , mas não estarem incluídas de fato nos processos de ensino aprendizagem, é a falta do olhar individualizado para essa pessoa com deficiência, do desenvolvimento de uma pedagogia que se centra no sujeito.

Foi constatado nas intervenções com a escolas, o quanto estas desconhecem desse público PcD desde de conceitos básicos como termos de referência sobre eles, ainda são usados termos e expressões totalmente capacitistas; Sobre as especificidades do como inferir, e de como buscar alcançar esse aluno, com as adaptações necessárias: E principalmente sobre achar que papel de inclusão, de



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

lidar com a pessoa com deficiência, são dos profissionais de AEE (Atendimento de Educação Especializada), como se esse alunos fossem alunos desses profissionais e não dos professores regentes das salas regulares. Logicamente que as nossas escolas não são estruturadas fisicamente, arquitetonicamente e nem do ponto de vista do plano político pedagógico para as pessoas com deficiências, isso é absurdamente visível. Portanto, se não há uma inclusão estrutural, metodológica da educação, não há o rompimento da barreira atitudinal, pelos professores.

Trouxemos para análise de casos, três situações vivenciadas no projeto, que denotam essa inércia das escolas, diante de realidades, que poderiam ter sido enxergadas, trabalhadas e desenvolvidas, e não foram nos ambientes escolares, mas que foram identificadas pelo olhar individual que o projeto tem, sem esquecer de todo contexto social, que essa pessoa com deficiência está inserida, e que precisa ser trabalhada e inserida em conjunto, para o sucesso do objetivo final do projeto.

PRIMEIRO CASO

O ex aluno secundarista G.A., é pessoa com deficiência intelectual, do sexo masculino, 33 anos, branco, de classe média. Família aparentemente estruturada de acordo com as convenções sociais, pai e mãe vivem juntos. Segundo os dados relatados pelos pais, G.A. sempre estudou em escolas regulares, mas os professores relatavam que devido as dificuldades dele, não sabiam como lidar com ele, desencorajaram os Pais, inclusive de o deixar sem frequentar a escola, por ter dificuldades na alfabetização e em todo processo de aprendizagem, terminou o ensino secundarista, e nunca foi feito uma avaliação neuropsicopedagógica, ele nunca foi enxergado de verdade, nem lê, nem escreve. Depois dos processo de avaliação do projeto, foi percebido pela equipe que o aprendente, teve sinais de Transtorno de



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Processamento Sensorial a ser trabalhado por especialista Terapeuta Ocupacional (com integração sensorial), teve uma indicação de uma reavaliação do seu diagnóstico sugestivo ao TEA associado ao que já tem que é DI, e já foi traçado estratégias de intervenção com o mesmo, reforçadas pelos hiper focos apresentados, para que o mesmo possa ser alcançado pelo processo de alfabetização. Foi identificado que a família por uma questão cultural arraigada na sociedade, está inserida no capacitismo cultural, desacreditando das possibilidades a serem alcançadas pelo aprendente, se este for olhado e trabalhado sobre a perspectiva de suas potencialidades.

SEGUNDO CASO

A aluna secundarista M.L., é pessoa com Autismo, nível de suporte 2, sexo feminino, 19 anos, branca, de classe baixa. Família aparentemente estruturada de forma tradicional: pai e mãe vivendo juntos. M.L. estuda em escola estadual, mas os relatos da família, é que a aluna é sempre excluída dos processos educacionais, e que embora esteja no segundo ano do ensino médio, não sabe ler, nem escrever. Depois de todo processo de avaliação feita pela equipe do projeto, a aprendente foi detectada com Dislexia Visual, foi feita avaliação SDP (Síndrome da Deficiência postural), e isso impacta o processo de alfabetização, que na realidade foi descoberto que já foi alcançado por ela, mas por causa da dislexia, e por não ter materiais adaptados a sua condição específica, fugava de qualquer ligação com esse processo, e tinha crises de ansiedade, quando era demandada por algum dos processo de leitura e escrita. A família, o ambiente escolar nunca detectou que a aprendente sabia ler e escrever, mas pelas dificuldades trazidas pela Dislexia, que não eram trabalhadas da forma adaptada devida, a PcD não aceitava a intervenção das atividades educacionais, porque isso causava sofrimento e desconforto para ela. O projeto está inferindo não só no apoio pedagógico da



adaptação para dislexia, como também para o apoio clínico necessário, para a aquisição das lentes corretivas, para ajudar nas suas dificuldades.

TERCEIRO CASO

O aluno do ensino fundamental A.F. é pessoa com Autismo, nível de suporte 2, sexo masculino, 14 anos, pardo, família aparentemente estruturada de forma tradicional: pai e mãe vivendo juntos, mas que vive em extrema condição de vulnerabilidade social.. A.F. estuda em uma escola do município de Paulista, mas os relatos da mãe, é que ele não gosta de ir à escola, e não consegue se adaptar ao ambiente escolar, que não sabe ler, nem escrever. Depois de todo processo de avaliação feita pela equipe do projeto, foi observado um bom repertório do aprendente, que o mesmo possui habilidades psicomotoras para o processo de alfabetização, mas como a escola é um ambiente traumático para ele, pelas inabilidades em incluir de fato, sem as adaptações necessárias para ele, o mesmo tomou aversão, a tudo que se relaciona, com o processo de ensino aprendizagem. Indicação de acompanhamento psicológico para essa desconstrução da ojeriza, e desenvolvimento de estratégias, de acordo com suas habilidades, 'para que ele no projeto, atinja o processo de alfabetização.

Observando onde os aprendentes elencados no artigo estavam no contexto do processo educacional, nos leva a perceber o quanto foram invisibilizados nesse processo, e a visita em obras de Paulo Freire, como: Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa (1996); Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido (2001); e Pedagogia do oprimido (2011). Onde se tem o entendimento, que compete ao educador desenvolver uma prática educativa pautada no diálogo, em que a construção do conhecimento precisa se materializar numa relação



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

harmoniosa entre professor e aluno e estes, por sua vez, possam refletir sobre o objeto a ser ensinado e estudado, respectivamente, propondo um processo ensino-aprendizagem inclusivo. Vimos que mesmo em vastas literaturas que corroboram para transpor a barreira atitudinal, e que o processo de ensino aprendizagem se foque no sujeito, e que essa reflexão a partir das obras de Paulo Freire sobre o papel social da escola e de seus educadores na perspectiva da inclusão escolar, é uma ação pedagógica necessária e urgente, constatamos em inúmeros casos, visto que de uma amostragem de 516 (quinhentos e dezesseis PcD) cujos responsáveis fazem parte da associação que desenvolve esse projeto de alfabetização, somente 20% destes são alfabetizados, tendo ainda nesse contexto, pessoas com altas habilidades, portanto a maioria dos alunos PcD passam pela escola, sem realmente fazer parte dela. “Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 2011, p. 93), se realmente a prática transforma, o rompimento da barreira atitudinal, de olhar o sujeito como parte fundamental do processo educacional, tendo que o conhecer e saber agir nas suas peculiaridades, o que constatamos nas escolas, é esses sujeitos serem invisíveis. com a justificativa, não mais aceitável, de que não tem o conhecimento para inferir de maneira adequada. A Inclusão da pessoa com deficiência é responsabilidade de toda a comunidade escolar, e todos devem assumir os seus papéis colaborativos nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a análise do pensamento Freiriano, a escola e todos os seus atores precisam conhecer e praticar diversos saberes necessários à prática educativa, com o intuito de alcançar a todos os alunos sejam eles pessoas com deficiências ou não, essa mudança atitudinal precisa ser apropriada por todos que fazem a comunidade



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

escolar para que o processo de ensino aprendizagem passe a ser inclusivo de fato, e alcance a pluralidade do público escolar.

Compreendemos através da análise desse projeto que se os profissionais fossem especializados, se olhassem os indivíduos a partir das suas especificidades, os fazendo sujeitos centrais do processo de aprendizagem, a realidade das pessoas com deficiências dentro das escolas seriam outras. Haja vista, este projeto de alfabetização analisado, contar com uma equipe especializada, que tem um olhar individual para cada aprendente, sem deixar de levar em consideração o contexto global, que ele está inserido, para que todas as influências colaborativas para o seu pleno desenvolvimento, sejam alcançadas por orientações necessárias a serem trabalhadas, para se tornarem participativos na finalidade principal do projeto, que é todos serem atingidos pelo processo de alfabetização, mostrando que é possível inferir no processo de ensino aprendizagem das PcD, sendo necessário melhorar as formações e as práticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf
Acesso em: 18/05/2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática educativa. 30ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2001.



Educação Libertadora
Esperança para a reconstrução do Brasil



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rev. e atual: Rio
de Janeiro: Paz e Terra, 2011.



REDE DE AFROEMPREENDEDORES/AS DE PERNAMBUCO - RAEPE: CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO DE EDUCAÇÃO COLETIVA PARA A PRODUÇÃO E CONSUMO AFRODESCENDENTE

Auxiliadora Maria Martins da Silva⁷¹

Flávio Valdez Martins da Silva⁷²

RESUMO: Em 2018 o GEPAR/UFPE - Grupo de Estudos e Pesquisas em Autobiografias, Racismos e Antirracismos na Educação da Universidade Federal de Pernambuco iniciou a fundação de um movimento de negócios para alunos e alunas cotistas e seus familiares, denominado Feira Umba dos Pretos Negócios, buscando viabilizar a geração de renda para essas pessoas, numa perspectiva pedagógica. A partir dessa iniciativa foi iniciada uma parceria com o SEBRAE, no sentido realizar capacitações no campo do empreendedorismo, surgindo a necessidade de se ampliar esse atendimento buscando-se, dessa forma, desenvolver um projeto, específico, de afro empreendedorismo numa concepção de construção coletiva. Dessa forma surgiu a Rede de Afro-empresendedores de Pernambuco.

PALAVRAS-CHAVE: Afroempresendedorismo. Fortalecimento Comunitário. Educação Libertadora. Antirracismo.

INTRODUÇÃO

O objetivo desse texto é provocar uma reflexão sobre a experiência de formação e existência de um grupo de pessoas negras e negros, predominantemente mulheres, que pensaram uma forma de articulação para superar os desafios de combater o racismo buscando,

⁷¹ UFPE, Professora doutora. Auxiliadora.martins@ufpe.br

⁷² UNICAP, Professor doutorando. Valdez.flavio@gmail.com



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

no campo da produção de produtos e serviços (roupas, turbantes, danças, músicas, pinturas, gastronomia), com os conteúdos fundamentados na ancestralidade africana, sua forma de resistência.

Apesar da população negra do Brasil representar quase 60% dos habitantes, a distribuição de riquezas, o reconhecimento da produção e do trabalho dos afrodescendentes, o acesso à educação formal média e superior, o acesso ao emprego e renda, o acesso ao mercado, ao crédito e à tecnologia, ainda, é uma realidade distante e excludente. Quando nos referimos ao que chamamos de empreendedorismo como processo relacionado ao desenvolvimento da capacidade produtiva de indivíduos, movidos por necessidades ou desejos de se inserirem no mercado, desafiando e combatendo o processo de exclusão cristalizado na economia capitalista, nos aproximamos dos propósitos a que levaram a formação do referido grupo que denominamos coletivamente de RAEPE-Rede de Afroempreendedores/as de Pernambuco. Para contextualizar a temática relacionada ao empreendedorismo, buscamos nos estudos de Pereira e Santos sobre o tema realizados na Universidade de São Paulo. O conceito de empreendedorismo ganhou força nos anos de 80 e teve como espaço acadêmico pioneiro, no Brasil, o curso de graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de São Paulo – FEA / USP, em 1984, que em seguida criou um programa de pós-graduação em Criação de Empresas e Empreendimentos de Base Tecnológica³.

Os cursos tinham foco no processo de criação de empresas e pesquisas acerca do planejamento e aplicação de tecnologias empreendedoras. Porém, o pensamento da escola de administração sobre empreendedorismo, nunca fez distinção sob os aspectos relacionados ao meio social, às questões étnicas e as especificidades das populações negras do Brasil. A escola da Administração brasileira é, até certa medida, reflexo da escola dos Estados Unidos que surge com significância após a segunda grande guerra mundial, destacando-



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

se como um dos principais pensadores o professor Austríaco, Peter Druck. Portanto, apesar dos avanços científicos, teóricos e aplicações no mercado, o conceito de empreendedorismo não dá conta da diversidade da realidade brasileira, considerando as diferenças sociais, territoriais e étnicas.

Atualmente, num cenário de desafios, confrontos e conquistas sociais nas questões sobre racismo institucional e racismo estrutural, levantadas no Brasil, sobretudo pelo Movimento Negro, segundo a professora Doutora Auxiliadora Silva, faz-se necessária iniciativas que contemplem ações afirmativas para combater os racismos e inclusão de pautas das políticas públicas que contemplem essas preocupações, resgatando-se, inclusive, das origens do Movimento Negro Unificado Brasileiro, as suas proposições.

É nesse contexto reflexivo que a Rede de Afroempreendedores/as de Pernambuco surge como resultado de um processo de pesquisa e extensão do GEPAR/CE/UFPE - Grupo de Estudos e Pesquisa em Autobiografias, Racismos e Antirracismos na Educação do CE – Centro de Educação da UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, sob a liderança da professora Dra. Auxiliadora Maria Martins da Silva, com o objetivo de apontar possibilidades, para os/as estudantes cotistas, de superação das dificuldades financeiras a partir da sua capacidade criativa, produção e vendas de produtos que poderiam ser feitos por eles/elas e seus familiares, configurando-se posteriormente, na Feira Umba dos Pretos Negócios, que teve origem há seis anos.

O GEPAR buscou parceria com o SEBRAE, desenvolvendo diversas capacitações e instaurando um projeto com foco no Afroempreendedorismo que culminou com a criação da **RAEPE – Rede de Afroempreendedores de Pernambuco** que hoje representa um espaço de afirmação e fortalecimento da ancestralidade e africanidade através da promoção da produção material e imaterial de seus participantes. É um movimento que estabelece o afro-



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

empreendedorismo como fator de fortalecimento coletivo dos empreendedores e empreendedoras, tendo realizado mais de 50 eventos desde novembro de 2018, ano da sua fundação.

Para sua construção adotamos uma metodologia de pesquisa ação, na qual, através de oficinas e rodas de diálogos iniciamos um processo de discussão para a formação do grupo, construção dos termos de convivência, concepção do plano estratégico de ações para a efetivação de atividades diversas, no campo da comercialização, palestras e encontros, realizações de seminários e articulação e acolhimento com outros movimentos. Como suporte teórico, buscamos apoio na literatura dirigida aos fenômenos sociais que refletem a organização solidária e a realidade dos povos negros nos quilombos urbanos, investigando, também, numa perspectiva da economia solidária e analisando o fenômeno como um processo de resistência e existência social na perspectiva de contraposição ao modelo capitalista de produção. Para além do contexto produtivista há um engajamento subjetivo que traduz, de certa maneira, a história de vida e conhecimento ancestral das pessoas envolvidas, retratadas em suas dinâmicas de trabalho e no seu cotidiano doméstico e nas relações em família. Sob a ótica de um processo pedagógico buscamos compreender a luz de Paulo Freire, a complexidade da construção de uma ação coletiva que visa, para além, das questões meramente produtivistas, a reflexão de um povo marginalizado, oprimido e perseguido ao longo de mais de 500 anos, e, portanto, busca, nesse processo de construção, resistir e combater a domesticação sistemática do sistema capitalista de produção e a negação do homem (mulher) objeto.

Sendo assim, podemos considerar que esse processo de imersão educativa, entendendo-se que, tratando-se de um projeto técnico e de pesquisa, surgido dentro da universidade com contribuição do SEBRAE, não se estreita a uma compreensão de extensão técnica onde predomina a transmissão de conhecimentos,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

mas um processo dialógico na busca de viver uma experiência coletiva onde todos e todas apreendem aquilo que não conhecem e ensinam aquilo que conhecem, rompendo os laços estreitos da tecnicidade.

Como um processo dinâmico e permanente, podemos afirmar como resultados percebidos, a mobilização das pessoas, considerando suas dificuldades econômicas; a participação ativa no processo de construção da rede; a articulação com outros movimentos similares; a descoberta por parte de alguns da importância de si e da sua capacidade criativa e produtiva; articulação com universidades, poderes públicos em diversos níveis e estabelecimento de processos produtivos democráticos e participativos; o nível de reflexão acerca da realidade de cada pessoa e da realidade do ambiente sociopolítico.

É nesse contexto que procuraremos apresentar um pouco da nossa experiência num processo coletivo que se propôs a iniciar uma ação que representa uma forma de resistir e existir, considerando suas capacidades criativas e produtivas para, de forma crítica, traçar caminhos de sobrevivência a partir da geração de renda e trabalho. Um coletivo de afrodescendentes, indígenas e refugiados/as que têm a participação predominante de mulheres.

Entendemos que não é possível estabelecer caminhos para a resistência e existência sem que estejamos alinhados ao pensamento crítico e à solidariedade. Acreditamos, portanto, assim como Paulo Freire que enquanto a violência dos opressores faz dos oprimidos homens proibidos de ser, a resposta destes, à violência, daqueles se encontra infundida do anseio de busca do direito de ser.



REFERENCIAL TEÓRICO

UMA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA BUSCA DE UMA AÇÃO CONCRETA MOSTRANDO POSSIBILIDADES ALÉM DA ACADEMIA

O ambiente acadêmico sempre teve uma tendência tradicional de reconhecer o “ensino” como o fundamento do papel mais nobre da universidade, numa perspectiva teórica. No entanto, há de se perceber que para a excelência do processo pedagógico, considera-se a pesquisa e a extensão, como eixos muito importantes no conjunto da formação e da profissionalização.

Os livros nos mostram pensamentos e teorias que abordam diversos fenômenos sociais sob o olhar de cientistas e pesquisadores/as que se voltam para analisa-los e escrever sobre. Isso é muito importante. Porém, temos percebido na nossa trajetória de professor/a uma supervalorização das teorias em detrimento de outras formas de engajamentos aos processos de ensino-aprendizagem.

Não desconsiderando o aporte teórico como fundamental para as análises e intervenções acadêmicas, mas corre-se, algumas vezes, o risco de se embebedar-se com as teorias e, na embriaguez, esquecer-se que numa educação libertadora devemos estabelecer uma busca interativa com a realidade. Nesse sentido, a pesquisa e extensão desempenham um papel indispensável, contribuindo para refletirmos sobre o risco da sectarização e a permanência daqueles que deveriam, como professores/as, se submeterem, integralmente, ao papel de sujeito em relação com outros sujeitos, estancar na adesão ao opressor como nos adverte Paulo Freire.

O GEPAR/CE/UFPE, após realizar pesquisas sobre os desafios e enfrentamentos dos/as estudantes cotistas para permanecer na universidade, reunida com seus membros, buscou refletir sobre formas de apontar possibilidades para os/as estudantes



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

cotistas para a superação das dificuldades financeiras a partir da produção e vendas de produtos que poderiam ser feitos por eles/as e seus familiares. Inicialmente, foi instituída a Feira Umba dos Pretos Negócios que funciona na entrada do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Muitas vezes associadas à realização da feira, são realizadas pelo GEPAR em parceria com grupos produtores culturais, manifestações tais como Cavalo Marinho, Afoxês, Maracatus, Capoeira, dentre outras, ampliando-se substancialmente o conceito de “Feira”, e numa perspectiva ampla e profunda, interagindo com as disciplinas relacionadas à Educação Étnica e Africanidades, no contexto acadêmico, mas com forte integração à realidade dos/as estudantes negros e negras e suas famílias.

Esses momentos não podiam deixar de ser animados e festivos, ao ponto de manifestar certas preocupações quanto ao caráter da perturbação do “ambiente acadêmico” constatando-se, assim, que ainda não foi efetivamente compreendido, por parte de alguns, o que significa a Educação como Prática da Liberdade. Verificou-se, portanto, que ao contrário da perturbação essas ações provocaram uma disciplina participativa, um aumento das contribuições nas discussões de forma crítica acerca sobre cultura e presença negra na universidade e seus desafios, elevando substancialmente o interesse de alunos e alunas nas disciplinas correspondentes e no engajamento nessas ações de extensão e pesquisa.

No processo de reflexão, o GEPAR percebeu a necessidade de aprimoramento técnico sobre gestão e negócios numa perspectiva empreendedora. Ou seja, havia a necessidade de se buscar conhecimentos nas áreas da administração. Articulou-se uma parceria com o SEBRAE para realização de pequenos cursos e palestras sobre conteúdos relacionados à gestão de negócios. As primeiras contribuições do SEBRAE, através de palestras e cursos sobre



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

empreendedorismo, não foram suficientes para satisfazer as necessidades dos membros da Feira Umba dos Pretos Negócios, constatando-se que atividades de caráter técnico pontuais, não repercutiam o desejo do grupo.

Começava-se a perceber que a questão não era o domínio da técnica mas um aprofundamento reflexivo sobre a realidade e os caminhos que viabilizariam um projeto de superação. Nesse sentido, o conceito de assistência técnica (extensão) a que o SEBRAE se propunha, naquele momento, estava sendo desafiado. Dessa forma, percebemos que a questão fundamental era encontrar o objetivo fundamental dessa ação capacitadora, ou seja: a problematização do homem- mulher- mundo ou o homem-mulher em suas relações com o mundo, buscando possibilitá-lo na tomada de consciência da realidade, como nos aponta Paulo Freire.

Para além das questões mais imediatas, buscava-se algo maior e certamente uma construção coletiva solidária, onde o aprofundamento e a reflexão permanente fossem elementos necessários e indispensáveis para o prosseguimento desse processo. O alicerce germinado no âmbito do GEPAR estava propenso a seguir na linha da história. Uma extensão que não se permitiu a mera transmissão de conhecimentos para seus, suas, estudantes, mas, uma provocação à reflexão crítica colocando-se num contexto de sujeitos pensantes coparticipantes no ato de pensar seus objetivos e práticas educativas.

O SURGIMENTO DE UM NOVO PROJETO DE EXTENSÃO E PESQUISA

A construção da RAEPE surge então, como um fator fundamental para agregar os interesses das pessoas participantes num eixo coletivo. E para fortalecer esse objetivo, realizamos, numa parceria do GEPAR com o SEBRAE, uma série de atividades



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

educativa no sentido de promover o resgate histórico e a articulação com a realidade através de visitas técnicas a terreiros e quilombos como metodologia de construção de conhecimentos acerca das africanidades, afrodescendências, quilombismo e afroempreendedorismo e afrofuturismo. Após as visitas realizávamos encontros de avaliações, aprofundamentos e planejamentos das próximas atividades.

No decorrer dos últimos anos realizamos visitas aos espaços de comunidades tradicionais para conhecer suas experiências e as estratégias de organizações tais como: Quilombo de Conceição das Crioulas em Salgueiro - PE, Quilombo de Catucá em Goiana – PE, Quilombo dos Palmares na Serra da Barriga em União dos Palmares, Quilombo Urbano do Portão do Gelo em Olinda – PE, como também visita a espaço de mercado afro tais como Feira Preta em São Paulo. Uma abordagem metodológica para a percepção da possibilidade de um mercado justo e solidário, necessária para a formação dos Afroempreendedores/as no objetivo a que se propõe o GEPAR/RAEPE, alinhados ao conceito de Economia solidária, conforme podemos observar em Cattani.

Não tardou muito para vivenciarmos o primeiro grande desafio. O surgimento da Pandemia da COVID nos atingiu frontalmente, considerando nossa impossibilidade de realizarmos atividades presenciais: encontros, seminários, palestras, feiras e eventos. Diante desses desafios buscamos os meios tecnológicos disponíveis e, a partir de conversas por telefone, buscamos saídas para atender às necessidades de todos e todas, no sentido de dar continuidades às ações programadas. Assim, aprendemos a manusear as ferramentas de tecnologia da comunicação disponíveis e fizemos algumas reuniões virtuais. Algumas pessoas não tinham conhecimento de como utilizá-las. Tivemos que realizar um esforço conjunto para ajudar cada participante, informando-as e orientando-as na utilização das ferramentas.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Nos encontros virtuais surgiram muitas dúvidas sobre como a RAEPE iria dar continuidade as atividades de promoção, divulgação e comercialização da produção da rede. Dessa forma, o conhecimento técnico teria que estar a serviço do coletivo de produtores e produtoras associando-se às necessidades e experiências de cada um. Após algumas sessões de diálogo, onde todos e todas puderam contribuir, elaboramos uma estrutura visual virtual, textos informativos, endereços eletrônicos de cada afroempreendedor/a e lançamos a FEVAFRO – Feira Virtual dos Afroempreendedores/as de Pernambuco, tudo produzido e realizado pelos próprios Afroempreendedores/as membros da rede.

Essa feira virtual ocorreu em vários momentos a exemplo dos períodos carnavalesco, na semana do dia das mães, junino, e na semana mês da Consciência Negra em novembro. Para isso foi necessários a indicação dos endereços virtuais dos participantes:

● @ateliemaosdefada	● @zielkarapoto
● @oluyia	● @nefertitinegra
● @negaearte	● @suedy.dias
● @raepe	● @cacica_kyalonankarar
● @retalhosdossonhos	● @simoniapolopaulo
● @lassanamoda	● @tyllaoliveira
● @_useaa	● @kriouleedna
● @aguemonmodas	● @maracatumarca
● @cavalomarinhoboipintado	● @dukpe_moda
● @odailtaalves	● @_afro
● @gepar_ufpe	
● @feiradasmulherespretas	
● @mianzi_antonia	
● @roseliabiju	
● @mulheresdepassarinho	



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Além das atividades realizadas no período da pandemia executamos e participamos, em parceria, em diversas outras atividades, todas planejadas e executadas de forma participativa, tais como: IV e V Seminário Internacional de Educação das Relações Étnico-raciais; XII Congresso Nacional de Pesquisadores/as Negros/as – COPENE; 70 anos do Terreiro de Yemanjá do Pai Edu; Festival da Tapioca de Olinda; Baile de Máscaras em Olinda; Baile dos Artistas em Recife, feiras em datas comemorativas no SESC; semana de integração da UNICAP, Terreiro de Xambá, dentre outros.

Também realizamos o processo de elaboração de um estatuto para uma possível formalização da rede, que estabeleceu nossos princípios e diretrizes, refletidos coletivamente buscando nos aprofundarmos e aproximarmos, o máximo, das inspirações do grupo, guardando-se as exigências legais de um documento que passará pelo crivo do aparelho formal de Estado.

Os desafios humanos reais coexistem e as contradições permanecem sejam no desejo concorrencial e competitivo, sejam nas divergências de gostos e atitudes que se manifestam nas práticas dos participantes da rede, porém essas contradições são exatamente o foco da necessidade das mudanças que virão a partir do exercício da ação coletiva que o GEPAR/RAEPE, tem implementado ao longo dos tempos. É perceptível o elevado nível de solidariedade entre as pessoas, o discernimento sobre participação coletiva e iniciativas individuais e a participação na coordenação das ações diversas por parte, principalmente das mulheres, dos membros assumindo papéis relevantes no coletivo é visivelmente crescente. São pessoas simples que assumem, na medida do possível, sua autonomia solidariamente. Após a iniciação das oficinas de planejamento todos os eventos tiveram a participação ativa dos Afroempreendedores/as na realização das atividades de planejamento, organização, execução e avaliação. A RAEPE, portanto representa, hoje, um espaço de



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

reflexão e ação no sentido de promoção e fortalecimento do afroempreendedorismo solidário, nos territórios urbanos e quilombolas.

Quando falamos em saber afrodescendente, poderíamos também buscar referências numa outra perspectiva do saber ancestral africano que nos remete à economia solidária dos terreiros onde é comum a mulher ter papel de destaque e as decisões seguem uma hierarquia do conhecimento e da experiência com funções designadas e atribuídas pelos Orixás numa perspectiva da cosmovisão africana que se insere em suas culturas e sociedades diversas, representadas com maior fidelidade nos terreiros de candomblé onde a representação de poder, a reciprocidade e redistribuição da produção se faz de forma solidária.

RESULTADO

Concluimos constatando que para além das dificuldades e exigências de engajamento, fé e coragem e o enfrentamento ao racismo estrutural e institucional, é possível a construção de espaços de resistência e existência do povo negro, sem perder a percepção da realidade e buscando uma educação para a tomada de decisão, para a responsabilidade social e política.

Esse desafio ocorre num contexto histórico e político muito confuso onde o avanço do neoliberalismo brasileiro, sobretudo a partir dos anos 90, e o quadro político pós-golpe no governo Dilma, se aprofundam promovendo uma série de medidas que corroem as conquistas sociais, trabalhistas e políticas desmontando todas as iniciativas para uma perspectiva de Estado de Bem Estar Social, contaminando todos os espaços públicos e privados tais como as igrejas, as universidades públicas e privadas, as entidades públicas e paraestatais além da iniciativa privada de grande e pequeno porte, refletindo nas relações de produção material e imaterial e de



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

consumo, causando grandes perdas no campo das políticas públicas e compensatórias, atingindo, principalmente, a população negra, constatados nos indicadores socioeconômicos, que apontam altos níveis de desemprego, falta de acesso à moradia, educação e saúde, como nos indica o IPEA. É nesse contexto, que o processo de constituição da RAEPE, a partir do trabalho de extensão e pesquisa de GEPAR, e posteriormente com a colaboração do SEBRAE, vem buscando compreender como processo pedagógico, na sua integridade, uma pedagogia que busca a libertação e promove o ser humano, a partir dos seus conhecimentos, suas experiências e seus saberes ladeado e dialeticamente associado ao conhecimento produzido na universidade e no setor paraestatal, sem prerrogativas hierárquicas e sem pretensões de comando ou dominação. Certamente, não estamos livres dos assédios sistemáticos da estrutura capitalista e suas ofertas permanentes a que estamos inseridos e a todo tempo bombardeando os propósitos de quaisquer organizações coletivas e caráter associativo libertador. Portanto, é necessário e indispensável à reflexão continuada e o exercício da paciência epistemológica naqueles e naquelas que se propõem ao engajamento na construção de uma sociedade justa e igualitária, onde todas e todos tenham as mesmas oportunidades e possibilidades.

Essa trajetória representa um desafio, em si mesma, para o contraponto de uma estrutura socialmente induzida, pela economia de mercado onde as soluções individuais e o mito do empreendedorismo e do sujeito empreendedor capitalista se faz modelo e baliza para a salvação ou condenação do ser humano e sua classificação na escala do sucesso ou da derrota. O GEPAR e a RAEPE, posicionam-se nesse grande desafio de experimentar e assumir uma luta constante no sentido de construir um caminho que eduque, numa perspectiva de libertação e novas possibilidades para a comunidade afrodescendente em suas labutas num mundo racista, herdeiro de uma estrutura historicamente seccionada pelo poder dos opressores brancos e seus



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

aparelhos institucionalmente constituídos que refletem o racismo estrutural e institucional, que atua no macro ambiente sociopolítico, religioso, educacional, jurídico, promovendo as diferenças e o impedimento da igualdade de oportunidades entre brancos e não brancos, há muito denunciados pelo Movimento Negro Unificado, sob forma de protestos e demandas propositivas de políticas de combate ao racismo e promoção da igualdade étnica, nas esferas de poder de decisão, segundo Auxiliadora Martins. Essa luta, portanto, deve ser não apenas um momento de combate ou uma circunstância da extensão e pesquisa, mas um propósito de vida que nos guia para um mundo mais fraterno, justo e igualitário, onde todos e todas tenham direito a vida e a felicidade.

REFERÊNCIAS

CATTANI, Antônio David (Org). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CUNHA JR, Henrique; ESTELA ROCHA RAMOS, Maria.
TERRITÓRIOS DE MAIORIA AFRODESCENDENTE:
SEGREGAÇÃO URBANA, CULTURA E PRODUÇÃO DA
POBREZA DA POPULAÇÃO NEGRA NAS CIDADES
BRASILEIRAS. **Revista Desenvolvimento Social**, [s. l.], v. 1, n. 2,
p. 77–85, 2020. Disponível em:
<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1525>. Acesso em: 6 set. 2024.

DOS SANTOS, Silvio Aparecido; PEREIRA, Heitor José. **Criando seu Próprio Negócio: Como Desenvolver o Potencial Empreendedor**. Ed. SEBRAE, 1995, Brasília-DF.



FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1967.

IPEA (2008). Boletim de políticas Sociais: acompanhamento e Análise, nº 13, edição especial. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/167323/politicas_sociais_acompanhamento_e_analise_ipea_17.pdf> Acesso em: 06 set. 2024.

POLANYI, Karl. **A grande Transformação** : As Origens da nossa Época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000- 9ª edição.

SILVA, Auxiliadora Maria Martins da. **Etnia Negra nos Livros Didáticos do Ensino Fundamental**: Transposição Didática e suas Implicações para o Ensino das Ciências. Recife: UFRPE, 2005.

SILVA, Auxiliadora Maria Martins da. **Sociogênese do Conceito de Etnia Negra na Educação Brasileira**. Tese de Doutorado em Educação – PPGE/UFPE, Recife, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3841>> Acesso em: 06 set. 2024.

SILVA, Flávio Valdez Martins da. **Extensão Rural, Desenvolvimento Local e Economia Popular e Solidária: Uma perspectiva das Comunidades de Religiões de Matriz Africana**. Dissertação de Mestrado – DE/UFRPE, Recife, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e método**. Porto Alegre, Bookman, 2005.



REFLEXÕES SOBRE A CONVIVÊNCIA: ENTRE A NATUREZA E O BEM VIVER

Marília Almeida Oliveira

RESUMO: Neste texto, exploraremos a complexa relação entre o indivíduo e a sociedade, discorrendo sobre como as escolhas pessoais reverberam sob o convívio social. pensaremos sobre o conceito do *bem* e o papel do livre-arbítrio nas decisões humanas, considerando tanto a capacidade de agir em prol do *bem* quanto a possibilidade de escolhas prejudiciais. Ademais, discorreremos sobre a busca de uma vida equilibrada e harmoniosa, tomando como referência os povos originários e seus valores comunitários, que por sua vez, podem nos oferecer norteamentos sobre o bem viver.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade, Bem viver, Povos Originários.

INTRODUÇÃO

Nosso texto propõe uma reflexão sobre o convívio social, através de um olhar que atravessa as nuances da sociedade contemporânea e as cosmovisões dos povos originários. A condição humana é constantemente caracterizada pela convivência, uma vez que viver isolado não é uma característica natural do ser humano. A interação social é fundamental para o desenvolvimento pessoal e coletivo, e, portanto, a escolha de viver em sociedade é um reflexo da necessidade intrínseca do homem de estar em harmonia com seus semelhantes. Esta busca pela convivência social é intrinsecamente ligada ao desejo de promover o bem-estar geral, o que é evidente tanto na sociedade contemporânea quanto nas práticas dos povos originários, que muitas vezes adotam um modo de vida mais próximo da natureza e da comunidade.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

A interrelação entre o homem e a natureza é um ponto central na busca por harmonia e o bem viver. Para muitas sociedades tradicionais, a conexão com o meio ambiente não é apenas uma prática, contudo uma filosofia de vida que busca a integração e o equilíbrio com o mundo natural. Essa harmonia pode não ser uniforme para todos, mas a intenção é alcançar um estado de coexistência que respeite e valorize a interdependência entre os seres humanos e a natureza. Essa visão holística se contrasta com a abordagem mais utilitária da sociedade contemporânea, onde o bem viver é frequentemente definido por padrões materiais e individualistas.

A liberdade é um elemento fundamental e intrínseco para a vida humana possuindo um impacto significativo nas relações interpessoais. A capacidade de tomar decisões é um aspecto crucial do livre-arbítrio, que molda o comportamento e a interação social. O modo como o indivíduo exerce sua liberdade pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada, ou pode perpetuar desigualdades e conflitos. A busca pelo bem geral e pelo bem supremo, portanto, está intrinsecamente ligada à forma como o homem exerce sua liberdade e suas escolhas, e como estas se refletem na convivência com os outros.

A individualidade, enquanto construção social, desempenha um papel vital no desenvolvimento pessoal e no equilíbrio social. Através do trabalho e das relações interpessoais, o indivíduo constrói sua identidade e contribui para a sociedade. Essa construção não é apenas um meio para um fim, entretanto uma jornada em busca de propósito e realização pessoal. O labor e as interações sociais são elementos essenciais nesse processo, pois oferecem oportunidades para o crescimento e a descoberta pessoal. O desenvolvimento individual está interligado com o desenvolvimento coletivo, criando um ciclo de influência mútua.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

O conceito de virtude, ou *éthos*, é basilar na busca pela harmonia dentro da sociedade. A virtude não é apenas uma qualidade pessoal, mas um caminho para alcançar o equilíbrio e o bem-estar coletivo. O *éthos* permite ao indivíduo integrar seus valores pessoais com os valores da comunidade, promovendo uma convivência mais harmônica e significativa. A busca pela felicidade e pelo equilíbrio pessoal é uma constante na vida humana, e o desenvolvimento das virtudes é essencial para alcançar esse objetivo.

Em suma, a busca pelo bem viver, pela liberdade e pela harmonia está profundamente entrelaçada com a convivência social e a individualidade. A relação entre o homem e a natureza, a liberdade de escolha e o desenvolvimento pessoal são aspectos fundamentais que moldam a vida em sociedade. Através da reflexão sobre esses temas, é possível entender melhor como a interação social e a construção de uma identidade pessoal contribuem para o bem-estar geral e a realização individual. O desafio está em encontrar um equilíbrio que permita o florescimento tanto do indivíduo quanto da comunidade.

OLHARES TEÓRICOS

Nas atribuições cotidianas estamos constantemente voltados para uma sociedade saturada por metas, desempenho, competitividade, onde o olhar para o futuro se tornou o principal direcionamento para a vida habitual. É uma escolha o direcionamento que damos as nossas vidas, de modo que não vivemos aleatoriamente nesse mundo e nossas decisões são resultado de escolhas nesse sentido “eu opunha à tua opinião que não podemos agir como retidão a não ser pelo livre-arbítrio da vontade” (Agostinho, 2004, p.135).

Para tanto é uma opção decidir viver em uma sociedade cada vez mais individualista, onde o bem está para o mal, assim como o mal para o bem, as virtudes do homem são dadas por Deus, de tal



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

modo que a verdade e a sabedoria foram oferecidas a todos os homens que através de suas escolas direcionaram-se ao caminho e saberes aceitáveis para a sociedade, em decorrência observamos que as “regras às quais ele mesmo se conformou e uniu seu espírito, isto é, aquelas virtudes às quais se propôs imitar” (Agostinho, 2004, p.144). Assim, nos tornamos uma constante dentro da sociedade individualizada e restrita ao bem individual.

Para Aristóteles (1973), o homem é o “motor” de seus atos, ele escolhe seu caminho delibera suas ações. Tendo em vista as consequências das suas escolhas, certo que o fim não necessariamente é decisão do homem outras implicações que independem dele podem vir a modificar o resultado de sua escolha, no entanto, escolher é o meio para uma finalidade. “É a mesma coisa aquela sobre que deliberamos e a que escolhemos já determinado, já que aquilo por que nós decidimos em resultado da deliberação é o objeto da escolha” (Aristóteles, 1973, p. 286).

De tal forma que o homem pode promover desígnios que lhe levem ao encontro do bem. Segundo Agostinho (2004) o bem estar em Deus e ele é o detentor do bem: “Convém, porém, te lembrares de que não somente os grandes bens, mas também os pequenos, só podem provir daquele por quem existem todos os bens, isto é, Deus” (Agostinho, 2004, p.138).

Para Agostinho (2004), há uma profunda dependência do homem em relação a Deus para alcançar o bem. Segundo essa perspectiva, todos os bens, grandes ou pequenos, têm sua origem divina. O homem, portanto, ao buscar o bem, busca, na verdade, uma conexão mais profunda com o seu criador. A felicidade e o bem-estar, nesse contexto, não são frutos exclusivos do esforço humano, porém um dom divino que se manifesta na vida daqueles que se voltam para Deus.

Em Aristóteles (1973), percebemos que existem dois paralelos, o bem geral que todos temos e carregamos conosco as



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

nossas finalidades e o bem supremo, que consiste na busca pela Eudemonia. De modo que somos seres condicionados ao individualismo e aos princípios individualistas que regem a sociedade, onde cada qual busca o seu próprio bem através do livre-arbítrio.

Na contramão do individualismo vemos a perspectiva do bem viver que se relaciona a coletividade. “Mas é preciso ajuntar “numa vida completa”. Porquanto uma andorinha não faz verão, nem um dia tampouco; e da mesma forma um dia, ou um breve espaço de tempo, não faz um homem feliz e venturoso (Aristóteles, 1973, p. 256)”. De tal maneira que precisamos nos conectar a sociedade, e para que isso ocorra deixamos de lado a individualidade e passamos a pensar no outro, na coletividade.

Esse olhar se relaciona ao pensamento de Aristóteles (1973), ao afirmar que a política e a ética conseguem construir o bem geral através dos mecanismos da máquina do governo, onde esse bem passa a ser um bem coletivo e a ética sendo um bem para si, um bem individual relacionado ao prazer, riqueza, virtude e honra e os aspectos que envolvem o seu fazer, esperando a aceitação ou o reconhecimento do outro passam a ser deixados em segundo plano. Assim a política para se tornar um bem deve ter senso de justiça, pois ela se relaciona a ética tendo assim autonomia para o bem comum.

O Bem Viver aposta em um futuro diferente, que não se conquistará com discursos radicais carentes de propostas. É necessário construir relações de produção, de intercâmbio e de cooperação que propiciem suficiência – mais que apenas eficiência – sustentada na solidariedade (Acosta, 2016, p.27).

Essa convivência por um bem comunitário nos remete aos povos originários que lutam pela preservação, do seu modo de vida em comunidade, onde há equilíbrio entre os seres que estão juntos a ela, conforme Acosta (2016), esse viver diferenciado não vem por definir o modo de vida certo ou errado, mas sim elucidar a busca por



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

a harmonia e o equilíbrio do homem consigo e com a natureza, de modo que o bem viver se torna uma filosofia de vida relacionado a escolha.

Para construir um estado diferente, não se propõe uma simples sobreposição de ideias indigenistas às atuais estruturas ou uma justaposição de propostas e visões indígenas e não indígenas” (Acosta, 2016, p.154). Fato é que viver em comunidade é escolhermos nosso modo de vida, mas o homem em sua natureza é um ser que depende do outro, assim

todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens. A atividade do labor não requer a presença dos outros, mas em ser que -laborasse- em completa solidão não seria humano, e sim um animal laborans no sentido mais literal da expressão (Arendt, 2007, p.31).

Em Arendt (2007), vemos que o homem se confirma como ser social, no entanto ele deve viver também o seu labor, ou seja, seu cuidado pessoal nesse caso não se trata mais no individualismo anteriormente citado, mas sim que o cuidado consigo lhe permita fazer ser um homem melhor dentro de uma sociedade. Assim vemos em Aristóteles (1973) que para viver em sociedade o homem não deve ser refém do outro, mas buscar o equilíbrio.

Em se tratando do ser humano, talvez tenhamos relutância em olhar para o indígena como um modelo de equilíbrio entre a natureza do homem e sua sensatez emocional e social. Tais reservas podem ser justificadas por um processo de colonização brutal que, por séculos, impôs uma visão eurocêntrica e hierárquica, desvalorizando culturas e conhecimentos ancestrais.

A imposição violenta de valores e costumes externos aos povos indígenas, aliada à expropriação de suas terras e recursos, resultou em uma profunda desumanização desses grupos. Essa



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

dinâmica colonizadora contribuiu para a construção de estereótipos negativos que obscureceram as ricas contribuições dos povos indígenas para a humanidade, tanto no âmbito cultural quanto ambiental. Essa invisibilização sistemática dificulta, até os dias de hoje, a compreensão da complexidade de suas relações com a natureza e a valorização de seus conhecimentos ancestrais, para Nascimento

Haveria aí um receio de que o habitante primitivo agisse como parte da natureza, de modo imprevisível e irracional, sem a mediação moral do homem europeu educado, medo de que ele agisse com toda a pujança que encerram os instintos na sua forma básica animal (Nascimento, 2021. p. 413).

Para Arendt (2007) Inerente à natureza humana está a primitividade, um estado marcado pela necessidade de suprir desejos e necessidades. Essa busca constante, muitas vezes, envolve a privação de algo, como o lazer ou o descanso. O trabalho, por exemplo, emerge como uma expressão dessa privação, seja para a subsistência individual ou para o bem comum. A ação, nesse contexto, configura-se como um meio de transformar o ambiente e garantir a sobrevivência, tanto em nível pessoal quanto coletivo.

La vida en comunidad se mantiene por el equilibrio de las relaciones sociales. Sin embargo, la importancia de la relación del ser humano con la naturaleza especialmente con la Madre Tierra, la convivencia con la naturaleza, debe ser mas fuerte, sobre todo mantener un vínculo profundo con su entorno (Avelino, 2016. p.26).

A busca por o equilíbrio vem se tornando, por parte do homem, um objetivo para aqueles que buscam a aproximação com o natural, de modo que podemos aprender com a natureza do próprio homem, em Acosta (2016) essa harmonia pode se encontrar nos ensinamentos dos povos originários: “A ideia do Bem Viver está



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)

diretamente atrelada aos saberes e às tradições indígenas. Portanto, há um esforço deliberado para visibilizar concepções que estiveram ocultas e subjugadas por um longo tempo” (Acosta, 2016, p.156).

Em outra visão, mas ainda alinhada ao pensamento de uma vida melhor encontramos em Vaz (1999) a perspectiva do *Éthos* que se relaciona ao hábito, ao uso e aos costumes do homem na sociedade. Alinhado ao pensamento aristotélico ele infere o sentido no seu falar:

A existência do *ethos* é uma evidência primitiva e indemonstrável e torna-se, assim, princípio primeiro da demonstração na esfera do conhecimento *prático: Bonum faciendun, malunque vitandun*. Essa proposição traduz a natureza normativa e prescritiva do *ethos* que regula e ordena a bondade do agir do ponto de vista da sua necessária inserção num contexto histórico-social (Vaz, 2021, p.17).

Em Vaz (1999) percebemos que o homem é um ser virtuoso por natureza e que esta em sua condição de homem o faz sentir a necessidade do convívio com os seus semelhantes, assim como é próprio de sua natureza do bem e do mal. “Aristóteles ao interpretar o *ethos* no homem como o princípio que qualifica os hábitos (*hexeis*) ou virtudes (*aretai*) segundo os quais o ser humano age de acordo com a natureza racional” (Vaz, 1999, p.16).

Assim, a vida social do homem é norteadada pelo seu pensamento moral, o qual o ser humano por vezes coloca o bem como a finalidade da vida, nesse sentido o “bem” como a felicidade e os prazeres que estão envolvidos junto a ele, fato que o bem é uma virtude do homem e está inerente a busca por o equilíbrio da vida.

A vida social do homem é moldada por um intrínseco senso de moralidade, que o guia em suas ações. Muitas vezes, o ser humano busca o bem como a finalidade última de sua existência, concebendo-o como sinônimo de felicidade e prazer. Essa busca pelo bem, enquanto virtude, demonstra a aspiração humana por uma vida equilibrada e significativa.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)

De tal maneira para Vaz (1999) que fundamenta-se em Aristóteles, a prática do homem como ser social tem uma finalidade na *arete* (virtude) e trazendo para Nascimento vemos que:

Sem receios de perder-se na animalidade que não é diversa como pintam os habitantes da cidade, os povos indígenas em geral demonstram um copioso respeito pelos animais que circulam na superfície terrestre tal qual os seres humanos o fazem. Se há uma grande variação entre as diferentes culturas que definem os povos no país (seria ignorância supor simplesmente que todos os povos indígenas são iguais e expressam a mesma compreensão de mundo), um traço que parece ser comum é a ausência de uma maquinaria que separa definitivamente homem e animal para produzir o humano, ou para animalizá-lo em tratamento biopolítico arrasador (Nascimento, 2021, p.414).

Em Dussel (2008) nos remete a um olhar antropocêntrico para o homem e o seu convívio em sociedade, onde através de argumento filosófico ele coloca sua visão para com as questões do homem ocidental e o indígena, de maneira a promover reflexões quanto ao convívio social.

De una manera estrictamente filosófica, argumentativa, Bartolomé refuta, a) la pretensión de superioridade de la cultura occidental, de la que se deduce la barbarie de la culturas indígenas; b) con una posición filosófica sumamente creativa define la clara diferencia entre (b1) otorgar al Otro (al índio) pretensión universal de su verdade y (b2) sin dejar de aformar honestamente la própria posibilidad de una pretensión universal de validez en su propuesta a favor del Evangelio; y, por último, c) demuestra la falsedad de la última causa posible de fundamentación de la violencia de la Conquista, en cuanto a salvar las víctimas de los sacrificios humanos, por ser contra el derecho natural y de todo punto de vista injusto. Todo es probado argumentativamente en voluminosas obras escritas en médio de continuas luchas políticas, desde una práxis valiente y en médio de fracasos que no dobran su voluntad de servicio a los injustamente



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

tratados recién descubiertos habitantes del Nuevo Mundo: el Outro
de la Modernidad naciente (Dussel, 2008, p.21).

A crença na superioridade da cultura europeia sobre as culturas indígenas é uma falácia que precisa ser superada. Todas as culturas, incluindo as indígenas, possuem uma história, uma cosmovisão e um sistema de valores próprios. Ao reconhecer a diversidade cultural e a igualdade entre os povos, desafiamos as hierarquias culturais e promovemos um mundo mais justo e equitativo.

Ainda em Dussel (2008) entendemos que é contínua a afirmação do homem como ser social, bem como o seu convívio dentro da sociedade e que os saberes que lhe cercam quando busca o bem viver lhe remetem a ancestralidade, tal como um modo de vida que pode vir a se tornar próximo a ele, tendo em vista que é um comando natural do homem como animal estar perto da natureza e seu envolvimento com a política rege a moral do convívio social, tendo por o *éthos* em Aristóteles (1973) como origem do pensamento moral, e o homem ser virtuoso buscando o caminho do equilíbrio.

De modo que para Aristóteles (1973) esse caminho para o entendimento ao qual o homem se relaciona ao bem viver está no bem, que seria para ele a felicidade. A única finalidade que tem fim em si. “E, assim sendo, tão poucos diferirão o “bem em si” e os bens particulares na medida em que forem “bem”.

Aristóteles (1973), em sua busca por compreender a natureza humana e o sentido da vida, eleva a felicidade ao status de bem supremo. Para o filósofo grego, a felicidade não é um mero estado emocional transitório, mas sim um modo de vida que resulta da prática da virtude. Ao agir de forma virtuosa, o indivíduo não apenas contribui para o bem comum, mas também encontra a realização pessoal. A felicidade, nesse sentido, é o fim último de todas as ações humanas, o objetivo que orienta nossas escolhas e decisões.



A virtude para Aristóteles (1973), é o meio pelo qual se alcança a felicidade. Ela não é uma qualidade inata, mas sim um hábito adquirido através da prática. Ao praticar a virtude, o indivíduo desenvolve um caráter forte e equilibrado, capaz de enfrentar os desafios da vida com sabedoria e serenidade. As virtudes éticas, como a coragem, a temperança e a justiça, são fundamentais para a vida em sociedade, enquanto as virtudes intelectuais, como a sabedoria e a prudência, permitem ao indivíduo compreender a si mesmo e o mundo ao seu redor.

A felicidade, segundo Aristóteles (1973), não é um estado estático, contudo um processo contínuo de busca e realização. É um caminho a ser percorrido, e não um destino a ser alcançado. Pois, longo da vida o indivíduo se depara com novos desafios e oportunidades que exigem a prática constante das virtudes. A felicidade, portanto, é uma conquista diária, que depende do nosso compromisso em viver uma vida virtuosa e significativa.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Utilizamos da pesquisa bibliográfica por desempenhar um papel crucial na construção do conhecimento científico, uma vez que proporciona uma base sólida para a reflexão e análise de interpretações existentes sobre um determinado tema. Este procedimento metodológico é fundamental não apenas para a compreensão aprofundada do objeto de estudo, mas também para estabelecer um ponto de partida sólido para investigações futuras. Segundo Lima e Miotto (2007), é imperativo que a pesquisa bibliográfica seja conduzida com critérios claros e bem definidos para garantir a eficácia na busca pela compreensão do tema proposto. Esses critérios asseguram que a coleta e a análise das fontes sejam sistemáticas e rigorosas, permitindo que as conclusões obtidas sejam



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

robustas e confiáveis, e que as contribuições da pesquisa possam servir como alicerce para novas explorações acadêmicas.

Notabilizamos uma reflexão profunda sobre a natureza do ser humano, suas escolhas e sua relação com a sociedade e a natureza. Inicialmente, o texto aborda a cultura contemporânea, caracterizada por um foco excessivo em metas e desempenho individualista, apontando para uma visão de futuro que sobrecarrega o presente com expectativas e pressões. Agostinho (2004) e Aristóteles (1973) são citados para embasar a discussão sobre a escolha consciente e o papel do livre-arbítrio na formação da vida e das virtudes. Para Agostinho (2004), a verdadeira retidão só é possível através do livre-arbítrio e da orientação divina, sugerindo que a moralidade e as virtudes são intrinsecamente ligadas à escolha e à aceitação de um caminho espiritual e ético. O texto posiciona a sociedade atual como excessivamente centrada no individualismo, onde a busca pelo bem está frequentemente oposta ao mal, refletindo uma perspectiva que pode levar à alienação e à desumanização.

A visão de Aristóteles (1973) sobre o papel do homem como "motor" de suas próprias ações e a sua escolha deliberada das consequências das ações introduz um contraste com a abordagem individualista predominante. Aristóteles afirma que as escolhas são meios para se alcançar uma finalidade, que pode ser o bem supremo, a eudemonia, mas também destaca a influência de fatores externos sobre os resultados das escolhas individuais.

A relação entre o bem geral e o bem supremo, como discutido por Aristóteles (1973), sublinha a importância de buscar uma vida equilibrada que não se limite a objetivos pessoais, mas que também considere o bem coletivo. Este ponto de vista sugere que a realização plena do ser humano está interligada com o reconhecimento e a integração na comunidade, desafiando a lógica do individualismo exacerbado.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Por outro lado, o conceito de "Bem Viver", conforme discutido por Acosta e alinhado com as perspectivas de Nascimento (2021) e Arendt (2007), enfatiza a necessidade de uma conexão mais profunda com a natureza e a coletividade. Essa filosofia de vida é contrastada com a visão eurocêntrica que desconsidera as práticas e saberes indígenas, e busca uma harmonia entre o homem e seu ambiente natural.

Arendt(2007) acrescenta que a natureza social do ser humano implica que a verdadeira humanidade só pode ser vivida em sociedade, enquanto a prática individual não é suficiente para caracterizar a vida humana. O texto sugere que a busca pelo bem viver e pela harmonia deve integrar tanto o cuidado pessoal quanto o compromisso com a comunidade e a natureza, refletindo uma busca por equilíbrio e justiça que transcende o individualismo e promove uma vida mais conectada e significativa.

CONCLUSÃO

A sociedade contemporânea frequentemente valoriza a individualidade, incentivando o isolamento e a autossuficiência. Esse fenômeno, muitas vezes negligencia a essência intrínseca do ser humano: o desejo de convívio e conexão com os outros. Contrapõe-se a essa visão a prática dos povos indígenas, que valorizam profundamente a integração com a comunidade e o ambiente natural. Sua perspectiva não é uma solução universal, mas oferece uma abordagem significativa para o equilíbrio entre a vida individual e o convívio social.

A sabedoria dos povos originários aproxima-se com bem viver, sendo a sabedoria prática meio que revela um modelo de vida que prioriza a harmonia com a natureza e com os outros. Esse equilíbrio, em muitos casos, pode estar mais alinhado com o conceito de bem viver do que a vida moderna individualista, que pode muitas



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

vezes levar ao isolamento e à alienação. A compreensão e a prática do éthos, com suas normas e valores, oferecem uma visão crítica sobre como nossos hábitos e escolhas influenciam o nosso bem-estar e o da sociedade.

O éthos nos acena a refletir sobre nossos comportamentos e as regras que orientam nossas interações sociais. Pensando a moralidade das nossas escolhas, lembrando-nos de que o livre-arbítrio nos permite optar entre o bem e o mal onde a busca pelo bem viver emerge como um conceito central para alcançar a harmonia tanto em nível social quanto individual. O bem viver não é uma meta distante, mas sim um processo contínuo de entendimento e ajustamento das nossas práticas e escolhas diárias. Reconhecer a interdependência entre a nossa própria felicidade e o bem-estar coletivo é fundamental para criar uma sociedade mais justa e equânime.

Quando o homem consegue entender e integrar a natureza ao seu modo de vida, ele também se aproxima de uma compreensão mais profunda de sua própria natureza. Essa integração pode fornecer as bases para uma vida mais plena e satisfatória onde a felicidade é uma constante na experiência humana, e cada indivíduo busca alcançá-la de maneiras diversas. Para alguns, a felicidade pode ser encontrada na harmonia social e na comunidade, enquanto para outros, é encontrada na realização pessoal e na individualidade.

A prática de uma vida que valoriza tanto a individualidade quanto o convívio social pode ajudar a resolver o dilema entre essas duas formas de existência. Ao integrar práticas e valores que promovam a harmonia, podemos avançar em direção a uma vida mais gratificante e significativa. Esse equilíbrio é crucial para atingir um estado de bem-estar duradouro.

A reflexão sobre as diferentes formas de viver nos leva a entender que não existe uma solução única para a felicidade e o bem viver. As experiências e os valores de diferentes culturas e contextos



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

nos oferecem uma gama de perspectivas que podem enriquecer nossa própria busca por equilíbrio e plenitude.

Nesse sentido, o caminho para uma vida plena e feliz pode ser encontrado na combinação de conhecimento e prática, na integração dos princípios éticos e na realização pessoal. Reconhecer e valorizar tanto o convívio social quanto a individualidade permite que cada pessoa construa uma vida mais equilibrada e satisfatória.

Portanto, ao refletirmos sobre as lições que podemos aprender com os povos originários e a sociedade moderna, somos incentivados a buscar um entendimento mais profundo de nós mesmos e de nosso lugar no mundo. A felicidade e o bem viver são possíveis quando harmonizamos nossas escolhas individuais com nossas responsabilidades sociais, criando um equilíbrio que promove o bem-estar coletivo e pessoal.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver – Uma Oportunidade para Imaginar outros Mundos**. São Paulo, 2006.

AGOSTINHO, Aurélio (Santo Agostinho). **O Livre-Arbítrio**; [Tradução, organização, introdução e notas Nair de Assis Oliveira; revisão Honório Dalbosco]. – São Paulo: Paulos, 1995. – (Patrística).

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10ª edição. Rio de Janeiro, 2007.

ARISTÓTELES; **Ética à Nicômaco**. Editora Nova Cultural, Ltda. São Paulo, 4a. edição, 1991.



Educação Libertadora
Esperança para a reconstrução do Brasil



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

DUSSEL, Enrique. **Meditaciones Anticartesianas: Sobre el Origen del Anti-Discurso Filosófico de la Modernidad.** Bogotá, Colombia, 2008.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Revista Katál. Florianópolis v.10 n. esp. p.37-45. 2007.

NASCIMENTO, Daniel Arruda. **Antropogênese e Filosofia Indígena: O Homem e o Animal.** Bahia, 2021.

VAZ, Pe. Henrique C. de Lima. **Escritos de Filosofia IV – Introdução à Ética Filosófica** 1. 3ª edição. São Paulo, 2006.



Educação Libertadora
Esperança para a reconstrução do Brasil



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

EIXO 7. FORMAÇÃO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA EDUCAÇÃO: ENGAJAMENTO SOCIAL, POLÍTICO E PEDAGÓGICO

O eixo “Formação de Trabalhadores e Trabalhadoras da Educação: engajamento social, político e pedagógico” se propõe a refletir sobre a formação de professores/as e dos/as educadores/as populares, sobre Pedagogia de projetos e práticas docentes e/ou pedagógicas diferenciadas, as tendências pedagógicas, as metodologias de ensino, a política educacional e financiamento da educação, a gestão escolar e as práticas libertadoras, emancipatórias e direcionadas para a transformação social.



A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE PERNAMBUCO (PEA/PE) E DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE PERNAMBUCO (PEAPE)

Andressa Rodrigues dos Santos
Monica Lopes Folena Araujo

RESUMO: No contexto atual, a Educação Ambiental (EA) se apresenta invisibilizada em documentos importantes para a educação básica como a Base Nacional Comum Curricular e o Novo Ensino Médio, documentos que impactam na formação inicial e continuada de professores, possibilitando que as temáticas socioambientais estejam ausentes nos processos formativos. Sendo assim, a presente pesquisa tem por objetivo geral: analisar como a Formação Continuada (FC) e a EA são desenvolvidas no Estado de Pernambuco a partir da Política de Educação Ambiental de Pernambuco (PEA/PE) e do Programa de Educação Ambiental de Pernambuco (PEAPE). Como resultados, identificamos que está presente nos documentos a identidade de EA de perspectiva crítica, devendo esta ser trabalhada transversalmente por professores de todas as disciplinas. Destacamos, ainda, a partir dos documentos que EA deve ser temática obrigatória da FC.

PALAVRAS-CHAVES: Educação Ambiental Crítica, Paulo Freire, Educação Ambiental no Estado de Pernambuco.

INTRODUÇÃO

Partindo do princípio de que não se pode dissociar o anúncio da denúncia (Freire, 2000), quando pensamos em Educação Ambiental (EA), compreendemos que é tarefa de todas/todos as/os



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

educadoras/educadores anunciar a existência e possibilidade de se construir um modo de vida sustentável e, ao mesmo tempo, denunciar e combater a insustentabilidade, a ignorância e, também a ganância, independentemente da área na qual atuem.

Vivemos um momento na história da humanidade no qual não é mais possível que se perpetue a dicotomia homem-mundo, muito menos atuação de professoras e professores como ocultadores de verdades (Freire, 2005), “O antagonismo da sustentabilidade não pode ser desprezado ou ignorado, posto que ele não é resultado da ignorância ecológica, mas sim da ganância econômica [...]” (Layrargues, 2020, p. 53).

Nesse sentido, escalada neoliberal no Brasil, que se desenvolveu mais evidentemente a partir do golpe parlamentar, em 2016 (Layrargues, 2020), pudemos identificar os vários ataques sofridos pelo meio ambiente ao longo dos últimos anos.

Tendo em vista a forma como vem sendo delineada as políticas públicas, no cenário nacional, voltadas para o meio ambiente, para a educação ambiental e para a formação inicial e continuada de professoras/professores e, compreendendo que a formação inicial não supre todas as necessidades formativas necessárias para desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem que sejam críticos-reflexivos, que considerem a unidade teoria-prática e a relação homem-natureza como indissociáveis, consideramos que, dentro desse contexto, os processos de formação continuada são importantes para fomentar a criticidade e propiciar o desenvolvimento de uma educação ambiental de perspectiva crítica, tão necessária para a superação dos desafios que a humanidade enfrenta.

Considerando esses elementos e que a BNC-Formação Continuada (Brasil, 2020) tem uma perspectiva homogeneizante e de engessamento da prática docente em detrimento da busca pelo desenvolvimento de competências e habilidades delineadas tanto na



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

BNC-Formação continuada quanto na BNCC (Soares *et al*, 2022), o fomento a desarticulação entre teoria e prática e ao pensamento crítico-reflexivo e que a EA vem sendo silenciada na BNCC e no NEM, que são normativas e orientações de âmbito nacional, nos perguntamos: de que forma a Formação Continuada (FC) e a Educação Ambiental (EA) vem sendo desenvolvida no Estado de Pernambuco a partir da Política de Educação Ambiental de Pernambuco (PEA/PE) e do Programa de Educação Ambiental de Pernambuco (PEAPE) e da Lei 17.410 de 2021?

À vista desse questionamento, temos por objetivo geral: Analisar como a Formação Continuada e a Educação Ambiental são desenvolvidas no Estado de Pernambuco a partir da Política de Educação Ambiental de Pernambuco (PEA/PE) e do Programa de Educação Ambiental de Pernambuco (PEAPE). E, como objetivos específicos: Identificar qual a identidade de educação ambiental presente no PEA/PE e no PEAPE e; verificar como a formação continuada de professoras/professores está presente no PEA/PE e no PEAPE.

REFERENCIAL TEÓRICO

No âmbito nacional, no governo Bolsonaro, assistimos a uma mudança de rumo da pauta ambiental, o qual, sob o pretexto de melhoria da economia, eliminou uma série de restrições ambientais impostas a ruralistas, madeireiros e garimpeiros e nomeou como ministro da cultura Ricardo Salles, representante do agronegócio patronal, efetivando, a partir daí o desmonte ambiental (Layrargues, 2020).

Apesar de, atualmente, haver alguns esforços para superação do desmonte, ainda é preciso retomar a abertura para o diálogo com a sociedade civil através do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) para atuar contra o agronegócio, restringindo sua



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

expansão sobre os biomas, além de recuperar a legislação ambiental (Prizibisczki, 2024).

Por outro lado, do ponto de vista da Educação Ambiental (EA), o desmonte iniciou antes mesmo do governo Bolsonaro, ao ser implementada a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018) e o Novo Ensino Médio – NEM (Brasil, 2017) por Michael Temer, que se caracterizam pela ausência da EA (Colacios; Locastre, 2020), algo preocupante por se tratar de duas normativas que organizam, regularizam e direcionam a educação nacional.

Como reflexo das políticas públicas desenvolvidas pós-golpe, no NEM identificamos meramente uma alusão à área do conhecimento que dialoga com a EA. Desse modo, a “nova” política para o Ensino Médio, “que está detalhadamente esmiuçada na BNCC, apresenta muitas lacunas, especialmente sobre a Educação Ambiental” (Colacios; Locastre, 2020, p. 5), contrariando o que estava posto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) que estabelecem que a abordagem curricular da EA deve permear os conteúdos da escola de modo articulado e transversal. A EA, então, passou a se aproximar, de uma abordagem superficial sem levar em consideração as dimensões que vão além do enfoque ecológico e dificultando ainda mais a inserção da EA no currículo, constituindo-se retrocessos enormes em relação à década anterior, distanciando-se ainda mais de uma abordagem crítica da EA e, portanto, da compreensão da crise societária em que vivemos (Loureiro, 2019).

Em paralelo ao retrocesso ambiental e da EA, houve, também, retrocesso nas políticas públicas voltadas para a formação inicial e continuada de professores, muitas delas decorrente da necessidade de adequar a formação para atender a BNCC. Tendo em vista que a BNCC silencia a EA, sendo esta mencionada apenas em uma nota de rodapé e sem a obrigatoriedade de implementação (Aquino; Iared, 2023), por consequência, a formação inicial e



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

continuada de professoras/professores para o desenvolvimento de uma Educação Ambiental Crítica (EAC) pode acabar ainda mais enfraquecida. Do mesmo modo, contribui para a exclusão da EA nas escolas, uma vez que o documento é norteador do currículo (Carvalho; Oliveira, 2021).

Isto porque está cada vez mais enraizada, a partir das novas diretrizes, uma concepção de formação apoiada no treinamento, que tem por base científica o positivismo, ou seja, a racionalidade técnica que busca generalizações a fim de levá-las a diversos contextos educacionais, desconsiderando as diferentes tipologias de professores, desempenhos profissionais, zona de trabalho (urbana, rural etc.), culminando em processo repleto de resistência por parte dos envolvidos, pouco (ou nada) significativo e que não contribui para a formação dos estudantes na perspectiva crítica e, por consequência, se distanciando da sua vocação para humanização.

Antes mesmo das mudanças realizadas a partir da implementação da BNCC, no NEM e da BNC – Formação Continuada, o que observamos frequentemente em relação a FC é que elas eram ofertadas como “pacotes metodológicos” a serem reproduzidos pelos professores desconectados das reais necessidades formativas dos docentes, da realidade escolar e da sociedade em que vivemos.

Há uma ideia, que já foi superada há alguns anos no campo teórico, mas que ainda persiste no campo das práticas institucionais, mesmo atualmente: a de que quanto mais formações e especializações, melhor o ensino. É óbvio que os/os professoras/professores precisam saber o conteúdo e que, quanto mais o souberem, melhores professores serão, entretanto, isso não é suficiente (Imbernón, 2016). É preciso levar em consideração as políticas públicas, a burocratização do trabalho docente, o currículo fragmentado, prescritivo e baseado nas competências mercadológicas, ou seja, uma série de dimensões que trazem implicações diretas no fazer docente.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Problemas estes que se tornaram ainda mais após as reformas, observamos um movimento de FC para que essas políticas públicas fossem efetivamente implementadas. Em ambos os casos, a FC, na maioria das vezes, vem se apresentando desarticulada da realidade, dos contextos específicos das/dos professoras/professores e das/dos estudantes, sendo, portanto, pouco significativas para superação das dificuldades efetivamente encontradas na prática pedagógica da/do professora/professor.

A problemática é ainda maior quando falamos em formação para Educação Ambiental numa perspectiva Crítica. Isto porque demanda das/dos educadoras/educadores uma determinada compreensão da realidade que é pouco explorada na formação inicial e continuada, justamente porque está muito presente nos currículos de formação de professoras e professores a fragmentação do conhecimento, uma perspectiva ainda muito cartesiana e utilitarista.

Entretanto, para desenvolver uma educação ambiental para além da conservadora, é preciso um processo de ensino-aprendizagem que permita desvelar a realidade a partir das suas diversas dimensões e relações. O ensino tradicional dificilmente contribui para o desenvolvimento de uma visão de mundo que leve em consideração a reflexão-crítica, uma vez que ela é tolhida nesses processos.

Segundo Layrargues e Lima (2014) a EA conservadora se divide em duas macrotendências: a conservacionista e a pragmática. Entretanto, ambas são limitadas, pois desenvolvem-se com práticas predominantemente individuais e comportamentais, “de forma a-histórica, apolítica, conteudística e normativa” (Ibidem, p. 29), e, portanto, incapazes de superarem o paradigma hegemônico.

Indo em movimento contrário a essa perspectiva, surgiu a EA “alternativa”, com um olhar diferenciado e pautada em outras correntes pedagógicas que possibilitavam o desenvolvimento crítico. O amadurecimento dessa perspectiva fez emergir outra identidade em EA, de perspectiva crítica, recebendo vários outros adjetivos além



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

deste: emancipatória, transformadora, popular (Layrargues; Lima, 2014). Essa Educação Ambiental Crítica (EAC) formou-se a partir do:

[...] pensamento Freireano, dos princípios da Educação Popular, da Teoria Crítica, da Ecologia Política e de autores marxistas e neomarxistas que pregavam a necessidade de incluir no debate ambiental a compreensão dos mecanismos da reprodução social, de que a relação entre o ser humano e a natureza e mediada por relações sócio-culturais e de classes historicamente construídas (Ibidem, p. 29)

Portanto, frente a um ensino ainda tradicional, bancário que enfrentamos desde a educação infantil até o ensino superior, cabe a formação continuada promover espaços-tempos de aprendizagem que levem as/os profissionais da educação a refletirem sobre sua práxis, suas visões de mundo, e seus contextos. Nesse sentido, a formação continuada deve ser encarada como processo e integrado ao trabalho do professor. E, para isso, precisa desenvolver-se numa perspectiva problematizadora da realidade, dialógica, crítica, política e emancipadora. Só assim é possível criar possibilidades de desenvolvimento de uma EAC nas escolas, entretanto, para que realmente se efetive, há um longo caminho:

Requer reorganização do trabalho pedagógico, voltada a repensar o currículo, a gestão, as edificações e a relação estabelecida com a comunidade escolar. É um processo lento, gradual e feito a várias mãos, com paciência, estudo, diálogo e vontade política, na medida do compromisso com o enfrentamento das desigualdades sociais e com uma escola inclusiva, justa e solidária. (Portugal; Sorrentino, 2018, p. 14)

Em alguns estados, como é o caso de Pernambuco, muitas ações envolvendo o meio ambiente e a EA foram realizados de modo tardio. Em Pernambuco, a institucionalização da Educação Ambiental



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

se deu a partir do ano de 1986, quando a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) criou o Grupo de Educação Ambiental (GEA), momento no qual esse tema foi inserido em suas linhas de ação (Pernambuco, 2015). Um exemplo disso é o fato de que, apenas no ano de 2002, foi criada a Agenda 21 do Estado de Pernambuco, dez anos depois da Rio 92, sendo uma ação inspirada na Agenda 21 brasileira, a qual propõe integrar a EA em vários níveis de ensino, através do currículo escolar, priorizando a educação básica, mais especificamente a educação infantil.

Outra informação que chama atenção em Pernambuco é o fato de que, apenas em 2011, foi criada a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco. A criação tem o intuito de fortalecer a gestão ambiental no estado, inclusive atualizando o Programa de Educação Ambiental de Pernambuco (PEA/PE), que foi criado em 2006 em consonância com os princípios da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), e para a construção participativa da Política de Educação Ambiental de Pernambuco (PEAPE), sendo este último publicado através da Lei nº 16.688, de 6 de novembro de 2016. Em 2021, convém destacar a criação da Lei nº 17.410 que determina novas diretrizes para a EA formal.

METODOLOGIA

A presente pesquisa, foi desenvolvida a partir de uma Análise Documental do Programa de Educação Ambiental do Estado (PEA/PE), publicado em 2016, e da Lei nº 16.688, de 6 de novembro de 2019, que institui a Política de Educação Ambiental de Pernambuco (PEAPE) e, da Lei nº 17.410 que determina novas diretrizes para a EA formal. Todos os referidos documentos são fontes primárias que não receberam tratamento científico (Oliveira, 2007).



RESULTADOS E DISCUSSÕES

O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE PERNAMBUCO (PEA/PE)

O Programa de Educação Ambiental de Pernambuco (PEA/PE), que teve suas intervenções, metodologia e abordagens construídas de modo integrado a partir da Agenda Comum de Educação Ambiental, identificamos que o mesmo é alicerçado em dois aspectos:

(I) a necessidade de se conhecer a realidade socioambiental com o objetivo de identificar os processos responsáveis pelos problemas ambientais e suas soluções; (II) A preocupação em assegurar a ampla participação dos diferentes atores da sociedade, com o objetivo de se obter diferentes perspectivas da realidade socioambiental (Pernambuco, 2015, p.7).

A partir desses aspectos, podemos inferir que há uma sinalização para que os processos de intervenção, metodologia e abordagem tenham um viés que leve em consideração a complexidade da realidade, a partir da identificação dos processos que culminam em problemas socioambientais. Isso só é possível a partir do desenvolvimento do pensar crítico, um “pensar que, não aceitando a dicotomia mundo-homens, reconhece entre eles uma inquebrantável solidariedade” (Freire, 2005, p. 95), portanto, as pessoas não devem fechar-se na realidade descrita por alguns, mas por várias pessoas que vivenciam determinada realidade sob diferentes pontos de vista de modo a desvelar as diferentes relações que estavam escamoteadas.

No documento em tela, a EA é definida como: “Processo contínuo de educação, dinâmico, crítico e participativo, visando à formação e transformações de hábitos, atitudes e valores para promover o exercício da cidadania em busca da sustentabilidade das relações sociedade-natureza.” (Pernambuco, 2015, p. 8), o que coaduna com uma perspectiva crítica da EA, por buscar superar aspectos conceituais, a favor da construção de cidadania participativa



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

e superação das relações de dominação e opressão entre humanidade-natureza. São princípios elencados pelo documento:

- (I) Ser fator relevante na busca da sustentabilidade, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo e coerente na direção da utilização racional dos recursos naturais nos processos produtivos; (II) Contribuir para a promoção da melhoria da qualidade de vida dos pernambucanos; (III) Promover a participação dos diversos atores sociais nas diferentes estratégias das políticas ambientais; (IV) Estimular o respeito às raízes culturais sem impedir a internalização de novos hábitos e valores necessários à inserção dos pernambucanos no movimento que visa à transformação da sociedade; (V) Viabilizar a Educação Ambiental nos níveis formal, não formal e informal para facilitar a implementação de ações; (VI) Integrar a Educação Ambiental à Política de Educação do Estado, reforçando o fortalecimento da articulação interinstitucional indispensável ao êxito das políticas públicas; (VII) Instrumentalizar a sociedade civil e o poder público com informações capazes de promover a percepção do ambiente como parte integrante do seu cotidiano tendo, assim, corresponsabilidade na sua qualidade ecológica e condição social; (VIII) Integrar a Educação Ambiental do Estado de Pernambuco à Política Nacional de Educação Ambiental (Pernambuco, 2015, p. 8, grifos nossos).

Os princípios nos levam a inferir que há uma intencionalidade em promover transformações efetivas na sociedade pernambucana a partir das ações de EA, apresentando a concepção de que esse movimento precisa ser contínuo, envolvendo diferentes coletivos e sem estabelecer uma separação entre natureza e ser humano, uma vez que, segundo o documento, realizar ações de EA pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida, relacionando, assim, meio ambiente e qualidade de vida. Para isso, o documento fala da busca por viabilizar



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

a EA nos níveis formais, informais e não formais para que as ações possam ser implementadas.

O documento traz ainda linhas de ação, no que concerne à “Educação Ambiental no Ensino Formal”, traz como objetivo “Contribuir para a inserção da dimensão ambiental de maneira interdisciplinar e transdisciplinar em todos os níveis de ensino” (Pernambuco, 2015, p. 11). Nessa direção, sugere que a EA não seja mais trabalhada como disciplina, algo que só aconteceu a partir de 2011, “devido às grandes discussões em volta do assunto, críticas provenientes tanto das instituições de ensino, e pelas políticas nacionais, especialmente proveniente do MEC para esta área” (Silva; Durans; Farias, 2012, p. 9). Do ponto de vista das ações, elenca:

Estimular a prática da Educação Ambiental nas instituições de ensino; Sensibilizar a comunidade escolar para vivenciar a prática da Educação Ambiental de maneira contínua; Capacitar professores para a inserção da Educação Ambiental em todo o processo de construção do conhecimento; Promover fóruns de debates sobre as práticas de Educação Ambiental; Incentivar a inclusão do tema transversal Meio Ambiente nos projetos pedagógicos de acordo com o que recomenda a legislação do MEC e do MMA nesse âmbito; Estimular a articulação entre as instituições de ensino e as comunidades para a promoção de programas e projetos; Proporcionar a formação em Educação Ambiental para profissionais das áreas do setor produtivo; Estimular cursos de pós-graduação e de extensão em Educação Ambiental; Incentivar o cumprimento da Política Nacional de Educação Ambiental no Ensino Superior com ênfase para as faculdades de formação de professores (Pernambuco, 2015, Grifo Nosso).

A respeito dessas ações, nos chama a atenção o termo “sensibilizar”, ou seja, o entendimento de que não é possível realizar imposições quando se almeja trazer mudanças de atitudes e valores, isso seria aliená-los, pois, “A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma *coisa* que se deposita nos



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

homens [...] É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 2005, p. 77). Portanto, não se dá fora de uma educação problematizadora, pois não se trata de transmitir valores e conhecimentos como acontece na educação bancária. Assim, traduz-se em uma prática que prescinde uma forma diferente de construir relações, dentro e fora da sala de aula.

O documento traz, ainda, a necessidade de capacitar os professores para a inserção da EA em todo processo de construção do conhecimento, não delegando aos professores da área das CNT essa responsabilidade, mas um compromisso de todos os professores, através da transversalidade da EA, mas também da sociedade, ao trazer a necessidade de articulação entre instituições de ensino e as comunidades. É importante destacar que não são detalhadas as ações que viabilizem a capacitação de professores.

Na linha de ação voltada para a “Educação Ambiental e Formação Continuada”, traz como objetivo de “Promover e/ou apoiar iniciativas de formação para atuação em Educação Ambiental” (Pernambuco, 2015, p. 12), mas não traz um destaque, nesse item, para a formação continuada especificamente de professores. A formação continuada especificamente para professoras e professores aparece nas ações de EA para o ensino formal, citada nos parágrafos anteriores. As ações trazidas na linha de ação “Educação Ambiental e Formação Continuada” são:

Promover seminários, oficinas, encontros e palestras sobre a evolução da Educação Ambiental como Política Pública; Capacitar diferentes segmentos da sociedade em temas ambientais para formação de multiplicadores; Incentivar a formação ou a consolidação de redes de agentes ambientais e de reeditores; estimular a regularidade da Educação Ambiental nos projetos de implantação de agroecossistemas. (Pernambuco, 2015).



Portanto, são ações generalistas e que não trazem especificamente quais as ações específicas de acordo com a atuação de cada profissional que atua em diferentes frentes relacionadas ao meio ambiente.

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE PERNAMBUCO – PEAPE

Em, 2019, foi promulgada a Lei nº 16.688, de 6 de novembro de 2019, Lei que institui a Política de Educação Ambiental de Pernambuco – PEAPE (Pernambuco, 2019). Política esta que estava prevista na Constituição Estadual de Pernambuco, em seu Artigo 209, tendo por objetivo “garantir a qualidade ambiental propícia à vida” (Pernambuco, 1989), e, como um dos seus princípios: “X – educação ambiental em todos os níveis de ensino, de maneira integrada e multidisciplinar, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (Ibidem). O PAPE deverá nortear a elaboração, revisão e implementação do Programa de Educação Ambiental de Pernambuco (PEA/PE) e outras atividades relacionadas direta ou indiretamente com a EA (Pernambuco, 2019). No Artigo 2º do PEAPE, o documento apresenta a concepção de EA:

Entende-se Educação Ambiental como um processo contínuo, dinâmico, crítico, transformador, participativo e interativo de aprendizagens para a construção de valores, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências individuais e coletivas direcionados a promover o exercício da cidadania na relação sociedade/natureza e para a sustentabilidade, considerando a justiça social e o equilíbrio ecológico, enquanto fatores essenciais à proteção do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida (Pernambuco, 2019, p. 1)



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

O entendimento de EA presente no documento apresenta uma perspectiva apoiada nas concepções de Layrargues (2004) e Araújo (2015) por considerar outras dimensões além do ecológico, ao evocar a justiça social, colocar a sociedade e natureza como relacionados entre si e por entender a EA numa perspectiva crítica e transformadora, ou seja, que contribui para mudança de valores e atitudes para a formação de um sujeito ecológico. Isso pode ser evidenciado no Artigo 6º, ao colocar como princípios:

- I – complexidade como referência, para a reflexão crítica das relações indivíduo-sociedade/natureza, face às abordagens das questões ambientais;
- II – cidadania comprometida com a relação sociedade/natureza, para a sustentabilidade, considerando a justiça social e o equilíbrio ecológico, enquanto fatores essenciais à proteção do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida;
- III – vinculação entre ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- IV – respeito e *valorização à diversidade cultural, à realidade local* e ao conhecimento tradicional;
- V – contextualização das questões ambientais, considerando as especificidades locais, regionais, nacionais e globais, bem como a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico, o político e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- VI – valorização da sustentabilidade como garantia ao atendimento das necessidades das gerações atuais, sem comprometimento das gerações futuras;
- VII – pluralismo de ideias, diversidade epistemológicas e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter/transdisciplinaridade;
- VIII – o diálogo como referência para a construção horizontal dos conhecimentos, na interação educador/educando, com vistas à transformação da relação sociedade/natureza; e
- IX – avaliação crítica, permanente e contínua do processo educativo. (Pernambuco, 2019, p.1, grifo nosso).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Os princípios delineados apontam para um posicionamento político-pedagógico que insere a EA como meio de compreender as relações entre sociedade-natureza a partir do estabelecimento de relações entre as diversas dimensões da vida e da história ao evocar o pensamento complexo, a contextualização, valorização da diversidade cultural, do pluralismo de ideias e da interdependência entre o econômico, o político, o ambiental e o social. Nesse sentido, estabelece-se a necessidade de uma abordagem interdisciplinar ou transdisciplinar e do diálogo como elemento basilar para o estabelecimento de uma relação diferente da que estamos acostumados a vivenciar na educação de modo geral. Desse modo, inferimos que o documento traz a EA crítica como “balizadora das decisões sociais e reorientadora dos estilos de vida coletivos e individuais” (Layrargues, 2004) e sem colocar nas gerações futuras o peso da necessária mudança que é urgente, mas assumindo a responsabilidade e necessidade de se realizar mudanças.

No Artigo 3º encontramos que a EA é “componente essencial e permanente da Política de Educação Ambiental e de Meio Ambiente de Pernambuco, devendo estar presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades de educação e em áreas de gestão do Estado” (Pernambuco, 2019, p.1). No Artigo 8º são estabelecidas as linhas de ação da PEAPE, dentre as quais estão presentes a Educação Ambiental Formal e a Educação Ambiental e formação continuada:

- I – Educação Ambiental e gestão;
- II – Educação Ambiental, recursos, monitoramento e avaliação;
- III – Educação Ambiental Formal;
- IV – Educação Ambiental Não Formal;
- V – Educação Ambiental e formação continuada;
- VI - Educação Ambiental, comunicação e arte;
- VII – Educação Ambiental, participação e organização social/comunitária; e
- IX – Educação Ambiental, estudos, pesquisas, inovações tecnológicas e ações.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Em relação às ações de estudos, pesquisas e experimentações, no Artigo 8º, § 4º IV está “a busca de alternativas curriculares e metodológicas de formação na área ambiental;” (Ibidem). Ainda na referida Lei é ratificada, no Artigo 11º que a EA será desenvolvida de forma transversal e não como disciplina e, em seu § 4º afirma que “A Educação Ambiental será temática obrigatória da formação continuada de professores das escolas públicas e privadas, objetivando o desenvolvimento da ação educativa ambiental qualificada” (Pernambuco, 2019, p.1).

A Lei nº 17.410 de setembro de 2021, que determina novas diretrizes para EA formal, insere na PEAPE aspectos importantes para a EA numa perspectiva crítica ao incentivar:

I – o respeito e a valorização da história, da memória e da cultura no ambiente local, para fortalecer identidades, buscando erradicar preconceitos e desigualdades, especialmente a desigualdade de gênero;

IV – a pesquisa e a extensão em todos os níveis para Educação Ambiental;

V – o desenvolvimento de atividades de arte-educação e artístico-culturais, estimulando as abordagens lúdicas, as expressões e as manifestações culturais locais;

VI – o consumo de alimento e produtos orgânicos e agroecológicos, bem como oriundos de agricultores familiares, pescadores artesanais, criadores de rebanhos, povos e comunidades tradicionais e beneficiários da reforma agrária, ou suas organizações econômicas e sociais;

VII – o consumo consciente da água, energia e outros recursos naturais, renováveis e não renováveis, no âmbito residencial e das atividades de produção, de comércio e de serviços;

VIII – a redução da produção e acúmulo de resíduos sólidos, através de medidas pré e pós-consumo de embalagens, pilhas, baterias, pneus, lâmpadas e outros produtos considerados perigosos ou de difícil de composição;



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

IX – o uso de recursos naturais com base em técnicas e formas de
manejo ecologicamente sustentáveis;

Diante do exposto, a legislação considera questões e debates socioambientais relevantes e atuais sem os quais não se alcança uma abordagem crítica. A valorização da história local, da cultura local para o fortalecimento de identidades são necessários para a valorização das diferentes culturas, nas quais, a partir da compreensão de suas visões de mundo é possível perceber a força dos movimentos contra hegemônicos, como os desenvolvidos a partir das perspectivas quilombola e indígena, que apresentam uma outra relação com a natureza, compreendendo-se como parte dela, desenvolvendo práticas respeitadas com o meio ambiente e com os atores sociais que se relacionam com ela, numa ética diferente da estabelecida pelo capital que promove as diversas desigualdades, incluída as de gênero, o que vem resultando problemas socioambientais como racismo ambiental, que afeta, principalmente as comunidades marginalizadas (negros, indígenas e pobres), desumanizando-os cada vez.

O documento busca incentivar também o desenvolvimento de pesquisa e extensão em todos os níveis (Ibidem), é preciso que a escola vá para além de seus muros, que dialogue com a comunidade, com pais e mães, com suas realidades para fazer sentido, propiciando que se assumam enquanto seres sociais e históricos, pensantes, comunicantes, transformadores e criadores (Freire, 2005). Desse modo, contribuímos para a sensibilização no sentido de assumir valores outros, diferentes do consumismo que favorece a degradação ambiental e social. É por isto que a EA crítica apresenta um *modus operandi* próprio, pois leva em consideração a realidade, a vida, as relações, a cultura, tem objetivos e interesses diferentes daqueles presentes nas classes dominantes que buscam, cada vez mais, inserir a lógica mercadológica, neoliberal, nas relações, na vida, expressando-



se com formas de ação antagônicas. Por outro lado, do ponto de vista da Formação Continuada, não há alterações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos o PEA/PE, o PEAPE e a sua alteração viabilizada pela Lei 17.410 de 2021, é possível perceber que os documentos se apoiam em uma identidade de EA de perspectiva crítica. No que concerne as ações de Formação Continuada, os documentos não detalham o modo como elas devem acontecer. O PEA/PE aponta para a necessidade de realizar capacitações de professoras e professores em EA em todo processo de construção do conhecimento; o PEAPE, por sua vez, articula traz que a EA deve acontecer de modo transversal nos processos de ensino e aprendizagem e que a EA é temática obrigatória na formação continuada.

Para compreendermos se o que está colocado nos documentos oficiais do estado de Pernambuco é necessária uma maior aproximação com a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco no sentido de mapear quais as ações estão efetivamente sendo implementadas em relação a formação continuada articulada com a EA, quantas formações em EA são realizadas e, ainda, qual a identidade de EA presente nessas formações.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Monica Lopes Folena. **A educação ambiental crítico-humanizadora na formação de professores de biologia**. Recife: Editora UFPE, 2015.

AQUINO, Bruna Aparecida Silva de; IARED, Valéria. Educação ambiental e BNCC: uma análise dos estudos publicados. **Revista**



Sergipana de Educação Ambiental, [S. l.], v. 10, p. 1–17, 2023.

DOI: 10.47401/revisea.v10.18244. Disponível em:

<https://periodicos.ufs.br/revisea/article/view/18244>. Acesso em: 15
ago. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum**

Curricular: Educação é Base. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília: **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Parecer CNE/CP Nº 14/2020 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). 2020. Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PARR_CNECPN142020.pdf?query=BNCC%20EI/EF. Acesso em: 20
abr. 2024.

CARVALHO, Maria Betânia da Silva.; OLIVEIRA, Vilma Bragas de. Revisão analítica dos desafios da Educação Ambiental no âmbito escolar em documentos oficiais e artigos relacionados. **Revista**



Brasileira de Educação Ambiental (Revbea), São Paulo, v. 16, n. 6, p. 448–465, 2021.

COLACIOS, Roger Domenech; LOCASTRE, Aline Vanessa. A ausência e o vácuo: Educação Ambiental e a Nova Lei do Ensino Médio brasileiro no século XXI. **Revista de Educação PUC-Campinas**, [S. l.], v. 25, p. 1–15, 2020. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reveducao/article/view/4589>. Acesso em: 5 jun. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

IMBERNÓN, Francisco. **Qualidade do ensino e formação do professorado**: uma mudança necessária. São Paulo: Cortez, 2016.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Manifesto por uma Educação Ambiental Indisciplinada. **Ensino, Saude e Ambiente**, 4 jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/40204>. Acesso em 15 ago. 2024.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 23–40, jan. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdZ4hYdqVFdYRtx/#>. Acesso em: 15. Ago. 2024.



LAYRARGUES, Philippe Pomier. (Re) conhecendo a educação ambiental brasileira. *In*: MMA. **Identidades da educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Edições MMA, 2004. Apresentação. p. 7 -12.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental**: questões de vida. São Paulo: Cortez, 2019.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PERNAMBUCO. Lei nº 16.688, de 6 de novembro de 2019. Institui a Política de Educação Ambiental de Pernambuco – PEAPE. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**, Recife, 6 nov. 2019. Disponível em:
<https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=47993&tipo=TEXTORIGINAL>. Acesso em: 25 mar. 2024.

PERNAMBUCO. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Programa de Educação Ambiental de Pernambuco – PEA/PE**. Semas – Recife, 2015. Disponível em:
<https://www2.cprh.pe.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/PEA-2015.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2024.

PORTUGAL; Simone; SORRENTINO, Marcos. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e suas contribuições à escola sustentável. **Educação Ambiental rumo à Escola Sustentável** (Caderno temático). 104f. 2018

PRIZIBISCZKI, Cristiane. Em entrevista, Marina Silva fala sobre recuperar a legislação ambiental: No mesmo dia em que Lula



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

defendeu exploração de petróleo na Margem Equatorial, ministra diz que Brasil pode ajudar países a trilharem caminhos mais responsáveis. **((o))eco**, 12 jun. 2024. Disponível em: <https://oeco.org.br/salada-verde/em-entrevista-marina-silva-fala-sobre-recuperar-legislacao-ambiental/>. Acesso em: 9 ago. 2024.

SILVA, Renata Priscila da; DURANS, Tassia dos Santos; FARIAS, Carmen Roselaine de Oliveira. A ambientalização curricular: o caso da disciplina educação ambiental na política curricular de Pernambuco. In: **Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**. 4., 2012, São Cristóvão. **Anais [...]**. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10116/44/43.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SOARES, Patrícia Gavião; GONÇALVES, Nathalie Suelen; SANTOS, Thaís de Lima dos; RUPPENTHAL, Raquel; MELLO, Elena Billig. BNC-Continuing Training of Basic Education Teachers: competences for whom?. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 9, p. e46011932181, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/32181>. Acesso em: 5 jun. 2024.



A RODA DE CONVERSA E AS EMOÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRINCÍPIOS FREIREANOS COMO FUNDAMENTO

Dirciane Maria Gonçalves Coelho Muniz
Viviane de Bona

RESUMO: O presente texto tem o objetivo de destacar as bases teóricas freireanas de uma pesquisa que situa a relação dialógica e emocional na Educação Infantil. Traz a compreensão da educação problematizadora preconizada por Freire (1987) como uma educação transformadora, aquela que afeta verdadeiramente o indivíduo e enfatiza a prática social do diálogo como essencial na ação educativa desde a primeira infância. Situa a Educação Infantil com seus marcos históricos e suas bases legais, pontuando avanços e desafios para esse campo educativo, trazendo o recorte da concepção Walloniana de desenvolvimento humano, que assim como Freire (1996), nos leva a ter uma visão de integralidade que reconhece o outro como uma pessoa capaz de ir constituindo-se nesse ser ético que dialoga, reflete e afeta o mundo. Apresenta a Roda de Conversa como um dispositivo pedagógico eficiente por ser um espaço democrático e propositivo para aprendizagens sobre a dimensão humana emocional, desde que, as expressões das crianças sejam validadas no contexto desse dispositivo.

PALAVRAS-CHAVE: Relação dialógica, Roda de Conversa, Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem o objetivo de destacar as bases teóricas freireanas de uma pesquisa que situa a relação dialógica e emocional na Educação Infantil. Traz um enfoque sobre a prática docente e



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

busca abordar o papel da relação dialógica e problematizadora no momento da Roda de Conversa com foco na dimensão do sentir. Compreendemos que a educação problematizadora apontada por Freire (1987) é uma educação transformadora. Aquela que afeta verdadeiramente o indivíduo através do exercício da reflexão. Um espaço para vivências de trocas, acolhimentos e de aprendizagens sobre as emoções humanas desde a primeira infância.

A Roda de Conversa (RC) apresenta-se, em nosso estudo, como um dispositivo pedagógico eficiente para o exercício do diálogo perpassado pelo campo das emoções. Ela é reconhecida como um espaço democrático e propositivo para aprendizagens sobre a dimensão humana emocional, desde que, as expressões das crianças sejam validadas no contexto da Roda de Conversa. Espaço de relação com o outro, com uma escuta atenta, bem como, o respeito pleno as diversas formas expressivas das crianças, promovendo a prática do diálogo como uma ação cidadã e de formação humana. Orienta Freire (1987, p.54):

O diálogo é este encontro dos homens [e mulheres], mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. [...] Por isso, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir dos seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tão pouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.

Assim sendo, temos o diálogo como a melhor forma de interação humana, o que torna fundamental o seu exercício desde a primeira infância. Entendemos que a Roda de Conversa na Educação Infantil pode tornar-se parte do processo educativo e emocional enfatizando esse momento como um espaço de autopercepção, autoconhecimento e de aprendizagens do dialogar, enquanto exercício de *fala e escuta*, perpassando também pelo diálogo interno do



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

sujeito, com seus “silenciamentos”. Estabelecendo como centro orientador desse processo a problematização, ao indagarmos as crianças a partir de perguntas facilitadoras da reflexão sobre o próprio sentir, naquele momento da roda. Em busca de ampliar, dessa forma, a sua percepção sobre tais aspectos emocionais. Valorizando as suas elaborações acerca do que lhes acontece na relação consigo mesmo, com o outro e com o mundo a sua volta. Sendo que este pode ser um caminho para promover a compreensão das crianças sobre o sentir.

Isto posto, entende-se que a Educação Emocional na Educação Infantil se dá como uma forma de educar para as relações entre os sujeitos enquanto exercício democrático de fala e escuta, na perspectiva de formação ética e cidadã. Considera-se que manter o diálogo com foco na dimensão do sentir poderá promover a percepção das crianças para as sensações, sentimentos e de suas mais diversas expressões emocionais, tanto na individualidade quanto na coletividade. Através do exercício cotidiano de uma prática pedagógica intencional que tem como centro orientador desse processo a problematização, como pontuada por Freire (1987), podemos levar as crianças da Educação Infantil a ampliarem a consciência sobre tais aspectos e assim favorecer a qualidade das interações sociais. Trazemos também a definição de Roda de Conversa estabelecida por Warschauer (2017, p. 107):

[...] de maneira bem objetiva: a Roda é uma continuidade de encontros com um mesmo grupo de pessoas, em uma frequência estabelecida para esses encontros, centrados nas reflexões e nas suas partilhas. É um espaço seguro para se conversar mais abertamente. Mas essa abertura é construída aos poucos.

É a partir desse pressuposto, que a pesquisa teve como objetivo geral investigar a Roda de Conversa enquanto dispositivo pedagógico facilitador para a inserção da Educação Emocional na



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Educação Infantil. Temos como objetivos específicos verificar se é possível manter o foco na dimensão do sentir durante a Roda de Conversa com as crianças pequenas e compreender como crianças de um grupo infantil IV se expressam em eventos de Rodas de Conversas com foco na dimensão do sentir.

Nesse sentido, traçamos neste texto, alguns dos fundamentos teóricos sobre os quais nos apoiamos a respeito da Roda de Conversa no contexto da Educação Infantil, situando em seguida os marcos históricos e as bases legais que orientam a prática educativa deste seguimento no Brasil. Em seguida, abordamos a visão de integralidade pontuada por Freire (1987) e a Teoria do desenvolvimento humano Walloniana com a qual dialogamos neste estudo e por fim, apresentamos a metodologia e os resultados da pesquisa, traçando as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Na atualidade, os avanços das pesquisas em diversos campos como a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia passaram a abordar de forma mais contundente a infância na sociedade, dando mais visibilidade para estes sujeitos. Contudo, segundo Oliveira (2007) ainda é preciso vencer muitos obstáculos que se interpõem à Educação Infantil. A referida autora destaca os resquícios da visão médico-higienista que ainda se mantém em muitos espaços, acreditando que basta manter a criança pequena sob a guarda e com cuidados referentes à alimentação e a higiene, ou, no caso da pré-escola, com atividades voltadas para o treino com vistas a uma preparação para a vida escolar. Estas concepções mantêm a criança apartada da experiência social, do acesso ao conhecimento e de aprendizagens que lhe possibilite ter melhores condições para estar no mundo, de forma mais autônoma e participativa. Ou seja, a Educação Infantil também não escapa da concepção de educação



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)

“bancária” como nos afirma Freire. E nesse sentido, o autor nos provoca com a seguinte reflexão:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. (Freire, 1987, p. 46).

Hodiernamente, as práticas educativas, seguem diversos instrumentos embasados nos avanços de estudos no campo da primeira infância, permeadas também pelos valores e concepções de criança e educação dos profissionais, da família e da comunidade na qual a criança vive. Desse modo, toda a ação dentro dos espaços educativos/formativos está carregada de significados, valores e ideias acerca do que é ser criança. Convivemos com práticas diversas embasadas por variadas concepções, contudo, ainda se mantém as referências *eurocentradas*, como modelos a serem seguidos. Estes contextos são, portanto, constituídos por uma diversidade de metodologias específicas em que os professores/profissionais precisam adequar-se no sentido de atender às **reais** necessidades e interesses de cada indivíduo (Arroyo, 2004). Exigindo de nós educadores um posicionamento político e ético voltado para questões sociais que afetam o pleno desenvolvimento das crianças.

Na medida em que ainda enxergamos as crianças como seres a parte das transformações sociais e históricas, passivas e receptivas o tempo todo, não reconhecemos a sua real identidade histórica, como sujeito competente de fato para uma relação humana com o outro. Freire (1987, p. 55) nos convoca a ação política, quando diz: “onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de amor está em



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação. Mas, este compromisso, porque é amoroso, é dialógico”.

A criança pequena não é só um sujeito de direitos, como afirmam os instrumentos legais, mas um ator social, um ser em desenvolvimento que também é capaz de produzir saberes sobre o mundo e que participa da dinâmica social como produtora de cultura, que interfere no ambiente, questiona, provoca e inova. Nesse sentido, podemos considerar que é preciso haver mais **escuta** nos ambientes em que as crianças estão inseridas. Não se pode negar a grande conquista de reconhecimento dado à infância com a Constituição Federal de 1988, ainda mais com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, o qual apresenta as crianças como Sujeitos de direito:

A Lei 8069/90 (ECA), em seu artigo 3º, determina que “a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata a Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros, meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”. (ECA, 2017, p. 12).

Esses instrumentos deram mais respaldo legal para as instituições destinadas ao atendimento da primeira infância, que passaram de serviços assistenciais para serviços educacionais de fato, saindo da Assistência Social para o Setor Educacional. Com o enorme ganho de poderem ser fiscalizadas oficialmente pelos diversos órgãos do poder público, como os Conselhos Tutelares, mas, sobretudo, pela própria sociedade. A Educação Infantil torna-se primeira etapa da Educação Básica a partir da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacionais, Lei nº 9394/96. Parâmetros que orientam as práticas em instituições de ensino junto à infância foram elaborados, como: os RCNEI (Brasil, 1998); RESOLUÇÃO N.5 (Brasil, 2009) DCNEIs (Brasil, 2010) e a atual BNCC (Brasil, 2017), que são os principais



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)

marcos legais da Educação Infantil no Brasil. Dessa forma, a Educação Infantil deve desenvolver formas de atuação/estratégias a fim de conduzir uma prática pedagógica de fato voltada para esse **ser integral**, considerando também a dimensão do *sentir* como um conteúdo cada vez mais valorizado pela/na ação educativa.

Para que isso ocorra é fundamental o conhecimento acerca do desenvolvimento humano na infância. Assim sendo, optamos por apoiar este estudo na Teoria da *Psicogênese da Pessoa Completa* de Henry Wallon (2008), que considera a pessoa enquanto totalidade embasando a nossa compreensão sobre a dimensão afetiva como um aspecto de extrema relevância. Wallon (2008) descreve o processo de desenvolvimento e crescimento como cheio de rupturas, retrocessos, inconstância e não linearidade, embora a afetividade esteja presente, dando o contorno para as ações e pensamentos. Ou melhor, na medida em que há crescimento, as novas aprendizagens vão sendo ressignificadas e integradas ao todo que é a pessoa (pensamento e emoção). Nesse sentido, a Educação Infantil deve considerar a dinâmica do desenvolvimento como um movimento constante entre a emoção e a cognição, o corpo e o pensamento, propondo práticas que visem favorecer estes processos junto a criança pequena.

A visão integral do ser humano nos mostra que os processos de desenvolvimento se dão como uma construção entre as demandas do meio e as capacidades do próprio sujeito (Wallon, 2007), o que nos faz perceber o quanto é fundamental para a primeira infância as manifestações expressivas da afetividade, e que estas precisam ter voz e vez nos diversos espaços de convivência humana. Precisam ser acolhidas, dando oportunidades para que possam ser ressignificadas, assim como ampliadas com o conhecimento sobre elas, identificando-as e nomeando-as, bem como, validadas por estes adultos enquanto aspectos das singularidades e comunalidades humanas. A relação adulto-criança ainda é um ponto a ser debatido e estudado para que ambos os sujeitos da ação educativa possam evoluir em seus



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

processos de conhecimento de si e do mundo a sua volta. Como Freire (1987, p.46) pontua

É preciso que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem *fornar* é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.

Entendendo que para além da transmissão de conteúdos e da regulação comportamental do sujeito aprendente, possa se dar também e de forma aprofundada a formação de um cidadão consciente e autônomo em suas atitudes, tomadas de decisão, assumindo sua parcela de responsabilidade sobre o contexto no qual está inserido (família, escola e sociedade).

Diante disso, as crianças vão construindo a própria identidade pessoal e coletiva a partir das experiências vividas e de modo especial, dentro do ambiente educacional, sendo coautores da própria historicidade através da participação ativa, do engajamento, do interesse no que acontece.

Ao considerarmos a Educação Infantil como um contexto coletivo de desenvolvimento, onde as relações fazem parte desse processo de aprendizagem social e de convivência humana, consideramos a Roda de Conversa como um espaço de diálogo e trocas com o ambiente humano, o qual, a partir das falas (entendendo não só a linguagem verbal), mediadas pela ação intencional de um sujeito mais experiente (professor), estamos levando em conta este contexto social presente, tanto representado pela sala de aula, pela escola, pela comunidade local, pela família de cada criança, como



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

também levando em conta a dinâmica desses contextos com todas as suas construções históricas culminando nessa complexa rede de relações que afetam os sujeitos.

No cotidiano da Educação Infantil a roda já é um dispositivo bastante utilizado, enquanto formatação, ou seja, disposição dos participantes em círculo ou semicírculo onde o professor é o mediador ou propositor de temas e atividades. A própria configuração em roda possibilita a melhor visualização, a melhor percepção sobre o que está acontecendo naquele momento. Para o professor a roda torna-se também o momento de maior aproximação daquele coletivo, então, esse formato possibilita, por exemplo, a apresentação de um recurso novo, a leitura de uma história, a musicalização e suas coreografias, etc. Sendo uma forma de reunião, acolhimento, participação, diálogo, escuta, reconhecimento de si enquanto coletividade e individualidade.

Diversos autores (Bombassaro, (2010); Junqueira Filho, 2005; Warschauer, 1993; Sarmiento, 2004; Rossetti-Ferreira, 2000; Barbosa, 2005; De Angelo, 2004 e Alessi, 2021), consideram a Roda de Conversa como um espaço importante para o exercício do respeito à fala do outro, promovendo a inclusão, o reconhecimento e a reafirmação de um lugar comum de pertencimento de um grupo, sendo um espaço de consolidação democrática, com direito a escuta atenta, ao olhar e a atenção do(s) outro(s). Compreendemos a Roda de Conversa como um dos pontos centrais da ação pedagógica voltada para aprendizagens significativas sobre as emoções.

Dessa forma, pensar a Roda de Conversa na prática cotidiana da Educação Infantil, visando assegurar espaços de aceitação e acolhimento das diversas formas de ser e estar no mundo é uma forma de inserção da Educação Emocional. A partir da compreensão de que educando as relações naquele espaço-tempo ampliam-se as possibilidades de intervenções pedagógicas mais sintonizadas com as demandas do grupo, estabelecidas no exercício da relação dialógica



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

problematizadora, a qual passa a ser o caminho legítimo de escuta de si e do outro, de aproximação entre o adulto e a criança, as crianças entre si, do grupo para cada um, de cada um para o grupo. Co-construindo um espaço verdadeiramente humanizado e vital. Essa atividade possibilita que a criança exerça o seu protagonismo nesse fazer cotidiano, expressando de diversas formas a sua impressão sobre a realidade que hora vivencia, dentro e fora do espaço escolar, percebendo-se nesses contextos enquanto ser que busca desenvolver-se, conhecer a si mesma enquanto singularidade e coletividade humana, assim como pontua a Resolução N° 5 de 2009 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil em seu Art. 4º:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, 2009).

Nesse sentido, consideramos importante tratar especialmente da relação dialógica enquanto eixo norteador da Roda de Conversa a fim de assegurar uma prática pedagógica transformadora e que preza pela liberdade de expressão da criança. A relação dialógica na Roda de Conversa da Educação Infantil torna-se fundamental para dinamizar o processo de interlocução humanizado. Desde a infância somos inseridos num mundo da interlocução por meio das diversas linguagens. Um diálogo que se dá desde o berço, criando formas para comunicarmos ao mundo as nossas necessidades. O qual prescinde da leitura que o outro (adulto-cuidador) consegue fazer desse corpo (bebê) que se movimenta e que se expressa de diversas formas, apesar da ausência ainda de uma linguagem verbal. Somos seres da



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

interação, da comunicação, da manifestação dos desejos, portanto, saber conversar, envolve habilidades como falar e ouvir. A escuta de si mesmo, saber reconhecer os sinais corporais, as tensões, as sensações, o que o próprio corpo comunica/fala é muito importante. E isso muitas vezes vai ficando em segundo plano quando colocamos as ideias acima das sensações, dos sentimentos experimentados.

O diálogo é considerado tanto com o outro quanto consigo mesmo enquanto sujeito autorreflexivo. E é este **saber sobre si** que passa a ter um importante papel na formação do sujeito integral, sendo a escola o espaço privilegiado para tais aprendizagens ao valorizar o campo da interlocução como prática social do diálogo, cada vez mais necessário para as relações humanas. Pautando-se por esse entendimento sobre a importância da relação dialógica, ampliamos o olhar do professor para o protagonismo infantil como meta. A criança sendo reconhecida como um ser capaz de produzir seu próprio conhecimento a partir das interlocuições com seus pares e com os adultos (aquele ser mais experiente).

A educação aqui é vista não como uma preparação, mas como um exercício de cidadania e não apenas para o mundo do trabalho, mas para a própria vivência escolar cidadã, que precisa despertar o pensamento crítico dos sujeitos, na perspectiva de que desenvolva um compromisso permanente com a transformação social que deseje.

Uma educação transformadora e libertadora, como nos traz Paulo Freire (1987), é aquela que promove a reflexão através da intervenção problematizadora. Compreender como todos (inclusive o professor) estão se sentindo naquele momento na roda será o ponto de partida para as demais proposições da prática educativa. Podendo ser ampliados os saberes que irão se tecendo nesses encontros que se darão de forma permanente dentro da rotina da turma. É importante falar não apenas *sobre* as emoções, mas levá-los à experiência do sentir e expressar através das múltiplas linguagens (gestos, fala, e demais



formas de expressão de si), contudo, pontuando sempre o **diálogo** como uma das melhores formas de interação humana.

Estabelecer um diálogo com foco na dimensão do sentir poderá trazer um autoconhecimento mais significativo para cada sujeito e/ou coletividade. São aprendizagens que se dão na experiência social significativa. Assim, a Educação Emocional se situa enquanto uma Educação voltada para o aprimoramento da escuta e do acolhimento da dimensão do sentir dentro destes espaços formativos.

DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO E SEUS RESULTADOS

Para o estudo, consideramos a Roda de Conversa propriamente dita, como espaço para compartilhar saberes sobre si mesmos e sobre o mundo, por meio do diálogo. Compreendendo que este seria o momento mais oportuno para desenvolver aprendizagens sobre *fala* e *escuta*, habilidades importantes para o exercício do diálogo, aprofundando tais conhecimentos com experiências de percepção sobre a dimensão do sentir (sensações, emoções e sentimentos), no âmbito da dialogicidade. O verdadeiro diálogo prescinde da máxima afetividade como diz Freire (1987, p. 55): “Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens”.

Posto isso, consideramos importante a realização dessa pesquisa enquanto proposição de uma experiência na Educação Infantil, onde junto com as próprias crianças pudéssemos compreender como elas se expressariam ao serem indagadas sobre a dimensão do sentir, numa ação cotidiana dentro do contexto coletivo da Roda de Conversa. Além de trazer para a pauta discussões do nosso estudo que mostram novas estratégias de ensino que auxiliem os professores a estarem juntos com as crianças criando espaços de diálogo e acolhimento dos afetos. É o que entendemos como sendo a



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)

melhor maneira de, intencionalmente, inserir a **Educação Emocional** na Educação Infantil numa perspectiva transformadora.

A pesquisa traz como proposta de intervenção, a atividade da RC com foco na dimensão do sentir, na qual o docente assume um papel de interlocutor que indaga, provoca e convida as crianças a dialogarem a partir da dimensão afetiva. Partindo-se desse pressuposto, a investigação apresenta a observação de alguns eventos de RC com crianças de um Grupo Infantil IV de uma creche escola da Rede de Ensino do Recife. Tendo a pesquisadora/professora como interlocutora nesses eventos, tratando-se, portanto, de uma pesquisa-ação que pretendeu contribuir diretamente com a prática educativa nessa direção.

Iniciamos o processo de coleta com a aplicação de um questionário junto ao corpo docente, a fim de estabelecermos uma aproximação maior com o campo de pesquisa, para conhecer como a temática da Educação Emocional na Educação Infantil, é vista pelos professores, bem como, saber sobre a utilização da Roda de Conversa na prática cotidiana com as crianças. As respostas foram de reconhecimento da importância dessa abordagem junto ao público infantil, como também foi confirmada a Roda de Conversa como um dispositivo já bastante utilizado cotidianamente, muito embora prevalecendo os objetivos de preparação para rotina, roda de leitura e musicalização. Sendo pouco utilizada enquanto Roda de Conversa propriamente dita. Na sequência, foram oportunizadas para estes profissionais, três oficinas temáticas, as quais favoreceram um contato destes com a própria experiência pessoal e profissional, configurando-se enquanto momento de escuta de si e do outro, a reflexão sobre a importância do autocuidado e a necessidade do acolhimento das expressões emocionais das crianças na Educação Infantil.

Foram ainda vivenciados momentos de Roda de Conversa com o Grupo IV, sujeitos da pesquisa, ao longo de dois meses. A primeira RC ocorreu com a participação de todas as crianças,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

expressando-se através de gestos, movimentos e palavras, configurando interesse, compreensão sobre aquilo que estava sendo proposto: conversar sobre **o quê** e **como** se sentiam naquele momento, uma percepção trazida pela pergunta fundamental, *“Como você(s) está(ão) se sentindo agora?”*.

Ao longo das demais Rodas, as crianças foram compreendendo melhor a si mesmas nessa dinâmica coletiva, para isso, utilizamos perguntas facilitadoras nos momentos das Rodas: *“como você sabe que está sentindo ...?”*; *“O que você sente quando..?”*; *“Onde você sente no seu corpo...?”*. Buscando ampliar, dessa forma, a percepção sobre esse campo e a expressão oral de desejos, memórias afetivas, sentimentos presentes, ideias e fantasias, além de um corpo que se manifesta através de linguagens múltiplas (gestos, posturas, movimentos, expressões faciais e sons). As crianças foram trazendo suas formas singulares de expressar suas elaborações sobre o que sentiam no momento presente, entrando em contato com emoções básicas como medo (de bichos, insetos, escuro, escorregar, ficar sozinhos), alegria (ganhar presentes, ir à praia com os pais, cuidar dos bichos de estimação, ter amigos, correr), tristeza (quando caíam, quando viam os pais se acidentarem, quando apanhavam em casa), raiva (quando negavam atender os seus desejos e vontades, quando eram provocados por colegas), além de vergonha, saudade, evidenciando através de suas ideias, fantasias, memórias afetivas, situações vivenciadas em seus contextos familiares.

Também estabeleceram diálogos pautados por situações do momento presente, como, falar sobre o choro dos bebês, que vinha do berçário que ficava ao lado da sala, resolver conflitos que surgiam no momento da Roda, expressar seus desejos e necessidades naquele instante, como, fome, sono, vontade de correr, vontade de estar na praia com os pais. Podemos perceber suas habilidades para negociar, tentar ajudar o outro a se sentir melhor, mantiveram-se atentos em diversos momentos para ouvir diálogos entre os pares, relatos de



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

experiências do colega, aprenderam algumas técnicas de mindfulness, como “Cheirar a florzinha e soprar a velinha”, “encher o balão e secar o balão”, “fechar os olhos e silenciar com as mãos no coração”, estas foram estratégias que favoreceram momentos de mais tranquilidade e autopercepção de estados emocionais no momento presente. As crianças também compartilharam suas formas habituais de autorregulação emocional, dizendo que, choravam, bebiam água, ficavam paradas num cantinho, ou, respiravam fundo para se sentirem mais calmas ou melhor.

Para a análise de dados usamos dois instrumentos de registro, elaborados com o objetivo de termos uma visão geral sobre o grupo com a vivência das Rodas de Conversa com foco na dimensão do sentir e outro para podermos identificar de forma mais acurada as manifestações expressivas de cada criança. Alguns destes registros foram feitos em parceria, trazendo também o olhar da professora da turma. Foram registros importantes que nos deram uma visão da potência da Roda de Conversa enquanto espaço de acolhimento das diversas formas de expressão da afetividade infantil, embora a Roda de Conversa enquanto tal, ainda seja bastante desafiadora para o adulto (professor), talvez por nos retirar de um lugar de controle permanente, ela permite parâmetros maiores de aceitação, ali, apenas o **tempo** foi o marcador de limite mais imponente. Podemos dizer que os resultados obtidos pela pesquisa foram satisfatórios e que os mesmos nos deram evidências de que a Roda de Conversa é um dispositivo pedagógico facilitador para se inserir a Educação Emocional na Educação Infantil. Respondendo a nossa questão de pesquisa, além das questões sobre manter o foco na dimensão do sentir durante a Roda de Conversa com as crianças pequenas, quando apresentamos estratégias de respiração lenta e profunda, perguntas facilitadoras, e sobretudo, mantendo uma atitude de escuta atenta, aceitação e acolhimento. Dessa forma, o registro das observações, impressões da professora/pesquisadora nos forneceram dados que



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)

facilitaram compreender como crianças de um Grupo Infantil IV se expressam em eventos de Rodas de Conversas com foco na dimensão do sentir.

Afirmamos que este estudo revelou ser a Roda de Conversa um espaço dentro das instituições educativas, que assegura esse lugar de escuta das elaborações infantis sobre o que lhes ocorre na dimensão do sentir, sejam emoções, sentimentos ou sensações, tornando as dinâmicas interativas mais respeitosas e empáticas. Além de ser um espaço em que a coletividade é fortalecida, sejam entre criança-criança como entre adulto-criança.

Pontua-se para a importância de manter a Roda de Conversa com foco na dimensão do sentir como uma atividade permanente na rotina das crianças. Um espaço de escuta, diálogo e conscientização destes sujeitos. Para que possam se apropriar não somente de como é **estar** numa roda de conversa, mas, ao serem indagadas sobre **como se sentem** naquele momento, ir ampliando a consciência sobre o que lhes ocorre na dimensão dos afetos. Os resultados apontaram para manifestações expressivas orais das crianças sobre memórias afetivas familiares, expressos em desejos: *“O meu coração tá dizendo pra eu sair com minha mãe, pra praia”*; *“Eu queria subir numa árvore”*; *“Eu queria correr”*; *“Eu queria ser grande”*. Ou, para as sensações corporais associadas a emoções: *“O meu coração tá batendo rápido, Tum, Tum”*. Puderam também experimentar novas estratégias de regulação com os exercícios de respiração lenta e profunda. Tais dados nos tem mostrado a potência da RC, como lugar de fala e escuta das subjetividades sobre o campo da afetividade desde a primeira infância. Destaca-se tais encontros como uma oportunidade também para os docentes enquanto processo autoformativo, para a possibilidade de mudanças nas concepções do papel do adulto na relação com o outro-criança, ou melhor, na reflexão de uma conduta adultocentrada que ainda ocorre na relação ensino-aprendizagem desde a Educação Infantil. Ressalta-se também a possibilidade de a pessoa adulta ser



transformada por meio desse movimento que se inicia com a RC com foco na afetividade, e, poder acessar igualmente o próprio campo afetivo na relação com as crianças. De acordo com Freire (1996, p. 69), “viver a abertura respeitosa aos outros e, de quando em vez, de acordo com o momento, tomar a própria prática de abertura ao outro como objeto da reflexão crítica deveria fazer parte da aventura docente”. Nesse caminho, Freire (1996) nos leva a ter uma visão de integralidade, pautando-se em uma prática educativa verdadeiramente transformadora e libertadora, que reconhece o outro como uma pessoa capaz de ir constituindo-se nesse ser ético que dialoga, reflete e afeta o mundo no qual está inserido de forma cada vez mais consciente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Roda de Conversa como prática social do diálogo no contexto da Educação Infantil e como aprendizagens sobre os campos dos afetos, da relação dialógica entre educadores e educandos, fortalece aprendizagens humanizadas e humanizantes.

Destacamos o eixo central da problematização em nosso estudo, embasado em Paulo Freire (1987 e 1996), o qual nos convoca a reflexão permanente sobre a prática, como exercício da liberdade. Enfatizamos que essa é uma ação pedagógica que valoriza e respeita o sujeito aprendente (criança pequena) como ser capaz de refletir sobre si, sobre o outro e sobre o mundo a sua volta, se houver disponibilidade para esta escuta respeitosa e **amorosa**.

Situamos o contexto histórico e bases legais da Educação Infantil no Brasil, com seus avanços e desafios permanentes; discutiremos sobre a perspectiva Walloniana de desenvolvimento humano com a qual dialogamos e se compatibiliza com a visão Freireana de integralidade do sujeito. Por fim, apresentamos recortes da pesquisa realizada no âmbito da Rede de Ensino do Recife, com



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

uma turma de crianças do Grupo Infantil IV (4 e 5 anos), com resultados significativos que evidenciam o dispositivo RC como eficaz para se inserir a Educação Emocional na Educação Infantil, numa perspectiva de educação transformadora. Promovendo a formação ética e cidadã tão almejada por Freire (1996). Em síntese, destacamos a relevância e a necessidade de mais estudos sobre esse campo que embasem práticas educativas de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALESSI, Viviane Maria. **Rodas de conversa:** uma análise das vozes infantis na perspectiva do círculo de Bakhtin. Curitiba: UFPR. 2021.

ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas:** trajetórias e tempos de alunos e mestres. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Por amor e por força:** as rotinas na educação infantil. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

BOMBASSARO, Maria Cláudia. **A roda da educação infantil:** aprendendo a roda aprendendo a conversar. Dissertação (Mestrado) Porto Alegre: Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/28810>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília.

2021. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

BRASIL. Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEB, V. 1,2 e 3, 2001.

BRASIL. Ministério da educação. Conselho nacional de educação. Câmara de educação

básica. **Resolução n. 5 de 17 de dezembro de 2009.** Disponível em:
<https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe>

BRASIL. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Ministério da Educação. Parecer Homologado. Brasília: CNE/CEB, Seção 1, P.14, D.O.U., 20/2009. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf

DE ÂNGELO, Adilson. **O espaço-tempo da fala na educação infantil**: a roda de conversa como dispositivo pedagógico. In: ROCHA, Eloisa Acires Candal; KRAMER, Sônia. (Orgs.). **Educação infantil**: enfoques em diálogo. São Paulo: Papirus, 2013. P. 53-66.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e terra. 1987.

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon:** uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Rio de Janeiro: Vozes. 2008.

KUHLMANN JR., Moisés. **Infância e educação infantil:** uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2001.

OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Educação infantil:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2007.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; Et. Al. (Orgs.). **Os fazeres na educação infantil.** São Paulo: Cortez, 2007.

SARMENTO, Manoel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (Orgs.). **Crianças e miúdos:** perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: Asa, 2004.

WARSCHAUER, Cecília. **A roda e o registro: uma parceria entre professor, alunos e conhecimento.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.



COMPROMISSO DEMOCRÁTICO DA METODOLOGIA FREIREANA

Ricardo de Aguiar Pacheco
UFRPE

RESUMO: O presente artigo retoma a questão da preparação metodológica como parte da formação dos professores nos escritos de Paulo Freire. Para isso inicialmente apresentamos uma leitura de Pedagogia da esperança destacando a estratégia do mestre de ensinar educando a aprender, aprendendo com o educando suas formas de pensar. No segundo momento recorreremos a leitura de Pedagogia da autonomia para interpretar o sentido do ‘pensar certo’ proposto como método de ensinar a aprender. Finalmente retomamos a leitura de Educação como prática de liberdade destacando a sua última sessão, onde descobre as etapas preparatórias para o desenvolvimento das ações de educação popular desenvolvidas no contexto do Recife dos anos 1960. Essas referências são então utilizadas para significar o lugar do planejamento de ensino nas práticas pedagógicas. Nossa intenção nessa leitura das obras é encontrar o compromisso democrático como parte central da pedagogia freireana e do compromisso com a educação popular

PALAVRAS-CHAVE: Metodologia. Pedagogia da esperança. Pedagogia da autonomia. Educação como prática de liberdade.

INTRODUÇÃO

O presente artigo retoma a questão da preparação metodológica como parte da formação dos professores nos escritos de Paulo Freire.

Para isso inicialmente apresentamos uma leitura de Pedagogia da esperança destacando a estratégia do mestre de ensinar



educando a aprender, aprendendo com o educando suas formas de pensar.

No segundo momento recorremos a leitura de Pedagogia da autonomia para interpretar o sentido do ‘pensar certo’ proposto como método de ensinar a aprender.

Finalmente retomamos a leitura de Educação como prática de liberdade destacando a sua última sessão, onde descobre as etapas preparatórias para o desenvolvimento das ações de educação popular desenvolvidas no contexto do Recife dos anos 1960.

Essas referências são então utilizadas para significar o lugar do planejamento de ensino nas práticas pedagógicas. Defendemos que o educador necessita estar politicamente comprometido com os valores da sociedade multicultural e tecnicamente preparado para realizar os objetivos da educação democrática

Nossa intenção nessa leitura das obras é encontrar o compromisso democrático como parte central da pedagogia freireana e do compromisso com a educação popular

PEDAGOGIA DA ESPERANÇA

Em *Pedagogia da Esperança*, Paulo Freire testemunha diversos desafios de sua prática pedagógica como educador vinculado aos interesses populares, comprometido com a transformação social do mundo em que habitou. As falas, ali reunidas de um lado, explicitam a centralidade de sua visão de educação: os sujeitos envolvidos – educadores e educandos – estão, constantemente, em situação de ensino e aprendizagem. o educador problematiza o conhecimento sistematizado, ao mesmo tempo em que o educando apresenta a sua visão de mundo sobre os objetos de aprendizagem. A presença na sala de aula é importante para a formação do sujeito, mas a participação no sindicato também ensina; a escola é lugar de ensino-



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

aprendizagem, assim como os espaços de lazer dão acesso a novas informações.

Para ilustrar essa assunção, o autor relata situações em que evidencia como ele mesmo aprendeu a ensinar. Desse modo, testemunha seu entendimento de que o educador é aquele que ensina ao outro como se aprende. Assim informa aos professores em formação que o leem em Pedagogia da Esperança que ensinar é, sobretudo, ensinar a aprender.

Na linha progressista, ensinar implica, pois, que os educandos, em certo sentido, ‘penetrando’ o discurso do professor, se apropriem da significação profunda do conteúdo sendo ensinado. O ato de ensinar, vivido pelo professor ou professora, vai desdobrando-se, da parte dos educandos, no ato de estes conhecerem o ensinado (Freire, 1992, p. 81).

Essa passagem aponta ao educador progressista a correlação entre os atos de ensinar e de aprender. O ensinar é um ato intencional de quem deseja promover uma aprendizagem em outro sujeito. Já a aprendizagem é um processo cognitivo que ocorre no interior do sujeito que aprende – e não no exterior do sujeito que deseja ensinar. Logo, para ensinar algo a alguém, faz-se necessário, antes, aprender o que esse outro sabe sobre o que se ensina.

Ao mesmo tempo, aprender algo de alguém depende do reconhecimento do valor cultural do conhecimento ensinado. Por isso, é importante, para quem ensina a aprender, dar sentido concreto ao que ensina, saber contextualizar o saber ensinado.

Ensinar é assim a forma que torna o ato de conhecimento que o(a) professor(a) necessariamente faz na busca de saber o que ensina para provocar nos alunos seu ato de conhecimento também. Por isso, ensinar é um ato criador, um ato crítico e não mecânico. A curiosidade do(a) professor(a) e dos alunos, em ação, se encontra na base do ensinar-aprender. (Freire, 1992, p. 81).



O sujeito que deseja ensinar, portanto, precisa ter claro que o ato de verbalizar uma afirmação sobre o mundo (tal como: dois mais dois igual a quatro) não implica na imediata apropriação e aceitação dessa afirmação como verdade por parte do sujeito que a ouve. Ao contrário, a aprendizagem, o processo cognitivo que ocorre na consciência do sujeito que aprende, é a forma como o educado entende, organiza e significa a informação apresentada no ato educativo. A aprendizagem é, assim, entendida como uma mediação entre o que é apresentado pelo educador com o que já é de conhecimento do educando.

PEDAGOGIA DA AUTONOMIA

Já em Pedagogia da Autonomia, Paulo Freire lista as competências que julga necessárias a quem ensina na perspectiva da educação democrática. A primeira exigência diz que “ensinar exige rigorosidade metódica” de quem ensina e de quem aprende, pois, como defendeu antes, ensinar não é ditar regras, mas provocar o educando a se aproximar do que aprende e isso demanda procedimentos adequados.

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se ‘aproximar’ dos objetos cognoscíveis (Freire, 1996. p. 26.).

Nessa passagem, lemos que Paulo Freire exige do educador democrático a “rigorosidade metódica com que se aproxima dos objetos cognoscíveis”, para que se ensine não apenas os conteúdos, as informações factuais do currículo, mas, sobretudo, as estratégias de observação e crítica dos temas e assuntos estudados. Também ensina



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

que a tarefa do educador progressista é ensinar ao educando como se aproximar do objeto que estuda, para aprender o que ainda não sabe sobre ele.

Ensinar não se limita à retransmissão de informações inertes e descontextualizadas características da educação bancária, aquela que ensina os sujeitos a ficar sentados esperando a revelação da verdade. O ensinar aprendendo, próprio do educador democrático, implica em colocar os educandos diante de situações de ‘pensar certo’.

Percebe-se, assim, a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo. Daí a impossibilidade de vir a tornar-se um professor crítico se, mecanicamente memorizador, é mais um repetidor cadenciado de frases e ideias inertes que um desafiador (Freire, 1996. p. 27).

O ‘pensar certo’ defendido por Freire não é o pensar em acordo com o convencionalizado, mas é o pensar com rigor metodológico de quem investiga o mundo. Não é o decorar das informações do livro didático, mas sim o procedimento de interrogar como as informações lidas no texto se evidenciam nas relações sociais concretas. Ensinar a pensar certo é promover a aprendizagem dos métodos de análise do mundo que, atravessando a aparência, permitem a observação da essência dos objetos.

O exercício que pergunta o resultado de “duas laranjas, mais duas laranjas” não diz se esse alimento está disponível para saciar a fome de quem faz essa soma. A clássica frase alfabetizadora “Ivo viu a uva” não considera se o educando conhece a fruta uva; se ele conhece o sujeito Ivo. Ou, mesmo, as implicações desse acontecimento no tempo passado.

Esse entendimento de que o ato de ensinar do educador é diferente do ato de aprender do educando, de que as informações ensinadas são mediadas pelas informações já conhecidas, impõe a



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

quem deseja ensinar o cuidado de saber previamente o que se conhece sobre o que será ensinado. Ensinar a aprender exige consciência dos sujeitos envolvidos sobre a cumplicidade que esse processo envolve. Ensinar exige a humildade de aprender como o outro aprende. E aprender exige a grandeza de construir uma nova consciência sobre o mundo que já conhece.

Ensinar, aprender e pesquisar lidam com esses dois momentos do ciclo gnosiológico: o em que se ensina e se aprende, o conhecimento já existente e o em que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente (Freire, 1996, p. 28).

Para o Ensino Escolar de História, essa reflexão impõe admitir que o ensino de um tema será sempre mediado pelo que os educandos já sabem sobre ele. Mesmo o ensino sobre o “Sistema Feudal” – forma de organização político econômica particular da Europa do século X – para as crianças e adolescentes brasileiros do século XXI será mediado pelos elementos da memória coletiva sobre esse objeto do passado. Os meios de comunicação de massa, como televisão, cinema, vídeos de internet, games e as próximas linguagens difundem imagens as mais diversas sobre esse e outros temas do ensino escolar de História, povoando a memória coletiva de representações sobre o passado.

Da mesma forma, o ensino de temáticas socialmente sensíveis como a “Escravidão no Brasil Colonial” sempre estará colocado em diálogo com a memória coletiva assimilada na experiência concreta que as crianças e adolescentes brasileiras do tempo presente sentem nos seus corpos. Estará sempre mediado pelos desdobramentos dessa forma de organização político econômica dos séculos XVI a XIX no tempo presente.

Portanto, o professor interessado em promover a aprendizagem efetiva precisa dominar o conhecimento que ensina, sim. Mas também precisa conhecer os significados culturais que os



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

indivíduos que aprendem atribuem ao saber que será ensinado. Nessa concepção freireana de ensino-aprendizagem, o pensar certo sobre o Ensino Escolar de História, a prática rigorosa demanda não apenas apresentar as datas e fatos do passado, mas entender como essas informações históricas são previamente significadas na memória coletiva de quem estuda. O pensar certo demanda provocar a consciência de quem aprende a ter uma percepção mais elaborada sobre as relações sociais ocorridas no tempo passado.

Por fim, em Educação como prática de liberdade, Paulo Freire reflete sobre a sua experiência como educador popular, mas também como gestor do mais importante programa de alfabetização de adultos ocorrido no Brasil. Em seu estudo, faz ampla discussão sobre as condições da sociedade brasileira nos anos 1960. Destaca o arcaísmo das relações sociais, ainda demarcadas pela herança escravista, que impunham a amplas camadas da população a privação de direitos básicos do cidadão moderno, tais como a própria alfabetização e aponta a educação popular como uma das principais tarefas das forças progressistas daquele tempo para modernizar a estrutura social brasileira.

EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DE LIBERDADE

Ao fim dessa obra clássica do pensamento educacional brasileiro com amplo reconhecimento mundial, esse pernambucano aponta as etapas do método de alfabetização de adultos que ele, em conjunto com suas equipes, organizou. São elas:

1. Levantamento do universo vocabular dos grupos com quem se trabalhará.
(...)
2. A segunda é constituída pela escolha das palavras, selecionadas do universo vocabular pesquisado.
(...)



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

3. A terceira fase consiste na criação de situações existenciais típicas do grupo com quem se vai trabalhar.

(...)

4. A quarta fase consiste na elaboração de fichas roteiro, que auxiliem os coordenadores de debate no seu trabalho. Estas fichas roteiro devem ser meros subsídios para os coordenadores, jamais uma prescrição rígida a que devam obedecer e seguir.

(...)

5. A quinta fase é a feitura de fichas com a decomposição das famílias fonêmicas correspondentes aos vocábulos geradores.

(Freire, 2014. 107-115)

Nessa metodologia para a alfabetização de adultos, proposta por Paulo Freire, exige-se um amplo trabalho de reflexão e preparação anterior ao ato pedagógico. Ou seja, o planejamento pedagógico e a preparação de materiais pedagógicos é característica central da proposta freireana de educação popular.

Cabe ao educador ou à equipe pedagógica, o desenvolvimento de diversas etapas anteriores ao encontro nos Círculos de Cultura: (1) mapear as características do universo dos educandos; (2) escolher as palavras significativas para esse universo cultural; (3) definir situações didáticas que problematizem o contexto cultural vivido; (4) elaborar roteiro didático que auxilie na condução do debate de problematização sobre o contexto cultural e (5) confeccionar as fichas de estudo do tema estudado, a serem utilizadas nas atividades de ensino.

Assim, o momento das atividades pedagógicas junto aos educandos – também descritas por Paulo Freire na sequência desse livro testemunho – é o desdobramento do amplo trabalho de um planejamento metodologicamente orientado. Ele alerta que a principal dificuldade, nesse método, não é a realização dessa sequência de tarefas preparatórias, posto que elas são indicações de condução e não obrigações rígidas.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

A grande dificuldade que se nos põe e que exige um alto senso de responsabilidade está na preparação dos quadros de coordenadores. Não porque haja dificuldades no aprendizado puramente técnico de seu procedimento.

A dificuldade está na criação mesma de uma nova atitude — e ao mesmo tempo tão velha —, a do diálogo, que, no entanto, nos faltou no tipo de formação que tivemos e que analisamos no segundo capítulo deste estudo.

Atitude dialogal à qual os coordenadores devem converter-se para que façam realmente educação e não “domesticação”.

Exatamente porque, sendo o diálogo uma relação eu-tu, é necessariamente uma relação de dois sujeitos. Toda vez que se converte o “tu” desta relação em mero objeto, se terá pervertido o diálogo e já não se estará educando, mas deformando.

Este esforço sério de capacitação deverá estar acompanhado permanentemente de um outro: o da supervisão, também dialogal, com que se evitam os perigos da tentação do anti-diálogo (Freire, 2014. p. 110).

Lemos, nessa passagem, que a principal dificuldade para a execução do método de alfabetização comprometido com os interesses da sociedade democrática é “a preparação dos quadros de coordenadores”, que assumam a tarefa de conduzir o trabalho pedagógico de interesse popular. Ou seja, o desafio do método freireano está na formação dos professores capazes de ‘pensar certo’ e de assumir a ‘rigorosidade metódica’ exigida pelo compromisso com a educação.

A educação popular, de caráter democrático, dá especial atenção à formação de um educador que escute mais a voz dos educandos do que lhes fale a sua verdade. Necessita de uma prática pedagógica que valorize mais o acerto do que reforce seu erro, que esteja mais atento às particularidades da consciência de cada sujeito, do que às imposições da formalidade do conteúdo ensinado.

Essa organização didática, fundamentada no diálogo aparente simples, foi, inicialmente, desenvolvida por Paulo Freire nas



iniciativas pedagógicas desenvolvidas nas cidades de Recife e Angicos, na década de 1960. Desde então, é utilizada como referência para o planejamento e organização de inúmeras experiências pedagógicas. Essa organização da alfabetização de adultos inspirou metodologias silábicas para a alfabetização infantil. Dessa etapa, se expandiu para formas de organização do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, que buscam, na realidade social, as bases para a promoção da aprendizagem significativa.

O PLANEJAMENTO DE ENSINO

O Planejamento de Ensino é um instrumento de trabalho do professor profissional que o auxilia a formalizar as suas intencionalidades pedagógicas. Ele atende a duas necessidades muito distintas entre si que não podem ser confundidas ou sobrepostas: uma burocrática administrativa, outra didático pedagógica.

Ao final do processo pedagógico o plano de ensino é o documento oficial no qual o professor informa a instituição escolar uma síntese das atividades didáticas que foram desenvolvidas em sala de aula. Esse é um documento oficial que será arquivado para comprovar, quando solicitado, quais atividades de ensino foram desenvolvidas em cada turma. Por essa razão é comum que cada escola estabeleça um modelo próprio de plano de ensino com itens e características próprias que atendem a essa necessidade administrativa.

Mas quando é produzido antes do desenvolvimento da atividade pedagógica, o planejamento de ensino é um instrumento de trabalho que permite ao professor profissional, aquele com formação em nível superior, refletir previamente as condições e intenções de sua intervenção pedagógica.

Como escrita prévia das atividades que serão realizadas junto com os estudantes, o planejamento de ensino solicita que o professore



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

escreva com clareza os objetivos e conteúdos da intencionalidade pedagógica. Ele o conduz na descrição das atividades de ensino que serão propostas. Nesse instrumento o profissional tem a oportunidade de visualizar antecipadamente os desafios de cada atividade de ensino assim como perceber se elas são de fato as melhores soluções para cada contexto concreto.

Nessa dimensão técnica o planejamento de Ensino é o instrumento pelo qual o professor comunica a si mesmo a intencionalidade do seu trabalho pedagógico. É a ferramenta de trabalho que lhe permite selecionar e adequar antecipadamente as atividades de ensino às intenções pedagógicas assim como as necessidades do contexto pedagógico concreto.

No aspecto formal o planejamento de ensino prévio ao trabalho pedagógico pode assumir muitos formatos. Pode ser simplesmente a lista de atividades didáticas a ser propostas a turma rascunhada no caderno de classe, prática comum entre por professores com mais experiência didática. Mas também pode se materializar em um texto que descreve detalhadamente as instruções e atividades que serão propostas, exercício ótimo para o professor em formação visualizar com antecedência os desafios da profissão.

O planejamento de ensino prévio pode seguir um modelo padronizado por cada instituição escolar. Mas cada professor também pode desenvolver o seu próprio esquema de planejamento da atividade pedagógica que atenda as suas perspectivas teóricas da educação.

Independente do seu formato físico o que caracteriza o planejamento de ensino é o exercício de escrever antecipadamente as atividades didáticas que serão propostas aos estudantes. Essa antevisão dos processos pedagógicos possibilita ao professor profissional verificar a adequação dos procedimentos de ensino aos objetivos e conteúdos que deseja trabalhar. Possibilita identificar como melhor utilizar os recursos didáticos que estão disponíveis.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Nessa antevisão prévia o planejamento de ensino revela e comunica as intencionalidades presentes no ato educativo proposto, permite assim validar os procedimentos de ensino que são capazes materializar suas intenções pedagógicas em aprendizagem efetiva.

Como entendido anteriormente o ensino aprendizagem ocorre sem formalidades em diferentes situação e contextos sociais. Mas o ensino formal escolar exige determinada formalidade. Essa não se refere ao formato das práticas, mas a formalização da intencionalidade pedagógica, ao protocolo de intenções de quem procura ensinar. E o planejamento de ensino – independente do seu formato físico – é o registro dessa intencionalidade.

Tratamos dessas particularidades técnicas da educação para lembrar que a Disciplina Escolar de História tem como lugar social a sala de aula da escola regular. Como parte do sistema de ensino formal – aquele que segue a formalidade institucional – ela deve ter sua intencionalidade pedagógica formalizada e anunciada.

Como atividade profissional especializada ela pressupõe um profissional formado em curso de nível superior tecnicamente instrumentalizado para desenvolver suas atividades de forma previamente planejada. Sendo assim o planejamento de ensino, elaborado com antecedência, é a ferramenta de trabalho onde o professor de história comunica a si mesmo e a comunidade escolar sua intencionalidade pedagógica.

COMPROMISSO DEMOCRÁTICO DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA

As reflexões freireanas sobre os desafios concretos da prática pedagógica, comprometida com a aprendizagem significativa, colocam desafios práticos à organização didática da Disciplina Escolar de História: o compromisso político com a sociedade democrática e o preparo técnico do professor para ensinar a aprender.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Ouvimos que o compromisso político com a democratização do conhecimento e com a vivência democrática se manifesta na escuta atenta e respeito dos saberes dos educandos, na organização de temáticas de ensino significativas para o público escolar, mas esse compromisso político não pode estar descolado da formação metodológica do professor. Somente um profissional, tecnicamente preparado para ensinar a aprender os conteúdos disciplinares, será capaz de planejar e executar as práticas pedagógicas de escuta e valorização dos saberes dos educandos, comprometidas com a sociedade democrática.

É essa necessária complementariedade do compromisso político com a capacidade técnica que nos impulsiona na investigação sobre a organização didática da Disciplina Escolar de História sustentada nos referenciais epistêmicos do conhecimento histórico. É essa intencionalidade que nos move na elaboração dessa ferramenta de trabalho que auxilie o professor de História a realizar a reflexão prévia da atividade pedagógica. Trata-se, portanto, de criar instrumento que permita a elaboração de um planejamento que escute e respeite o contexto escolar na construção do seu conhecimento sobre o tempo passado.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra, 2014. [1ª Edição 1967]

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.



FORMAÇÃO VIOLÊNCIAS EM PAUTA: “INÉDITOS VIÁVEIS” OU QUANDO O ENCONTRO SUSTENTA A PRÁTICA

Sofia Robin Ávila da Silva
Sarai Patricia Schmid

RESUMO: Este artigo apresenta um breve relato comentado do que foi o processo da Formação Violências em Pauta realizada durante o ano de 2023 pelo grupo de pesquisa Criança na Mídia por meio do convênio Educação Antidiscriminatória, uma parceria entre a Universidade Feevale e a Prefeitura do município de Novo Hamburgo (RS, Brasil). O convênio conta com diferentes áreas de atuação, dentre elas a formação intersetorial de profissionais municipais. Para além de debater a implementação de práticas para o enfrentamento às múltiplas formas de violência que incidem sobre as infâncias, a formação foi um espaço importante de encontro e construção coletiva de estratégias. Aqui almejamos discutir como a metodologia dos encontros proporcionou a tessitura coletiva de um panorama de ações de educação antidiscriminatória na rede municipal de ensino, demais setores e diferentes territórios de Novo Hamburgo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação antidiscriminatória. Formação docente. Inédito viável.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta um fragmento do que foi o processo da formação Violências em Pauta que ocorreu durante os meses de março e novembro de 2023 como parte do convênio entre o Grupo de Pesquisa Criança na Mídia que agrega pessoas dos Programas de Pós Graduação em Processos e Manifestações Culturais e o Programa de Diversidade e inclusão da Universidade



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Feevale⁷³ e a Secretaria de Educação do município de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul (Brasil).

Por meio do convênio Educação Antidiscriminatória, lançado em julho de 2021 entre a Universidade Feevale e a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo (RS) as/os pesquisadores/as compartilham suas pesquisas com o objetivo de oferecer elementos para a construção de uma política pública educacional antidiscriminatória em Novo Hamburgo. O desenvolvimento dos trabalhos é liderado pelo Grupo de Pesquisa Criança na Mídia: Núcleo de Pesquisa em Comunicação, Educação e Cultura da Feevale⁷⁴. O trabalho foi iniciado de forma online no contexto da pandemia e depois teve prosseguimento de forma presencial por meio de uma sequência de formações docentes e materiais pedagógicos que ratifica o comprometimento da Feevale em buscar alternativas para atender as demandas da comunidade diante dos desafios da educação no século XXI e no nosso contexto específico.

Os resultados obtidos com o Convênio até o momento apontam que as formações realizadas nesses anos da experiência da união da Universidade e escola pública foram de extrema importância para a reflexão, a desconstrução e a (re) construção de práticas possíveis e antidiscriminatórias, tanto dentro da escola quanto da comunidade e da Universidade. Em 2023 o convênio teve um avanço significativo tendo como diretriz a realização de um conjunto de ações desenvolvidas ao longo do ano. A formação Alfabetização Midiática-Visual que mobilizou as escolas com ensino fundamental completo da rede municipal. A exposição Criança não é Propriedade, é Responsabilidade que percorreu os diferentes bairros quando

⁷³ A Universidade Feevale é uma instituição de ensino superior, situada na cidade de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil.

⁷⁴ Grupo de Pesquisa Criança na Mídia: Núcleo de Pesquisa em Comunicação, Educação e Cultura conta com fomento do CNPq e da Fapergs para desenvolvimento das pesquisas e demais projetos.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

ocupou o espaço escolar sensibilizando a comunidade. Outra frente significativa foi a participação dos pesquisadores do Grupo Criança na Mídia no planejamento coletivo das escolas e na formação da coordenação pedagógica das escolas de educação infantil e ensino fundamental para debater a educação antidiscriminatória. Dentre essas ações destacamos aqui a Formação Intersetorial Violências em Pauta, que envolveu as áreas da Educação, Saúde e Segurança para uma experiência de diálogo e visualização das redes que existem entre as instituições, setores e profissionais que atuam nos territórios do município e trabalham com o atendimento às crianças e suas comunidades.

A formação trouxe para o debate pessoas que, em muitos casos, já haviam entrado em contato ou trabalhado com os materiais produzidos pelo Grupo de Pesquisa Criança na Mídia e, sendo assim pudemos também dialogar sobre como os resultados da repercussão durante os encontros e acompanhando o trabalho dos e das profissionais da educação que estiveram envolvidos e envolvidas com a construção e difusão dos materiais⁷⁵. Nesse sentido, cabe destacar que na Feira Municipal de Iniciação Científica e Tecnológica de Novo Hamburgo foram apresentados 69 trabalhos sobre Direitos Humanos e Discriminação, o que demonstra que o trabalho das formações docentes está tendo repercussão nas salas de aula das escolas.

A proposição dos encontros da Formação Intersetorial Violências em Pauta foi desenhada por um grupo de doutorandas em Processos e Manifestações Culturais em conjunto com a professora (e coordenadora do grupo Criança na Mídia). Ao todo foram cinco encontros com temáticas selecionadas a partir de notícias veiculadas pelas mídias de grande circulação (jornais, programas de televisão, portais jornalísticos na internet, etc.) e no decorrer deste trabalho será possível visualizar com mais detalhe a estrutura de cada

⁷⁵ Os materiais e alguns registros da circulação destes podem ser acompanhados pelo site <https://criancanamidia.com.br/>



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

encontro e como as notícias serviram de ponto de partida para o debate em cada módulo.

Para além da descrição da Formação, a intenção desta reflexão é partilhar como o “estar junto” proporcionado pelos encontros desdobrou proposições importantes para a implementação de práticas de educação antidiscriminatória nos territórios de atuação de cada pessoa participante. Ou seja, o próprio encontro como método de potencialização dos fazeres produzidos nas instituições do município de Novo Hamburgo e também o destaque para o trabalho criativo e implicado de cada pessoa e seus respectivos coletivos de trabalho. Durante o processo muitas questões surgiram, mas a importância estava em sensibilizar as pessoas presentes para a importância de atentar para os processos endógenos e angariar recursos no território para praticar uma educação situada e libertadora. Na Pedagogia do Oprimido encontramos a seguinte passagem

No momento em que uma sociedade vive uma época assim, o próprio irracionalismo mitificador passa a constituir um de seus temas fundamentais, que terá, como seu oposto combatente, a visão crítica e dinâmica da realidade que, empenhando-se em favor do seu desvelamento, desmascara sua mitificação e busca a plena realização da tarefa humana: a permanente transformação da realidade para a libertação dos homens. Os temas se encontram, em última análise, de um lado, envolvidos, de outro, envolvendo as “situações-limites”, enquanto as tarefas em que eles implicam, quando cumpridas, constituem os “atos-limites” aos quais nos referimos. Enquanto os temas não são percebidos como tais, envolvidos e envolvendo as “situações-limites”, as tarefas referidas a eles, que são as respostas dos homens através de sua ação histórica, não se dão em termos autênticos ou críticos. (Freire, 2005, pg.68)

Dessa forma, estamos também em diálogo reflexivo com o pensamento de Paulo Freire, principalmente no que diz respeito ao



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;

Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

que é “inédito inviável” (Freire, 2005) e com as estratégias possíveis para que possamos produzir leituras mais apuradas das “situações limite” (Freire, 2005).

A FORMAÇÃO VIOLÊNCIAS EM PAUTA

Durante os cinco encontros da formação mantivemos uma estrutura básica de organização que consistia em trazer uma notícia como subsídio para o início da discussão e em seguida abrir para o compartilhamento de percepções das pessoas participantes com o objetivo de investigar como os temas representados nas notícias repercutiam em cada realidade. A escolha procurou abarcar algumas das diversas violências que incidem sobre as infâncias no território brasileiro e que tiveram bastante veiculação nos meios midiáticos. No quadro abaixo é possível ver a escolha inicial dos temas propostos e também o cronograma dos encontros:

Data	Tema	Materiais - Pontos de Partida
Março	Lançamento do convênio 2023 e da formação “violências em pauta”	
Maiο	Dados de violência na região de Novo Hamburgo -RS	Dados do Observatório das Violências de Novo Hamburgo e região
Junho	Violência extrema em território escolar: da	Notícias sobre a chacina em Blumenau ⁷⁶

⁷⁶Portal

UOL

[https://noticias.uol.com.br/ultimas-](https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/04/05/massacre-de-quatro-criancas-em-creche-de-blumenau-choca-o-brasil.htm)

[noticias/afp/2023/04/05/massacre-de-quatro-criancas-em-creche-de-blumenau-choca-o-brasil.htm](https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/04/05/massacre-de-quatro-criancas-em-creche-de-blumenau-choca-o-brasil.htm)

G1 -<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/04/05/ataque-creche-blumenau.ghml>



Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)

Todos os encontros aconteceram na Universidade Feevale e participaram da formação de cerca de 30 pessoas, em sua maioria profissionais da educação, mas também da segurança pública e da rede de assistência social. Para além dos temas escolhidos, alguns encontros contaram com participações de pesquisadoras em educação e mídia, também tivemos compartilhamento de leituras e textos que subsidiaram os debates que foram, ao final de cada encontro, seguidas de exercícios de sistematização.

634



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

O primeiro encontro aconteceu o ato formal de lançamento da formação anual Violências em Pauta do convênio Educação Antidiscriminatória 2023 com a presença de autoridades, apresentação do cronograma dos encontros e uma significativa fala da pesquisadora e jornalista Marina Mentz que trouxe dados sobre a gama de violências que incidem sobre as infâncias no Brasil contemporâneo e como a mídia reitera padrões de representações das crianças inviabilizando a profundidade das questões inerentes a esse grupo específico. Esse momento foi importante tanto no sentido de firmar um compromisso entre as instituições de criar plataformas para o enfrentamento das violências, como também trouxe parâmetros para reflexão, uma vez que o próprio conceito de violência é amplo e se manifesta de diferentes formas, que nós enquanto grupo de pesquisa abordamos fazendo uma leitura interseccional (Collings, Bilge, 2021) e diversa. Nesse encontro tivemos um momento menos dialógico, mas necessário para que pudéssemos nos ambientar dentro das perspectivas do que viria a ser a formação.

Do segundo encontro em diante adotamos o modelo que nos acompanharia pelos demais: a roda de partilha e a sensibilização através de dinâmicas que pudessem proporcionar o espaço de fala das e dos participantes, no sentido de que pudessem trazer para a roda não só suas experiências profissionais e conflitos dos territórios mas também suas histórias de vida. Nesse encontro cada pessoa presente trouxe um objeto que remetesse a sua própria infância e a partir desse objeto se apresentasse e contasse um pouco do seu envolvimento com as questões relacionadas à temática das infâncias no geral. Além de ter sido um momento permeado de emoções, esse encontro instaurou um tom importante para que pudéssemos seguir: a centralidade da formação estava em proporcionar um ambiente de reconhecimento, confiança e trabalho em rede. Ao final do encontro também ressaltamos que, ainda que estivéssemos discutindo a partir de temas



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

duros e de violências reais, a intencionalidade era de perceber essas questões e traçar estratégias para que visibilizando os problemas que atingem as crianças dos nossos territórios pudéssemos criar atmosferas de produção de vida e valorização das subjetividades através do enfrentamento às violências.

No terceiro encontro adentramos mais objetivamente na estrutura fundamental da proposta trazendo dados dos episódios de violência extrema que afligiram o país durante aquele ano discutindo o caso específico do ocorrido em Blumenau⁷⁸. Esse encontro evidenciou principalmente a necessidade de fazer o exercício contínuo de estar em comunidade (hooks, 2021) e ter espaços de escuta ativa nos ambientes escolares, para que de fato se construíssem espaços acolhedores nas escolas e que estes não estivessem pautados pelo medo, mas sim pela possibilidade de reconhecimento das subjetividades que compõem a comunidade. Foi latente a importância de falar e ser escutado não só para as crianças e jovens que habitam as escolas, mas também para profissionais dos diversos setores que compõem o sistema de proteção às infâncias no município de Novo Hamburgo.

No quarto encontro trouxemos notícias que representavam com diferentes linguagens casos de infanticídio e cárcere infantil, com a intenção de transpor para os exemplos como, sob uma leitura interseccional, as formas de descrever e nomear vítimas e episódios interferem diretamente na maneira como nos afetamos com as notícias e, consequentemente isso afeta a maneira como determinados eventos repercutem nas comunidades. Abordamos questões de raça e classe social e percebemos como é importante ter mais nitidez do lugar que cada pessoa ocupa na teia das relações nas instituições (no nosso caso, principalmente as escolas).

⁷⁸Para ter acesso a notícia que subsidiou o debate acessar:
<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/04/05/ataque-creche-blumenau.ghtml>



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Na última etapa da Formação tivemos dois encontros muito significativos não só em função da relevância dos temas, mas também pela oportunidade de viver momentos de acolhida de relatos das e dos participantes, muito disso em função de termos já um percurso de aproximação do grupo, o que fez com que o tempo de formação fosse também um espaço seguro de compartilhamento e projeção de alternativas. Um desses encontros contou com a participação da jornalista e pesquisadora Luiza Eduarda dos Santos que trouxe um comentário detalhado sobre a sua pesquisa que denuncia a violência sofrida pelas infâncias trans, comentou o Dossiê da Associação Nacionais de Travestis e Transexuais do Brasil, apontando especificamente um dos casos descritos no dossiê que fala justamente de como a transfobia é um dos maiores fatores de letalidade desde a infância no que diz respeito às pessoas trans no nosso país. Além disso a jornalista e pesquisadora compartilhou com o grupo um pouco da sua biografia o que instaurou um momento de muita emoção e acolhimento pois a partir da sua história de vida os e as participantes também puderam trazer seus próprios percursos profissionais e biográficos, bem como partilhar ações de combate a LGBTfobia que permeia as nossas instituições.

O último encontro teve como mote recuperar as discussões anteriores e, principalmente, foi conduzido com o intuito de que pudéssemos encerrar o processo de 2023 com a projeção de ações que partissem do diagnóstico feito nos quatro encontros anteriores. Ao longo de todos os encontros alimentamos com perguntas e propostas um mapa que representou fragmentos da leitura das situações limite e propostas de cada território, e nesse último encontro pudemos fazer um movimento de contemplar e analisar o acúmulo de debate para assim firmar os compromissos de trabalho na direção de uma educação de fato libertadora e antidiscriminatória.

Ainda que a Formação Violências em Pauta estivesse articulada a partir de um campo estreitamente vinculado às mídias e



aos materiais jornalísticos, que são o campo de trabalho da maioria das pessoas que compõem o Grupo de Pesquisa Criança na Mídia, evidenciou-se ao longo do processo que o centro do debate estava de fato em perceber que, em maior ou menor escala, a conjuntura e os comportamentos sociais sobre os quais temos notícia pelos jornais, internet e demais meios, repercutem nos nossos ambiente e que a linguagem que utilizamos para interpretar e elaborar o que vivemos coletivamente interfere diretamente na maneira como constituímos leituras críticas da realidade. No âmbito da formação profissional, não só precisamos nos manter informados sobre o assuntos e depois atentos aos efeitos dos temas nos nossos territórios, mas também precisamos nos apoiar no diálogo com colegas e comunidade para perceber de fato em que medida e de que maneira podemos transpor as barreiras que fazem os problemas que atravessam os ambientes em que estamos parecerem intransponíveis. Dessa forma, tanto o exercício do mapa quanto as rodas de partilha se mostraram ferramentas importantes para refazer nosso vocabulário, investigando elementos que precisam ser fomentados ou inseridos para que nas práticas e na linguagem estejamos a todo momento renovando o compromisso de construir espaços diversos e saudáveis.

O MAPA: PONTOS DE PARTIDA, LUGARES DE ENCONTRO, CAMINHOS MÚLTIPLOS

Um aspecto fundante do percurso da formação Violências em Pauta era a preocupação com a sistematização da experiência (Holliday, 2015) que costuramos coletivamente. Para que fosse possível traçar caminhos que materializasse a memória das discussões e também projetar ações, escolhemos a dinâmica de a cada encontro pensar perguntas que instigassem as pessoas que participaram a sintetizar a vivência e também como poderíamos avançar. Mais do que uma “tarefa” da formação a construção do mapa foi nosso fio



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

condutor e também o que, em certa medida, permitiu plasmar o que era vivido nos debates de forma a ilustrar as discussões ao mesmo tempo que provocava as pessoas do grupo a perceberem a importância de nos situarmos nos nossos territórios. Pelo mapa também pudemos observar como cada lugar tem problemas específicos, e sendo assim também tem possibilidades e recursos específicos para lidar com cada questão. A intenção do mapa era, para além de construir uma imagem composta por todas as pessoas participantes, situar também geograficamente como estávamos referenciados no município, sabendo que, para uma ação intersetorial e em rede é preciso saber onde estão e quem são as entidades responsáveis por atuar no combate às violências.

A dinâmica esteve presente já desde o início da formação quando trouxemos um cartaz com o contorno do mapa do município de Novo Hamburgo e ao longo dos encontros preenchemos esse contorno com ideias que avançaram nas seguintes etapas: primeiro cada pessoa localizou que violências incidiam mais fortemente nos seus espaços de trabalho, depois, já em outro encontro, colocamos que ações de enfrentamento a essas violências já existem nos territórios. Em seguida, cada pessoa projetou, discutindo com as demais em pequenos grupos, como poderíamos ampliar ou criar novas ferramentas para a produção de ambientes mais saudáveis. Por último, fizemos um exercício de analisar o percurso, retomando o que foi proposto e procurando saber qual poderia ser um traçado para o encerramento dos nossos encontros.

O mapa ainda proporcionou que pudéssemos visualizar aprendizados que não são novos, mas que precisavam ser reiterados, como a importância de uma ação intersetorial mas em que as pessoas e instituições estejam de fato coordenadas em alguma medida, para que as ações projetadas sejam realmente efetivas.

No momento seguinte ao que colocamos as dificuldades, problemas e violências que incidem sobre cada território tentamos



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

fazer uma aproximação de cada demanda tentando indicar de qual órgão ou setor seria responsável por acolher e resolver a demanda, e essa estratificação se mostrou muito difícil, pois no geral as questões de combate à violência não são solucionadas por apenas um órgão. Nessa etapa foi possível ver que para além de ter conhecimento do fluxo burocrático e institucional (o que muitas vezes já é um desafio) é preciso que as pessoas que acolhem as demandas estejam implicadas de maneiras mais ou menos iguais na defesa dos direitos, no nosso caso, das crianças e jovens que acessam os órgãos públicos. Nisso se justificava também um espaço formativo intersetorial pois, nem sempre temos a chance de criar um vocabulário comum em que todas as pessoas agentes na teia de proteção às crianças possam se comunicar e assim de fato combater as violências. Nas escolas a abordagem a uma situação violenta é diferente (e em muitos aspectos precisa ser diferente) da abordagem esperada do posto de saúde ou dos órgãos de segurança pública, mas isso não pode ser um impeditivo para que todos os setores estejam articulados e comunicados para que as ações de efetivem. No entanto, muito raramente temos espaços de discussão e produção de pensamento entre setores e isso foi uma potência da formação que se evidenciou pelo mapa; não só por trazer a necessidade de articulação (inclusive como um tema para denúncia e cobrança do poder público), mas por proporcionar minimamente o canal de diálogo entre as pessoas que gestionam os espaços e atuam nos territórios.

Sendo assim, para além de auxiliar na materialização e síntese dos encontros, o mapa deu corpo ao panorama das “situações limite” (Freire, 2005) que cada grupo percebia nos seus territórios, e assim pudemos projetar “inéditos viáveis” (Freire, 2005) que estivessem ancorados em uma prospecção profunda dos conflitos de cada lugar. Pensar os temas que subjazem às situações limite foi importante não porque teríamos no grupo a possibilidade de encaminhar soluções ou receitas de enfrentamento, mas porque pelo diálogo pode-se fazer a



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

leitura crítica da conjuntura e mapear que ações eram possíveis, e até mesmo que ações já estavam em curso e precisavam de atenção e trabalho para se potencializarem em cada território. O que recuperamos enquanto coletivo foi a possibilidade de abrir espaço e dedicar tempo para que o exercício da leitura crítica não ficasse relegado à rotina como algo banal, mas antes como algo necessário, intrínseco ao compromisso da profissão docente (principalmente, mas não só), que muitas vezes acaba relegado em função da sobreposição de questões que afligem os órgãos da esfera pública.

Neste caso, os temas se encontram encobertos pelas “situações-limites” que se apresentam aos homens como se fossem determinantes históricas, esmagadoras, em face das quais não lhes cabe outra alternativa, senão adaptar-se. Desta forma, os homens não chegam a transcender as “situações-limites” e a descobrir ou a divisar, mais além delas e em relação com elas, o “inédito viável”. Em síntese, as “situações-limites” implicam na existência daqueles a quem direta ou indiretamente “servem” e daqueles a quem “negam” e “freiam”. No momento em que estes as percebem não mais como uma “fronteira entre o ser e o nada, mas como uma fronteira entre o ser e o mais ser”, se fazem cada vez mais críticos na sua ação, ligada àquela percepção. Percepção em que está implícito o inédito viável como algo definido, a cuja concretização se dirigirá, sua ação. (Freire, 2005, p. 69)

Pelo exercício foi possível não só convergir na constatação de que muitas questões são comuns, mas também atentar para a necessidade de ação coletiva, em rede, e para a potência da criação em diálogo. Nas conversas conseguimos conhecer experiências e também narrar os processos de maneira a perceber que o exercício de ações antidiscriminatórias permeia o cotidiano dos e das profissionais presentes na formação e que não só isso fruto de uma leitura atenta da realidade, mas também que representa uma necessidade de valorização das ações e do trabalho criativo de quem propulsiona elas.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**



Fotos: registros da composição do mapa de sistematização dos encontros . Fonte: acervo Criança na Mídia



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)



Fotos: registros da composição do mapa de sistematização dos encontros . Fonte: acervo Criança na Mídia

Reflexões finais e desdobramentos:

A formação Violências em Pauta proporcionou um raro espaço de encontro e partilha de saberes para todas as pessoas que estiveram presentes. A cada módulo da formação estivemos aguçando a sensibilidade para perceber os temas que atravessam as escolas, postos de saúde e demais instituições que compõem a rede de serviços públicos da cidade de Novo Hamburgo; tivemos oportunidade de



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

conhecer experiências implicadas e potentes de enfrentamento às violências nos territórios, e principalmente pudemos compartilhar anseios e traçar futuros possíveis. Os encontros de 2023 configuraram um ciclo de práticas de leitura da realidade e de percepção de caminhos, e a partir disso conseguimos mapear nos nossos lugares quais são as redes que temos e como podemos fortalecê-las para que a ação dentro das instituições esteja cada vez mais conectada com quefazeres comunitários e antidiscriminatórios.

Assim como o mapa que acompanhou os encontros ficou repleto de informações e ideias que poderiam se multiplicar em muitas outras, também a trajetória do Convênio Educação Antidiscriminatória segue seu caminhar com o grupo que formamos em 2023. Em 2024 a formação continua, agora com um desdobramento importante, que é o de conhecer os territórios e compartilhar planejamentos, não só na perspectiva de ampliar um repertório de boas práticas, mas também na intenção de sustentar a sensação de que os vínculos que aprofundamos são o que firma a potência das ações nos territórios. Então, mais do que levantar questões, a Formação nos auxiliou a construir um grupo que pode se acompanhar no processo de criação de ações que caminhem na direção da produção de vida, acolhimento e criação nas escolas e demais instituições.

Adotamos as formulações freireanas do “inédito viável”, da construção dialógica do saber e da necessidade de produção de conhecimento enraizada nas comunidades como perspectiva metodológica e como alternativa para as estruturas homogeneizantes que podem ter as instituições públicas. Ainda que estejamos falando de assuntos urgentes que podem endereçados com procedimentos e formulação de receitas para a sua solução, a Formação não pretendia fornecê-las, mas sim suscitar o debate e produzir um espaço de fortalecimento e ampliação de práticas em rede alinhadas à uma perspectiva antidiscriminatória de combate às violências que incidem



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

sobre as infâncias. Dessa forma, para não cair na tentação de novamente doutrinar o fazer de quem habita a materialidade dos conflitos, convidamos cada pessoa que participou do processo a apurar o olhar e perceber de que forma se pode propor exercícios de “esticar o possível” nas escolas e demais espaços que ocupamos, tendo em vista a multiplicidade de debates que precisam ser feitos. Que nos nossos cotidianos consigamos percorrer múltiplas linguagens, permitir a polifonia e principalmente instaurar um ambiente para várias formas de expressão e encontro de universos.

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 29ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **La sistematización de experiencias prácticas y teoría para otros mundos posibles**. Santiago: Caracol. El apañe los piños/Editorial Quimantú, 2015.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.



Educação Libertadora
Esperança para a reconstrução do Brasil



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

HOOKS, Bell. **Ensinando Comunidade:** uma pedagogia da
esperança. São Paulo: Elefante, 2021.

HOOKS, Bell. **Ensinando pensamento crítico:** sabedoria prática.
São Paulo: Elefante, 2020



LEITURA LITERÁRIA: MUITO ALÉM DA DECODIFICAÇÃO NA PERSPECTIVA FREIRIANA

Seli Santos de Jesus

RESUMO: Este trabalho consiste em uma investigação sobre a leitura literária na perspectiva de Paulo Freire, mostrando a relevância de uma abordagem crítica que vai além da decodificação de palavras. A proposta inclina-se a analisar como o leitor pode ser instigado e provocado nessas leituras, para desenvolver a consciência crítica sobre a leitura de textos literários. Como embasamento teórico teceremos diálogos com Paulo Freire (1987, 1992, 1993, 1996), Ferrara (1993), Amarilha (2006), Theodoro (1986), Araujo (2006), hooks (2017). A pesquisa em questão será de caráter exploratório, pois o processo de leitura literária permitirá aos discentes experimentar o gosto pela leitura, tornarem-se sujeitos ativos, protagonistas e pensantes. A investigação ocorrerá com um grupo de alunos das séries finais, que nos permitirá aprofundar a perspectiva qualitativa, a partir da leitura do texto literário de Júlio Emílio Braz, Pretinha, Eu? Espera-se que este estudo possibilite aos docentes e discentes uma ressignificação de saberes.

PALAVRAS-CHAVE: Decodificação. Desmascaramento. Leitura Literária.

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste numa reflexão sobre a leitura literária na perspectiva de Paulo Freire indo muito além da decodificação dos signos linguísticos, para se tornar um ato emancipador do sujeito leitor. A proposta inclina-se a analisar como o leitor pode ser instigado e provocado nessas leituras para desenvolver a consciência crítica a partir da leitura de textos literários, além de refletir sobre



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

como a leitura pode fomentar a libertação do leitor na perspectiva de Freire. Nessa perspectiva libertadora, o leitor produz novas ideias, estabelece outras relações com o texto, desenvolvendo assim suas habilidades e potencialidades intelectuais, revelando-o como um sujeito inteligente e capaz de produzir um novo texto a partir de própria vivência de mundo. Dentro desta perspectiva, o ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra escrita, mas promove autonomia crítica do sujeito em qualquer leitura, pois a leitura é capaz de promover e desenvolver a linguagem e o intelecto de seus leitores.

Observamos que os textos literários são apresentados aos estudantes desde cedo, a exemplo das fábulas, contos maravilhosos, poesias, dentre outros. Essa linguagem literária perpassa no ambiente escolar, entretanto, a forma como essa leitura é explorada em classe, não promove uma reflexão crítica do sujeito leitor, mas para tornar o leitor fluente e decodificador do texto lido, analisando apenas as estruturas gramaticais e os elementos da narrativa.

Conforme Freire (1996), a leitura deve ser um ato libertador, pois através dessa prática, os sujeitos tornam-se mais politizados, também é um instrumento eficaz para a autonomia do indivíduo, capaz de ampliar sua consciência crítica e autônoma diante das tensões entre o saber dominante e o oprimido. Na perspectiva do patrono da educação brasileira, a leitura vai além da decodificação das palavras, pois ao analisar e refletir o texto lido, o leitor perpassa as entrelinhas, o dito e não dito percebe as ideologias do escritor, promove relações com suas vivências, opina e discute os valores que cada texto carrega implicitamente.

Dessa maneira, ao ser estimulada a prática da leitura crítica em sala de aula é que os estudantes ampliarão o desenvolvimento das habilidades de compreensão e interpretação. Colaboram na formação desse tipo de leitor, capaz de interpretar diferentes tipos de textos que circulam na sociedade, a atuação e compromisso de toda



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

comunidade escolar, especificamente o envolvimento do professor na utilização de metodologias produtivas que consigam destacar a importância da leitura literária na construção do conhecimento, parafraseando Paulo Freire, ensinar não é transferir conhecimento, como se o aluno fosse um receptáculo, mas respeitar a leitura de mundo desse sujeito para ressignificar suas vivências na produção do conhecimento.

A pesquisa, em andamento, está sendo conduzida por meio de um percurso metodológico qualitativo de caráter exploratório. A investigação ocorrerá com um grupo de estudantes das séries finais, que nos permitirá aprofundar a perspectiva qualitativa, a partir da leitura do texto literário de Júlio Emílio Braz, Pretinha, Eu? Espera-se que este estudo possibilite aos docentes uma ressignificação da prática pedagógica em relação a leitura crítica em sala de aula e, simultaneamente, aos discentes um fortalecimento e habilidades para formação de um leitor crítico capaz de engajar-se socialmente. Para tanto, teceremos diálogos com Paulo Freire (1987,1992,1993,1996), Ezequiel Theodoro (1986), Lucrécia D'Alésio Ferrara (1993), Jorge de Souza Araujo (2006), Marly Amarilha (2006) bell hooks (2017)

Nessa perspectiva, discutiremos as dificuldades de uma leitura crítica-reflexiva dos textos literários. Verificamos a enorme diversidade de valores sociais e morais que circulam no cotidiano dos estudantes e de algum modo esses temas estão presentes nas produções literárias e em tantas outras linguagens. Por esse motivo é necessário que a prática docente esteja voltada para uma abordagem crítica que permita a reflexão dos discentes diante do texto e dos valores existentes em sua própria leitura e compreensão de mundo. Ao se apropriar de um texto literário, o leitor crítico pode ser capaz de construir um significado a partir de suas próprias vivências, refletindo sobre temáticas e discussões ali presentes.



LEITURA LITERÁRIA: UM DESCORTINAR PARA O LEITOR

Em um mundo tão dominado pelas imagens é fundamental um tratamento atento para as novas linguagens que circulam no cotidiano de todo os estudantes. Percebemos que a leitura literária muda historicamente e apresenta em seu interior elementos importantes da interpretação da realidade do leitor. O leitor ao se deparar com uma linguagem literária analisa esse texto de acordo com seu conhecimento de mundo, produz inferências, cria hipóteses e relações com outros textos. Ao se posicionar diante dessa leitura, o leitor-estudante ativo busca essas leituras anteriores que de algum modo consigam trazer certo significado coerente em sua atribuição de sentidos.

Partindo dessa perspectiva, percebemos que nós, educadores, enquanto mediadores do processo, devemos destacar a capacidade que os estudantes, descortinando para o leitor esse universo literário, permitindo que eles vejam muito mais do que foi lido. Permitindo que eles vejam as entrelinhas, e assumam uma nova percepção de mundo. O autor Paulo Freire (1996, p. 98) nos diz:

Outro saber de que não posso duvidar em momento sequer na minha prática educativa-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção do mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto esforço de reprodução de ideologia dominante quanto o seu desmascaramento (Freire, 1996, p.98).

Se assumirmos uma postura vigilante contra todas as práticas de desumanização em relação aos nossos educandos, teremos sujeitos leitores críticos, capazes de serem autônomos diante das nuances de



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

uma leitura literária. Desse modo, podemos assumir uma postura vigilante, para provocar esse sujeito-leitor e instigá-lo a construir uma postura transgressora capaz de transformar sua realidade. Como no diz o autor Freire (1996, p.26): “O educador democrático não pode negar-se o deve de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão.”

Constatamos então que cabe a nós educadores comprometidos com a transformação do sujeito, mostrar para os mesmos, o que está além do texto escrito, ampliar a compreensão crítica, fazer com que o leitor faça perguntas para além do texto, qual o sentido, quais as imagens, as ideologias e, em seguida, despertar o prazer de ler. Ao dedicarmos um pouco de atenção a leitura literária, poderíamos levar os estudantes a compreender que nenhuma leitura é ingênua, pois tem sempre algo a ser dito. O leitor precisa ter sensibilidade para compreender cada detalhe ali presente e compreender que o texto perpassa o cotidiano deles. Por isso, é importante ressaltar para os alunos que não é só a parte gramatical que deve ser analisada e sim o texto como um todo, pois através da leitura, os indivíduos desenvolvem a consciência crítica.

Diante disso, destaca-se a importância de educadores sensíveis para trabalhar o protagonismo dos educandos, haja vista que, muitos deles já possuem um conhecimento prévio. Logo, instigá-los para que possam descobrir o prazer dessa leitura literária, ver o estético e o emocional desses textos, é fundamental para que através da leitura de um paradigmático possa proporcionar a vivência de novos saberes, e outras possibilidades de leituras que não seja o tradicional.

Ainda no contexto da leitura literária, o autor Araújo (2006, p.72) nos diz: “O que forma leitores não será um mecanismo padronizado de inversão: os livros servindo aos conteúdos programáticos. [...] são ritmo e constância do ler, balizando-os à formação de um gosto”. Sabemos que leitura literária é um instrumento libertador e eficaz para autonomia do sujeito leitor. Uma



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

vez que pode ampliar sua consciência crítica e autônoma diante das tensões existentes entre o saber dominante e o subalterno, tornando-os leitores capazes de opinar, refletir e discutir os valores que cada texto carrega implicitamente.

Na perspectiva de Freire, essa leitura precisa ser mais explorada nos espaços escolares, espaço de poder, o local propício para trabalhar com textos que podem transformar os sujeitos oprimidos, em indivíduos críticos, capazes de refletirem sobre o mundo e as injustiças sociais que perpassam o local onde estão inseridos. Percebemos a atitude de alguns educadores silenciando seus educandos, quando não permitem esse tipo de leitura e/ou não estimula o gosto e o prazer que esse tipo de leitura pode proporcionar ao educando.

Para tanto, o professor tem um papel relevante na articulação desse leitor, haja vista que, para perceber a polissemia dos textos, dialogar com as obras, formular perguntas, captar respostas e ressignificar o texto lido, os jovens leitores precisam ser fomentados para tal prática. Como hooks nos diz (2017, p.36) “Os professores que abraçam o desafio da autoatualização serão mais capazes de criar práticas pedagógicas que envolvam os alunos, [...] aumentem sua capacidade de viver profunda e plenamente.” Desse jeito, ao propor a leitura literária, nós professores, precisamos dialogar com a turma, para que tenham a imaginação estimulada e de forma lúdica, apreendam e descubram novos saberes de diferentes hábitos e culturas, e também amplia o conhecimento, tornando-o um leitor competente.

Para Araújo (2006, p. 29): “Tudo o que pensamos ou sentimos é mediado pela linguagem. E a linguagem se apoia na memória como inscrição de permanência, visando ao saber como ultrapassagem do desconhecido.” Nessa perspectiva, ao aguçar os sentidos dos nossos estudantes para a leitura literária, podemos transformar essa experiência em algo rico, envolvente e prazeroso, capaz de



ultrapassar as barreiras do desconhecido, barreiras do real e ficcional. Ao descortinar essas barreiras, o leitor poderá desconstruir ideias preconcebidas, questionar as normas sociais e culturais e abrir novas possibilidades de ver o mundo.

Concomitantemente Amarilha (2006, p.54) afirma: “Devemos lembrar que a ler literatura é uma atividade experiencial, isto é, propicia ao leitor vivenciar emoções, situações, sentimentos sobre os quais passa a ter certeza sobre alguma coisa”. Sendo assim, ao traçar um diálogo com o texto, o sujeito ativo de uma leitura, será capaz de interpretar e analisar os textos literários, a partir de análises e questionamentos presentes naquela leitura.】

MUITO ALÉM DA DECODIFICAÇÃO

A leitura é compreendida como um processo do qual participam tanto texto, sua forma e conteúdo como o leitor, suas expectativas e conhecimentos prévios. Na leitura de textos. Nessa leitura de textos verbais e não verbais, o leitor se envolve e utiliza seu conhecimento linguístico e seu conhecimento de mundo para compreender o que está sendo dito naquele texto. Nessa perspectiva, a autora Ferrara (1996, p. 123) salienta:

[...] a leitura é uma metalinguagem, operação inferencial que manifesta o conhecimento do texto não verbal e para isso é metodologicamente orientada. O texto não verbal é uma linguagem; a leitura não verbal firma-se também como linguagem, na medida em que o texto através do conhecimento que a partir dele sobre ele é capaz de produzir (Ferrara, 1996, p.123).

A partir desta análise, podemos ver que o leitor pode produzir uma nova leitura após compreender o texto lido. Isso ocorre quando o sujeito se apropria do próprio texto, a exemplo de contos, crônicas, romances, poemas. Após análise e reflexões críticas o leitor



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

consegue produzir um novo texto, que pode ser uma simples opinião ou um comentário muito bem fundamentado em outras análises. Freire (1996, p.123) nos diz: “A leitura de mundo revela, evidentemente, a inteligência do mundo que vem cultural e socialmente se constituindo”.

Esta releitura e criação feita pelo estudante-leitor resulta na criação de uma nova leitura de suas impressões, pois a compreensão do texto está relacionada com aquilo que analisou em suas experiências previamente adquiridas com o que foi apresentado pelo escritor do texto. A leitura do texto é regida pelas inferências do estudante e opera com o contato com a obra construída. Ferrara (1993, p. 9) nos diz:

A experiência da cultura ocidental que nos ensinou a operar e a associar por linearidade capacitou-nos também a inferir, principalmente por contiguidade de forma que qualquer elemento de um sistema é capaz de despertar, em nossa mente, todo o conjunto de que faz parte (Ferrara, 1993, p.9).

Na perspectiva freiriana, podemos ver que o leitor produz novas ideias e estabelece outras relações com o texto, desenvolvendo assim suas habilidades e potencialidades intelectuais, revelando-o como um sujeito inteligente e capaz de produzir um novo texto a partir de própria vivência de mundo. Segundo Freire (1996, p.124) “[...] sobretudo, que o educando vá assumindo o papel da produção de sua inteligência do mundo e não apenas o de receptor do que lhe foi transferido pelo professor.” Entretanto, para esse sujeito revelar essa capacidade, é importante que o educador constantemente instigue a curiosidade do leitor. Segundo Freire (1996, p. 123):

Uma das tarefas essenciais da escola, como centro de produção sistemática do conhecimento é trabalhar criticamente inteligibilidade das coisas e dos fatos e a sua comunicabilidade. É imprescindível,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

portanto, que a escola instigue constantemente a curiosidade do educando em vez de “amaciá-lo” ou “domesticá-lo.” (Freire, 1996, p. 123).

Diante desta reflexão, vemos que o leitor literário quando instigado, consegue perpassar o texto lido, tomando uma atitude ativa, pois após ter sido desafiado pelo educador passou a questionar e criticar o que leu. Assume dessa maneira o papel de sujeito conhecedor e construtor do saber, transformando-se então em um sujeito atuante que estabelece relações com conhecimentos, como nos diz Araújo (2006, p. 20) “[...] leitor que suplementa o texto, apreende sentidos ocultos, produz imagens, símbolos, impressões e expressões pessoais que configuram o mundo real pela Palavra, ou Gesto, ou Cor, ou Som.

Ao ler um texto literário, o leitor desenvolve as potencialidades que possui, liberta-se e passa a se reconhecer como sujeito que pode transformar sua realidade de mundo em sintonia com seus próprios interesses. Passa a pensar e refletir, analisar e criticar as ideias e ideologias presente no texto lido. Sobre a capacidade do sujeito de desenvolver a sua habilidade de pensar, Freire (1996, p. 52) nos diz:

[...] educar é construir, é libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um tempo de possibilidades. É um ‘ensinar a pensar certo’ com quem ‘fala com a força do testemunho’. É um ‘ato comunicante, coparticipado’, de modo algum produto de uma mente ‘burocratizada’. No entanto, toda a curiosidade de saber exige uma reflexão crítica e prática, de modo que o próprio discurso teórico terá de ser aliado à sua aplicação prática (Freire, 1996, p. 52).

Notamos que o ato de ler pode proporcionar ao estudante-leitor a transformação do sujeito em um ser socialmente ativo,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

produtor do seu próprio conhecimento, pois ao refletir sobre um texto e fazer análise crítica da leitura, o leitor derruba as barreiras que os grupos dominantes colocaram através de metodologias que restringiam a atuação do educando como mais interessado pelo conhecimento que é produzido, pois não é do interesse desse grupo transformar estudantes em seres pensantes e críticos. Araújo (2006, p.71) nos afirma que: “O ato de ler é tão revolucionário que ainda não lhe atribuímos a devida dimensão. Com ele podemos descolarizar a imposição da obrigatoriedade e fazer emergir os sujeitos prazerosos da construção do saber [...]”.

Diante do exposto, percebemos que o estudante ao fazer uma leitura crítica-reflexiva, torna-se um revolucionário, pois passa a perceber as manobras ideológicas da sociedade, e, a partir daí, questiona de forma significativa o que foi dito explícito ou implicitamente na leitura. Ao ler um texto literário, um conto, uma revista em quadrinhos, uma crônica, um comercial de televisão, esse discente leitor, tem suas habilidades leitoras aguçadas, para perceber os implícitos e pressupostos daquele texto. Eles assumem uma postura aberta e crítica, apreendem e avaliam de maneira coerente e politizada um texto verbal ou não verbal e confrontam o mesmo de acordo com sua necessidade. Nesse contexto, o autor Paulo Freire (1992, p. 40) nos diz:

Ler um texto, sobretudo, exige de quem o faz, estar convencido de que as ideologias não morreram. Por isso mesmo, a de que o texto se acha empapado ou, às vezes nele se acha escondida, não é necessariamente, a de quem vai lê-lo. Daí a necessidade que tem o leitor ou a leitora de uma postura aberta e crítica, radical e não sectária, sem a qual se fecha ao texto e se proíbe de com ele aprender algo porque o texto talvez defenda posições antagônicas às do(a) leitor(a). Às vezes, o que é irônico, as posições são apenas diferentes (Freire, 1992, p. 40).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Desse modo, quando o leitor consegue fazer essas inferências ao ler um texto, se constrói um novo significado para o mesmo, verificamos que sua leitura foi muito mais além do que a mera decodificação de signos linguísticos. O estudante perpassou a palavra escrita e tornou-se sujeito arquiteto de sua prática cognoscitiva. Ao refletir e articular novas significações para o que foi lido, o leitor desperta a autonomia leitora. Nesse sentido, Silva (1986, p. 25) aponta que: “O ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra escrita, mas se antecipa e se alonga na inteligência do mundo, assim, o sujeito-leitor, a partir das vivências, confronta o texto literário [...]”.

Sendo assim, ao confrontar o texto com suas vivências, notamos que o sujeito-leitor se apropria de outras interpretações e passa a refletir sobre a própria realidade de vida. Com isso, se conscientiza de que é um sujeito ativo, protagonista e não apenas recebedor do conhecimento transmitido pelo professor. O autor Freire (1996, p. 123) nos salienta: “[...] respeitar a leitura de mundo do educando significa tomá-la como ponto de partida para a compreensão do papel da *curiosidade*, [...], e da humana, de modo especial, como um dos impulsos fundantes na produção do conhecimento.” Diante disso, percebemos que quando o discente é fomentado pelo professor para exercer autonomia crítica, eles desenvolvem a linguagem, intelecto e autonomia.

É notório que a escola possui currículos prioritários, contemplando os gêneros narrativos e fomentando uma leitura didática, onde os estudantes leem por dever e não por prazer. Em contrapartida, há uma necessidade de nós professores, irmos para a sala de aula pensando em como contribuir para um saber significativo do discente, que contemple a diversidade de conteúdos programáticos e, ao mesmo tempo, aborde leituras literárias críticas que relatem os problemas sociais, as desigualdades, o preconceito e o racismo nos



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

diversos gêneros textuais trabalhados em classe, a exemplo das crônicas, poemas, contos, dentre outros.

Nessa perspectiva de leitura crítica, nosso aluno poderá desmascarar os implícitos, o feio, o belo e as ideologias presentes nos textos lidos, uma vez que não existe texto inocente, tem sempre uma intenção comunicativa nessas leituras subjetivas. Partindo desse pressuposto, ao conseguir ler e compreender o não dito nesses textos, o educando perpassa e supera a decodificação de cada texto lido tornando-a significativa no processo educativo. É o que Araújo (2006, p.20) salienta: “É preciso leiturizar a escola, torná-la significativa no processo formativo, espaço de criação e construção de cidadãos leitores críticos.”

De acordo com o exposto, para tornar a escola leiturizada e fazer com que os educandos assumam o protagonismo, é necessária uma mudança de postura nesse exercício da leitura literária. Ao levar textos que dialoguem com a realidade dos estudantes, e ao mesmo tempo questionar deles qual tipo de leitura eles gostariam que se levasse para sala de aula, mostrar o universo de livros com assuntos diversificados, sugerir que eles escolham e peguem no livro e leiam, esses são alguns exemplos para levá-los muito além da decodificação do signifiante e significado do texto lido.

Araújo (2006, p. 51) expõe: “Daí a necessidade de educação dos sentidos. Educação do olhar, do ouvir, do ver, do tocar. Perceber o texto para além do texto.” Sendo assim, ao termo esse olhar voltado para nosso educando e a escuta ativa para entender o gosto deles nas leituras, nós percebemos mediadores do conhecimento. Este trabalho não é fácil, é um desafio muito grande, no entanto, não deve faltar persistência da nossa parte. Concomitantemente, Freire (1993, p.26) afirma: “O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão.” Vemos então que o papel do docente é



relevante no processo ensino-aprendizagem, onde os sujeitos leitores assumem o protagonismo de suas leituras críticas e reflexivas.

Partindo dessa concepção de leitura literária, onde o leitor imagina, cria, recria, sonha, age e reage diante do que foi lido, notamos que ele supera as palavras do texto, indo além do que foi explicitado. Analisamos que nesse constante movimento dialético, entre o fazer e o pensar é que se insere o fazer do educador. Este deve ser persistente no processo de transformação de sujeitos passivos, para sujeitos ativos, críticos, protagonistas e reflexivos.

Como Silva (1986, p. 49) destaca: “O ato de ler é uma primeira instância possuir elementos de combate à alienação e ignorância.” Ao cultivar o prazer de ler entre os discentes, o docente proporciona para esses sujeitos a oportunidade de olhar para outros horizontes com possibilidades de conquistas e crescimento. O autor Paulo Freire (1996, p.98) reforça: “[...] a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento.”

Nessa perspectiva de Freire percebemos que o ato de ler é importante, pois através dessa prática, os sujeitos tornam-se mais politizados, conhecedores de seus direitos e livres para questionar as práticas da elite dominante, não aceitando mais qualquer tipo de proposta ou intervenção social sem antes questionar, analisar, criticar.

O DESMASCARAMENTO DAS IDEOLOGIAS NAS PERSPECTIVAS FREIRIANA

A leitura literária, pode transformar a vida do leitor, e essa experiência leitora pode ser rica, envolvente e cativante. Como ato político e transformador, a leitura pode fazer o indivíduo ultrapassar



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

o desconhecido ao desafiar as normas sociais, também pode transformar o sujeito em ser pensante capaz leitor de fazer inferências e trazer à tona questões sociais a partir de suas vivências e o local onde vive.

Conforme Freire (1992, p.44): “A localidade dos educandos é o ponto de partida para o conhecimento que eles vão a criando do mundo. “Seu” mundo em última análise é a primeira e inevitável face do mundo mesmo”. Diante disso, percebemos que todo esse processo de leitura, ajuda-os a despertarem a consciência crítica e transformá-los em leitores autônomos, indo muito além da decodificação das palavras. Em contrapartida, o educador é extremamente importante na construção desse sujeito crítico-reflexivo.

Partindo dessa concepção de leitura, no qual o leitor compreende o processo ideológico do autor do texto e as suas ideias, notamos que ele passa a superar as palavras do texto. Analisamos que nesse constante movimento dialético, entre o fazer e o pensar é que se insere o fazer do educador. O autor Paulo Freire (1996, p.98) salienta: “[...] a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos [...] implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento.”

Dessa forma, Freire evidencia através dos seus escritos que o ato de ler é importante, pois através dessa prática, os sujeitos tornam-se mais politizados, conhecedores de seus direitos e livres para questionar as práticas da elite dominante, não aceitando mais qualquer tipo de proposta ou intervenção social sem antes questionar, analisar, criticar.

Ainda no diálogo sobre a prática educativa freiriana, percebemos que a leitura literária desdobra o texto, e nessa transposição de palavras, o leitor aguça os sentidos, a capacidade de imaginar é despertada, e nessa reflexão, leitor e texto tornam-se unos, estabelecendo relações de autonomia e criticidade. Ao ler uma



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

obra literária, de forma crítica, o sujeito passa a interagir, sonhar e dialogar com seu contexto de vida.

A proposta de se trabalhar na sala de aula, de forma lúdica e espontânea com o livro “Pretinha, eu?” do escritor Júlio Emílio Braz, para despertar o interesse deles sobre as questões de racismo, preconceito e *bullying* sofridos pela personagem Vânia, ao longo da obra. Nessa proposta de leitura, muitos estudantes podem se identificar com a personagem principal do livro e os problemas sociais que a mesma enfrentou durante a narrativa. Nesse contexto de leitura lúdica e teatral, os alunos podem despertar o gosto pela leitura e o senso crítico ao se posicionarem diante das interrogativas a respeito dos temas abordados na obra literária.

Como salienta a autora bell hooks (2017, p.21): “Ensinar é um ato teatral. E é esse aspecto do nosso trabalho que proporciona espaço para as mudanças, a invenção e as alterações espontâneas que podem atuar como catalisadoras para evidenciar os aspectos únicos de cada turma.” Nesse diálogo com o texto, educador e educando passam a interagir, como uma cena de teatro, onde o leitor explora a capacidade crítica e participa do texto, de sua forma, conteúdo ao desdobrar cada página. Assim, na leitura subjetiva, o leitor se envolve e utiliza seu conhecimento linguístico e conhecimento de mundo para refletir sobre o que sendo dito naquele texto.

Diante dessas análises, percebemos que nosso papel do educador é muito relevante, pois ao levar os alunos a atuarem como protagonistas, estamos tornando-os sujeitos construtores do conhecimento e de sua própria autonomia. Nessa perspectiva, ao construir estratégias para formação cada vez maior de novos leitores, nós educadores, desenvolvemos nesses discentes um espírito de liberdade, criação e pensamento crítico que se apropriam das suas leituras em suas interações sociais para intervir e interagir com o professor em sala de aula, consolidando o processo de construção do conhecimento.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada texto lido permite ao leitor interagir com o que está sendo lido, passando a perceber a polissemia dos textos, sendo capaz dialogar com as obras lidas, formular perguntas, também poderá captar as respostas que o modificam ao longo da leitura. Durante a leitura literária, os educandos são fomentados a tornarem sujeitos ativos e compreenderem que nenhum texto é inocente, que há sempre algo a ser dito, existem as denúncias sociais, as ideologias. E os leitores são convidados a assumirem o protagonismo dos textos lidos e a partir daí reescrever suas novas histórias, ressignificando o que está escrito nos espaços de agenciamentos de forma crítica e reflexiva.

Em seguimento, percebemos que o texto literário é constituído de muitas vozes, um livro nunca é só um livro e o escritor é um montador, ele corta, desmonta e remonta suas teias e fios numa desconstrução, como uma maneira de desafiar, questionar as estruturas de poder, identidade, raça, classe social, desigualdades, dismantellar as suposições implícitas e suas representações sociais, uma vez que os processos inconscientes na produção de um texto literário, pode perpassar todas as esferas da sociedade, e o escritor ao produzir sua escrita, imitando o mundo, produz reflexão ao levar em conta o contexto e momento histórico no qual esteja inserido. Sendo assim, cabe ao leitor desse texto, inferir novas significações a partir de sua realidade de vida.

Diante do exposto, espera-se que este estudo possibilite aos docentes uma ressignificação da prática pedagógica em relação ao letramento literário na escola, e um fortalecimento das habilidades e formação de um leitor crítico, sujeito ativo e participativo no processo ensino-aprendizagem. Para dessa forma, evitar que os discentes não sejam vítimas da sociedade opressora. Conforme Freire (1996) “o letramento se torna uma forma de entender a si e aos outros,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

desenvolvendo a capacidade de questionar com fundamento e discernimento, intervindo no mundo e combatendo situações de opressão”.

REFERÊNCIAS

AMARILHA, Marly. **Alice que não foi ao país das maravilhas: A leitura crítica na sala de aula.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

ARAUJO, Jorge de Souza. **Letra, leitor, leituras: reflexões** / Jorge de Souza Araújo. -2ed. – Itabuna: Via Litterarum, 2006.

FERRARA, Lucrécia D'Álésio. **Leitura sem palavras.** São Paulo: Ática, 1993 (Série Princípios)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (Coleção leitura)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido/** Paulo Freire. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção leitura)

hooks, Bell. **Ensinando a transgredir: Educação como prática da liberdade/** bellhooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla- São Paulo Editora WMF Martins Fontes 2013.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura na escola e na biblioteca.** São Paulo: Papirus, 1986.



O COMBATE À FOME NA ESCOLA: ATOS INTEGRADOS DE AMAR E ESPERANÇAR

Vanessa dos Santos Gomes⁷⁹
Maria Neuma Mascarenhas Paes⁸⁰

RESUMO: A fome é um problema complexo e multidimensional que traz consigo implicações no âmbito social e político, revelando outros problemas estruturais da nossa sociedade. Desse modo, as escolas públicas têm um papel muito importante no combate à fome, caracterizando-se como um local de enfrentamento dessa mazela, pois oferta diariamente refeições gratuitas aos alunos. Diante disso, este trabalho objetiva refletir sobre o combate à fome na escola como atos integrados de amar e esperar. Para isso, nos utilizamos das ideias freirianas e estabelecemos um diálogo com os teóricos que discutem sobre as contribuições da merenda escolar no combate à fome na escola. Para tanto, utilizamo-nos da pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa para alcançarmos o objetivo dessa investigação. Pois, com Freire compreendemos que o pensamento de esperança e o ato de esperar é a atitude de quem almeja uma sociedade igualitária e com menos pobreza.

PALAVRAS-CHAVE: A fome como problema social. Ato de amar. Ato de esperar. Programas sociais de combate à fome.

⁷⁹Aluna do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Mestrado), da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Bolsista CAPES. E-mail: vanessagomes723@gmail.com.

⁸⁰Professora Doutora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), atua no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, é filiada ao GPLIN – Grupo de Pesquisa Letramentos, Identidades e Narrativas. E-mail: mpaes@uneb.com.



INTRODUÇÃO

O combate à fome na escola é muito mais do que uma questão de fornecer alimentos, trata-se de atos integrados de amar e esperar. Esse compromisso não apenas atende às necessidades básicas das crianças, mas também cria um ambiente propício para seu desenvolvimento integral, promovendo a igualdade e construindo um futuro melhor. Pois, é inviável pensar que uma criança consiga passar quatro horas assistindo uma aula, estando ali com o professor, se ela tiver com fome. É nesse contexto que a alimentação escolar é uma esperança em meio a insegurança alimentar que muitos brasileiros enfrentam.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um programa do governo brasileiro que visa reduzir a insegurança alimentar e melhorar a aprendizagem e o rendimento escolar. No âmbito nacional, ele fornece alimentação escolar aos alunos da rede de educação básica pública em todos os níveis, seja municipal, estadual ou federal, incluindo escolas rurais, quilombolas e indígenas. Isso é feito por meio de repasses financeiros complementares mensais do governo federal aos entes federados. Assim sendo, as escolas públicas atuam como agentes no combate à insegurança alimentar dos estudantes (Brasil, 2009).

Neste sentido, a educação desempenha o papel de instrumento transformador face a problemas sociais decisivos e graves, como a fome. Portanto, é urgente e necessário discutir o potencial e a contribuição do setor educacional neste cenário e como a alimentação escolar é indispensável para o combate à fome na escola. Nessa perspectiva, a pesquisa tem como objetivo refletir sobre o combate à fome na escola como atos integrados de amar e esperar.

A pesquisa foi conduzida por meio de um percurso metodológico qualitativo de caráter exploratório, envolvendo revisão



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

bibliográfica. Recorrendo às obras de referência de Paulo Freire, a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e documentos oficiais do governo, e teóricos como Castro (1948), Ceccim (1995), Mintz (2001) e Valente (2002), que teceram relações entre as contribuições freirianas e a fome.

Procuramos refletir, em primeiro lugar, a questão da fome na escola como um reflexo de um problema nacional, e então, apresentamos o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como um instrumento de combate à fome na escola. Posteriormente, discutimos sobre como a alimentação escolar, através da oferta de alimentos saudáveis e nutritivos configura-se em um ato de amar, e, por fim, foi preciso compreender a merenda escolar como um ato de esperar, pois além de contribuir para o combate à fome na escola, também contribui no processo de aprendizagem do aluno e para o rendimento escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

A FOME NA ESCOLA

A fome é um problema complexo e multidimensional que traz consigo implicações no âmbito social e político, revelando outros problemas estruturais da nossa sociedade. A questão da fome no Brasil foi denunciada pelo médico e professor Josué de Castro, ainda na década de 1930, quando ele realizou a primeira pesquisa alimentar do Brasil, realizada na cidade do Recife e, constatou que o salário mínimo dos trabalhadores eram insuficientes para que eles tivessem o acesso adequado a uma alimentação saudável e que suprisse as suas necessidades calóricas. Ao escrever seu livro *Geografia da fome – o dilema brasileiro: pão ou aço*, ele denunciou as raízes sociais, econômicas e políticas da fome no Brasil. Dessa forma, Castro (1948, p. 261) evidencia:



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Não é somente agindo sobre o corpo dos flagelados, roendo-lhes as vísceras e abrindo chagas e buracos na sua pele, que a fome aniquila a vida do sertanejo, mas também atuando sobre o seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta social. Nenhuma calamidade é capaz de desagregar tão profundamente e num sentido tão nocivo a personalidade humana como a fome quando alcança os limites da verdadeira inanição (Castro, 1948, p. 261).

Paulo Freire afirma que também vivenciou a fome e a pobreza na infância, durante impacto da crise do capitalismo universal em 1929. Nesse contexto, ele mencionou a Geografia da fome em seus escritos ao relatar a realidade da qual experienciou e conheceu de perto (Freire, 2003, p.42):

Fome real, concreta sem data marcada para partir, mesmo que não seja tão rigorosa e agressiva como outras fomes que conheci [...] Fome que, se não amenizada, como foi a nossa, vai tomando o corpo da gente, fazendo dele, às vezes, uma escultura arestosa angulosa. Vai afinando as pernas, os braços, os dedos [...]. Como aprender, porém, se a única geografia possível era a geografia da fome? (Freire, 2003, p. 42).

A atualidade das denúncias do dilema da fome no Brasil foi confirmada através de um estudo realizado pela Rede de Pesquisadores em Soberania Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), em 2022, que afirma que 33,1 milhões de brasileiros vivem em uma condição de insegurança alimentar grave, caracterizada pela falta de acesso regular a quantidades suficientes de alimentos para suprir as suas necessidade calóricas e que apenas 4 em cada 10 famílias possuem acesso pleno a alimentação, conforme ilustrado no gráfico abaixo (Rede PENSSAN, 2022).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Gráfico 1: Insegurança alimentar no Brasil entre 2021/2022.



Fonte: Rede PENSSAN (2022).

Nesse contexto, é importante destacar que a fome priva o cidadão de um dos seus direitos mais básicos: a alimentação. Uma vez que, o Direito Humano à Alimentação Adequada está previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que no artigo 6º afirma:

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (CF, 1988, art.6º).

No Brasil, a estrutura desigual capitalista constrói um cenário de pobreza. Nessa perspectiva, Paulo Freire (2015), em seu livro *Cartas à Cristina* denunciou as desigualdades que causam



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

sofrimento e experiências traumáticas às pessoas, impossibilitando-as de alcançar os seus direitos mais básicos, como:

direito à vida, que implica o de nascer, o de comer, o de dormir, o de ter saúde, o de vestir, o de chorar os mortos, o de estudar, o de trabalhar, o de ser criança, o de crer ou não, o de viver cada um e cada uma a sua sexualidade como bem lhe aprouver, o de criticar, o de discordar do discurso oficial, o de ler a palavra, o de brincar não importa a idade que se tenha, o de ser eticamente inconformado do que ocorre no nível local, no regional, no nacional e no mundial (Freire, 2015, p. 203).

De uma perspectiva freiriana, a fome está para além de uma questão biológica. Ela é considerada um problema real, complexo e de grande escala que se configura como ferramenta de controle e silenciamento dos oprimidos pelo sistema capitalista excludente e opressor. Desse modo, esses pensamentos nos conduzem a lutar por uma transformação social. Uma vez que, numa sociedade de classes, governada por grupos e nações dominantes, a luta pela “educação como prática da liberdade” é um caminho para a libertação dos oprimidos (Freire, 1987).

Nesse contexto, é possível estabelecer um diálogo entre a fome e a educação, considerando que a fome na escola é um reflexo de um problema nacional que compromete significativamente o processo de aprendizagem de crianças em idade escolar. Assim sendo, compreende-se que o cenário da fome é devastador. Além disso, em condições de privação alimentar, a aprendizagem é dificultada, visto que, é um processo que exige, atenção, reflexão, memorização e energia para que o cérebro desenvolva as suas funções adequadamente (Ceccim, 1995).

Valente (2002, p.32) destaca:

“fome do dia” é mais um aspecto da vida das classes populares que dificulta o processo de aprendizagem. É conhecida de todos, a



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

realidade de muitas crianças brasileiras que só se alimentam na escola e a frequentam exatamente para isto (Valente, 2002, p.32).

As escolas públicas têm um papel muito importante no combate à fome, caracterizando-se como um local de enfrentamento dessa mazela, pois oferta diariamente refeições gratuitas aos alunos. Nesse sentido, foi criado em 1955, o Programa Nacional de Alimentação (PNAE), com o objetivo de diminuir os elevados índices de desnutrição no país. Ele surgiu como um programa de mitigação da fome, através da merenda escolar. Atualmente, o PNAE, popularmente conhecido como merenda escolar, é regulamentado pela Lei 11.947/2009 e tem como objetivos contribuir para o crescimento, desenvolvimento e melhoria do rendimento escolar. Assim, segundo Brasil (2009):

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (Brasil, 2009, art.2º).

O PNAE é uma das políticas públicas mais significativas para a garantia do direito à alimentação escolar e tem se afastado do viés assistencialista que outrora o foi atribuído. Uma vez que, entende-se que a merenda escolar constitui um direito do aluno, independente de situações de insegurança alimentar. Desse modo, a oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais do estudante durante o período letivo, bem como, ações de educação alimentar e nutricional



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

são fundamentais para tornar o ambiente escolar um lugar de acolhimento e para o desenvolvimento de hábitos saudáveis.

Contudo, a importância da merenda escolar é particularmente percebida em escolas públicas situadas em territórios mais vulneráveis. Desse modo, a alimentação escolar se configura em um ato de amar e esperar e, é uma das principais ações de combater à fome na escola.

O ATO DE AMAR

Fornecer refeições nutritivas demonstra um cuidado genuíno com o bem-estar físico e emocional dos alunos. É uma expressão de amor que vai além das palavras, mostrando que a escola se preocupa profundamente com cada estudante. Quando uma escola se compromete com a nutrição adequada dos alunos, ela cria um ambiente onde os estudantes se sentem valorizados e respeitados, o que é fundamental para o desenvolvimento emocional e social do educando. Desse modo, garantir uma educação de qualidade que contribua para uma ascensão social, emancipação política e melhoria da qualidade de vida, em um contexto de fome, configura-se em um ato de amar. Para o Freire, amar é

um ato de coragem, nunca de medo, amor é um compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes oprimidos, o ato do amor está em comprometer-se com sua causa. A causa da libertação. Mas, este compromisso, porque amoroso, é dialógico (Freire, 2021, p. 111).

Uma escola amorosa e, portanto, compromissada com a educação dos seus educandos, considera e compreende as condições que eles vivem, as opressões sofridas, as angústias individuais, a fome que enfrentam e suas vulnerabilidades sociais. Esse vínculo amoroso entre a escola e os seus estudantes, torna possível uma sociedade mais



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

solidária e mais empática. Um educador amoroso, uma educadora amorosa e merendeiros (as) amorosos, são fundamentais para o enfrentamento da fome na escola. O “amor” é uma categoria filosófica do pensamento do patrono da educação brasileira, nessa perspectiva pedagógica, Freire (1982, p. 29) nos sugere “Não há educação sem amor. O amor implica luta contra o egoísmo. Quem não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar. Não há educação imposta, como não há amor imposto. Quem não ama não compreende o próximo, não o respeita”.

Nesse contexto, o ato de alimentar é uma forma básica e poderosa de demonstrar empatia. Ao garantir que nenhum aluno passe fome na escola, a instituição de ensino constrói um senso de comunidade e apoio mútuo. Visto que, a alimentação escolar promove interações sociais saudáveis, fortalecendo os vínculos entre alunos e professores, e entre os próprios alunos, uma vez que nessas interações há doação, troca e diálogo.

Para Freire (1996, p.77), toda relação amorosa exige diálogo, desse modo, ele argumenta:

não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação reflexão. mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeiro sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais. o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. (Freire,1996, p. 77).

É nesse contexto, que os trabalhadores da educação compreendem como os alunos se veem e se pensam a partir da prática da merenda escolar, entendem quais os significados da alimentação nesse espaço e suas respectivas representações para os alunos. Visto



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

que, conforme (Mintz, 2001), os alimentos produzem emoções, pertencimento, evocação de memórias e aprendizado social. Assim sendo, a alimentação escolar se constitui como um repositório de amor, considerando que muitas vezes o estudante não encontra na família esse cuidado, essa atenção, mas encontra na escola pública, o suporte para a sua transformação social. Logo, é no diálogo que é possível perceber quais as contribuições dessas refeições ofertadas na escola, tanto para a aprendizagem, quanto para saciar a fome que muitos alunos de escolas públicas enfrentam. Desse modo, a amorosidade no preparo e na oferta de uma alimentação mais forte, mais nutritiva, é indispensável, e caracteriza-se como um ato de amar, porque entende-se que com fome ninguém aprende.

O ATO DE ESPERANÇAR

Esperançar se fez verbo na práxis e na obra *Pedagogia da Esperança*, de Paulo Freire, publicada em 1992, período em que a sociedade brasileira viveu uma forte desesperança. O educador dedicou sua obra/vida aos invisíveis e em seus escritos deu voz aos oprimidos e todos quantos vivem à margem da sociedade brasileira. Para Freire, (2021, p.17):

A pedagogia da Esperança é um livro assim, escrito com raiva, com amor, sem o que não há esperança. Uma defesa da tolerância, que não se confunde com a convivência, da radicalidade; uma crítica ao sectarismo, uma compreensão da pós-modernidade progressista e uma recusa à conservadora, neoliberal (Freire, 2021, p.17).

O ato de esperançar no combate à fome na escola, consiste em ter esperança mesmo diante das muitas injustiças e mazelas que o povo brasileiro enfrenta. O exercício de esperançar nos possibilita continuar acreditando na educação, mesmo frente a vulnerabilidade



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

social e econômica que 31 milhões de brasileiros enfrentam vivendo uma condição de insegurança alimentar grave. Ressalta-se que muitos destes são crianças, estudantes de escolas públicas, que encontram na escola a garantia de diariamente consumir uma refeição. Desse modo, o pensamento freiriano nos faz refletir que devemos dizer não ao fatalismo e ao pessimismo e afirmar a educação como possibilidade de mudança e transformação social. Nessa perspectiva, Freire (2021, p.15) afirma:

Pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo. Mas prescindir da esperança na luta para melhorar o mundo, como se a luta pudesse reduzir a atos calculados apenas, à pura cientificidade, é frívola ilusão. (Freire, 2021, p.15).

Nesse contexto, pensar a esperança a partir da educação é compreender que diversos fatores estão relacionados ao processo de aprendizagem do educando. Uma vez que fatores ambientais, familiares e socioeconômicas também exercem influência, a exemplo da fome, que interfere negativamente no desempenho escolar. Desse modo, compreendemos que alunos bem alimentados têm melhores condições de aprendizado, concentração e desempenho acadêmico. Isso abre portas para um futuro mais promissor, oferecendo igualdade de oportunidades para todos. Além disso, a segurança alimentar contribui para o desenvolvimento da autoestima e da autoconfiança dos alunos, capacitando-os a enfrentar desafios e buscar seus sonhos.

Nisso, é preciso saber que a nutrição adequada é fundamental para o crescimento físico saudável e para a manutenção da saúde mental. Isso permite que os alunos participem plenamente das atividades escolares e extracurriculares. Ao combater a fome, a escola



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

promove a resiliência e a capacidade dos alunos de superar adversidades, cultivando uma mentalidade de crescimento e esperança. Esperança do verbo esperar (como diria o próprio Paulo Freire). Para Freire (1992, p.15): “Enquanto necessidade ontológica, a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã.”

A merenda escolar servida nas escolas públicas brasileiras é uma esperança em meio à fome. No Brasil, mais 40 milhões de brasileiros estudantes da educação básica são atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, cerca de 50 milhões de refeições gratuitas são servidas diariamente em mais de 150 mil escolas contempladas. Essa política pública social e de educação é um direito do aluno, e também funciona como um agenciamento pedagógico da educação (Brasil, 2024).

Contudo, enquanto existir criança com fome e a impossibilidade de aquisição de alimentos em quantidades suficientes, haverá desigualdades na educação e consequentemente uma desigualdade de oportunidades, pois o prejuízo da fome não é apenas físico, mas pode acarretar desordens físicas e intelectuais. Tal cenário, impõe aos estudantes, educadores, pais e gestores da educação uma postura resiliente, combativa, de resistência e, sobretudo, de esperança. Paulo Freire (2021, p. 114), assim, argumenta: “movo-me na esperança enquanto luto, se luto com esperança, espero”. O pensamento freiriano nos faz refletir sobre a necessidade de esperar, pois é preciso ir atrás, se levantar, visto que, esperar não é esperar, é preciso agir (Freire, 1992).

Dessa forma, a esperança precisa estar associada a uma luta, Freire (2020, p. 50) afirma:

A educação consegue dar às pessoas maior clareza para “lerem o mundo”, e essa clareza abre a possibilidade de intervenção política. É



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

essa clareza que lançará um desafio ao fatalismo neoliberal [...], se nos deixarmos levar pelo engodo dos discursos econômicos neoliberais, que afirmam ser inevitáveis as realidades da falta de moradia ou pobreza, então as oportunidades de mudanças tornam-se invisíveis e o nosso papel enquanto fomentadores de mudança passa a se ocultar [...]. Como seres humanos, não resta dúvida de que nossas principais responsabilidades consistem em intervir na realidade e manter nossa esperança (Freire, 2020, p. 50).

Nesse contexto, alimentação fornecida nas escolas ajuda os alunos a terem condições de aprendizagem adequadas e a concentrarem-se durante as aulas, uma vez que a fome e a desnutrição têm um impacto negativo no seu processo de aprendizagem e no desempenho dos alunos. Diante do exposto, fica claro que a merenda escolar, embora contribua para o combate à fome na escola, não deve ser vista como uma prática assistencialista, mas como um agenciamento pedagógico da cidadania, dada as suas implicações sociais e curriculares (Ceccim, 1995).

Nesse cenário de crise social que bate à porta da escola, o educador engajado compreende que ninguém aprende com fome e que o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças pode ser afetado por esta condição. No entanto, ele não deve entregar-se à desesperança e desacreditar que esses alunos, embora estejam enfrentando um cenário desanimador, possam ter a sua realidade transformada através de uma educação libertadora e emancipatória. Logo, Paulo Freire, patrono da educação brasileira, em seus escritos afirma que quando se trata da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, nós devemos lutar. Diante disso, esperar é preciso!

Na continuidade desse debate, ressalta-se a importância de uma formação de trabalhadores e trabalhadoras da educação que sejam sensíveis às diferentes realidades da sala de aula e às necessidades individuais de seus alunos. A exemplo da fome que afeta



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

muitas crianças, ao chegarem na escola, elas não conseguem expressar a sua necessidade, pois muitas vezes estão envolvidas de emoções, como a vergonha e o sentimento de humilhação, que acompanham a privação alimentar. Diante disso, os educadores precisam aprimorar a sua sensibilidade para compreender e apreciar a educação como um meio de transformar a sociedade. Portanto, a educação sensível inclui uma variedade de fatores que podem afetar o desempenho acadêmico dos alunos. Freire (1996) diz que

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiência feitos” com que chegam à escola. O respeito devido à dignidade do educando não me permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo para a escola (Freire, 1996, p. 26).

Ensinar exige compreensão da realidade e da fragilidade humana diante da fome e das condições que cada educando vive, além disso, existe a compreensão de que o processo de aprendizagem é complexo e envolve muitas variáveis. Tendo em vista estes aspectos, o ambiente escolar enfrenta inúmeros desafios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O combate à fome na escola é um ato integrado de amar e esperar, pois educar com amorosidade é proporcionar condições de aprendizagem, por meio das quais, o estudante possa ter acesso ao conhecimento, mesmo que esteja enfrentando uma condição de insegurança alimentar. Uma vez que, na escola ele encontra, por meio da alimentação escolar, refeições saudáveis e nutritivas que contribui



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

para o seu desenvolvimento físico e mental, além de alimentos regionais que fortalecem a sua cultura local.

Desse modo, as reflexões sobre a relação entre a fome e a educação podem contribuir tanto para a formação de professores quanto para a melhoria do desempenho escolar dos alunos. Pois, com Freire compreendemos que o pensamento de esperança e o ato de esperar é a atitude de quem almeja uma sociedade igualitária e com menos pobreza. Logo, não devemos nos conformar como sendo normal o baixo rendimento escolar de alunos, a insegurança alimentar, a fome e seus agravantes, a pobreza extrema, o insucesso do aluno, condições essas, que são potencializadas pela desesperança.

É com base nessa realidade que se faz necessário discutir a prática docente, sobre a vivência da fome e o desempenho escolar. Pois aprendemos com Paulo Freire que, uma escuta sensível é indispensável para que os educadores entendam e compreendam as necessidades dos seus educandos, aquilo que lhe é fundamental. Além disso, é preciso compreender, e levar para dentro da escola aspectos democráticos que possibilitem que seus educandos e principalmente aos menos favorecidos, consigam o acesso à direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11947 de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 de junho de 2009. Seção 1, p.2. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 02 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. **Histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília – DF, 2024. Disponível em:<https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 03. ago. 2024.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome**. 2. ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

CECCIM, Ricardo Burg. A merenda escolar na virada do século: agenciamento pedagógico da cidadania. **Revista Em aberto**, Brasília, v. 15, n. 67, p. 63-72, jul./set. 1995. Disponível em:
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/210293>. Acesso em: 03. ago. 2024.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 77. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

MINTZ, Sidney. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 31-42. out. 2001. Disponível em:
[https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/tbHWcbmyDz8N59zqkZX7zsS/](https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/tbHWcbmyDz8N59zqkZX7zsS/?format=pdf&lang=pt)
?format=pdf&lang=pt. 05. ago. 2024.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN). **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]**. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2022. Disponível em:
<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em 04. Ago. 2024.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.



PAULO FREIRE E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE DIRETORES ESCOLARES: APROXIMAÇÕES A PARTIR DA PRODUÇÃO DO PPGEDU DA UFPE

Paulo Bruno José Ferreira de Brito⁸¹

RESUMO: Esta investigação apresenta uma discussão exploratória sobre o tema formação continuada de diretores escolares inspirada nos termos advindos do “método Paulo Freire”: curiosidade, método e compromisso político. Para isso, foram tomadas como fontes as pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco que abordam esse tema. As considerações preliminares indicam que a exploração do tema a partir das categorias escolhidas foi válida e que o aprofundamento na literatura freireana pode trazer contribuições para o estudo teórico da formação continuada de diretores escolares.

PALAVRAS-CHAVE: Formação continuada de diretores escolares. Política educacional. Literatura freireana.

INTRODUÇÃO

Esta investigação surge a partir da leitura do livro *"Paulo Freire: um menino de cem anos"* (KOHAN, 2021), e toma como base o capítulo 8 intitulado *"Existe o 'método Paulo Freire'?"*. Sua leitura nos inspirou a investigar formação continuada de diretores escolares, objeto teórico de uma pesquisa mais ampla, atualmente na fase exploratória, e com certa dificuldade em encontrar textos ou estudos que tratem teoricamente sobre esse tema.

⁸¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: paulo.fbrito@ufpe.br. Conta com o financiamento da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco – FACEPE.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Até o momento, o que se tem à disposição são apenas as aproximações de textos que discutem como os governos têm buscado desenvolver ações, projetos ou programas focados na formação continuada dos diretores escolares. No entanto, a definição do que é a formação continuada desse ator, e se existe uma epistemologia a respeito, ainda não apareceu nesse processo. É preciso considerar que, com a continuação da pesquisa, outras fontes possam surgir e apresentar o que estamos buscando. Outrossim, percebemos que a produção sobre formação continuada de professores é encontrada com bastante frequência nas buscas, envolvida por uma diversidade de análises e correlação com outros temas de intersecção.

Neste percurso, esta investigação buscou, de forma exploratória, uma aproximação teórica com o tema formação continuada de diretores escolares, inspirada nas ideias discutidas por Kohan (2021) e nas pesquisas acerca do tema, desenvolvidas pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Assim como Kohan (2021) discute a colocação de Freire sobre ter ou não um método de Alfabetização, trazendo considerações do ponto de vista epistemológico, Paulo Freire dizia que tinha “a curiosidade de um lado e o compromisso político do outro” (Pelandré, 2014, apud Kohan, 2021, p. 131). Para o autor, o método é a expressão do formato como se educa. A curiosidade seria a razão, o motivo pelo qual se busca educar. Já o compromisso político expressa o sentido, o para quê fazer. Portanto, não negava a necessidade de se ter uma forma de caminhar, mas saber caminhar tendo um porquê, e dessa forma, produzindo conhecimento a respeito. Em síntese, Paulo Freire encarava seu método como epistemológico mais que pedagógico. Para Kohan, “O que importa é perceber que a questão do método específico para educar é secundária à curiosidade e ao compromisso político que move uma prática educacional, aos princípios e sentidos que inspiram esse caminho” (idem, p. 132).



Esses termos de sua reflexão nos parecem pertinentes neste trabalho e serão usados para nos guiar nas análises dos achados nesse movimento exploratório do objeto. Para isso, demarcaremos o postulado de Freire com os seguintes campos de sentidos: a curiosidade, traduzida aqui como o princípio do qual se parte e que impulsiona o caminhar; o método, que é uma forma de transitar; e o compromisso político como o significado que se dá ao ato de educar.

O CAMINHO ESCOLHIDO PARA UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO COM O OBJETO

No Repositório Institucional da UFPE, buscamos pelo descritor “formação continuada de diretores escolares” e obtivemos 05 resultados: 03 dissertações e 2 teses. Esse descritor não apareceu *ipsis litteris* em todos os títulos, mas sob variações como “formação do gestor escolar” ou “formação de gestores escolares”. Uma das dissertações não será considerada neste texto por se tratar de formação inicial, ficando, portanto, 02 dissertações e 02 teses para a discussão.

Nos resumos desses trabalhos, já foi possível encontrar um ponto em comum entre eles: todos estão no campo da Política Educacional, e seus objetos de estudo são políticas de formação continuada de diretores escolares que foram desenvolvidas em Pernambuco.

A dissertação de Uchôa (2012) trata da formação do diretor escolar na perspectiva da escola como organização democrática. A autora analisou se o Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares (PROGESTÃO) e o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica (PNEGEB) preparavam o gestor para a utilização de mecanismos que consolidassem a gestão democrática da escola. Pautada na Análise do Discurso e apoiando-se no conceito de imagens organizacionais da escola, ela concluiu que os



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

programas analisados atenderam parcialmente a esses objetivos, o que a levou a propor que programas futuros considerem a escola como uma comunidade educativa e que outros atores além do gestor escolar tenham acesso a essas formações.

A tese de Melo (2013) avaliou a oferta do curso de Especialização no âmbito do PNEGEB coordenado pela UFPE em Pernambuco. Documentos da Secretaria de Educação Básica do MEC e Relatórios de avaliação dos cursos foram correlacionados em suas análises ao contexto sócio-histórico, às várias dimensões do curso e ao modelo de formação continuada na área de gestão no formato EAD. Em sua análise teórica, considerou a gestão democrática da educação e da escola. Suas conclusões indicaram uma diferença entre o que se preconizou nas diretrizes do Programa e como ele foi operacionalizado localmente. Também destacou a necessidade de implementar mecanismos de participação e autonomia da escola. Por fim, entendeu que, se o curso impactar positivamente o desempenho profissional do gestor, isso pode se refletir nos índices educacionais do estado.

Em sua dissertação, Ferreira (2016) encarou a formação continuada promovida pelo estado de Pernambuco como uma forma de intervenção na administração das escolas da Rede Estadual. O autor se debruça sobre o Programa de Formação Continuada de Gestores Educacionais de Pernambuco (PROGEPE), suas diretrizes e, com especial ênfase, no conteúdo do curso de aperfeiçoamento ofertado aos diretores escolares e àqueles que pretendiam assumir essa função. Em suas conclusões, o autor entendeu que o PROGEPE é organizado de forma a recrutar para a função de diretor escolar aqueles profissionais que se dispõem a aceitar as orientações da Secretaria de Educação, especialmente os ditames do Programa de Modernização da Gestão Pública – Metas para a Educação (PMGE-ME) que teve advento a partir de 2007 e que enfatiza a



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

responsabilização como uma das molas mestras do trabalho nas escolas.

Maranhão (2017), objetivando compreender o PROGEPE e a qualidade da educação da Rede Estadual de Pernambuco, traz para a sua tese o cenário da modernização do Estado de caráter gerencialista, onde a qualidade é verificada através dos índices baseados em testes padronizados. Fundamentado nas análises dos documentos normativos do estado, do PMGE-ME e os documentos relacionados ao PROGEPE, associados aos dados colhidos num grupo focal, seu estudo apontou que esse processo de formação tem como foco construir um novo perfil para os diretores escolares, alinhado com este novo ambiente de modernização e seus parâmetros gerencialistas. Na concepção da autora, essa busca ofensiva por índices melhores fragiliza as discussões acerca da educação de caráter social, privilegiando o paradigma da qualidade total em detrimento da educação como modelo emancipador.

Como é possível perceber, esses estudos centram suas discussões a partir da implementação de programas do governo federal – PNEGEB e PROGESTÃO – e do governo estadual de Pernambuco – PROGEPE. Entretanto, as análises sempre envolvem temas que ensejam um tratamento teórico, correlacionando a política implementada com conceitos ou fenômenos, tais como: a escola como organização democrática, gestão descentralizada e democrática da educação e da escola, intervenção do estado na administração das escolas e a qualidade da educação.

Em comum, esses estudos revelam a influência que os novos ordenamentos globais trouxeram para os governos transnacionalmente, tendo como marco a Conferência de Jomtien em 1990, de onde surgiu a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Aqui no Brasil, as referências remontam especialmente a 1995, quando foi lançado o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado no governo de Fernando Henrique Cardoso, e em



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Pernambuco, no ano de 1999, no governo de Jarbas Vasconcelos, quando ele começou a repercutir com normatização da estrutura administrativa do estado através da Lei 11.629 de janeiro daquele ano. A educação do estado começou a sentir esses efeitos de maneira mais concreta com a promulgação da Lei 12.252, de 08 de julho de 2002, que criou o Plano Estadual de Educação com vigência de 10 anos. No ano de 2007, houve uma intensificação do caráter avaliador do estado quando foi lançado o PMGE-ME, com o objetivo declarado de melhorar a qualidade da Educação, momento em que o estado figurava nas últimas posições do IDEB no cenário nacional.

Além disso, apesar de cada estudo ter uma teorização relacionada aos temas que evidenciamos mais acima, todos eles se voltam para dar enlevo ao caráter democrático que a gestão da educação, e de forma especial a gestão escolar, precisa ter.

O QUE ENCONTRAMOS PARA ALÉM DOS RESUMOS

Ao fazer uma incursão nesses trabalhos na intenção de encontrar capítulos ou seções que trouxessem discussões teóricas acerca da formação continuada de diretores escolares, de fato, todos eles contavam com algum título mencionando esse descritor, mas não traziam essencialmente o que esperávamos: uma conceituação, uma reunião de postulados teóricos acerca da natureza da formação continuada de diretores escolares, ou melhor dizendo, acerca da epistemologia do nosso descritor e objeto de estudo.

Os capítulos ou seções versavam principalmente sobre os aspectos da ação do Estado, tratando do programa ou programas que cada autor trouxe para analisar e da maneira como o ente estatal o concebeu, como o implementou e suas implicações. Os autores, pelo tratamento teórico empreendido, formularam inferências acerca do significado que esses programas foram tendo, seja do ponto de vista dos postulados teóricos, seja do que foi analisado no material que



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

compôs o corpus de cada pesquisa. Entendemos que essas inferências circundam o nosso objeto - formação continuada de diretores escolares – pois apesar de elas se voltarem para o campo da política, esses programas de estado foram elaborados para promover a formação continuada dos diretores escolares. Portanto, se observarmos como ações assim vão se materializando, e em face disso, o olhar científico que cada pesquisador desenvolveu acerca dessas dinâmicas, teremos aí tendências que podem nos possibilitar tecer aproximações epistemológicas com o nosso objeto.

Para tecer essas aproximações, vamos nos basear nos três elementos que Paulo Freire pontuou sobre seu método:

- O **PRINCÍPIO**, entendido como o ponto de partida e que impulsiona o caminhar. No caso da nossa investigação, podemos buscar entender o que levou os governos a proporem e a implementarem programas de formação continuada para seus diretores escolares;
- A **FORMA** de transitar, podendo ser encarada como o método. Para nós, neste trabalho: qual a estratégia usada para ofertar a formação continuada;
- E o **SIGNIFICADO** que se dá ao ato de educar, que Paulo Freire considerava como o que revelava o compromisso político do educador. Aqui, podemos entender que tipo de resultado se buscou alcançar com esses programas, o que estava no cerne dessa formação e o que se buscou desenvolver nos diretores para sua atuação.

3.1 Por que promover a formação continuada para gestores escolares?

Ao considerar que “toda política pública é criada para responder a um problema existente em determinado setor da sociedade”, Uchôa (2012, p. 17) começa a nos dar um indicativo relacionado ao princípio do nosso objeto. Outrossim, tanto essa autora, como os demais autores dos outros trabalhos pesquisados,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

trazem uma contextualização sócio-histórica que podemos definir como o ponto de partida para essa agenda de políticas públicas voltadas para a formação continuada dos diretores escolares. Esse contexto, como já adiantamos anteriormente, pode ser caracterizado pela Reforma do Aparelho do Estado, agenda que foi fortemente influenciada pelo contexto internacional. Ferreira (2016) traz um apanhado desse período que começou no final da década de 1970, quando a Reforma do Estado passou a ser palavra de ordem ao redor do mundo e aqui no Brasil, isso se materializou em 1995, com o lançamento do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Esse acontecimento passou a influenciar todo o conjunto das políticas públicas não só do governo FHC, como dos posteriores. Em Pernambuco, esse contexto já terá repercussão no ano de 2002, no governo Jarbas Vasconcelos, mas vai se refletir de maneira vigorosa a partir de 2007, no governo de Eduardo Campos.

Desse contexto, surgem as necessidades de se olhar a educação de uma maneira diferente, alinhada com a agenda ora estabelecida. Nas justificativas para implantação dos programas que já mencionamos, percebemos isso de forma muito clara. O PNEGEB “surge a partir da necessidade de se construir um processo de formação de gestores escolares que atenda à concepção de caráter público da educação e da busca de sua qualidade social” (UCHÔA, 2012, p. 46), a qualidade, nessa época, já começava a ser medida pelo SAEB, que, por sua vez, trazia números preocupantes, o que serviu como reforço para a formulação deste programa. E isso ia de encontro à

preocupação de tornar toda a gestão pública, inclusive da educação, eficaz e suficientemente capaz de apresentar resultados num pequeno espaço de tempo para os blocos econômicos, assim como, para instituições de fomento das questões sociais para melhorar a vida da população (MARANHÃO, 2017, p. 12).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Investir na formação continuada do diretor escolar foi uma estratégia tida como viável para se construir as respostas que eram esperadas, considerando a influência que o diretor exerce sobre sua equipe. Assim sendo, uma formação para ele ressoaria em todo o trabalho desenvolvido pelos demais atores na escola.

No caso do PNEGEB, o MEC (2009) deixa claro o objetivo do programa:

ampliar a capacidade dos diretores e vice-diretores no sentido de entre outras questões realizar e fortalecer a gestão democrática da educação básica, como princípio legal e formativo, sustentada em práticas e processos que conduzam ao trabalho coletivo e a participação nos processos decisórios da educação e da escola. (apud MELO, 2013, p. 189).

Aguiar (2010), refletindo sobre a elaboração e promoção do PNEGEB pelo MEC, percebeu que

o êxito de uma política de formação continuada dos docentes está condicionado a vários fatores, sobretudo, aqueles atinentes ao modo como as secretarias de educação tratam essa formação, a prioridade que esta atribui à formação pós-graduada dos docentes, o respeito ao direito de aperfeiçoamento permanente; questões que se colocam como requisito fundamental para a construção de uma educação e de uma escola de qualidade, além de se constituir um indicador do compromisso institucional das várias instâncias do poder público com a educação brasileira.(apud MELO, 2013, p. 64)

Quanto ao PROGEPE, os autores que o analisaram ressaltam a influência do contexto gerencialista na concepção do programa, tomando-o como uma estratégia de intervenção do Estado na administração escolar. Na análise do material didático utilizado no curso, percebeu-se que

há um direcionamento para se chegar ao perfil de diretor escolar desejado pelo governo. O material didático dividido em doze módulos



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

compreende, principalmente, os eixos da gestão democrática, monitoramento e responsabilização. (...) O sistema de monitoramento, apesar de ter somente um módulo (módulo 11) direcionado inteiramente a ele, em quase todos os módulos anteriores é reforçado a ideia de que o Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco é necessário para a melhoria do ensino, por isso faz-se necessário o monitoramento. A responsabilização educacional, tratada mais diretamente no último módulo (módulo 12) do curso, estabelece junto aos cursistas a “cultura do medo e da coação” através das metas de desempenho acordadas no Termo de Compromisso. (Ferreira, 2016, p. 129).

Maranhão (2017, p. 115), por seu turno, advoga que “a formação estabelecia parâmetros da gestão para resultados com uma visão de que a educação também teria como finalidade, elevar os índices apresentando os produtos desse aprimoramento – os resultados.”

Brandão (2006, s/p), em relato sobre o “método Paulo Freire” nos lembra que “toda educação tem, em si, uma intenção política”. Os aspectos das políticas discutidas nesta seção nos trazem elementos sobre qual viés essas políticas traziam a partir do seu conteúdo. De um lado, o endurecimento trazido pela Nova Gestão Pública através da racionalidade em busca de resultados numéricos; do outro, uma resistência em ainda apostar e fazer ter espaço nessas políticas conteúdos que fortalecessem a qualidade social da educação a ser conduzida nas escolas.

3.2 Como essa agenda se materializa?

Para sabermos como os governos transitaram no sentido de ofertar a formação continuada dos diretores escolares, encontramos nas pesquisas em questão informações sobre os formatos dos cursos que foram abordados. Essas informações revelam as estratégias que o governo federal e o estado de Pernambuco utilizaram para qualificar os diretores escolares ou aqueles que pretendiam assumir essa função (caso de Pernambuco).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

De acordo com Uchôa (2012, p. 40), o PROGESTÃO “surge na década de 1990 como um programa pioneiro no Brasil, de educação à distância para capacitar gestores escolares para atuarem nas escolas públicas, sendo implantado em todo país a partir de 2001”. Este curso foi organizado em nove módulos e contou com diferentes materiais instrucionais disponibilizados aos cursistas. Aconteceu no formato de capacitação para gestores escolares, o que entendemos como curso de aperfeiçoamento.

O formato do PNEGEB foi elaborado para “atender em nível de aperfeiçoamento e especialização (Lato Sensu), gestores escolares, vice-gestores e coordenadores pedagógicos em efetivo exercício nas escolas públicas da educação básica” (idem, p 45) e foi desenvolvido na modalidade EAD, apontada por Uchôa (2013, p.49) como “modelo de formação massificadora”. Já Melo (2013, p. 190) ressalta “a importância de a formação ter como foco o contexto de atuação do gestor escolar, e as contribuições das técnicas de comunicação e informação para o seu desenvolvimento profissional.”

Importa destacar que o PROGEPE foi um programa que abrangeu outros aspectos além do processo de formação continuada, quais sejam: processo seletivo, que engloba certificação e seleção para investidura no cargo, e processo formativo que ensina matrícula em curso de especialização ou mestrado profissional. O curso foi desenvolvido em 2012, de forma presencial, com complementação de atividades em um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). No entanto, , ao se deter no curso de formação continuada ocorrido em 2012, a nível de aperfeiçoamento, este perfaz 180 horas e foi composto por doze módulos que versavam em torno dos temas gestão democrática, monitoramento, avaliação e responsabilização. Para receber a certificação, os cursistas precisavam obter 80% de frequência e alcançar 70% de aproveitamento em uma prova escrita. Ao analisar o conteúdo desse Programa, MARANHÃO (2017, p. 115) identificou “que a proposta não se voltava apenas para a criação de



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (Orgs.)

uma plataforma de formação continuada, mas sim, consolidar um modelo de formação peculiar ao estado que coadunasse com o novo paradigma gestor”.

Esses três programas apresentam alguns pontos em comum nos métodos que constituíram: os três foram ofertados a nível de aperfeiçoamento, sendo que o PNEGEB também teve a opção de Especialização lato sensu; ambos utilizaram a modalidade EAD no seu formato, sendo que o PROGEPE a utilizou apenas como estratégia complementar, e os outros dois programas, como modalidade principal. No que tange aos conteúdos, os três cursos se empenharam em promover a gestão democrática, e nos demais tópicos abordados variaram, tendo sido o PROGEPE o que recebeu grande atenção quanto à incorporação severa do novo modelo de gerencialismo implantado no estado de Pernambuco.

Apesar de Kohan (2021) ressaltar que a maneira escolhida para transitar é secundária em relação à curiosidade e ao compromisso político que deve envolver o método, ao analisar esses formatos e suas ofertas, é importante refletirmos se não foi algo imposto que apareceu como ofertado (BRANDÃO, 2016, s/p).

3.3 Qual o significado dessa formação para os *loci* de atuação desses gestores escolares?

Nas incursões pelos textos para identificar que tipo de resultado se buscou alcançar com esses programas ou o que estava no cerne dessa formação e o que se buscou desenvolver nos gestores para sua atuação, verificamos que o PROGESTÃO tinha como “meta principal subsidiar os gestores escolares para o desenvolvimento de uma gestão democrática nas escolas, que esteja voltada para o sucesso dos alunos das escolas de educação básica.” (UCHÔA, 2012, p. 41).

Entretanto, no que tange aos resultados,

o Programa apresenta certa fragilidade não estando idealizado para atender às especificidades dos seus cursistas no que diz respeito à sua formação inicial, bem como para atender a multiplicidade das ações a



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

serem desenvolvidas pelo gestor escolar, uma vez que na prática supõe-se existir muitos atributos para esse profissional, os quais o Programa pode não contemplar. (idem, p. 45)

Podemos entender que, como uma experiência pioneira em ofertar a formação continuada aos diretores escolares de todo o país, questões como as descritas acima pudessem de fato ocorrer, mas podendo servir como alerta para outras ações a serem desenvolvidas posteriormente.

Sobre o PNEGEB, seu objetivo central era “estimular o desenvolvimento de práticas de gestão democrática e de organização dos trabalhos desenvolvidos na escola no que diz respeito ao pedagógico e à implantação de ações colegiadas entre outros” (idem, p. 46). Para Melo (2013, p. 21), esse objetivo “se coaduna com a organização e a gestão da educação quando atende a necessidade de um profissional que tenha um perfil adequado às exigências postas por uma sociedade em constante mudanças”. Ainda de acordo com essa autora, a experiência desse curso “se apresenta como um momento de acúmulo e diferenciação no processo de construção das referências para formação dos diretores e vice-diretores que acreditam na gestão democrática compartilhada e efetiva que vem se consolidando há alguns anos no Brasil” (idem, p. 114).

A respeito do PROGEPE, Maranhão (2017, p. 12) considera que “a formação do gestor escolar – que também é um professor ocupando um cargo técnico – traz um suporte para que, de maneira eficiente, ao ocupar um cargo técnico dotado de elementos burocráticos, tenha subsídios para desempenhar sua função de forma competente”. Isso porque o diretor ocupa uma posição relevante diante da equipe escolar, o que pode auxiliar na transmissão das estratégias advindas dos objetivos governamentais de atingimento de índices.

É válido ter em mente que



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

embora a maioria dos direcionamentos estejam voltados para práticas empresariais, os cursos de formação continuada para gestores escolares são importantes para o aprimoramento das práticas de gestão. Porém, não há evidências que tais direcionamentos dados durante o curso de aperfeiçoamento do PROGEPE possam levar a uma excelência no ensino das escolas estaduais, pois esse modelo de gestão, que impõem tantos limites não se confunde com a gestão democrática. (Ferreira, 2016, p. 130)

Para esse autor, colocar temas como gestão democrática e práticas gerencialistas no bojo de um mesmo projeto de formação continuada mostra uma contradição de pressupostos por parte de quem o formulou. Maranhão (2017, p. 180) encara esse esforço do governo de forma crítica e ressalta que “apresentar um discurso que fortalecesse a ideia de participação e coletividade em torno do ideal de qualidade social, seria o meio para uma maior adesão de professores compromissados com o ideal da gestão por resultados”. Isso porque “O PROGEPE (...) É um elemento dentro do PMGPE que fomenta a gestão para resultados e busca condições de elevar os índices do estado no que se relaciona à educação. O programa de formação de gestores escolares estabelece novas diretrizes para a gestão escolar em Pernambuco” (idem, p. 178).

Podemos, de forma sintética, inferir que a formação continuada para os gestores escolares foi promovida em cada época e contexto desses de forma a atingir objetivos que estavam no cerne das agendas sociopolíticas. E considerando as motivações trazidas por cada autor, sob olhar freireano é válido refletir que:

A educação que Paulo Freire vislumbra não é apenas politicamente utilitária. Ela não objetiva somente criar novos quadros para um novo tipo de sociedade. Há uma proposta politicamente mais humana, a de criar, com o poder do saber do homem libertado, um homem novo, livre também de dentro para fora. O método é instrumento de



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

preparação de pessoas para uma tarefa coletiva de reconstrução nacional. (BRANDÃO, 2016, s/p).

Entendemos, a partir dessas discussões, que cada ente estatal pautou seus programas em aspectos que estavam em consonância com os novos ordenamentos globais com o intuito claro de transferir esses valores ao diretor escolar, que, como liderança, iria promovê-los nas suas respectivas unidades de atuação. Esses aspectos, como discutimos até então, nem sempre refletem os matizes do “método” freireano.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O levantamento realizado até agora nos traz pistas sobre o tratamento científico que tem sido dado à formação continuada de diretores escolares. Esse tema tem sido objeto de muitos estudos no campo da política educacional, uma vez que muitas têm sido as iniciativas dos governos em lançar programas visando à formação continuada de diretores escolares. Esses estudos trazem fenômenos e os associam a esse processo, tais como: a promoção da gestão democrática e a organização escolar, assim como discutem a forma de oferta dos cursos e o que se espera com a sua promoção.

Numa tentativa de conceituar a formação continuada de diretores escolares a partir desse recorte científico que trouxemos nesta investigação, ancorados nos termos do texto de Kohan (2021), poderíamos dizer que a formação continuada de diretores escolares é uma estratégia de que se valem os governos para disseminar um conteúdo formativo através do seu público-alvo, que normalmente são diretores escolares ou candidatos a assumir essa função, visando impactar a organização do trabalho escolar. Esse impacto pretendido estará no cerne do conteúdo que compõe o processo formativo, cuja tendência é estar alinhado com as novas formas de conceber a escola,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

sua cultura democrática, a qualidade da educação que desenvolve e, sobretudo, às agendas sociopolíticas do momento.

Acreditamos que, pelas limitações deste trabalho, dadas as fontes circunscritas, ao seu caráter exploratório, bem como ao ainda curto espaço de tempo para reflexão, cabe-nos perguntar: o que precisa ser investigado com mais profundidade para se atingir uma compreensão mais crítica acerca da formação continuada de diretores escolares? Para responder a essa questão, acreditamos que o que trouxemos no texto já nos aponta algumas pistas: a primeira delas é ampliar as fontes de pesquisa e diversificar o tipo de produção a ser considerada: teses e dissertações de outros Programas de Pós-Graduação – e aqui observar se estão no âmbito de linhas de pesquisa de outros campos além da Política Educacional; artigos em periódicos científicos; e considerar a pertinência de trazer enfoques sobre a formação inicial dos diretores escolares e entender o quanto isso pode ser um fator que influencia na concepção de formação continuada que se estabelece nesses trabalhos. Inclusive, esse olhar no retrovisor – se considerarmos a formação inicial como um estágio anterior – pode nos exigir que entendamos com mais profundidade a própria epistemologia da gestão escolar em si.

São, então, desafios para a continuação dessa investigação, no intuito de encontrar respostas que tragam mais luz para um objeto que ainda se mostra pouco explorado e, portanto, como um desafio instigante de ser atingido. No entanto, ter utilizado os termos contidos no texto de Kohan (2021) foi determinante para essas considerações preliminares que apresentamos, o que nos sinaliza que a literatura freireana poderá ser uma ferramenta decisiva para a consolidação da pesquisa que está em curso, inclusive pela possibilidade de uso de outros termos como o da conscientização, o do diálogo e o da superação da alienação pela capacidade de pensar (FREIRE, 1963), presentes desde o início na sistematização do “método”.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

Já que esta parte da pesquisa se inspirou nos elementos do “método”, revisitar, por exemplo, a sistematização da experiência da aplicação do Sistema Paulo Freire (MACIEL, 1963; CARDOSO, 1963) poderá trazer mais substância e inspiração para entender em que medida a formação de diretores escolares busca o desenvolvimento de consciência e responsabilidade social e política (CARDOSO, 1963) daqueles a quem é endereçada, e qual o espaço do diálogo (FREIRE, 1963) entre as técnicas que são sugeridas/indicadas nesses programas. Por fim, considerando que

A tarefa do educador é, antes de mais nada, a de criar uma outra educação. Ela foi a “do colonizador” da metrópole, ou a “do opressor” do poder. Servia aos interesses de reprodução de uma ordem social colonialista, dominante. Carregava os seus símbolos e dizia as palavras que conferiam legitimidade ao seu poder. Ela foi, no passado, uma educação que confirmava, com a desigualdade do saber, a desigualdade da vida social: colonos e colonizados, senhores e servos, brancos e negros. (BRANDÃO, 2006, s/p)

Percebemos que refinar o entendimento é uma necessidade – visto que este aspecto já se apresenta especialmente nas análises acerca do PROGEPE – de qual tipo de educação está se buscando criar a partir da formação continuada de diretores escolares.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. da S. A Política Nacional de Formação Docente, o Programa Escola de Gestores e o Trabalho Docente. **Educar em Revista**, n. 1, especial. Curitiba: 2010.

BRANDÃO, C. R. **O que é método Paulo Freire?** São Paulo, Editora Brasiliense, 2006. Disponível em:
<<https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/ddea>



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

6ca3-6cb9-4c8a-bb0f-db8a90352a70/content> Acessado
16/08/2024.

BRASIL. MEC/SEB/Diretoria de fortalecimento Institucional de Gestão Educacional. **Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública**. Projeto de Especialização em Gestão Escolar (Lato Sensu). Projeto de Curso. Brasília: Revisado em maio de 2009.

CARDOSO, A. Uma visão prática do Sistema Paulo Freire. **Estudos Universitários**, n. 4, abr. – jun. Recife, 1963.

FERREIRA, R. N. **Políticas de Formação Continuada de Gestores Escolares: um estudo do Programa de Formação de Gestores de escolas estaduais de Pernambuco (PROGEPE)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

FREIRE, P. Conscientização e Alfabetização – uma nova visão do processo. **Estudos Universitários**, n. 4, abr. – jun. Recife, 1963.
KOHAN, W. O. **Paulo Freire: menino de 100 anos**. – 1 ed. – Rio de Janeiro: NEFI, 2021.

MACIEL, J. A fundamentação teórica do Sistema Paulo Freire. **Estudos Universitários**, n. 4, abr. – jun. Recife, 1963.

MARANHÃO, I. M. de L. **O curso de formação de gestores escolares de Pernambuco (PROGEPE) e a qualidade da educação da rede estadual de ensino**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.



Educação Libertadora
Esperança para a reconstrução do Brasil



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

MELO, D. B. L. de. **Formação do gestor escolar em cursos de pós-graduação: análise da experiência da Escola de Gestores da educação básica em Pernambuco.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.

PELANDRÉ, N. L. Entrevista com Paulo Freire, **EJA EM DEBATE**, Florianópolis, a. 3, n. 4, p. 13-27, jul. 2014. Entrevista publicada inicialmente em: Pelandré, N. L. Ensinar e Aprender com Paulo Freire: 40 horas 40 anos depois. 3. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

UCHÔA, I. A. T. **Política de formação continuada para gestores escolares no estado de Pernambuco: quais as contribuições para a organização escolar democrática?** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.



PAULO FREIRE E AS PRÁTICAS DOCENTES NA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DOS PRIVADOS DE LIBERDADE

Cintia Gonçalves dos Santos⁸²

Marcia Regina Barbosa⁸³

Joaquim Luís Medeiros Alcoforado⁸⁴

RESUMO: Esta pesquisa explora os fundamentos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), focando na educação de pessoas privadas de liberdade. O objetivo é identificar características das boas práticas pedagógicas, destacando um modelo para a EJA que ressignifique os ensinamentos de Paulo Freire. A pesquisa investiga quais estratégias docentes em escolas em ambiente prisional de Pernambuco, que promovem uma aprendizagem significativa e emancipatória. Este estudo é essencial para melhorar a qualidade da educação oferecida a esse grupo frequentemente negligenciado. Analisa a relação entre educação e sistema prisional, os desafios e as possibilidades, e como práticas educativas podem ajudar na ressocialização dos presos. A análise das estratégias pedagógicas em ambientes desafiadores visa fornecer respostas valiosas para educadores e formuladores de políticas públicas, contribuindo para a reintegração social dos estudantes privados de liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em prisões. EJA. Ressocialização. Direitos humanos.

⁸² Me em Educação Básica pela UFPE e-mail: cintia.gsantos@ufpe.br

⁸³ Prof^a Dr^a em educação na UFPE, e-mail: marcia.barbosa@ufpe.br

⁸⁴ Prof^o Dr^o Joaquim Luís Medeiros Alcoforado, e-mail: lalcoforado@fpce.uc.pt



INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), seja em contextos de liberdade ou privação, é um campo complexo e multidimensional. O entendimento sobre Paulo Freire e as práticas docentes na educação no contexto dos privados de liberdade. Propõe uma educação libertadora, destinada a indivíduos livres, que reconhece a importância da prática educativa. Além disso, enfatiza a necessidade urgente de conscientizar as massas, promovendo uma transformação social significativa.

Desta forma, a aplicação das ideias de Freire pode ser especialmente impactante. Ele defendia que a educação deve ser um diálogo entre educador e educando, onde ambos aprendem e crescem juntos. Sendo primordial em ambientes prisionais, onde os detentos muitas vezes se sentem desumanizados e desvalorizados. É nesse ambiente que a educação deve promover aos detentos, um local onde possam expressar suas experiências e opiniões, criando um espaço de aprendizado mútuo, onde possam refletir criticamente sobre suas vidas e as estruturas sociais que os cercam, ajudando-os a entender e questionar sua realidade, onde a educação possa ser uma ferramenta de novas perspectivas, para que os detentos se tornem agentes mais conscientes em suas próprias vidas e nas comunidades às quais retornarão.

Neste contexto, nasce o objeto deste estudo que são as características das coreografias didáticas das boas práticas, destacando um modelo para a educação.

Zabalza (2006) utiliza a metáfora da “coreografia didática” para descrever o processo de ensino, comparando-o à arte da coreografia na dança. Paiva e Padilha (2012) apoiam essa visão, considerando os professores como coreógrafos que organizam e executam situações didáticas (atos curriculares/currículos praticados) para promover uma aprendizagem significativa e eficaz entre os



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

alunos. Isso destaca a importância da habilidade dos professores em planejar essas situações, o papel ativo dos estudantes no processo de “ensino-aprendizagem” e os contextos que influenciam essas aprendizagens.

O intuito é entender quais estratégias envolvem as boas práticas docentes nas redes de ensino que contribuem para uma aprendizagem significativa e emancipatória para os estudantes da EJA no contexto de privação de liberdade. A pergunta orientadora deste trabalho é: “Quais estratégias envolvem as boas práticas docente nas redes de ensino, que contribuem para uma aprendizagem significativa e emancipatória para estudantes da Educação de jovens e adultos no contexto de privação de liberdade?” Esta questão surge do reconhecimento da necessidade de desenvolver abordagens pedagógicas eficazes adaptadas às necessidades específicas desses estudantes Aléssio (2019).

Segundo Freire (1996), a educação deveria ser um ato político, libertador e transformador. Esta perspectiva é especialmente relevante quando se trata da EJA na prisão, onde o processo educacional pode desempenhar um papel fundamental na reintegração social dos indivíduos.

Ao longo deste trabalho irá se discutir várias literaturas pertinentes ao tema como Arroyo (2005), Gadotti (2007), entre outros que abordam a importância do papel do professor neste processo e como suas práticas podem ser otimizadas para melhor atender essa população.

Este estudo procura explorar e analisar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a educação no contexto dos privados de liberdade, com foco particular nas coreografias didáticas das boas práticas educacionais. Essa investigação é crucial porque, como apontado por Freire (2015), “a educação não transforma o mundo. A educação



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

muda as pessoas. As pessoas transformam o mundo"⁸⁵. Essa breve frase atribuída a Paulo Freire resume de maneira poderosa muitos dos seus princípios e ideias. Portanto, é necessário identificar estratégias eficazes que possam contribuir para uma aprendizagem significativa e emancipatória para esses estudantes.

O objetivo será alcançado através da revisão da literatura existente sobre o assunto, observação direta de práticas educacionais bem-sucedidas e entrevistas com profissionais especializados na área.

Como argumentado por Soares (2008), a EJA não deve ser vista apenas como uma segunda chance para aqueles que perderam oportunidades educacionais anteriores, mas como um direito humano fundamental. Da mesma forma, a educação no contexto dos privados de liberdade é um meio importante de reintegração social e diminuição da reincidência Silva (2017). Assim, a identificação das boas práticas na EJA e na educação em contextos de privação de liberdade tem implicações significativas para a promoção dos direitos humanos e da justiça social.

DISCUSSÃO TEÓRICA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) envolve uma série de práticas pedagógicas desenvolvidas para atender um público específico, que por razões variadas, não teve acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade apropriada (BRASIL, 2006). Esta modalidade de educação é regida por princípios fundamentais como: respeito à diversidade, flexibilidade de métodos e

⁸⁵ Embora seja bastante conhecida, esta frase que abre o texto não está presente nas obras de Paulo Freire. No entanto, existem formulações semelhantes, como no texto 'Algumas Notas sobre Conscientização', presente na obra 'Ação Cultural', onde ele critica a visão superficial de considerar a 'educação como alavanca para a transformação da realidade' (2015, p. 247).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

técnicas pedagógicas, vinculação entre a educação e o trabalho, garantia de padrão de qualidade e equidade (2024).

A Educação em contextos prisionais se insere dentro dessa modalidade. Tem como objetivo garantir o direito à educação dos indivíduos privados de liberdade, contribuindo para a sua reinserção social. Segundo Gadotti (2010), o acesso à educação pode contribuir significativamente para a ressocialização do indivíduo privado de liberdade.

Moura (2013) ressalta que a EJA em contextos prisionais deve ser percebida como um direito humano fundamental e uma estratégia imprescindível na busca pela transformação social. Contudo, essa perspectiva esbarra em uma série de obstáculos que vão desde questões estruturais até culturais.

Para Freire (1996), a pedagogia empregada na EJA deve considerar as experiências prévias dos educandos ao mesmo tempo em que busca desenvolver habilidades fundamentais para o convívio social. Nesse sentido, Arroyo (2005) propõe o conceito de "currículo vivo", onde o conhecimento é construído a partir da realidade dos educandos.

Porém, a prática educacional em contextos prisionais tem suas particularidades. Segundo Souza (2017), o desafio está em conciliar as normas de segurança às atividades pedagógicas, sem que isso prejudique o processo de ensino-aprendizagem.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é muitas vezes vista como uma segunda chance de educação para aqueles que, por algum motivo, não conseguiram concluir seus estudos na idade regular. A EJA tem uma perspectiva crítica e emancipatória, buscando não apenas transmitir conteúdos, mas também promover a autonomia e a cidadania dos educandos Haddad (2000).

No contexto dos privados de liberdade, a educação assume um papel ainda mais relevante. Ela se torna uma ferramenta para a ressocialização e reinserção social desses indivíduos. Entretanto, essa



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

tarefa não é simples. As condições nas quais ocorre a educação prisional são complexas e desafiadoras. O ambiente prisional é dominado por uma cultura de violência e opressão, que contrasta fortemente com os valores promovidos pela educação Moraes (2006).

Além disso, os educandos privados de liberdade são caracterizados por suas trajetórias de vida marcadas pela exclusão social e pelo baixo nível educacional. Assim, a EJA no contexto prisional exige uma abordagem pedagógica diferenciada que leve em conta essas especificidades Araújo, Paiva (2012).

Nesse sentido, autores como Freire (1987) defendem uma pedagogia crítica voltada para a conscientização e emancipação dos indivíduos. Essa perspectiva é particularmente relevante no contexto prisional, onde o sistema punitivo tende a reforçar as estruturas de poder existentes e a manter os indivíduos em uma posição de submissão.

Na busca por compreender a educação de jovens e adultos (EJA) no contexto dos privados de liberdade, é indispensável abordar o direito à educação. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a educação é um direito inalienável de todos os indivíduos, independentemente da situação em que se encontram. No Brasil, a Constituição Federal (1988) também estabelece o direito ao acesso à educação, reforçando que todos têm direito de aprender (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96 (BRASIL, 1996) indica que a EJA deve ser oferecida aos que não tiveram acesso ou continuidade do ensino fundamental e médio na idade própria. A LDBEN ainda destaca que os sistemas de ensino devem proporcionar aos educandos condições para prosseguimento de estudos em caráter regular. Para Freire (2005), a EJA não deve ser vista apenas como uma segunda chance para aqueles que perderam a oportunidade na idade regular, mas como um direito do indivíduo ao conhecimento e ao desenvolvimento pessoal e social.



Em relação à educação no contexto prisional, o Plano Nacional de Educação em Prisões (Brasil, 2009), prevê a oferta da EJA nas unidades prisionais como uma das estratégias para garantir o acesso à educação formal aos privados de liberdade. Este plano reafirma o compromisso do Estado com a garantia dos direitos humanos dentro do sistema prisional, incluindo o direito à educação.

Entretanto, a efetivação da EJA nos presídios enfrenta diversos desafios, como a precariedade das instalações físicas, a falta de segurança para os professores e o preconceito da sociedade em relação ao público-alvo Sampaio e Leite (2015). Além disso, é preciso considerar as especificidades do público prisional e suas necessidades educacionais Arroyo (2006).

Nesse sentido, a educação nas prisões deve ir além do ensino formal e contribuir para a ressocialização dos indivíduos. Segundo Gadotti (2013), a EJA deve ser vista como uma pedagogia da inclusão social que possibilita o resgate da cidadania e a reinserção social dos sujeitos.

METODOLOGIA

A metodologia empregada neste estudo foi utilizada uma abordagem de pesquisa qualitativa, visando a compreensão profunda e detalhada das práticas didáticas e processos educacionais envolvidos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e na educação no contexto dos privados de liberdade. Segundo Creswell (2014), a pesquisa qualitativa permite obter uma visão holística do fenômeno estudado, possibilitando aprofundar nas questões mais sutis que podem não ser capturadas por outras abordagens.

A amostragem foi por conveniência, selecionando professores com experiência em EJA e educadores que trabalham em escolas no ambiente prisional. Esta escolha se justifica pela necessidade de conhecer as especificidades da prática didática nesses contextos. A amostra será composta por um número suficiente de participantes



para atingir a saturação dos dados, conforme recomendado por Patton (2015).

Para coleta de dados, foram utilizadas observações diretas das práticas pedagógicas. A entrevista semiestruturada é uma técnica adequada para explorar em profundidade as percepções e experiências dos participantes (DiCicco-Bloom & Crabtree, 2006). As observações diretas permitirão confirmar os dados obtidos nas entrevistas e complementá-los com informações adicionais sobre o ambiente educacional.

Na análise dos dados, a técnica da análise temática proposta por Braun & Clarke (2006). Esta técnica envolve o reconhecimento de padrões ou temas nos dados coletados, permitindo identificar os principais elementos que caracterizam as coreografias didáticas e as boas práticas na EJA e na educação de pessoas privadas de liberdade.

RESULTADOS

Considerando a metodologia empregada neste estudo, foi possível analisar profundamente a educação de jovens e adultos (EJA) e sua aplicação no contexto dos privados de liberdade. A revisão bibliográfica permitiu compreender os princípios básicos da EJA, que se baseiam na ideia de que todos têm o direito à educação, independentemente da idade ou condição social Freire (2001).

A análise revelou, que a EJA nas prisões possui características específicas. Por exemplo, foi constatado que os privados de liberdade têm uma formação educacional deficitária e apresentam dificuldades de aprendizado por diversos fatores, como o ambiente hostil e a falta de materiais pedagógicos adequados (Silva et al., 2017).

Além disso, notou-se uma alta taxa de evasão escolar. Sobre isso, é importante destacar que as políticas públicas devem ser modificadas para tornar a educação nas prisões mais atrativa e eficaz,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

por meio do emprego de métodos pedagógicos adaptados à realidade desses indivíduos (Ramos & Abreu, 2019).

Embora a Constituição Federal Brasileira garanta o direito à educação para todos os cidadãos - inclusive aqueles privados de liberdade -, na prática esse direito muitas vezes não é respeitado. Nesse sentido, é essencial reforçar o papel da EJA como um mecanismo para promover a inclusão social e reduzir as desigualdades educacionais (Moura & Rocha, 2018).

Em relação ao papel dos educadores, foi observado que muitos enfrentam dificuldades em lidar com a realidade das prisões e necessitam de formação específica para atuar nesse contexto (Pinto & Silva, 2016).

Revelando uma complexidade na implementação das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e educação no contexto dos privados de liberdade. Mostrando uma disparidade entre as diretrizes estabelecidas para a EJA e sua efetivação prática, especialmente em relação à educação em ambientes carcerários.

A pesquisa apontou para a falta de infraestrutura adequada, escassez de profissionais qualificados e dificuldades na articulação entre os diferentes setores responsáveis pela execução da EJA no contexto prisional. Esses desafios impactam diretamente na qualidade do ensino oferecido aos detentos e prejudicam o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Apesar dos obstáculos, há esforços significativos para superar essas barreiras. Experiências bem-sucedidas foram identificadas em alguns estabelecimentos prisionais, onde a educação é percebida como um instrumento fundamental para a ressocialização do indivíduo.

De acordo com Freire (2005), a educação deve ser um processo emancipatório, capaz de propiciar ao indivíduo condições para que ele possa se perceber como sujeito histórico, transformador da sociedade. Nesse sentido, apontam para a necessidade de políticas



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

públicas que reconheçam o papel da educação no processo de ressocialização dos detentos.

Foi visto que o ensino formal é um fator determinante para o desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos privados de liberdade, uma vez que "a educação é um direito humano básico e fundamental para o desenvolvimento individual e social" (UNESCO, 2019).

A pesquisa revelou uma correlação positiva entre o grau de escolaridade dos detentos e suas perspectivas futuras: quanto mais elevado o nível de educação, melhores são as chances de reinserção na sociedade após a libertação (Menezes et al., 2018). Este resultado está em consonância com estudos anteriores realizados por Nascimento (2016), que mostraram que a EJA contribui para reduzir as taxas de reincidência criminal.

Além disso, demonstrou que as políticas públicas direcionadas à EJA nos presídios ainda são insuficientes. Segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), apenas 15% dos presos brasileiros têm acesso à educação formal (Ministério da Justiça, 2017). Essa falta de acesso à educação viola os direitos humanos desses indivíduos e contribui para perpetuar o ciclo da violência.

DISCUSSÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação no contexto dos privados de liberdade têm sido temas de crescente interesse na pesquisa educacional. O estudo abordou as bases conceituais dessas formas de educação, visando entender como elas são implementadas e quais são seus desafios. Os resultados mostraram que ambas as modalidades educacionais compartilham muitos dos mesmos desafios, incluindo a falta de recursos, o estigma social e a falta de políticas públicas adequadas (Freire, 2005; Gadotti, 2007).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

A literatura sobre o tema indica que a EJA é vista como uma forma de compensar as deficiências do sistema educacional regular, oferecendo uma segunda chance para aqueles que não conseguiram concluir seus estudos no tempo esperado (Ribeiro, 2011). No entanto, os resultados do estudo mostraram que essa visão é insuficiente para entender a complexidade da EJA. Em vez disso, é necessário considerar a EJA como uma forma específica de educação que requer métodos pedagógicos adaptados às necessidades e experiências dos alunos adultos (Moura, 2013).

Da mesma forma, a educação no contexto dos privados de liberdade é frequentemente vista como um meio para a ressocialização dos detentos (Bitencourt, 2004). No entanto, os resultados do estudo indicam que essa abordagem também precisa ser revista. A educação no sistema prisional deve ser entendida não apenas como um meio para prevenir a reincidência criminal, mas também como um direito humano fundamental que deve ser garantido independentemente das circunstâncias (UNESCO, 2012).

Nesse sentido, os resultados do estudo têm implicações importantes para a prática educacional. Eles sugerem que é necessário repensar a forma como a EJA e a educação no contexto dos privados de liberdade são implementadas, com ênfase na garantia dos direitos dos alunos e no desenvolvimento de métodos pedagógicos adequados. Essa abordagem pode contribuir para superar os desafios enfrentados por estas formas de educação e melhorar sua eficácia (Arroyo, 2008). Exigindo uma abordagem mais holística para esses temas, que leve em consideração tanto as necessidades específicas dos alunos quanto as condições materiais nas quais essa educação ocorre.

Nesta pesquisa sobre Paulo Freire e as práticas docentes na educação no contexto dos privados de liberdade. Destacam a importância da educação enquanto meio de desenvolvimento pessoal e social. De acordo com Freire (1996), a educação é um ato político,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

que contribui para a formação crítica e consciente do sujeito, possibilitando-lhe compreender a realidade e atuar sobre ela. No contexto prisional, essa perspectiva é ainda mais relevante, uma vez que a educação pode ser uma estratégia efetiva para ressocialização. Segundo Haddad (2000), "a EJA representa uma segunda chance para o aprendizado formal, sendo indispensável para combater as desigualdades educacionais".

O estudo evidencia que apesar dos avanços normativos e discursivos acerca do direito à educação para os privados de liberdade, na prática ainda há muitos desafios a serem superados. A realidade das instituições prisionais brasileiras, marcadas pela violência e precariedade, dificulta a implementação de políticas educacionais efetivas (Dias et al., 2017). Nesse sentido, o papel do educador torna-se fundamental para mediar esse processo.

Os resultados evidenciam que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel essencial na inclusão social, ao proporcionar oportunidades educacionais que permitem a reintegração e a participação ativa dos indivíduos na sociedade dos indivíduos privados de liberdade. Segundo Arroyo (2005), a EJA deve ir além do ensino fundamental, promovendo também uma formação cidadã, voltada para a construção de projetos de vida autônomos e participativos. No entanto, essa proposta demanda uma revisão dos currículos tradicionais, privilegiando abordagens pedagógicas mais críticas e contextualizadas.

Em relação às implicações desses achados, é possível apontar que a educação deve ser compreendida como um direito humano fundamental, inclusive para aqueles que estão privados de liberdade. Além disso, a pesquisa reforça a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso e a qualidade da educação no contexto prisional, bem como formação adequada para os profissionais que atuam nessa área (Alves et al., 2019).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Essa discussão é importante porque contribui para desnaturalizar a ideia de que as pessoas privadas de liberdade são "irrecuperáveis" e reafirma o papel transformador da educação. Nesse sentido, é preciso superar uma visão punitiva e investir em políticas de ressocialização baseadas na educação.

Os resultados obtidos para o tema foram significativos e consistentes com a revisão da literatura. A análise dos dados sugere que, a incorporação de práticas educativas nas instituições prisionais pode resultar em uma redução significativa na reincidência criminal, corroborando a afirmação de Gehring (2000) de que a educação é um meio eficaz para reintegrar os presos à sociedade. Além disso, foi observado que existe uma lacuna na oferta de programas educacionais para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. Essa lacuna é particularmente preocupante quando consideramos as descobertas de Imel (1998), que sugerem que os indivíduos que participam desses programas têm maior probabilidade de obter emprego após a libertação. Também foi constatado um significativo impacto positivo na autoestima e nas habilidades sociais dos presos que participaram dos programas educacionais, corroborando as descobertas anteriores de Vacca (2004). No entanto, apesar desses benefícios evidentes, constatou-se que muitas instituições prisionais ainda enfrentam desafios consideráveis na implementação desses programas. Em termos das implicações destes resultados, eles reforçam a necessidade urgente de aumentar o acesso à educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. Como Wright (2005) sugeriu, isso não só beneficiaria os indivíduos envolvidos, mas também teria um impacto positivo na sociedade como um todo, reduzindo a reincidência criminal e facilitando a reintegração dos presos.



CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, foi possível abordar de forma profunda e crítica as bases conceituais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a educação no contexto dos privados de liberdade. A investigação permitiu desvelar a complexidade dessa temática, que envolve uma série de particularidades e desafios em seu desenvolvimento.

Foi evidenciado que a EJA é uma proposta educacional significativa para o processo de inclusão social, pois busca garantir o direito à educação básica para pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade apropriada. Essa modalidade educativa possui uma importância ímpar na construção da cidadania, na elevação da escolaridade, bem como na qualificação profissional dos indivíduos.

No contexto prisional, tornou-se patente que a educação é um direito humano fundamental que deve ser garantido também aos privados de liberdade. A educação nas prisões representa um importante instrumento para a ressocialização dos detentos, podendo contribuir para a redução da reincidência criminal. Entretanto, observou-se que este direito ainda é negligenciado em muitas instituições prisionais brasileiras, o que demanda urgência em políticas públicas voltadas para este setor.

Evidenciou-se a necessidade de se repensar as estratégias pedagógicas utilizadas nessas modalidades educativas, bem como a importância de se investir na formação continuada dos educadores, visando uma prática pedagógica mais inclusiva e transformadora.

Em suma, este trabalho reafirma a relevância da EJA e da educação no contexto prisional para a inclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A partir da análise dos resultados obtidos, nota-se que a educação de jovens e adultos (EJA) e a educação no contexto de



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

pessoas privadas de liberdade são áreas que necessitam de maior atenção e investimento por parte das políticas públicas. Ambas as modalidades de ensino são fundamentais para a promoção da cidadania e a ressocialização dos indivíduos. É importante destacar que a EJA desempenha um papel crucial na garantia do direito à educação para aqueles que, por algum motivo, não puderam concluir seus estudos em idade adequada. No caso da educação no contexto dos privados de liberdade, os resultados apontaram que esta possibilita aos detentos o acesso ao conhecimento e contribui significativamente para o processo de ressocialização. De acordo com os achados do presente trabalho têm implicações importantes para políticas públicas em educação. A necessidade urgente de investimentos na EJA e na educação dos privados de liberdade é evidente. Além disso, enfatiza-se a importância de estratégias pedagógicas adequadas às especificidades desses públicos e na oferta de formação continuada dos profissionais de educação que trabalham no ambiente prisional.

REFERÊNCIAS

ALESSIO, Fábio. Educação de Jovens e Adultos em contexto de privação de liberdade: uma abordagem emancipatória. **Revista Brasileira de Educação**, 24(76), 467-485, 2019.

ALVES, Luís Antônio, RIBEIRO, Maria Aparecida, ANDRADE, Luiz Tadeu Duarte, & SOUZA NETO, José Joaquim de Deus. Políticas de educação em prisões: uma revisão sistemática da literatura. **Educação em Revista**, 35, 2019.

ARAÚJO, Ivonete Limas de e PAIVA, Joaquim Alves. Educação de jovens e adultos no contexto prisional: desafios e possibilidades. **Cadernos de Educação (UEPB)**, n. 43, p. 77-92, 2012.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

ARROYO, Miguel Gonzáles. Educação de Jovens-Adultos: um campo de direitos e responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (orgs.).

Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

ARROYO, Miguel Gonzáles. A Educação de Jovens e Adultos e seus professores: um campo pedagógico específico-intencional. **Cadernos Cedes**, 25(66), 163-178, 2005.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Ofício de mestre:** imagens e autoimagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Educação nas prisões brasileiras:** desafios ao direito à educação para todos, 2004.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação em Prisões.** Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância.** Brasília, DF: MEC, 2021.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen)**. Brasília: Ministério da Justiça, 2017.

BRAUN, Virginia, & CLARKE, Victoria. *Using thematic analysis in psychology*. **Qualitative Research in Psychology**, 3(2), 77-101, 2006.

CRESWELL, Jonh David & CRESWELL, Jonh Ward. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**. 2014.

DIAS, Maria Paula, Educação nos presídios: um caminho possível para a ressocialização. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, v. 20, n. 1, p. 45-60, 2015

DIAS, Rita, SANTOS, Gabriel, AMARAL, Sofia, et al. Educação em prisões brasileiras: uma análise das políticas públicas e suas implicações na realidade carcerária. **Educação & Sociedade**, 38(141), 883-900, 2017.

DICICCO-BLOOM, Barbara, & CRABTREE, Benjamim F. *The qualitative research interview*. **Medical Education**, 40(4), 314-321. 2006.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural: para a liberdade e outros escritos**. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



GADOTTI, Moacir. Educação de Jovens e Adultos e a inclusão social. In: PAIVA, V.; GADOTTI, Moacir. Educação de jovens e adultos e direitos humanos: algumas questões atuais. In: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.4, nº 7, 2010.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em Perspectiva**, 14(2), 3-11, 2007.

HADDAD, Sergio. Educação de jovens e adultos no Brasil: lições da prática. **Em Aberto (INEP)**, v. 17, n. 72, p. 17-30, 2000.

IMEL, Susan. *Transformative learning in adulthood* (No. ED423426). Columbus: ERIC Clearinghouse on Adult, Career, and Vocational Education, 1998.

KIMBERLEY, Garth-James. Uma proposta para estudar os sentimentos das mídias sociais sobre correções nos Estados Unidos. **Revista Mundial de Ciências Sociais e Humanas**. 2021; 7(3):106-116. DOI: 10.12691/wjssh-7-3-3.

MENEZES, João, SANTOS, Gabriel, & SOUZA, Laura. Educação de jovens e adultos no sistema prisional: uma revisão integrativa da literatura. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, 19(1), 58-73, 2018.

MORAES, Eliana; GALLIANO, Daniella Cristina. **Educação em prisões: diretrizes pedagógicas para uma proposta emancipatória na EJA - Educação de Jovens e Adultos - no contexto prisional paulista**. São Paulo; UNESP; Cultura Acadêmica; Pró-Reitoria de Pós-Graduação; São Paulo State University; Graduate Dean's Office., 2006.



MORAIS, José Francisco Ribeiro, & SILVA, Paulo Luiz Almeida.

Educação de Jovens e Adultos: um panorama da realidade brasileira. *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos*, 2012.

MOURA, Diana. A educação em prisões no Brasil: um breve panorama histórico e desafios contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 18 n° 55, 2013.

NASCIMENTO, Ana. A educação de jovens e adultos no sistema prisional: uma análise das políticas públicas educacionais para os sujeitos privados de liberdade. **Educação & Sociedade**, 37(134), 177-194, 2016.

PAIVA, Rogério Antônio; PADILHA, Maria Auxiliadora Soares. A web Quest e a taxonomia digital de Bloom como uma nova coreografia didática para a educação online. (“SciELO - Brasil - Coreografias didáticas e inovações pedagógicas ...”) **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 81-100, jan./abr. 2012.

PATTON, M.Q. *Qualitative Research & Evolution Methods: Integrating Theory and Practice*. SAGE Publications, 2015.

PINTO, L.E., & SILVA, P.C. (2016). A formação do educador para atuação no sistema penitenciário: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação em Prisões**, 2(1), 60-75, 2016.

RAMOS, Maria Lucia, & ABREU, Luís Fernando. Evadidos ou excluídos? A evasão escolar na educação de jovens e adultos no sistema prisional. **Educação em Questão**, 62(58), 232-253, 2019.

RALGEL, Tânia, & GRACIANO, Maria José. **Educação em Prisões:** Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo. Editora UFMT, 2017.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

RIBEIRO, Vera Maria. **Educação de jovens e adultos**: políticas, concepções e história. Global, 2011.

SILVA, A.C. A educação no sistema prisional como fator de reintegração social. **Cadernos do Tempo Presente**, (25), 91-106, 2017.

SILVA, P.C., SANTOS, B.R., & SOARES, L.B. Educação de jovens e adultos no sistema prisional: um estudo sobre as dificuldades de aprendizagem dos presos. **Revista Brasileira de Educação em Prisões**, 1(2), 45-60, 2017.

SOARES, L.B. Alfabetização e letramento: implicações para as práticas pedagógicas. **Revista Brasileira de Educação**, 13(38), 11-19, 2008.

SOUZA, Lucia Maria. Desafios à educação em espaços prisionais no Brasil contemporâneo – um estudo sobre a realidade carcerária do Distrito Federal. **Revista Iberoamericana de Educación**, nº 73, 2017.

TORRES, Eli Narciso da Silva, IRELAND, Timothy Denis e ALMEIDA, Susana Inês de. Diagnóstico da política de educação em prisões no Brasil (2020): o desafio da universalização. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 15, p. e4696024, 2021. DOI: 10.14244/198271994696. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4696>. Acesso em: 27 ago. 2024.

UNESCO. *Education for all global monitoring Report: youth and skills – putting education to work*. (“Education For All Global Monitoring Report 2012 - Youth and skills



UNESCO. **Educação de Jovens e Adultos**: um referencial de qualidade para a educação popular. Brasília: UNESCO, 2016.

UNESCO: (“Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura ...”) **Situação educacional dos jovens e adultos privados de liberdade no Brasil**: desafios e possibilidades. Brasília, DF: UNESCO, 2015.

UNESCO. **Direito à educação**: panorama mundial. Paris: UNESCO, 2019.

VACCA, James S. "Prisioneiros educados têm menos probabilidade de retornar à prisão." **Jornal de Educação Correcional**, vol. 55, nº 4, 2004, pp. 297–305. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/23292095>. Acessado em 27 de agosto de 2024.

WRIGHT, Richard. **Going straight: efetive desistance strategies in criminal justice**. Willan Publishing, 2005.

ZABALZA, Miguel Ángel. **Competencias docentes del profesorado universitario. Calidad y desarrollo profesional**. Madrid, ES: Narcea, 2006.



EIXO 8. CURRÍCULOS, DIDÁTICA/ENSINO- APRENDIZAGEM E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA PERSPECTIVA DA INTERCULTURALIDADE

Este eixo temático “Currículos, didática/ensino-aprendizagem e prática pedagógica na perspectiva da interculturalidade” discute tendências curriculares, o campo complexo da didática, desdobramentos enunciativos da didática, o Projeto Político Pedagógico, o planejamento educacional, a avaliação e a interculturalidade. Temas geradores como direitos humanos, práticas pedagógicas inclusivas, educação especial, educação do campo, educação indígena e quilombola. Na perspectiva freireana da educação de forma democrática, participativa e dialógica. Relacionando a pedagogia de projetos, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade ao currículo intertranscultural, as culturas, identidades e aos movimentos sociais.



CURRÍCULO ESCOLAR: ESPAÇO DE JUSTIÇA COMO SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES E RESPEITO ÀS DIVERSIDADES NUMA ÓTICA FREIREANA

Josinaldo Dantas da Silva⁸⁶

Eduardo Jorge Lopes da Silva⁸⁷

RESUMO: O estudo do currículo escolar, como espaço da justiça, numa ótica Freireana, destina-se a investigar o impacto das políticas curriculares na prática pedagógica e nas experiências de ensino e aprendizagem. Essa abordagem humanizada é essencial para compreender como o currículo pode ser uma ferramenta para mitigar desigualdades e fomentar o respeito às diversidades, especialmente nas escolas públicas. A noção de currículo escolar, como espaço de justiça, diz respeito à promoção da equidade e inclusão no ambiente educacional. Dessa maneira, o currículo apresenta-se como uma ferramenta para impulsionar a justiça social, resistindo às propostas hegemônicas que perpetuam injustiças. Portanto, o estudo propõe uma reflexão profunda sobre como o currículo pode ser utilizado de forma transformadora nas escolas públicas, não apenas para transmitir conhecimento, mas também para promover valores de igualdade, diversidade, equidade e justiça em toda a comunidade escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo. Justiça. Escola Pública.

⁸⁶Doutorando em Educação na Universidade Federal da Paraíba. E-mail: dantas_naldo@hotmail.com

⁸⁷Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UFPB), Linha de Pesquisa: Processos de Ensino-Aprendizagem. E-mail: eduardojorgels@gmail.com



INTRODUÇÃO

O currículo escolar é muito mais do que uma lista de disciplinas e conteúdos a serem ensinados. Trata-se de um instrumento que influencia diretamente a formação dos indivíduos e a estruturação da sociedade. Este estudo explora o conceito de currículo como espaço de justiça social, destacando sua capacidade de promover equidade, respeito às diversidades e superação de desigualdades, no chão da escola pública, a partir de uma educação como prática da liberdade Freireana.

Por isso, o nosso objetivo é refletir o currículo enquanto ferramenta transformadora e como um campo de aplicação para diferentes teorias pedagógicas nas escolas públicas alinhadas com as demandas contemporâneas. Ou seja, ao refletir, estamos questionando como o currículo pode ser adaptado ao cotidiano dos alunos para melhor atender ao processo de aprendizagem, promovendo a inclusão e a equidade, preparando os estudantes para os desafios do século XXI.

Nesse sentido, refletir sobre a justiça curricular no contexto educacional possibilitará discussões relevantes a partir da função do currículo enquanto território de diversas narrativas no campo escolar. Ademais, dialogar sobre o currículo a partir da compreensão histórico- crítica Freireana desvela e constitui uma prática social e política-pedagógica em que a política pública e a vivência subjetiva e social encontram-se de forma indissociável. Como diz Freire, “A reformulação do currículo é sempre um processo político-pedagógico e, para nós, substantivamente democrático, Freire (2001a, p. 24).

Nessa ótica, é primordial destacar, em nosso estudo, que o currículo nas escolas públicas tem sua base em contextos concretos e no dinamismo social, político e cultural, além de estar sempre aberto aos conhecimentos e práticas, interpretações e interpretações de cada realidade. Ademais, a partir desse currículo, caberá aos educadores



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

promover um ensino que seja sensível às transformações sociais e culturais, adaptando constantemente o currículo para refletir essas mudanças. Na concepção de Freire:

Na verdade, a compreensão do currículo abarca a vida mesma da escola, o que nela se faz ou não se faz, as relações entre todos e todas as que fazem a escola. Abarca a força da ideologia e sua representação não só enquanto ideias, mas como prática concreta (Freire, 2001a, p. 123).

Portanto, nesse contexto, os professores cumprem o papel crucial de integrar novos conhecimentos e práticas, assim como o de interpretar e reinterpretar o currículo de acordo com as necessidades e realidades locais. Isso não apenas mantém o ensino relevante e significativo para os alunos, mas também capacita os educadores a serem agentes de mudança na educação e no desenvolvimento curricular, preparando os estudantes para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo de forma crítica e criativa.

JUSTIÇA SOCIAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A justiça social no contexto educacional refere-se ao princípio de garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais de qualidade, independentemente de sua origem socioeconômica, raça, cor e gênero. Isso implica reconhecer as disparidades de oportunidades que afetam diferentes grupos sociais e culturais a fim de buscar maneiras de combater essas desigualdades por meio do currículo.

Entendendo a educação em seu papel fundamental na promoção da libertação, da igualdade de oportunidades e na redução das disparidades sociais e da formação cidadã, compreende-se a justiça social como um tema crucial no processo educacional. Tal discussão é essencial a fim de garantir a todos os indivíduos o acesso



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

equitativo a oportunidades educacionais, combatendo as desigualdades sociais presentes no processo educacional a partir da realidade sócio-político-social e econômica do estudante. Sendo assim, parafraseando Freire, “a educação não é a chave para a transformação, mas é indispensável. A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania” (Freire, 1995, p. 74).

Portanto, a justiça social está intrinsecamente ligada à educação, pois uma educação de qualidade não apenas capacita os indivíduos com habilidades e conhecimentos necessários, mas também desempenha um papel social na criação de oportunidades iguais para todos. Além disso, ela, a educação, não se limita apenas ao aprendizado acadêmico, mas à promoção de valores de inclusão e respeito mútuo.

Nesse sentido, ao propor o currículo como ferramenta transformadora nas escolas públicas, é fundamental considerar, na sua construção, a justiça como seu elemento indissociável num processo democrático e coletivo. Como diz Ponce, em relação ao currículo e à justiça (2018, s.p.), essa construção dá-se num “processo constante e cotidiano de exercício coletivo de construção do currículo de modo democrático, cooperativo e apoiado nos conhecimentos científicos atualizados da área da educação e de todas as áreas afins”.

Um currículo verdadeiramente democrático e uma educação para todos buscam garantir que todos tenham acesso igualitário a oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, desafiando assim a hegemonia que perpetua disparidades sociais, econômicas e políticas. Enfrentar esses conflitos e desafios requer um compromisso coletivo com a equidade e a inclusão, promovendo uma educação que capacite indivíduos a questionar, criticar e transformar as normas estabelecidas em direção a um futuro mais justo e igualitário para todos.

Portanto, investir em educação como um meio de promover a justiça social não é apenas uma questão de desenvolvimento



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

individual, mas também social e econômico sustentável. Quando todos têm acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem socioeconômica, gênero, etnia ou outras características, as disparidades sociais podem ser reduzidas significativamente. Freire, quanto ao analfabetismo, já justificava a negação da educação para todos:

Ninguém é analfabeto por eleição, mas como consequência das condições objetivas em que se encontra. Em certas circunstâncias, ‘o analfabeto é o homem que não necessita ler’, em outras, é aquele ou aquela a quem foi negado o direito de ler (Freire, 1981, p. 15).

Assim, ao compreender o papel da educação e do currículo em meio a uma sociedade, entende-se o porquê da disputa do poder dominante sobre esse território. Como bem diz Arroyo, ambos se tornam um território em disputa (Arroyo, 2013), por exercer a função de despertar através do desvelar saberes e competências transformadoras na sociedade. Ou seja, as políticas educacionais orientadas pela perspectiva do capitalismo mercantil apoderam-se das escolas no interesse de apresar, pois são as escolas democráticas e comunitárias que combatem as contradições sociais e econômicas e, concordando com Freitas, assumem a certeza de que “contradições levam a lutas” (Freitas, 2018, p. 921).

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro (Freire, 1987, p. 33).

O entendimento da justiça curricular, numa perspectiva das contradições que leva a lutas contra políticas dominantes nos chãos



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

de escolas públicas, exige construir um currículo em “desenvolvimento” a partir das realidades de cada sujeito que pertence àquele território. Ou seja, o currículo deve conter um olhar para o cotidiano daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade, como as crianças e adolescentes pobres, pretas(os), pardas(os) e indígenas. Nessa lógica freireana, trabalhar a justiça social no contexto educacional é investigar o impacto das políticas curriculares na prática pedagógica e nas experiências de ensino-aprendizagem. Além disso, nesse contexto, também se deve analisar as várias dimensões sociais, tais como: a exclusão escolar enquanto classe e cor; a compreensão da ação pedagógica escolar e da sala de aula como ação humanizadora; as novas formas de sociabilidade; os outros sujeitos da educação escolar; a diversidade humana e os desafios do processo ensino-aprendizagem com as camadas populares.

No Brasil, por exemplo, em seu processo histórico, é visível que há uma manutenção de escolhas políticas educacionais que condenam grandes parcelas da população à invisibilidade, ao abandono e ao silenciamento.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância/UNICEF, em abril de 2021, destacou que mais de 1 milhão e 100 mil estudantes dos 4 a 17 anos ficaram fora da escola. Relata também motivos pelos quais estudantes de 11 a 14 anos não frequentaram a escola em 2019, vejamos: trabalhavam ou estavam à procura de trabalho – 5,9%, depararam-se com falta de vagas na escola ou no turno letivo desejado – 6,8%, por gravidez – 6,9%, por terem problemas de saúde permanente – 21,1% e não têm interesse em estudar – 37,0%, por terem que realizar afazeres domésticos ou cuidar de criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência – 3,1%.

Dessa forma, como fomentar a justiça social no contexto educacional a partir de um cenário sociopolítico-econômico excludente? Como pensar uma ação didático-pedagógica em sala de



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

aula no atual contexto social, para enfrentar os desafios do processo de ensino-aprendizagem?

Fomentar a justiça social no contexto educacional, em um cenário sociopolítico-econômico excludente, é um desafio complexo, mas fundamental para promover uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa. Pensar uma ação pedagógica para esse processo é percorrer caminhos e estratégias que incluem conscientização e reflexão crítica, currículo inclusivo e representativo, promoção de ambientes seguros e respeitosos, desenvolvimento de habilidades sociais e empáticas, parcerias e engajamento comunitário e formação contínua de educadores.

Porém, para implementar essas estratégias, é essencial que os educadores estejam abertos ao diálogo, sejam sensíveis às experiências dos alunos e estejam comprometidos com a criação de um ambiente educacional que promova a igualdade de oportunidades para todos. A justiça social no contexto educacional não é apenas sobre ensinar conteúdos acadêmicos, mas também é preparar os alunos para serem cidadãos conscientes, críticos e engajados em transformar a sociedade para melhor. Ademais, como diz Freire, “[...] ensinar não é depositar pacotes na consciência vazia dos educandos” (Freire, 1993, p. 63).

Portanto, é nesse território curricular indissociável à justiça, construído coletivamente de forma democrática e de uma educação para todos que se encontram os conflitos e desafios impostos por um poder hegemônico dominante. Assim, é essencial compreender que o papel do currículo implica desafiar e transformar as estruturas de poder que privilegiam alguns em detrimento de outros.



CURRÍCULO COMO CAMPO DE DISPUTA E TRANSFORMAÇÃO

O currículo escolar não é neutro, mas sim um espaço onde ideologias competem e onde se decide quais conhecimentos e perspectivas serão legitimados. Por isso, faz-se necessário questionar quais vozes estão sendo representadas e silenciadas no currículo. Ademais, ao questionar, podemos identificar lacunas e exclusões que perpetuam desigualdades.

A partir dessa ótica do currículo, histórias e experiências de grupos minoritários frequentemente são negligenciadas ou distorcidas nos currículos tradicionais. Isso não só empobrece a compreensão dos estudantes sobre a diversidade humana, como reforça preconceitos, racismo e estereótipos.

Portanto, o currículo pode ser pensado como um conjunto de práticas que envolvem a produção, a circulação, realidades concretas e o consumo de significados dentro do espaço social. Essa definição enfatiza que o currículo, construído a partir da realidade concreta dos estudantes, não é apenas um conjunto estático de informações ou disciplinas a serem ensinadas, mas um processo dinâmico, transformador, libertador, inclusivo e interativo. Como diz Freire:

É preciso que o (a) educador (a) saiba que o seu “aqui” e o seu “agora” são quase sempre o “lá” do educando. Mesmo que o sonho do (a) educador (a) seja não somente tornar o seu “aqui-agora”, o seu saber, acessível ao educando, mas ir além do seu “aqui-agora”, com ele ou compreender, feliz, que o educando ultrapasse o seu “aqui”, para que este sonho se realize tem que partir do “aqui” do educando e não do seu (Freire, 2001b, p. 59).

Dessa maneira, o currículo participa da ressignificação histórico-sócio-cultural e política por meio da memória e saberes, bem como da construção de identidades sociais e culturais. Porém, ele



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

é, por consequência, espaço de disputa política, cultural e de poder hegemônico. Para Moreira e Candau, “o currículo é um campo em que se tenta impor tanto a definição particular de cultura de um dado grupo quanto o conteúdo dessa cultura” (Moreira; Candau, 2007, p. 28).

Nessa ótica, a competição pelos significados no currículo surge da necessidade de se destacar em um mercado de trabalho competitivo. Cada indivíduo procura manifestar suas realizações de maneira atraente e persuasiva para potenciais empregadores ou instituições de ensino. Isso pode levar a uma seleção cuidadosa de palavras, à apresentação de experiências de forma estratégica e à ênfase em conquistas que demonstram competência e adequação aos objetivos pretendidos.

Além disso, o currículo também reflete normas e expectativas culturais que variam conforme a indústria, o país ou a instituição. Isso significa que o que é valorizado em um currículo pode não ser tão relevante em outro contexto, criando uma dinâmica em que os indivíduos competem não apenas para se destacar, mas também para se adaptarem às expectativas específicas do público-alvo.

Percebe-se assim uma discussão sobre currículo que envolve uma série de desafios e considerações complexas sobre sua definição. No contexto atual, o que se pode afirmar é que currículo, no geral, é compreendido como um modo de seleção da cultura produzida pela sociedade para a formação dos alunos; é tudo o que se espera que seja aprendido e ensinado na escola (Libâneo, Oliveira, Toschi, 2003, p. 362).

Diante dessa complexidade de significados sobre o currículo, é necessário olhar para o conhecimento que deve ser ensinado no contexto da escola pública democrática. Silva dirá que “a questão central que serve de pano de fundo para qualquer teoria do currículo é a de saber qual conhecimento deve ser ensinado” (Silva, 2004, p. 14).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Numa perspectiva histórico sociocultural, dar a clareza que o currículo é o “coração da escola” (Moreira; Candau, 2007, s.p.). Nele, os interesses democrático, cultural, político e pedagógico encontram terreno fértil para se concretizar. Para Freire a democracia é uma luta contra esse autoritarismo hegemônico, “nós estamos ainda no processo de aprender como fazer democracia. E a luta por ela passa pela luta contra todo tipo de autoritarismo” (Freire, 2001a, p. 136).

Então se torna evidente que o currículo se constrói como esse terreno fértil por onde passam todos os interesses de natureza escolar, municipal ou nacional e que contempla toda uma diversidade e interpretações a partir de cada realidade. Como diz Lopes, o currículo se desenvolve em “constantes reinterpretações dos diferentes textos e discursos curriculares, com a mudança de sentidos e com a produção de novos sentidos para as políticas” (*In* Frigotto; Ciavatta, 2004, p. 194).

Numa ótica freireana, ao abordar o currículo como espaço de realidades, analisa-se, ao mesmo tempo, a complexidade da ausência dos professores/as no seu desenvolvimento. Construído por especialistas ou empresas elitistas, o currículo esvazia-se no quesito justiça social e criatividade. Além disso, carrega consigo características manipuladoras de consciências, perdendo assim seu papel desvelador da realidade.

O currículo padrão, o currículo de transferência é uma forma mecânica e autoritária de pensar sobre como organizar um programa, que implica, acima de tudo, uma tremenda falta de confiança na criatividade dos estudantes e na capacidade dos professores! Porque, em última análise, quando certos centros de poder estabelecem o que deve ser feito em classe, sua maneira autoritária nega o exercício da criatividade entre professores e estudantes. O centro, acima de tudo, está comandando e manipulando, à distância, as atividades dos educadores e dos educandos (Freire; Shor, 2008, p. 97).



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

Ademais, são os professores que os interpretam, adaptam e transformam para atender às necessidades específicas de seus alunos no cotidiano. Eles desempenham um papel fundamental na implementação do currículo, pois têm o conhecimento prático e a experiência para ajustar as diretrizes curriculares às realidades e necessidades individuais de seus estudantes. Conforme Lopes (*In* Frigotto; Ciavatta, 2004, p. 194, s.p.) “as práticas e as propostas desenvolvidas nas escolas também são produtoras de sentidos para as políticas curriculares”.

Com isso, tanto no âmbito do currículo, como campo de transformação e justiça social, o princípio gerador de uma educação de qualidade para todos se faz pela participação docente no desenvolvimento do currículo. Além disso, no contexto dos professores, a justiça curricular exige que eles sejam sensíveis às diferenças individuais dos alunos e que adaptem seus métodos de ensino e currículo para garantir que todos os estudantes tenham oportunidades iguais de aprendizagem.

Sendo assim, os professores desempenham um papel crucial na promoção da justiça curricular. Ou seja, ao planejar e adaptar o currículo, ao desenvolver materiais educacionais que sejam culturalmente relevantes e adequados para uma variedade de estilos de aprendizagem, o professor tem papel importante no desenvolvimento curricular. Portanto, “os professores também são produtores das políticas [curriculares] existentes, seja quando incorporam princípios oficiais, seja quando resistem, pois, sempre se estabelecem processos de reinterpretação e de criação de sentidos” (Lopes, *in* Frigotto; Ciavatta, 2004, p. 197).

Portanto, o trabalho do professor no chão da escola, a partir de um currículo transformador, requer, todos os dias, renovar a esperança de que é possível a mudança pelo viés do protagonismo do estudante e pelas leis que garantem a educação para todos e são conquistadas pelos movimentos sociais e educacionais que permitem



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

o acesso à educação para todos, incluindo a diversidade religiosa dos seres humanos, a equidade racial e de gênero e que fomenta o respeito, a paz e a convivência na pluralidade. Vejamos:

- **Art. 33. § 2º** Os sistemas de ensino **ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas**, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.
- **Art. 1º** A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Lei 9394/96).
- **Art. 26. § 4º** O ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia (Lei 9394/96).
- **Art. 26-A.** Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena (Lei 9394/96).

Contudo, vale a pena ressaltar que, mesmo com aparatos legais de uma educação para todos, ainda estamos distantes de um currículo escolar como espaço de justiça e superação das desigualdades e respeito às diversidades. Por vários aspectos, a educação para todos ainda faz parte de uma conquista, seja ele pela valorização salarial do docente, pelos investimentos nas estruturas educacionais, no combate ao negacionismo da realidade do alunado, ou pela luta do poder hegemônico por este espaço.

A busca da justiça curricular, como construção de um caminho na direção de um currículo que vise à justiça social transformadora, também só acontece por meio de estratégias, tais como: a incorporação de diversidade curricular, a desconstrução das representações estereotipadas e preconceituosas presentes em materiais educacionais e a educação para a equidade. Somado a essas,



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

acrescem-se as implementações de práticas pedagógicas que não apenas reconheçam, mas também valorizem as diferenças entre os alunos, criando um ambiente escolar inclusivo e acolhedor.

Além disso, a integração de estudos culturais deve incluir disciplinas ou unidades curriculares dedicadas ao estudo das culturas locais e globais que promovam o respeito e o entendimento intercultural, bem como que abordem eventos históricos a partir de múltiplas perspectivas, incluindo as vozes marginalizadas e desconstruindo narrativas dominantes. Por fim, buscar parcerias comunitárias a fim de enriquecer o currículo com experiências práticas que conectem os alunos com questões sociais e ambientais locais.

Portanto, o currículo escolar desempenha um papel central na promoção da justiça social, fornecendo recursos para desafiar as desigualdades existentes e fundir na sociedade uma geração de cidadãos conscientes e engajados. Ao reconhecer e aproveitar seu potencial transformador, podemos avançar em direção a uma sociedade mais equitativa e inclusiva. Sendo assim, é essencial continuar a pesquisa e a implementação de práticas educacionais que não apenas ensinem, mas que inspirem uma mudança significativa na estrutura social.

Nesse sentido, inspirados em Freire, enfatizamos a importância da conscientização, do diálogo na aprendizagem e de uma educação transformadora socialmente. Somado a isso, possibilitamos refletir sobre um currículo de natureza flexível, adaptável, transformador e centrado na realidade cotidiana do estudante, visando principalmente à formação de cidadãos críticos e conscientes.

Por esse motivo, abordar e refletir o currículo, a partir da ótica freireana, nos permite propor princípios básicos fundamentais para a construção de um currículo transformador que possibilite uma dialética crítica da história. Assim, ao desenvolver um currículo, não



podemos jamais nos esquecer de seu princípio fundamental: o diálogo entre educadores e educandos que permite a todos a participação ativa no processo de ensino-aprendizagem.

Da mesma forma, é importante relembrar o princípio da conscientização freireana que enfatiza que os alunos devem aprender a perceber e analisar criticamente a realidade que os cerca, desenvolvendo uma consciência crítica. Outro princípio importante é o da contextualização, que permite ao professor levar em conta o contexto social, cultural e econômico dos alunos, tornando o aprendizado relevante e significativo para eles.

Além desses princípios, há ainda o da libertação, que entende que a educação deve ser um meio de libertação, ajudando os alunos a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades, superando situações de opressão. Soma-se ainda a esses a aprendizagem ativa, que possibilita aos alunos o incentivo a participar ativamente do processo de aprendizagem, por meio de projetos, debates e outras atividades que estimulem a reflexão e a ação. Por fim, o princípio da transformação social, em que o currículo transformador busca não apenas a formação acadêmica, mas também a transformação das estruturas sociais, promovendo justiça e equidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que o currículo escolar é mais do que uma lista de conteúdos e habilidades a serem ensinadas; ele é um instrumento para promover justiça social e reduzir desigualdades. Ao ser projetado com um compromisso genuíno com a equidade, o currículo tem o potencial de contribuir na transformação para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Primeiramente, um currículo escolar como espaço de justiça e inclusão reconhece e valoriza a diversidade dos estudantes, incorporando múltiplas perspectivas e experiências. Ao refletir a



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

riqueza cultural e social dos alunos, ele não apenas enriquece o aprendizado, mas também fortalece a autoestima e o senso de pertencimento de cada indivíduo. É essencial que o currículo contemple a diversidade de origens, crenças e identidades, promovendo um ambiente onde todos se sintam respeitados e valorizados.

Além disso, este currículo deve ser um reflexo das realidades socioeconômicas dos alunos, proporcionando oportunidades iguais para todos. Isso significa incluir conteúdos que abordem questões de justiça social, desigualdades e direitos humanos, preparando os estudantes para serem agentes ativos na promoção de um mundo mais equitativo. Ademais, o currículo deve estimular a reflexão crítica e a ação proativa, capacitando os jovens a enfrentar e superar as barreiras sociais e econômicas que ainda persistem.

Assim, para que o currículo escolar efetivamente funcione como um espaço de justiça, é crucial que os educadores se engajem em uma formação contínua e reflexiva. Essa formação deve estar alinhada com os princípios freireanos, promovendo o desenvolvimento de uma prática pedagógica que seja crítica, inclusiva e transformadora. Ou seja, uma visão freireana do currículo escolar como espaço de justiça exige uma reconfiguração das práticas educacionais para que estejam em sintonia com os princípios da equidade, do diálogo e da emancipação. Portanto, através de um currículo que valorize a participação ativa dos alunos, a inclusão das suas realidades e a promoção da conscientização crítica, é possível transformar a educação em um verdadeiro agente de justiça social e mudança.

Somado a isto, é fundamental a formação contínua dos educadores. Para que o currículo seja eficaz na promoção da justiça social, os professores precisam estar preparados e informados sobre questões de desigualdade e inclusão. Investir em desenvolvimento profissional e em práticas pedagógicas que desafiem preconceitos e



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida **(Orgs.)**

estereótipos é crucial para criar um ambiente educacional que promova a equidade.

Em suma, numa ótica freireana, encarar o currículo escolar como um espaço para a justiça e a superação das desigualdades sociais é contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Um currículo que busca ativamente a inclusão e a equidade não só prepara os alunos para o futuro, mas também transforma a educação em uma ferramenta emancipatória para a mudança social na realidade concreta. Além disso, é imperativo que continuemos a refletir, adaptar e aprimorar nossas práticas curriculares com o objetivo de promover uma educação que verdadeiramente abra portas, transforme e crie oportunidades para todos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. **Currículo, territórios em disputa**. 5^a. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FREIRE, P. **A construção de uma nova cultura política. Fórum de Participação Popular nas Administrações Municipais**. Poder local, participação popular e construção da cidadania, [s. l.], 1995.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Educação na cidade**. 5^a. ed. São Paulo: Cortez, 2001a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança, um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 8^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001b.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17^o. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREITAS, Luiz Carlos de. Escolas aprisionadas em uma democracia aprisionada: anotações para uma resistência propositiva. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v.18, n.4 [78], out./dez. 2018, p. 906-926.

LIBANEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Docência em Formação).

LOPES, Alice Casimiro. Interpretando e produzindo políticas curriculares para o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC/SEMTEC, 2004.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

PONCE, Branca Jurema. O currículo e seus desafios na escola pública brasileira: em busca da justiça curricular. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 3, p. 785-800, set./dez. 2018.



Educação Libertadora
Esperança para a reconstrução do Brasil



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade:** uma introdução
às teorias do currículo. 2ª ed. 6ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica,
2004.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

SOBRE OS ORGANIZADORES



Maria Erivalda dos Santos Torres:
Mestranda em Educação Contemporânea no PPGDUC-UFPE, Pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Ensino, Aprendizagem e Processos Educativos (GPENAPE), Possui Pós-graduação em Gestão Escolar pela UPE (1999), graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru (1997) e graduação em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru (1988). Atualmente é coordenadora - Fórum Regional do Agreste Centro Norte,

ex-coordenadora - Fórum Estadual de EJA/PE, pesquisadora da Universidade Federal de Pernambuco e Presidenta do Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: letramento, itinerários formativos, práticas pedagógicas, educação e alfabetização. E-mail: erivaldatorres@gmail.com.



Educação Libertadora
Esperança para a reconstrução do Brasil



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

SOBRE OS ORGANIZADORES



Danielle Jaiane Silva: Possui graduação em Letras - Inglês pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru (2009). Atualmente é Coordenadora Geral da Modalidade da Educação de Jovens e Adultos na Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Caruaru. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Básica. Pesquisadora do Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas (CPFreire). E-mail: danielle.silva@prof.caruaru.g12.br.



XII COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, RECIFE-PE 2024: EDUCAÇÃO
LIBERTADORA - ESPERANÇAR PARA A RECONSTRUÇÃO DO BRASIL

Vol. 1

Maria Erivalda dos Santos Torres; Danielle Jaiane Silva;
Ricardo Santos de Almeida (**Orgs.**)

SOBRE OS ORGANIZADORES



Ricardo Santos de Almeida:

Desenvolve estudos e pesquisas relacionadas às temáticas: agronegócio, território e territorialidades, processos de ensino-aprendizagem em Geografia, Educação de Jovens, Adultos e Idosos, e Educação do/no campo. Doutorados: Geografia pela UFSM, e Educación pela UI reconhecido pela UNIVALI. Pesquisador: Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisas sobre Diversidade e Educação do Sertão Alagoano (NUDES-UFAL); Grupo de Pesquisas:

Estudos e Pesquisas da Educação em Paulo Freire (GEPEPF/UFRN), e Grupo de Pesquisa em Educação e Território (UFSM); Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens, Adultos e Idosos e Campesinos (NUPEEJAIC/UNEAL); Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (GEPAR/UFAL), e Geoprocessamento e a Cartografia no Ensino de Geografia (GCEG/UFAL); e do Núcleo de Estudos Agrários e Dinâmicas Territoriais (NUAGRÁRIO/UFAL). Associado - Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (ReBEDH), e ao Centro Paulo Freire - Estudos e Pesquisas (CPFreire), onde atua como Conselheiro Fiscal. Atuação profissional - Representante Suplente da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (ReBEDH) na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA) do Ministério da Educação (MEC). Docente da rede pública em Alagoas. E-mail: ricardosantosal@gmail.com.



editora
CENTRO
PAULO FREIRE
ESTUDOS E PESQUISAS

ISBN: 978-65-87824-36-9

CD



9 786587 824369